



**Ibirapuera,
metáfora urbana**

Fernanda Araujo Curi

O público/privado
em São Paulo
1954-2017

TESE DE DOUTORADO • 2018
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**Ibirapuera,
metáfora urbana**

O público/privado
em São Paulo
1954-2017

Ibirapuera

Parque.Urbano.Espaço.

Patrimônio.Público.

Privado.Parque.Público.

Patrimônio.Urbano.

Espaço.Privado.Parque.

Público.Espaço.Urbano.

Patrimônio.Privado.

Parque.Patrimônio.

Espaço.Urbano.Público.

Privado.Parque.Urbano.

Espaço.Público.

Fernanda Araujo Curi

**Ibirapuera,
metáfora urbana**

O público/privado
em São Paulo
1954-2017

Fernanda Araujo Curi

**Ibirapuera,
metáfora urbana**

O público/privado
em São Paulo
1954-2017

São Paulo • 2018

VERSÃO ORIGINAL

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Doutora em Arquitetura e Urbanismo

Área de concentração
História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

Orientador
Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins

SÃO PAULO - 2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SERVIÇO TÉCNICO DE BIBLIOTECA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Curi, Fernanda Araujo

Ibirapuera, metáfora urbana. O público/privado em São Paulo. 1954-2017 /
Fernanda Araujo Curi; orientador Paulo César Garcez Marins. - São Paulo, 2018.
341.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo. Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

1. Parques. 2. Privatização. 3. Patrimônio Cultural. 4. Parque Ibirapuera - São Paulo.
I. Marins, Paulo César Garcez, orient. II. Título.

Elaborada eletronicamente através do formulário disponível em:
<<http://www.fau.usp.br/fichacatalografica/>>

NOME

CURI, FERNANDA ARAUJO

TÍTULO

IBIRAPUERA, METÁFORA URBANA.

O PÚBLICO/PRIVADO EM SÃO PAULO. 1954-2017

TESE APRESENTADA À FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
DOUTORA EM ARQUITETURA E URBANISMO

APROVADO EM

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. _____

INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____

ASSINATURA: _____

PROF. DR. _____

INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____

ASSINATURA: _____

PROF. DR. _____

INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____

ASSINATURA: _____

PROF. DR. _____

INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____

ASSINATURA: _____

PROF. DR. _____

INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____

ASSINATURA: _____

Com muito amor e gratidão,
aos colegas, amigos e amados,
pela força, carinho e compreensão
ao longo dessa jornada

A meu pai, minha mãe e meu irmão, pelo amor de sempre.

A meu orientador, Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins, tão presente e generoso em todas as etapas deste trabalho, com quem muito aprendi.

À Profa. Dra. Mônica Raisa Schpun, que me recebeu durante o estágio em Paris, no Centre de Recherche sur le Brésil Colonial et Contemporain da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS).

Às e aos grandes, pela força, amor e amizade que está sempre lá, não importa onde, em todas as viagens, e especialmente nesta, Giselle Rocha, Elisa Randow, Marcela Marcos, Dani Gutfreund, Rodrigo Reyer, Ricardo Rodrigues, Gustavo Mancini, Josy Palhares, Paulo Pastorelo, Pablo Lafuente, Juan Freire, André Anciães, André Mello, Joana Sillemann, Livia Aquino, Daniela Labra, Manu Ferreira, Renata Viana, Helbeth Trotta, Cristiane Egger, Clara Kutner, Diego Ferreira, Ale Marques, Carolina Vaz, Isadora Ferrite, Cristina Vicario, Borja Alvarez, Pedro Sanchez, Jaap van Andel, Antonio Neto, Leandro Vieira.

A toda a equipe do Arquivo Wanda Svevo, aos colegas da Bienal e demais instituições do Ibirapuera, em especial aos que deram aquela força nesta pesquisa: Ana Paula Marques, Cristina Fino, Adriano Campos, Ana Luiza Mattos, Melanie Vargas, Khadyg Fares, Gabriela Longman, Thiago Gil, Eduardo Sena, Marcia Rebouças (Instituto Biológico) e Leia Cassoni (MAM-SP).

A todas as equipes dos arquivos e bibliotecas consultados, em especial Edmundo Leite (Acervo Estadão). Ao querido Guilherme Vieira, pelas belas imagens do acervo da Casa Guilherme de Almeida, que ele descobriu por lá e generosamente me enviou no momento certo.

Aos dois muito queridos que partiram, mas deixaram marcas profundas nesta tese: Afonso Celso, vizinho do Ibirapuera que conheci na reunião do Conselho do Parque e me apresentou, logo no começo, aos funcionários e órgãos da instituição, que eu desconhecia; e André Storlarski, que me apresentou às ferramentas de sistematização utilizadas nesta pesquisa, essenciais pelo fato de relacionar os diferentes acervos trabalhados. Saudades.

Ao Dr. Cristiano Mendes Gomes e equipe, que me curaram do inesperado, bem no meio desse processo, e ao Dr. Ling Tung Yang e à Dra. Rita Tocantins, pela cura de sempre.

A Bik van der Pol, aos estudantes da School of Missing Studies, à turma da UmaPaz e aos colaboradores do projeto Clima_Ibirapuera, contribuição essencial para a parte empírica desta pesquisa, especialmente Lisbeth Bik, Jos Van der Pol, Felipe Mello Franco, Nikola Knezevic, Welton Santos e Paulo von Poser.

Aos antigos e novos amigos, pelas muitas trocas em Paris, Mariana Broglia, Inácio Luis, Rodrigo Lima, Alejandra Victoria; em Genebra, Vera e Ruedi Bauer; em Bordeaux, David Helman e Alex Schafran. Ao querido Luiz Risi, pela inspiração e novas imagens.

À Hélène et Jacques Fallard pour “le meilleur” de Paris, tout simplement.

Às e aos colegas da USP, em especial Daniel Vasconcelos, Felipe Moreira e a dupla dinâmica de Pernambuco, Aline Figueiroa e Rosane Piccolo.

Às e aos professores da FAU-USP que deixaram suas marcas nesta pesquisa: Ana Lanna, José Lira, Guilherme Wisnik, Vladimir Bartalini, Hugo Segawa, Monica Junqueira, Eugenio Queiroga e Renato Cymbalista.

Aos que comigo compartilharam suas memórias sobre esse e outros parques: Carlos Augusto Calil, Guilherme Wisnik, Heraldo Guiaro, Carlos Lemos, Guto Lacaz, Jacques Leenhardt.

Às responsáveis pelo belo toque final: Elisa von Randow (design) e Maria Helena Torres (texto).

Ao povo brasileiro e à Capes, pela bolsa-sanduíche concedida para o estágio em Paris, cidade que tanto inspira o pensar e o viver o espaço público.

A gente nunca sabe o que pode acontecer no futuro.
OSCAR NIEMEYER EM VISITA AO PARQUE IBIRAPUERA, 1985¹

¹ Citado em Laranjeiras, 06/10/1985.





IBIRAPUERA, 1954

Imagem aérea

Fonte: cartão-postal
da época





IBIRAPUERA, 2017

Imagem extraída
do Google earth

O que proponho, portanto, é muito simples: trata-se apenas de refletir sobre o que estamos fazendo.

HANNAH ARENDT [2007, P.33]

RESUMO

Celebrado recentemente pela imprensa estrangeira como um dos dez melhores parques urbanos do mundo, o Parque Ibirapuera é um símbolo de São Paulo. Projetado como o palco de convergência para os eventos comemorativos do IV Centenário da cidade, foi inaugurado em 1954 para simbolizar a ascensão da capital ao mundo moderno e industrializado. A história do parque, de seus edifícios e arredores é marcada por disputas, incertezas e apropriações casuísticas que ainda permanecem vorazes. Seus edifícios modernos, projetados sem clara definição de uso após os festejos que os ensejaram, foram objeto de intensa apropriação pelo poder público e entidades privadas, que obstaculizaram uma gestão integrada e coerente do Ibirapuera. Partindo da constatação preliminar de que o parque, assim como seu conjunto arquitetônico projetado por Oscar Niemeyer e equipe, foi fragmentado funcionalmente em diversas “ilhas” ao longo do tempo, procura-se compreendê-lo como um espaço altamente dinâmico e pautado por práticas que muitas vezes ameaçam a preservação de sua espacialidade e seu caráter público. Apesar de ser desde finais do século XX um território que se define pela concentração de algumas das mais importantes instituições culturais do país, é emblemático de sua trajetória instável o fato de que seus edifícios tenham sido apropriados por órgãos burocráticos durante mais de meio século e que sua área verde tenha sido drasticamente diminuída. O Parque Ibirapuera foi ainda rodeado por grandes avenidas, atravessado por túneis e entrecortado por zonas residenciais e grandes equipamentos urbanos - hospitais, institutos científicos, clubes privados, sede legislativa, sede de departamento de trânsito e zonas militares. Assim, neste estudo, ele é compreendido tanto como evidência quanto como instrumento de uma esfera pública que é definida por sua coexistência com interesses privados e geralmente por eles enfraquecida.

PALAVRAS-CHAVE: IBIRAPUERA, PARQUE, PÚBLICO/PRIVADO, PATRIMÔNIO CULTURAL, HISTÓRIA URBANA

ABSTRACT

Ibirapuera Park, celebrated recently by the international press as one of the world's ten best urban parks, is an icon of São Paulo. It was designed to be the focal point of the city's 400th anniversary commemorations and was inaugurated in 1954 to symbolize the capital's entry to the modern industrialized world. The park's history, its buildings and surroundings are marred by continuing insatiable disputes, uncertainties and casuistic appropriations even today. Its modern buildings, designed with no clearly defined use after the festivities that gave rise to them, were the object of intense appropriation by both public authorities and private entities, barriers to a coherent and integrated management of Ibirapuera. Based on the preliminary observation that the park, together with its architectural complex designed by Oscar Niemeyer and his team, was divided functionally into various "islands" over the years, an attempt is made to understand it as a highly dynamic space, characterized by practices that very often endanger the preservation of its spatiality and public nature. Although since the late 20th century it is an area that concentrates some of the country's most valuable cultural institutions, the fact that its buildings have been taken over by bureaucratic bodies for over half a century and its green area drastically reduced is emblematic of its uncertain trajectory. Ibirapuera Park was moreover hemmed in by wide avenues, crossed by tunnels and intersected by residential neighborhoods and major urban equipment, such as hospitals, scientific institutes, private clubs, legislative headquarters, traffic department head office and military zones. So in this study it is understood as both proof and instrument of a public sphere marked by its coexistence with private interests and generally undermined by them.

KEY WORDS: IBIRAPUERA, PARK, PUBLIC/PRIVATE, CULTURAL HERITAGE, URBAN HISTORY

RÉSUMÉ

Célébré récemment par la presse étrangère comme l'un des dix meilleurs parcs urbains du monde, le parc Ibirapuera est devenu un symbole de São Paulo. Conçu comme une scène de convergence des événements commémoratifs du quatrième centenaire de la ville, le parc a été inauguré en 1954 pour symboliser l'ascension de la capitale vers le monde moderne et industrialisé. L'histoire du parc, de ses bâtiments et de ses alentours est marquée par des conflits, des incertitudes et des appropriations casuistiques qui demeurent assez voraces. Ses bâtiments modernes, conçus sans qu'il y ait une définition claire pour leur usage après les commémorations qui ont été ce pourquoi ils ont été conçus, ont fait l'objet d'une intense appropriation par le pouvoir publique et des entités privées, qui ont fait obstacle à une gestion intégrative et cohérente de l'Ibirapuera. En partant du constat que le parc, ainsi que son complexe architectonique conçu par Oscar Niemeyer et son équipe, a été fragmenté au cours des années de façon fonctionnelle en plusieurs "îlots", on vise à le saisir plutôt comme un espace hautement dynamique et encadré par des pratiques qui souvent menacent la préservation de sa spatialité et de son caractère public. En dépit du fait qu'il soit, depuis la fin du xx^{ème} siècle, un territoire qui se définit par la concentration de quelques unes parmi les plus importantes institutions culturelles du pays, sa trajectoire instable est marquée par le fait que ses bâtiments aient été appropriés par des organes bureaucratiques pendant plus d'un demi siècle et que son espace vert ait été drastiquement réduit. Le parc Ibirapuera était également entouré par de grandes avenues, traversé par des tunnels et entrecoupé de zones résidentielles et de grandes installations urbaines – hôpitaux, instituts scientifiques, clubs privés, quartiers généraux législatifs, quartiers généraux du service de régulation du trafic et zones militaires. Ainsi, le parc Ibirapuera est compris dans cette thèse à la fois comme une évidence et comme un instrument d'une sphère publique qui est définie par sa coexistence avec des intérêts privés, et généralement affaiblie par eux.

MOTS-CLÉS: IBIRAPUERA, PARC, PUBLIC/PRIVÉ, PATRIMOINE CULTUREL, HISTOIRE URBAINE

RESUMEN

Celebrado recientemente por la prensa extranjera como uno de los diez mejores parques urbanos del mundo, el Parque Ibirapuera es un símbolo de São Paulo. Diseñado como el escenario de convergencia para los eventos conmemorativos del IV Centenario de la ciudad, fue inaugurado en 1954 para simbolizar el ascenso de la capital al mundo moderno e industrializado. La historia del parque, sus edificios y alrededores está marcada por disputas, incertidumbres y apropiaciones casuísticas que aún permanecen voraces. Sus edificios modernos, proyectados sin una definición clara para su uso después de los festejos que los llevaron, fueron objeto de intensa apropiación por el poder público y entidades privadas, que obstaculizaron una gestión integrada y coherente del Ibirapuera. A partir de la constatación preliminar de que el parque, así como su conjunto arquitectónico proyectado por Oscar Niemeyer y equipo, fue fragmentado funcionalmente en diversas “islas” a lo largo del tiempo, se procura comprenderlo como un espacio altamente dinámico y pautado por prácticas que a menudo amenazan la preservación de su espacialidad y su carácter público. A pesar de ser desde fines del siglo XX un territorio que se define por la concentración de algunas de las más importantes instituciones culturales del país, es emblemático de su trayectoria inestable el hecho de que sus edificios hayan sido apropiados por órganos burocráticos durante más de medio siglo y que, su área verde ha sido drásticamente disminuida. El Parque Ibirapuera fue posteriormente rodeado por grandes avenidas, atravesado por túneles y entrecortado por zonas residenciales y grandes equipamientos urbanos – como hospitales, institutos científicos, clubes privados, sede legislativa, sede de departamento de tránsito y zonas militares. Así, el Parque Ibirapuera es comprendido en este estudio tanto como una evidencia como un instrumento de una esfera pública que es definida por su coexistencia con intereses privados, y generalmente debilitada por ellos.

PALABRAS CLAVE: IBIRAPUERA, PARQUE, PÚBLICO/PRIVADO, PATRIMONIO CULTURAL, HISTORIA URBANA

SUMÁRIO

[26] INTRODUÇÃO

[50] **CAPÍTULO 1**

A festa acabou

O parque como lugar de abandono (1954 a 1960)

[55] Futuros incertos

[76] "O camarada Ciccillo"

[89] Disputando futuros

[100] O poder se instala

[110] O desleixo se generaliza

[120] **CAPÍTULO 2**

"Brasília paulistana"

O parque como lugar de poder (1960 a 1980)

[124] Perdendo terreno, ganhando instituições

[138] Parques e *parkways*

[152] Entre o desleixo e a insegurança

[161] Velhos sonhos, novas promessas

[177] Edifícios, carros e lagos, tal qual Brasília

- [184] **CAPÍTULO 3**
Uma trincheira cívica
O parque como lugar de lazer (1980 a 2000)
- [186] Novas práticas de lazer, novos problemas
[195] Espaços em disputa
[205] Patrimônio público, paradoxo da modernidade
[223] A iniciativa privada propõe
[231] Outro plano de Niemeyer
[238] Mais espaço para a cultura
- [248] **CAPÍTULO 4**
Entre conquistas e concessões
O parque como lugar de cultura (2000 a 2017)
- [250] Domínios privados e a frágil noção de esfera pública
[259] Niemeyer, outra vez
[268] Um museu contrastivo
[277] O último a chegar
[283] O parque hoje... E depois?
[290] Caminhar é preciso
- [308] Considerações finais
[320] Bibliografia
[341] Arquivos e bibliotecas consultados

INTRODUÇÃO

Foi um exercício de criatividade, porque não sabíamos direito para que serviriam os prédios que estávamos erguendo, de que maneira eles seriam ocupados, por quantas pessoas, etc. Haveria a feira internacional do 4º Centenário, mas, e depois?

CARLOS LEMOS [citado em CAVERSAN, 23/09/2003]

“E DEPOIS?” foi exatamente a questão que impulsionou esta pesquisa, ainda em meados de 2012: depois da sua inauguração na São Paulo dos anos 50, o que aconteceu com o Parque Ibirapuera? Se esse foi o começo da trajetória da pesquisa, o final não poderia deixar de ser mais enfático em relação ao que será traçado nesta tese sobre a trajetória desse parque, sempre fragilizado pela porosa fronteira entre o público e o privado. Trata-se da decisão da Prefeitura de São Paulo de conceder à iniciativa privada por 35 anos a gestão do Ibirapuera e de mais cinco parques. Tal diligência pública é temerária, tanto quanto muitas outras que fragmentaram e diminuíram o Ibirapuera ao longo das mais de seis décadas a cujo estudo nos dedicamos. A elas voltemos, então.

A indagação de Carlos Lemos, infelizmente, não costuma integrar o rol de preocupações dos responsáveis por muitas obras urbanas do país, sobretudo aquelas erguidas para eventos de grande visibilidade. Na maioria dos casos elas são pensadas, projetadas e executadas às pressas, para ser inauguradas a tempo de uma data comemorativa específica ou de um mandato político. A oportunidade aparece, construir é uma das maneiras mais eficazes de movimentar o mercado financeiro e, além de tudo, uma ocasião perfeita para fixar marca ou marco na cidade. Projetos esplêndidos,² no entanto, são engavetados porque mudam as pessoas que

² Exemplos são a primeira linha do metrô de São Paulo, projetada nos anos 20, mas só construída meio século depois; a inclusão de bacias de contenção, na época da retificação do Rio Tietê, que evitaria o transtorno das enchentes; e projetos mais recentes, como os do Grupo Metrôpole Fluvial,

estão a cargo das decisões e, algumas vezes, desengavetados tarde demais, quando as condições já são outras ou quando, talvez, já perderam até o sentido. É um (des) planejamento urbano desconectado de significados, direitos e necessidades³ dos habitantes da cidade, servindo em caráter primordial ao poder público e aos interesses privados, como algo que simplesmente acontece, já decidido, sem consulta, sem prós e contras, sem depois.

Exemplos recentes dessa ausência de planejamento para o futuro são o Parque Olímpico no Rio de Janeiro, que, sob o olhar de veículos internacionais, já se encontrava “em ruínas e abandono” [MÍDIA..., 10/02/2017] pouco mais de seis meses após o grande evento de 2016; e também os estádios construídos ou reformados como “Arenas” para a Copa 2014 em 12 capitais brasileiras, posteriormente percebidos como “elefantes brancos” [JUNIOR, 29/01/2017] nos quais não há jogos, *shows* ou outro tipo de uso que consiga arcar com o alto custo de sua manutenção mensal. A solução vista pelo poder público, em casos como esses, é quase sempre dar um novo uso, provisório e circunstancial,⁴ muitas vezes instalando suas próprias sedes administrativas⁵ ou concedendo esses espaços à iniciativa privada. Em lógica inversa, uma vez que não se pode arcar com as despesas e administração desses locais construídos com verba pública, entrega-se ao interesse privado que se incumbirá de os embalar para o consumo exatamente do contribuinte, que voltará a pagar por ele.⁶

Na São Paulo dos anos 50, o Parque Ibirapuera foi um exemplo desse ímpeto construtivo sem planejamento de futuro, como afirmou o arquiteto Carlos Lemos, da equipe de Oscar Niemeyer, na epígrafe desta introdução. Parte de um progra-

que previam a construção de um hidroanel metropolitano de São Paulo, uma rede de vias navegáveis composta pelos rios Tietê e Pinheiros, e pelas represas Billing e Taiacupeba, resultando em 170km de hidrovias urbanas; ou, ainda, projetos participantes de concursos nacionais, como a revitalização da Av. Paulista, cuja proposta vencedora, que previa uma passagem de nível entre o Masp e o Parque Trianon, segue engavetada há mais de dez anos.

3 De acordo com Ana Rita Sá Carneiro [2010, p.56], “o espaço público deveria cumprir pelo menos três papéis básicos na vida das pessoas: o de ser aquilo que elas tenham por necessidade; aquilo que tenham por direito; e aquilo que para elas tenha significado”.

4 No caso da Arena Pantanal, em Cuiabá, por exemplo, o estádio com capacidade para 41 mil pessoas e custo mensal de manutenção de R\$ 700 mil “é hoje um colégio estadual para 300 alunos de 12 a 17 anos [ver MENDONÇA, 12/06/2017].

5 É o caso do Estádio Mané Garrincha (DF), o mais caro da Copa com “capacidade para 72 mil torcedores em uma cidade sem tradição no futebol e que não possui clubes sequer na Série C do Brasileiro”. Como informa reportagem do site Terra sobre os estádios da Copa, “Hoje a arena é costumeiramente utilizada como sede de secretarias do governo ou estacionamento de ônibus da frota da capital federal” [ver ELEFANTES..., 12/06/2015].

6 Além dos estádios da Copa, principalmente os construídos em locais sem tradição de jogos locais e regionais, outro exemplo recente é o Acquário do Ceará, localizado na Praia de Iracema, em Fortaleza, cuja construção foi iniciada na gestão do governador Cid Gomes (PSB) em 2012. O empreendimento recebeu investimentos de mais de R\$ 138 milhões do governo do estado e, com 75% da estrutura de concreto concluída, a obra parou por falta de verba. Em 2015, já na gestão de Camilo Santana (PT), foi anunciada abertura de nova licitação para que a iniciativa privada concluísse a obra (até dezembro de 2017 a licitação não fora aberta). Estudos do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) estimam que o preço do bilhete para o Acquário será de R\$ 60 para o público, sem considerar meia entrada.

ma mais amplo de “melhoramentos”⁷ da cidade, em menos de cinco anos após sua inauguração, ocorrida em 21/08/1954, o Ibirapuera já era apontado pela imprensa paulistana como “em ruínas” [IBIRAPUERA..., 17/03/1959] e em “completo abandono” [CHAVES, 07/01/1959], sendo também chamado de “elefante branco”.⁸ A história do parque, de seus edifícios e arredores é marcada por disputas, incertezas e apropriações casuísticas, que permanecem vorazes nos dias de hoje.

Projetado como o palco de convergência para os eventos comemorativos dos 400 anos de São Paulo – o “IV Centenário”, possivelmente a maior festa que já aconteceu na cidade – o Ibirapuera simbolizava, sobretudo, o desejo das elites industriais em pontuar os espaços da capital paulista com modernidade [ABREU, 2007, p.9]. A análise da trajetória das apropriações sociais e institucionais ocorridas nesse espaço desde 1954 aos dias de hoje permite a compreensão de dinâmicas urbanas de São Paulo a partir de um contexto histórico circunscrito, revelando com nitidez a fragilidade de nossa dimensão pública. Nesse sentido, sua trajetória pode ser compreendida como metáfora de uma prática urbana que privilegia lógicas de apropriação do espaço público colocando em risco, frequentemente, a possibilidade de sua fruição como espaço pautado por expectativas plurais e complexas.

Essa fragilidade, ou pelo menos essa tensão, pode ser identificada na origem dos parques urbanos, de acordo com Caroline Constant [2012], em cuja opinião, o impulso gerador de paisagens públicas na Europa e nos Estados Unidos durante meados do século XIX foi uma consequência do projeto iluminista de reformar o ambiente urbano dotando-o de uma série de tipos inovadores de construções e espaços – teatros, mercados, museus e instituições educacionais, e também praças, bulevares e parques seriam os espaços que proporcionariam o cenário para novas formas de vida cívica. Criados em resposta às forças democratizadoras que

7 De acordo com a pesquisa de Regina Meyer [1991, p.51, 52 e 53], o Plano de Melhoramentos Públicos, aprovado em setembro de 1951 (lei 4.104/51) previa a organização de “um gigantesco programa”, nas palavras do texto de divulgação do plano publicado pela prefeitura em 1952, visando à comemoração dos 400 anos de São Paulo, em 1954. Segundo a autora, desde o Plano de Avenidas, de Prestes Maia, na década de 1930, “a metrópole não havia sido alvo de um plano consistente de melhorias urbanas”. O novo plano, que “apontava para uma visão ampla dos problemas urbanos sem contudo deixar de ser um programa de obras”, previa a ampliação do saneamento básico do município; o aumento de logradouros pavimentados; a execução de avenidas cujos projetos, que datavam da década de 1930, seriam reavaliados; a construção de pontes e a substituição de antigas estruturas de madeira por novas de concreto; a construção de dois mercados (Lapa e Osasco). A área cultural, beneficiada no programa com a “construção do Teatro Infantil Municipal, da reforma do Teatro Colombo e da reforma e restauro do Teatro Municipal”, recebeu especial atenção “sobretudo com a construção do Parque Ibirapuera”. Meyer, contudo, pontua: “Este conjunto de melhoramentos, qualificados como “gigantescos”, comprometidos com o progresso e com a onda de dinamismo que invadia o município, tinham, sem dúvida um caráter modernizante. No entanto fica claro que não se tratava de um plano, no sentido de um projeto elaborado estrategicamente, comportando uma sequência de operações coordenadas destinadas a atingirem um objetivo”, remetendo mais a uma “atenuação das dificuldades presentes, a uma melhoria geral das condições urbanas do que uma proposta prospectiva”.

8 As chamadas às referências que se repetirem dentro de um mesmo parágrafo não serão mencionadas; trechos aspeados sem chamada dirão respeito, portanto, à chamada anterior.

levaram as nações europeias a forjar instituições públicas a partir de recursos que antes eram de domínio exclusivo da aristocracia, tais instituições culturais e espaços cívicos foram inseridos na cidade como símbolos de liberdade e como instrumentos para elaborar uma cidadania comprometida e moderna. Assim, muito embora o parque urbano do século XIX tenha sido concebido em parte para servir como “pulmão” da cidade, para atenuar suas condições insalubres introduzindo espaços verdes abertos, foi também uma das várias instituições destinadas a democratizar a cidade educando seus cidadãos, fornecendo-lhes oportunidades para atividades construtivas de lazer. A autora, contudo, prossegue:

Se, como afirma Robert Westbrook, “a democracia é um conceito” essencialmente contestado “cuja definição nunca é neutra, mas sempre enredada em compromissos morais e políticos concorrentes”, então a relação complexa e aberta entre o *design* de paisagem pública e um modo de vida democrático merece exame. Tal escrutínio revela um contraste entre a retórica democrática de abertura e acessibilidade e as exclusões tácitas que são ideologicamente impostas à paisagem projetada. Como Stephen Daniels reconhece, “A paisagem, o conceito central da geografia cultural tradicional, não acomoda facilmente as noções políticas de poder e conflito; de fato, tende a dissolvê-las ou ocultá-las” [CONSTANT, 2012, p.193-194].

Desse modo, busca-se compreender o parque como lugar de exercício da vida pública em uma metrópole contemporânea – a quarta maior do mundo – e também observar as (im)possibilidades dessa vida pública a partir do parque. Assim, o parque é resultado das equações tensas entre público e privado da cidade, mas também o seu vetor, uma vez que ele impulsiona tal equação na cidade, por seu papel absolutamente central. Nesse sentido, procura-se ainda compreendê-lo segundo os parâmetros estabelecidos por Ulpiano Bezerra de Meneses [1996, p.147], para quem a cidade deve ser historicizada como ser social, definida e explorada “levando em conta sua prática e representações pela própria sociedade que a institui e a transforma continuamente”. O Ibirapuera é então compreendido de acordo com as três dimensões interdependentes definidas pelo autor: artefato, campo de forças e imagem. O parque tem fisicidade, é “um segmento da natureza socialmente apropriado, ao qual se impôs forma, função e sentido” [p.149]. Como lugar de lazer, cultura, poder e simbolização da cidade, ele também pode ser compreendido, de acordo com Meneses [p.149], como “um campo de forças econômicas, territoriais, especulativas, políticas, sociais, culturais, em tensão constante”. Por fim, como um lugar de negação visual da arquitetura urbana, de seu escape, é como uma não cidade dentro da cidade.

Foi, no entanto, concebido como espaço público misto, arborizado e, simultaneamente, construído materializando uma ambivalência formal que facilitará sua

integração a uma lógica de ocupação urbana voraz, em que a fruição coletiva, pública, cede espaço a expectativas privadas, instaladas dentro ou fora da esfera pública. Suas edificações o integram à trajetória da cidade que se verticalizava,⁹ se expandia horizontalmente e se construía com imensa rapidez desde a década de 1930, e que não foi capaz de prever e preservar áreas verdes com a mesma frequência de outras metrópoles ocidentais.¹⁰ De acordo com Ana Rita Sá Carneiro [2010, p.155],

Uma das questões marcantes da realidade brasileira é o fato de, no planejamento urbano, os espaços livres públicos não serem pensados como mais um sistema entre os tantos outros que constituem a estrutura urbana, como o de energia elétrica, o de abastecimento d'água e o sistema viário, por exemplo. Daí a dificuldade de se compreender, em relação à cidade como um todo, a função do parque, que passa despercebida. O parque, assim, é visto como não mais que um espaço de contemplação ou uma área de esportes; um elemento isolado cuja função não dialoga com a dos demais elementos da paisagem urbana.

O Ibirapuera é então tomado como um objeto capaz de iluminar as contradições da própria cidade. Afinal, ao investigar a história do principal parque de São Paulo, o objetivo maior é compreender os usos, não usos, desusos e abusos sobre esse espaço público simbólico da metrópole, e mais amplamente, sobre a dimensão pública do espaço urbano numa das cidades mais populosas do mundo. Parafraseando Murillo Marx [1989, p.10],¹¹ o alvo deste trabalho não seria então o Parque Ibirapuera, mas a dimensão pública do espaço urbano em São Paulo, perscrutada por meio dele.

Criado pelas autoridades governamentais para integrar natureza, arte, cultura, ciência, indústria e lazer, o Parque Ibirapuera consolidou-se como território de disputas entre tais funções e um progressivo aumento de seu uso pela administração pública. Ao passo em que frações de seu espaço foram sendo partilhadas e apropriadas, seus edifícios modernos, projetados sem clara definição de uso após os festejos, foram também objeto de intensa apropriação pelo poder público e por entidades privadas. Ainda que muito tenha sido discutido a res-

9 Como elencou Raul Lores [2017, p.10]: “Copan. Conjunto Nacional. Galeria do Rock. Galeria Metrôpole. CBI-Esplanada. Itália. Bretagne. Paqueta. Três Marias. Jardim Ana Rosa. Foram todos projetados ou inaugurados entre 1950 e 1960: em pouco mais de uma década, São Paulo viveu um verdadeiro milagre arquitetônico”.

10 A Organização Mundial de Saúde estabelece como quantidade mínima de área verde por habitante 12m², sendo 36m² a ideal. No mundo, a referência é Estocolmo, com cerca de 86m² por habitante. De acordo com dados da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, dos 32 distritos da cidade de São Paulo apenas dez atingem o mínimo, sendo que nenhum deles faz parte da região central e do centro expandido da capital. No distrito do Parque Ibirapuera, Vila Mariana, é de 5,14m², mas chega-se a limites como 0,62m² na Cidade Ademar, ou 0,35 na Mooca, de acordo com os indicadores de 2011, por exemplo [SÃO PAULO, 2011].

11 “Não era a antiga Piratininga o alvo de nosso trabalho, mas a cidade brasileira, perscrutada através daquela” [MARX, 1989, p.10].

peito do processo de construção do parque, ou da incompletude de seu conjunto arquitetônico com a ausência do auditório por mais de 50 anos, muito pouco foi debatido a respeito da finalidade funcional de seus pavilhões e, menos ainda, da considerável diminuição da área de seu entorno – mas sobretudo da ausência de planejamento mais amplo e integrado, que poderia ter dotado o Ibirapuera com capacidade de centralização cultural e ambiental, em escala local, regional, nacional, internacional.

O objetivo geral desta pesquisa é, portanto, delinear uma análise dos processos de ocupação do Parque Ibirapuera, suas tensões e contramarchas, entre 1954 e 2017. Para a realização desse objetivo, busca-se compreender a relação entre ideias, modelos e planos elaborados para o parque com as diferentes contemporaneidades em que tais expectativas surgiram. Nesse sentido, analisam-se a fragmentação de seu território e a trajetória funcional de seus edifícios nas últimas sete décadas, investigando os sujeitos concretos que protagonizaram essa história de apropriações, visando compreender esse parque como um campo de disputas entre agentes públicos e privados.

Como bem definiu Raul Juste Lores [2017, p.24], “O Ibirapuera representou a consagração da arquitetura moderna (e de Niemeyer) na Pauliceia, em uma obra pública supervisionada por empresários”. Localizados no rico setor sudoeste da cidade, o parque e seu entorno passaram por inúmeras transformações devido à sobrecarga na infraestrutura urbana que exigia cada vez mais novos investimentos, como avenidas, vias expressas, túneis e viadutos. Sem um planejamento mais abrangente – no espaço, no tempo – essas intervenções pontuais e circunstanciais acabaram por fragmentar o território do parque e favorecer o controle privado sobre sua destinação, em detrimento de sua função e do interesse público. Transformado num verdadeiro campo de batalha, sua história reflete o modo como, em nossa “coisa pública”, o caráter particularista é devastador.

Tais dimensões não são exatamente distintas ou estanques segundo autores que problematizaram essas esferas como conceito e também como prática no Brasil. No anos 60, Jürgen Habermas [2014] inaugurou a reflexão contemporânea sobre a esfera pública, entendendo-a como o âmbito pelo qual a sociedade civil se informa e debate, formando opinião pública e chegando a consensos em torno de assuntos de interesse geral. O pensador alemão, focando na vida pública e política dos séculos XVII e XVIII até meados do século XX na Inglaterra, França e Alemanha, analisou processos e circunstâncias em que se constituiu uma esfera não estatal, com a participação civil em assuntos antes considerados exclusivamente de interesse do Estado. As reflexões de Habermas influenciaram – e para eles contribuíram – o debate e a formação de todo um pensamento em torno das relações entre Estado e sociedade civil democrática. Levando-se em conta a complexidade do conceito elaborado por Habermas, seria possível compreender o Ibi-

rapuera não como algo que sugere apenas uma limitação espacial, mas sim como um elemento norteador a partir do qual essa discussão em torno da esfera pública pode ser travada, pois, como enfatiza o autor, a esfera pública jamais deve ser confundida com uma organização ou constituir um espaço com fronteiras.

Sérgio Buarque de Holanda [1995, p.82], no fundamental *Raízes do Brasil*, torna-se assim uma referência central neste trabalho, ao tratar a questão dos particular-patrimonial-personalimos arraigados na sociedade brasileira, “uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família”:

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. (...) Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. Há nesse fato um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo (...) [HOLANDA, 1995, p.141].

Hannah Arendt [2007, p.33] aproxima-se da reflexão de Holanda quando remonta à sociedade grega: “o surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, além da sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu bios politikos”. Assim, “a capacidade humana de organização política não apenas difere mas é diretamente oposta a essa associação natural cujo centro é constituído pela casa (oikia) e pela família”. A autora destaca a impossível continuidade do “domínio absoluto e incontestado” dos poderes dos chefes de família na esfera política, pelo fato de eles serem “mutuamente exclusivos”: “Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (idion) e o que é comum (koinon)”. Essa grande diferença, contudo, jamais se aplicou à vida no Brasil, onde se mantêm apegos a valores caducos que perpetuam a “desigualdade social histórica, notável e persistente”, evocando a fala certa de Ermínia Maricato [2013, p.4 e 6]:

O poder social, econômico e político sempre esteve associado à detenção de patrimônio seja sob a forma de escravos (até 1850) seja sob a forma de terras ou imóveis (de 1850 em diante). Essa marca – patrimonialismo – se refere também à privatização do aparelho de Estado tratado como coisa pessoal. O patrimonialismo está ligado à desigualdade social histórica, notável e persistente que marca cada poro da vida no Brasil. (...)

A universalização do favor, o clientelismo, a privatização da esfera pública medeiam as relações sociais e se aplicam inclusive nas relações entre o executivo, o legislativo e o judiciário. Essa “flexibilização se combina, contraditoriamente, a

uma notável burocratização resultante de procedimentos exagerados e legislação detalhista. Elaborar planos é fácil. O difícil é implementá-los nesse contexto.

Ao traçar uma história social do famoso parque projetado por Olmstead e Vaux até a década de 1990, os historiadores Roy Rosenzweig e Elizabeth Blackmar [1992] levantam questões como o próprio significado de “público” nas sociedades democráticas, algo que pautou as disputas em torno desse parque nova-yorkino ao longo do século xx. Analisando um período de 150 anos, os autores investigaram as influências políticas e de mercado na história do Central Park, em paralelo ao desenvolvimento da cidade de Nova York, apontando que, como também se processou no Ibirapuera, o termo “público” (como em parque público), ainda que certamente envolva dimensões que o entrelaçam aos campos da política, cultura, espaço e propriedade, é definido, sobretudo, pelos padrões de uso.

Isso nos permite pensar que o desafio de se fazer de um parque um espaço público consiste em criar um território aberto – para todos – numa cidade capitalista dividida socialmente. De modo que algumas questões emergem: quem se beneficia ou tem a possibilidade de usufruir desse espaço público? Quem decide sobre ele? Pode esse espaço acomodar pessoas de diferentes sociabilidades e *backgrounds* culturais? Afinal, quão ‘pública’ se constitui a nossa dimensão pública? O estudo desse parque nos indica algumas possibilidades para tais questões, como sugere Galen Cranz [1982, p.xii]:

Para entender a sociedade, eles [os parques] são um exemplo excelente de como as forças sociais moldam e são moldadas pelo mundo físico. Processos sociais, econômicos, políticos e psicológicos influenciam localização, tamanho, forma, composição, equipamentos e paisagismo dos parques. Quando esses critérios são estabelecidos, podem tanto limitar quanto estimular as possibilidades de interação humana.¹²

As investigações de Françoise Choay [2001] são duplamente importantes nesta pesquisa, pois fornecem chaves primordiais para a questão da patrimonialização e preservação do Ibirapuera em face das demandas que a ele se impõem, sobretudo durante o processo de seu tombamento pelo órgão estadual de defesa do patrimônio, o Condephaat, que será abordado no capítulo três. Seguindo as reflexões da autora, podemos pensar o Parque Ibirapuera, ao longo dos 63 anos aqui analisados, como monumento tanto “transformado em produto cultural” quanto destinado “a fins econômicos que se beneficiam simbolicamente de seu *status* histórico e patrimonial”, mas que a ele “não se subordinam”.

12 Nessa e nas demais citações em idioma estrangeiro a tradução é da autora da tese.

É referência para esta tese a revisão de Choay [1979, p.6] das principais ideias sobre o tema de autores fundamentais, desde pensadores políticos, de “espíritos mais diversos, ou até opostos” que denunciaram, no século XIX, a higiene física deplorável das grandes cidades industriais, como “os lixões fétidos amontoados e a ausência de jardins públicos nos bairros populares”. Esses autores, do que Choay [p.18] denomina “pré-urbanismo”, são “generalistas (historiadores, economistas ou políticos)” que diferem dos autores do “urbanismo”, em sua opinião os “especialistas, geralmente arquitetos”, que vão ter suas ideias “aplicadas na prática”. Ela conclui que

O urbanista deve deixar de conceber a aglomeração urbana exclusivamente em termos de modelos e de funcionalismo. É preciso parar de repetir fórmulas fixas que transformam o discurso em objeto, para definir sistemas de relações, criar estruturas flexíveis, uma pré-sintaxe aberta a significados não construídos (...) A linguagem urbanística perderá a especificidade para conquistar um plano superior de generalidade; indiretamente, pela referência aos outros sistemas significantes, contribuirá para o conjunto da coletividade e implicá-lo-á [CHOAY, 1979, p.54 e 55].

Pois, como já sinalizava a autora há quase 40 anos, “ninguém hoje sabe qual será a cidade de amanhã. Talvez ela perca uma parte da riqueza semântica que possuiu no passado. Talvez seu papel criador e formador seja assumido por outros sistemas de comunicação (televisão ou rádio, por exemplo). Talvez assistamos à proliferação, por todo o planeta, de aglomerados urbanos, indefinidamente extensos, que farão o conceito de cidade perder todo o significado” [CHOAY, 1979, p. 55]. Importante ressaltar que a reunião dos textos dos principais pensadores, tanto do “pré” quanto do “urbanismo”, foi também essencial sobretudo na relação dos autores sob a égide “antrópolis: com vistas a um planejamento humanista”, particularmente inspiradores, a quem a autora atribui “importância quase revolucionária”: Patrick Geddes (1854-1932), contemporâneo de Haussmann, biólogo que se tornou urbanista fazendo a conexão entre urbanismo, ciências sociais e ciências da natureza, considerado pioneiro no conceito de cidade sustentável (*ville durable*) e do mote *think global, act local*;¹³ Lewis Mumford, historiador e sociólogo que ampliou e desenvolveu o pensamento de Geddes, combatendo o urbanismo progressista e defendendo a ideia de que “o regionalismo pertence ao futuro” [p.40]; e também Jane Jacobs, para quem “uma das tarefas mais urgentes do urbanismo” era “fazer os interessados participarem do modelamento de sua cidade”, e que, como

13 Anotações da autora no Seminário Patrick Geddes (1854-1932), inventeur de l’urbanisme, pionnier de la “ville durable”, ministrado por Albert Levy na EHESS em 12/06/2017.

os demais autores, destacava “o caráter traumatizante e diminuidor de uma planificação que coloca o habitante diante do fato consumado” [p.45].

A aproximação de questões urbanas latentes ao exercício do cotidiano, tecida por Jane Jacobs [1961], constituiu grande inspiração para esta pesquisa, sobretudo em sua aposta na inevitabilidade da diversidade urbana, na força dos movimentos sociais e na defesa dos valores da vida pública. Como apontou Sharon Zukin [2010], seu livro *Morte e vida das grandes cidades norte-americanas* celebra a capacidade humana de regular a vida social mediante atividades cotidianas (como andar até a escola, fazer compras, observar a vizinhança pela janela). Ao mesmo tempo, a autora observa que, se Jacobs, por um lado, “descobriu que a vida social dos espaços comuns depende da variedade, da densidade das multidões e da liberdade de inventar usos imprevisos” – demonstrando que, ao trabalhar com a vizinhança, “um movimento ativista de baixo para cima pode forçar as poderosas agências governamentais a recuar”, chegando a obstruir três intervenções de Robert Moses, “o Barão Haussmann do século vinte” –, por outro lado, não conseguiu “ver que a autenticidade que ela admirava era, em si, um produto social”. Segundo Zukin [p.16, 17 e 18], Jacobs falha por não perceber que “expressa uma apreciação estética gentrificadora da autenticidade urbana”. A revisão da obra de Jacobs feita mais de duas décadas depois por Marshall Berman [1986] é também relevante aqui por refletir sobre o efeito devastador de certas ações de Robert Moses no planejamento urbano de Nova York em prol do progresso e da modernidade, enfocando sobretudo a falta de compromisso democrático das diversas parcerias público-privadas que utilizou a fim de viabilizar seus planos.

David Harvey [1989, 2011] também norteia conceitualmente esta pesquisa, pois suas ideias sobre a modernidade e o capital permitem refletir sobre o projeto desenvolvimentista implementado no Brasil desde o pós-guerra. A concepção do progresso aliada à ideia de sociedade moderna – e da arquitetura moderna, que representava a promessa de um recomeço –, o surto industrial e o crescimento econômico do país situam a criação do Ibirapuera no ápice da consolidação, em São Paulo, do modelo de urbanização que, segundo o autor, tem sustentado o capitalismo desde 1945.¹⁴

Teresa Caldeira [2000] é referência que atravessa todos os capítulos desta tese, posto que analisa, em São Paulo, os processos “de privatização da segurança

14 Ao identificar que o acúmulo de capital e o excesso de mão de obra destinados à urbanização constituíram o fator que possibilitou a saída da recessão da Segunda Guerra Mundial, determinando a relação umbilical entre urbanização e saúde da economia num ciclo vital contínuo (quando as dinâmicas da urbanização vão mal, a economia vai junto, e assim por diante), Harvey [1989] argumenta que a urbanização opera tanto no sentido de “saída para a crise” quanto no que “definirá a próxima crise”. Exemplifica com a construção de subúrbios nos Estados Unidos a partir de 1945, que “salvou o capitalismo” ao mesmo tempo em que criou um modelo de vida insustentável, consumindo vasta quantidade de terras e energia, criando sistemas de *highways* e perpetuando a cultura do automóvel, da televisão, do ar-condicionado – sobretudo aponta como esse modo de vida se perpetuou e transformou valores, entre eles o de “comunidade”, abafado pela defesa de valores de propriedade e identidade individualistas.

e a reclusão de alguns grupos sociais” [p.10] no que denomina “enclaves fortificados”. Em cidades fragmentadas por enclaves fortificados, “é difícil manter os princípios de acessibilidade e livre circulação, que estão entre os valores mais importantes das cidades modernas”. É na segregação, defende a autora, que “o caráter do espaço público muda, assim como a participação dos cidadãos na vida pública”, uma vez que ela “serve de base a um novo tipo de esfera pública que acentua as diferenças de classe e as estratégias de separação” [p.212]. Caldeira observa que “o Brasil tornou-se um país moderno com base numa combinação paradoxal de rápido desenvolvimento capitalista, desigualdade crescente e falta de liberdade política e de respeito aos direitos dos cidadãos”, ressaltando que “São Paulo (...) a região que melhor representa a modernidade brasileira com todos os seus paradoxos (...) tornou-se um dos melhores símbolos de uma sociedade de consumo industrial pobre mas moderna, heterogênea e profundamente desigual” [p.48].

Tomamos o pensador polonês Zigmunt Bauman [2001] para corroborar as ideias de Caldeira quando aquele discorre sobre os “lugares públicos-mas-não-civis”, como ele nomeia certos espaços urbanos, a partir da clássica definição de Richard Sennett [1988, p.58] sobre a cidade: “um assentamento humano no qual estranhos irão provavelmente se encontrar”. Segundo Bauman [2001, p. 111, 112], para que esse encontro possa acontecer, é necessário que exista algo que proteja “as pessoas umas das outras, permitindo, contudo, que possam estar juntas”, ou seja, é necessário “um grupo de habilidades que Sennett listou sob a rubrica ‘civildade’”. Para ambos os autores, portanto, carece a existência de espaços na cidade onde “as pessoas possam compartilhar como *personæ* públicas”, bem como que a cidade se apresente a seus moradores “como um bem comum que não pode ser reduzido ao agregado de propósitos individuais” [p.112]. Nesse sentido, tanto Caldeira quanto Bauman fortaleceram minhas percepções de que o Ibirapuera, numa reflexão sobre a dimensão pública do espaço urbano em São Paulo, é um objeto que espelha a sobreposição de público e privado. Cabe, contudo, frisar que não se trata aqui de entender o público e o privado como algo dual, e sim como forças que ora se complementam, ora se confundem, ora se repelem.

O antropólogo francês Marc Augé [1992, p.109] argumenta que “Na realidade concreta do mundo de hoje, os lugares e os espaços, os lugares e os não lugares se entrelaçam, se interpenetram”. Ao denominar “não lugar” tanto “as instalações necessárias à circulação acelerada de pessoas e bens (vias rápidas, cruzamentos de rotas, aeroportos)” como “os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais”, ou ainda “os campos de trânsito prolongado em que se estacionam os refugiados do planeta”, o autor chama atenção para essa outra categoria do espaço urbano. Os “não lugares” seriam então atributos da “supermodernidade”, que é como ele define “o que procede simultaneamente das três figuras de excesso”, decorrentes

da aceleração própria do mundo contemporâneo: a “superabundância de acontecimentos, a superabundância espacial e a individualização das referências” [p.119].

Pois vivemos em uma época, sob esse aspecto, também paradoxal: no momento em que a unidade do espaço terrestre se torna pensável e em que se reforçam as grandes redes multinacionais, amplifica-se o clamor dos particularismos: daqueles que apenas querem ficar em casa ou daqueles que querem voltar a ter pátria, como se o conservadorismo de uns e o messianismo de outros estivessem condenados a falar a mesma língua: a da terra e das raízes [AUGÉ, 1992, p.40].

Augé trata da “supermodernidade” no final do século xx; podemos, então, constatar que os excessos a que o autor se refere apenas se intensificaram nestas últimas décadas. Embora estejamos aqui analisando um espaço urbano que possui sentido histórico e de pertencimento, e, portanto, não se insere nos “não lugares” de Augé, o contraponto sugerido pelas reflexões do autor torna-se inspiração para o entendimento de muitos dos paradoxos dessa história.

Nos trabalhos acadêmicos específicos sobre o Parque Ibirapuera com os quais esta tese dialoga, há interesse predominante pelo período anterior ao aqui abordado (1954-2017). São reflexões que buscaram conhecer o processo de formação até a implementação do Ibirapuera em 1954, bem como o da construção da nova identidade paulistana nesse momento de inflexão na história da cidade, ao comemorar seus 400 anos e lançar-se no cenário moderno internacional, industrial e cultural. Cabe destacar a pesquisa pioneira de Regina Meyer [1991], que insere a criação do Ibirapuera no período de consolidação da metrópole em “seu caminho inexorável de modernização”, enfatizando que, embora o parque se tivesse tornado “uma das obras mais significativas da década”, ou ainda, o “exemplo de parque urbano comprometido com o Movimento Moderno”, sua inserção na cidade simultaneamente aprofundava “os problemas de uso do solo urbano” [p.60 e 61]; a de Maria Arminda Arruda [2015], que, por meio de reflexão sobre as obras urbanas, intelectuais e culturais produzidas em meados do século xx, analisa o desenvolvimento e o poder econômico de São Paulo e sua inserção na modernidade, compreendendo o Ibirapuera como “um enclave modernista no meio da cidade industrial, de intensa urbanização e de características caóticas”, cuja implantação simbolizava “o recomeço de um novo momento (...) sancionador de princípios arquitetônicos que atingirão o ápice com a construção de Brasília” [p.87 e p.85]; a dissertação de Fabiano de Oliveira [2003b], que traça um vasto panorama dos projetos elaborados para o Ibirapuera anteriores ao projeto de Niemeyer, enfatizando nas propostas suas diferentes concepções de modernidade e ampliando a discussão sobre agentes e práticas urbanísticas, paisagísticas e arquitetônicas do período entre 1926 e 1954; e a tese do mesmo autor, sobretudo em sua identifi-

cação da “multiplicidade de funções e intenções que se mesclam nas formações” dos parques públicos em São Paulo, “no sentido de desenredar os processos” que levaram a definições desses espaços, “em que são notórias as transformações ao longo do tempo e as constantes revisões programáticas, de desenho e de visões de cidade que se apresentam” [OLIVEIRA, 2008 p.90]; o texto de Paulo César Garcez Marins [1999] situa os monumentos e edifícios do parque como marcos simbólicos da construção da identidade paulista no momento em que a cidade acolhia a superação do seu mito bandeirante de origem e a materialização das formas de Niemeyer e sua equipe, apontando a identidade urbana para o futuro; o de Silvio Luiz Lofego [2004], que reflete sobre o ato de celebrar a partir da documentação produzida pela Comissão do IV Centenário, levantando os diversos significados dessa comemoração e os agente envolvidos no evento. Foram também indispensáveis os trabalhos de Ana Claudia Barone [2007, 2009], que deslocam o enfoque do eixo comemorativo para questões em torno das oposições à construção dos pavilhões do parque, relacionando os conflitos de 1926 a 1954 que, como veremos nesta tese, constituem um processo inicial de disputas por permanência e por representação que se metamorfosearão continuamente nas décadas seguintes. Por fim, o trabalho de Eduardo Gurian [2014] foi também significativo referencial, pois localiza na marquise do parque questões a respeito do “uso” que esta pesquisa enfoca no parque como um todo e em seu entorno. Ao analisar o período transcorrido após a inauguração do parque até o momento presente (2017) esta tese pretende, portanto, preencher uma lacuna e atualizar uma história.

Da bibliografia sobre parques urbanos no Brasil e em São Paulo, pouco extensa e diversa, destacam-se principalmente alguns textos produzidos na última década do século xx. O de Murillo Marx [1989] é trabalho seminal que estuda a origem e as transformações do espaço urbano público no Brasil, que “evoluiu lentamente do sagrado ao profano”. Marx aborda tais mudanças a partir de quatro aspectos: conceito (inicialmente com predomínio religioso, foi-se transformando até tornar-se mundano), uso (até bem pouco tempo de cunho ritual), âmbito (bastante indefinido, “o alinhamento entre o chão de todos e o privado demorou a ser bem estabelecido”) e trato (reduzido a sua mínima expressão, consistia em raros elementos da simbologia cristã, cruces e nichos com imagens, sendo tardio o enriquecimento das vias com outros símbolos). Fornecendo base sobre a qual é possível pensar questões latentes a respeito do Ibirapuera dentro da periodização proposta nesta tese, o autor atribui a esses quatro aspectos a explicação dessa evolução, com “o frequente desrespeito” que os espaços públicos sofrem “por parte do público e dos responsáveis diretos”; o “tímido usufruto”, “ainda que em plena escala metropolitana”; sua “reduzida superfície geral” e as “acanhadas proporções da vasta maioria dos logradouros”; bem como o “equipamento grosseiro e escasso, merecedor da mais desatenciosa manutenção” [p.8].

O de Rosa Kliass [1993], publicado a partir de sua dissertação de mestrado, de 1989, trabalho pioneiro na análise dos principais parques de São Paulo, no qual a autora define três ordens de fatores em que se insere o projeto dos parques e que devem ser consideradas ao inter-relacionar os processos de ocupação urbana e a evolução dos parques na cidade (também observados nesta tese): “os elementos intrínsecos ao próprio parque e os referentes ao seu entorno urbano”, por meio dos quais se “estabelece a relação do parque com a cidade”; as “ações volitivas, políticas e administrativas exercidas pelos poderes que regem a cidade, sejam eles públicos ou privados” (sendo esse “o campo do planejamento, das estruturas administrativas e da participação da sociedade em todas as suas formas”); e, por último, o parque “como elemento urbano autorreferente, com seus valores estéticos e culturais, incorporado ao patrimônio da cidade” [p.29]. Outra grande referência ao longo de todos os capítulos desta tese é a pesquisa de Vladimir Bartalini [1999], que reconstituiu a história das áreas verdes de recreação administradas pela Prefeitura do Município de São Paulo, desde finais do século XIX até o final do XX – período no qual a área urbanizada de São Paulo passou de 5.200 para 90.000 hectares, e sua população, de 240 mil para mais de dez milhões de pessoas.

É fundamental ressaltar também que minha atuação como pesquisadora no Arquivo Histórico Wanda Svevo da Fundação Bienal de São Paulo, situado no Parque Ibirapuera, e a vivência nessa região desde agosto de 2011, são fatores vitais para esta pesquisa. Com o trabalho diário no arquivo e morando a poucos minutos de distância do Ibirapuera, na Vila Mariana, foram surgindo, também de modo intuitivo e empírico, ideias relacionadas a esse parque, essa região, seus problemas e potencialidades.

Foi nesse arquivo que encontrei os primeiros documentos utilizados nesta pesquisa,¹⁵ ainda virgens do merecido exame para reflexão sobre a história do Ibirapuera. Partindo de um amplo levantamento e estudo de fontes primárias, entre mapas, relatórios, cartas, recortes de jornal, fotografias e projetos provenientes desse arquivo e dos diversos acervos consultados¹⁶ – foi realizado um trabalho

15 O Fundo Francisco Matarazzo Sobrinho do Arquivo Histórico Wanda Svevo é um dos segmentos do acervo que reúne a documentação pessoal de Ciccillo Matarazzo e de suas realizações na cultura e na política: Museu de Arte Moderna de São Paulo, Fundação Bienal de São Paulo, Teatro TBC, Companhia Cinematográfica Vera Cruz, Prefeitura de Ubatuba e a série denominada “Período 1951/1976 – Histórico IV Centenário – IVC”, composto por algumas dezenas de pastas com documentação diversificada (recortes de jornais, fotografias, cartas, relatórios, programas, atas, leis, mapas, cartazes, livros e livretos). A maioria dos documentos desse segmento data de 1951 a 1959. Esse fundo e essa série foram catalogados e digitalizados em 2013. Há também vasta documentação posterior a esse período dispersa nos vários segmentos do acervo – como a documentação institucional textual, iconográfica, audiovisual e sonora, os dossiês de artistas e temas de arte, e as dezenas de pastas e caixas de *clippings* – em que as notícias sobre o parque se mesclam com aquelas sobre as bienais. É importante frisar que essas fontes, porque dispersas e desde 2014 em processo de inventário e catalogação, representam por si só parte da dificuldade de se traçar essa história marcada por rupturas.

16 Ver Bibliografia – Arquivos e Bibliotecas Consultados.

minucioso de sistematização da documentação com desenvolvimento de instrumentos de pesquisa.

A investigação em diferentes acervos revelou novos documentos, complementares e essenciais para a análise proposta, preenchendo lacunas e apontando novas perspectivas. Após esse levantamento e organização dos conjuntos de fontes de origens diversas foi possível operá-los e os contrapor – sincrônica e diacronicamente –, permitindo que fossem devidamente trabalhadas as zonas de contato e reconhecidas as tensões entre elas.¹⁷ Dentre as diversas tipologias documentais utilizadas, é preciso ressaltar a importância das fontes jornalísticas para esse trabalho, que foram tomadas como discursos, atravessados pelos interesses e visadas de jornalistas, editores e proprietários dos veículos, mas que permitem, sobretudo, acompanhar a trajetória temporal do parque a partir de um conjunto de vozes multifacetadas, como num fórum. O jornal, nas palavras de Maria Helena Capelato [1988, p.20-21], “atuando ao mesmo tempo, na esfera pública e privada” (...) “não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade”.¹⁸

O estudo do Ibirapuera na periodização proposta enfocará sobretudo questões relacionadas a suas práticas de apropriação, que certamente possuem problemáticas correlatas a outros parques urbanos do mundo, como se pretende demonstrar. Nesse sentido, foi fundamental o período de finalização desta tese em 2017 junto ao Centre de recherches sur le Brésil colonial et contemporain de l'École des Hautes Études em Sciences Sociales (CRBC/EHESS) em Paris, como bolsista do programa de Doutorado-sanduíche da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes-PDSE), do Ministério da Educação. Essa oportunidade de dedicação integral à pesquisa, realizando levantamentos bibliográficos aprofundados em bibliotecas, assim como visitas técnicas em parques e instituições culturais da capital francesa, foi indispensável para o aperfeiçoamento do trabalho, no senti-

17 Com a diversidade de tipologias documentais encontradas nos diversos acervos, foi fundamental a sistematização dessa documentação. Todos os documentos foram digitalizados e organizados em um gerenciador de fontes de pesquisa, o programa Papers, que permitiu criar um ‘arquivo de trabalho pessoal’ de acesso fácil e busca relacional, otimizando o cruzamento de informações. Tabelas complementares também foram desenvolvidas, como a sistematização do Processo de Tombamento do Ibirapuera realizado pelo Condephaat e da relação de projetos, leis e decretos sobre o Parque Ibirapuera levantados no Arquivo da Câmara Municipal de São Paulo, bem como dos documentos do Fundo IV Centenário do Arquivo Histórico Municipal. Uma grande tabela com a linha do tempo do Parque, relacionando a trajetória dos pavilhões, os principais agentes e práticas nesse território, mostrou-se de extrema importância para reunir e cotejar as informações oriundas das fontes primárias.

18 “Nessa instituição, onde se mesclam o público e o privado, os direitos dos cidadãos se confundem com os do dono do jornal. Os limites entre uns e outros são muito tênues. A imprensa tem o dever de criticar o poder e os poderosos. Como podem os empresários-jornalistas exercer, de forma independente, o dever da crítica se estão ligados, por vínculos estreitos, a indivíduos e grupos cujos atos devem denunciar? Os compromissos que eles estabelecem na esfera privada não desaparecem quando atuam na esfera pública. A interpenetração do público e privado define os limites do quarto poder” [CAPELATO, 1988, p.18].

do de inserir o Parque Ibirapuera, e a própria pesquisa, num contexto internacional. Desse modo, buscou-se não “essencializar” o Ibirapuera como um parque cujos parâmetros de criação e transformação foram norteados apenas por vetores locais e nacionais, mas compreendê-lo como um local que materializa reelaborações de referências internacionais advindas sobretudo dos Estados Unidos e da França.

O Central Park de Nova York permite compreender afinidades e contrapon-tos com o Parque Ibirapuera – o qual, aliás, é sempre associado ao congêneres nova-yorkino em diferentes momentos de sua história. No início da década de 1970, por exemplo, quando se decidia pelo gradeamento do parque, tomava-se como referência o parque norte-americano, sem grades e enfrentando enormes problemas de segurança na época, visto como “um perigo para as pessoas que passam por ele” [PASSADO..., 12/12/1972]; ou mais adiante quando Burle Marx propunha, para um Ibirapuera invadido pelos automóveis, o modelo do Central Park, onde “há ruas só para pedestres e outras só para veículos” [MARKUN, 24/08/1976]. Também quando se lamentavam a enorme perda de área no Ibirapuera e as apropriações indevidas de seus edifícios, o exemplo era sempre o Central Park, que, com seus “130 anos de existência, possuía ainda os seus 3,4 milhões de metros quadrados originais, (...) invadido apenas pelo Metropolitan Museum of Art” [O PARQUE..., 12/08/1987]. No decorrer desta pesquisa, entretanto, foi outro parque de Nova York que surgiu como referência bibliográfica e iconográfica mais acurada em relação à concepção inicial, jamais mencionada em estudos anteriores sobre o Ibirapuera: o Flushing Meadows, localizado no bairro do Queens, como veremos no segundo capítulo.

Em dinâmica mais dilatada do que esses momentos fundacionais relacionados aos parques de Nova York, a relação com os parques de Paris abarca um dos eixos centrais desta pesquisa: a relação entre parque e cultura. Graças ao período de pesquisa em Paris, foi possível investigar de perto as ressignificações de algumas das instituições culturais, situadas nos principais parques da capital, que acenam semelhanças com mudanças funcionais ocorridas no parque paulistano. Logo após o encerramento dos festejos do IV Centenário de São Paulo iniciou-se longa disputa pelos pavilhões do Ibirapuera, e a referência a Paris era uma justificativa que intelectuais, como Paulo Duarte [1976a; 1976b], davam aos jornais em defesa do Ibirapuera como um centro de cultura, como veremos no primeiro capítulo.

A progressiva instalação de equipamentos culturais nos parques parisienses é um processo pelo qual o Ibirapuera também passou ao longo de sua trajetória. O Museu de Arte Moderna de São Paulo ali se estabeleceu ainda em 1957, transferido de sua antiga sede no Centro da cidade, quando a IV Bienal, então por ele organizada, ocupou pela primeira vez seu pavilhão atual. A Cinemateca também foi ali instalada naquele mesmo ano, bem como o Planetário, o primeiro do Brasil, inaugurado em janeiro de 1957. O Museu do Folclore e o Museu da Aeronáutica se estabeleceriam oficialmente logo em seguida (1959) no Palácio de Exposições

(Oca). Foi, porém, após a Mostra do Redescobrimento, em 2000, que se fixou mais fortemente a decisão de converter o Parque em espaço de cultura, tendo sido ali localizados o Museu Afro Brasil, o Auditório Ibirapuera (2004) – desenhado por Oscar Niemeyer 50 anos depois de projetar o parque –, o Pavilhão das Culturas Brasileiras (2010-2011) e a nova sede do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (2012), na cercania imediata do parque. A experiência de reconfigurar os parques de Paris como espaços de cultura foi possivelmente uma decisão tomada no sentido de intensificar sua presença funcional e também de projetá-los como espaços simbólicos de crescente importância na cidade. Tal processo culminou com a privatização de parcelas dos parques para usos culturais, como a instalação, em 2014, da sede da Fundação Louis Vuitton, projetada por Frank Gehry, no Jardin d’Acclimatation do Bois de Boulogne. No mesmo período, o Musée national des Arts et Traditions Populaires, criado em 1937 sob a direção de Georges Henri Rivière, como parte do Musée de l’Homme no Trocadéro, teve seu acervo transferido para o Musée des civilisations de l’Europe et de la Méditerranée, inaugurado em Marselha em 2013. O museu, que fora transferido do Trocadéro em 1969 para um edifício nas proximidades da Fundação Louis Vuitton, havia sido o primeiro equipamento cultural de porte instalado no Bois de Boulogne.¹⁹ É inquietante perceber que a arte – moderna e contemporânea – assume mais importância para o consumo de parques do que a cultura popular.

Antes mesmo das reconfigurações parisienses, também ocorreram no Ibirapuera mudanças semelhantes, como foi o caso do Museu do Folclore, despejado da Oca na ocasião da Mostra do Redescobrimento (2000). Essa experiência processual é também considerada referência indispensável para a compreensão do mesmo processo de multifuncionalidade cultural pelo qual o Parque Ibirapuera passou nas últimas sete décadas, que será tratado ao longo de toda a pesquisa e especialmente no capítulo final.

Um último eixo central nesta pesquisa busca compreender as experiências de espaços públicos contemporâneos e suas premissas de sociabilidade em face de uma crescente privatização, em processos que vêm assumindo diferentes formas e levando a uma constante redistribuição de papéis entre público e privado. Muitas vezes utilizando outra nomenclatura, como “parcerias”, ou “concessões”, as privatizações

19 Já no outro grande parque/bosque de Paris, o Bois de Vincennes, um museu de arte africana e da Oceania foi instalado em 1960, no Palais de la Porte Dorée, edifício que abrigou uma sucessão de museus etnológicos desde que foi construído para a Exposição Colonial de 1931. Em 1990 configura-se como Musée nationale des Arts d’Afrique et d’Océanie, cuja coleção foi integrada ao acervo do Musée du quai Branly, aberto em 2006. Atualmente, em seu lugar no Palais de la Porte Dorée está instalado o Musée de l’histoire de l’immigration, instituição que, em 2012, sucedeu a antiga Cité nationale de l’histoire de l’immigration, cuja inauguração ocasionou disputas acadêmicas e políticas em 2007, e que se constituiu como iniciativa estatal de problematizar a relação da França com seus imigrantes, um dos principais focos de tensão social e cultural na sociedade francesa contemporânea.

são processos de privilégio e exclusão, inicialmente justificados pela escassez de recursos públicos, pelos quais o poder público passa para atores privados a responsabilidade de gerir, produzir e manter a cidade, num contexto marcado pela especulação imobiliária e por grandes grupos especializados em consumo ou recreação. Certamente, esses processos têm efeitos diretos tanto sobre a forma e uso do espaço público, alimentando a exclusão, quanto sobre a própria redefinição de espaço e de bem públicos [FLEURY, 2010]. Como se não bastasse a privatização da saúde, do transporte e da educação, privatizam-se também os espaços de bem-estar dos habitantes e os lugares da cidade que eles passam a poder ocupar livremente ou não.

Nas grandes metrópoles americanas o setor privado vem desde a década de 1980 produzindo diretamente os espaços públicos. Na Califórnia a “privatização provocada pelo medo” levou grande parte da classe média a viver em condomínios fechados nos subúrbios, “onde as casas viram as costas para a rua” e onde “as comunicações entre vizinhos são pouco frequentes”. Fechados e vigiados, os moradores aliviam os temores de ter suas propriedades danificadas, roubadas ou desvalorizadas pela “intrusão de elementos indesejáveis” ou pelo “desenvolvimento do crime no bairro”. Acalma-se o medo com a promessa de que a segurança pessoal será preservada, pois quem poderia “representar uma ameaça” simplesmente “não tem acesso”. Fora das comunidades residenciais, a primeira manifestação significativa da privatização do espaço público foi o surgimento do *shopping* suburbano. Como as casas, tais centros comerciais são virados para dentro e, sob vigilância, “fornecem produtos adaptados aos gostos e aos orçamentos dos americanos brancos da classe média”. Tais processos de exclusão não se limitam apenas às zonas residenciais e comerciais e se estendem pelos bairros, que pouco a pouco se vêm tornando cidades dentro da cidade. Em San Marino, um dos subúrbios mais ricos de Los Angeles, durante algum tempo os parques eram fechados durante os fins de semana “para excluir latinos e asiáticos das cidades vizinhas [TRILLING; MAURY, 1992]. Atestando a evolução lógica de tais processos, hoje os parques estão abertos nos fins de semana, mas, como no caso do Lacy Park, dos não residentes é cobrada uma taxa de entrada no valor de quatro dólares .

Cidades como Paris e Berlim, “duas capitais políticas que pertencem ao sistema de cidades europeias em que a ação pública é tradicionalmente forte” [FLEURY, 2010, p.2], desenvolvem, desde os anos 80, grandes projetos de requalificação urbana que associam de diferentes maneiras as autoridades públicas e os atores privados na produção de espaços públicos. A reconstrução da Postdamer Platz, em Berlim, é exemplo dos efeitos dessa produção privada de espaços públicos na capital alemã. Confiada inteiramente ao setor privado, constituiu-se como um grande complexo de escritórios, moradias e lojas articulado por uma galeria comercial (Arkaden) de um lado, e uma praça com cafés, restaurantes e cinemas de outro (Sony Center). Ainda que abertos ao público, são os proprietários (Daimler-Chrysler e Sony) que controlam e gerem esses espaços, com suas próprias regras de procedimentos e

usos, controlados por dispositivos de vigilância e guardas de segurança. “Esses espaços públicos são destinados ao consumo, e o público deve ser, acima de tudo, um público de consumidores: outros usos geralmente são proibidos, pelo menos no nível simbólico” [p.3]. Não mais exclusividade do subúrbio, o *shopping* se estabelece no coração da cidade. E, como na Califórnia, também em parques. Dos inúmeros parques e praças que foram implementados, sobretudo a partir da reunificação da Alemanha, o Mauer Park – o parque muro (*mauer*) – era um antigo espaço de fronteira, onde há parte do muro ainda preservada, que foi apropriado como parque pelos vizinhos logo após a queda do muro, mas permanece dividido entre os proprietários, com uma zona de lazer e outra comercial.

A construção de grandes parques em Paris nos anos 80-90, como Bercy, André Citroën ou La Villette, de concepções bastante diversas, foi parte de uma nova política de planejamento do espaço público da cidade, junto à requalificação de ruas e praças, principalmente em distritos históricos, como Montmartre, Les Halles ou o Quartier Latin. Já a política de requalificação das vias públicas foi sistematizada na década de 2000, quando as intervenções no espaço urbano se multiplicaram e surgiram conceitos como o de “bairros verdes”, desenvolvidos na capital principalmente nos bairros residenciais, e “espaços civis”, utilizando espaços e “sobras” das urbanizações das vias, criando pequenas praças e lugares de estar na cidade, e assim contribuindo para o surgimento de novas paisagens urbanas, que também se aplicam aos últimos espaços verdes livres da cidade, como o Jardin d’Eole no 19^{ème} *arrondissement* e o Parc de Clichy-Batignolles-Martin Luther King no 17^{ème}. As políticas implantadas nessa década em Paris privatizaram menos do que nos 20 anos anteriores, o que exigiu o fortalecimento e melhoria da gestão pública, pelo menos na Paris intramuros, uma das cidades mais ricas do mundo [FLEURY, 2010].

A intervenção de empresas privadas participa da transformação dos espaços públicos em “paisagens públicas” (...), que surgem cada vez mais como decoração urbana onde vêm consumir os moradores da cidade. Essa evolução, em grande parte impulsionada pelas próprias autoridades públicas, revela toda a complexidade de um processo de “privatização” que pode também ser conduzido em parte por elas [FLEURY, 2010, p.11].

Tanto Paris quanto Berlim retêm nas autoridades públicas o principal motor de transformações no espaço público, ainda que muitas vezes elas sejam direcionadas aos investidores e aos turistas. O setor privado só intervém diretamente na produção de espaços públicos em pequenas partes das cidades, ainda que muitas vezes centrais, e traz às vezes contribuições importantes, renovando o desenho dos espaços, integrando novos usos, melhorando a qualidade da gestão e a própria máquina pública.

A participação cidadã em fóruns democráticos que discutem as transformações urbanas em pauta, central nesses processos em ambas as cidades, reúne geralmente moradores da área afetada, quase sempre de classe média, que exigem segurança, reclamam de incômodos (poluição, barulho, jovens, mendigos) e manifestam desejo de lugares favoráveis ao encontro e à sociabilidade. Há, contudo, um conflito inerente a essa participação civil, um certo “paradoxo entre a vontade dos representantes eleitos de incentivar formas de democracia participativa (consulta, associações, informações) e a difícil aceitação de críticas (pelos representantes eleitos) que emanam das organizações ou coletivos com pouca competência nessas áreas. O conflito aparece então como o fruto de uma incapacidade política de construir uma verdadeira governança urbana” [GASNIER, 2000-2001, p.74].

O espaço público, enquanto ainda existe, é por essência conflituoso. No entanto, quantos municípios não procuram, na busca de imagem, a valorização do patrimônio, a animação festiva de ruas sinuosas alinhadas por cafés, restaurantes e discotecas, atrações turísticas (...) mascarando as imagens de insegurança e conflitos inerentes às explosões festivas e do ruído que perturba o ambiente residencial imediato.

(...)

O aumento de espaços privados legalmente que explodiu na cidade anuncia o fim de várias décadas de urbanidade ou o início de uma nova urbanidade? [GASNIER, 2000-2001, p.74]

L. Guay e P. Hamel [2004, p.427 e 428] afirmam que “nos últimos anos, a transformação das cidades e da realidade urbana confirmou o triunfo dos fluxos sobre os lugares”, evocando Manuel Castells [1996] e John Urry [2000]. Os autores questionam: “como a cultura, as mentalidades e os processos políticos interagem na produção da cidade e do espaço urbano?”

Ambientes urbanos têm materialidade fortemente inserida na história e na cultura locais, de modo que, embora as tendências gerais contribuam para a mudança de valores e representações sociais, as práticas cotidianas são largamente herdadas de escolhas e restrições do passado [GUAY; HAMEL, 2004, p.427].

Assim, atentos às tendências gerais, enfocaremos escolhas e restrições culturais, sociais e políticas na trajetória do Parque Ibirapuera nas últimas sete décadas. No estudo das fontes primárias e bibliográficas, mediante práticas de observação direta e visitas técnicas, que, juntas, fundamentam esta pesquisa, foi possível identificar quatro períodos na história dessa instituição, que constituirão, por sua vez, os quatro capítulos que compõem esta tese: o parque como lugar de abandono, poder, lazer e cultura.

O primeiro capítulo, “A festa acabou”, aborda o período iniciado imediatamente após os festejos, a segunda metade da década de 1950, marcado pelos questionamentos em relação ao destino do parque e de suas construções, uma vez terminadas as comemorações para as quais haviam sido edificadas. Com a dissolução da Comissão do IV Centenário, encerrava-se também a aliança entre estado e prefeitura, e o parque, pouco a pouco, foi sendo apropriado principalmente pelo poder público, mas também por algumas das instituições privadas que já o haviam ocupado durante os festejos. Ocorreram inúmeras tentativas de formar uma nova comissão ou fundação que desse conta do destino do parque, que, no entanto, fracassaram. Menos de cinco anos após sua inauguração, o Parque Ibirapuera já se encontrava com evidentes sinais de abandono e arruinamento em várias edificações. Implementado como um recinto espetacular de feiras e exposições, com edificações modernas e permanentes sem precedentes no país, o Ibirapuera foi disputado ao mesmo tempo em que se tornava um lugar de abandono. Nesse capítulo busca-se, portanto, reconstituir as fragilidades institucionais e as perversas conciliações entre os interesses públicos e privados.

“A Brasília paulistana”, segundo capítulo, dedica-se às décadas de 1960 e 1970, que consolidam o parque como lugar de poder durante os chamados “anos de chumbo”. O Ibirapuera, que durante o período de “abandono” foi ocupado pela sede do Poder Executivo da capital, passou, na década de 1960, a abrigar também o Poder Legislativo, cuja sede foi construída sobre terrenos e um lago do parque. As Forças Armadas também ali redimensionaram sua presença, com a instalação do Quartel General do II Exército em edifício inaugurado em maio de 1968. Ao mesmo tempo em que se consolidava como o novo centro político da cidade, o protagonismo na realização de grandes feiras comerciais passou para o recém-inaugurado Anhembi. As atividades culturais continuaram a ocorrer no Ibirapuera nesse período, enquanto o parque gradativamente se transformava numa cidade administrativa, com estacionamento para os funcionários das repartições que se apropriavam dos pavilhões. Nesse período seu território foi também fragmentado e entrecortado pelas grandes avenidas que foram inauguradas na gestão Faria Lima (Av. 23 de Maio e sua continuação no sentido aeroporto de Congonhas, atualmente denominadas Av. Pedro Álvares Cabral e Av. Rubem Berta). Na década de 1970, prefeitos recorreram, separadamente, a Burle Marx e Niemeyer para que o parque fosse revitalizado – propostas que nunca foram implementadas. O processo de deterioração e abandono iniciado logo após o fim dos festejos, tratado no primeiro capítulo, continuou intercalado por ocupações alheias ao Parque como um todo, por promessas, decretos e reformas duvidosas.

“Uma trincheira cívica”, terceiro capítulo, aborda o período de redemocratização nas décadas de 1980 e 1990, quando diversos segmentos da população clamavam pelo Ibirapuera como lugar de lazer. O parque foi ocupado por manifestações,

a conscientização e a necessidade de verde na capital continuaram enfrentando especulações. No contexto da nova ordem liberal-democrática instaurada após o término da ditadura militar, em 1985, o Ibirapuera se tornaria assunto de inúmeros debates com a participação da sociedade civil, sobre o que deveria ser feito no parque para sua regulação e proteção. Foi criada a Associação de Amigos e Usuários do Parque Ibirapuera – Assuapi, que atuou em defesa do parque e a favor de seu tombamento. Num processo conflituoso surgido em decorrência do projeto de outra grande obra viária em seu subterrâneo, o atualmente denominado Complexo viário Ayrton Senna, proposto pelo prefeito Jânio Quadros, o tombamento do parque pelo Condephaat transcorreu ao longo de quase uma década, culminando em 1992. No mesmo ano, a sede da prefeitura foi finalmente retirada do Ibirapuera e surgiram vários projetos prevendo o aumento da área do parque, que, no entanto, não se concretizaram. Entre eles, estava o controverso plano diretor de Niemeyer [24/07/1996], a pedido do prefeito Paulo Maluf em 1996, cujas propostas incluíam a demolição de algumas residências do entorno e de todos os edifícios que não fizessem parte do projeto original, prevendo ainda a construção do auditório e a retirada da Prodam do Pavilhão dos Estados, além da construção de um memorial para Jânio Quadros no parque.

O quarto e último capítulo, “Entre conquistas e concessões”, trata do período em que o parque passa a ser definido pelas autoridades e agentes civis como lugar de cultura, com a saída definitiva das sedes governamentais. Com a megaexposição Mostra do Redescobrimento, no começo dos anos 2000, foi imposta uma nova configuração para os pavilhões do parque, e os já decadentes Museu da Aeronáutica e do Folclore foram retirados da então apelidada Oca. Em 2004, ano das comemorações dos 450 anos da cidade, estando o Ibirapuera com 50 anos completos, não havia motivo para grandes celebrações, pois as promessas de ampliação da área do parque feitas na década anterior continuavam meras promessas. Muitas obras, contudo, ainda seriam entregues até o final daquele ano: o Auditório Ibirapuera, finalmente construído por Niemeyer, meio século depois, foi inaugurado antes mesmo de sua conclusão; o Planetário foi reinaugurado após cinco anos fechado por falta de condições de uso; e o Museu Afro Brasil foi instalado no antigo pavilhão ocupado pela Prefeitura e posteriormente pela Pinacoteca do Estado. Em 2009, o Detran, derradeira sede administrativa que ainda se encontrava nas imediações do Parque, deixou o antigo Palácio da Agricultura, que passou por reforma para receber a nova sede do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo – MAC-USP, o que coroou a ocupação dos edifícios do IV Centenário por equipamentos culturais.

A forma como os capítulos foram estruturados não significa jamais que o parque tenha sido um lugar de poder apenas entre as décadas de 1960 e 1970 ou de lazer somente nas duas consecutivas. A predominância de abandono, poder, lazer

e cultura foi o que nos fez atribuir a cada período tratado esta ou aquela condição, mas elas estão indubitavelmente entrelaçadas e se interpenetram nesse espaço-tempo, como demonstramos ao longo do trabalho.

Cabe ressaltar a importância de investigar os agentes concretos dessa trajetória, para além das instituições e organizações, como fundamental para os fins desta pesquisa, bem como do entendimento das tensões que ali se processam. O enfoque principal, entretanto, abordará o Estado como agenciador e mediador desse espaço, investigando as “paixões particulares momentâneas” e as “forças ativas” envolvidas, como sugerido por Sérgio Buarque de Holanda [1995, p.33]: “Os decretos dos governos nasceram em primeiro lugar da necessidade de se conterem e de se refrearem as paixões particulares momentâneas, só raras vezes da pretensão de se associarem permanentemente as forças ativas”.

Por fim, aproximando reflexões e trazendo autores atuais, mas não menos contundentes, a fala do filósofo Vladimir Safatle [2017] na abertura do seminário internacional “Os fins da democracia” é assertiva: “Desde o final da ditadura, na sua campanha das Diretas já, o Brasil se mostra como um país, como dizia Florestan Fernandes, da contrarrevolução permanente, da capacidade de gestar acordos de elite que afasta a possibilidade de verdadeiras incorporações políticas populares”. Com os novos tempos que sinalizam processos de redefinição, reconquista e renegociação do espaço público urbano, em meio a uma democracia ameaçada e oscilante, o olhar para esse símbolo da cidade pode ser iluminador.



Figura 1: Público no encerramento das comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo em 25/01/1955; autoria desconhecida, acervo da Casa Guilherme de Almeida

CAPÍTULO 1

A festa acabou

O parque como lugar de abandono (1954 a 1960)

Uma vez terminada a grande exposição que lá se encontra, em virtude da concorrência para instalar ali este ou aquele serviço público, militar ou civil, seria bem possível que alguém pense em ocupar momentaneamente um daqueles edifícios. E então estará desvirtuada completamente a finalidade do parque, que foi planejado e recebeu seus edifícios para exposições industriais, comerciais e culturais. Entregar qualquer daqueles edifícios isoladamente, ou de dois em dois, a qualquer órgão, para uma utilização momentânea, é correr o risco de São Paulo ver-se para sempre privado de um dos logradouros mais belos que existem em todo o Brasil.

VALÉRIO GIULI [DISCURSOS..., 08/03/1955]

TAIS PALAVRAS, publicadas no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* de 08/03/1955, relatavam os temores do vereador Valério Giuli quanto ao destino do parque inaugurado no ano anterior, tornando-se um dos principais *loci* das comemorações do IV Centenário de São Paulo. Esforço coligado das autoridades estaduais e municipais em configurar uma nova centralidade simbólica da cidade, o Parque Ibirapuera apresentava inédita associação entre áreas verdes, um conjunto de edifícios em concreto projetados por Oscar Niemeyer, já então o mais célebre arquiteto brasileiro no país e no exterior, além de diversos pavilhões provisórios. O Ibirapuera, cujo futuro preocupava o vereador, mais do que como um parque, surgira como uma “cidade dentro da cidade”, segundo relato de uma das principais revistas do país:²⁰

²⁰ *Manchete*, em número especial sobre o IV Centenário.



Na verdade, esse Parque é hoje nova cidade do Estado. É a cidade de Ibirapuera, constituída em menos de dois anos para contar a história de uma cidade de quatrocentos anos. (...) Recebe uma média de cem mil visitantes aos sábados e domingos; e no seu interior, como em qualquer cidade ‘de verdade’, se encontram uma Delegacia de Polícia, uma estação de Corpo de Bombeiros; um posto de Pronto Socorro com Ambulatório, Enfermagem e Ambulância; duas agências bancárias e de câmbio; três agências de turismo e passagens; um Serviço Geral de Informações desdobrado em vários postos com intérpretes em diversos idiomas; um Serviço de Guarda de Volumes; cinco bares cobertos e dezesseis bares externos; quatro restaurantes e quatro churrascarias; uma Agência de Correios e Telégrafos; e uma administração que funciona como verdadeira Prefeitura [FIGUEIREDO, 1954, p.1].

Ao comparar a administração do recém-inaugurado Parque Ibirapuera com uma “verdadeira Prefeitura”, a revista *Manchete*, prenunciava o que aconteceria com o símbolo do progresso e desenvolvimento da cidade. Com o término dos festejos e da infraestrutura de recepção de visitantes, os espaços que abrigavam essas funções tornavam-se disponíveis. Ironicamente, uma verdadeira Prefeitura substituiu a fictícia, pois o gabinete do prefeito foi instalado num dos edifícios do parque, o Palácio das Nações, já em janeiro de 1956. Esse início de refuncionalização acabaria se estendendo pelo entorno do parque que, de fato, transformou-se paulatinamente numa “cidade ‘de verdade’” – com zonas militares, áreas residenciais de classe alta e média, incluindo uma pequena favela, hospitais, corpo de bombeiros, sede legislativa, sede de departamento de trânsito, institutos científicos e culturais. Tudo isso circunscrito num raio de um quilômetro e meio. Não eram, portanto, sem fundamento os temores publicados no *Diário Oficial* já em 1955.

Simultaneamente a esse processo de partilha do Ibirapuera que se esboçava na segunda metade da década de 1950, foram inúmeras as tentativas de constituir uma entidade que pudesse definir o destino do parque e o gerir, de forma a dar finalidade às numerosas edificações e aos espaços residuais da grande exposição comemorativa. Este primeiro capítulo busca entender o processo que gerou a indefinição quanto ao destino do parque já durante o IV Centenário e os diversos agentes que acabaram por definir, e também retalhar seu uso após os festejos. Busca-se aqui compreender os entraves que impediram a criação de uma entidade gestora, que várias vezes foi imaginada autônoma e independente de poderes político-partidários, de modo a garantir um planejamento adequado ao Ibirapuera. Tal entidade deveria mediar interesses e promover discussão aberta e abrangente, protegendo o Parque Ibirapuera como patrimônio público para a população da capital, o que, de fato, não ocorreu.

Figura 2:
Público na
inauguração do
Parque Ibirapuera
em 21/08/1954;
autoria
desconhecida,
acervo da Casa
Guilherme de
Almeida



Faremos então uma problematização dos primeiros cinco anos de existência do parque após 1954 – período em que o símbolo do progresso gradativamente se tornou um lugar de abandono –, identificando os principais agentes e debates, circunstâncias e práticas de apropriação nesse território, que desenharam o início de ocupação marcada por uma dimensão “provisório-permanente”.

FUTUROS INCERTOS

Os festejos do IV Centenário haviam sido iniciados em 12/12/1953, com a II Bienal, que pré-inaugurou o Parque Ibirapuera com apenas dois de seus pavilhões concluídos e alavancou grandiosamente o ano comemorativo. Em 25/01/1954 comemoraram-se os 400 anos de São Paulo com a que foi, possivelmente, a maior celebração que já aconteceu na cidade, reunindo em suas ruas e monumentos a maioria dos integrantes da metrópole: poder público, agentes privados, autoridades eclesiásticas e militares, bem como as centenas de milhares de habitantes que guardaram na memória a célebre “chuva de prata” formada pelos triângulos de papel-alumínio lançados dos céus.

Só em 21 de agosto,²¹ porém, ocorreu a abertura solene, e com todas as pompas oficiais, do maior legado do IV Centenário para a cidade, o Parque Ibirapuera, inaugurado juntamente com a Exposição do IV Centenário, mostra inédita apresentando visão conjunta da cultura e do trabalho dos países participantes do evento. Sobre o Ibirapuera se depositaram grandes expectativas simbólicas, do que talvez sejam síntese perfeita as palavras do então presidente da Comissão do IV Centenário, o poeta Guilherme de Almeida [1954]: “No plano das comemorações dos quatro séculos de fundação desta cidade, o Ibirapuera constitui o ponto de mais alta significação, pois sintetiza os anseios e realizações do progresso espiritual e material que definem a vida de São Paulo”.

Como noticiou *O Estado de S. Paulo* [INAUGUROU-SE..., 21/08/1954] “foi grande o fluxo de pessoas que se dirigiu ao Parque Ibirapuera” naquela manhã de sábado, embora somente na parte da tarde tenha sido permitido seu acesso ao recinto das exposições. O período da manhã foi reservado às autoridades: “no amplo cenário comemorativo (...) afluiu a representação oficial dos países estrangeiros (Embaixadores, Cônsules, Delegados Extraordinários) e São Paulo civil, militar, eclesiástico e social” [IZAR, 04/09/1954], que deixaram as vias de acesso “com-

Figura 3
Público na inauguração do Parque Ibirapuera em 21/08/1954; autoria desconhecida, acervo da Casa Guilherme de Almeida

21 Importante pontuar o conturbado contexto político do país nesse mês de agosto de 1954, após a tentativa de assassinato do jornalista Carlos Lacerda no dia 5, na qual ele sofreu ferimento no pé, mas que levou à morte do major-aviador Rubens Vaz, que o acompanhava. Após as investigações apontarem como culpado o chefe da guarda pessoal do então presidente Getúlio Vargas, Gregório Fortunato, oposição e militares exigiram a renúncia de Vargas, que no dia 24 de agosto, três dias após a inauguração do Ibirapuera, comete suicídio em seus aposentos do Palácio do Catete no Rio de Janeiro.



Figura 4
Festival folclórico
na inauguração
do Parque
Ibirapuera em
22/08/1954;
autoria
desconhecida,
acervo da Casa
Guilherme de
Almeida



Figura 5 e 6
Festival folclórico
na inauguração
do Parque
Ibirapuera em
22/08/1954;
autoria
desconhecida,
acervo da Casa
Guilherme de
Almeida



Figura 5 e 6
Festival folclórico
na inauguração
do Parque
Ibirapuera em
22/08/1954;
autoria
desconhecida,
acervo da Casa
Guilherme de
Almeida



Figura 7

Inauguração da I Feira Internacional de São Paulo em 15/11/1954; no centro, além do cordão, o governador Lucas Nogueira Garcez e Guilherme de Almeida; autoria desconhecida, acervo da Casa Guilherme de Almeida

pletamente tomadas de carros” [INAUGUROU-SE..., 21/08/1954]. “Centenas de pessoas se encontravam aglomeradas, a fim de presenciar a chegada do mundo oficial”, entre bandeiras hasteadas, aviões em revoadas, 400 tiros de morteiros e muito “ruído festivo” que se ampliava pelos 400 alto-falantes distribuídos pelo parque. “Às 3 horas da tarde, ao abrirem-se os seis largos portões com 44 catracas do parque Ibirapuera, como um caudal que rolasse o povo entrou no que dizem ser o mais belo conjunto urbanístico do mundo” [IZAR, 04/09/1954]. Quase passou despercebido o fato de que faltara “tempo material para a conclusão de todos os ‘stands’” em virtude de uma “greve dos decoradores”, que paralisou os trabalhos de montagem na véspera [INAUGUROU-SE..., 21/08/1954]. Como exaltava o jornal, “a impressão que se tem da grande mostra é das melhores, impressionando admiravelmente os visitantes”.²²

²² Ainda segundo o jornal, na noite de sábado foi realizado um “grandioso espetáculo pirotécnico” e inaugurada a fonte luminosa no lago. A festa se estenderia pelo domingo afora com inúmeras atrações – como o “Show dos Aqua-Loucos” e o desfile “em barcos, de sereias exibindo os mais diferentes tipos de maiôs, desde os ‘antiquados’ modelos de 1903 aos ‘super-atômicos bikinis’ de 1954”. No final da tarde de domingo (e até as quatro horas da manhã de segunda) foi possível ainda assistir ao “maior festival folclórico jamais realizado na América do Sul” com bailarinos brasileiros

Contudo, “impressionante e extraordinária” – nas palavras da revista carioca *O Cruzeiro* – foi mesmo “a adesão popular à Exposição do IV Centenário”, como bem atestam as fotografias pertencentes ao acervo da Casa Guilherme de Almeida (figuras 2-5), aparentemente jamais publicadas. São imagens impressionantes por estampar a pluralidade da população paulistana em meados dos anos 50 e, sobretudo, por testemunhar a participação – na dança, no folclore, na arte – de indígenas, negras e negros, presença fundamental e tão escassa nos registros documentais encontrados para essa história de homens brancos que aqui será contada.

Com a abertura da grande exposição industrial, a “I Feira Internacional de São Paulo”, que foi inaugurada alguns meses mais tarde, em 15 de novembro (Figura 7), foram liberados e ocupados todos os demais edifícios de concreto projetados pela equipe liderada por Oscar Niemeyer e então denominados “palácios”. Tal nomenclatura possivelmente sinalizava seu caráter permanente e mais solene, em contraste com os chamados “pavilhões”, que seriam provisórios, e que foram construídos para abrigar as grandes representantes estrangeiras e industriais, os órgãos e departamentos governamentais e demais serviços.²³ Curioso é que os “palácios” de Niemeyer logo viriam a ser também chamados de “pavilhões”, sinalizando a latência da condição provisório-permanente.

O conjunto de Niemeyer (Figura 8) era composto de seis edifícios, cinco deles conectados pela grande marquise. O mais marcante deles é um edifício semienterrado com cúpula parabólica, hoje popularmente chamado de Oca,²⁴ que foi pensado inicialmente para abrigar um planetário e depois designado como Palácio das Exposições²⁵ e que abrigaria posteriormente as sedes do Museu da Aeronáutica e

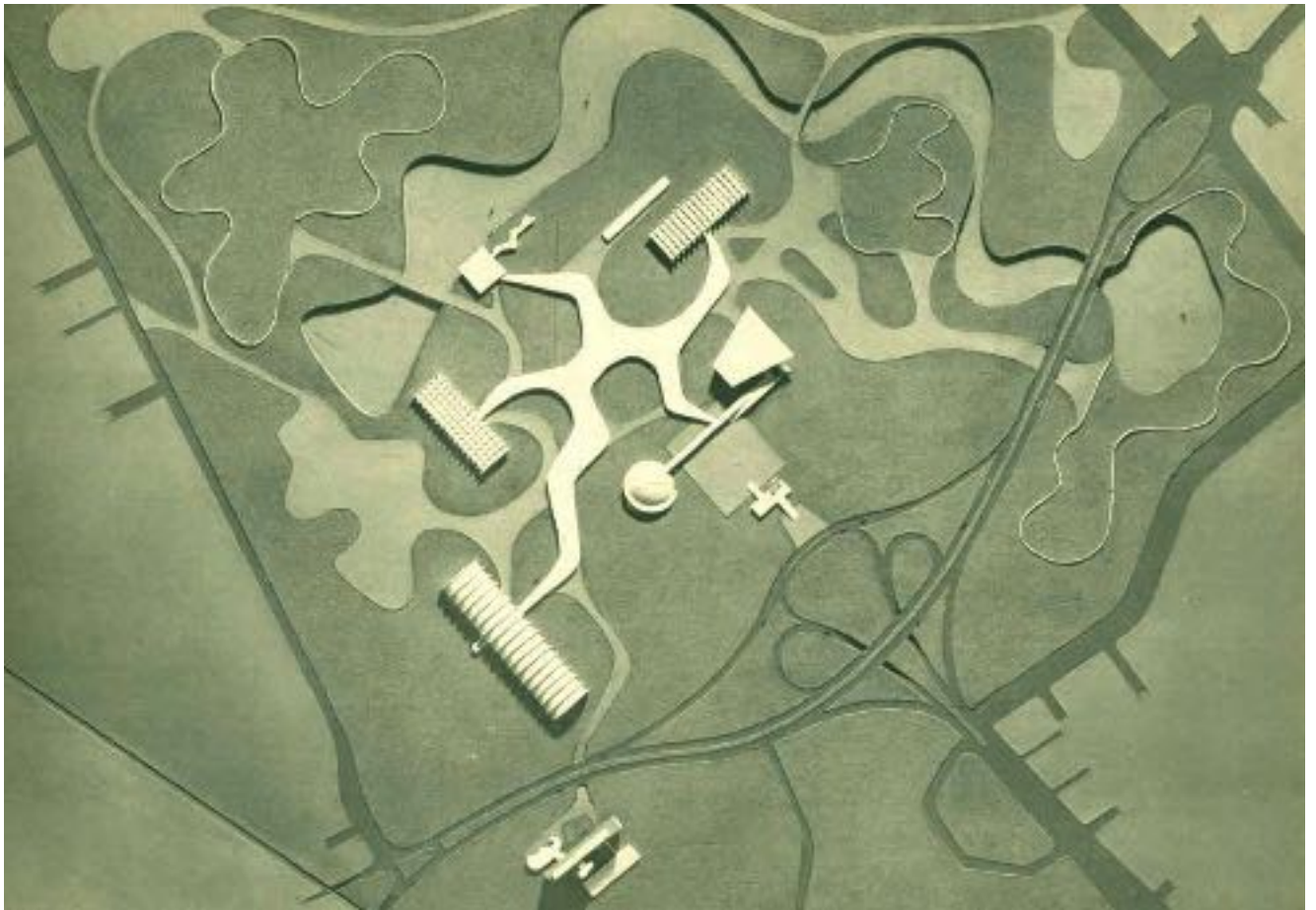
apresentando congada, cururu e cateretê, folia de reis, bumba meu boi, ticumbi, reisado e escola de samba, entre outros. Para a ocasião festiva foi também criada uma nova linha de ônibus “Anhangabaú-Ibirapuera”, que funcionaria aos sábados, domingos e feriados, das 14 às 24 horas, dando a “volta completa no recinto da Exposição”. Nos dias úteis a população da cidade seria atendida pelas linhas normais que passavam pelos portões do parque e receberiam “a tabuleta ‘Via Ibirapuera’” [INAUGUROU-SE..., 21.08.1954].

23 Os pavilhões, permanentes e provisórios, sediavam exposições industriais, comerciais e culturais, e reuniam os estados brasileiros e mais de 20 países do mundo. Entre as nações com pavilhão próprio estavam a Tchecoslováquia, o Uruguai e o Japão. As demais se faziam representar em estandes, dividindo o espaço interno dos grandes pavilhões e palácios ou diretamente pelos pavilhões individuais de suas principais empresas e indústrias dispersos pelo parque (como Ford, Shell, Coca-Cola, Mercedes Benz, Antártica, Philips, General Electric, Nestlé, entre outras) [ver Mapa Geral do Parque Ibirapuera, Comissão do IV Centenário, 1954, na página 64].

24 Desde a Mostra do Redescobrimento, em 2000, quando abrigou as seções de arqueologia e arte indígena da exposição, o antigo Palácio das Exposições, também chamado pelos arquitetos de Palácio das Artes, ficou conhecido como Oca, apesar de manter o nome oficial Pavilhão Lucas Nogueira Garcez. A partir de agora será utilizado o nome Oca para referir esse edifício, facilitando o entendimento ao público atual.

25 Sabe-se que Ciccillo Matarazzo na época da construção do parque estava empenhado em encontrar uma sede para seu Museu de Arte Moderna e negociava com a prefeitura o espaço do Trianon, na Av. Paulista, onde havia realizado a I Bienal, em 1951 – e onde viria a ser construído o Masp na década seguinte. Chegou, aliás, a encomendar um anteprojeto a Afonso Eduardo Reidy. Talvez a mudança da denominação Planetário, do anteprojeto de Niemeyer de 1952, para “Palácio de Exposições”, do projeto final de 1953, tenha relação com a não viabilização do Museu fora do

Figura 8: Acima, página do anteprojeto da Exposição do IV Centenário de São Paulo, outubro de 1952; imagem gentilmente cedida por Eduardo Gurian; abaixo, projeto final da equipe de Niemeyer para o Parque Ibirapuera, 1953; Arquivo Histórico de São Paulo



do Museu do Folclore até finais da década de 1990; além dele, mais quatro pavilhões prismáticos foram concluídos: o Palácio das Indústrias, que no anteprojeto de 1952 dos arquitetos liderados por Niemeyer foi identificado como “futuro Museu Industrial”, acabou por ser convertido na sede do Museu de Arte Moderna de São Paulo, que a partir de 1957 ali realizou sua Bienal. Constituída a Fundação Bienal, em 1962, ela passou a ser responsável pela mostra bienal, antes organizada pelo Museu, e ficou sediada ali, dividindo, a partir de 1963, o terceiro pavimento com o Museu de Arte Contemporânea da USP; o Palácio das Nações, que acolheu a sede da Prefeitura entre 1956 e 1992, e desde 2004 abriga o Museu Afro Brasil; o Palácio dos Estados, antiga sede de secretarias e do órgão de processamento de dados do município, a Prodam, entre 1973 e 2006, que permanece até hoje sem uso definido, após uma tentativa de se estabelecer como Pavilhão das Culturas Brasileiras (2010 e 2011), gerido pelo Museu da Cidade; o Palácio da Agricultura, que, separado do parque pela avenida que o faceia, se localizou nos fundos do terreno do Instituto Biológico e seria a sede da Secretaria de Agricultura do Estado, o único edifício concebido já com destinação para acolher uma função administrativa e que acabou tornando-se sede de outro departamento estadual, o de Trânsito – Detran, entre 1959 e 2009. O Auditório, que constava no projeto do IV Centenário, foi construído 50 anos depois, com forma e localização diferentes, pelo mesmo arquiteto Oscar Niemeyer.

Duas imagens aéreas (Figura 9) exibem os pavilhões do parque em 1954 conectados pela grande marquise,²⁶ o elemento central do conjunto de Niemeyer, que sinalizava uma releitura de seu projeto de maior sucesso até então, localizado em Belo Horizonte: o “papel ordenador que na Pampulha era realizado pelo lago (...), em São Paulo, foi substituído por uma espécie de “espelho d’água de concreto” [MARINS, 1998, p.26]. Notam-se o vazio deixado pelo auditório não erguido na década de 1950, que foi ocupado por um parque de diversões, e a existência dos diversos pavilhões provisórios, como o elegante Pavilhão do Rio Grande do Sul e o amplo Pavilhão das Indústrias Estrangeiras, ambos à direita da imagem. A marquise também foi apropriada para usos diversos no decorrer do tempo. Sob sua extensão foram instalados o Museu de Cera, o Museu dos Presépios e inúmeras atividades efêmeras como feiras, concertos e exposições. Ali permaneceram ainda duas edificações, que desde a inauguração do parque já existiam e foram sendo readaptadas ao longo dos anos: o antigo Museu de Cera,

parque. Assim, o Palácio das Exposições (Oca) foi a primeira sede do Museu de Arte Moderna no Parque Ibirapuera em 1957, que não se acomodou bem ao ambiente (úmido) e foi transferido para o Palácio das Indústrias, onde já realizava sua Bienal desde a quarta edição, em 1957.

26 Como observou Carlos Lemos [set. 2013], “A grande sacada de Oscar foi imaginar uma vasta cobertura de concreto armado com vários braços alcançando e unindo entre si os vários prédios, qual um polvo estendendo seus vários tentáculos por todo o terreno. O nome equivocado de “marquise” pegou e hoje todo mundo assim denomina o grande espaço coberto a proteger do sol e da chuva o povo que transita daqui para ali em busca de diversão e saber”.

Figura 9: Vista área do Parque Ibirapuera em 1954, em visadas opostas; fotografias de autoria desconhecida publicadas na revista *Manchete*, edição especial do IV Centenário (1954); acervo do Arquivo Histórico Wanda Svevo/Fundação Bienal de São Paulo (acima); e imagem utilizada em cartão-postal do IV Centenário (abaixo)



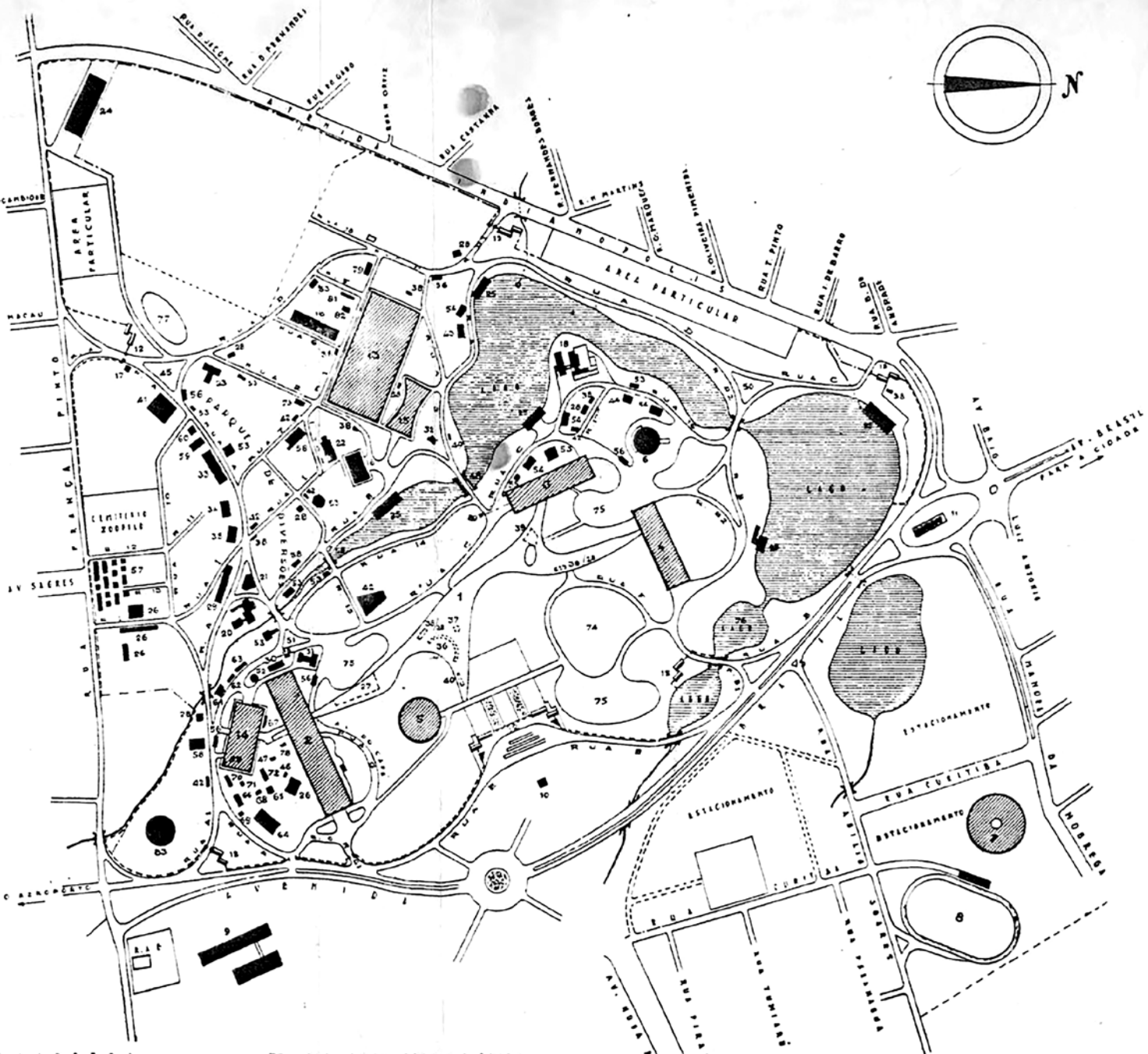
MAPA GERAL D

LEGENDA

- 1 GRANDE MARQUISE
- 2 PALACIO DAS INDUSTRIAS
- 3 PALACIO DOS ESTADOS.
- 4 PALACIO DAS NAÇÕES
- 5 PALACIO DE EXPOSIÇÕES.
- 6 PLANETARIO.
- 7 GINASIO (ESPORTES).
- 8 VELODROMO.
- 9 PALACIO DA AGRICULTURA.
- 10 OBELISCO.
- 11 MONUMENTO AS BANDEIRAS.
- 12 ENTRADAS.
- 13 PAV. DAS IND. ESTRANGEIRAS
- 14 PAVILHÃO VERDE
- 15 PAVILHÃO DO RIO GR^{do} DO SUL
- 16 PAVILHÃO DE MINAS GERAIS
- 17 POSTO DE FISCALIZAÇÃO DAS F.
- 18 PAVILHÃO JAPONÊS
- 19 PAV DA TCHECOSLOVAQUIA.
- 20 PAVILHÃO DA FORD.
- 21 PAVILHÃO DA PHILIPJ.
- 22 DELEGACIA DE POLICIA
- 23 CORPO DE BOMBEIROS
- 24 ARMAR. DE MERCAD. ESTRANG.
- 25 EMBARCADOURO
- 26 ADMINISTRAÇÃO
- 27 MUSEU DE CERA
- 28 INSTALAÇÕES SANITARIAS.
- 29 PAVILHÃO DA VEMAG.
- 30 PAVILHÃO DA SHELL.
- 31 PAV DA GENERAL ELECTRIC
- 32 PAV. DA MARINHA MERCANTE
- 33 DEP. ESTRAD. RODAGEM ESTAD^o
- 34 DEP. NACIONAL ESTRAD. RODAG.
- 35 DEP. ESTRAD. RODAG. S. PAULO
- 36 SALÃO DE EXPOSIÇÕES
- 37 CORREIOS E TELÉGRAFOS
- 38 CABINE TRANSFORMADORA
- 39 LUNCH-BAR
- 40 CENTRAL TELEF. P. DE SOM.
- 41 ÁREA PARA O GIGANTE DE VIDRO
- 42 PAVILHÃO DO I.B.C.
- 43 PAVILHÃO DO URUGUAY
- 44 PAVILHÃO DA COCA-COLA
- 45 SOTEMA.
- 46 FAB. NAC. DE MOTORES
- 47 MAÇ. MOREIRA
- 48 PAV. PONTE CIA. SIDERURG. NAC
- 49 PAV. CERV. RIO CLARO
- 50 CIPRIANO M. FILHO.
- 51 CIA. ANTÁRTICA.
- 52 VENTIL. ZAULI.
- 53 BAR.
- 54 RESTAURANTE.
- 55 CERVEJ. BRAHMA.
- 56 ESTAÇÕES.
- 57 ATELIERAS DOS DECORADORES.
- 58 CHURRASCARIAS.
- 59 LION S/A.
- 60 THELA COMERCIAL
- 61 PRONTO SOCORRO (J.J.).
- 62 CIMENTO "IRIJÁ"
- 63 CIVILIT.
- 64 MERCEDES-BENZ.
- 65 NESTLÉ.
- 66 ETERNIT.

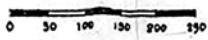
Figura 10: Mapa geral do Parque Ibirapuera, Comissão do IV Centenário, São Paulo, julho de 1954; acervo do Arquivo Histórico Wanda Svevo/ Fundação Bienal de São Paulo. Legenda: **1** Grande Marquise; **2** Palácio das Indústrias; **3** Palácio dos Estados; **4** Palácio das Nações; **5** Palácio de Exposições; **6** Planetário; **7** Ginásio (Esportes); **8** Velódromo; **9** Palácio da Agricultura; **10** Obelisco; **11** Monumento às Bandeiras; **12** Entradas; **13** Pav. das Ind. Estrangeiras; **14** Pavilhão Verde; **15** Pavilhão do Rio Grande do Sul; **16** Pavilhão de Minas Gerais; **17** Posto de Fiscalização da S.F.; **18** Pavilhão Japonês; **19** Pav. da Tchecoslováquia; **20** Pavilhão da Ford; **21** Pavilhão da Philips; **22** Delegacia de Polícia; **23** Corpo de Bombeiros; **24** Armaz. de mercad. estrang.; **25** Embarcadouro; **26** Administração; **27** Museu de Cera; **28** Instalações sanitárias; **29** Pavilhão da Vemag; **30** Pavilhão da Shell; **31** Pav. da General Eletric; **32** Pav. da Marinha Mercante; **33** Dep. Estrad. Rodagem Estad.; **34** Dep. Nacional Estrad. Rodag.; **35** Dep. Estrad. Rodag. S. Paulo; **36** Salão de Exposições; **37** Correios e Telégrafos; **38** Cabine Transformadora; **39** Lunch-Bar; **40** Central Telef. e de Som; **41** Área para o gigante de vidro; **42** Pavilhão do IBC; **43** Pavilhão do Uruguai; **44** Pavilhão da Coca-Cola; **45** Sotema; **46** Fab. Nac. de Motores; **47** Maç. Moreira; **48** Pav. Ponte Cia. Siderurg. Nac; **49** Pav. Cerv. Rio Claro; **50** Cripriano M. Filho; **51** Cia. Antártica; **52** Ventil. Zauli; **53** Bar; **54** Restaurante; **55** Cervej. Brahma; **56** Estações; **57** Ateliers dos decoradores; **58** Churrascarias; **59** Lion S/A; **60** Thela Comercial; **61** Pronto Socorro (J.J.); **62** Cimento Irajá; **63** Civilit; **64** Mercedes-Benz; **65** Nestlé; **66** Eternit; **67** Mafersa; **68** Fab. Nac. Vagões; **69** Panavia; **70** Ajax; **71** Montana S/A; **72** Anglo America; **73** Cassio-Muniz; **74** Parque Infantil de Diversões; **75** Estacionam. Carros oficiais; **76** Fonte Luminosa; **77** Rodeio; **78** Cia. Americana Ind. Ônibus; **79** Emp. Construtora Best; **80** Propaganda Focalizada; **81** Lanari S/A; **82** Cia. Com. Brasileira; **83** Circo

O PARQUE IBIRAPUERA



MAPERSA
 P. B. MAC. VAGÔRS
 PANAVIA
 A. J. Z.
 MONTANA S/A
 ANLO-AMERICA
 GASSIO-MUNIZ
 PARQUE IMPANTIL DE DIVERSOS
 ESTACIONAM. P. CARROS OFICIAIS
 PONTE LUMINOSA
 RODRIG

78 CIA. AMERICANA IND. OMBUS.
 79 EMP. CONSTRUTORA BEST.
 80 PROPAGANDA FOCALISADA
 81 LANARI B/A
 82 CIA. COM. BRASILEIRA
 83 C. I. R. C. O.
 ESCALA = 1 : 5000.



COMISSÃO
 DO IV CENTENÁRIO
 SÃO PAULO JULHO DE 1964
 E. H. L.
 ENOZ BARBETO PARRALVES
 DIRETOR
 SERVIÇO DE ENGENHARIA

posteriormente adaptado para receber o Museu de Arte Moderna de São Paulo,²⁷ próximo ao Pavilhão da Bienal, e um restaurante no centro da marquise.²⁸

O mapa geral do Parque Ibirapuera (Figura 10), que consta no impresso com a programação dos eventos do IV Centenário, revela a grande quantidade de pavilhões e serviços dispersos por sua área naquele momento. Além dos pavilhões permanentes e provisórios, ocupados por exposições industriais, comerciais e culturais e reunindo mais de 30 nações, o parque contava com 15 bares e oito restaurantes, sendo quatro churrascarias. As demais atrações incluíam um parque de diversões, um circo e até um rodeio. O Conjunto Esportivo Ibirapuera, em construção, já era uma das atrações mapeadas (ginásio e velódromo) além do pequeno lago a ele próximo, que foi posteriormente aterrado para a construção da Assembleia Legislativa. A grandeza sinalizada por esse mapa deve, contudo, ser relativizada.

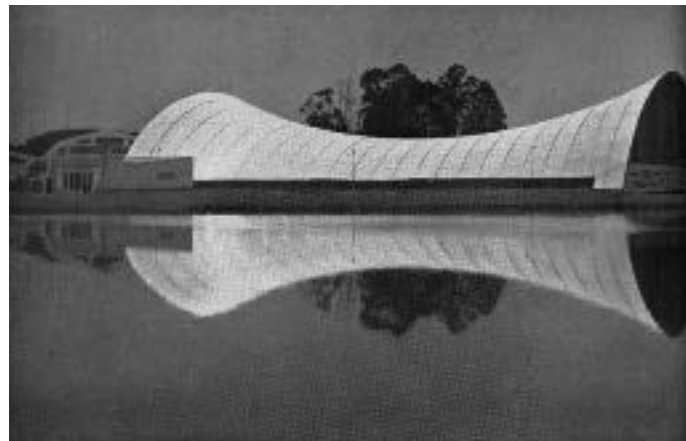
O editorial de Eduardo Corona [set.-out. 1954] na revista *AD Arquitetura e Decoração*, intitulado *A tragédia do Ibirapuera*, antecipava muitas das discussões que tomariam páginas e mais páginas dos meios de comunicação a partir de então, relativas aos destinos do Parque e de suas construções. Nele, o arquiteto que havia trabalhado no escritório de Oscar Niemeyer entre 1946 e 1949, participando do projeto da Pampulha, expõe, aparentemente pela primeira vez na imprensa, os desajustes do projeto e os desacertos da Comissão do IV Centenário, à qual atribui o erro de não prever de início “o vulto da Exposição”. O resultado foi que “não coube tudo nos prédios projetados” pelos arquitetos, demandando a construção de inúmeros outros pavilhões provisórios (Figura 11).

Depois de prontos os locais de exposição verifica a Comissão que havia necessidade de mais espaço expositivo. E cria da forma mais desordenada possível locais extras para serem erigidos pavilhões individuais, de grandes firmas, que na sua totalidade, com exceção honrosa de 2 ou 3, são aberrações arquitetônicas. Verdadeiros acintes à simplicidade do conjunto. É o que se vê hoje, no Parque Ibirapuera. Uma massa desordenada de volumes que destroem toda a Exposição tanto do ponto de vista publicitário como arquitetônico. Acabou-se a funcionalidade. Desapareceu a visão do conjunto [CORONA, set.-out. 1954, p.1].

27 O Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM é entidade privada fundada em 15/07/1948 por um grupo liderado por Francisco Matarazzo Sobrinho. O início das articulações para a fundação do MAM deu-se em 1946 com a doação feita por Nelson Rockefeller de 13 obras para os futuros Museus de Arte Moderna de São Paulo e do Rio de Janeiro (na época também estavam previstos Museus de Arte Moderna para Belo Horizonte e Porto Alegre). O de São Paulo, instalado no edifício dos Diários Associados, na Rua 7 de Abril, no Centro de São Paulo (onde também funcionava o Masp), foi aberto oficialmente em 08/03/1949, com a exposição *Do figurativismo ao abstracionismo*, organizada por Leon Degand, primeiro diretor da instituição [para conhecer suas atividades iniciais, ver NASCIMENTO, 2003].

28 O restaurante The Green teve decretada em 2009 sua retirada do espaço que ocupava sob a marquise desde 1954. Permaneceu em trâmites jurídicos até fevereiro de 2015, quando foi finalmente fechado. Desde então há um processo licitatório para sua reabertura.

Figura 11: Pavilhões provisórios no Parque Ibirapuera, 1954: Cássio Muniz, *Sotema* (acima), Rio Grande do Sul e Ford (abaixo); na parede externa do pavilhão da Ford lê-se: “Uma só coisa traz prosperidade: o trabalho”; autoria desconhecida; *Habitat* n.8 e *Acrópole* n.194; Arquivo Histórico Wanda Svevo/ Fundação Bienal de São Paulo



Corona [set.-out. 1954] também criticava o uso atribuído pela comissão à marquise, “um dos elementos básicos da plástica entre os edifícios” [p.1] com a “função dupla de proteção-ligação e efeito decorativo” [p.1]. No plano dos arquitetos, segundo o autor, a marquise seria local de lojas de informação, turismo, e serviços em geral (correio, telefonia), além de restaurantes e “outras atividades de benefício público, de forma a não prejudicar a visão total e o aspecto do conjunto” [p.1].

A Comissão, no entanto, encheu vários setores da marquise sem plano prévio de boxes comerciais para exploração de quinquilharias e objetos os mais variados como se tratasse da rua Direita [CORONA, set.-out. 1954, p.1].

Por fim, o arquiteto condenava a inserção do parque de diversões, “colocado de modo a cortar a visão de uma das entradas principais onde o aspecto seria dos mais bonitos” [CORONA, set.-out. 1954, p.1] e a não construção do símbolo principal das comemorações, apelidada de Aspiral, bem como lamentava “e muito, o fato de não ter sido executado o projeto de paisagismo de Roberto Burle Marx (Figura 12) que nos daria um ambiente de sonho ao Parque Ibirapuera e à Exposição do IV Centenário” [p.1]. E terminava seu texto, lacônico:

PLATE 17

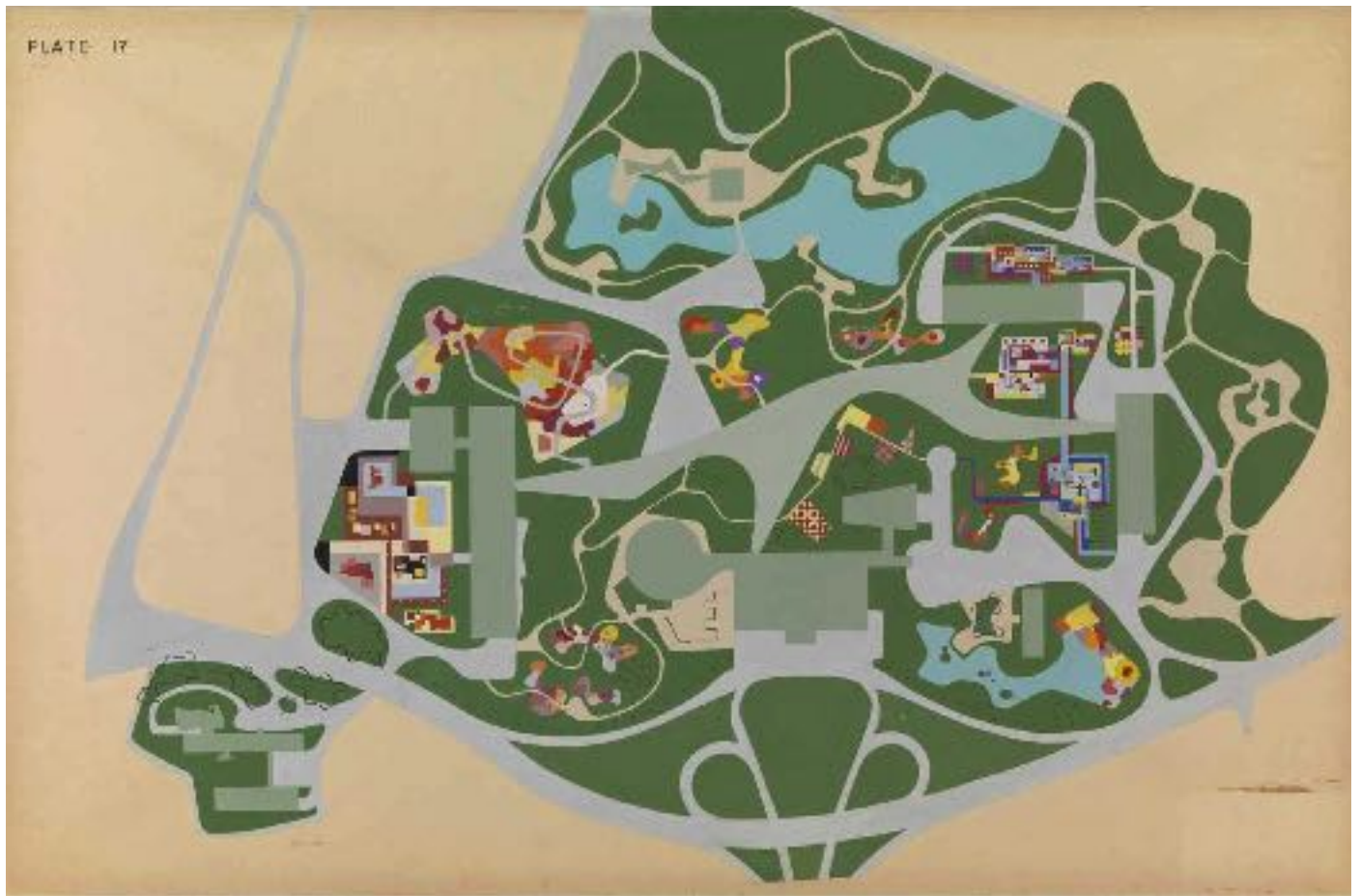


PLATE 17-07



Figura 12: Roberto Burle Marx (1909-1994), Projeto e Perspectiva para o Parque Ibirapuera, São Paulo, Brazil, 1953, New York, Museum of Modern Art (MoMA); gouache and graphite on board. 39 1/2 X 59 1/2 (100.3 X 151.1cm)
© Escritório de Paisagismo Burle Marx



Figura 13: Imagem da Aspiral no anteprojeto de Niemeyer e equipe (1952) (acima) e sua inauguração no encerramento das comemorações do IV Centenário em 25/01/1955 (abaixo); autoria desconhecida, acervo da Casa Guilherme de Almeida



Figura 14: Suvenir do IV Centenário de São Paulo; acervo da Casa Guilherme de Almeida



Figura 15: Inauguração da placa em homenagem ao governador Lucas Nogueira Garcez (acima à esquerda) com sua presença e a do então prefeito (e já governador eleito) Jânio Quadros (acima à direita), e de grande público (abaixo); autoria desconhecida, acervo da Casa Guilherme de Almeida



Figura 16: Autoridades presentes no encerramento das comemorações do IV Centenário em 25/01/1955, com destaque para a presença do ex-presidente da Comissão do IV Centenário Francisco (Ciccillo) Matarazzo Sobrinho, na única imagem em que aparece, indicado ao fundo, autoria desconhecida, acervo da Casa Guilherme de Almeida

O urbanismo, a arquitetura e o paisagismo ainda são desprezados por aqueles que sobrepõem ao pouco do belo necessário à vida, os interesses mais imediatos do “ter que fazer seja como for” [CORONA, set.-out. 1954, p.1].

Em 25/01/1955, seis meses após a inauguração do parque, o ano comemorativo do IV Centenário, com a sua extensa e diversa programação,²⁹ chegava ao fim [ENCERRADAS..., 26/01/1955]. Ocorreu no Ibirapuera o encerramento oficial, ocasião em que, por fim, foi inaugurado o monumento em espiral, símbolo maior do IV Centenário (Figura 13). Ele representava a ‘ascensão’ de São Paulo ao mundo moderno, e sua silhueta havia sido usada em incontáveis folhetos, propagandas e suvenires relativos ao evento (Figura 14), embora não tivesse sido construído durante todo o ano festivo.

Na ocasião do encerramento, foram homenageados os dois representantes do poder público estadual e municipal, principais responsáveis por impulsionar as festas do IV Centenário e a construção do Parque Ibirapuera: o Palácio de Exposições (a atual Oca) recebeu o nome do governador, passando a ser chamado de Palácio Governador Garcez (Figura 15); ao Palácio das Indústrias foi dado o nome de Armando Arruda Pereira, um tributo ao já então ex-prefeito, que faleceria poucos meses depois. Diante do Palácio das Indústrias (atual sede da Fundação Bienal) foi ainda inaugurado o Monumento ao Café, referido no discurso do secretário de Agricultura como “a árvore à sombra da qual prosperou a comunidade paulista” [ENCERRADAS..., 26/01/1955]. Apesar de se oficializar o término do IV Centenário naquele dia, as exposições em cartaz no parque – Exposição de História de São Paulo no quadro da História do Brasil³⁰ e Exposição de Artes e Técnicas Populares, inauguradas em setembro de 1954 – foram prolongadas até maio de 1955 [RIBEIRO, 2015].

Nesse meio tempo, foi lançada a revista de arquitetura *Módulo*, em cujo corpo editorial havia três membros³¹ da equipe do Ibirapuera de Niemeyer, ele incluído.

29 Dentre os eventos do IV Centenário cabe destacar a mostra de arte italiana De Caravaggio a Tiepolo, montada na Oca, tida como a maior exposição do estilo barroco italiano realizada no mundo; a Exposição do Acervo do Museu de Arte Moderna, a Exposição de Arquitetura, parte da II Bienal; o Ballet do IV Centenário, a Exposição Numismática, o I Festival Brasileiro de Folclore (que incluía congressos, assembleias e exposições), o Festival de Cinema, além de inúmeras manifestações teatrais, concertos musicais e programação esportiva e científica.

30 O escritor português Jaime Cortesão (1884-1960), que viveu no Brasil entre 1940 e 1957, emigrado de Portugal por pressão do salazarismo, foi o responsável pela organização dessa exposição a convite de Francisco Matarazzo Sobrinho e por intermédio de Paulo Duarte e Sarmiento Pimentel. De acordo com a pesquisa de David Ribeiro [2015, p.116] sobre Cortesão, a exposição inaugurada em 13/09/1954 no Palácio das Artes (Oca) foi considerada por ele “a maior missão a Portugal desde a independência do Brasil para recolher documentos cartográficos, muitos deles inéditos”. Ribeiro considera que a realização dessa exposição no contexto do IV Centenário foi certamente um dos fatores que favoreceu “a Portugal manter-se presente na identidade brasileira, bem como participar com relevo da celebração do ingresso do Brasil na modernidade” [p.7].

31 Direção: Joaquim Cardozo, Oscar Niemeyer Filho, Rodrigo M.F.de Andrade, Rubem Braga, Zenon Lotufo. Como correspondente em São Paulo: Carlos Lemos.

Mutilado o conjunto do Parque Ibirapuera [NIEMEYER et al., 1955] é o título do artigo no qual os arquitetos relatam “a verdade sobre o projeto e a construção do belo traçado destinado às comemorações do IV Centenário de São Paulo” [p.18]. De acordo com a pesquisa de Paula Deddeca [2012, p.194-195], a *Módulo* já nascia “no centro das atenções, dado que seu principal editor – Oscar Niemeyer – era ao mesmo tempo um dos arquitetos brasileiros mais conhecidos e legitimados internacionalmente, além de principal alvo das críticas estrangeiras emitidas nestes anos”.³² A inserção de sumários e traduções em diferentes idiomas, segundo a autora [DEDECCA, 2012, p.195], aponta “para as grandes ambições da revista nos meios estrangeiros”, e para a “pretensão de atingir tal público e, mais do que isso, de reagir às reprimendas sofridas, sobretudo no que tange ao suposto excesso de valorização formal da produção carioca”. O principal artigo da primeira edição da revista, cuja capa exhibe o pilar em forma de V do Palácio da Agricultura, traz, no entanto, o conjunto de edificações do parque paulistano projetado pelo arquiteto carioca. Trata-se dos autores do projeto defendendo “a concepção, a realização e o que ainda pode ser feito” [NIEMEYER et al., 1955, p.18] do conjunto do Ibirapuera, fazendo da revista o lugar de revisão de sua obra recém-inaugurada.

É indispensável notar o que os autores [NIEMEYER et al., 1955, p.18] escolheram frisar em sua defesa: o conjunto do Ibirapuera é referenciado como o “belo traçado destinado às comemorações do IV Centenário da cidade”. Não há menção no texto sobre a função que esses edifícios teriam após os festejos, prestes a terminar. No texto sucinto, os arquitetos condenam a deformação que a concepção inicial do projeto havia sofrido, culpando a “economia de palitos”, “a falta de compreensão e sensibilidade” ou “apenas o simples desejo de modificar, para se ter a ilusão de mando ou cooperação”. A equipe isenta, no entanto, ambos “ex e atual presidentes da Comissão do IV Centenário” – Francisco Matarazzo Sobrinho, “o iniciador da obra, à qual deu o melhor dos seus esforços”, e Guilherme de Almeida, quem “pouco pôde remediar”.

Sua maior crítica diz respeito à supressão do auditório, que havia sido projetado juntamente com o Palácio das Exposições – ali chamado pelos arquitetos de Palácio das Artes –, dupla de edifícios que constituiria o elemento mais importante do recinto da exposição. Os autores [NIEMEYER et al., 1955, p.18] relatam que o auditório fora inclusive elogiado por Le Corbusier – que havia sido convidado para criar dois painéis nas laterais do edifício – como “particularmente interessante dentro de um conjunto também interessante”. Não tendo sido construído, ficara o conjun-

32 Às críticas recebidas no “Report on Brazil”, publicado na *Architectural Review* – com textos de Walter Gropius, Hiroshi Ohye, Ernesto Rogers, Max Bill e Peter Craymer –, o editorial da *Módulo* afirmava que “após uma leitura serena dos artigos”, chegava à conclusão de que a arquitetura brasileira fosse “talvez exuberante demais, ainda que incapaz de ser julgada com ‘uma régua alemã, japonesa, italiana, suíça ou inglesa’”. As críticas dos estrangeiros se haviam tornado, para os editores, “uma boa propaganda para a nossa arquitetura”, como aponta Deddeca [2012, p.195], ao “difundir a ideia de que os arquitetos no Brasil faziam, afinal, arte”.

to “capenga”, e a “arrojada marquise”, que “sai de um ponto qualquer, desgarrado”, sem seu alongamento até o auditório, como “algo inacabado”. Assim como Corona, os arquitetos criticam também “a decoração”, isto é, a maneira como os pesados estandes da feira internacional foram dispersos sob a marquise, “atravancando-a e tirando-lhe toda a rica perspectiva”. Para eles o mesmo havia acontecido dentro dos pavilhões, que ademais tiveram seus vidros baixados até o chão, quando “só deviam cobrir a parte superior da construção” [p.20].

Aos articulistas, todavia, restava uma esperança: a Comissão dos festejos havia dito que, terminada essa fase de mais atividades, seria construído o auditório e até ele prolongada a marquise. Sendo a única ausência reclamada pelos autores no artigo a do auditório, não houve revisão em relação à entrada monumental do parque, ou do restaurante, também incluídos no projeto final aprovado e tampouco construídos.

Certamente os arquitetos estavam mais preocupados com a finalização de sua obra do que com o uso que dela seria feito após os festejos. Essa, contudo, não era a preocupação da Comissão do IV Centenário que, simultaneamente ao lançamento da *Módulo*, redigia inúmeros relatórios³³ e sugestões para o aproveitamento das instalações do parque e de seu entorno após as comemorações, como veremos adiante.

Em paralelo, eram publicados no *Diário Oficial* do Estado de São Paulo os pronunciamentos dos deputados e vereadores em plenário sobre o destino do Ibirapuera [DISCURSOS, 08/03/1955]. Na Câmara Municipal, o vereador Valério Giuli³⁴ abriu a sessão expondo sua preocupação com o risco que o parque correria caso houvesse o que denominava “aventureirismo de locação”, alertando sobre a incerteza que abre este capítulo: “O que será feito do Ibirapuera após o mês de maio do corrente ano?” Naquele momento, já havia rumores de que, a partir do encerramento definitivo das comemorações, o Ibirapuera seria utilizado pelo estado ou pela prefeitura “para outros fins”. Eram esses fins que Giuli acreditava ser de interesse daquele plenário.

O deputado estadual Vladimir de Toledo Piza³⁵ interveio adiantando que, “ouvindo altas pessoas que fazem parte da Direção daquela Entidade” [DISCURSOS, 08/03/1955] – possivelmente referindo-se à Comissão do IV Centenário – sabia que

33 Plano de ação: Lembrete sobre a destinação do Parque Ibirapuera, 1955; Plano de ação: Sugestões para o aproveitamento dos edifícios e respectivas instalações do Parque Ibirapuera, 1955; Exposição de motivos para a criação do Centro do Ibirapuera, 1955.

34 Giuli foi o vereador mais votado para as três cadeiras no Parlamento local conseguidas pelo Partido Democrata Cristão (PDC) no pleito de 1947, seguido por Jânio Quadros no início de sua meteórica carreira política, e Miguel Franchin Neto [MAGALHÃES, dez. 2007, p.276].

35 Médico, escritor e político brasileiro. Apesar da brilhante carreira na medicina como pediatra, passou-a para segundo plano ao ter despertada a vocação política. Foi deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) entre 1951 e 1955 e candidato a governador do estado de São Paulo em 1954. Eleger-se vice-prefeito da capital em 1955 e assumiu a prefeitura no ano seguinte em razão da renúncia do prefeito Lino de Matos. Foi prefeito de São Paulo de 13/04/1956 a 07/04/1957. A construção do Planetário no Ibirapuera foi uma de suas iniciativas [disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Vladimir_de_Toledo_Piza, acessado em 29/08/2014].

havia “a intenção, dada como certa, de transformar o Ibirapuera em uma autarquia de caráter permanente”. Ao concordar com Piza, Giuli acrescentou que havia sido procurado, ainda no mês de agosto ou setembro de 1954, por alguns dos membros da Comissão. Naquela ocasião, fora, aliás, realizada uma reunião com o governador Lucas Nogueira Garcez na qual se chegou a nomear uma nova Comissão “que deveria iniciar imediatamente estudos sobre o assunto a fim de apresentar sugestões”. Se aquele trabalho não teve prosseguimento, havia sido por uma razão de descontinuidade bastante recorrente até hoje, como explicou Giuli: “a campanha política que elegeu o atual Governador [Jânio Quadros] findara e estávamos naquela fase de transição de governo, quando alguém o deixa para outro que deve chegar”.

Giuli frisou ainda que, por lei daquela própria Câmara, a Comissão do IV Centenário encerraria suas atividades seis meses após o término das exposições. Tendo elas sido adiadas até maio, havia prazo de oito meses a partir de então para que “um grupo de pessoas pudesse estudar seriamente o assunto e propor uma solução ao Sr. Prefeito e ao Sr. Governador” [DISCURSOS, 08/03/1955].

Outra questão crucial foi levantada nessa mesma sessão pelo vereador Marcos Mélega:³⁶ “O Ibirapuera é um logradouro público?” O vereador expunha sua confusão a respeito daquela área, se ela pertencia somente à prefeitura ou se havia algo integrado ao patrimônio do estado. Giuli explanou o dilema:

Vejo que compreende bem a complexidade do problema. Parte dos terrenos, senão todo ele, é de propriedade do Município. Temos edifícios construídos com verbas autorizadas por esta Câmara, entregues pela Prefeitura. O Estado, por sua vez, tem vultosas importâncias destinadas à construção de edifícios; o Poder Federal também participou ativamente, com verbas. Nesta altura, há um sistema misto dos três poderes conjugados que apareceram no ano do IV Centenário, através daqueles magníficos edifícios que impressionaram pelo seu porte e utilização a todos que nos visitaram durante esse ano histórico e continuarão nos visitando [DISCURSOS, 08/03/1955].

Diante da complexidade que envolve decidir o destino de um parque misto de três poderes conjugados, o belo fruto da convergência de um trio político usualmente divergente, Giuli, ao constatar que encontrava ressonância entre os cole-

36 Ex-líder udenista, deixou indelévelmente marcada sua passagem pela Câmara Municipal de São Paulo. Durante 20 anos, de 1949 a 1968, ocupou uma cadeira no Legislativo da cidade. Em meio a outras atividades, foi um dos fundadores da Vasp, criada no governo de Armando Salles de Oliveira [disponível em http://www.reformaescolas.prefeitura.sp.gov.br/em1005/forms/frmEscola.aspx?codigo_escola=400172; acessado em 07/07/2015].

gas, reiterou sua preocupação em “manter o Ibirapuera como modelo”. O parque-modelo não podia correr o risco de ser locado aventureiramente – “quem sabe por uma Secretaria do Município ou mesmo um serviço de natureza militar, civil ou burocrático” – pois, de acordo com Niemeyer et al. [1955], “o que é provisório na nossa terra, uma vez chegando este provisório ao local, dificilmente poderá ser retirado”.

Na qualidade de membro da Comissão de Vereadores junto à Comissão do IV Centenário, o professor Miguel Sansígolo³⁷ adiantou que o senhor Francisco Matarazzo Sobrinho, “o braço forte das construções do Ibirapuera” [DISCURSOS, 08/03/1955], havia oferecido um trabalho “interessantíssimo” que pretendia transformar o parque em uma exposição permanente, o qual já estava bastante adiantado e poderia ser aproveitado.

Esse debate de março de 1955 entre representantes políticos situa a questão do destino do Ibirapuera pós-festejos ora investigada. Na leitura da documentação primária utilizada nesta pesquisa – em grande parte encontrada no Fundo Francisco Matarazzo Sobrinho do Arquivo Wanda Svevo da Fundação Bienal de São Paulo³⁸ – verificamos a existência de diversas propostas para o Parque Ibirapuera,³⁹ entre elas, possivelmente, aquela a que Sansígolo se referia. Encontramos também a existência de uma fotografia (Figura 17) do encontro de Francisco Matarazzo com o prefeito Lino de Mattos e vereadores “a fim de tratar a destinação do Parque Ibirapuera, após os festejos do IV Centenário da cidade de São Paulo”. Datada de 09/05/1955, a imagem atesta que, de fato, o projeto posto em pauta na reunião dos vereadores foi apresentado por Matarazzo a Juvenal Lino de Mattos, o prefeito eleito após a renúncia de Jânio Quadros da prefeitura para assumir o governo do estado. Mas, afinal, no que consistia esse projeto do senhor Matarazzo ou, antes, qual era sua relação com o Ibirapuera?

37 Correligionário do PSP, de Adhemar de Barros.

38 Um dos segmentos do Fundo Francisco Matarazzo Sobrinho, denominado Período 1951/1976 – Histórico IV Centenário – IVC, é composto por algumas centenas de pastas com documentação diversa, entre recortes de jornais, fotografias, cartas, relatórios, programas, atas, leis, mapas e cartazes. A maioria dos documentos desse segmento – que se encontra catalogado com descrições gerais – compreende o período de 1951 a 1959.

39 Alguns documentos trazem exposições de motivos e sugestões tanto para o aproveitamento dos edifícios do parque quanto para a criação de uma “entidade” que o pudesse nortear e guiar com autonomia, às vezes sugerida como uma “autarquia com personalidade jurídica”, outras como “sociedade civil”. Destaca-se a diversidade de nomenclaturas: Centro de Ibirapuera, Centro de Ibirapuera e Feira de Amostras de São Paulo – CFASP, Centro Cultural e Expositivo do Ibirapuera, Feira Permanente de Amostras de São Paulo, Comissão do Parque Ibirapuera, Fundação Ibirapuera, União Ibirapuera, Comissão Especial do Parque Ibirapuera – Cepi. A maior parte dos documentos não está datada nem tampouco assinada, embora se saiba que Francisco Matarazzo Sobrinho acompanhou a criação do Parque e seus desdobramentos com atenção. Para entender a cronologia dos documentos não datados, ou com datas atribuídas, foi necessário sistematizá-los junto a fontes complementares, como mapas ou matérias de jornal, algumas que não estavam incluídas nesse arquivo pessoal.

“O CAMARADA CICCILLO”

Francisco Matarazzo Sobrinho esteve durante toda uma década diretamente envolvido com os assuntos do Ibirapuera: de sua concepção, em 1951, às inúmeras tentativas de consolidá-lo como entidade autônoma, entre 1954 e o começo da década de 1960. Os documentos encontrados em seu arquivo pessoal incluem propostas para o parque como um lugar de cultura e lazer, e também para feiras industriais e comerciais. O Ibirapuera tornara-se rapidamente um campo de disputas, dividido entre aspirações humanistas e capitalistas. Era essa, aliás, a ambivalência do referido “braço forte do Ibirapuera”, mais conhecido como Ciccillo Matarazzo.

Foi ele o grande responsável por escolher o local em que seriam concentrados os eventos comemorativos e, portanto, por efetivar a construção do Parque Ibirapuera. Foi, sobretudo, uma figura central por promover os ajustes políticos necessários a sua consecução. O primeiro parque metropolitano de São Paulo, projetado e prometido pelo poder público, foi construído em impressionante rapidez. Como definiu Segawa [1998], “o que não foi possível acontecer ao longo de quase duas décadas, moveu-se em algo como quatro anos”. Ou, talvez mais radicalmente, teria sido como quatro décadas em dois anos, visto que o parque prometido pela gestão de Pires do Rio em 1926 foi projetado e construído apenas no biênio anterior a sua inauguração,⁴⁰ após a criação da Comissão do IV Centenário, em dezembro de 1951. Um convênio entre a prefeitura e o estado criou a autarquia que seria responsável pela organização de todo o ano comemorativo e como presidente dessa Comissão foi escolhido “o capitão da indústria e das artes” Ciccillo Matarazzo, como nomeou Paulo Garcez Marins [1998-1999, p.30].

É importante notar que a construção definitiva do parque só ocorreu quando o estado – em suas esferas municipal e estadual, com Armando Arruda Pereira e Lucas Nogueira Garcez – parecia ter, finalmente, um objetivo comum, com ambas as partes motivadas pelos grandiosos festejos do aniversário da cidade, apoiadas pelo governo federal. Era a oportunidade perfeita para a consolidação da nova identidade paulistana, capitaneada por Ciccillo, que não mais se devia limitar à mitologia de seu passado regionalista. Os prédios modernos de Niemeyer indicando que São Paulo alçaria voo internacional e mostraria ao mundo os frutos de

40 Carlos Lemos [set. 2013] refere-se ao tempo da construção como “cerca de um ano e meio” nesta passagem: “Trabalhou-se dia e noite desenhando, detalhando e calculando os prédios esboçados por Oscar em seu escritório do Rio de Janeiro. Éramos permanentemente açulados por Ciccillo Matarazzo, o infatigável presidente da Comissão do Quarto Centenário de São Paulo, que tinha somente cerca de um ano e meio para começar e terminar as obras programadas dos pavilhões de exposições. Isso me faz lembrar hoje de Juscelino construindo Brasília a toque de caixa, sendo auxiliado pelo mesmo arquiteto: Oscar, o homem mais calmo do mundo”.

Figura 17: Visita de Francisco Matarazzo Sobrinho ao prefeito de São Paulo, Lino de Mattos, em companhia de vereadores, a fim de tratar da destinação do Parque Ibirapuera após os festejos do IV Centenário da Cidade de São Paulo; em primeiro plano, da esquerda para a direita: Francisco Matarazzo Sobrinho, Lino de Mattos e o vereador Atimar Ribeiro de Lima; 09/05/1954 [1955], Arquivo Histórico Wanda Svevo/ Fundação Bienal de São Paulo



seu pleno desenvolvimento e poder – econômico, cultural, social – fazendo jus à alcunha recebida de “a cidade que mais cresce no mundo”.⁴¹

Para que houvesse entendimento prático entre as esferas do governo municipal e estadual, foi necessário um mediador, que atuasse como administrador do projeto. Não havia momento mais propício para a escolha de Ciccillo, o “bandeirante ressignificado” [MARINS, 1998-1999, p.30], que reunia qualidades e poder tanto entre as forças econômicas – como o industrial proprietário das Metalúrgicas Matarazzo – quanto as culturais, como o mecenas fundador do Museu de Arte Moderna de São Paulo, da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, do Teatro Brasileiro de Comédia. Além disso, naquele exato momento da instituição da Comissão do IV Centenário, Ciccillo havia acabado de realizar sua I Bienal,⁴² comprovan-

41 Segundo Ana Paula Nascimento [2003, p.21], “Em 1951, São Paulo possuía 2.228.000 habitantes (sendo ainda menos populosa que o Rio de Janeiro, com 2.413.000), sendo a 13ª cidade mais populosa do mundo e a 5ª das Américas. Em 1953, com cerca de 2,7 milhões de pessoas, a capital paulista torna-se a primeira cidade do Brasil em população, contando três anos depois com 114 bibliotecas, 28 jornais diários e 15 emissoras de rádio e três de televisão, além de 178 cinemas.” Já o escritor Hernani Donato, que trabalhou com a Comissão do IV Centenário, em entrevista a Claudio Willer [1994, p17] observa que “O IV Centenário despertou os brios de São Paulo, sua capacidade construtiva, uma consciência adormecida desde a crise de 29 e 30”. “Houve uma espécie de reversão, volta por cima, um ciclo de afirmação invertendo a depressão e o isolamento decorrentes da derrota de 32 e da ruína dos fazendeiros na crise do café. (...) Daí a afirmação como grande centro industrial e capital cosmopolita”, completa Willer [1994, p17].

42 Instituição privada, tal como, aliás, o Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM, criado nos moldes do Museu de Arte Moderna de Nova York por Francisco Matarazzo Sobrinho em 1948, a Bienal

do, ainda que com alguns percalços, sua capacidade realizadora e, principalmente, de mobilização internacional. Como destacou Claudio Willer [1994, p.17]:

Nada disso aconteceria, concordam todos, sem a disposição da burguesia, da nova elite empresarial, de, a exemplo dos Prado promotores de 22, tomar iniciativas para valorizar a cidade e promover a cultura. O exemplo maior é mesmo Ciccillo Matarazzo, com sua disposição de sacar o talão de cheques para viabilizar projetos.

À Comissão do IV Centenário coube controlar verba pública oriunda da venda de apólices e organizar agenda anual repleta de eventos, construindo um parque-re-cinto de exposições sobre terrenos municipais – ainda que com algumas parcelas estaduais, outras particulares.

Sabe-se que 80% das verbas do IV Centenário foram usadas para a construção do Parque Ibirapuera [LOFEGO, 2004]. Inegavelmente, fora bastante acertada a visão de Ciccillo em não desperdiçar aquele montante de 600 milhões de cruzeiros em “uma sequência de coisas efêmeras” e, ao contrário, “erigir um marco perene da grandeza de São Paulo que ao mesmo tempo fosse digno do seu presente e do seu futuro” [MATARAZZO SOBRINHO, 05/03/1954]. Esse talvez, fosse o lado humanista do projeto, embora certamente viesse acompanhado de outros anseios.

O mais grandioso de todos, possivelmente em função da convergência de fatores festivos, a II Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo – como então era denominada a Bienal de São Paulo, organizada pelo museu de Ciccillo – não foi apenas incluída no pacote do IV Centenário e organizada por sua Comissão, mas orientou a programação dos festejos e as obras no parque. Antecipou a efeméride que a patrocinara, ajustando-a a seu calendário bienal, desencadeado após a realização da primeira edição, em 1951. A Bienal foi potencializada por sua inclusão no calendário oficial e comemorativo, como ressaltou Yolanda Penteado [maio 1953] em carta escrita ao marido, Ciccillo, na cidade de Haia, Holanda, em plenos preparativos para a II Bienal, referindo-se aos contatos internacionais que vinha fazendo com as autoridades dos diversos países que visitava: “Como este ano tudo é fácil, com a auréola da 2ª Bienal, quando se pensa que há dois anos atrás foi tudo duro e desagradável. Agora somos tratados a pão de ló”. Em entrevistas às vésperas da inauguração, Ciccillo respondia às indagações de jornalistas sobre o quão “bem contemplada” havia sido a II Bienal no orçamento do IV Centenário: “Sim, foi bem contemplada. Recebeu cerca de 3.500.000,00 cruzeiros da verba oficial, para ser gasta inclusive com os prêmios”. – “E esse valor cobriu todas as despesas?”, insistiam os jornalistas, ao que o entrevistado, hesitando e relutando um pouco, segundo o relato do jornal, admi-

foi concebida pelo mesmo fundador em 1951, nos moldes da única bienal de artes que existia no mundo até então, La Biennale di Venezia (estabelecida em 1895), e concretizada por iniciativa do MAM, responsável pela realização de suas seis primeiras edições, entre 1951 e 1961.

tia “que a quantia não deu para cobrir todas as contas da II Bienal, atribuindo ao Museu de Arte Moderna de São Paulo – e não a ele Ciccillo – a cobertura do déficit” [A MAIOR..., 05/12/1953]. A questão do orçamento do IV Centenário, na verdade, era objeto de inúmeras dificuldades, a começar pelo fato de que era feito previamente em cruzeiros; sendo, entretanto, a maior parte das despesas feita em dólares, havia sempre uma diferença cambial que desequilibrava as contas.

E assim foi inaugurada nos últimos momentos de 1953, a Bienal de Ciccillo e Yolanda, e, notoriamente, de Sérgio Milliet, o diretor artístico da mostra, e outros tantos intelectuais, técnicos e artistas que se envolveram na realização dessa mítica II Bienal, que pré-inaugurou o Ibirapuera ainda em construção, mesmo com toda a lama que fez atolarem caminhões carregados de Picassos – e com *Guernica*.⁴³

Homenageado na II Bienal com uma sala especial na Exposição de Arquitetura, parte integrante da mostra, e premiado pelo júri internacional com o Grande Prêmio,⁴⁴ de CR\$ 300.000, Walter Gropius estava em São Paulo naquele mês de janeiro de 1954. O célebre arquiteto alemão, fundador da Bauhaus, já há duas semanas se mostrava “atarantado com o trânsito” de São Paulo. “É infernal”, dizia enquanto caminhava pelo Ibirapuera, profetizando e adiantando soluções:

Se vocês já têm tantos problemas com uma cidade de dois milhões e meio de habitantes e cento e cinquenta mil veículos, o que será quando o número de automóveis for maior, ou maior a população?⁴⁵ (...) O crescimento de cidades como São Paulo, Belo Horizonte e outras metrópoles brasileiras é selvagem. Pode mesmo ser fatal para elas, no ritmo em que vai, porque emergem problemas insolúveis na realidade citadina. São Paulo e outros grandes centros necessitam de uma Comissão do Plano Diretor da Cidade com bastante autoridade. Mas autoridade para decidir e não para opinar simplesmente [MARTINS, 15/01/1954].

43 Leonor Amarante [1989] conta episódios divertidos a respeito dessa II Bienal, que ficou conhecida como a “Bienal da Guernica”. Um deles é sobre os montadores da mostra que retiraram a obra *Guernica*, de Picasso, de um caminhão atolado na lama do Parque Ibirapuera, na época em construção.

44 “Reuniu-se o primeiro júri do ‘Prêmio São Paulo’, formado pelos arquitetos José Luis Sert, presidente dos ‘Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna’ (CIAM); Le Corbusier, convocado em sua qualidade de laureado com o primeiro ‘Grande Prêmio Internacional de Arquitetura’, da Exposição Internacional de Arquitetura integrante da 1ª Bienal de São Paulo; Ernesto N. Rodgers, Max Bill, Affonso Eduardo Reidy, apresentando o Instituto de Arquitetos do Brasil, Gregório Warchavchik, designado pelo Museu de Arte Moderna de São Paulo e finalmente, um representante da ‘Fundação Andréa e Virginia Matarazzo’ [Fundação que financiava o prêmio]. O Grande Prêmio foi conferido por unanimidade ao Professor Dr. Walter Gropius que de conformidade com o Regulamento do Prêmio veio a São Paulo, apresentar uma exposição completa de sua obra, em sala especial no Palácio dos Estados, no Parque Ibirapuera” [BAC..., p.44].

45 Como relembra Mauro Calliari [2016, p.124], os primeiros automóveis começaram a circular em São Paulo em 1904, só tendo início as primeiras linhas de ônibus em 1924. O autor traz uma projeção do número total de veículos na cidade: 1917 (1.757), 1940 (45,6mil), 1960 (286 mil), 1970 (965 mil), 1980 (1,5 milhão), 1991 (3,6 milhões), 2000 (5,1 milhões), 2015 (8 milhões).

Em passeio pelo Ibirapuera, Gropius tecia comentários sobre o que via ao jornalista Ibiapaba Martins [15/01/1954], que reuniu do arquiteto “20 críticas em meia hora de entrevista”:

Estou visitando este conjunto pela primeira vez. Acho, todavia, que o auditório é indispensável a fim de que tenhamos uma visão total. Apesar disso, posso adiantar que nunca tive tão grande impressão de conjunto, não obstante as inúmeras exposições que participei. Acho que a Bienal constitui a maior e melhor propaganda deste País. O mesmo posso dizer da próxima exposição industrial.

Nota-se que Gropius revela uma certa confusão entre as realizações de seu anfitrião, Ciccillo: um parque, uma Bienal, um recinto de exposições industriais? Mais do que pela conhecida “parceria público-privada” em voga nos dias de hoje, o Parque Ibirapuera foi realizado pelo desejo da iniciativa privada como – e enquanto – associada ao poder público. Afinal, Ciccillo era concomitantemente o presidente do Museu de Arte Moderna – a instituição privada que organizou a Bienal em sua primeira década – e presidente da Comissão do IV Centenário, a autarquia criada em comum acordo pelo poder público – municipal e estadual – incumbida do planejamento de todo o pacote de eventos da programação dos festejos, entre os quais, reiteramos, a própria II Bienal e o tão esperado parque da cidade, o grande legado do IV Centenário para São Paulo.

As pesquisas sobre o Parque Ibirapuera que enfocam o período de sua construção relacionam diversos conflitos que ocorreram entre 1951 e agosto de 1954. A começar com a escolha, definida por Ciccillo, do arquiteto carioca Oscar Niemeyer e sua equipe paulista para projetar o parque, em substituição à primeira equipe liderada por Rino Levi. Essa decisão foi prontamente contestada pelo arquiteto Cristiano Stockler das Neves, que já havia perdido o posto de presidente da Comissão para Ciccillo. Neves declarou-se contra o projeto de Niemeyer, e chegou a apresentar voluntariamente seu anteprojeto para o parque, demonstrando que naquele momento “havia diversas modernidades pretendidas” [OLIVEIRA, 2002, p.1]. De nada adiantou tal tentativa, pois Ciccillo impôs sua decisão, com apoio tácito das autoridades governamentais.

A destinação de vultuosa verba pública para a comemoração dos 400 anos da cidade, que incluía a construção do Parque Ibirapuera, também é vista como um ato que causou danos a outras iniciativas em andamento na cidade desde finais da década de 1940, como o 2º Convênio Escolar, coordenado pelo arquiteto Hélio Duarte. Segundo a pesquisa de Ivanir Abreu [2007, p.74], esse “acordo entre Estado e Município” para a construção de escolas na capital paulista que vigorou entre 1949 e 1953, com a finalidade de “zerar, até as comemorações do IV Centenário, o grave déficit de salas de aula na cidade de São Paulo”, teve parte de sua verba “desviada para a construção do Parque Ibirapuera”.

Também a construção do Ibirapuera é assinalada por Vladimir Bartalini [1999, p.250] como um fato que pode ter impossibilitado a execução de outros grandes parques na cidade, como, por exemplo, os que seriam associados à retificação do Tietê, ainda na década de 1920. Segundo o autor, “os mesmos urbanistas oficiais” que então advogavam tais parques junto ao rio, justificariam “em seguida a sua supressão, alegando que a Prefeitura já estaria fazendo o bastante ao planejar a execução de um parque no Ibirapuera”. Como constatado por Bartalini “pensava-se ‘grande’ no que dizia respeito ao saneamento das várzeas, ao atendimento às necessidades futuras de expansão da área urbanizada e ao sistema viário que a serviria, mas ‘pequeno’ quanto às demandas vindouras por áreas verdes de lazer”.

Outro ponto de conflito ocorreu em relação ao projeto paisagístico do parque apresentado por Roberto Burle Marx, substituído pelo projeto do funcionário público Otávio Augusto Teixeira Mendes.⁴⁶ Para tal fato, há três possíveis hipóteses: a de que haveria uma obstrução ao projeto de Burle Marx por Oscar Niemeyer,⁴⁷ a de que o alto custo de seu projeto tenha sido um fator inviabilizador e a de que, simplesmente, seu projeto chegou em momento não muito oportuno. O projeto de Teixeira Mendes havia servido como luva para a Comissão do IV Centenário, junto à qual possivelmente Niemeyer veio a intervir contra o projeto de Burle Marx. “Mendes propôs um traçado de caminhos que se harmonizasse com o conjunto e que propiciasse amplas perspectivas”, o que estava em total acordo com o desejo de Niemeyer, além de ser muito mais em conta do que a proposta de Burle Marx, não apenas em relação aos honorários profissionais mas também devido à “grande variedade de espécies escolhidas para os jardins” do projeto de Marx, “de execução e manutenção mais complexa” [OLIVEIRA, 2003]. As diferenças explícitas entre os dois projetos paisagísticos não evitariam, entretanto, o surgimento, a difusão e a manutenção, por muito tempo, de uma confusão sobre a autoria do projeto paisagístico do Ibirapuera, que foi ao longo do tempo recorrentemente atribuída a Burle Marx.⁴⁸ O paisagista seria ainda convocado mais duas

46 Segundo Cássia Mariano [2005, p.48,49 e 53], Otávio Augusto Teixeira Mendes (1907-1988), além de um grande pianista “foi um profissional inovador. Depurou ensinamentos da escola de agronomia de Piracicaba (1939) [onde “sua família possuía tradição de pesquisa, ensino e trabalho”] com a pós-graduação em arquitetura, planejamento e preservação na Universidade de Columbia, EUA (1950)” — de onde, “ao retornar passou a se auto intitular arquiteto paisagista”. Teixeira Mendes integrou o Serviço Florestal do Estado de São Paulo entre 1942 e 1968. Além do Parque Ibirapuera, atuou em projetos importantes na área ambiental, como a criação do Parque Turístico da Cantareira e o parque da Fundação Maria Luísa e Oscar Americano.

47 Cabe, entretanto, lembrar que já haviam trabalhado juntos em projetos da esfera pública ou não: Ministério da Educação e Saúde (MES), atual Palácio Capanema, no Rio de Janeiro (1938); Pampulha em Belo Horizonte (1942); Grande Hotel de Ouro Preto (1942); e em diversas residências como a de Francisco Inácio Peixoto em Cataguases (1942), a de Juscelino Kubitschek em Belo Horizonte (1943), ou a de Burton Tremaine, em Santa Barbara, Califórnia (1948).

48 Há décadas é comum estar expresso nos mais diversos veículos de comunicação, passando pelo próprio *site* da Prefeitura de São Paulo [ver PREFEITURA..., 2005] que o projeto paisagístico do parque teve a autoria de Roberto Burle Marx. Alguns exemplos dessa atribuição errônea em matérias de

vezes para interferir no Ibirapuera, nos anos 70 e 90, e, também nessas ocasiões, suas pretensões foram frustradas, como veremos adiante.⁴⁹

Outra questão, menos debatida, porém introduzida no livro de Silvio Lofego [2004] sobre o IV Centenário, foi a remoção de uma pequena favela [PROBLEMA..., 26/10/1951] com uma centena de barracos, cujos habitantes haviam ocupado parte do terreno vazio em que há muito se esperava poder realizar o parque da cidade.⁵⁰ Como sugere Lofego [2004, p.83], possivelmente tratava-se de populações que, “no entender dos poderes que estavam à frente daquele projeto, não integravam a grandeza de São Paulo; por isso era preciso removê-las e deixar o território ficar livre para a edificação dos marcos da ‘pauliceia’ triunfante”.

Nesse sentido, vale destacar também o ensaio de Claudio Willer [1994] para a primeira edição da revista do Museu da Cidade de São Paulo sobre o IV Centenário, no qual o autor rememora, trazendo vozes de participantes, o que não foi incorporado na imagem multicultural e cosmopolita promovida pelo grande evento. Se por um lado exaltava-se “o quanto São Paulo recebeu e integrou em sua vida os imigrantes europeus – italianos(...), judeus(...), japoneses, sírio-libaneses e gente de inúmeras outras proveniências” [p.17], por outro “deixaram de ser incorporados a essa imagem de multiculturalismo muitos brasileiros: os nordestinos, ‘baianos’ já na construção civil, e os negros, presença periférica, ausente da iconografia e da emblemática do IV Centenário” [p.17]. Sabe-se, no entanto, que essa questão não é apenas ética ou racial, mas sobretudo social: a eliminação da pobreza do campo visual, ação recorrente em todos os grandes eventos internacionais realizados desde então, por meio dos chamados processos de higienização social.

Ana Claudia Barone [2007 e jul.-dez. 2009], em sua pesquisa sobre o Ibirapuera, problematiza as oposições quanto à construção dos pavilhões no parque, que, segundo a autora, tinham como argumento desde a sugestão de outros locais para a convergência das comemorações do IV Centenário – como o Anhembi na Zona Norte ou o futuro campus da USP do Butantã, na Zona Oeste – à defesa do parque inteiramente verde, passando pela polêmica sobre quais pavilhões deveriam ser provisórios ou permanentes. Posteriormente, com os pavilhões de concreto (os “palácios”) já em construção, apenas deslocou-se o foco dos conflitos em relação ao

jornal nas últimas décadas podem ser verificados em: Rowan Moore [07/08/2015], Maria Inês de Carmargo [15/08/1994], Adriana Moreira [1997] O Parque... [12/08/1987] e Lélia Chacon [31/08/1981].

49 Especificamente sobre a questão da autoria do projeto paisagístico do Ibirapuera e as sucessivas tentativas de Burle Marx para efetivar seus projetos a ele referentes, ver CURI [2017].

50 Regina Meyer [1991, p.60 e 61] aborda o tema “da remoção dos favelados do terreno entre as ruas Abílio Soares e Manoel da Nóbrega”, com base no relatório da Comissão do IV Centenário de outubro de 1952: “O relatório informa que foram retirados desta área 186 barracos com 204 famílias. Destas remoções, cerca de 180 famílias foram para ‘terrenos próprios’ e 6 famílias foram encaminhadas para a favela do Canindé ‘em próprio municipal, com fornecimento de madeiras, telhas, etc.’”. A autora pontua: “Esta remoção, que o relatório empenha-se em afirmar que foi ‘executada sem incidentes ou violência’, aponta sobretudo para o agudizamento dos problemas de uso do solo urbano na metrópole paulistana, que cumpria seu caminho inexorável de modernização”.

território como um todo para a questão do uso e função dos edifícios modernos de Niemeyer. Essa disputa é identificada pela autora [BARONE, jul.-dez. 2009, p.309] como a “necessidade dos opositores de se fazerem representar nas instâncias de deliberação sobre os destinos do parque, mais até do que sua postura de resistência ao projeto per si – (...) uma disputa de representação de poder por trás do conflito”. Poder encarnado pela figura de Ciccillo e pelas decisões por ele capitaneadas.

Disputas de representação de poder pautam a trajetória do Ibirapuera de sua concepção até as incertezas do *day-after* dos festejos. Eram, e são ainda, disputas intrínsecas à “sociedade de origem tão nitidamente personalista como a nossa”, na qual a “entidade privada precede sempre a entidade pública”, nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda [1995, p.133] escritas cerca de 15 anos antes desses embates e que a eles se aplicam com nitidez:

Podemos organizar campanhas, formar facções, armar motins, se preciso for, em torno de uma ideia nobre. Ninguém ignora, porém, que o aparente triunfo de um princípio jamais significou no Brasil, como no resto da América Latina – mais do que o triunfo de um personalismo sobre outro.

Evidência nítida dos personalismos e disputas de poder no Ibirapuera, dado ser o conflito que concentra o maior número de documentos do arquivo pessoal de Ciccillo, foi sua desavença com Jânio Quadros, após o malogrado desfile do Carnaval de 1954 – que provocou a demissão de Ciccillo da presidência da Comissão do IV Centenário poucos meses antes da inauguração do Ibirapuera. Dezenas de matérias de todos os jornais da época e centenas de cartas de protestos e manifestações de apoio a Ciccillo na ocasião reúnem um montante significativo de documentos nesse Fundo do Arquivo.⁵¹

Eleito pelo Partido Democrata Cristão (PDC), o prefeito Jânio Quadros havia tomado posse no dia 08/04/1953, tornando-se, assim, o primeiro prefeito eleito pelo voto direto e não nomeado pelo governo do estado, desde o início da Era Vargas (1930-1945). Sucedendo Armando de Arruda Pereira, do Partido Social Progressista (PSP), que havia sido nomeado pelo governador Lucas Nogueira Garcez, do mesmo partido, Jânio Quadros chegou em meio à construção acelerada do parque e à programação dos festejos, o que provocou um abalo na “aparente harmonia entre prefeitura e autarquia”, como relata Lofego [2004, p.85-86]:

Essa mudança provoca de imediato alguns incômodos junto àqueles que estavam à frente das obras (...) com a suspensão de licitações já programadas, provocando ainda mais atrasos. (...) Jânio Quadros demonstrava má vontade em

51 Fundo Francisco Matarazzo Sobrinho – Histórico IV Centenário / IVC: 1951–1976, Arquivo Histórico Wanda Svevo/Fundação Bienal de São Paulo.

relação à execução das obras que envolviam o Parque Ibirapuera. (...) parece não ter havido patriotismo ou espírito de civismo (...) o jogo político e os interesses partidários prevaleceram.

Tais abalos culminaram quase um ano depois, em 03/03/1954, quando Quadros demitiu Ciccillo publicamente, alegando incompetência por parte da autarquia em relação ao fracasso do cortejo carnavalesco – incluído no pacote dos festejos e, portanto, responsabilidade da Comissão. Dois artigos de Luis Martins⁵² publicados em sua coluna “Coisas da Cidade” d’*O Estado de S. Paulo* contextualizam tão bem essa discussão, que merecem ser parcialmente reproduzidos. No primeiro, Martins tira o foco dos protagonistas da disputa e fala do povo. No segundo, enfoca Ciccillo e o autêntico “abacaxi” recebido com o cargo na Comissão do IV Centenário. Assim foi que, na manhã seguinte ao ato de Quadros, enquanto Ciccillo publicava sua carta de demissão [MATARAZZO SOBRINHO, 05/03/1954] no jornal *Última Hora*,⁵³ Martins publicava n’ *O Estado de S. Paulo* um artigo intitulado *A paciência do povo*. O carnaval havia fracassado pelo enorme atraso – de quase 12 horas – dos carros alegóricos, o que levou o povo, cansado de esperar, a depredá-los quando finalmente apareceram “às 4 da madrugada”:

Não há povo mais paciente, mais cordato, mais acomodado, do que este de São Paulo de Piratininga. Está habituado a esperar, e espera com uma disciplina de soldado e uma resignação de santo. Vemo-lo todos os dias formando filas à porta dos cinemas, nos pontos de ônibus, em frente à Recebedoria do Imposto de Rendas, sob a chuva, sob o sol, sem murmúrio de lamentação, sem um gesto de impaciên-

52 Jornalista e crítico de arte autodidata. Perseguido pelo Estado Novo, deixou o Rio e mudou-se para São Paulo em 1938, começando como colaborador no *Diário de S. Paulo* e n’*O Estado de S. Paulo*, escrevendo no último durante 34 anos, a partir de 1947. No fim da ditadura getulista participou da formação do Partido Socialista Brasileiro. Martins foi um dos críticos que mantiveram o modernismo na pauta do dia em artes visuais entre tantos assuntos conturbados da época, como a passagem da ditadura getulista para a democracia e o fim da Segunda Guerra Mundial. Com isso, desempenhou também o papel de incentivador dos então jovens artistas da segunda fase do modernismo, como o Grupo Santa Helena, como também de debatedor da produção de nomes que já eram consagrados, como Candido Portinari, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Ernesto Di Fiori etc. Martins foi uma das primeiras vozes a pedir a construção de um Museu de Arte Moderna em São Paulo, e seu ativismo e ação direta culminaram com a criação dessa entidade privada, em 1948, por Ciccillo Matarazzo. Amigo de Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet, Di Cavalcanti, Portinari, Martins viveu com Tarsila do Amaral ao longo de quase 20 anos [MARTINS, SILVA, 2009].

53 Fundado pelo jornalista Samuel Wainer em 1951, com perfil “marcadamente político e favorável a Getúlio” (Samuel Wainer), evidenciando as realizações do governo Vargas e abordando assuntos que, segundo seu próprio fundador, eram desprezados pela imprensa: notícias relacionadas a esportes e polícia. Embora trate-se de um jornal de caráter popular, recebeu apoio da elite carioca, e, mais tarde, da elite paulista, uma vez que a postura ideológica do jornal também correspondia aos seus interesses. (...) Inovou também no estado de São Paulo com o estabelecimento de uma filial do empreendimento; a primeira edição paulista circulou em 18/03/1952 e contava com perfil igual ao da edição carioca, porém acrescido de posições nacionalistas [Fundo *Última Hora* do Arquivo Público do Estado, disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/guia_ficha.php?fun-do=48&palavra=; acessado em 27/09/2014].

cia. (...) É um povo que recebe sem protestos violentos o racionamento da luz, a carência da água, as greves dos empregados na Companhia de gás, o aumento incessante dos preços e a falta mais ou menos generalizada de tudo. Um povo desses tem direito a ser respeitado. (...) Mas parece que quanto mais ele se mostra compreensivo e desejoso de cooperar, mais abusam da sua paciência e mais escarnecem de sua boa vontade. (...) E [a depredação] foi uma advertência que consistiu em se fazer sentir aos que, sistemática e indefinidamente, abusam da paciência do povo, que ela também tem limite [MARTINS, 05/03/1954].

Na semana seguinte, o novo artigo de Martins [11/03/1954] comentava a carta de demissão do presidente da Comissão publicada no jornal e avaliava o “espírito público” do “Camarada Ciccillo”, com quem ele alegava “manter relações cordiais, mas não de intimidade”. Acrescentava que embora não lhe devesse favores, “proclamar a verdade não custava nada”:

Personalidade curiosa e rara, a desse industrial que se fez mecenas das artes, com uma dedicação, um desprendimento, um entusiasmo que o tornam, no Brasil, um fenômeno isolado e único. Na sua simplicidade acolhedora e risonha, é certamente um dos homens mais simpáticos deste país. Proprietário de poderosas indústrias, prefere a intimidade boemia dos artistas, para os quais não é o milionário Francisco Matarazzo Sobrinho, mas simplesmente o camarada Ciccillo. Sem nenhuma necessidade e sem qualquer intenção de auferir vantagens pessoais, aceitou o cargo de presidente da autarquia responsável pelas comemorações do quarto centenário da Cidade, um autêntico “abacaxi”. Homem de ação, habituado à administração de suas fábricas, pensou que poderia ser útil ao seu Estado, sem se lembrar de que, no Brasil, há uma coisa chamada burocracia e outra coisa chamada politicagem. Politicagem e burocracia entravaram seu trabalho e suas boas intenções. Logo de início, a Comissão começou a se transformar, por exigências a que Ciccillo não se podia furtar, em ninho de empregos dos protegidos de todos os políticos que o cercavam. (...) Houve um momento, aqui em São Paulo, em que todo mundo pensou vagamente em “cavar um bico no IV Centenário”.⁵⁴

Ciccillo de fato deixou a presidência da Comissão do IV Centenário às vésperas da inauguração do parque. Embora fosse substituído pelo poeta Guilherme de

54 Martins ainda pondera que a autarquia “regurgitou de um funcionalismo excessivo e atrapalhante”, ainda que esse houvesse sido apenas “o mal inicial”, pois “um otimismo demasiado, uma espécie de embriaguez eufórica apossou-se dos dirigentes da Comissão, com inevitáveis reflexos na opinião pública: em 1954 íamos ter coisas miríficas e nunca vistas; construções fabulosas iam se erguer do solo, como por encanto; problemas graves seriam resolvidos do dia para a noite; o paulistano começou a se convencer de que no ano do Centenário teria este mundo e o outro; uma fase de ouro ia se inaugurar, tempo de mel e rosas, de vacas gordas, de prazeres gratuitos, de vida fácil e agradável – um sonho”.

Almeida,⁵⁵ manteve-se em posição central e diretamente relacionado às comissões do parque que se formaram nos anos seguintes – e bem na mira da politicagem e da burocracia. Sua figura, sempre relacionado ao parque, levanta uma questão dominante na história do Ibirapuera, que perpassará por todos os capítulos desta tese: a apropriação do público pelo privado e as oscilações de percurso e de sua destinação que isso estimulou.

A história do Parque Ibirapuera é atravessada pela natureza particularista dos conflitos que emergiram nesse espaço público-modelo, trazendo à luz e fazendo florescer, uma vez mais evocando Holanda [1995, p.82], “essas raízes de um país pautado pelos interesses da autoridade máxima oriunda de um poderoso quadro familiar, cuja sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico”; e cujo resultado, certamente, faz com que predominem, até hoje, “em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família”.

Essa invasão do público pelo privado, do Estado pela família a que se refere Holanda é perceptível, e com bastante nitidez, na homenagem pública que foi oferecida a Ciccillo logo após sua demissão da presidência da Comissão do IV Centenário. Além das demonstrações de solidariedade recebidas por correio, as mencionadas cartas e telegramas que constam em seu arquivo pessoal, foi também organizada uma cerimônia oficial “por artistas, intelectuais e gente da sociedade paulista”, a fim de prestar homenagem ao “cidadão dos mais úteis e eficientes do Estado”,⁵⁶ nas palavras do governador Garcez, que inaugurou na entrada do Palácio da Agricultura uma placa comemorativa com estes dizeres:

A Francisco Matarazzo Sobrinho, expressão do gênio de iniciativa e do trabalho abnegado dos paulistas, sempre animado do mais alto espírito público e orientado num sentido profundamente humano. A gratidão de São Paulo pelo que idealizou e realizou para comemorar o IV Centenário de sua fundação. 1954

Dentre os discursos proferidos na ocasião, destaca-se o de Paulo Duarte, que concluía: “Estas obras do IV Centenário de São Paulo se devem a Ciccillo e a mais

55 Poeta e ensaísta, presidiu a comissão do IV Centenário, após a demissão de Ciccillo, de 16/03/1954 a 28/12/1955. Ver sua carta [ALMEIDA, 1954 ao presidente Getúlio Vargas e a notícia [ESTÁ..., 1955] que informa terem ele e outros membros da comissão solicitado exoneração do cargo, concedida pelo prefeito. Almeida foi um dos fundadores da revista *Klaxon*, que visava à divulgação de ideias modernistas e o primeiro modernista a entrar para a Academia Brasileira de Letras (1930). Combatente na Revolução Constitucionalista de 1932, encontra-se sepultado no Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932, no Parque Ibirapuera [disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Guilherme_de_Almeida; acessado em 16/02/2014].

56 Encontravam-se entre os presentes, de acordo com a *Tribuna da Imprensa*, Alfredo Volpi, Di Cavalcanti, Pola Rezende, Maria Eugênia Franco, Moussia Pinto Alves, Wolfgang Pfeiffer, Biagio Mota, Flávio de Carvalho, Frans Krajcberg, Waldemar Cordeiro, Luis Martins [ver CICCILLO..., 20/05/1954].

ninguém”. O ex-presidente da Comissão foi ainda presenteado com uma tela do pintor italiano De Chirico, que doou imediatamente ao MAM, salientando: “Um quadro como este que me deram era muito bom para guardar em minha casa. Por isso, já fica mesmo aqui, no Museu” [CICCILLO..., 20/05/1954].

Ainda que seja possível identificar sua iniciativa, seu espírito público e humanista, a linha tênue entre a “minha casa” e o meu museu, o heroísmo atribuído a esse homem “e a mais ninguém”, que é ainda “o cidadão mais útil e eficiente do Estado”, nos permite atribuir também a Ciccillo a característica “particularista”. Pois a partir de uma posição de destaque na sociedade, ele não apenas transitou com maestria na difusa distinção entre o público e o privado, como favoreceu a configuração de uma esfera pública nitidamente marcada pelo caráter pessoal, em um momento determinante na história da cidade, e do país. Se é somente ele e mais ninguém, se o museu é visto como uma extensão de sua casa, seu legado é uma espécie de permissão para que seja borrada indefinidamente a linha entre o público e o privado. E, no caso específico do Ibirapuera, que a trajetória desse espaço público fosse marcada por apropriação e retalhamento, como se o “público” fosse primeiro de quem manda, de quem determina ou de quem tem. Afinal, como elabora Hannah Arendt [2007, p.36], “o domínio absoluto e incontestado” (do *paterfamilias*, o *dominus*, que “reinava na casa onde mantinha os seus escravos e seus familiares”) e “a esfera política propriamente dita eram [são ou deveriam ser] mutuamente exclusivos”:

A distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado; mas a ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional. O que nos interessa neste contexto é a extraordinária dificuldade que, devido a este fato novo, experimentamos em compreender a divisão decisiva entre as esferas pública e privada, entre a esfera da *polis* e a esfera da família, e finalmente entre as atividades pertinentes a um mundo comum e aquelas pertinentes à manutenção da vida, divisão esta na qual se baseava todo o antigo pensamento político, que a via como axiomática e evidente por si mesma. Em nosso entendimento, a linha divisória é inteiramente difusa, porque vemos o corpo de povos e comunidades políticas como uma família cujos negócios diários devem ser atendidos por uma administração doméstica e nacional gigantesca [ARENDR, 2007, p.37].

As demandas políticas e a burocracia somadas a uma série de desacertos sobre o destino do Ibirapuera, causados sobretudo pelas disputas por representação nas

instâncias de deliberação do destino do parque, fizeram com que ele fosse sendo fragmentado em diversas “ilhas particulares” ao longo do tempo. O território do Ibirapuera – tanto o limitado por seus gradis quanto o expandido – foi sendo loteado, disputado e apropriado por todos os poderes envolvidos nos festejos do IV Centenário. Esse parque, do ponto de vista de sua funcionalidade, esteve, desde o começo de sua trajetória, longe de ser firmemente consolidado quanto ao uso de suas construções, assim como das áreas fragmentadas de seu entorno imediato. Como um “arquipélago público” dividido em “ilhas privadas”, o parque como entidade cultural e ambiental foi sobrepujado como instrumento de acomodações e permutas políticas – o que o insere, e em lugar de destaque, na dinâmica e nos problemas complexos do crescimento da cidade.

Como ressaltou Maria Celestina Torres [1977, p.90], “para o bairro de Vila Mariana e seus arredores, o Parque Ibirapuera representa o que o antigo Parque da Várzea do Carmo, o moderno Parque D. Pedro II representava para os moradores do bairro do Brás”. Possivelmente devido a sua localização em área mais nobre da cidade, mais afortunado seria o destino do Ibirapuera em comparação com a outra várzea, a do Parque Dom Pedro II. “Fruto do projeto de saneamento da planície do Tamanduateí aos pés do centro da cidade”, o Parque Dom Pedro II (1922) “pode ser considerado a mais importante intervenção do poder municipal no suprimento de áreas verdes de recreio até a inauguração do Ibirapuera em 1954” [BARTALINI, 1999, p.251]. Isso não impediu seu trágico destino: entrecortado por cinco viadutos erguidos na década de 1970 e pela Av. do Estado, foi diminuído em metade de sua área verde. Além disso, também perdeu parte de suas áreas verdes para a construção de um imenso estacionamento de carros (depois transformado no terminal de ônibus mais movimentado da cidade), para a construção do Ginásio do Estado (atual Escola Estadual São Paulo), da estação de metrô Pedro II e para a instalação de um corredor expresso de ônibus, o chamado Fura-Fila. Como afirma Vanessa Ribeiro [2012, p.204] em sua dissertação sobre o Parque Dom Pedro II, o poder público optou ali “por uma política que prioriza a circulação de mercadorias e de pessoas em detrimento da manutenção das áreas verdes e de lazer”.

Também atingido por obras viárias, o Ibirapuera tem em comum com o Parque Dom Pedro II o retalhamento de suas áreas e edifícios. Houve, por certo, esforços em constituir uma organização que gerisse e protegesse o Ibirapuera, com a presença de Ciccillo Matarazzo sempre à frente, mas os interesses privados e as disputas dentro da esfera pública acabaram por obstruir essas tentativas e a própria proeminência de Matarazzo.

DISPUTANDO FUTUROS

De acordo com as fontes primárias, o esforço em constituir a referida entidade que desse conta do Parque Ibirapuera foi um processo que se estendeu de sua inauguração até o começo da década de 1960. Nesse período, foram elaboradas diversas propostas de aproveitamento dos pavilhões, principalmente por iniciativa dos interessados em sediar suas instituições culturais no parque, e dar continuidade às bem-sucedidas atividades dos festejos. Certamente, já era então perceptível o potencial daquele parque e de suas edificações para a realização de grandes eventos posteriores, como feiras e exposições, o que gerou propostas de ocupação pós-1954.

A proposta a que o vereador Sansígolo se referia como “interessantíssima” e de “tramitação bastante adiantada”, na sessão de 08/03/1955, é um documento intitulado Centro Cultural e Expositivo do Ibirapuera – Exposição de Motivos [COMISSÃO..., 1954], depositado no Arquivo Histórico Wanda Svevo, resultado de várias propostas escritas com algumas variações entre si, expondo os motivos para que fosse examinada “a possibilidade de aproveitamento do grandioso Parque Ibirapuera”. A ideia era dar continuidade às “manifestações de ordem cultural, artística e científica” das comemorações do IV Centenário, “em realizações periódicas. Embora não datado e tampouco assinado, ao cotejá-lo com as demais propostas, nota-se que ele foi editado e formatado como possível encaminhamento de projeto, para ser analisado acompanhado de planta.

Segundo o documento, a Comissão do IV Centenário encerraria suas atividades em 25/01/1955 e teria até 30 de junho daquele ano para “proceder a liquidação dos compromissos assumidos, preparando a prestação de contas e a apresentação do seu balanço definitivo”. Era também naquela data que deveria “ocorrer o ajuste ente o Estado e a Prefeitura, para a divisão do acervo existente, principalmente quanto às construções”. Os edifícios do parque encontravam-se em situações diversas: “na posse do Estado já se encontram o Palácio da Agricultura e o Ginásio”; o Palácio das Indústrias “já devia ter sido transferido para o Estado e a Comissão reembolsada das despesas feitas”. O restante, entre eles a marquise, o Palácio das Nações e dos Estados, e até mesmo os provisórios, como versava o documento, estariam “sujeitos a acordo para destino final”.

Para a Comissão, o mais indicado naquele momento seria o aproveitamento subsequente dos “edifícios e benfeitorias para os fins a que foram destinados” durante os festejos, pois havia sido essa a ideia quando foram construídos em caráter permanente. “A conveniência e a oportunidade não podem deixar de ser reconhecidas, em transformar São Paulo em um grande centro cultural e expositivo”. Para tanto, o Ibirapuera se deveria transformar numa entidade autônoma, “livre de injunções políticas” e “dirigida por uma ‘Diretoria Executiva’ e por um ‘Conselho Técnico Consultivo’”. O parque seria então dividido em duas grandes

áreas. A primeira, destinada à “Feira de São Paulo e suas diversões”, funcionaria como um centro internacional para exposições industriais. Era decerto uma ideia de continuidade da grande feira industrial realizada durante o IV Centenário, que previa a transformação de São Paulo em um entreposto de trocas comerciais entre as nações. Para essa atividade, sugeria-se “toda a zona do Parque além do lago”, incluindo-se nela o Palácio das Indústrias, o Pavilhão Verde,⁵⁷ o Pavilhão das Indústrias Estrangeiras e demais construções existentes. Nota-se que desses apenas o Palácio das Indústrias havia sido construído como permanente, mas nesse momento a ideia era aproveitar o que já estava lá. E ampliar um pouco, aliás, essa ocupação para feiras, com a sugestão de se constituir nessa área uma “zona das Nações, para que os países que o desejassem pudessem construir os seus próprios pavilhões, segundo regras urbanísticas que fossem estabelecidas”.

Entre uma exposição e outra, tais pavilhões “ficariam à disposição do país construtor para outras manifestações adequadas”. Era uma ideia de loteamento do parque para o mundo, no caso. E não só, pois nesse setor do parque, onde não houvesse construções, ainda se integraria o “Parque de Diversões”, “de caráter permanente e dado em concessão mediante concorrência pública”, que posteriormente se estenderia à área do Viveiro Manequinho Lopes (utilizado pela Prefeitura como criadouro de espécimes para o ajardinamento da cidade), que se encontrava “em lugar acanhado” e poderia ser “dali removido”.

Do outro lado do lago, nos edifícios de Niemeyer interligados pela grande marquise – incluindo aí o futuro Planetário e o Pavilhão Japonês, construído pelo governo do Japão e pela comunidade nipo-brasileira, doado à cidade de São Paulo durante os festejos⁵⁸ – seria instalado um “centro de cultura, de arte e de ciência”, no qual se propunha agrupar “diversas entidades desprovidas de sede própria”, entre elas “as Bienais de São Paulo, já com renome internacional, o Museu Histórico, o Museu da Ciência, o Museu de Arte e Museu de Arte Moderna, o Museu de Cinema e o Museu do Folclore, Pinacoteca do Estado e outras”. Certamente, eram muitas entidades para um só parque, mas ficava pela primeira vez evidente que o uso para instituições culturais permanentes deveria ser justaposto à função de exposições temporárias, de caráter comercial.

Para receber as novas instituições, as construções do parque deveriam ser adaptadas, e a proposta no documento era de que esse trabalho fosse confiado “a

57 O Pavilhão Verde foi construído como anexo do Palácio das Indústrias para complementar o número de estandes, que ultrapassavam a área disponível no imenso pavilhão, atual sede da Fundação Bienal. Foi demolido na década de 1970, como veremos adiante.

58 Em 1955, a Comissão Colaboradora do IV Centenário, que havia sido responsável pela construção do Pavilhão Japonês no Ibirapuera, se dissolveria simultaneamente, entretanto, à decisão de manter igual estrutura organizacional com vistas à comemoração do cinquentenário da imigração japonesa no Brasil, em 1958. No dia 17/12/1955 foi fundada a Sociedade Paulista de Cultura Japonesa, que passaria a atuar como uma entidade integradora da comunidade nipo-brasileira, desempenhando o papel de um centro cultural [ver CURI, 2017].

um arquiteto de renome internacional, que organizasse um projeto geral para esse reaproveitamento, respeitada a uniformidade arquitetônica e a grandiosidade com que se apresenta”. Além do arquiteto, “um renomado paisagista, um profissional capaz e que já tenha dado demonstração de seu bom gosto, projetaria a organização de um verdadeiro parque florestal, em seus jardins, gramados e arborizações, adequados ao ambiente, formando um conjunto tal que não seríamos imodestos se afirmássemos que, então, poderia São Paulo orgulhar-se e possuir, no gênero, um CENTRO ÚNICO NO MUNDO”.

É surpreendente pensar que a Comissão aconselhava, antes mesmo do fim do ano comemorativo, que tudo o que acabava de ser inaugurado já passasse por grandes reformas. E para isso, seria necessário até mesmo chamar, pelo teor das qualidades atribuídas, o próprio Niemeyer para readaptar seus pavilhões (e os demais que haviam sido construídos como provisórios, mas que na nova proposta, permaneceriam); e também Burle Marx, que havia feito um projeto que não fora implementado na ocasião por falta de tempo, verba ou entendimento. Aquela seria, então, uma possibilidade de terminar ou refazer um projeto que, feito às pressas, ficara inacabado.

O documento, contudo, trazia ainda uma ressalva: “tudo isso deveria ser providenciado antes que o Estado ou a Prefeitura viessem a assumir qualquer compromisso sobre o referido reaproveitamento do Parque Ibirapuera”. Possivelmente tendo escrito no final de 1954, a Comissão já antecipava a troca de governo que se daria em janeiro de 1955, com Jânio Quadros deixando o cargo de prefeito e assumindo o de governador, passando a administração municipal para William Salem, que assumiria interinamente até a eleição de Juvenal Lino de Matos, em março de 1955.⁵⁹ Num “lembrete” datado de 22/12/1954, tal preocupação com os governantes sobre o uso dos edifícios era ainda mais explícita: “Em todo caso, é aconselhável que a utilização dos prédios obedeça a um plano geral e bem delineado, não deixando quaisquer iniciativas, públicas ou particulares, apoderarem-se dos prédios, em todo ou parte, pois disso resultaria uma correria desordenada e nociva, que se tornaria, finalmente, o mais completo caos que se possa imaginar” [PLANO DE AÇÃO..., 22/12/1954].

A proposta de um segundo plano de ação, um “lembrete” datado de 04/05/1955, revela que o debate seguia em andamento mesmo após a sessão do plenário da Câmara dos Vereadores, em março daquele ano, com algumas variações nas propostas. Na iminência do prazo final previsto para o encerramento e acerto de contas da Comissão, o documento, não assinado, aconselhava “a constituição imediata de duas comissões”: uma de “cultura, arte e ciência” e outra, da “indústria e comércio”.

59 Jânio Quadros deixou a prefeitura e assumiu o cargo de governador de São Paulo enquanto se alternaram quatro prefeitos na capital entre 1955 e 1961: William Salem, Juvenal Lino de Matos, Vladimir de Toledo Piza e Adhemar de Barros; o último, inimigo declarado de Quadros.

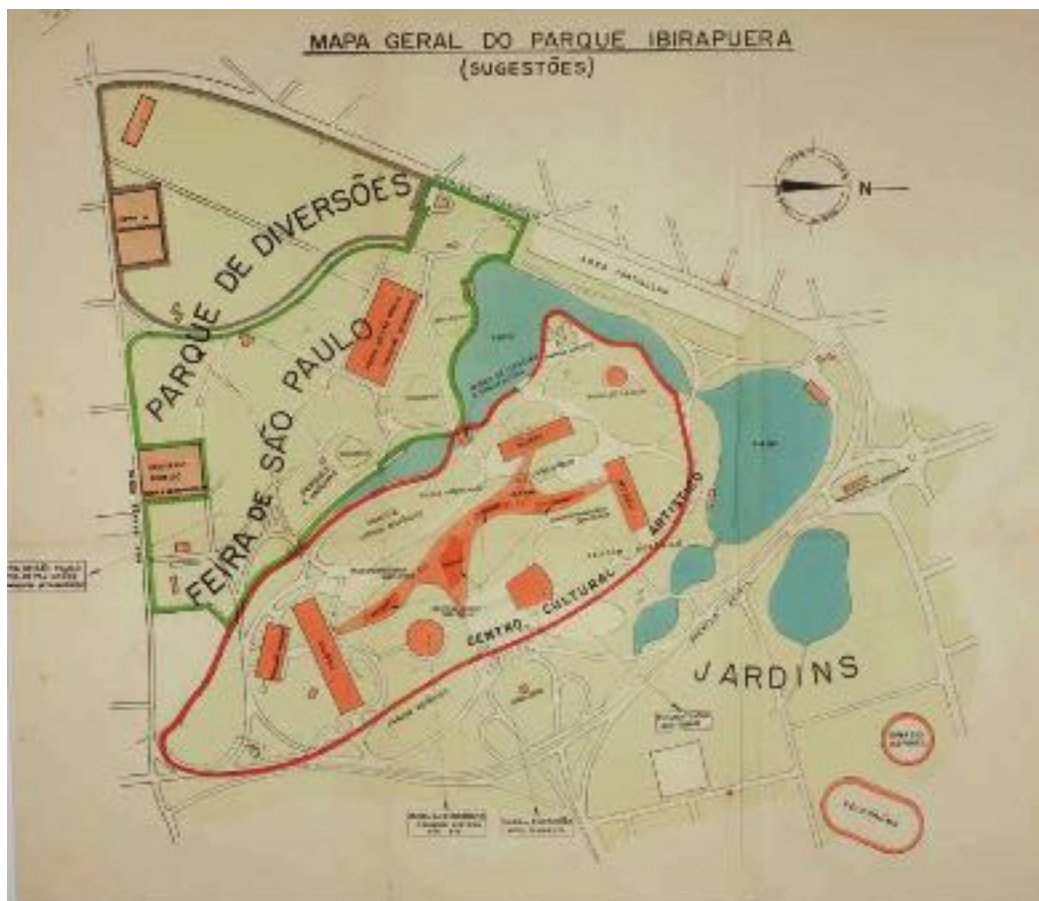


Figura 18: Duas versões do Mapa geral do Parque Ibirapuera. Acima, versão depositada no acervo do jornal *O Estado de S. Paulo*, datada de setembro de 1954; abaixo, versão com sugestões, s/d, acervo do Arquivo Histórico Wanda Svevo/Fundação Bienal de São Paulo

A primeira seria formada por “representantes da Comissão do Quarto Centenário, de representantes, respectivamente, do Governo, da Assembleia Legislativa, do Prefeito, da Câmara Municipal, da Secretaria da Educação (estadual e municipal), da Federação das Instituições Culturais de São Paulo (Dr. Sergio Buarque de Holanda) e de representantes, enfim, do Museu de Arte, Museu de Arte Moderna, Museu de Ciência, Museu Paulista e Instituto Histórico (um por cada entidade)” [PLANO DE AÇÃO..., 04/05/1955]. A segunda seria constituída “por representantes da Comissão do Quarto Centenário e por representantes, respectivamente, do Governo, do Prefeito, da Assembleia Legislativa, da Câmara Municipal, da Secretaria do Trabalho e das Organizações de Classe (Federação da Indústria, Comércio e Agricultura)”. Cada comissão deveria apresentar projetos e planejamentos “o mais rapidamente possível” e também era recomendado que fosse estudada “a maneira mais rápida de entregar, a título precário, tais edifícios às respectivas instituições”.

Foram localizadas duas plantas que aparentemente acompanham os documentos de 1954 e 1955, cujos textos referem-se às áreas marcadas em vermelho e verde, o que permite a visualização da proposta do parque setorizado (Figura 18). Na primeira, encontrada no acervo do Estadão, datada de setembro de 1954, o Palácio das Indústrias está integrado aos demais pavilhões provisórios na zona da Feira de São Paulo. Na segunda, encontrada no Arquivo Histórico Wanda Svevo, dissociada de qualquer documento textual, sem identificação de data e autoria, o mesmo Palácio continuaria integrado aos demais Palácios de Niemeyer, unidos pela marquise e conformando o Centro Cultural Artístico. Não é possível estabelecer se uma cópia de alguma dessas plantas teria sido entregue na reunião com o prefeito e vereadores ou se teria sido feita logo depois, como um desdobramento do encontro. Observa-se, que dentro do limite vermelho do Centro Cultural Artístico, os três pavilhões prismáticos estão legendados apenas como “Museu”, o parabólico como “Museu de Etnografia Folclore História Etc. Etc.”, além de algumas áreas sob a marquise denominadas “Salas de Exposições Arte, Flores, Etc.” Seguiu-se prevendo o “Futuro Teatro Auditório” assim como um “Museu de Ciências” no lugar do Planetário, ao lado do “Parque Japonês”.

Na interseção entre a área do “Centro Cultural Artístico”, em vermelho, e a da “Feira de São Paulo”, em verde, sugeria-se que a ponte sobre o lago – que antes de virar ponte era uma espécie de pavilhão-ponte, projetado por Sergio Bernardes – se transformasse, sabe-se lá como, num “Museu de Ciências e Aeronáutica”. A Feira de São Paulo usaria o grande pavilhão da Indústrias Estrangeiras, que no mapa é indicado como “pavilhão desmontável”. Ao redor do pavilhão, “parques e jardins” e a demarcação de algumas áreas como “zoológico”. Por fim, a delimitação da área do Parque de Diversões, em marrom, e a indicação de duas zonas a desapropriar: uma

zona residencial e o Cemitério Zoófilo.⁶⁰ O Viveiro Manequinho Lopes, dentro da área marrom, não estava indicado na planta, pois teria seu destino resolvido posteriormente, para que o Parque de Diversões pudesse ocupar também aquela área.

Naquele momento, o parque era circundado pela Av. Indianópolis (atual República do Líbano), pela Rua França Pinto (atual IV Centenário) e pela Av. Brasil (atual Pedro Álvares Cabral). Sugeriam-se grandes “Jardins” para o terreno além da Av. Brasil, que estenderiam o parque ao Monumento às Bandeiras, passando pelo lago hoje encoberto pela Assembleia Legislativa, até chegar ao Conjunto Esportivo, que só seria oficialmente inaugurado na década seguinte, já indicado no mapa como “Ginásio (Esporte)” e “Velódromo”.

O Estado de S. Paulo de 11/05/1955 alertava quanto a ser “tempo de se abandonar o terreno conjectural e encarar de frente o problema” do Ibirapuera. De acordo com o jornal, tanto o prefeito Lino de Matos quanto o governador Jânio Quadros haviam concordado em prolongar o mandato da Comissão do IV Centenário, pois estavam propensos a transformá-la numa autarquia permanente. Como sugeria o periódico, entretanto, “o caminho a percorrer é longo, e vai desde a liquidação de débitos, aprovação de contas, bem como acerto de contas entre o Estado e o Município, e a delimitação dos objetivos do órgão que se responsabilizará pela manutenção do Parque à altura do patrimônio que representa e dos interesses da população” [O DESTINO..., 11/05/1955].

Muita burocracia e politicagem parecem ter adiado decisões e certamente favoreceram incertezas. Um novo plano de ação (jul. 1955), sem autor e composto apenas por sugestões práticas, deixando de lado os motivos e justificativas que já eram de conhecimento geral, insistia que não era “difícil chegar a um acordo completo, visto serem escopos completamente diferentes, tendo em comum somente a maior grandeza de São Paulo”. Tratava-se de, uma vez mais, detalhar as duas zonas do parque com os devidos “entes autônomos” que seriam por elas responsáveis. A criação de dois organismos com as zonas bem definidas e as relações bem regulamentadas entre si, “constituiria o Parque de Ibirapuera e São Paulo num dos exemplos mais interessantes e mais característicos e provavelmente únicos no mundo, de colaboração entre os elementos intelectuais e os elementos produtivos”. Entre Conselhos Deliberativos, Executivos e Consultores, reunindo representantes de ministérios e secretarias das três instâncias gover-

60 De acordo com a pesquisa de Douglas Nascimento, o cemitério zoófilo era parte das dependências da União Internacional Protetora dos Animais (Uipa), a mais antiga associação civil do Brasil fundada em 1895, que incluía, além do cemitério, um hospital veterinário e um “asiló”, como era chamado o abrigo para animais na época. Instalado na segunda metade da década de 1920 no terreno de 13.200 metros quadrados da Uipa, situado na antiga Rua França Pinto, atual Av. IV Centenário, entre os portões 4 e 5 do Parque Ibirapuera, o cemitério de animais foi desativado em 1972 pelo prefeito Figueiredo Ferraz [disponível em <http://www.saopauloantiga.com.br/hospital-e-cemiterio-de-animais/>; acessado em 08/07/2015].

namentais, o Ibirapuera, mais que uma “nova cidade do Estado”, como aludira a revista *Manchete*, já parecia um novo país.

Nesse plano estavam previstos alguns valores orçamentários necessários às adaptações do Parque: a Feira de São Paulo, “uma manifestação de ordem internacional que interessa não só a São Paulo, mas ao Brasil todo”, demandaria em princípio “cerca de 30 milhões de cruzeiros anuais até que um dia possa ficar independente”. Já o Centro-cultural-artístico-científico precisaria de “cerca de 20 milhões anuais, divididos entre as sociedades”. Insistia-se na necessidade de “enfrentar no Parque de Ibirapuera as expropriações de zonas pertencentes a particulares (Matarazzo etc.)⁶¹ encravadas no Parque Manequinho Lopes, bem como será preciso eliminar o cemitério e levar em consideração que o Viveiro Manequinho Lopes já há muito tempo está destinado a transferência”.

Cabe ressaltar que o Viveiro Manequinho Lopes, cuja área não havia sido utilizada durante os festejos, era visto como um entrave em grande parte das propostas de ocupação do parque. Não se levava em conta que havia sido o viveiro o principal responsável pela preservação daquela área durante as quase três décadas em que a várzea do Ibirapuera não pudera ser efetivada como um parque, algo prometido desde a década de 1920, quando o prefeito Pires do Rio manifestou o desejo de criar em São Paulo um parque nos moldes dos grandes parques urbanos do mundo [BARONE, 2007].⁶²

O plano de ação terminava lançando um apelo de uso social bastante abrangente: “Um parque assim organizado será um dos centros de diversão do povo, principalmente quando a conclusão das futuras estradas o colocar ao alcance do Braz e outras zonas eminentemente populares”. Ainda, uma última sugestão aparente-

61 Um documento de 26/05/1953, de autoria desconhecida e destinado ao Sr. Presidente (possivelmente referindo-se a Ciccillo Matarazzo), informa a situação em que se encontravam, na prefeitura, “assuntos relacionados com a reincorporação ao Parque Ibirapuera, de áreas particulares e públicas (utilizadas por terceiros) nele encravadas”. Naquele momento buscava-se a possibilidade de desapropriação para que as tais áreas fossem utilizadas nos festejos do IV Centenário. Além da área do “hospital zoófilo” e outra denominada “limpeza pública”, era listada uma terceira como “áreas particulares”, assim descrita: “Três áreas, de boas proporções, de propriedade, respectivamente, do Sr. Fernando Matarazzo, dos Srs. Justo Di Giulio e Luiz Satira (locada, por sua vez, a uma fábrica de carrocerias); e da Família Sarmento. Em termos, tendo em vista existirem na última, benfeitorias de grande valor, o estudo da desapropriação ficou em princípio fixado nas duas primeiras”. Havia dois processos de 1952 tratando do assunto “no sentido de facilitar a recuperação das aludidas áreas (velho sonho do Prefeito Prestes Maia – Dec.lei n. 31, de 1940), sem escoamento de verba”. Havia a possibilidade de “permuta com imóveis municipais, nas circunvizinhanças, de valor igual, que estaria “em estudos” em processos de 1952 [Arquivo Histórico Wanda Svevo/Fundação Bienal de São Paulo, FMS_0322-01].

62 Os terrenos da Várzea de Santo Amaro, que formam a Invernada dos Bombeiros e a antiga Chácara de Ibirapuera, pertencem ao Estado e ao Município. Situados na planície que começa no sopé da colina da Av. Paulista, e fica entre o fim da Rua Brigadeiro Luiz Antônio, a Estrada de Santo Amaro, o Córrego Uberaba, a cuja margem esquerda fica Indianópolis, limitados por Vila Clementino e Vila Mariana, esses terrenos da Invernada dos Bombeiros e da Chácara Ibirapuera se prestam, admiravelmente, à construção de um imenso jardim ou parque, com área igual à do Hyde Park de Londres, igual a metade do Bois de Boulogne de Paris. Relatório de 1926 apresentado pelo Dr. J. Pires do Rio, prefeito do Município de São Paulo [BARONE, 2007, p.20].

mente negligenciada: “O aproveitamento total do terreno margeando a Av. Brasil aumentaria indiscutivelmente a zona verde do parque” [PLANO DE AÇÃO, jul.1955].

O *Estado de S. Paulo* noticiava cada passo da disputa pelo Ibirapuera e em 18/08/1955 publicou uma carta de Paulo Duarte,⁶³ então presidente da Sociedade Brasileira de Escritores, para o diretor do jornal, Júlio de Mesquita Filho.⁶⁴ Duarte, que havia sido o protagonista das disputas durante o período da construção do parque, defendendo as áreas verdes contra a construção dos edifícios de Niemeyer [BARONE, jul.-dez. 2009], se tornara um grande defensor do destino cultural do Ibirapuera contra os rumores de apropriação dos pavilhões para a instalação de algumas repartições públicas. Pedia, então, àquele jornal, “sempre alerta com os atentados à nossa cultura” e “fiel às tradições de luta e de esclarecimento da opinião pública”, que fosse realizado um inquérito sobre essas pretensões dos governos, pois, segundo ele, não haveria de ser por falta de “protesto de órgãos conscientes e destemerosos” se realmente fosse efetivado tal “atentado preparado na sombra”, um “assalto à nossa riqueza cultural”. Em suas palavras, tudo aquilo significava “a luta da inteligência contra a insensatez” [A INSTALAÇÃO..., 18/08/1955].

No dia seguinte o mesmo jornal publicou a averiguação dos fatos a partir da denúncia de Duarte: “a Prefeitura está pretendendo, de fato, transferir pelo menos parte de suas repartições, inclusive o gabinete do prefeito, para os edifícios que foram construídos no Parque Ibirapuera”. O jornal dizia esperar que as informações obtidas não fossem verídicas, pois custava acreditar “que um atentado destes esteja sendo promovido exatamente pelo órgão público que mais deveria zelar pelo cumprimento do programa que as comemorações do Centenário de São Paulo previu e organizou” [A PREFEITURA..., 19/08/1955].

Na reportagem sem autoria, o jornal esclareceu sua posição na saga da defesa do Ibirapuera, desde quando – junto ao Conselho de Cultura do IV Centenário e

63 Paulo Duarte ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo em 1919, ano em que também começou a trabalhar no jornal *O Estado de S. Paulo* como revisor, passando depois a repórter e, mais tarde, a redator-chefe. Em 1945, regressa da Europa com a queda do Estado Novo, reassumindo no jornal suas funções como redator-chefe e como professor na Faculdade de Filosofia da USP. A partir de 1950 e até a década de 1970 afastou-se do jornal, permanecendo apenas como colaborador. Ainda em 1950, lançou a revista *Anhembi*, que desempenhou um papel de liderança na cultura brasileira entre 1950 e 1960, publicando artigos de literatura, antropologia, sociologia e história assinados por autores nacionais e estrangeiros.

64 A relação entre Paulo Duarte e Júlio de Mesquita Filho já era antiga. Como informa Maria Helena Capelato [1988, p. 30 e 31], “Durante o Estado Novo, Júlio de Mesquita Filho e Paulo Duarte publicaram, em 1938, ilegalmente, o jornal *Brasil*, de oposição à ditadura. Acabaram sendo expulsos do país. Anos depois, Paulo Duarte condenou o procedimento de seus colegas que dobraram a espinha perante o ditador (...) Paulo Duarte “atirou a primeira pedra” contra os que não lutaram em prol da liberdade. Mais adiante veremos que “seu” jornal – *O Estado de S. Paulo* – nem sempre se comportou como uma “dama digna”. Antes de 1937 e em 1964 abriu caminhos para as ditaduras; depois foi perseguido por elas – no Estado Novo o expropriaram e na década de 1970 o censuraram. (...) “A imprensa”, conclui a autora, “nem sempre tem com a sua protegida – a liberdade – o carinho que ela merece. Mas quando a repressão a atinge, lamenta sua ausência e luta para recuperá-la”.

a Paulo Duarte – se levantara em protesto contra a escolha daquele lugar para a edificação do “admirável conjunto” de Niemeyer, pois seria “a mutilação inútil de um dos pouquíssimos parques que possuía uma enorme cidade praticamente sem áreas verdes”. Enumerando os lugares propostos como alternativa para a construção dos pavilhões, foi citada primeiramente uma área ao lado do Ibirapuera, “ocupada apenas por um enorme capinzal e um depósito de lixo” na qual poderiam ter sido edificadas os pavilhões sem prejuízo à área verde do parque; a Cidade Universitária, para que “posteriormente fossem instalados diversos institutos universitários”; e, por último, a ideia de construí-los na região de Interlagos, junto ao autódromo [A PREFEITURA..., 19/08/1955].

“Mas a Comissão do IV Centenário agiu nesse caso ditatorialmente”, destacava a reportagem do Estadão. Apontando a escolha pela mutilação do parque feita “por dois ou três” membros da Comissão que não ouviram sua comissão especializada, o jornal afirmava que “a única alegação que se apresentou para justificar a destruição do parque foi o interesse comercial dos expositores”. A matéria mencionava um anteprojeto solicitado pelo Estado a um grupo de especialistas que “satisfaz amplamente a todos os interesses paulistas sobre o Ibirapuera, não apenas os da cultura, mas ainda os da indústria, do comércio e até da propaganda” [A PREFEITURA..., 19/08/1955].

Ao resumir o tal anteprojeto dos especialistas, o texto publicado no jornal agrega novas informações àquele plano de ação que vinha acompanhado do já abordado mapa de sugestões, indicando quais seriam as instituições do parque e quais pavilhões ocupariam. O parque seria então dividido em quatro regiões: Centro Cultural Artístico, Feira de São Paulo, Parque de Diversões e Jardins. Os pavilhões de Niemeyer seriam então destinados ao novo Museu de Ciência, que ocuparia o Palácio das Indústrias; ao Museu do Ipiranga “completado pela exposição histórica” e ao Museu de Arte Antiga “ao qual se agregaria a Pinacoteca do Estado”, nos dois edifícios maiores ligados à marquise [Estados e Nações]; ao Museu de Arte Moderna e à Bienal de São Paulo, que ocupariam o “pavilhão curvo”; e, junto ao Planetário em construção, seria implantado o “Aquário de São Paulo”. Além disso, um espaço de dez mil metros quadrados sob a marquise poderia ser usado para pequenos museus e auditórios para conferências. A construção do auditório também seguia em pauta.

A Feira de São Paulo por sua vez, deveria ocupar os imensos pavilhões provisórios, que permaneceriam no parque nesse novo projeto. Curiosamente, as mesmas pessoas vinculadas ao jornal e que redigiam essa reportagem, possivelmente Paulo Duarte, defendiam então que até os pavilhões provisórios permanecessem no parque, sendo que há muito pouco tempo, no período da construção, defendiam um parque inteiramente livre de construções.⁶⁵ Se o “parque cultural” apa-

65 Como investigou Ana Barone [jul.-dez. 2009, p.300 e 301], um jornalista anônimo, que ela sugere

rentemente seria mantido pela Feira, que ficassem então os pavilhões provisórios. E mesmo com eles, para que coubesse tal quantidade de entidades e eventos, ainda faltariam novos pavilhões e metros quadrados, que não obstante, de acordo com a proposta, “poderiam ser construídos pelas nações interessadas”.

Um novo artigo de Luís Martins [09/09/1955] na coluna “Coisas da Cidade”, destaca-se mais uma vez na documentação consultada, pois contextualiza os conflitos em relação ao parque naquele momento:

As obras suntuárias do IV Centenário podem ter sido – e pessoalmente cremos que foram – um erro e um desperdício. Mas, se erro foi, trata-se de um fato consumado e irreparável. Se é verdade que as verbas consumidas na construção de palácios destinados a um fim que, pela sua própria natureza, só poderia ser efêmero, teriam sem dúvida melhor aplicação na execução de serviços de utilidade pública que o estado deplorável da capital reclama com urgência e em vão (como já foi muitas vezes alegado) – pelo menos ganhou a Cidade um conjunto arquitetônico de grande beleza que, numa terra em que houvesse senso comum, só poderia ser racionalmente aproveitado como um centro de cultura e arte – que não temos (...) Construídos com um destino específico, com todos os requisitos técnicos e com todos os pormenores estéticos especialmente aplicáveis à sua finalidade funcional, os pavilhões do Ibirapuera, destinados a servir de palcos de exposições artísticas, industriais e culturais, só poderão ter uma utilidade prática se continuarem a ser o que são – apenas perdendo o seu aspecto transitório para se transformarem numa organização de caráter permanente. (...) Os vereadores já não quiseram instalar a sua Câmara na Biblioteca Municipal? Certamente vão querer também agora uma lasquinha do Ibirapuera [MARTINS, 09/09/1955].

Três meses após a premonição de Martins, em dezembro de 1955, a Comissão do IV Centenário foi extinta com o pedido de exoneração do cargo feita pelo presidente Guilherme de Almeida e demais membros da comissão, concedida pelo prefeito [ESTÁ..., 29/12/1955]. Em 24 de dezembro o prefeito Lino de Matos esclarecia aos jornais que embora já fosse conhecida a razão da demissão – “o funcionalismo que presta serviço à Comissão do IV Centenário desde novembro não recebe os seus

tratar-se possivelmente de Paulo Duarte, escrevia na revista *Anhembi* em abril de 1953 sua opinião contrária à construção dos pavilhões no Ibirapuera. Segundo a autora, “O jornalista anônimo de *Anhembi* deixava claro qual era o problema: a construção de pavilhões permanentes no parque. ‘Inicialmente afirmava-se que a totalidade das construções seriam provisórias, sendo o parque devolvido ao público lindamente urbanizado e livre de qualquer construção’. O jornalista sugeria que os pavilhões fossem destruídos após as comemorações, com a finalidade de recuperar a vegetação do parque. Defendia um Ibirapuera exclusivamente verde, ‘lindamente urbanizado’ e ‘livre de qualquer construção’”.

vencimentos” – esse pagamento se dava “por conta dos cofres estaduais”. O prefeito confessava a sua “tristeza por não depender da Prefeitura evitar que homens ilustres, abnegados e possuídos de alto sentimento cívico, como os integrantes daquela comissão tendo à frente o sr. Guilherme de Almeida, tenham sido coagidos à interrupção do trabalho que vinham oferecendo à coletividade paulistana com o maior desprendimento e dedicação”. Terminava pontuando que aquele fato fornecia “ao público bandeirante mais um elemento de prova da já conhecida e proclamada situação de dificuldade em que me coube receber a Prefeitura de São Paulo” [A PREFEITURA..., 24/12/1955]. Vale lembrar que Lino de Matos havia recebido a prefeitura de Jânio Quadros, que tomara posse como governador em janeiro de 1955, e que, enquanto prefeito, demitira Ciccillo Matarazzo da presidência da Comissão e nomeara Guilherme de Almeida.

No penúltimo dia de 1955, o jornalista Ibiapaba Martins estampava no jornal *Última Hora*: “Ibirapuera: Orgulho e vergonha de São Paulo”, em letras garrafais coloridas. “Guilherme de Almeida, o poeta que resolveu colocar o problema em termos de cruzeiros”; “Morre-morrendo, o majestoso parque se transformou hoje numa espinha atravessada na garganta dos administradores”; “Soluções há, quando também existe boa vontade”; “1954 deu a São Paulo o Ibirapuera. E 1955 o leva”: com tais frases chamativas o jornalista iniciava seu texto, que aparentemente é o primeiro que traz esse tipo de denúncia sobre o estado do parque, apenas um ano e meio após sua inauguração. O jornalista prosseguia:

Hoje, o Parque do Ibirapuera é a vergonha dos paulistas. Dele se afastou Guilherme de Almeida, depois de denunciar a negligência, o pouco caso, para não dizermos a aversão com que era olhada a Comissão do IV Centenário. (...) E dele foi afastado aquele que o criou: Francisco Matarazzo Sobrinho, mais conhecido por Ciccillo Matarazzo. Hoje, repetimos, o Parque do Ibirapuera constitui a vergonha dos paulistas porque expressa a incapacidade de nossos homens para compreender a importância de sua existência. (...) Transformou-se num vasto parque abandonado, branco dentro da garoa durante o dia, negro como no momento em que a noite envolve num mesmo manto árvores e construções de cimento e aço [MARTINS, 30/12/1955].

Com o fim da Comissão do IV Centenário, dissolvia-se de vez a aliança entre estado e prefeitura, abrindo terreno para que os edifícios do parque passassem a ser alvo de apropriações entre as instâncias governamentais. Sem uma resolução por parte do poder público, as primeiras tentativas em definir o destino do parque, frustradas, aliás, acabaram por culminar num grande protesto: “Protesta a Socie-

dade Paulista de Escritores⁶⁶ contra o plano de ocupação do Ibirapuera pela Prefeitura” – estampava a manchete d’*A Folha da Manhã* de 05/01/1956. Segundo o jornal, a mencionada Sociedade, “que desde meados do ano passado se vem batendo contra a instalação de serviços burocráticos naquele logradouro” lançava um novo manifesto: “O destino a ser-lhe dado é um só, o Ibirapuera foi feito para um centro cultural”. O manifesto da Sociedade que incluía Paulo Duarte detalhava por fim as instituições que deveriam ser instaladas no parque:

Nos edifícios se instalariam o Museu Histórico, pessimamente instalado no Ipiranga, que se completaria com o acervo da esplêndida exposição de história feita no Ibirapuera, o Museu de Arte, o Museu de Arte Moderna, o Museu de Arte Antiga (Pinacoteca do Estado), um museu de Pré-história e Etnografia, com o acervo da Comissão de Pré-história, a parte etnológica do Museu do Ipiranga e outras coleções existentes em Chicago, Nova York, Munich, Milão ocuparia o pavilhão maior, feito por medida para tal fim. E, finalmente, o Planetário e um grande Aquário com espécimes de água doce e marinhos, a cargo do instituto de Oceanografia. Tudo isso, sem contar as possibilidades da marquise, onde se realizariam exposições menores e se instalariam entidades culturais de menores proporções, como o Instituto de Floricultura, o Museu do Folclore e outros [PROTESTA..., 05/01/1956].

Como seria possível que tantas entidades dividissem o espaço do Ibirapuera é certamente difícil de imaginar. Naquele momento, porém, a união daquelas instituições de arte, ciência e cultura significava principalmente um ato de protesto à instalação das sedes administrativas, o que, no entanto, de fato acabou ocorrendo.

O PODER SE INSTALA

Apesar do manifesto dos intelectuais da Sociedade Paulista de Escritores, as premonições do texto de Luís Martins, tal qual o discurso do vereador Valério Giuli, se confirmaram em seguida: o prefeito Lino de Matos resolveu adiantar-se aos rumores de que o Estado tomaria conta dos edifícios e transferiu seu gabinete para o parque. Ainda em janeiro de 1956, ele ocupou o Palácio das Nações (atualmente sede do Museu Afro Brasil), função que seria mantida ali por quase quatro décadas, até 1992, quando o gabinete foi transferido para o Palácio das Indústrias

⁶⁶ A Sociedade Paulista de Escritores fundiu-se com a Associação Brasileira de Escritores, ABDE em 17/01/1958, criando a União Brasileira de Escritores (UBE), que teve como seus principais líderes Sergio Milliet e Mário de Andrade, e foi presidida por Paulo Duarte [disponível em <http://www.ube.org.br/sobre-a-ube.asp>; acessado em 20/05/2015].

do Parque D. Pedro II, na gestão de Luísa Erundina. Lino de Matos dava, assim, oito meses após o mencionado encontro com Ciccillo registrado em fotografia (Figura 17), o pontapé inicial do longo processo de ocupação dos pavilhões do parque pela administração pública.

Em fevereiro de 1956, numa rápida reação a essa ocupação praticada pela prefeitura, foi realizada na Biblioteca Municipal a I Convenção de Intelectuais e Artistas, para debater o destino do parque. É paradoxal que esse debate tenha ocorrido num órgão municipal, o que provavelmente foi possibilitado pelo diretor da Biblioteca, Sergio Milliet, também diretor artístico da II Bienal e do Museu de Arte Moderna. “Com a presença da quase totalidade de seus membros, indicados por cerca de três dezenas de entidades profissionais, culturais e científicas” [CONVENÇÃO..., 01/03/1956], e entre os cinco delegados designados pelas entidades, uma a uma, foi eleito Paulo Emílio Salles Gomes, do MAM-SP, como presidente da Comissão Organizadora. A *Gazeta* publicou o texto aprovado na convenção, que oferecia “à consideração dos poderes estadual e municipal a proposição do ‘Museum Cultural de São Paulo’”. Em outra matéria, do jornal *O Estado de S. Paulo*, possivelmente escrita com a colaboração de Paulo Duarte, explicava-se o termo “Museum” da seguinte maneira:

Na França existe uma instituição denominada ‘Museum’, a qual é um entrosamento de todos os museus de história natural – Jardim Zoológico, Jardim das Plantas, Museu do Homem, Instituto Oceanográfico, Museu de Prehistória, Instituto de Geologia – os quais assim federados, constituem a célula ‘mater’ da ciência experimental do país. Evidentemente, uma nação como o Brasil não possui ainda todos os elementos para ter um ‘Museum’ de História Natural, porém o centro do Ibirapuera, assim combinado, poderia constituir o nosso ‘Museum’ de cultura, pois nela seriam representados os institutos de ciência, arte e técnica [DEFESA..., 02/02/1956].

Além da disposição das instituições culturais nos pavilhões do parque e sua já conhecida setorização – Jardins, Centro Cultural, Feira de São Paulo e Parque de Diversões – propunha-se n’ *A Gazeta* que sua administração fosse “entregue a uma Fundação criada em comum pelo estado e pela prefeitura” [MUSEUM..., 06/03/1956].

Ciccillo Matarazzo foi então chamado de volta pelo prefeito Lino de Matos para presidir a nova “Comissão do Parque Ibirapuera”, maneira encontrada pela prefeitura para acalmar os ânimos dos protestos e isentar-se da responsabilidade de definir a ocupação do parque. O prefeito dizia estar ciente de “que o Parque Ibirapuera não foi feito para agasalhar repartições públicas”, mas uma vez que “a Prefeitura de São Paulo não possui um edifício” em que se possa instalar,⁶⁷ passaria

67 A primeira sede da prefeitura de São Paulo foi instalada, ainda em 1789, no casarão do Largo

MAPA GERAL DO PARQUE IBIRAPUERA

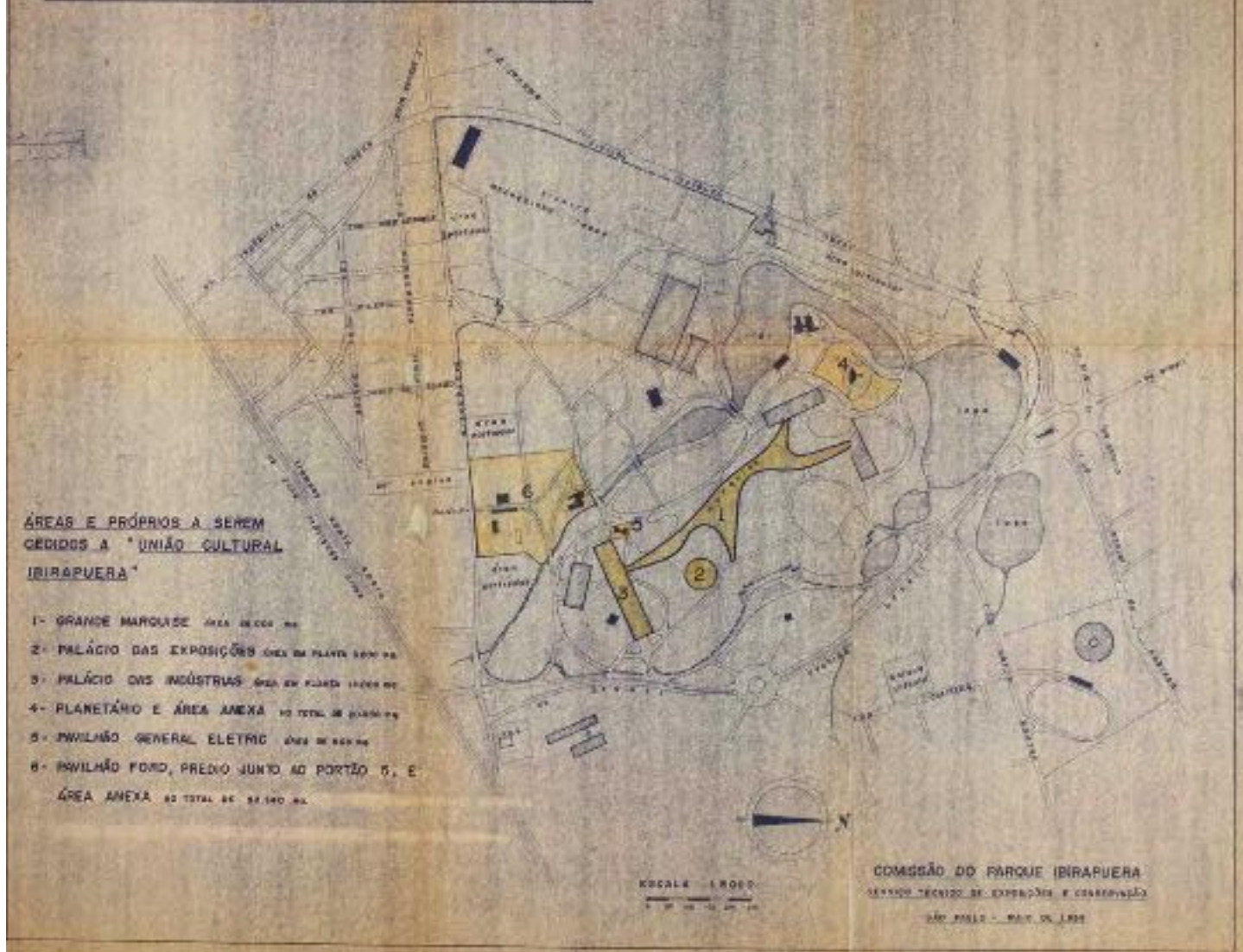


Figura 19: Comissão do Parque Ibirapuera, áreas e próprios a ser cedidos à "União Cultural Ibirapuera", maio de 1956; acervo do Arquivo Histórico Wanda Svevo/ Fundação Bienal de São Paulo

o problema para a Comissão, declarando-se certo de que essa teria as suas atividades financiadas pela Câmara Municipal, pois se tratava de “uma providência da alçada legislativa”. Finalizava desejando: “com os recursos necessários, que realize ela o melhor, dentro do que lhe compete”. Ciccillo então proferiu seus desejos sobre o destino do Ibirapuera, com o otimismo e idealismo que lhe eram próprios:

Creio que não há melhor forma de praticar nacionalismo e universalismo. O parque Ibirapuera tem um destino – integrar o trabalho brasileiro na dimensão universal e trazer ao Brasil as manifestações do espírito moderno, em todo o mundo. Com paciência, muita paciência, com compreensão e a colaboração de todos: poder público e iniciativa particular – dotaremos São Paulo e o Brasil de um centro, provavelmente único no mundo, de interesse nacional e internacional sempre vivo [SERÁ..., 19/02/1956].

Pouco depois, Lino de Matos renunciou e deixou a prefeitura instalada no Ibirapuera para seu sucessor, Vladimir de Toledo Piza. No decorrer do ano, foram elaborados pela nova Comissão do parque inúmeros relatórios, estatutos, anteprojetos e plantas. Uma delas, de maio de 1956, determinava as áreas e edifícios a ser cedidos à “União Cultural Ibirapuera”, como pode ser visto na Figura 5. Essa planta também indica como as designações união e fundação muitas vezes se sobrepunham (Figura 19).

De fato, a Fundação Ibirapuera foi constituída, sendo autorizada concomitantemente pelo governador Jânio Quadros e pelo prefeito Toledo Piza. Em 21/11/1956, foi publicado no *Diário Oficial do Estado* o projeto de lei nº 350-56, encaminhado pelo prefeito à apreciação da Câmara. O projeto autorizava “a Prefeitura do Município a promover, juntamente com o Governo do Estado, a Fundação Ibirapuera” [PROJETO..., 21/11/1956]. Passaram-se, no entanto, quatro meses para que o projeto fosse aprovado pelo Poder Legislativo do município, e só em 20/03/1957, no último mês de mandato de Toledo Piza, é que foi promulgada a lei nº 5123, referente ao projeto da Fundação, cujas finalidades básicas incluíam:

- I - fomentar o desenvolvimento de atividades culturais, artísticas e científicas, efetivando e incentivando manifestações de caráter educacional e didático nos diferentes setores – dos conhecimentos humanos, especialmente nas ciências aplicadas da história, das artes e da literatura;
- II - manter um rodízio permanente de exposições e feiras nacionais e internacionais, periódicas de caráter industrial, comercial e agrícola;

da Cadeia, próximo à Igreja da Sé, onde futuramente seria construída a catedral homônima, no Centro da cidade. Trocou de lugar sete vezes, sempre se mantendo na região central, até 1956, quando se instalou no Ibirapuera.

III - manter um parque educativo, ornamental e recreativo com espécimes da flora e da fauna brasileira e diversões para adultos e crianças;

IV - estimular o turismo e o intercâmbio científico, cultural e artístico.

Já na esfera estadual, a lei nº 3682 foi promulgada antes da municipal, pelo governador Jânio Quadros, em 31/12/1956, autorizando o governo do estado a promover, com a prefeitura municipal, a instituição da Fundação “com o aproveitamento do Parque Ibirapuera e acervo de bens deixados com as comemorações do IV Centenário”.

A Fundação Ibirapuera já estava instituída por lei, e a Comissão do Parque Ibirapuera seguiria trabalhando em seus planos, relatórios e estatutos, zelando pelo patrimônio do parque até a efetivação da Fundação. Isso, porém, não foi impedimento para que, em junho de 1957, o novo prefeito, Adhemar de Barros,⁶⁸ declarasse que não executaria a lei de criação da Fundação. Barros defendia que a lei fosse revogada, o que motivou, uma vez mais, a renúncia de Ciccillo Matarazzo da Comissão do Parque Ibirapuera.

Em seu pedido de demissão ao prefeito [DISCURSO..., 1957], Ciccillo resumizou o conflito e os inúmeros relatórios e estatutos da Fundação, incluído o que viria a ser detalhado dias depois, denominado “Previsão de despesas para reparos das dependências do Parque Ibirapuera, a serem incorporadas à União Cultural”. Nota-se uma vez mais o uso de “União” ao fazer referência à Fundação. Ciccillo começava esclarecendo que,

quer seja na qualidade de Presidente da Comissão do IV Centenário, quer seja na de Presidente da Comissão do Parque Ibirapuera ou ainda como Presidente da Comissão Mista encarregada pelos antecessores dos atuais governantes, na transformação do Parque Ibirapuera, nunca se pensou em prejudicar quem quer que seja. O único fito da mesma tem sido sempre projetar São Paulo no panorama nacional e internacional através de uma organização independente da política dos dois governos, que fosse dirigida pelas classes produtoras e intelectuais.

68 Adhemar Pereira de Barros (PSP) era inimigo declarado de Jânio Quadros (PTN). Participou da Revolução Constitucionalista de 1932 como capitão médico. Dois anos depois foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP), e em 1935 participou da Assembleia Constituinte do Estado de São Paulo. Foi nomeado, em 1938, pelo então presidente da República Getúlio Vargas, interventor do Estado de São Paulo, cargo em que permaneceu até 1941, quando surgiram suspeitas de irregularidades em seu governo. Participou da criação do Partido Social Progressista (PSP) em 1946, e, por essa legenda, governou São Paulo entre 1947 e 1951 e entre 1963 e 1966, sendo duas vezes candidato à Presidência da República, em 1955 e em 1960. Foi eleito prefeito de São Paulo e exerceu o mandato entre 1957 e 1961. Adhemar de Barros apoiou o golpe militar deflagrado em 1964, esperando poder participar do próximo pleito que escolheria o presidente do país. Entretanto, a abertura à democracia não aconteceu, e Adhemar passou a sofrer perseguição política. Deixou o país em 1966 e exilou-se em Paris (França), onde permaneceu até seu falecimento em 12/03/1969 [ver Arquivo Público do Estado, disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/guia_ficha.php?fundo=167&palavra=; acessado em 07/06/2015].

Ciccillo advertia que “não se deveria colocar comercialmente os bens da Prefeitura e do Estado, uma vez que fazem parte de um conjunto não negociável”. Ressaltava também a necessidade da participação dos dois governos – em partes iguais, ainda que a prefeitura possuísse a maior área do parque – na cessão do mesmo em comodato à Fundação, “de forma que a atmosfera política tensa não nos obrigue a por a perder o parque Ibirapuera como está acontecendo”. E que caso a Fundação “falhasse nos seus intentos, teriam os mesmos os seus bens devolvidos, não havendo nada que prejudicasse a Prefeitura”. Declarava que a Fundação, “a fim de desempenhar satisfatoriamente o seu papel dentro dos ideais para a qual foi criada, precisaria inicialmente de 20 milhões de cruzeiros, para colocar os pavilhões em condições desejáveis”. E completava com uma sugestão que preconizava a autonomia financeira do novo órgão:

Desde que se reunisse em favor da Fundação os assuntos relativos ao Parque Ibirapuera, poder-se-ia regularizar as contas da Comissão do IV Centenário. Se em lugar das rendas obtidas pela cessão de direitos ao Parque de Diversão e bares irem para os cofres públicos e então serem redistribuídas, as mesmas fossem para as mãos da Fundação, esses problemas seriam solucionados em poucos anos [DISCURSO..., 1957].

O Estado de S. Paulo, em 11/07/1957, trazia entre suas notícias uma manchete expressiva: “Loteamento do Ibirapuera”. O jornal, claramente contrário à gestão de Adhemar de Barros, aproveitava o “caso da Fundação Ibirapuera”, para tecer sua posição, na qual o que mais chamava a atenção era “o cinismo da argumentação que está sendo usada pelo prefeito e por seus comparsas numa tentativa de justificação do rumo dado aos acontecimentos”:

É claro, em se tratando do sr. A. de Barros, que dele tudo se poderá esperar. Em declarações publicadas pela imprensa, e que não foram desmentidas, o prefeito só aludiu a dinheiro: a Prefeitura teria contribuído com mais de cinco bilhões de cruzeiros para a construção do parque, enquanto o Estado teria despendido apenas oitocentos mil cruzeiros. Assim a questão se reduziria a um cheque. Uma vez compensadas as contas, a Municipalidade abriria mão de todos os seus “direitos”... Para o assessor jurídico do chefe do Executivo municipal, porém, a questão é outra. O homem tem fumaças de jurisconsulto: trata-se da defesa de princípios (...). O entendimento do singular jurista da Prefeitura, trocado em miúdo, reduz-se apenas ao seguinte: como a lei não estipulou prazo, a obrigação não precisa ser cumprida! [LOTEAMENTO..., 11/07/1957]

O jornal prosseguia explicando que “difícilmente se encontrará na história do

Legislativo brasileiro, uma determinação tão clara quanto essa que diz respeito à constituição da Fundação Ibirapuera”. Pois havia sido aprovada por “dois poderes autônomos”, que deram “expressão a uma só vontade do povo”. Tanto a Assembleia, em nome dos habitantes do estado, quanto a Câmara, em nome dos habitantes do município, haviam aprovado “a ideia da reserva do conjunto do Ibirapuera, não à política, mas à inteligência de São Paulo”. E o grupo do prefeito se colocava acima dos órgãos coletivos, com o seu assessor indo além ao fazer “sua baixa demagogia”, ao declarar que

a Capital não tem calçamento, iluminação, recreação, transportes, água, esgotos, albergues, escolas. Cem mil crianças aí estão, sem ter ao menos uma cartilha. Enquanto isso, o Ibirapuera, que vale seis bilhões, vai ser destinado às atividades artísticas e culturais... [LOTEAMENTO..., 11/07/1957]

O jornal fazia uso de expressões como “alegações tão exdrúxulas”, “não há tempo a perder com essa gente”, “advogados chicanistas”. Anunciava que uma nova assembleia seria convocada para tentar “promover a salvação de algo que de nenhum modo pode continuar subordinado aos caprichos de políticos inescrupulosos e personalistas”. E terminava alertando que, se não fosse possível encontrar “uma fórmula”,

o Ibirapuera correrá o perigo de ser destruído. Homens que negam dívidas contraídas pelo próprio povo, e reconhecidas pelos seus legítimos representantes, por meio de atos válidos, são capazes de tudo. Até de lotear o parque e de vendê-lo em prestações [LOTEAMENTO..., 11/07/1957].

Com a demissão de Ciccillo – por fim não aceita por Barros, que alegou “desconhecimento à causa que lhe deu origem” [PREVÊ-SE..., 30/06/1957] – iniciou-se uma nova onda de protestos, e, como anunciado no Estadão, no dia 24/07/1957 foi organizada a II Convenção de Intelectuais e Artistas, desta vez realizada no auditório do Museu de Arte Moderna, um espaço obviamente vinculado a Ciccillo. Ainda que essa convenção se declarasse “praticamente vitoriosa”, com a eleição de uma comissão executiva que se encarregaria de colocar em prática todas as medidas aprovadas e, principalmente, de entender-se diretamente com a prefeitura e o governo do estado entrando “em atividade imediatamente” [INSTALA-SE..., 25/07/1957], o principal implicado, o prefeito, não atendeu aos chamados da comissão. Em vão, foram entregues dossiês, marcadas diversas entrevistas e alguns membros da comissão fizeram até plantão no gabinete – não houve resposta de Adhemar de Barros.

Na transcrição dos discursos da última assembleia geral da Comissão, publicada n’*O Estado de S. Paulo* de 13/10/1957 [MANIFESTAÇÕES..., 13/10/1957] o relator

Antônio Delia concluía: “Isso mostra eloquentemente que a Prefeitura não tem interesse em discutir a Fundação Ibirapuera. Não lhe convém discuti-la. Conta com o nosso cansaço, com a caída do nosso entusiasmo”. Ou como diria Luis Martins, abusava-se da paciência.

O presidente da Associação Brasileira de Escritores, Mario Donato,⁶⁹ completava: “Nos dias que correm é natural que assim seja: a cultura é uma palavra que provoca indisfarçáveis reações de mal-estar entre os poderosos, em todas as esferas administrativas”. Segundo a mesma fonte, Donato, contudo, via na derrota da Comissão um fator positivo: nunca a classe de artistas e intelectuais estivera tão unida:

Nos tempos que correm, em que o indivíduo vale tão pouco, nós também precisamos somar. (...) De alguma forma, portanto, a luta foi fecunda: não ganhamos um logradouro com seus edifícios, mas produzimos uma semente. Para o processo da vida, a semente é o mais importante.

Em seu discurso, o presidente da Associação de Escritores, Paulo Duarte, começou debatendo o tom pessoal do prefeito que chegara a declarar que “a Fundação do Ibirapuera seria vetada porque o Sr. Paulo Duarte estava metido nisso”. Duarte lamentou o seu afastamento dos trabalhos da comissão do parque para que não fosse ele o motivo para o malogro da fundação. Mas afirmando que havia acompanhado de perto todos os passos já relatados por Delia, Duarte acrescentou algo que não havia sido dito pelos companheiros na assembleia. Contou que quando finalmente o Sr. Barros recebeu a comissão, ele fez uma “confusão incrível entre a Fundação do IV Centenário e a Fundação Ibirapuera”, atribuindo esta última “a uma iniciativa do prefeito Arruda Pereira, falecido antes mesmo da I Convenção de Intelectuais”; disse que Adhemar de Barros chegara a jurar que o povo de São Paulo se comunicava com ele nas ruas, pedindo sempre para que não fosse realizada a Fundação do Ibirapuera; e que, ainda, havia insinuado que os intelectuais estivessem sendo “instrumento do Estado, ao qual chamou de padrao, e da União, à qual chamou de madrasta do Ibirapuera, a criança abandonada que queria se salvar”. Irônico, Duarte acrescentou que, mesmo quando um membro da comissão tentou defender que a Fundação seria justamente “o berçário carinhoso que recolheria a criança abandonada”, Barros insistiu em convencer sobre os perigos da Fundação, dando como precedente o Campo de Marte, do qual os militares se

⁶⁹ Mário Donato era presidente da Associação Brasileira de Escritores quando, em reunião com Paulo Duarte, então presidente da Sociedade Paulista de Escritores, decidiu pela fusão das duas entidades para formar a atual União Brasileira de Escritores. O escritor dedicou-se ao jornalismo, tendo sido repórter, redator e secretário de redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, e também secretário de redação da *Folha da Manhã*. Colaborou ainda em vários outros veículos, como *A Cigarra*, *A Gazeta* e o *Diário de S. Paulo* [disponível em <http://www.ube.org.br/biografias-detalle.asp?ID=996>; acessado em 13/09/2014].

apossaram e não quiseram devolver à Prefeitura. Por fim, Duarte sugeriu também que Barros tentou, em vão, subornar os membros da comissão em seu gabinete.

De maneira contundente Maria Arminda Arruda [2015, p.104] reflete sobre a questão do mal-estar relacionado à cultura:

No conjunto, a cultura desse meio século reproduzia a *mélange* característica de uma sociedade em vigoroso movimento transformador, mas que estava submetida às tensões de uma história sem força suficiente para promover rupturas mais profundas. É visível o acanhamento do ambiente cultural que não recortava um espaço exclusivo de atuação, pois estava mesclado ao ambiente mundano. Não por casualidade, os prefeitos populistas de São Paulo, Jânio Quadros e Ademar de Barros, não deram prosseguimento à ideia de fazer do Ibirapuera um verdadeiro centro de cultura. O primeiro não foi capaz de implementar o projeto; o segundo, desfigurou o Palácio das Indústrias com os efeitos destruidores do espetáculo pirotécnico⁷⁰ realizado no teto do edifício.

Só em 21/06/1958 o Ibirapuera voltaria a integrar manchetes dos jornais. “Encontrada a solução para conservar o Ibirapuera”, trazia *O Diário de S. Paulo* [ENCONTRADA..., 21/06/1958], enquanto o Estadão anunciava: “Fundada a União Cultural Ibirapuera” [FUNDADA..., 21/06/1958]. A União nascia da reunião do Museu de Arte Moderna, Fundação Santos Dumont, Museu de Ciências, Cinemateca Brasileira, Associação dos Amadores de Astronomia e da Sociedade Brasileira de Floricultura. A *Folha da Tarde* de 17 de julho informava que o prefeito havia concordado “em enviar mensagem a Câmara Municipal, solicitando a cessão em comodato por cinquenta anos daquele próprio municipal à nova entidade” [POR 50..., 17/07/1958]. De acordo com Ciccillo, “aquela fórmula [da fundação] não fora aceita pelo prefeito por não atender aos interesses do município” [POR 50..., 17/07/1958]. Naquele momento, porém, com a nova proposta e eliminados “os inconvenientes apontados na anterior”, esperava-se a homologação do apoio municipal à União.

Apesar do fracasso da Fundação Ibirapuera – e com o persistente Ciccillo à frente dos resistentes –, a luta por uma nova entidade continuava. É importante notar como o prefeito Adhemar de Barros, que se licenciara da prefeitura naquele

70 A autora refere-se ao telhado do Palácio das Indústrias, atual Pavilhão da Bienal, que foi extremamente danificado após uma queima de fogos, como relatou o *Correio Paulistano*: “Antes a água infiltrava-se pelas juntas. Depois passou a entrar livremente, quase em torrentes” [ver FERREIRA, 12/07/1959]. Em 1998 a *Folha de S. Paulo* publicaria matéria sobre uma nova reforma do telhado, na qual Lucio Gomes Machado relatava que o pavilhão de Niemeyer previa um telhado de laje impermeabilizada, mas que “uma sessão de fogos de artifício, realizada no parque Ibirapuera no final dos anos 50, obrigou a instalação de um telhado de fibra de cimento (conhecido como Brasilite) para escoar águas pluviais. ‘Os papéis dos fogos de artifício entupiram os canos do edifício que deveriam escoar a água da chuva. A Bienal inundou e resolveram construir o telhado que está lá até hoje’”, explicava Machado [ver VIEGAS, 17/12/1998]. As reformas no telhado desse pavilhão alteraram sua fachada, que recebeu uma espécie de platibanda inexistente no projeto original.

ano de 1958 para concorrer às eleições para o governo do estado na sucessão de Jânio Quadros (na qual, aliás, foi derrotado por Carvalho Pinto, apoiado por Quadros) – finalmente cederia aos chamados em favor do Ibirapuera. Dessa vez, visto tratar-se de proposta formulada por um grupo menor – sendo os envolvidos, em sua maior parte, entidades que lograram permanecer no parque desde os festejos, dividindo espaço com as sedes administrativas –, tal organização parecia mais viável. A União Ibirapuera era mais enxuta do que a fundação e já não dependia do acordo dos governos para que pudesse existir, posto que, de alguma forma, ela já existia. Ainda assim, de acordo com artigo publicado às vésperas de o parque completar quatro anos [CESSÃO..., 02/08/1958], o projeto da União previa contribuição municipal da ordem de 40 milhões de cruzeiros para a reforma e conservação das construções. E a lei da Fundação Ibirapuera, de 1957, seria revogada para dar lugar à da União.

Em 31/08/1958, Ciccillo transferiu definitivamente seu Museu de Arte Moderna do prédio dos Diários Associados, na Rua Sete de Abril,⁷¹ no Centro da cidade, para o Pavilhão Armando de Arruda Pereira, o antigo Palácio das Indústrias, que havia sediado pela primeira vez a Bienal, em sua quarta edição, realizada no ano anterior. A ideia era que, a partir de então, a coleção do Museu pudesse ser apresentada integralmente, sendo a cada dois anos totalmente retirada durante os meses de preparação e realização das Bienais. Como alertam Francisco Alambert e Polyana Canhête [2004, p.82], “é sintomático que o Museu, que foi o ‘pai’ da mostra, nesse momento, tenha sido transferido para uma parte, quase um ‘canto’, do imenso pavilhão unicamente destinado desde então a abrigar a Bienal”. Era mesmo um sintoma do que iria acontecer alguns anos mais tarde, com a Bienal ganhando importância, e espaço, na mesma medida em que o Museu perdia – situação que chegaria ao limite, como veremos.

Em carta de 24/10/1958 ao prefeito Adhemar de Barros [MATARAZZO SOBRI-NHO, 24/10/1958], Ciccillo informava que o Museu de Arte Moderna, “transferindo suas instalações para o Pavilhão ‘Armando de Arruda Pereira’, já iniciou o seu programa de exposições internacionais no Parque Ibirapuera”, ao mesmo tempo em que se preparava “para receber as obras de arte que integrarão a V Bienal”. Junto, enviava ao prefeito “um relatório relativo às condições” do pavilhão, elaborado numa vistoria feita por “técnicos especializados”, que identificava: a existência de goteiras por toda a extensão do edifício, “trincas generalizadas” no revestimento externo de pastilhas, pisos com buracos, calçadas circundantes em

71 Como observa Ana Paula Nascimento [2003, p.176], “A transferência do MAM para o Parque Ibirapuera também consistiu um duro golpe para a instituição: apesar de ter conseguido tecnicamente uma sede ampla com espaço para agregar todo o acervo – a localização do Parque era muito longe em relação aos outros equipamentos a que o MAM estava sintonizado no momento; além de o Palácio das Exposições (primeiro local em que o Museu se instalou) ser muito úmido, prejudicando a adequada conservação das obras”.

perigo de desmoronamento, “brise-soleil” com comandos soltos; mangueiras de incêndio deterioradas, esgotos entupidos, canalizações e caixilharia enferrujadas, lâmpadas queimadas, escadas rolantes e elevadores “sem um mínimo de assistência”, cerca de uma centena de vidros quebrados...

Em 1959, o Museu da Aeronáutica da Fundação Santos Dumont e o Museu do Folclore foram instalados no Palácio de Exposições (Oca). Junto ao Planetário, o primeiro do Brasil, inaugurado em janeiro de 1957, ao MAM e à Cinemateca – inicialmente também transferidos por Cicillo naquele ano para o Ibirapuera – a União Ibirapuera demarcava seu território no parque, e a iniciativa privada se apropriava de seus já degradados pavilhões.

O DESLEIXO SE GENERALIZA

A ocupação dos pavilhões do parque pela iniciativa pública e privada não impediu, contudo, que 1959 começasse com uma série de reportagens-denúncia sobre o estado deplorável em que se encontrava o parque. Um artigo do jornal *Crítica de São Paulo* [CHAVES, 07/01/1959] reconstituía os acontecimentos concluindo que, apesar de votarem-se, aprovarem-se e sancionarem-se leis – de fundações e associações –, nada havia sido feito. As eternas desavenças entre prefeitura e estado, acentuadas pelas delongas do vai e vem das leis, impossibilitaram a liberação dos recursos financeiros para o uso e manutenção dos edifícios já construídos: “Cinco anos passados da inauguração e praticamente só restam ruínas, numa visão melancólica do desprezo e da falta de senso público dos nossos homens de governo” [IBIRAPUERA..., 21/05/1959].

No *Diário Oficial do Estado de São Paulo* de 18/02/1959, o vereador Coryntho Balduino requeria “a aplicação da Lei da Responsabilidade ao Sr. Prefeito” Adhemar de Barros pelo “não cumprimento da Lei que cria a Fundação Ibirapuera”. Dentre as considerações tecidas pelo vereador, destacavam-se “o estado lastimável em que se encontra o patrimônio existente no Ibirapuera” e o fato de que a lei não fora cumprida, apesar de votada e aprovada, “porque o prefeito se recusou a celebrar o convênio para não ter a sua assinatura ao lado da do Sr. Jânio Quadros” [REQUERIMENTO..., 18/02/1959]. O mesmo vereador entraria com um projeto de lei no mês seguinte, dando nova redação à lei de 1957 referente à Fundação Ibirapuera, no qual exaltava sua indignação em relação à recusa do prefeito em executá-la: “O Ibirapuera que se desmorone, pouco importa! Que se torne um conjunto de repartições burocráticas! É o seu desejo. Torna-se mister uma Lei imperativa, que obrigue o seu cumprimento” [PROJETO..., 02/03/1959].

As manchetes dos mais diversos jornais da época não escondiam a desolação, trazendo imagens dos pavilhões modernos já como ruínas de um passado recente

1051
PATRIMONIO QUE SE DESFAZ

Ibirapuera em estado deplorável



Espectável deterioração da estrutura de concreto da edificação do Museu de Arte Moderna, construída pelo IV Estado e que nos últimos meses de obras chegou — segundo os técnicos — a uma situação alarmante. Oito andares e o telhado estão ameaçados por não terem sido concluídos os trabalhos de reforço de concreto de muitos dos pilares e vigas. Ainda faltam a serem executados os trabalhos de acabamento e pintura das fachadas, sendo, portanto, de esperar que, dentro de pouco tempo, o edifício seja entregue ao público de Ibirapuera em estado de abandono.

Completado o projeto, em 1957, para a construção, segundo o que consta no plano de obras do Museu de Arte Moderna, o Estado do Rio Grande do Sul, não pôde cumprir com a entrega das obras em prazo devido à situação de emergência econômica que se viveu naquele momento. O projeto foi executado em 1957 e 1958, sendo que, em 1959, o Estado do Rio Grande do Sul, não pôde cumprir com a entrega das obras em prazo devido à situação de emergência econômica que se viveu naquele momento.

A esta situação decorrente, o Ibirapuera em estado deplorável, devido à falta de manutenção, a falta de recursos para a limpeza e conservação, a falta de recursos para a conservação e a falta de recursos para a conservação, a situação é deplorável. A situação é deplorável, devido à falta de recursos para a conservação e a falta de recursos para a conservação.

Figura 20: Recorte do jornal A Gazeta de 12/07/1959; acervo do Arquivo Histórico Wanda Svevo/ Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo

– o que faz lembrar a impressão de Lévi-Strauss [1957, p.99] sobre São Paulo, onde tudo parecia estar “a meio caminho entre a construção e a ruína”, em seu célebre *Tristes trópicos*, publicado em meados daquela década de 1950.

“Patrimônio que se desfaz: Ibirapuera em estado deplorável” [PATRIMÔNIO..., 08/01/1959] (Figura 20); “Ibirapuera a mais onerosa desolação de todo o Brasil” [FERREIRA, 12/07/1959]; “Ibirapuera cai aos pedaços” [IBIRAPUERA..., 14/09/1959]; “O triste exemplo do Ibirapuera [O TRISTE..., 10/07/1959]; “Ibirapuera: meio bilhão no completo abandono: as avenidas esburacadas, os edifícios racham, ameaçando cair aos pedaços, o mato invade tudo, o aspecto é desolador” [CHAVES, 07/01/1959]; “Desintegra-se um conjunto que foi orgulho de São Paulo” [DESINTEGRA-SE..., 01/02/1959]; “Busca-se destino para a mais dispendiosa das realizações” [FERREIRA, 06/09/1959]. O parque de diversões já era chamado de “restos mortais”; e a espiral do progresso “desmantelava-se pouco a pouco”. E, de fato, ruiu,⁷² como atestaria Ferreira [21/11/1962]: “A precariedade da construção encontra expressão cabal na espiral simbólica que apodreceu e caiu”.

Uma análise das notícias de 1959 permite identificar como cada jornal abordava o assunto. A *Gazeta* trazia enfoque técnico e tratava de isentar os construtores, colocando a responsabilidade na prefeitura. Informava que após uma vistoria técnica, engenheiros haviam chegado à conclusão de que os edifícios “não foram deficientes de construção, da qual se encarregaram os melhores arquitetos nacionais e firmas idôneas e capazes, e sim de conservação”. Chamava a atenção para a situação do Pavilhão Histórico (Oca), com as pastilhas “se despregando, deixando o edifício ‘careca’” [PATRIMÔNIO..., 08/01/1959].

A *Folha* também publicava imagens do parque abandonado e destacava o Pavilhão de História com “o seu sistema de alvenaria, que cobre o teto, se destacando”, e a Espiral, “reduzida a ferros retorcidos”. O jornal mostrava preocupação com os turistas que viriam a São Paulo em setembro daquele ano “para assistir à v Bial”, que ficariam “certamente surpreendidos com o espetáculo chocante que apresenta – não é de hoje – o parque Ibirapuera” [DESINTEGRA-SE..., 01/02/1959]. A *Folha* ampliava o debate sobre “o ruinoso divórcio estabelecido entre o Estado e a Prefeitura”, que impossibilitava a criação da Fundação Ibirapuera e relegava o parque ao abandono, ainda que seguisse repleto de visitantes aos domingos:

72 O *Diário Popular* apresentava breve histórico, ou atestado de óbito, da Espiral em 1962: “A espiral que serviu de símbolo à Exposição do IV Centenário ruiu por falta de conservação. Restou apenas o pedestal. Na ocasião mereceu cuidados especiais. Devido à posição oblíqua do eixo não havia suporte que aguentasse o peso. Chegaram a pensar em solicitar à Marinha de Guerra um velho caminhão de aço. A urgência na realização do símbolo determinou uma improvisação de armação de ferro com revestimento leve, pois não aguentaria o peso de concreto. Consequentemente a deterioração foi rápida. O revestimento apodreceu e caiu. Finalmente a estrutura de ferro também ficou de tal maneira atacada pela ferrugem que não aguentou” [CADA..., 04/06/1962].

Pouco antes do IV Centenário, quando o prefeito ainda era de nomeação, foi fácil o acordo entre as autoridades estaduais e as municipais para a criação de um centro em que se realizassem as comemorações, sem que se perdessem de todo as enormes quantias para isso destinadas. (...) Com o rompimento das relações administrativas entre os dois Executivos, ninguém mais se entendeu. Se o município cedera o terreno, o Estado ali aplicara mais de um bilhão de cruzeiros. Quem era, então, o responsável pelo conjunto de edifícios do Ibirapuera? Esse desentendimento provavelmente explica o abandono em que se acha, até agora, o parque que tantos benefícios prestou à população paulistana e que, a despeito do estado em que se encontra, ainda hoje é procurado, aos domingos, por verdadeiras multidões [ESTADO..., 07/03/1959].

O *Correio Paulistano* argumentava que a prefeitura não havia “dedicado ao plano urbanístico já traçado na administração Pires do Rio o necessário interesse” e focava sua crítica no entorno do parque e na questão da segurança: “Ainda há, não obstante o retalhamento da vasta gleba por doações a particulares e ao governo da União, extensas faixas de terreno abandonadas, cobertas de mato, servindo de abrigo a malandros durante o dia e a casais suspeitos durante a noite, agravando-se a situação pela absoluta falta de policiamento”. Lamentava “a imoralidade desses encontros noturnos no Ibirapuera”, um paradoxo pelo fato de que “ali se acham instaladas repartições do Estado e do Município, inclusive o gabinete do prefeito”, que deveriam oferecer mais segurança. Criticava ainda a falta de iluminação, que era reforçada apenas nos dias de festa, mas que nos “dias comuns” fazia com que se tornasse “perigoso transitar a pé pelo imenso parque (...) sem falar no risco de assaltos” [IBIRAPUERA..., 18/03/1959].

O jornal *Última Hora* era o único a defender a instalação das sedes administrativas no parque, colocando a culpa pelo estado de abandono nas “instituições particulares, embora de caráter cultural e de certa utilidade”, que “para ali foram removidas: Hospital de Cães, Exposição Aeronáutica, Feira Internacional, Museu de Cera, Museu de Arte Moderna, Planetário, etc.” De acordo com o jornal, era ali que “o erro” havia começado, pois “o espaço ocupado por estas instituições poderia ter sido aproveitado para a centralização de serviços municipais que devem e precisam estar agrupados”. O jornal defendia, ao contrário do que havia dito *A Gazeta*, que o problema fora “a falta de fiscalização nas obras”. Quanto às instituições que se encontravam ali, arriscava que elas “poderiam, perfeitamente, ser agrupadas em dois pavilhões, sem a orgia de espaço que atualmente se nota”, acreditando que “com a instalação de novas repartições no Ibirapuera a Prefeitura ficaria obrigada a realizar obras de reparo nos estragos existentes, e outras, permanentes, de conservação”. Dessa forma “lucraria o serviço e os cofres municipais”, pois “não seriam como até agora, sangrados mensalmente em milhares de

cruzeiros de alugueres” [IBIRAPUERA..., 17/03/1959]. Curiosamente, dois meses depois, o mesmo jornal publicaria matéria afirmando em manchete que a “falta de atenção do governo e defeitos de construção causaram as ruínas”. Embora ainda defendesse a centralização de órgãos administrativos no parque como a melhor solução, a reportagem havia escutado o engenheiro e “urbanista Leo Ribeiro de Moraes”, que na ocasião do IV Centenário proferira discurso sobre “as causas da rápida deterioração das obras modernas”, sendo tachado de “reacionário” por “pessoas menos avisadas”. Na reportagem o urbanista defendia que o projeto era bom, “mas no tocante à execução, nem sempre foram atendidos os requisitos apontados pela moderna técnica de construção, principalmente no referente à impermeabilização e à isolamento térmica”, completando que “trocar telhas por lajes é sempre coisa perigosa” [IBIRAPUERA..., 21/05/1959].

O *Estado de S. Paulo* mostrava-se temeroso de que São Paulo viesse a perder para o Rio de Janeiro o posto de maior realizador de feiras internacionais do país, uma vez que a capital carioca se preparava para realizar em setembro a I Exposição Internacional de Indústria e Comércio. O jornal acusava diretamente o prefeito Adhemar de Barros, a quem atribuía o fracasso do Ibirapuera. Fora com sua chegada ao comando da prefeitura, “numa oportunidade em que o belo parque se encontrava praticamente intacto” que “tudo, a pouco e pouco, se desmoronou”: “os jardins deixaram de o ser, transformados na atualidade em campos quase selvagens, os lagos secaram ou permaneceram cheios de lodo e de plantas daninhas, as edificações começam a ruir”. Considerando Barros “o pior de todos os que passaram, até hoje, pela Prefeitura”, o jornal defendia que “a incúria de que está sendo vítima o parque do Ibirapuera é o espelho claro e inadmissível de uma administração desregrada e abusiva” [EXPOSIÇÕES..., 27/03/1959]. O Estadão não economizava adjetivos pejorativos ao se referir ao prefeito, principalmente quando o assunto era a Fundação Ibirapuera, que o senhor Adhemar de Barros, “dando mais uma pública demonstração de seu desamor pelas coisas do espírito, mais ainda, da arrogância com que trata problemas fundamentais para a subsistência das instituições” revelava que não pretendia cumprir a lei que a determinou. O jornal profetizava que o Conselho de Cultura da Comissão do IV Centenário, que havia proposto a criação da Fundação Ibirapuera há cinco anos, “parece até ter adivinhado que chegaria à Prefeitura um inimigo da cultura, prepotente e politiquês, e que esse homem, sozinho, só com sua grosseira formação, teria o desplante de pretender impor sua vontade para anular uma verdadeira exigência popular!” [FUNDAÇÃO..., 19/04/1959].

A imagem (Figura 21) do artigo “Ibirapuera a mais onerosa desolação de todo o Brasil”, de Barros Ferreira [12/07/1959], no *Correio Paulistano* é simbólica, com o relógio elétrico parado no tempo diante do edifício moderno, ao lado do parque de diversões em ruínas: “O tempo parou”. O jornalista pontuava que dentro do estado lamentável em que o parque já se encontrava naquele fim de década, com os pavilhões

rachando e apresentando sérios problemas de infiltração, os relógios parados significavam “a melhor expressão da pressa, para uns, da desonestidade, para outros”.

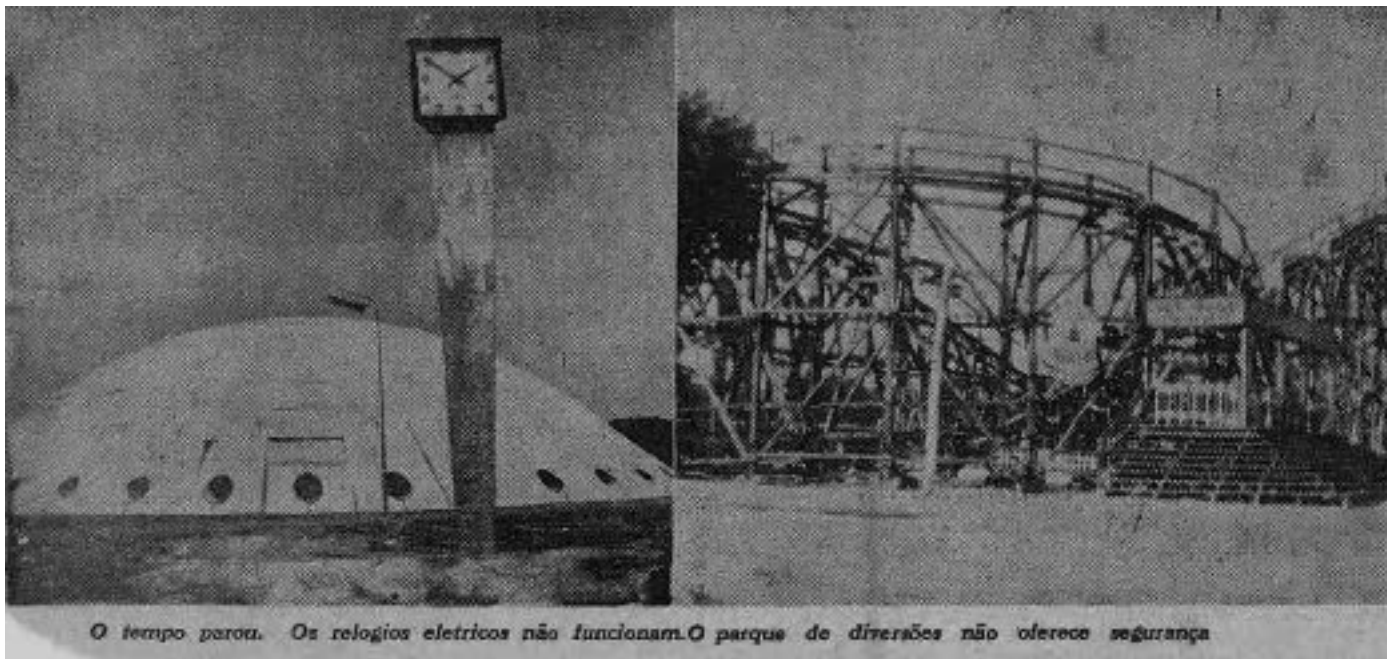
As denúncias nos jornais fizeram com que o Ibirapuera voltasse a se tornar assunto central no decorrer daquele ano e possivelmente exerceram alguma pressão sobre o prefeito Adhemar de Barros. A Fundação Ibirapuera não foi adiante, mas o prefeito autorizou por decreto a criação da Comissão Especial do Parque Ibirapuera – Cepi, em 27/05/1959. Foram nomeados pelo prefeito cinco membros para constituir a comissão: Francisco Matarazzo Sobrinho (presidente), Rafael Pirajá, Manuel Garcia Filho,⁷³ Humberto Reis Costa e Aristóteles Orsini, o último, vice-presidente da comissão e presidente do Planetário. A nova comissão teria “30 dias para elaborar seu regimento interno”, que deveria “prever a execução dos serviços administrativos da extinta Comissão do IV Centenário”, e também o “incentivo de atividades científicas e culturais”, a “promoção de exposição e feiras”, a “cessão de imóveis para certames de várias naturezas”, além da “administração de todo o parque (em colaboração e entendimentos com o Departamento Patrimonial da Prefeitura)” e a “arrecadação de valores e rendas do parque” [INSTITUÍDA..., 29/05/1959].

A Cepi entrou em ação anunciando uma reforma geral [IBIRAPUERA..., 22/10/1959]: os lagos poluídos seriam tratados; os bancos reparados; a V Bienal aconteceria em breve no Palácio das Indústrias com o telhado recém-reformado, milhares de árvores monumentais seriam plantadas; um museu da ciência era cogitado, o parque de diversões seria substituído por um roseiral.⁷⁴

É paradoxal a opção por árvores monumentais e um roseiral naquele momento de decadência, uma vez que, como já mencionado, um fabuloso projeto paisagístico de Burle Marx havia sido deixado de lado na época da construção do parque. Se o projeto de Burle Marx tivesse sido implementado, o Ibirapuera teria jardins que obrigariam o poder público a tratá-lo, pois sua concepção combinava bosques com jardins multicoloridos, que necessitariam de manutenção para permanecer fruível em acordo com o projeto. Jacques Leenhardt [1994, p.26] lembra

73 Manuel Garcia Filho era diretor da Vemag S/A Veículos e Máquinas Agrícolas quando a empresa teve seu pavilhão no IV Centenário e também presidente do Sindicato da Indústria de Caminhões, Automóveis e Veículos do Estado de São Paulo.

74 A breve história do roseiral seria contada pelo jornalista Barros Ferreira [21/11/1962] alguns anos mais tarde. “Um dia, foi anunciada a formação de um roseiral. Três mil roseiras iam ser plantadas. Muitas viriam de Mônaco, oferecidas pela princesa Grace Kelly, esposa do príncipe Rainier. Falou-se em milhares de pés comprados na Argentina, aonde fora enviado o diretor da Divisão de Parques e Jardins. Centenas de roseiras foram plantadas. Mas passou a acontecer o imprevisto. De noite, encostavam carros nas proximidades. Lépidas senhoras desciam e carregavam dois ou três pés. E durante noites consecutivas, quando o parque estava envolto em silêncio e neblina, automóveis continuavam a encostar perto do roseiral. Vultos femininos saíam de dentro. Silenciosamente voltavam a entrar nos carros, de faróis apagados e silenciosos. Depois, um forte arranco de motor. Uma corrida célere. E mais roseiras desaparecidas. Ao cabo de um mês não existia mais o roseiral. Quando foi destacado um guarda já era tarde.”



que “o jardim necessita de cuidados ao longo do tempo e exige do artista tanto previsão como acompanhamento, pelo menos quando possível”. Como esse autor, Vladimir Bartalini [1999, p. 254-255] também conclui em sua pesquisa sobre os parques paulistanos geridos pela Departamento de Parques e Áreas Verdes do município – Depave, entre os quais o Ibirapuera, que

a ausência de intercâmbio com a produção artística e paisagística nacional e internacional e a falta de incentivo para a renovação da linguagem projetual cerceou o desenvolvimento da pesquisa estética, que poderia fazer dos parques do Depave não só espaços em prol da melhoria ambiental, não só locais para recreação, mas também lugares de fruição da obra paisagística em si.

Rosa Kliass [1993, p.165], em seu estudo sobre os parques urbanos de São Paulo, é consoante a essas interpretações, pois, como afirma, “o tratamento subsidiário” dados aos jardins no Ibirapuera em relação às edificações “comprometeu o caráter e a escala dos seus espaços”. Sem “intenção paisagística” claramente expressa na implantação do parque,⁷⁵ decorreram inúmeras intervenções que, em sua maioria, prejudicaram as condições da área. Como exemplo disso, a arquiteta cita

⁷⁵ Uma evidência de que o projeto paisagístico implantado em 1953 foi de fato algo tímido, ou subsidiário, é que, já em maio de 1955, a Sociedade Amigos da Flora Brasileira propunha a criação de um “jardim instrutivo de plantas úteis” no parque. Tal proposta, analisada em reunião da comissão executiva do parque, trouxe à lembrança dos presentes “a existência de um plano anterior, de autoria de Burle Marx”. A comissão chegou, aliás, a estabelecer contato com o paisagista no Rio de Janeiro, que, lembrando-se dos gastos que teve para elaborar o projeto não implantado, alegou que discordava da ideia de um “jardim instrutivo” e continuava a defender a ideia de algo maior “para um local de exposições culturais e industriais da proporção do Ibirapuera” [ver Processo 6.448/1955, Arquivo Histórico de São Paulo].

Figura 21:
Recorte do jornal
Correio Paulistano de
12/07/1959; acervo
do Arquivo Histórico
Wanda Svevo/
Fundação Bial de
São Paulo, São Paulo

a “fúria arborizadora”, que acabou “por destruir ou caracterizar os espaços pela distribuição indiscriminada de árvores” – algo previsto nos planos da Cepi, e que permanece ocorrendo até hoje.

A peculiaridade do Ibirapuera está no fato de ele ser um parque e, portanto, uma área verde, mas que já nasceu como ambiente construído, com um imenso complexo de ruas internas e de edificações de concreto armado, sendo o conjunto arquitetônico de Niemeyer o que o define e o faz um marco na arquitetura moderna na cidade e no Brasil. Essa é uma das obras mais significativas do arquiteto em São Paulo, sua expressão máxima pós-Pampulha (1943) e a mais importante antes de Brasília (1960) – realizada no período em que o arquiteto “encontrava-se ocupado na busca de um repertório formal próprio e de novas possibilidades estruturais em concreto armado” [GONÇALVES, 2010]. Embora já ensaiadas na Pampulha, em Belo Horizonte, na década anterior, as edificações para São Paulo, de porte muito maior, permitiram a Niemeyer conceber seu mais ambicioso projeto até então. Como afirmou Carlos Lemos, colaborador da equipe de Niemeyer, “a partir daquele momento houve a aceitação definitiva da arquitetura moderna no país. As pessoas se referiam a ela como ‘Estilo Bienal’. Depois da criação do Ibirapuera, nenhuma outra obra pública ignorou o moderno na arquitetura” [CAVERSAN, 23/09/2003].

Esse conjunto arquitetônico é, no entanto, indissociável do ambiente natural em que se insere e com o qual estabelece relação e constitui unidade evidentes. A tensa relação entre opções de ocupação cultural e valorização do meio ambiente foi um grande problema desde que o parque foi concebido e construído, justamente com o propósito de aglutiná-las num mesmo espaço. Como já mencionado, durante sua implementação, a disputa entre os que defendiam as áreas livres de edificações e a construção dos pavilhões causaram polêmicas [BARONE, jul.-dez. 2009]. De modo semelhante a esse período estudado por Barone e que antecederam a inauguração do Ibirapuera, em 1954, as mais de seis décadas que transcorreram desde então revelam trajetória marcada por conflitos e disputas, essencialmente relacionados à oposição “verde x concreto”. Essa tensão, inerente ao modo como o espaço foi implantado e algumas vezes compreendida como uma eterna disputa entre adversários – e não como algo que se complementa – induziu a uma trajetória de parque fragmentado e essencialmente dividido entre “área cultural” e “área natural”, algo que se materializava no período temporal abordado neste capítulo.⁷⁶ Com mais ênfase atestada ao projeto arquitetônico do Ibirapuera, menos importância foi atribuída a seu projeto paisagístico, e, ainda que não exatamente como planejado, o parque acabou setorizado.

76 Ainda hoje, poucos são os usuários dos museus e visitantes das exposições que conhecem, por exemplo, o Viveiro Manequinho Lopes, cujos funcionários e público, por sua vez, não frequentam aqueles espaços.

No começo da década de 1960, a função administrativa, outra dimensão marcante do parque, acabaria por se consolidar, como veremos no próximo capítulo. Ao mesmo tempo em que eram traçados os planos da Cepi, o sonho do parque cultural continuava perdendo espaço para as repartições públicas: no Palácio das Nações já funcionavam os gabinetes do prefeito e dos secretários da Higiene, Educação e Cultura, Obras, dos Negócios Internos e Jurídicos, e vinha chegando o das Finanças.

A Cepi resultou em nada mais que o somatório das propostas anteriores, e embora contasse com Ciccillo Matarazzo a sua frente, havia uma distinção: funcionaria diretamente subordinada ao prefeito Adhemar de Barros. Ficariam excluídos de suas atribuições “os edifícios já ocupados ou já determinados à ocupação por unidades e repartições da Prefeitura Municipal” [NOVA..., 28/05/1959]. E, como era inevitável, constatou-se que o prefeito a havia fundado para servir de “bode expiatório da sua própria inépcia” [O PARQUE..., 27/03/1960], o que fez com que os trabalhos prometidos apenas timidamente se iniciassem seguidos por um “congelamento dos recursos” que seriam disponibilizados. Enquanto *O Estado de S. Paulo* enfatizava que, apesar da Cepi, o Parque Ibirapuera continuava “como dantes, apenas mais abandonado, mais triste e derrotado pela incúria municipal” [O PARQUE..., 27/03/1960], o repórter Paulo Santos Mattos [02/04/1960] defendia n’ *A Gazeta*:

Não basta ter sido designada por lei a Comissão Especial do Parque Ibirapuera, nem que se lhe deem os recursos financeiros, embora escassos, como se verifica agora. É preciso que o prefeito a prestigie sob todas as formas, especialmente evitando que correligionários políticos, para anteder os chamados “amigos do peito”, consigam privilégios que absolutamente não resultam no benefício da coletividade. O Parque Ibirapuera precisa ser expurgado desse mal, antes que crie raízes mais arraigadas.

De meados de 1960, um extenso relatório da consultoria técnica [RELATÓRIO..., 1960] é o último documento encontrado no Arquivo Histórico Wanda Svevo que trata dessa história de fundações, uniões e comissões. O documento traça uma retrospectiva dos acontecimentos sugerindo, por fim, que a melhor opção para o parque ainda seria a da Fundação Ibirapuera. Mas talvez já fosse tarde demais para que tal fundação cultural e autônoma, independente de poderes políticos partidários, fosse instituída no Parque Ibirapuera, pois já havia raízes arraigadas e privilégios continuariam sendo concedidos em detrimento do “benefício da coletividade”, como veremos no capítulo seguinte.

Prevaleceu, portanto, o “aventureirismo de locação”, que temiam os vereadores no plenário de 1955, prática que se perpetuaria na trajetória desse território. A figura de Ciccillo Matarazzo, como o mediador e gestor do IV Centenário, que

simbolizara então uma possibilidade de reunir interesses públicos e privados, foi suplantada pela do empresário que, após defender seu interesse e conquistar seu terreno ou, no caso, seu pavilhão, abriria caminho para que as iniciativas de seus pares fizessem o mesmo. De igual forma, o prefeito Lino de Matos desencadeou o processo de partilha e ocupação dos pavilhões pelo poder público, que se tornou cada vez mais voraz com seus sucessores, indo muito além da esfera municipal.

As disputas pelo uso dos pavilhões do Ibirapuera discutidas neste capítulo aconteciam simultaneamente à construção de Brasília entre 1956 e 1960 – obra do mesmo arquiteto que havia construído o parque paulistano entre 1952 e 1954. Logo após a inauguração da capital federal em 1960, o Parque Ibirapuera já era chamado de “Brasília paulistana” [RECUPERAÇÃO..., 25/04/1961], já que, naquele momento começava a se consolidar ali a sede de poder da capital paulista. As formas utilizadas no Ibirapuera por Niemeyer remetem a outras, semelhantes, na nova capital federal (como as cúpulas da Oca e do Senado Federal, e o uso de volumes prismáticos e pilotis em vários edifícios), o que emprestava força simbólica simultânea às duas criações do arquiteto carioca. A “Brasília paulistana” tornava-se, assim, cada vez mais plausível e legitimável aos gestores políticos paulistas, optando crescentemente por se instalar na congênere local da nova capital nacional e abandonando os debates em torno do destino cultural e do zelo pela natureza – uma prévia, aliás, do que ocorreria nas duas décadas seguintes, em que o parque seria cada vez mais apropriado pelo poder público e por símbolos oscilantes de democracia e autoritarismo.



Figura 22: Vistas internas dos pavilhões transformados em repartições; acima, Prefeitura no Palácio das Nações, com autoridades municipais em reunião, na administração Figueiredo Ferraz, 20/01/1972; autoria desconhecida, acervo fotográfico do Arquivo Histórico de São Paulo; abaixo, Detran no Palácio da Agricultura, década de 1970; autoria desconhecida, Arquivo Histórico Wanda Svevo/ Fundação Bienal de São Paulo

CAPÍTULO 2

“Brasília paulistana”

O parque como lugar de poder (1960 a 1980)

É estranho como São Paulo não tem parques no perímetro urbano. Os únicos são o Parque D. Pedro II, que separa o Brás do Centro, o Ibirapuera e o parque fronteiro ao Museu Ipiranga. Mas nenhum deles é lugar de descanso. Os bancos são poucos, muito distantes uns dos outros e não há o recurso de sentar ou deitar na grama, porque é proibido. A população pobre não tem onde repousar ao ar livre nos domingos.

JORGE AMERICANO [CITADO EM RIBEIRO, 2012, P.121]

ESSA CONSTATAÇÃO de Jorge Americano no começo dos anos 60 ajuda a iluminar alguns dos pontos que serão tratados neste capítulo. De fato, os espaços públicos para o lazer do paulistano eram escassos desde o começo do século. De acordo com Vladimir Bartalini [1999, p.57], além dos piqueniques nas chácaras dos arredores da cidade havia o Parque da Cantareira, o Parque Antártica ou o Bosque da Saúde – os dois últimos, propriedade da Companhia Antártica. Ambos eram distantes do Centro da cidade, embora servidos por linhas de bonde. O Parque Antártica teve vida curta, alugado em 1916 pelo Palestra Itália para jogos de futebol e posteriormente comprado pela associação em 1920. Já o Bosque da Saúde deixou de servir à população com a abertura do loteamento em 1925. Entre os parques de propriedade particular havia o do Jabaquara e o da Granja Julieta, mas de todos eles apenas o Jardim da Aclimação, que era bastante frequentado desde a virada do século, teria parte de sua área revertida mais tarde ao uso público, mediante desapropriação. A grande novidade naquela época, contudo, consistia nos lugares que permitiam prática de esportes, como a natação e a canoagem lan-

çadas em 1903 pelo Clube Espéria, implantado à beira do Tietê, seguido pelo clube da colônia italiana na mesma região, denominado Chácara da Floresta, convertido em parque público municipal em 1912. Com a retificação do Rio Tietê, entretanto, “esta forma de lazer definiu até desaparecer por completo”.

Já os chamados “jardins públicos” eram mais centrais e também bastante frequentados, como o Jardim da Luz e o Jardim do Palácio do governo. O Parque Villon ou Parque da Avenida (atual Parque Siqueira Campos, popularmente chamado Parque Trianon) foi comprado em 1911 pela prefeitura, que no ano seguinte também comprou uma quadra no bairro de Higienópolis onde construiu, entre 1913 e 1916, a Praça Buenos Aires. Na gestão de Washington Luís, entre 1914 e 1918, foram implantados os parques do Anhangabaú (concluído em 1918) e o da Várzea do Carmo, que, sob o nome de Parque Dom Pedro II, só foi entregue à população em 1922 e, ainda assim, de acordo com Bartalini [1999, p.79], “não só faltando parte das obras de arborização, como também tudo o que requeresse investimentos grandes – ginásio coberto, cineteatro, banhos públicos – ou nem tanto, como as quadras esportivas e áreas de recreio para crianças”, o que fez com que “o espaço do lúdico, da descontração, da informalidade, do cultivo ou do gozo do corpo”, ainda ficasse restrito às “sobras da urbanização” da cidade, entre os “terrenos baldios nas várzeas”.

Seria, todavia, em uma dessas várzeas, a chamada Várzea de Santo Amaro, que em 1927 foram tomadas “as primeiras providências para garantir a posse dos terrenos da prefeitura”, em que se inauguraria, duas décadas e meia mais tarde, o Parque Ibirapuera. Aquela “vasta extensão” media então “perto de 2.000.000 de metros quadrados”. E, portanto, nas palavras do então prefeito José Pires do Rio [BARTALINI, 1999, p.79], iria “triplicar a superfície dos jardins da nossa magnífica cidade capital”, em que naquele momento havia “apenas 926.839 metros quadrados de parques e jardins para uso de uma população de quase 1.000.000 de habitantes”.

Como o Ibirapuera só foi inaugurado em 1954, a mencionada carência da cidade não foi suprida, pois, afinal, ela já não era a mesma que Pires do Rio governara em 1926. No final da década de 1960, São Paulo já seria “não só a maior metrópole do país, em área e população, como também uma das maiores do mundo”, com área urbana de 700km² e população de aproximadamente 6.000.000 de pessoas [BARTALINI, 1999, p.142], o que só ampliaria o *deficit* de áreas verdes por habitante.

No começo daquela década, porém, apenas seis anos após a inauguração do tão esperado Ibirapuera, Jorge Americano constatava que os parques da cidade ainda não eram suficientes. Importante no contexto deste capítulo é também a escassez de bancos relatada pelo autor, assim como a proibição de sentar ou deitar na grama, e conseqüentemente, a de usar o parque como um lugar de repouso “ao ar livre”, principalmente pela “população pobre” aos “domingos”. Não seria um indicativo de que, já em seus primeiros anos, o Ibirapuera foi sendo afastado da ideia

de ser um espaço público democrático, de livre fruição, passando a ser um lugar bastante controlado pelas sedes de poder que por ali se estabeleciam?

Se tomarmos como referência o Central Park de Nova York, podemos compreender que essa ideia de controle já era um dos atributos associados a esse parque urbano de grande porte, desde a sua concepção. De acordo com Caroline Constant [2012, p.197] em seu estudo sobre a paisagem arquitetônica moderna nos Estados Unidos e Europa, Frederick Law Olmstead, o célebre criador do parque nova-yorkino, presumia que a construção da cidadania seria alcançada principalmente pela contemplação da natureza, mais do que pelas instituições culturais e educacionais, como os museus, zoológicos ou as áreas de recreação no parque e seu entorno. Ao mesmo tempo em que os parques financiados pelo governo sugeririam valores de liberdade e independência, também se pretendia controlar qualquer tipo de perturbação e, sobretudo, fortalecer o valor econômico de seus ambientes urbanos. Como aponta a autora, a ambição sincera de Olmstead de servir aos menos favorecidos entrava em conflito com a sua determinação de suscitar, neles próprios, padrões de comportamento da classe média. Para isso, a fim de evitar condutas indesejáveis, Olmstead teria estabelecido uma série de regras relativas às atividades que seriam adequadas ao Central Park: fazer piqueniques e sentar na grama, por exemplo, eram ações proibidas. Ele chegaria, aliás, a treinar um quadro de seguranças para regular o comportamento do público. Tais regras faziam com que a visão de Olmstead do parque como um lugar de integração social democrático – ou, como declarava, “um lugar onde a perspectiva de se juntar, todas as classes, amplamente representadas, com um propósito comum (...) todos colaborando pela maior felicidade de cada um” – soasse tão contraditória quanto a ausência de um transporte público adequado vindo das áreas mais remotas da cidade, facilitando o acesso dos menos favorecidos aos equipamentos oferecidos. Citando Stephen Germic a autora conclui que “embora fosse promovido como uma espécie de instituição cultural que universalizaria e incorporaria diferenças ameaçadoras no espaço urbano”, o Central Park, possuía, de fato, a dupla função “de produzir ou manter e revelar as diferenças sociais”.

De acordo com Constant [2012, p.199], o parque parisiense Buttes Chaumont (1861-1867), contemporâneo do Central Park, é um exemplo que difere, em sua concepção, dos moldes de “integrador social democrático” do congênere nova-yorkino. Ao contrário, ele foi criado para servir a um grupo social específico, que eram os artesãos e a classe operária residente no 19^{ème} *arrondissement* de Paris. Esse parque viera suprir, então, uma contrapartida social aos parques que Haussmann e seu engenheiro Adolphe Alphand haviam criado para a classe burguesa a partir de propriedades aristocráticas como o Bois de Boulogne e o Parc Monceau. O Buttes Chaumont foi erguido em área abandonada e que servia como depósito de lixo em uma zona industrial que se tornava cada vez mais residencial, formada prin-

principalmente pela população pobre que migrava do campo para a capital francesa em busca de trabalho e melhores condições de vida. Como observa a autora, “a estratificação social por distrito foi, portanto, uma consequência deliberada das operações urbanas de Haussmann”.

Tanto a concepção “pouco pública” para o espaço público, como no caso do Central Park, quanto a concepção “pouco integradora” de classes sociais, como no caso do Buttes Chaumont, vão encontrar eco no Parque Ibirapuera, por diferentes razões, como será demonstrado neste capítulo. Isso não significa, contudo, que a população paulistana dele não poderia usufruir, mas sim que sua utilização era precária e limitada, e, portanto, não condizente com o lugar que supostamente ele viria ocupar após mais de 25 anos da promessa de sua construção, que, reiterando, foi algo possivelmente inibidor da execução de outros grandes parques na cidade, pois o imenso Ibirapuera bastaria [BARTALINI, 1999, p.250]. Embora com poucas opções de espaços verdes na cidade, as pessoas não deixavam de usufruir do parque, mesmo com “mato”, “buraco”, “imundícia” e “lama”, com as construções “rachando” e monumentos “desmoronando”, nas palavras recorrentemente encontradas nas matérias dos jornais da época. Somado a isso, o acesso ao Ibirapuera era – e ainda é – extremamente complicado para a maioria da população da cidade. Como veremos, nas décadas de 1960 e 1970 o entorno imediato do parque passaria por inúmeras intervenções urbanas com a construção de grandes avenidas e equipamentos, o que contribuiu para que ele se tornasse um grande arquipélago público dividido em ilhas privadas, consolidando-se como um lugar de poder.

PERDENDO TERRENO, GANHANDO INSTITUIÇÕES

Pari passu às dinâmicas de disputa e abandono dos pavilhões do parque tratadas no capítulo anterior, acentuava-se também a partilha dos terrenos em suas imediações, em grande parte de propriedade estatal, outros ocupados por particulares. O Relatório da consultoria técnica dos assuntos do Ibirapuera [RELATÓRIO, 1960], sintetizava o sucessivo desmembramento da área da antiga Invernada de Bombeiros – como era conhecida essa região – desde que fora adquirida pelo estado em 07/01/1905. Dentro da periodização proposta aqui nos interessam sobretudo dois dados do relatório: a transferência de parte da área da Secretaria da Agricultura, em que se situa o Instituto Biológico, para a Secretaria da Saúde (hoje ocupada pelo Instituto de Cardiologia do Estado Dante Pazzanese⁷⁷) por decreto do governador Jânio Quadros

77 “O Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia (IDPC) é um hospital da administração direta da Secretaria de Estado da Saúde do Governo de São Paulo. Iniciou as suas atividades em 1954, na Avenida Paulista, 392, com o nome de Instituto de Cardiologia do Estado. Em 1958 foi transferido para o Ibirapuera, na atual Av. Dr. Dante Pazzanese, 500. Ali passou a funcionar além do Ambulatório, o alojamento”

em 23/02/1956;⁷⁸ e a área alienada por doação pela lei nº 3093 de 11/08/1956 ao Centro Acadêmico XI de Agosto⁷⁹ da Faculdade de Direito da USP, instituição pela qual o então governador se diplomara. Paradoxalmente, o mesmo governador Quadros, naquele mesmo 1956, também assinara a lei que instituiu a malograda “Fundação Ibirapuera”, que deveria zelar pelo patrimônio público que ele próprio desmembrava.

A zona militar existente nessas imediações, em torno do Conjunto Esportivo, inclui o Comando Militar do Sudeste, a 2ª Divisão de Exército e o Círculo Militar. Parte dessa área já havia sido parcialmente negociada entre o Estado e a União décadas antes de o parque existir. A partir da Revolução de 1932, o Exército passara a ocupar grandes áreas que pertenciam ao governo do estado, e com o início das obras do parque, em janeiro de 1953, foi transferido um quartel militar do Rio de Janeiro para o Ibirapuera, usando parte do terreno em que em 1968 seria inaugurado o Conjunto Esportivo,⁸⁰ ao lado do Ginásio de 1957, e deixando, estrategicamente talvez, outra área para a construção da Assembleia Legislativa. O clube poliesportivo Círculo Militar garantiu seu pedaço do território ainda em 1957, na área denominada Jardins daquela proposta de ocupação de 1955 (Figura 18) – embora a cessão oficial pela prefeitura só tenha ocorrido em 1987. Também em 1968 a presença militar foi definitivamente acentuada,⁸¹ com a implantação do Quartel General do II Exército.⁸²

mento dos residentes e posteriormente a Oficina Experimental, embrião do atual Centro Técnico de Experimentos ou Bioengenharia, como é mais conhecida, dedicada à fabricação de equipamentos e instrumentais médicos. Em 1970, foi inaugurada a sua primeira unidade hospitalar. Em 1984 foi criada a Fundação Adib Jatene (FAJ) com a função principal de apoiar o IDPC em suas ações em conjunto com a Secretaria de Estado da Saúde. Hoje o IDPC é um dos maiores centros de tratamento cardiológico do país. São mais de 1.500 funcionários, e em três blocos hospitalares distribuem-se 303 leitos” [site do Instituto, disponível em <http://www.dantepazzanese.org.br/institucional.htm>; acessado em 27/08/2016].

78 Decreto nº 25.515 de 23/02/1956 – DO [disponível em <http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19560224&Caderno=Poder%20Executivo&NumeroPagina=1>; acessado em 27/08/2016].

79 Pessoa jurídica de direito privado, fundada e administrada por alunos de graduação da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da USP, “o Centro Acadêmico XI de Agosto é a entidade estudantil mais antiga e tradicional do País. Fundado em 1903 (...) Berço de líderes políticos, juristas e literatos, pelo XI passaram vultos como Monteiro Lobato, Jânio Quadros, Washington Luiz, Ulisses Guimarães, Aloysio Nunes Ferreira Filho, Plínio de Arruda Sampaio, Dalmo de Abreu Dalari, Miguel Reale, Lygia Fagundes Telles, Hilda Hilst, Antonio Candido e Júlio Mesquita Filho, só para citar alguns exemplos de personalidades que ajudaram a construir a história da instituição, seja em seu corpo diretivo, seja como membro” [site da Faculdade de Direito, disponível em <http://www.direito.usp.br/>; acessado em 27/08/2016].

80 Conhecido como Ginásio do Ibirapuera, trata-se na verdade de um complexo esportivo, oficialmente denominado Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães. O complexo compreende atualmente o Ginásio Geraldo José de Almeida, o Estádio Ícaro de Castro Mello (em homenagem ao arquiteto que projetou o complexo), o Conjunto Aquático Caio Pompeu de Toledo, o Ginásio Poliesportivo Mauro Pinheiro e o Palácio do Judô.

81 Nas imediações da zona militar do Ibirapuera encontrava-se também o edifício do Doi-Codi, um dos principais centros de tortura do regime militar e palco de morte de dezenas de presos políticos, entre eles o jornalista Vladimir Herzog, e de retenções, como a da ex-presidente da República Dilma Rousseff em 1970. As antigas instalações do Doi-Codi, na Rua Tutóia, 921, funcionam hoje como uma delegacia da Polícia Civil. Em janeiro de 2014 foram tombadas pelo Condephaat.

82 “Em 18/03/1961, foi constituída a Comissão Provisória encarregada dos trabalhos preliminares

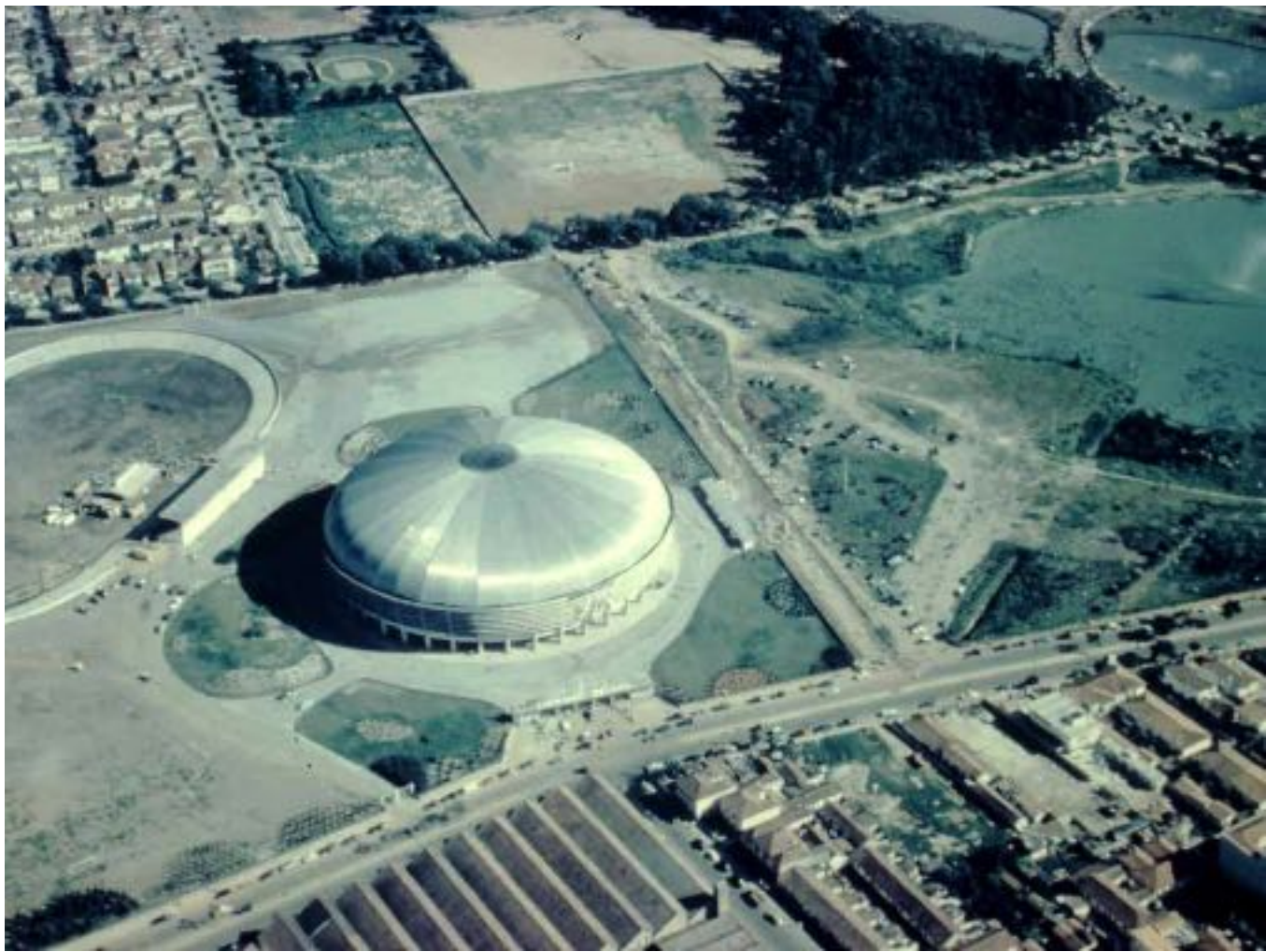


Figura 23:
Vista aérea do
Ginásio Ibirapuera
e seu entorno no
final dos anos 50;
coleção pessoal
Martin Jayo

Nessa partilha atabalhoada e sem qualquer planejamento, frequentemente em benefício de apaniguados políticos, o único dos edifícios que já tinha nascido predestinado a ser de uso administrativo e sede da Secretaria de Agricultura do Estado, o chamado Palácio da Agricultura, também foi cedido por permutas políticas ao Departamento Estadual de Trânsito pelo sucessor de Jânio Quadros, Carvalho Pinto, em 1959. Esse mesmo governador decretaria, no ano seguinte, a transferência de uma área de aproximadamente 30.000m² para a construção do novo prédio da Assembleia Legislativa. Os vereadores não haviam conseguido a sua fração do Ibirapuera, como preconizara Luis Martins, mas os deputados estaduais, sim.

A luta pelo parque cultural havia de fato perdido terreno para permutas de edifícios e lotes. No mesmo ano em que Brasília era inaugurada no Planalto Cen-

necessário à construção do novo Quartel General do II Exército, no Ibirapuera. A 07/05/1968, foi inaugurado o edifício destinado ao Quartel General do II Exército e Quartel-General da 2ª RM. (...) Em 06/06/1968, o Quartel-General do II Exército completou sua transferência para as novas instalações, situadas na confluência das ruas Abílio Soares e Manoel da Nóbrega, no Ibirapuera" [ver Histórico do Comando Militar do Sudeste, disponível em <http://www.cmse.eb.mil.br/index.php/historico.html>; acessado em 27/08/2016].

tral do país, a “Brasília Paulistana”, como o jornal *A Gazeta* apelidava o Ibirapuera,⁸³ consolidava-se com o intenso retalhamento de terrenos para instituições públicas que se associava à decadência e ao abandono do recém-inaugurado símbolo da capital paulista, assunto em pauta nos diversos periódicos:

O estado de abandono em que se encontra o Parque Ibirapuera, não obstante ser ali sediado o Governo Municipal, tem sido objeto de milhares de comentários em São Paulo. Todas as opiniões se unem num ponto: o que se faz com aquele magnífico conjunto de edifícios é um crime. A omissão dos poderes permitindo que pavilhões inteiros e marquises estejam a ponto de cair, jamais será perdoada. Milhões de cruzeiros foram despendidos com as obras. Em torno delas, em serenos jardins, esplendido recanto nascera para fuga do paulistano. Cinco anos passados da inauguração, no entanto, praticamente só restam ruínas, numa visão melancólica do desprezo e da falta de senso público dos nossos homens de governo [IBIRAPUERA..., 21/05/1959].

Do centro de atração que foi, há seis anos, o Parque do Ibirapuera foi decaindo, decaindo, até transformar-se hoje em um refúgio de malandros, maconheiros, assaltantes, indivíduos do mais baixo nível social. Esses são os habitantes noturnos do Parque que foi em outros tempos um belo recanto para passeios. Mas o aspecto mais deprimente que atualmente apresenta o Ibirapuera são os casais que marcam encontros ilícitos, à noite, transformando suas ruínas em antros de prostituição. Esse é o Ibirapuera de hoje [MACEDO..., 12/02/1960].

Especulava-se nos meios de comunicação o motivo da rápida decadência daquele parque. A qualidade do projeto arquitetônico era considerada boa, no entanto questionava-se sua execução, “principalmente no referente à impermeabilização e à isolação térmica” [MACEDO..., 12/02/1960]. Os caixilhos de metal, assim como os aparelhos de diversão infantil, oxidavam rapidamente por falta de pintura; parte do revestimento dos pavilhões, principalmente na Oca, descolava-se pelo movimento natural da estrutura de concreto e não era repostos [AUMENTAM..., 02/12/1960]. Parte do edifício, como mencionado, já havia sido cedida à Fundação Santos Dumont, em dezembro de 1959 quando foi assinado o termo de ocupação por intermédio da Cepi, para que ali se instalasse o Museu da Aeronáutica.

A presença cada vez maior da administração municipal trazia, porém, uma contradição: à medida que o número de repartições nos pavilhões aumentava – para o Pavilhão das Nações, além do gabinete do prefeito, já haviam sido transfe-

83 O jornal *A Gazeta*, em abril de 1961, noticiava que o Ibirapuera seria recuperado, anunciando com entusiasmo: “A ‘Brasília Paulistana’ poderá ressurgir, em esplendor, graças à atual administração pública” [RECUPERAÇÃO..., 25/04/1961].

ridas quase todas as secretarias municipais, e a ocupação do Pavilhão dos Estados era eminente – a conservação dos edifícios diminuía, assim como a do parque, que era o entorno dessas repartições. A falta de transportes para o local era também questionada, tanto pelo público quanto pelos funcionários do parque que se sentiam, segundo noticiou *A Gazeta*, “com a saúde abalada devido às dificuldades de distância, temperatura excessiva, nuvens de poeira e inconvenientes outros” [FLEURY, 08/01/1960].

A Cepi pouco podia fazer quanto à gestão do Parque, pois era completamente subordinada à prefeitura, e não havia vontade política para que o órgão agisse, como já visto. Aparentemente, a medida que encontrara para continuar demonstrando seus esforços era criar novos equipamentos, mesmo que em lugares impróprios. Desde outubro de 1959, meses após a criação da Cepi sob a presidência de Ciccillo, anunciava-se a instalação, sob a marquise, do Museu dos Presépios, onde seria “montado o Presépio Napolitano doado pelo Sr. Francisco Matarazzo Sobrinho”, cuja “montagem definitiva exigirá uma área aproximadamente de 36 metros quadrados e representará uma aldeia napolitana do século XVIII festejando o dia de Natal” [SÃO PAULO..., 23/10/1959]. Ocupando inicialmente um antigo espaço sob a marquise que abrigara uma exposição folclórica durante o IV Centenário e fora posteriormente usado como depósito de materiais, o Museu dos Presépios teve longa trajetória de estabelecimento naquele espaço, sendo oficialmente inaugurado apenas dez anos depois, no final de 1969, permanecendo ali até 1985, quando seu acervo foi deslocado para o Museu de Arte Sacra, na Av. Tiradentes.⁸⁴

Embora com suas ações limitadas e controversas, a Cepi era exaltada em alguns periódicos, sobretudo por Paulo Santos Mattos⁸⁵ n’*A Gazeta*, jornal que invariavelmente defendia grandes empresários como Ciccillo e nesse momento apoiava suas ações à frente da Cepi, em sua série de reportagens sobre o Ibirapuera:

Ressaltamos, também, a responsabilidade da Comissão Especial do Parque Ibirapuera, composta de homens ilustres e capazes, que tem desenvolvido os seus melhores esforços para remover uma série enorme de dificuldades, mais de natureza política do que de sentido técnico. Mesmo assim, tem ela realizado

84 A trajetória do Museu dos Presépios é contada por Eliana Ribeiro Ambrosio [2012] em sua tese de doutorado *Presépio napolitano do Museu e Arte Sacra de São Paulo e de coleções internacionais: cenografia e expografia*. De acordo com essa pesquisa, “da efetiva doação [da coleção do museu feita por Ciccillo Matarazzo à prefeitura] em novembro de 1956 à sua inauguração em abril de 1969, as peças permaneceram encaixotadas, e o museu desenvolveu-se praticamente à parte da administração municipal” [p.476]. O Museu “permaneceu aberto ao público na Marquise do Ibirapuera de 1970 a 1985. Ao final desse período ele foi desmontado devido a problemas de manutenção da edificação e enviado ao Museu de Arte Sacra”. Para a autora, tal medida em prol da conservação do acervo e segurança do público e funcionários “significou o esvaziamento conceitual da coleção que jamais voltou a ter um espaço próprio” (...), contribuindo “para o declínio de sua importância dentro do contexto paulistano das artes” [p.35].

85 Não foi possível localizar informações sobre esse jornalista.

alguns feitos de expressiva valia, se levarem em conta as deficiências de recursos com que vem atuando, desprestigiada pelo prefeito e altos mentores da administração municipal da atualidade” [MATOS, 29/03/1960].

Segundo o jornalista, a Cepi arborizava o parque conseguindo “que fossem plantadas várias centenas de árvores”; pretendia que os lagos – que se encontravam “arrendados a título precário para a exploração de serviços de barco de recreio” e já necessitavam conservação adequada – fossem povoados por aves e animais aquáticos ornamentais. Quanto aos pavilhões, a Oca seria remodelada para receber em caráter permanente o Museu da Aeronáutica Santos Dumont, que dividiria o espaço com “o remanescente das exposições de história e de arte populares – folclore – organizados por ocasião do IV Centenário da Cidade”. No Planetário já funcionava o Museu de Ciências, “enriquecido com vários aparelhos científicos, bem como salas da aula”. O prefeito Adhemar de Barros, no começo daquele ano (1960), havia promovido “o lançamento da pedra fundamental da futura Faculdade Municipal de Astrofísica, cujo edifício será construído em observância a linhas modernas, devendo entrar em funcionamento dentro de dois anos”.⁸⁶ Nota-se que tal iniciativa fora de Aristóteles Orsini, que conseguiu, via sua posição como vice-presidente da Cepi, expandir os domínios do Planetário, que presidia. Ainda, a área destinada ao Parque de Diversões – cujos aparelhos, desde que haviam sido instalados em 1954, “não correspondiam absolutamente aos requisitos de conforto, segurança e beleza” – seria transformada num “grande e maravilhoso roseiral”. Um novo parque de diversões era cogitado pela entidade em outro local do parque, “mediante concorrência pública se possível de natureza internacional”.

Finalmente, o jornal informava que ao Museu de Arte Moderna havia sido cedido o antigo Palácio das Indústrias, já denominado Pavilhão Armando Arruda Pereira, que ainda “apresentava aparência aceitável”. O MAM, “além das bienais de repercussão internacional”, vinha realizando outras mostras de arte, “atendendo sempre a um cunho artístico-cultural muito elevado, muito a gosto do povo” [MATOS, 29/03/1960]. Ciccillo Matarazzo pode não ter conseguido muito à frente das comissões do Parque,⁸⁷ mas garantira lugar no Ibirapuera para seus empreendimentos culturais, e o de seus colegas, como, por exemplo, Aristóteles Orsini, no Planetário. Ciccillo empenhava-se para defender arte e cultura na

86 Atualmente nomeada Escola Municipal de Astrofísica Professor Aristóteles Orsini – EMA, foi fundada em 1961 pelo médico e astrônomo amador Aristóteles Orsini com projeto do arquiteto Roberto Tibau, que, junto com Eduardo Corona e Antônio Carlos Pitombo, também havia projetado o Planetário, inaugurado em 1957.

87 Como já mencionado foram inúmeras as denominações das organizações formadas após a Comissão do IV Centenário, incluindo algumas que não foram oficializadas, mas que aparecem em diversos documentos e muitas vezes se confundem ou se sobrepõem, como “Comissão do Parque Ibirapuera”; “Fundação Ibirapuera”, “União Ibirapuera”, “Comissão Especial do Parque Ibirapuera” etc.

mesma medida em que mantinha seus interesses, ou pavilhões, assegurados, não escapando, portanto, do contexto de favoritismos e outros males que assombram desde sempre o Ibirapuera.

Em continuidade à série de denúncias sobre os pavilhões “ocupados e inaproveitados” Paulo Santos Mattos enaltecia as ações da Cepi, quase como seu porta-voz, ao mesmo tempo em que argumentava que uma das maiores dificuldades enfrentadas pela comissão era “a política do compadrismo” e o “atendimento de interesses restritos em prejuízo [dos] da população”:

Talvez um problema de difícil solução será acabar com a política da cavatina, da cabala, do protecionismo misterioso que ali perdura. (...) A situação chegou a tal ponto que todo ‘picareta’ desses que se empenham em ganhar dinheiro fácil não poupa esforços para tirar a sua casquinha no Ibirapuera [MATTOS, 30/03/1960].

Dessa vez, o jornalista tecia comentários a respeito dos pavilhões temporários que por ali permaneceram, alguns abandonados pelas próprias entidades que os construíram, em decorrência do fato de a desmontagem representar custo elevado com o qual ninguém queria arcar. Era o caso do Pavilhão do Rio Grande do Sul, do Pavilhão da CSN, do Pavilhão Johnson, no qual já havia sido instalado um Pronto Socorro Municipal, do Pavilhão Ford, ocupado pela administração do parque, e do Pavilhão da Antártica – naquele momento ocupado pelo Clube Paulistano de Senhoras, que, embora fosse uma “iniciativa benemerente”, dizia-se “fechado e reservado exclusivamente às pessoas que falem o idioma inglês”. Também o Pavilhão do Instituto Brasileiro do Café, em que se tentou em vão instalar o Museu Botânico, encontrava-se em igual situação de abandono à dos demais. O único pavilhão em bom estado naquele momento era o Japonês, que acolhera exposições periódicas de arte japonesa durante o ano comemorativo do IV Centenário (tais como cerâmica, arquitetura, quimonos e pintura) e que em outubro de 1960 passaria a ser administrado pela Sociedade Paulista de Cultura Japonesa, servindo a partir de então como um verdadeiro centro cultural.⁸⁸ Presenteado à cidade pela comunidade nipo-brasileira em parceria com o governo japonês nos 400 anos de São Paulo, o pavilhão consolidou-se como um importante elo de estabilização da presença japonesa no Brasil, bem como de seu agenciamento na cidade [CURI, 2017].

88 Em 05/10/1960 foi assinado o termo de administração do Pavilhão Japonês pela Sociedade Paulista de Cultura Japonesa que, em 1968, se tornaria, devido a sua abrangência de atuação nacional, a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, ou Bunkyo, na abreviação do nome em japonês. O Bunkyo funcionou no pavilhão do Ibirapuera, onde aconteciam todos os seus eventos e atividades, até a construção do edifício-sede na Liberdade em 1964. A importância do Pavilhão Japonês no Ibirapuera vai ser relativizada após a construção do Bunkyo na Liberdade, o que o faz perder o peso que teve no passado. A interação com a sociedade também vai acabando, podendo-se afirmar que o pavilhão nunca mais retomou o papel que teve na década de 1950 e começo dos anos 60 [CURI, 2017].

As obras do roseiral prometido por Adhemar de Barros pouco antes do fim de seu mandato foram interrompidas por seu sucessor, Prestes Maia, que justificou a paralisação como uma medida de economia. Os lagos do parque já exalavam mau cheiro proveniente da poluição de suas águas, e passaram a ser o foco da nova administração municipal. “Numerosas canalizações de esgotos convergem para os dois córregos [Sapateiro e Caaguaçu, que juntos formam os lagos do Parque] ocasionando a poluição das águas e o conseqüente mau cheiro. O projeto de canalização desses córregos é antigo e não foi ainda executado por falta de verbas orçamentárias específicas”, informava *O Estado de S. Paulo* [SANEAMENTO..., 11/08/1961]. A solução para o problema, de acordo com o jornal, seria a tomada de medidas conjuntas por estado e município: enquanto o último deveria efetuar as desapropriações necessárias para a canalização dos córregos e a construção dos canais, ao estado competiria construir as canalizações de esgotos.

Se falta de verbas era obstáculo para a realização dessas obras necessárias, não foi, entretanto, o que impediu a construção de mais um edifício nos terrenos do Ibirapuera. Em 1961, foi lançado o concurso para edificação da nova sede do Legislativo estadual, que substituiria o antigo Palácio Nove de Julho, instalado no Palácio das Indústrias, no Parque D. Pedro II: “O local do futuro Palácio do Legislativo foi cedido pelo governador Carvalho Pinto, em ponto considerado excelente do Parque Ibirapuera”, relatava o *Diário da Noite* [ATÉ..., 06/06/1961]. Sem problematizar o impacto da concessão de tal terreno para os usuários do parque, o jornal seguia informando que uma exposição dos projetos após a seleção seria realizada no Museu de Arte Moderna.

O Estado de S. Paulo retomava o debate realizado na década anterior em defesa do Ibirapuera, ressaltando que, em relação à instalação da Assembleia Legislativa, havia dois aspectos a considerar: “Um, o desfalque que vem sofrendo o patrimônio público da cidade, já tão carente de áreas livres, com esta liberalidade da Prefeitura. Outro é a absoluta falta de critério, não talvez quanto ao mérito das entidades contempladas, mas quanto às características que se deveria dar ao local”. E concluía: “A causa é a clássica falta de planificação. A falta de um Plano Diretor para a cidade e o desprezo com que as sucessivas administrações têm encarado os problemas de planificação e os princípios urbanísticos resultam sempre nos mesmos erros e falhas em todas as iniciativas e decisões municipais” [DESVIRTUAMENTO..., 12/02/1961].

A confusão entre “a liberalidade da Prefeitura” e o “local cedido pelo governador Carvalho Pinto” explica-se pelo fato de que, quando foi instituída a Fundação Ibirapuera, pela lei assinada em comum acordo pelo governador Jânio Quadros e pelo prefeito Toledo Piza, o governo do estado ficava autorizado “a ceder em comodato, à mesma Fundação (...) os terrenos e benfeitorias que integram o Parque Ibirapuera, tanto os que já pertencem ao patrimônio do Estadual como os que lhe couberem no

acerto de contas a que se referem a lei e o convênio mencionados”.⁸⁹ Barros Ferreira [27/05/1962] tentava explicar a “singular” situação do Ibirapuera:

O Estado abriu mão de seus direitos em prol de uma fundação cujo projeto já foi aprovado. A Prefeitura devia entregar os pavilhões e terreno à fundação, mas, em vez disso, aumentou a área ocupada, instalando ali novas repartições municipais. E dessa maneira a solução preconizada como capaz de harmonizar Estado e Município não se verificou. A fundação existe apenas no decreto. Porque para funcionar eram precisos recursos. Enquanto isso, uma comissão toma conta do espólio e cuida da conservação do parque e pavilhões que corriam o risco de se transformar em ruínas.

Em 08/05/1962, a Fundação Bienal de São Paulo foi instituída. A Bienal se havia tornado um peso excessivo para a administração do Museu de Arte Moderna – e para o bolso de Ciccillo, seu presidente – que a promovia desde a primeira edição, em 1951. O orçamento do museu era inteiramente sugado pela Bienal, o que o deixava sem possibilidades de gerenciamento de suas coleções e atividades, e também com sua equipe comprometida com a organização de uma megaexposição a cada dois anos [VER AMARAL, 1988; LOURENÇO, 1999; NASCIMENTO, 2003; ALMBERT E CANHÊTE, 2004]. Em relação ao prestígio, o Museu já não chegava nem perto do emblema em que a Bienal se havia transformado – nas palavras de Ciccillo:

Quem já teve oportunidade de sair do Brasil, sabe perfeitamente que há coisas lá fora que se identificam com a nossa pátria, de tal forma se tornaram populares: o nosso futebol, o famoso Pelé, Brasília, café e a Bienal [MENDES, set. 1994-out. 1995, p.7].⁹⁰

Ciccillo tornou-se então o presidente da Fundação Bienal, assentada no antigo Palácio das Indústrias já ocupado pelo MAM, onde foi guardada toda a documentação arquivística da Bienal e do Museu, reunida por iniciativa da secretária do Museu, Wanda Svevo. Foi Svevo quem instituiu os “Arquivos Históricos de Arte Contemporânea” ainda em 1955, que passariam a ter seu nome após sua morte precoce, no final de 1962.⁹¹ Wanda Svevo ganhara bastante autonomia e se tornou

89 Lei nº 3.682 de 31/12/1956, publicada no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*.

90 Ainda segundo Mendes, Ciccillo, satisfeito com o fato de que a Bienal poderia passar para uma nova etapa, como uma entidade autônoma, costumava ressaltar: “As Bienais constituíam agora um acontecimento estético-artístico de âmbito e de importância internacional, um acontecimento cultural e mesmo social e político que, ultrapassada a esfera particular, vai desembocar na esfera pública”.

91 Wanda Svevo faleceu em 28/11/1962, num acidente aéreo na cordilheira dos Andes, rumo a Lima, Peru, numa viagem em missão da VII Bienal. Em 1963 os Arquivos da Fundação são renomeados em sua homenagem.

peça central no processo que separou Museu e Bienal, aparentemente em conflito direto com o então diretor artístico do MAM, Mário Pedrosa, responsável pela VI Bienal, em 1961. A mostra,⁹² que seria inaugurada no início de setembro, sofrera adiamentos devido à crise político-militar provocada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, como relatam Alambert e Canhête [2004, p.94-95]:

Em junho de 1961, pouco antes de renunciar ao cargo, o presidente Jânio Quadros autorizou o crítico Mario Pedrosa, à época secretário do Conselho Nacional de Cultura, a redigir um projeto de lei que tornasse a Bienal uma instituição pública. Pedrosa buscava com o projeto, feito a pedido de Ciccillo Matarazzo, a viabilização de verbas federais, estaduais e municipais para a Bienal que usufruía verba municipal e um outro auxílio federal intermediado pelo MAM. Esse projeto foi o início de autonomização da Bienal, que desencadeou não apenas a criação de uma mostra independente, organizada pela Fundação Bienal, mas uma sequência de eventos que mudaria o destino do MAM e de todo o seu acervo.

Num ato controverso, ao instituir a Fundação Bienal naquele mês de maio de 1962, Francisco Matarazzo extinguiu o MAM⁹³ e doou parte de sua coleção pessoal e o acervo do Museu – que havia sido em sua maior parte adquirido por meio dos prêmios das Bienais – para a Universidade de São Paulo e seu futuro museu de arte contemporânea, o MAC-USP.⁹⁴ O MAC passaria a dividir o terceiro pavimento do Palácio das Indústrias com a Bienal a partir de 1963, possivelmente na mesma área antes ocupada pelo MAM. Durante seus primeiros 15 anos (1963-1978), com Walter Zanini na direção, o MAC tornou-se um espaço artístico dinâmico e experimental dentro do parque, em contraposição à vizinha Bienal, cada vez mais oficial durante os anos de chumbo, sendo mesmo declarada de “Utilidade Pública Federal” pelo decreto publicado no *Diário Oficial da União* de 12/07/1965.⁹⁵

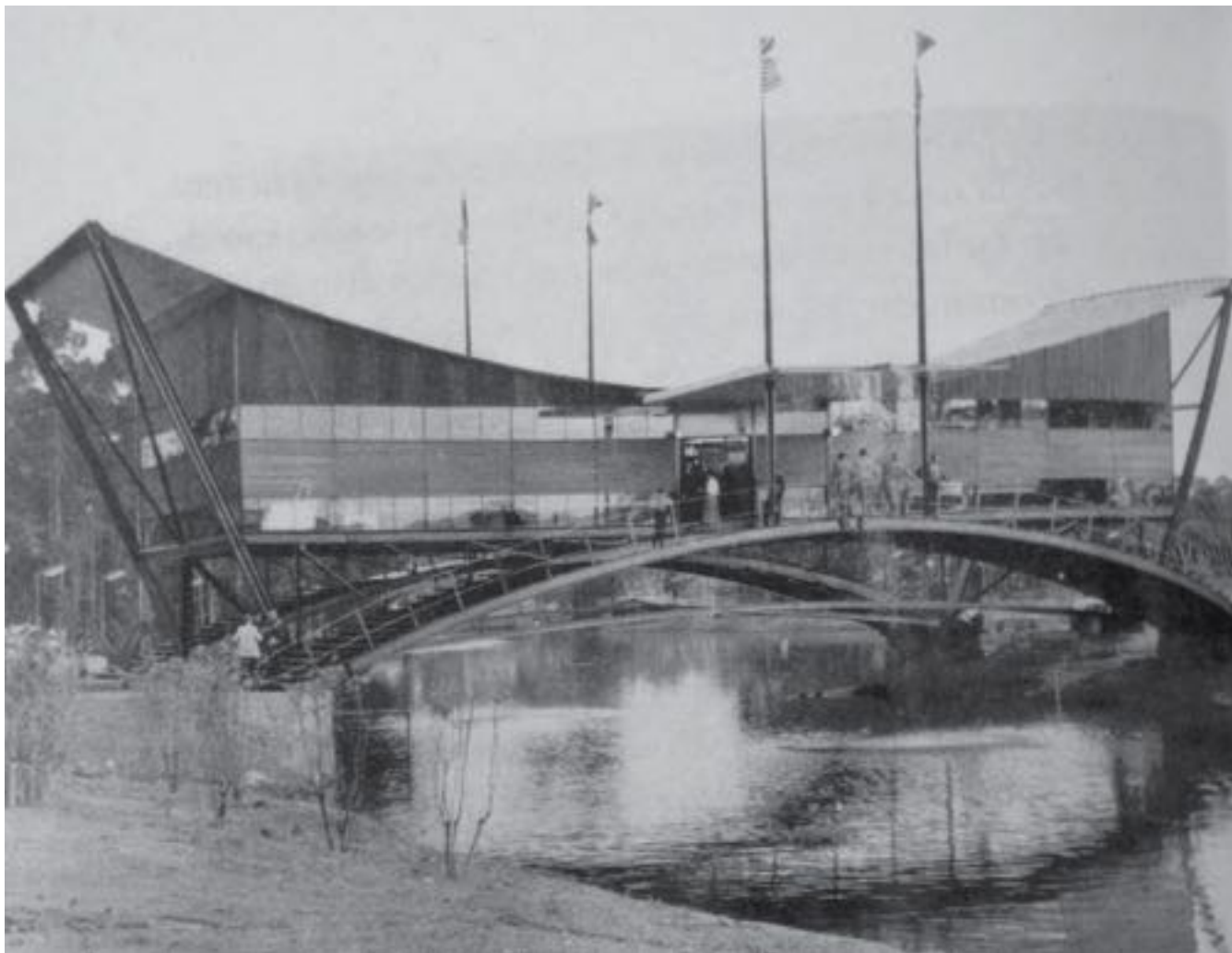
Pouco depois de instituída a Fundação Bienal, uma notícia no *Diário Popular* [CADA..., 04/06/1962] afirmava que alguma verba seria destinada pela prefeitura para a conservação do Ibirapuera. Só para o restauro da marquise eram necessá-

92 Inaugurada em 1º de outubro, a VI Bienal contou com a presença do presidente João Goulart, governador Carvalho Pinto, prefeito Prestes Maia, e ministros Ulisses Guimarães, Tancredo Neves e Franco Matoro.

93 De acordo com Rosa Artigas [BIENAL..., 2001, p.64], Ciccillo já preparava o caminho para esse divórcio entre o Museu e a Bienal desde 1959, quando os estatutos do museu foram reformados em assembleia que “alterava o quórum de votação para decisões importantes sobre o destino da instituição”. “A forma centralizadora de gerir o Museu e a vinculação do caixa da instituição com o bolso de seu presidente resultaram numa reforma dos estatutos do MAM, em 1959”.

94 Em 02/09/1962, *O Estado de S. Paulo* anunciava a doação do acervo de Ciccillo Matarazzo, até aquele momento guardado pelo MAM, à Universidade de São Paulo. A manchete no *Correio Paulistano* de 24/01/1963 sentenciava: “Morreu o Museu de Arte Moderna”.

95 Decreto de 18/06/1965 publicado no *Diário Oficial da União* de 12/07/1965, CGC nº 60.991.585/0001-80.



rios 12 milhões de cruzeiros. Também entraria em obras, para receber o Arquivo da Prefeitura, o Pavilhão Verde, edifício anexo ao antigo Palácio das Indústrias, o qual havia sido transformado definitivamente na sede da recém-criada Fundação Bienal.

Visto que o andamento de todas as urgentes e necessárias reformas no parque era lento, os pavilhões que seriam demolidos em 1963 começaram também a virar notícias. O “pavilhão-ponte” sobre o lago da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (Figura 24), projetado pelo arquiteto Sergio Bernardes e construído “para dar uma demonstração prática das possibilidades industriais do aço” [NIEMEYER et al., 1955], apesar do caráter provisório ainda permanecia no local quase uma década após os festejos. Já se encontrava bastante deteriorado e o mais adequado seria que o desmontassem, deixando apenas a ponte, que, entretanto, também precisaria de restauro “para cumprir a sua função como tal” [ABANDONADA..., 19/01/1963].

Após o golpe militar de 1964, as notícias sobre o parque minguaram nos periódicos e já não eram apresentadas tantas denúncias sobre seu estado de abandono e decadência. Mesmo a questão do uso dos pavilhões é também pouco mencionada nos meios de comunicação nesse período. Apenas as grandes feiras – que eram

Figura 24: Pavilhão ponte da CSN projetado por Sergio Bernardes para o IV Centenário de São Paulo (1954); imagem extraída de Cavalcanti, 2004, p.34

realizadas no enorme Pavilhão Internacional, também de caráter provisório mas remanescente no parque desde os festejos⁹⁶ – continuavam sendo noticiadas. É possível dizer que, desde 1958, além da ocupação cultural no Parque pela União Ibirapuera favorecida por Ciccillo Matarazzo enquanto presidente da Cepi, de certo modo também tomou forma a referida zona da “Feira de São Paulo” proposta depois do IV Centenário (Figura 18). Naquele ano, promovida pelo publicitário Alcântara Machado, acontecera a I Feira Nacional da Indústria Têxtil – Fenit, que passou a ocupar o Pavilhão Internacional. Durante toda a década de 1960 a Fenit e outras grandes feiras, como o Salão do Automóvel, foram realizadas ali, até sua transferência para o novo pavilhão de exposições do Parque Anhembi, inaugurado em novembro de 1970. É importante ressaltar que essa transferência tirou parte da centralidade urbana do Ibirapuera, que começara então a perder o vínculo com a função de grande centro de exposições e feiras, que tinha com exclusividade na capital paulista desde o IV Centenário.

Se as reportagens-denúncia passaram a escassear após 1964, falava-se ainda, embora em tom mais ameno, das maravilhosas exposições de orquídeas, da transferência do Museu dos Presépios para parte do Pavilhão das Nações com coleção ampliada incorporando 10 novos presépios, de exposições sobre arte nipônica no Pavilhão Japonês, das feiras como a Fenit ou o Salão de Automóveis, do Museu da Aeronáutica com suas “interessantíssimas atrações” [IBIRAPUERA..., 21/08/1966]. O *Diário de São Paulo* arriscaria, no dia do aniversário de 12 anos do parque, uma indireta para ser lida nas entrelinhas:

É no Ibirapuera, por enquanto, que fica a Prefeitura de São Paulo, de onde se administra mal ou bem, não interessa, a “cidade que mais cresce no mundo”. E quem reparar bem irá notar que o pavilhão ocupado pela Secretaria das Finanças é bem maior que aquele onde ficam o alcaide e todos os seus assessores mais diretos. Talvez dê a entender que a renda do município é grande sendo necessário um prédio daquelas dimensões. Na verdade, não nos arriscamos a responder positiva ou negativamente [IBIRAPUERA..., 21/08/1966].

No final de 1967, na administração Faria Lima, *O Estado de S. Paulo* voltaria com denúncias mais explícitas:

(...) o Ibirapuera representa hoje um ponto negativo na administração municipal, isto é, não passa de um logradouro vulgar, feio, sujo e responsável pelo mau cheiro que domina as imediações. Não estamos divulgando nenhuma novidade. De há muito o paulistano vem sentindo o descaso. Além disso, as imundícies

96 Esse pavilhão, que se localizava onde hoje é a Praça da Paz, foi desmontado em 1972.

transportadas permanentemente pelos córregos do Sapateiro e Caaguassú, que drenam esgotos da Vila Mariana e Vila Clementino, e que com eles abastecem os lagos, são focos permanentes de contaminação, reveladores de que o prefeito, que se vem notabilizando pela abertura de avenidas e de viadutos, não é capaz de resolver o problema que se refere à própria sede da Municipalidade, talvez pelo motivo de que não haja encontrado entre os projetos de Prestes Maia nenhum que dissesse respeito diretamente ao Ibirapuera [REMODELAÇÃO..., 22/10/1967].

De fato, o prefeito Prestes Maia pouco havia feito pelo Ibirapuera em sua gestão.⁹⁷ Vale lembrar que foi em seu mandato anterior, nas décadas de 1930 e 1940, quando traçou seu Plano de Avenidas, que o território do Ibirapuera foi pela primeira vez definido em um mapa. Foi também no período que vai do início dos anos 30 até meados da década de 1960 que São Paulo teve sua população multiplicada por seis, ao passo que sua área urbanizada quadruplicava. Não houve, entretanto, aumento proporcional em relação às áreas verdes, que, além de não receber atenção igual à dispensada ao sistema viário, não eram sequer incluídas nos planejamentos.

Há que destacar, contudo, que durante a gestão de Faria Lima, sucessor de Prestes Maia na segunda metade da década de 1960, algumas medidas importantes foram tomadas visando à preservação das áreas verdes em São Paulo, ainda que o novo prefeito seguisse os passos de seu antecessor, fazendo muito pelo sistema viário da cidade, mas muito pouco pela conservação do Ibirapuera. Foi no início da gestão de Faria Lima,⁹⁸ em 1966, que uma equipe de arquitetos externa ao quadro da prefeitura apresentou um plano para as áreas verdes da capital, como analisado por Bartalini [1999]. Em março de 1967 o prefeito formalizaria contrato entre a recém-criada Secretaria de Serviços Municipais e a equipe coordenada pelas arquitetas Miranda Magnoli e Rosa Kliass, ex-alunas do paisagista Roberto Cardozo na FAU-USP. Denominada Divisão PARQUE 1 e instalada num galpão especialmente construído no Parque Ibirapuera para abrigá-la, essa equipe desenvolveu inúmeros projetos e um grande levantamento da situação das áreas verdes municipais.

Em meio a essa produção estava a proposta de um sistema nuclear no planejamento de áreas verdes públicas para recreação, “composto por parques de vizinhança, de bairro, setoriais e metropolitanos, definidos pelos seus raios de atendimento e por seus equipamentos, de complexidade crescente” [BARTALINI 1999, p.171]. Tal plano, contudo, não chegou a ser implementado, pois “nem sempre a atividade de projeto era prestigiada pelo próprio prefeito que criou o Departamento

97 O engenheiro civil e arquiteto Francisco Prestes Maia foi duas vezes prefeito de São Paulo: de 08/04/1961 a 07/04/1965 e de 01/05/1938 a 10/11/1945.

98 O militar José Vicente Faria Lima foi prefeito de São Paulo de 08/04/1965 a 08/04/1969. Dentre as realizações de sua administração destaca-se a construção da Marginal Tietê, a Marginal Pinheiros, a Av. Sumaré, a Radial Leste, a Vinte e Três de Maio e a Rubem Berta. Durante sua gestão o serviço de bondes foi extinto (1967) e começaram as obras do metrô, em dezembro de 1968.

de Parques e Jardins”, cujos funcionários “chamava para instruí-los pessoalmente sobre o que pretendia em matéria de paisagismo para este ou aquele lugar” [p.173]. De qualquer forma, o impulso dado por tal equipe foi definidor para a implantação do Departamento de Parques e Jardins, dentro da Secretaria de Serviços Municipais, em janeiro de 1968. Ainda que uma organização administrativa para os assuntos de áreas verdes públicas já existisse na capital desde 1893, primeiramente denominada Inspetoria dos Jardins Públicos da Capital, durante os 75 anos que separaram a “Inspetoria” do “Departamento”,⁹⁹ ela nunca havia chegado de fato a ser um órgão propositivo, configurando-se sobretudo como uma divisão de prestação de serviços subordinada a diversas intendências e diretorias ao longo do tempo – como as de Obras, Polícia Administrativa e Higiene, Jardins, Cemitérios e Mercados ou ainda Obras e Serviços Municipais. Os serviços prestados nesse longo período envolviam basicamente a execução do plantio e manutenção da vegetação nas áreas públicas municipais, geralmente por uma equipe “composta basicamente por engenheiros-agrônomo e jardineiros” [BARTALINI, 1999, p.147]. Daí a importância da criação do Departamento de Parque e Jardins em 1968, quando

passou-se a contar com uma equipe pluridisciplinar, composta de arquitetos, engenheiros-agrônomo, civis, além de agrimensores, projetistas e orçamentistas, com a atribuição de programar a implantação e elaborar integralmente os projetos de paisagismo das áreas verdes municipais. Essa mudança foi parte de uma reforma mais ampla na organização da prefeitura desde a posse de Faria Lima, em 1965, que criou as Administrações Regionais, que levariam à pretendida, e tida como necessária, descentralização administrativa [BARTALINI 1999, p.147].

⁹⁹ Uma breve cronologia do departamento de áreas verdes da capital de acordo com a extensa pesquisa de Bartalini [1999]: Em 1893 já existia a Inspetoria dos Jardins Públicos da Capital. Em 1894, “todo o pessoal dos cemitérios, matadouros e jardins” ficou subordinado à Secretaria da Intendência Municipal. Já no fim de 1894 os assuntos de jardins públicos passaram a ser tratados na Intendência de Obras. Em 1896 foram remetidos à Intendência de Polícia e Higiene. A partir de outubro de 1900, a Administração dos Jardins Públicos e Arborização passou a estar vinculada à então criada Diretoria de Obras. Antonio Etzel ficou responsável pelos assuntos de parques e jardins municipais entre 1899 e 1930, quando passou o cargo para seu filho e auxiliar, Arthur Etzel. Em 1913, a Administração dos Jardins Públicos passou a fazer parte da Diretoria de Polícia Administrativa e Higiene. Em 1915 era subordinada à Diretoria-Geral, que tinha vínculo direto com o prefeito. Em 1930, a antiga Administração dos Jardins passou a ser denominada Diretoria de Jardins, Cemitérios e Mercados, subordinada à Diretoria-Geral da Higiene Municipal. Em 1931, mudou o nome para Diretoria dos Jardins e Cemitérios, vinculada à Diretoria de Obras e Viação. Em 1935 recebeu o nome de Subdivisão de Parques, Jardins e Cemitérios, da Divisão de Obras do Departamento de Obras e Serviços Municipais (que passou a ser ocupada pelo entomologista e jornalista Manuel Lopes de Oliveira Filho, Manequinho Lopes, até sua morte precoce, em 1938, quando Arthur Etzel foi reconduzido à chefia). Em 27/12/1945 criaram-se as secretarias municipais, entre as quais a de Obras e Serviços Municipais, que abrigava dentro de sua Divisão de Obras a Subdivisão de Parques Jardins e Cemitérios. Em 1947 outro decreto-lei criou novos departamentos dentro da secretaria que passou a se chamar apenas Obras. Dentro do Departamento de Serviços Municipais, da Secretaria de Obras, passou a funcionar a então Divisão de Parques, Jardins e Cemitérios, na qual foram criadas duas seções: a de Cemitérios e a de Parques, Jardins, Viveiros e Arborização. Em janeiro de 1968, foi criado o Departamento de Parques e Jardins, dentro da Secretaria de Serviços Municipais.

Muito embora houvesse promovido todas essas mudanças na organização administrativa em relação à preservação das áreas verdes na cidade com a criação do Departamento de Parques e Jardins,¹⁰⁰ constata-se que “foram as ‘minipraças’ em sobras de operações no sistema viário” [BARTALINI, 1999, p.252] o que mais havia sido feito na gestão Faria Lima. O prefeito também concluiria o Plano de Avenidas de Prestes Maia, colocado em prática por Fábio Prado em 1934, inaugurando as obras que tiraram do Ibirapuera área considerável, perdida não mais para novas instituições e edifícios, mas para as avenidas e viadutos que se tornaram marca da cidade durante os anos da ditadura militar.

PARQUES E PARKWAYS

O título Brasília Paulistana para este capítulo não foi escolhido apenas pelo fato de que enquanto o Ibirapuera se consolidava como o lócus de poder em São Paulo, Brasília era inaugurada em 1960. Tampouco pela arquitetura moderna da nova capital do país, obra do mesmo arquiteto responsável pelo conjunto do Ibirapuera, Oscar Niemeyer. A semelhança com Brasília, para além da arquitetura e da concentração dos órgãos de poder, se dá sobretudo por outro fator: o divórcio que a cidade, por meio do Plano de Lúcio Costa, estabeleceu com as formas tradicionais de vida urbana, negando esquinas e a mistura tradicional entre comércio e habitação, priorizando grandes avenidas e a “cidade para automóveis”. Paulo Garcez Marins [1998, p.211] trata do tema de modo certo:

Massificada entre iguais, Brasília podia assim prosseguir como uma transformação viável e irônica da sociedade brasileira. Calçadas sem movimento, sem botequins, prédios suspensos por pilotis, amplos gramados, massas arbóreas que intimizavam as superquadras de moradores semelhantes, sem misérias, sem casas velhas, sem morros, sem várzea, sem mangue. As cidades-satélites, que envolveriam a nova capital nas décadas seguintes, permaneceram todavia, como lembrança de que nem a ilusão de remover as elites, em lugar de favelas e mocambos, poderia forjar uma separação de espaços que apagasse a realidade brasileira.

Esse divórcio entre o espaço da modernidade e as práticas urbanas tradicionais elevado à sua máxima potência em Brasília ocorreu de forma correlata no Ibirapuera, visto que, com o paulatino afastamento que sofreu de seu entorno – por meio do desmembramento de suas bordas, da primazia concedida ao automóvel e da abertu-

100 Que manteria sua estrutura até 1976, quando de duas divisões passaria a ter quatro, e depois até 1993, quando foi criada por lei a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.

ra de *parkways* ao estilo norte-americano das décadas de 1940 e 1950¹⁰¹ – emergiram espaços residuais e mal aproveitados – como as tais “sobras de operações no sistema viário”, uma vez definido por Jane Jacobs [1961, p.257] como “a maldição das fronteiras vazias”. Em seu célebre *Vida e morte nas grandes cidades norte-americanas*¹⁰² Jacobs sinalizava, já em 1961, o drama dos limites dos parques nas cidades norte-americanas, sugerindo que aqueles deveriam servir mais como uma “costura” do que uma “barreira”. Ela denomina “lado do parque” e “lado da cidade” para distinguir, no espaço de interseção, esse lugar em que muitas vezes se formam vazios que acabam recebendo usos comerciais “intencionalmente para evidenciar e intensificar a interação de usos (e a vigilância) de um lado e de outro”. Segundo a autora seria possível, e desejável, não apenas que a cidade permanecesse como cidade e o parque como parque, mas também que esse espaço de interseção pudesse ser usado como uma espécie de “parceria” entre ambos. Jacobs exemplifica com a ideia de uma pista de patinação na esquina do parque, e do outro lado da rua um café, em que os patinadores pudessem se refrescar ou de onde pudessem simplesmente ser vistos. Dessa forma, tanto o café quanto a pista poderiam funcionar também durante a noite [p.267]. No entanto, em direção oposta a essa noção de “costura”, em que as fronteiras significariam espaços de troca e não de ruptura, o Ibirapuera se encontrava, já na virada dos anos 60 para os 70, completamente “retalhado” pelas avenidas e pelas mais diversas instituições de poder e seus interesses restritivos, cada vez mais exclusivos e inacessíveis, o que impossibilitava esses pontos de conexão.

Nesse mesmo período, enquanto em Nova York começava-se a questionar o modelo urbano da chamada Era Moses – com Jacobs assumindo papel central nessa contestação diante da proposta de *parkways* e viadutos cruzarem o tecido urbano de Manhattan –, São Paulo via, durante as gestões de Prestes Maia e de Faria Lima, intensificar-se a abertura das grandes avenidas expressas para carros. Vale

101 Como contextualizou Ana Rita Sá Carneiro [2010, p.37]: “Foi depois da I Guerra Mundial, no entanto, com o desenvolvimento da indústria automobilística nos Estados Unidos e a subsequente expansão da estrutura viária, que despontaram novas ideias, relacionando o sistema viário e os parques. Uma delas foi a dos *parkways*, que funcionavam como elemento estruturador: ruas largas com vegetação arbustiva e árvores de pequeno porte, que ligavam as diferentes zonas de atividade e favoreciam assim o uso dos parques, até então pensados como ilhas ou oásis num deserto de edifícios. Por outro lado, a necessidade crescente de mobilidade levantou a hipótese de que o *parkway* fosse antes uma solução para problemas de tráfego que um meio de fortalecer o papel vital do parque no organismo urbano, até mesmo porque a poluição sonora e a poluição do ar, causadas pelo trânsito, desestimulariam o uso contemplativo”.

102 Marshall Berman [1986, p.164] sintetiza os argumentos de Jane Jacobs em seu “profético” *Morte e vida das grandes cidades norte-americanas*, de 1961: “O primeiro, brilhante, argumento de Jacobs é que os espaços urbanos criados pelo modernismo eram fisicamente limpos e ordenados, mas social e espiritualmente mortos; o segundo, que foram tão só os vestígios da congestão, do barulho e da dissonância geral do século XIX que mantiveram viva a vida urbana contemporânea; o terceiro, que o velho “caos” urbano na verdade constituía uma ordem humana maravilhosamente rica e complexa, de que os modernistas não se deram conta apenas porque seus paradigmas de ordem eram mecânicos, redutivos e frívolos; por fim, que tudo o que se passa por modernismo, em 1960, pode logo se tornar evanescente e obsoleto.”

lembrar que Robert Moses,¹⁰³ o urbanista nova-yorkino responsável pela estruturação de *parkways* como conectores metropolitanos, esteve com sua equipe de urbanistas em São Paulo às vésperas da construção do Ibirapuera, durante a curta administração de Lineu Prestes. Sua vinda foi financiada pela International Basic Economy Corporation – Ibec, a instituição fundada por Nelson Rockefeller em 1947 para dar apoio aos países em desenvolvimento, e certamente, constituir parcerias lucrativas para a indústria norte-americana e para os interesses culturais do país.¹⁰⁴ Data de 1950 o Programa de Melhoramentos Públicos para a Cidade de São Paulo, coordenado por Moses, que foi um dos resultados importantes da ação do Ibec na cidade. De acordo com a pesquisa de Ana Barone [2007, p.136],

o relatório de Moses discutiria, entre outros temas, os parques públicos da metrópole, de forma sistêmica e articulada, menos por qualquer tipo de filiação teórica que por uma questão pragmática: o acesso aos grandes equipamentos de lazer era uma premissa importante para o seu sucesso. Moses entendia que o acesso aos diferentes setores da metrópole deveria ser feito por meio de grandes avenidas, favorecendo a circulação de automóveis particulares.¹⁰⁵

Marshal Berman [1986 p.285] criticava Moses, argumentando que os parques públicos eram apenas pretextos para a construção de novos sistemas de rodovias, “algo que aos seus olhos valiam muito mais que os parques”, assinalando que, se “o signo distintivo do urbanismo oitocentista foi o bulevar, uma maneira de reunir explosivas forças materiais e humanas; o traço marcante do urbanismo do século xx tem sido a rodovia, uma forma de manter separadas essas mesmas forças” [p.159].

103 “Robert Moses (1888-1981), doutor em ciências políticas é considerado o mais poderoso político no campo das obras públicas da cidade de Nova York durante as décadas de 1930 a 1960. Foi um dos autores do Plano Regional de Nova York e Presidente do Conselho de Parques daquela cidade. Sob sua influência, foram construídas pontes, viadutos, túneis, vias expressas e estradas, favorecendo sempre o automóvel particular sobre o transporte público coletivo. Foi o proponente também de um amplo sistema de parques e grandes áreas de lazer para Nova York, em escala metropolitana. Demoliu bairros inteiros para dar origem a novos projetos urbanos, substituindo edifícios tradicionais baixos por torres altas, multiplicando o valor do solo urbano” [BARONE, 2007, p.135].

104 Inclui-se nesse contexto a parceria com Ciccillo Matarazzo para a fundação do Museu de Arte Moderna de São Paulo (1948), aos moldes do congênere nova-yorkino, administrado na época por Rockefeller. Como elaborado por Raul Lores [2017, p.12]: “Dentro da ofensiva propagandística norte-americana para conquistar aliados na vizinhança e evitar a expansão nazifascista nas Américas, o Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA) havia organizado em 1943 uma grande retrospectiva sobre a arquitetura brasileira, intitulada Brazil Builds [O Brasil constrói]. O presidente do museu, Nelson Rockefeller, também era o coordenador de assuntos interamericanos do presidente Franklin D. Roosevelt, responsável pela “política da boa vizinhança” para a América Latina. Rockefeller se tornaria fã da arquitetura brasileira – décadas depois, como governador do estado de Nova York, encomendou um novo centro administrativo para a capital, Albany, inspirado em Brasília”.

105 Barone [2007, p.141-142], no entanto, conclui que a concepção do Parque Ibirapuera não foi influenciada pelo relatório de Moses, e que os arquitetos provavelmente nem tomaram conhecimento do plano. Deixa aberta, porém, a possibilidade de que “as proposições sobre os espaços livres contidas no documento permitiriam atribuir novas funções para os parques municipais em São Paulo, incluindo um novo programa de cultura e lazer para o parque Ibirapuera”.

Segundo Berman [p.283], “Moses utilizou o desenho físico como um biombo social, afastando todos os que não possuíam rodas próprias”.¹⁰⁶

Conhecido por sua capacidade construtora e reformadora, Moses foi responsável pela implementação de novas estruturas urbanas (de aeroportos a pontes, viadutos, estradas, incluindo uma praia – Jones Beach) na cidade e no estado de Nova York, e também de uma diversidade de equipamentos de lazer nos parques da cidade. As intervenções de Moses no Central Park, por exemplo, ficaram famosas por alterar características fundamentais do projeto original de Olmsted e Vaux, transformando jardins em vitrinas e *playgrounds* em estacionamentos para restaurantes de luxo.¹⁰⁷ Outras, como a construção da pista de patinação Wollman Rink, com verba doada pela milionária Kate Wollman, causavam entusiasmo na população na mesma medida em que criavam uma série de problemas de circulação no parque, destruindo algumas de suas vistas “mais cuidadosamente concebidas” [ROGERS, 1987].

Como também definiu Marshall Berman, Robert Moses foi “o maior criador de formas simbólicas de Nova York do século xx”. Foi ele o responsável por erguer, entre 1936 e 1939,¹⁰⁸ do nada, um parque, o Flushing Meadows Park. Erguido numa área conectada às *parkways* que ligavam Manhattan ao JFK, o parque foi concebido para sediar a “imensa celebração da indústria e da tecnologia modernas”: a Feira Mundial de Nova York de 1939-1940, abrigo posteriormente a de 1964-1965. Situado no bairro do Queens, com área que rivalizava em escala à do Central Park, é inegável que essa emblemática realização de Moses seja uma experiência prévia correlata à do Parque Ibirapuera. Essa informação é corroborada por Liliana Mendes [set. 1994-out. 1995] em sua pesquisa sobre Ciccillo Matarazzo, ao relatar que

106 Moses, assim como Haussmann, tem sido reavaliado em pesquisas recentes. O livro *Robert Moses and the modern city: the transformation of New York*, coordenado pela historiadora da arquitetura Hilary Ballon e pelo historiador Kenneth Jackson – fruto da grande exposição Robert Moses and the Modern City organizada por Ballon em 2007 em diversas instituições de Nova York –, repensa o legado de Moses. Ao contrário de Marshall Berman e, principalmente, de Robert Caro – que publicou a épica biografia de Moses *The power broker*, em 1974, retratando-o como um “malvado” que se assegurara no poder por sua capacidade de impor e realizar grandes obras urbanas (como pontes, túneis e *parkways*), sem se importar como suas intervenções afetariam a população que vivia no local por onde passariam –, a reavaliação vem no sentido de identificá-lo como um homem de seu tempo, necessário por pensar a cidade como um todo, de modo a compreender a circulação e a permanência nas metrópoles de meados do século XX. Sua visão de renovação urbana passa a ser entendida como não muito diferente das visões oficiais de outros lugares e às vezes mais imaginativas, fazendo com que ele conseguisse em Nova York um balanço entre carros e transportes públicos mais favorável do que em outras cidades americanas. Até mesmo sua motivação racista e de exclusão apontada por Berman e ressaltada por Caro são minimizadas: a economia que era feita em bairros de pessoas pretas passa a ser relativizada por seu compromisso na realização de grandes obras públicas.

107 Em 1956, a tentativa de Moses de expandir o estacionamento do luxuoso restaurante Tavern on the green, no Central Park – que havia sido implementado na renovação do parque proposta pelo próprio em 1934 –, levou uma multidão ao protesto.

108 Ainda que a construção começasse em 16/06/1936, Moses já havia concebido a ideia de construir um grande parque em Flushing Meadows nos anos 20, mesma década em que o prefeito Pires do Rio concebera o Ibirapuera (1926), embora os terrenos da várzea do Ibirapuera já tivessem sido incorporados ao patrimônio municipal em 1916.

Para financiar a construção do conjunto do Parque do Ibirapuera, a Comissão [do IV Centenário] lançou apólices no valor total de trinta milhões de cruzeiros, importância que era superior à levantada pela cidade de Nova York por ocasião de sua Feira Internacional de 1939. Ciccillo mencionava essa Feira como uma referência, dizendo que pretendia obter resultados muito melhores, mas como a exposição de Nova York tinha acontecido no início da II Guerra Mundial, ela foi encerrada com grande *deficit*, tendo rendido somente 38% sobre o investimento original.¹⁰⁹

Como assinala Rodrigo Queiroz [2007, p.423], “o próprio projeto para o Pavilhão do Brasil na Feira Internacional de Nova York de 1939”, concebido por Niemeyer e Lucio Costa, “contém informações sobre a solução do prisma retangular suspenso que posteriormente assume escala monumental nos palácios do Conjunto arquitetônico do Parque Ibirapuera em São Paulo”. As semelhanças também podem ser observadas nos Palácios das Nações e dos Estados, que “possuem uma de suas faces totalmente coberta por profundos elementos vazados que cumprem a função de brise”, como “uma volumetria oca que se sobrepõe à superfície transparente da fachada”, cujo “reticulado que protege a face do edifício possui um desenho irregular, alternado, próximo daquele presente na superfície vazada do Pavilhão do Brasil na Feira Internacional de Nova York” [p.261].

Um quadro comparativo (Figura 25) de imagens dos dois parques dispostas lado a lado – Flushing Meadows à esquerda e Ibirapuera à direita – revela diversas semelhanças entre os dois, desde quando eram grandes vazios.

Ambos são criações erigidas a partir de um ambiente marginalizado e foram implementados para sediar feiras internacionais com programação repleta de eventos científicos e culturais, motivadas sobretudo por interesses da indústria e do comércio. Em sua concepção,¹¹⁰ um e outro estavam imbuídos da missão de alavancar e acelerar a economia de suas cidades e reposicioná-las no cenário internacional,¹¹¹ “simbolizando a aventura e o progresso humanos, a fé no futuro, os ideais heroicos” – como Berman [1986 p.276] se referiu ao Flushing Meadows, mas que também se aplica ao Ibirapuera.

109 Como elabora Ana Magalhães [2015] sobre a pesquisa de Liliana Mendes: “Podemos dizer que em torno da figura de Ciccillo, um primeiro trabalho de pesquisa sistemática havia sido iniciado em 1994, no momento em que Nelson Aguilar – à frente da curadoria da Bienal de São Paulo – promoveu a recuperação do arquivo da Fundação Bienal e designou um pesquisador para elaborar uma série de entrevistas e recolher a documentação disponível ali. A ideia era, de fato, constituir uma nova biografia crítica de Ciccillo Matarazzo. O material reunido pela pesquisadora Liliana Mendes resultou em dois volumes datilografados que esboçavam o projeto da biografia: o primeiro em que ela procurou organizá-la a partir das frentes de atuação de Ciccillo em capítulos temáticos; e o segundo com as entrevistas transcritas. O fundamental no trabalho de Liliana Mendes é justamente o cotejamento entre a documentação encontrada na Fundação Bienal de São Paulo e o que emerge das entrevistas com os contemporâneos de Ciccillo”.

110 Os dois parques foram construídos a toque de caixa e com pretexto histórico: 150 anos da posse do presidente George Washington (Flushing Meadows) e 400 anos de São Paulo (Ibirapuera).

111 O Flushing Meadows foi erguido em plena Grande Depressão, pouco antes de os Estados Unidos aderirem à Segunda Guerra Mundial.



Figura 25: Imagens comparativas: as do Flushing Meadows Park na Feira Mundial de Nova York (à esquerda), extraídas do site <http://www.nycgovparks.org/highlights/fmcp-worlds-fairs>; as do Parque Ibirapuera (à direita), de cima para baixo, pertencem aos acervos do Arquivo Municipal Washington Luiz, Museu Paulista, Casa Guilherme de Almeida, *Manchete*, *Habitat*, Casa Guilherme de Almeida

Após os eventos festivos, os dois parques foram entregues à população como área de lazer, embora acabassem por ter seus edifícios apropriados por instituições de poder.¹¹² Por fim, e mais importante nesse contexto, ambos foram implementados como parte de um projeto muito mais amplo, e lucrativo, de estruturação viária da cidade. Como pontuam Hilary Ballon e Kenneth Jackson [2007, p.198], Robert Moses “agarrou-se à Feira Mundial como o veículo para financiar a infraestrutura de seu novo parque, incluindo o permanente New York City Building [que abrigou a sede da ONU entre 1946 e 1950 e foi convertido no Queens Museum em 1972], e para avançar em novos projetos”.

O Flushing Meadows já nasceu entrecortado pelas três *expressways* e *parkways* que cruzam o bairro do Queens (Van Wyck, Long Island e Grand Central). No caso do Ibirapuera as intervenções no sistema viário se concretizariam na década seguinte à inauguração, com os prefeitos Prestes Maia, na primeira metade dos anos 60, e Faria Lima,¹¹³ na segunda, assim como alguns de seus sucessores na década de 1970.

Em janeiro de 1969, quando São Paulo completava 415 anos, a abertura do corredor Norte-Sul inaugurou a Av. 23 de Maio que, ao passar diante do parque, recebe o nome de Av. Pedro Álvares Cabral e depois, em sua continuação até o aeroporto de Congonhas, de Av. Rubem Berta. A grande avenida garantia a rápida circulação de automóveis – e também sua chegada ao Ibirapuera – ao mesmo tempo em que delimitava com precisão a ruptura entre o parque e parte dos bairros lindeiros.

A barreira viária criada pelo eixo da 23 de Maio não apenas desintegrou o parque e seu entorno leste, mas também segregou parte da obra de Niemeyer: o antigo Palácio da Agricultura, ocupado pelo Detran e já bastante desfigurado, que ficou isolado do outro lado da Av. Pedro Álvares Cabral e ligado ao parque apenas por uma passarela de pedestres, sobre o que hoje já são 18 pistas de rolamento. Outra enorme área verde, de aproximadamente 80.000m², que abriga o Monumento-Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932, conhecido como Obelisco, foi ilhada por pistas expressas que se conectam à 23 de Maio. A construção do complexo de avenidas seguramente deu ao Ibirapuera uma visibilidade urbana que ele não tinha antes, sendo visto de longe, com o Obelisco centralizado na nova avenida que vinha do Centro da cidade (Figura 26).

Com as suas *parkways* claramente inspiradas nas nova-yorkinas,¹¹⁴ o Ibirapuera era definitivamente o lugar da modernidade do século xx e rendia homenagem a um de

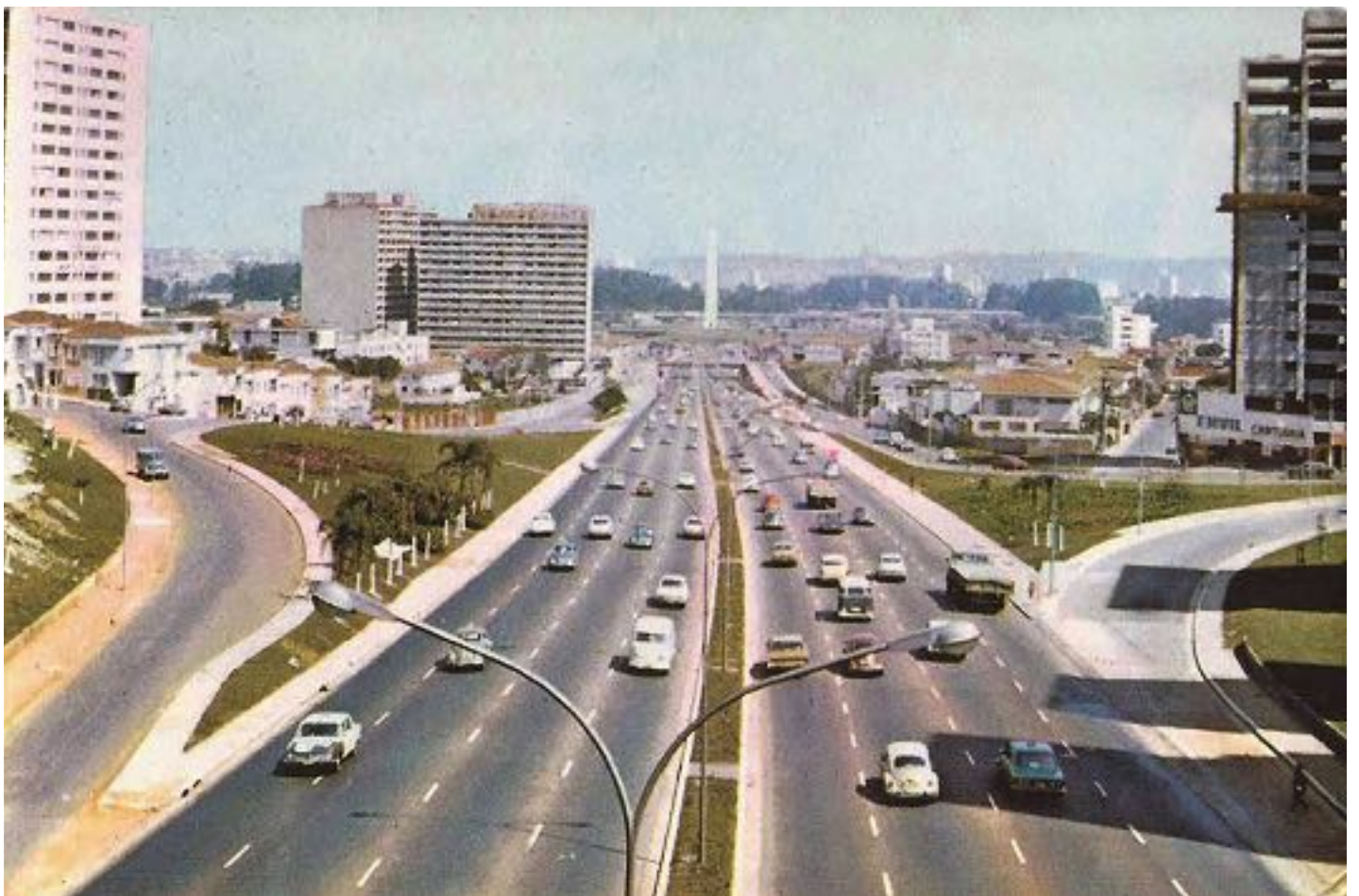
112 No caso norte-americano algumas edificações do parque sediaram temporariamente o quartel-general da ONU enquanto era construído seu edifício em Manhattan, com projeto de Oscar Niemeyer e Le Corbusier, finalizado em 1951.

113 A gestão do engenheiro militar José Vicente Faria Lima (janeiro de 1965 a 1969) ficou marcada por grandes obras viárias, como o alargamento e duplicação de algumas avenidas (Consolação, Rebouças, Sumaré, Pacaembu...) e abertura de outras, grandes, como 23 de Maio, Rubem Berta, Radial Leste e Radial Oeste; com sua morte, cinco meses após o fim do mandato, esta última foi renomeada em sua homenagem: Av. Brigadeiro Faria Lima.

114 Por certo, há muita semelhança entre o eixo viário da Rubem Berta e as *expressways* do Queens, vide os paredões de pedra aparelhada na esquina da Av. Indianópolis, no caminho do aeroporto de Congonhas, que possuem acabamento similar ao das avenidas que também levam aos aeroportos de Nova York (La Guardia e JFK).

Figura 26:

Acima, no centro da imagem, o edifício do Detran (antigo Palácio da Agricultura) separado do parque pela grande avenida; abaixo, Av. 23 de Maio com o Obelisco e o Parque Ibirapuera ao fundo, década de 1970; fotos coleção J.C. Daltozo, extraídas da revista *Villa Marianna*, disponível em <http://revistavilla.marianna.com.br/edicao-53/ibirapuera-o-pulmao-verde-de-sao-paulo/>; acessado em 18/09/2017



seus maiores símbolos, o automóvel – não apenas com as avenidas, mas também com a presença do próprio Detran. Além disso, centralizava o poder do Estado em todas as suas esferas: o Executivo municipal, o Legislativo estadual e o militar federal. A “Brasília paulistana” firmava-se, e o parque se transformava numa cidade administrativa com estacionamento para seus funcionários, cujas repartições se apropriavam de seus pavilhões e entorno na mesma medida em que relegavam sua função como espaço público para a população. Acentuava-se o dissenso entre cidade e parque, e, simultaneamente, o território do Ibirapuera consolidava-se não apenas como locus de poder, mas também como palco para realizações políticas e de grandes obras viárias.

Recorremos a uma imagem aérea de 1958 (Figura 27) que mostra como o parque e seu entorno configuravam-se naquela época, uma década antes das intervenções viárias, ainda com limites bastante tênues. A essa imagem sobrepusemos, em verde-claro, o limite da área do parque atual e, em verde-escuro, todo o território segregado pelo corredor viário, marcado em amarelo.

A imagem surpreende pela visível redução de potencial área verde que poderia ser incorporada ao parque e revela o loteamento do grande espaço anteriormente destinado aos Jardins (Figura 18). Nota-se a existência de um lago que criava com o outro lago do parque um lugar privilegiado para o primeiro símbolo idealizado para a região ainda na década de 1920, o Monumento às Bandeiras, de Vitor Brecheret. Esse lago seria aterrado, para que em seu lugar fosse construído o edifício da Assembleia Legislativa, inaugurado no aniversário da cidade em 25/01/1968, resultado do concurso de 1961.

Impressiona, sobretudo, a enorme área ‘potencialmente pública’ e ‘potencialmente verde’ (mancha em verde-escuro) que se perdeu com o desmembramento sucessivo dos terrenos do entorno, amplamente facilitado pelo conjunto de avenidas. Dado o crescimento exponencial da população e, conseqüentemente, do número de automóveis nas ruas, essas avenidas tornaram-se, ao longo do tempo, verdadeiros obstáculos ao deslocamento e circulação de pedestres, segregando cada vez mais seus lotes cercados. Seguindo a tradição das *parkways* norte-americanas, o complexo de avenidas do Ibirapuera veio, portanto, firmar o privilégio para a circulação de automóveis,¹¹⁵ que passara a orientar o (des)planejamento urbano em São Paulo desde a década de 1930, com o Plano de Avenidas de Prestes Maia.

De acordo com Teresa Caldeira [2000, p.218], o Plano de Avenidas (que Faria Lima dava continuidade em plena década de 1960) havia promovido não apenas um grande estímulo à especulação imobiliária e à construção civil – com a grande demolição

115 Como é sabido, a cultura do automóvel é predominante no padrão de urbanização que se desenvolve em São Paulo, e no Brasil, desde os anos 40. No país, como sintetizou Teresa Caldeira [2000, p.218], “o sistema de transporte baseia-se no uso de ônibus para as classes trabalhadoras e automóveis para as classes média e alta”. Embora 70% das viagens diárias em São Paulo sejam feitas de metrô, a pé, ônibus, trem, bicicleta ou táxi, são os 30% que circulam em automóveis particulares que compõem a minoria sempre favorecida no planejamento viário da cidade, no qual se perpetua uma política perversa de privilégio individual.

e remodelação do Centro da cidade e abertura de uma série de avenidas partindo dali em direção aos subúrbios, para onde eram “empurrados”¹¹⁶ os trabalhadores que já não podiam arcar com os altos aluguéis do Centro – como também optou “por investir nas ruas em vez de expandir o serviço de bondes”. De acordo com a autora, o transporte coletivo com base no sistema de bondes requeria instalações caras e, portanto, se expandia lentamente,¹¹⁷ cobrindo apenas uma pequena área. Configurava-se, portanto, numa das principais causas da concentração da cidade, pois “era difícil desalojar os moradores pobres do Centro da cidade, onde trabalhavam”. O novo sistema de ônibus, associado à progressiva abertura de novas avenidas, possibilitou a expansão da cidade em direção à periferia, produzindo um novo padrão de urbanização. Nesse novo padrão disperso, definido como “Centro-periferia”, as classes sociais viveriam longe uma das outras – “classes média e alta nos bairros centrais, legalizados e bem-equipados, os pobres na periferia, precária e quase sempre ilegal” – o que provocaria uma segregação urbana, tanto social quanto espacial – o tal biombo a que se referia Marshall Berman. “Distância, crescimento, econômico e repressão política” permitiriam ainda, uma “peculiar desatenção de um em relação ao outro”. Esse padrão ainda evoluiria para o que a autora denomina “enclaves fortificados”, em que “os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns”.

Como conclui Caldeira [2000, p.212], em cidades fragmentadas por enclaves fortificados, como é o caso de São Paulo e, particularmente, do que se foi tornando o entorno do Parque Ibirapuera, “é difícil manter os princípios de acessibilidade e livre circulação, que estão entre os valores mais importantes das cidades modernas”. Nessa segregação, “o caráter do espaço público muda, assim como a participação dos cidadãos na vida pública”, uma vez que “serve de base a um novo tipo de esfera pública que acentua as diferenças de classe e as estratégias de separação”.

Pois fora nesse final dos anos 60 que tais estratégias de separação começaram então a se espalhar pela cidade, exatamente nessa transição de décadas que

116 Ermínia Maricato [2013, p.31] utiliza o mesmo termo quando afirma: “Distribuição de renda é importante, mas não garante a “distribuição de cidade”, ou seja, o direito à cidade. O que está em jogo é a apropriação das rendas de localização e os pobres, quando próximos, deprimem o valor dos imóveis por isso são “empurrados”, em grande parte, para fora das áreas urbanizadas consolidadas. O que está em jogo é quem manda nas cidades”.

117 Ônibus já circulavam na cidade desde 1924, mas em 1948 os deslocamentos por bonde ainda eram majoritários, respondendo por 52,2% do total de viagens de transporte público, enquanto os ônibus representavam 43,6%. Em 1966, dois anos antes da última viagem de bonde, realizada em 1968, esse número já havia mudado totalmente: as viagens em ônibus subiram para 91,2%, enquanto as de bonde representavam apenas 2,4% do total. Uma ressalva importante que a autora faz é que “o principal agente da expansão dos serviços de ônibus não foi o governo, mas empresários particulares, a maioria dos quais também eram especuladores imobiliários” – o que, obviamente, fez com que esse sistema de transporte se alinhasse aos interesses imobiliários, permanecendo “irregular e aleatório” [CALDEIRA, 2000, p.220].



Figura 27: Vista satélite do Parque Ibirapuera em 1958 extraída do site Geoportal; a mancha em verde-claro inserida sobre a imagem indica o limite da área atual, tombada em 1992 pelo Condephaat; em verde-escuro, o território segregado pelo corredor viário, uma imensa área verde que representa quase outro parque Ibirapuera em áreas estaduais, entre outras particulares, possíveis de ser incorporadas ao parque e/ou ter uso público



Figura 28: Vista satélite do Parque Ibirapuera em 2017 extraída do site Google; observa-se entre os espaços segregados em verde-escuro da imagem anterior: área ocupada pelo Exército, Assembleia Legislativa, Clube Círculo Militar, Instituto Biológico, Instituto Dante Pazzanese, Instituto de Engenharia, Centro Acadêmico XI de Agosto, Conjunto Desportivo do Ibirapuera, Área da Sabesp; nesse espaço também se encontram algumas áreas já públicas, como a do Modelódromo, municipal, e a do Conjunto Desportivo Ibirapuera, estadual

Sharon Zukin [1995, p.39] em quem se apoia Caldeira, define como “um divisor de águas na institucionalização dos medos urbanos” nos EUA. Como define Zigmunt Bauman [2001, p.111], seguindo Zukin, “quando os eleitores e as elites poderiam ter enfrentado a escolha de apoiar a política governamental para eliminar a pobreza, administrar a competição étnica e integrar a todos em instituições públicas comuns”, escolheram, antes, “comprar proteção, estimulando o crescimento da indústria da segurança privada”. Ambos os autores defendem que a instauração da “política do medo cotidiano” acabou por afastar as pessoas dos espaços públicos e conseqüentemente do compartilhamento da vida pública. A resposta dada pelos governantes, seria, além do endurecimento contra o crime e a construção de mais prisões, a “privatização e militarização do espaço público – fazendo das ruas, parques e mesmo lojas lugares mais seguros, mas menos livres...”.

As questões do trânsito, da segurança e da preservação do parque seguiriam sendo centrais na trajetória do Ibirapuera, mas podemos identificar nessa virada da década de 1960 para a seguinte um momento crucial a partir do qual as escolhas tomadas não apenas agravariam, mas abririam brechas e influenciariam por muito tempo a sua história, e a história da própria cidade, como veremos adiante.

Figura 29:
Construção da
passarela Ciccillo
Matarazzo,
1968-1970;
fotos: Ivo Justino,
acervo
fotográfico do
Museu da Cidade
de São Paulo





Figura 30: Vista aérea do parque em 1970, foto: Ivo Justino, acervo fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo; notam-se a ausência de gradis, a presença das três "calotas" diante do Pavilhão da Bienal, construídas para o Congresso Átomos em Ação durante a x Bienal (1969); no mesmo alinhamento, à esquerda, parte da fachada do chamado Pavilhão Verde, anexo à Bienal, que serviu de arquivo da prefeitura; o estacionamento no canto inferior da imagem permanece até hoje, e mesmo após a saída do Detran em 2009 continuam sendo realizados no local exames práticos para obtenção de carteiras de motoristas e motociclistas; conhecido como "Autorama", virou um famoso local de encontro gay noturno



Figura 31: Vista aérea da Av. Brasil, com o Monumento às Bandeiras em primeiro plano e a Assembleia Legislativa ainda sem as grades que a separariam definitivamente do Parque Ibirapuera; autor não identificado

ENTRE O DESLEIXO E A INSEGURANÇA

Em meio à inauguração das avenidas, outras formas de segregação e apropriação do espaço continuavam operantes no recinto do parque e arredores, ao mesmo tempo em que aumentava a insegurança e, na direção oposta, acentuavam-se os esforços no sentido de preservar as áreas verdes da cidade.

Nas comemorações de 09/07/1968, o governador Abreu Sodré inaugurava o Conjunto Esportivo do Ibirapuera, com a presença do prefeito Faria Lima e de comandantes, brigadeiros e generais. Segundo noticiou *O Estado de S. Paulo*, inaugurava-se o conjunto aquático, composto de duas piscinas – uma de saltos e outra olímpica – e arquibancada para dez mil pessoas, enquanto o velódromo e as pistas de atletismo estavam em fase final de construção. Seguindo a tradição da grandiosidade desejada pelas autoridades para essa região da cidade, “o novo conjunto, e mais o Ginásio do Ibirapuera, que já existia desde 1957, formam a principal praça de esportes da América Latina” [INAUGURADO..., 10/07/1968], exaltava o jornal.

No recinto do parque também ocorriam mudanças estruturais, mais precisamente sob a marquise. Após a cisão com a Fundação Bienal em 1962, sua extinção em 1963 e posterior reconstituição em 1968, o Museu de Arte Moderna retornava ao parque ocupando um espaço que a Bienal usava como depósito e também como anexo para exposições desde 1959, quando abrigou a Exposição Bahia, de Lina Bo Bardi, paralela à v Bienal (Figura 32); ou na bienal seguinte (1961), quando foi ocupado pela exposição de arquitetura que também fazia parte da mostra (Figura 33). Durante os festejos de 1954, esse espaço sob a marquise já havia sediado um Museu de Cera e, em 1968, passou por reforma do arquiteto Giancarlo Palanti, que o adaptou para uso do novo MAM, uso autorizado por decreto¹¹⁸ do prefeito Faria Lima. Se a gestão municipal mostrava-se novamente predisposta a ceder áreas do parque e de seus edifícios à iniciativa privada, os problemas de sua própria condução do Ibirapuera persistiam e eram atacados pela imprensa.

Uma das poucas matérias assinadas sobre o Ibirapuera nesse período de intensa repressão¹¹⁹ foi a de Francisco Chagas de Moraes Filho [02/03/1969] para *O Estado de S. Paulo* intitulada “Ibirapuera, só promessa de verde”.

Nela, o jornalista elencava alguns problemas encontrados no parque naquele momento, do barulho incessante das buzinas devido à presença do Detran, acentuado com as obras de interligação das avenidas 23 de Maio e Rubem Berta, aos

118 O decreto nº 7.257, publicado no *Diário Oficial do Município* em 14/11/1967, “autoriza a permissão de uso, a título precário e gratuito, de Pavilhão Bahia, do Parque Ibirapuera, pelo Museu de Arte Moderna de São Paulo”. E o decreto nº 7.536, publicado no *Diário Oficial do Município* em 05/07/1968, “autoriza a permissão de uso, a título precário e gratuito, de parte da marquise do Parque Ibirapuera, junto ao Pavilhão da Bahia”.

119 Em 1969 artistas do mundo inteiro boicotariam a x Bienal de São Paulo em protesto à ditadura no Brasil.



Figura 32: Imagem do chamado pavilhão Bahia, homônimo da exposição organizada por Lina Bo Bardi, paralela à V Bienal, de 1959; Arquivo Histórico Wanda Svevo/ Fundação Bienal de São Paulo



Figura 33: Quatro Imagens do antigo Pavilhão Bahia, de Lina Bo Bardi, de 1959, abrigando a exposição de Arquitetura na VI Bienal (1961); notam-se alguns aspectos do parque naquela época, como a reforma da fachada do Pavilhão da Bienal, ainda sede do Museu de Arte Moderna e já em vias de abrigar a Fundação Bienal, que seria instituída em 1962; Arquivo Histórico Wanda Svevo/ Fundação Bienal de São Paulo

maus serviços de limpeza do lago – nos quais uma draga transferia “água podre de um lago para o outro”, que estava seco. O jornalista destacava o cuidado da prefeitura com a recuperação do gramado, que esteve muito tempo abandonado “servindo de ninho preferido dos pernilongos”, e também dos sanitários. Em relação aos restaurantes, criticava que os poucos que existiam funcionavam mal, sem contrato com a prefeitura e trabalhando a título precário. Naquela época, ainda existia um restaurante na beira do lago, construído com madeira, “quase flutuando sobre as águas”, em tão mau estado quanto os barcos. “Há ainda alguns botecos espalhados pelo parque, de mau aspecto e pior frequência”, completava.

Em relação aos usuários, Moraes Filho argumentava que as crianças não dispunham de espaço adequado para brincar, além de que eram “ameaçadas por cães policiais treinados para defender seus donos” no Kennel Clube ali instalado: “Como se não bastasse, a Sociedade Paulista de Cães Pastores também dispõe de área privativa no Ibirapuera”, acrescentava o jornalista, pedindo atenção aos casos. Outro fato curioso apontado na reportagem é que o parque tinha um morador: um funcionário municipal que tinha “a sorte de morar no parque (...) numa confortável residência (...) que inclusive dispõe de espaço para criar porcos”, bem ali, não muito distante dos Arquivos da Prefeitura, instalados no antigo Pavilhão Verde. O autor também fazia menção aos arquivos da Cinemateca, “que há pouco foi consumida por um incêndio por falta de condições seguras de armazenamento”.¹²⁰ Já era esperada a transferência das grandes feiras e salões realizados no Pavilhão Internacional do Ibirapuera para o Parque Anhembi e também a inauguração do “jardim para cegos” no parque, além de “um campo de aeromodelismo e ferromodelismo com arquibancadas perto do Círculo Militar” [MORAES FILHO, 02/03/1969].

O jornalista prosseguia na extensa reportagem ampliando a discussão sobre as áreas verdes na cidade. Discorria sobre o trabalho de levantamento da equipe arquetônica da Divisão de Parques e Jardins da Prefeitura, coordenada por

120 A pesquisa de Carlos Roberto de Souza [2009, p.92] traça a história da Cinemateca Brasileira e suas diversas sedes: havia sido transferida do antigo prédio dos Diários Associados, no Centro da cidade para o Parque Ibirapuera, junto com o MAM de Ciccillo, em 1957, após um incêndio que destruiu quase todo o acervo da antiga Filmoteca, reunido principalmente por Paulo Emilio Sales Gomes. No Ibirapuera ela foi instalada parcialmente no último andar do Pavilhão da Bienal, junto ao MAM, e o material do acervo que restou e que apresentava risco de combustão foi distribuído pelos pequenos galpões de alvenaria existentes junto aos portões do parque. Nessa passagem Souza discorre sobre o novo incêndio ao qual se referiu o jornalista no Estadão: “Uma manhã, encontraram a porta arrombada e todas as salas em total desordem. Dos galhos das árvores atrás do galpão pendiam, como serpentinas, fragmentos de uma cópia em 16mm de *Deus e o diabo na terra do sol* (Glauber Rocha, 1964) e de um documentário clássico britânico. No início de 1969, sem aviso prévio, a Prefeitura começa a demolição dos portões do Ibirapuera e das guaritas adjacentes onde estavam os filmes do acervo. Para piorar a situação, ou talvez em consequência dela, a 18 de fevereiro irrompe um incêndio na guarita do portão 9, na Av. República do Líbano. Ainda que de pequenas proporções, o fogo destrói inúmeros materiais brasileiros únicos, ainda em nitrato. Embora a Prefeitura tenha tentado então, e várias vezes depois, remover a Cinemateca do parque do Ibirapuera, resolveu nesse momento concentrar os riscos e construiu quatro casinhas de alvenaria junto ao galpão-sede da Cinemateca, onde os filmes foram rapidamente amontoados”.

Miranda Magnoli e Rosa Kliass, uma verdadeira “radiografia dos pulmões de São Paulo, que estão muito debilitados, próximos da tuberculose”, ironizava. A equipe havia dividido a cidade em 25 zonas, e cada uma delas receberia tratamento específico. No plano, os espaços livres da cidade foram divididos em categorias: parques de vizinhança, setoriais, metropolitanos e espaços livres especiais. Previa o crescimento da cidade até 1980, estabelecendo prioridades para algumas partes que precisavam de atendimento imediato por não haver nelas qualquer espaço verde para o desfrute da população. A Zona Leste era a mais debilitada – e assim seguiria até 1976, quando foi inaugurado o Parque do Carmo na administração do prefeito Olavo Setúbal, com área maior que a do Ibirapuera. Em relação ao uso do espaço público naquele momento, o autor refletia sobre a segurança:

Fica nas mãos da Polícia a incumbência de tirar os maus elementos das praças, fazendo com que se mude a ideia dominante segundo a qual frequentadores de praças são marginais. Na Europa é considerado hábito, aqui vício, quando não passa de necessidade natural e social [MORAES FILHO, 02/03/1969].

Tal reflexão do jornalista permite evocar, uma vez mais, Berman e Jacobs: a rua (ou a praça, ou, ainda, o parque) que antes (“por toda a era de Haussmann e Baudelaire, entrando no século xx”) era experimentada como “um meio no qual a totalidade das forças materiais e espirituais modernas podia se encontrar, chocar-se e misturar para produzir seus destinos e significados últimos, (...) servindo à expressão da modernidade dinâmica e progressista”, se havia transformado em algo completamente distinto. Os espaços públicos passariam a simbolizar “tudo o que havia de encardido, desordenado, apático, estagnado, gasto e obsoleto – tudo que o dinamismo e o progresso da modernidade deviam deixar para trás” [BERMAN, 1986, p.299-300]. Referindo-se a Jacobs, Berman [p.300-301] sintetiza:

o assim denominado movimento moderno inspirou ‘uma renovação urbana’ de bilhões de dólares, cujo resultado paradoxal foi a destruição do único tipo de ambiente no qual os valores modernos podem ser realizados.

Como pontua James Holston [1993, p.142] em seu estudo sobre Brasília, “a palavra ‘rua’ não aparece em nenhum momento do plano de Lúcio Costa. Podemos supor que essa ausência é deliberada e corresponde à eliminação tanto do conceito quanto da própria coisa”, ou seja, ao eliminar a rua, elemento central da vida pública, “o planejamento modernista também minou a diversidade urbana e a possibilidade de coexistência de diferenças”, como elabora Teresa Caldeira [2000, p.311]:

Na cidade modernista, “as ruas aparecem como vazios contínuos e as construções como figuras esculturais” (Holston 1989: 125). Ao subverter o código existente de ordem urbana, o planejamento modernista objetiva e consegue borrar a distinção representativa entre público e privado. O resultado é a subversão do espaço público moderno ancorada nessa separação. O planejamento urbano modernista aspirava transformar a cidade em um único domínio público homogêneo patrocinado pelo estado, eliminar as diferenças para criar uma cidade racionalista universal, dividida em setores de acordo com funções urbanas: residência, trabalho, recreação, transporte, administração e cívica. Brasília é a incorporação mais completa desse novo tipo de cidade e de vida pública. O resultado, contudo, acabou sendo o oposto das intenções dos planejadores. Brasília é hoje a cidade mais segregada do Brasil, não a mais igualitária.

Hoje são conhecidos os danos que o planejamento modernista causou às nossas cidades, acentuando no espaço físico urbano as diferenças e desigualdades intrínsecas à constituição da sociedade brasileira. É como se fosse um urbanismo às avessas: o pedestre, por exemplo, é o último na ordem de prioridade de circulação, quando deveria ser o primeiro. Nesse sentido, Brasília e o Ibirapuera aprofundavam suas semelhanças no decorrer das décadas de 1960 e 1970, em que a lógica da circulação automotiva se sobrepunha mesmo à capacidade de caminhar entre as diversas novas atrações do parque. Tudo isso definitivamente não era, porém, algo que causava preocupação nas autoridades naquele período de intenso crescimento econômico e industrial brasileiro, sobretudo entre 1969 e 1973, período apropriadamente nomeado de “milagre”, durante o qual não foi apenas possível realizar grandes obras viárias urbanas como também aumentar consideravelmente a concentração de renda e a desigualdade.

Um reforço disso é o fato de que o plano básico do metrô de 1968, quando foram iniciadas as obras da Linha Norte-Sul (Santana-Jabaquara, atual Linha Azul, que seria construída de uma só vez e inaugurada entre 1972 e 1975), previa a inclusão de dois ramais: o Paulista (atual Linha 2-Verde) e o Moema, que sairia da estação Paraíso em paralelo à Av. 23 de Maio e passaria pelo Ibirapuera. O projeto não foi adiante, embora 200 metros do canal fossem construídos como também as plataformas, que estão lá até o presente, cobertas, no segundo piso inferior da estação Paraíso. Com o cancelamento do ramal até hoje o Ibirapuera não tem uma linha de massa que o alcance.¹²¹

121 “O projeto do ‘Ramal Moema’ foi mesclado ao “Projeto Sul”, da antiga FEPASA, resultando no traçado atual (e em construção) da Linha 5 – Lilás. Contudo, a integração com as Linhas 1 e 2 se dará nas estações Santa Cruz e Chácara Klabin, de forma que as plataformas construídas para este fim em Paraíso também permanecerão inutilizadas. A estação mais próxima do Ibirapuera, a três quadras do parque, anteriormente prevista pelo Governador Geraldo Alckmin até o fim de seu primeiro mandato (2014) sofreu atraso e está prevista para ser inaugurada até abril de 2018” [disponível em <http://viatrolebus.com.br>; acessado em 23/11/2016].

Em relação ao território expandido do parque, contudo, algo já se fazia notar nesse sentido. Com o impulso dado pelo trabalho da Divisão de Parques e Jardins, que preparava um plano diretor para o Ibirapuera, voltava-se a discutir sua preservação. O *Estado de S. Paulo* lamentava a última apropriação que havia sido feita há pouco tempo para a construção do prédio da Assembleia Legislativa sobre um de seus lagos, e também o do Instituto de Cardiologia, considerado de “péssimo gosto”. O governador Abreu Sodré pedia a anulação da doação feita ao Centro Acadêmico XI de Agosto, que “desviava o uso do terreno que ali lhe foi ofertado” ao permitir que fosse instalado naquela área um parque de diversões, e declarava que a partir de então o Ibirapuera deveria ser “intocável” [“IBIRAPUERA..., 26/03/1969]. Até mesmo a Imprensa Oficial pretendia dar uma “talhada no Ibirapuera para a instalação de sua sede” [PRESERVAÇÃO..., 30/03/1969].

A partir de abril de 1969, no entanto, o prefeito Paulo Maluf¹²² entrava em cena anunciando mais uma reforma total do Ibirapuera que o tornaria “um cartão de visitas da cidade”. Para isso, foi nomeada uma nova Comissão Especial presidida pelo secretário de Serviços Municipais, José Washington Boarin, que já chegava elencando as prioridades: a construção do Auditório, a melhoria dos serviços de bares e restaurantes, a limpeza dos lagos e a construção de um heliponto próximo ao gabinete do prefeito, que, batizado de Demoiselle, foi inaugurado em 1972. A Cinemateca Brasileira também era vista como um problema para a prefeitura, pois deveria desocupar o galpão da Av. IV Centenário em que estava instalada, para que ele pudesse ser restaurado e transformado em um abrigo de ônibus [OLHE..., 09/06/1969]. Constatava-se nos meios de comunicação que essa já era uma notícia que havia virado rotina: “O Ibirapuera vai ser reformado e ampliado” [NOVO..., 26/08/1969].

A *Folha da Tarde* trazia um toque de entusiasmo em suas páginas: “O parque será outra vez do povo” [O PARQUE..., 05/01/1970], estampando fotografias de Ciccillo Matarazzo e Boarim, antigo e atual presidentes da Cepi, com a legenda: “dois tempos, a mesma ideia”. Reconstituindo a história do parque sob o título “De lugar de festa a sede de repartição”, o jornal reverberava a velha promessa: “dentro de pouco tempo, o paulistano terá um Ibirapuera totalmente remodelado”. Antecipando as transformações propostas pela equipe de arquitetos da Divisão de Parques e Jardins, chamada pelo jornal de plano-piloto, anunciava que as atividades culturais teriam prioridade, prevendo “a utilização de todos os pavilhões interligados pela marquise”. Nada mencionava, porém, sobre o que seria feito dos pavilhões ocupados pelo gabinete do prefeito e demais secretarias.

Pouco depois já se anunciava: “novo projeto, novas dificuldades”. As obras do “novo sistema viário no cruzamento das avenidas Brasil, Brigadeiro Luiz Antô-

122 Paulo Maluf foi prefeito de São Paulo duas vezes: 08/04/1969–07/04/1971 e 01/01/1993–31/12/1996.

nio, República do Líbano e Manoel da Nóbrega” exigiriam “a derrubada dos eucaliptos ali existentes e aterro de um pequeno trecho do lago, atingindo um restaurante que funciona naquele local desde o IV Centenário” [UM NOVO..., 08/01/1970]. Tais obras, “orçadas em cerca de 1 milhão de cruzeiros novos” seriam o primeiro passo para o “principal plano do prefeito”, que previa dois túneis: “um saindo da Brigadeiro, acima da Brasil, passando defronte ao Monumento dos Bandeirantes, até alcançar a república do Líbano”; o outro saindo desta última avenida em direção à Manoel da Nóbrega. “A exemplo do ‘buraco do Anhangabaú’, será criado ‘o buraco do Ibirapuera’”, concluía a notícia. Para tal plano seria também “necessária a derrubada de 200 residências” nessa área, o que provavelmente inviabilizou em parte a investida de Paulo Maluf no Ibirapuera. Ou pelo menos essa investida no curto período de seu primeiro mandato como prefeito, durante o qual ainda daria tempo de erguer “o símbolo do rodoviarismo desenvolvimentista dos tempos da ditadura” [WISNIK, 01/11/2013], uma via expressa elevada sobre a Av. São João, popularmente conhecida como Minhocão. Algum estrago, contudo, ainda foi feito nos arredores do parque, como a derrubada de eucaliptos para demarcar o início das obras dos túneis, que felizmente não seguiram.

Em abril de 1971, tomava posse mais um novo prefeito com as velhas promessas para o parque. Figueiredo Ferraz foi enfático: “Vou recuperar o Ibirapuera, custe o que custar. Ele é a casa do prefeito e a casa do prefeito deve ser um exemplo para os outros e verdadeiro cartão de visitas da cidade” [O IBIRAPUERA..., 26/03/1971]. O *Jornal da Tarde* denunciava o estado do parque, que Maluf havia deixado “sujo, sem árvores e sem atrações”: o restaurante do lago completamente destruído, eucaliptos derrubados, sanitários públicos quebrados e sem a menor condição de uso, mato por todo lado, lago com águas poluídas e com mau-cheiro, montes de lixo e entulho por toda parte, playgrounds de crianças abandonados”. O novo prefeito pedia ao povo apoio e paciência, pois a “reurbanização do parque não seria uma obra rápida” [O IBIRAPUERA..., 26/03/1971].

Uma das primeiras iniciativas de Figueiredo Ferraz foi tornar sem efeito o decreto de Maluf que cedia, para a instalação de um “Museu da Tecnologia”, o Pavilhão Internacional, que abrigara as grandes feiras da indústria e do automóvel promovidas por Alcântara Machado até o ano anterior, quando foram transferidas para o Anhembi. De acordo com o prefeito, aquele pavilhão, então ocioso, deveria ser demolido dentro de três meses [IBIRAPUERA..., 23/06/1971]. Afinal, já havia mais de 15 anos desde que fora erguido para o IV Centenário, em caráter provisório.

A proposta do prefeito era que o Ibirapuera ganhasse área livre de 264.300m², obtida pela demolição do Grande Pavilhão e do Pavilhão Verde “ocupado pelo arquivo ‘morto’ da Prefeitura”, da liberação da área do cemitério de cães e das ocupadas pelo Kennel Clube e pela Sociedade Paulista de Cães Pastores Alemães na Av. IV Centenário, além de outra, que seria desapropriada, perto da Av. República do Líbano. Figueiredo Ferraz também anunciava que o parque receberia cerca de

proteção “como forma de evitar a invasão noturna por marginais”. Contrariando decisões prévias, incluída a do plano-piloto da Divisão de Parques e Jardins, Figueiredo Ferraz decidia que o Viveiro Manequinho Lopes deveria permanecer no parque, e apenas a Comissão de Serviços Escolares, localizada em edifício anexo ao Viveiro, deveria ser removida [REFORMA..., 19/11/1971].

Uma notícia n’*O Estado de S. Paulo* de março de 1972 revela que o problema da segurança persistia: uma “batida” realizada no parque pelo “Comando de Fiscalização da Assistência Militar do prefeito Figueiredo Ferraz levou à detenção de 120 pessoas, das quais 20 menores em situação irregular, e 800 carros revistados”. O objetivo de tal operação era “limpar a área dos marginais e prostitutas que se juntavam ali à noite, criando riscos para os moradores da área”. De acordo com o jornal houve até troca de tiros. A notícia terminava com a determinação do prefeito: “Agora vamos humanizar e fiscalizar o Parque do Ibirapuera (...) esses marginais terão que deixar o parque e para isso vamos manter uma ostensiva fiscalização para afastá-los e não permitir abusos” [COMANDO..., 12/03/1972].

Em novembro do mesmo ano, o *Jornal da Tarde* anunciava que a prefeitura estava abrindo concorrência pública para a colocação de gradis ao redor do parque, os quais seriam instalados até meados de 1973 [ESTÁ..., 27/11/1972]. Em julho daquele ano *O Estado de S. Paulo* noticiava que a instalação dos gradis, numa extensão de 3.650m, desagradava o arquiteto Zenon Lotufo, integrante da equipe de Niemeyer que projetou o Ibirapuera. Lotufo dizia acreditar que a cerca iria agravar ainda mais a má utilização do parque, tornando-o “menos comunicativo sob o ponto de vista psicológico”, quando de fato ele deveria “ser uma extensão natural do espaço público”. Lotufo citava exemplos de parques no mundo – “em Buenos Aires, Nova York, Madrid, Londres” – que continuavam abertos como uma necessidade do próprio habitante de “integrar, de alguma forma, a natureza”, assegurando que se o Ibirapuera não tivesse tido seus edifícios inadequadamente ocupados, “inclusive pela Prefeitura”, e “fosse devidamente utilizado, os próprios marginais o evitariam por falta de ambiente”. E o jornal concluía: “Mas, com os lagos constantemente poluídos, sem uma rígida fiscalização e com cercas de arame farpado em vários pontos, o parque parece ser, na verdade, um ambiente bastante favorável aos marginais” [ARQUITETO..., 18/07/1973].

Em meio à lentidão das obras iniciadas em sua gestão, Figueiredo Ferraz acabou sendo afastado abrupta e polemicamente do cargo de prefeito em agosto de 1973 pelo então governador Laudo Natel. O prefeito havia causado polêmica não com a reforma do parque, mas com outra obra, na Av. Paulista, prevendo o enterramento de uma pista expressa completa, que ficou concluída apenas até a Rua Haddock Lobo. O cargo passou para Miguel Colasuonno, que seria a partir de então o novo responsável pelo destino do Ibirapuera, trazendo, uma vez mais, as velhas promessas para novas reformas.

VELHOS SONHOS, NOVAS PROMESSAS

“Falta o verde, mas a lei não é prioritária” – essa era a manchete d’*O Estado de S. Paulo* em 27/11/1973. Um projeto de lei de áreas verdes para toda a cidade, que propunha a concessão de estímulos fiscais aos proprietários que preservassem as árvores em seus terrenos, havia sido retirado da Câmara Municipal para ser examinado pelo novo prefeito Miguel Colasuonno,¹²³ embora não tivesse “prazo para ser reencaminhado à apreciação dos vereadores”. De acordo com o jornal, tal projeto havia sido considerado pela Coordenadoria Geral do Planejamento “excessivamente tímido e seria incapaz de atender, na prática, às necessidades de verde de uma cidade como São Paulo”. Na matéria constatava-se que o verde que existia então era “pouco, malcuidado e com tendência a desaparecer”. Praças eram transformadas em estacionamentos, como a Praça das Bandeiras e a Princesa Isabel, outras viravam canteiros de obras ou, ainda, como a Leopoldo Froes, era “literalmente arrasada”. A situação de descaso em relação ao verde se estendia também aos parques e jardins: “O parque do Ibirapuera, o Jardim da Luz e o da Aclimação estão infestados de assaltantes e prostitutas que desafiam qualquer um que se atreva a ir namorar ou ler um pouco”. Especulava-se ainda que, como a prefeitura não tinha verba suficiente para desapropriar as poucas áreas verdes ainda existentes nas mãos de particulares, essas áreas iriam gradativamente dar “lugar a novos e gigantescos prédios de apartamentos” [FALTA..., 27/11/1973]. A matéria incluía uma lista de conselhos necessários para os que se aventurassem a “frequentar as poucas praças existentes em São Paulo”:

Não pisar na grama. Prevenir-se contra os ladrões (eles são muitos e habilidosos). Não se assustar quando viaturas da Polícia Militar pararem em frente ao banco e pedirem documentos. Ser for mulher, tomar todas as precauções possíveis para não ser confundida com uma prostituta [FALTA..., 27/11/1973].

Embora o tom da matéria desse a entender que as poucas áreas verdes estivessem desertas, o próprio jornal afirmava que, apesar de “todos os inconvenientes”, as praças, os parques e os jardins da cidade “continuam cheios de gente à procura de verde e de tranquilidade”, raridades “na metrópole barulhenta, caótica e poluída”. Cada parque possuía sua particularidade: no Parque da Aclimação, que já era gradeado e fechava às 22h, não entravam automóveis, mas também havia “vaga-

123 O economista Miguel Colasuonno (Arena) foi nomeado pelo governador do estado Laudo Natel, de quem havia sido secretário de Planejamento, após a exoneração de Figueiredo Ferraz (Brasil Vita, na qualidade de presidente da Câmara Municipal, ocupou o cargo na transição entre Figueiredo Ferraz e Colasuonno por cinco dias). Colasuonno atuou como prefeito da capital paulista entre 28/08/1973 e 16/08/1975.

bundos e maloqueiros”. No Jardim da Luz, que fechava às 21h, o problema era a quantidade de prostitutas e ladrões, com média de dez assaltos por dia segundo relato do vigia, que argumentava nada poder fazer, “pois o jardim é público”. No parque Trianon, havia três tipos de público: pela manhã, as crianças, na hora do almoço os funcionários de escritórios que vinham comer suas marmitas nos bancos, e à noite, os marginais. A queixa do administrador era o vandalismo: as pessoas arrancavam plantas do jardim ou destruíam os cestos de lixo. A esperança era que após a colocação de cercas ao redor do parque tudo melhorasse. Já a Praça Roosevelt tinha seus bancos permanentemente vazios, talvez por causa dos blocos de concreto que pareciam afastar as pessoas, ao contrário da Praça da República, cujos bancos estavam sempre ocupados pelos desempregados lendo os anúncios de emprego nos jornais.

No Parque Ibirapuera, o gradeamento ainda não estava pronto. “Entre papéis jogados no chão, grama crescida e algumas balanças estragadas convivem desde prostitutas – às vezes seminuas – até crianças com seus pais, passando por funcionários públicos e moleques”.

Em 1974, ano em que o Ibirapuera completava 20 anos, surgiram novas reportagens sobre o uso e os eternos problemas do parque, quase sempre acompanhadas de retrospectivas históricas que acrescentavam ou alteravam uma ou outra informação, na maior parte das vezes nostálgicas, de um parque dos sonhos que um dia fora, mas que já não era mais. Em janeiro daquele ano, José Márcio Penido [18/01/1974], repórter do *Jornal da Tarde*, constatava: “As águas do lago estão cheias de lixo, o ronco dos motores não para um minuto, ônibus fazem ponto em alamedas que deviam ser tranquilas. Apesar de tudo isso, basta o sol aparecer e o Ibirapuera fica cheio”. Ainda que parecesse notícia já escrita inúmeras vezes, o repórter lançava uma polêmica até então pouco debatida nos jornais: “O Ibirapuera, como qualquer praça pública, é do povo. Mas por lá também reina o outro senhor da cidade: o carro. Talvez até com mais poderes que o homem. Por causa do carro a praça foi mutilada”. O repórter descrevia então todos os inconvenientes causados pela presença do motor dentro do parque: a turma do “cavalo de pau, a atração mais aplaudida”; a barulhenta pista de minikart das “crianças mais privilegiadas”; os “adeptos da motonáutica com tanque próprio” ou “os aficionados do aeromodelismo”, também com campo de aviação próprio; os “usuários da linha 820 da CMTc, que circula dentro do parque”; os passageiros do trenzinho cujo maquinista tinha que estar sempre atento para não atropelar ninguém; os namorados, as prostitutas e os taxistas, todos com os seus carros no parque. Além de tudo isso, havia um perigo ainda maior do que todos aqueles motoristas pelo parque: o dos “candidatos a motorista”, uma vez que as autoescolas também treinavam seus alunos dentro do parque.

Dentre as matérias que retraçavam a história do Ibirapuera como era, e ainda é, comum na efeméride de aniversário, principalmente nas de número redondo,

destaca-se a de Paulo Sergio Markun [10/03/1974] na *Folha de S. Paulo*, intitulada “Ibirapuera, no velho parque um novo sonho”. Nela, o jornalista detalhava os custos da obra do parque, sua cronologia e algumas intrigas políticas que adiavam o parque “dos sonhos” até aquele ano de 1974. Markun reiterava a observação de que o título mais frequente nos últimos 15 anos em todos os jornais de São Paulo era “O Ibirapuera vai ser reformado”, afirmando que apenas há pouco tempo haviam sido lentamente retomados os cuidados com o parque: “arrancaram o mato, começaram a drenar o lago, asfaltaram as avenidas, plantaram mais grama”. Também fora iniciada uma disputa judicial para desapropriar entidades que se instalaram indevidamente no parque, ainda que feita apenas “em certos casos, onde as instalações eram mais modestas”. Atestava, por fim, “que o Ibirapuera já teve quase o dobro da área atual” – que naquele momento ainda era de 1.800.000m²:

Desde a época em que o problema de áreas verdes era pouco comentado, instalaram-se na área que pertencia ao parque várias quadras residenciais, o Hospital do Servidor Público, algumas entidades particulares, o II Exército, o Clube Militar. Mas (...) muitos arquitetos, sociólogos e paulistanos ainda tem esperanças [MARKUN, 10/03/1974].

Paralelamente a essas instalações indevidas em áreas do parque, a carência de áreas verdes na cidade passou a ser uma preocupação central das autoridades nesses meados da década de 1970, quando se intensificaram a urbanização e a verticalização da cidade a ponto de o período ser considerado o marco inicial da urbanização contemporânea brasileira. Tal intensificação, contudo, estendeu-se também às áreas verdes na capital paulista: “o período entre 1974 e 1981 foi o mais fecundo em projeto e execução dos chamados parques municipais, que contou também com a criação de inúmeras praças” [BARTALINI, 1999, p.178]. Foram construídos 11 parques¹²⁴ no total de 1.200 hectares, considerando ainda que a quase totalidade dessa área (1.150 hectares) correspondia “a terrenos incorporados ao patrimônio municipal por meio de desapropriação, ou como forma de pagamento de dívidas para com o município, dos quais se originaram seis parques” [p.144].

É primordial reiterar, entretanto, que, se por um lado a cidade ganhou novos parques, por outro dizimou seu primeiro grande parque central, o da várzea do Carmo, mais conhecido como Parque Dom Pedro II. Rosa Kliass [1993, p.31] é precisa em seu comentário a respeito da violência que esse parque sofreu:

124 Entre os parques inaugurados nesse período encontram-se: Guarapiranga (1974, 15,26ha/desapropriação); Carmo (1976, 150ha/desapropriação); Piqueri (1978, 9,72ha/desapropriação); Previdência (1979, 9,15ha/ loteamento); Anhanguera (1979, 950ha/pagamento dívida); São Domingos (1979, 8ha/ loteamento); Vila dos Remédios (1980, 10,98ha/desapropriação); Nabuco (1980, 3,13ha/desapropriação); Rodrigo de Gasperi (1980, 3,90ha/ loteamento); Raposo Tavares (1981, 19,50ha/desapropriação); Conceição (1981, 1,50ha/desapropriação).

O seu desaparecimento, na década de 70, certamente resultou de sua fragilidade frente às prerrogativas do setor viário e de transportes, que se impôs como prioridade. Essa fragilidade adveio da falta de um entorno atuante. Inicialmente, o parque era local de recreação dos moradores do Brás. Com a mudança de perfil do bairro de residencial para comercial, o entorno do parque passou a ser constituído de áreas de comércio atacadista e usos institucionais, que lhe conferiram o caráter de vazio urbano.

A paisagista retoma mais uma vez a questão do entorno tratada neste capítulo, atestando como essa relação com os moradores é fundamental para a sobrevivência das áreas verdes nas cidades. Por mais que os parques sejam um “fato urbano de relativa autonomia”, eles definitivamente não devem ser ilhas ou arquipélagos isolados de seu entorno. O Parque Dom Pedro, como vimos, foi entregue à população com certo atraso nas obras e, principalmente, sem muitos de seus equipamentos esportivos e de recreação prometidos. Se tais equipamentos tivessem sido implantados, ganhariam certamente nova “clientela”, formada também por moradores de outros bairros da cidade. E nesse caso, como desenvolve Kliass [1993, p.31], “teriam se estabelecido condições para uma resistência na época da implantação do complexo viário que resultou na sua destruição”.

No Ibirapuera, o prefeito Colasuonno anunciava promessas de revitalização nos seus 20 anos, trazendo de volta, para tanto, os “dois autores” do projeto original, um na sequência do outro. Os dois autores eram, no caso, Oscar Niemeyer e Roberto Burle Marx, ícones da arquitetura e do paisagismo moderno no Brasil e no mundo.

Como já mencionado, uma das grandes imprecisões que atravessa as seis décadas de história do Parque Ibirapuera é que seu projeto paisagístico teve a autoria de Burle Marx [CURI, 2017]. Mesmo não sendo o seu projeto para o parque aquele executado na década de 1950, o paisagista era visto naquele momento pelo prefeito Colasuonno como uma possível esperança para a revitalização das áreas verdes de São Paulo, e especialmente a do Ibirapuera, considerado o “primeiro lugar da escala de prioridades da Prefeitura” [EM 30 DIAS..., 03/10/1973]. Burle Marx foi então, às vésperas dos 20 anos do parque, primeiramente convocado para elaborar um projeto não apenas para o Ibirapuera, mas para as principais áreas verdes da cidade. O jornal *O Estado de S. Paulo* antecipava a notícia:

O parque do Ibirapuera será reestruturado, as marginais ajardinadas, o Horto Florestal reformulado e as margens da represa de Guarapiranga arborizadas. Tudo isso ficará a cargo de Burle Marx, que apesar de ter chegado ontem ao gabinete do prefeito Miguel Colasuonno sem saber especificamente do que se tratava, saiu meia hora depois com um prazo de 30 dias para elaborar as propostas das principais medidas da nova política de áreas verdes [EM 30 DIAS..., 03/10/1973].

Burle Marx sobrevoou de helicóptero todas as áreas que seriam afetadas e adiantou que o Ibirapuera passaria “por modificações substanciais, porque sua função [inicial] – que era de abrigar exposições – fora mudando através dos anos e o parque tornara-se um local de entretenimento e lazer”. Dava como exemplo bem-sucedido o Parque do Flamengo, no Rio, de sua autoria e recém-concluído, que havia sido “criado com aquário, restaurantes populares, campos para basquetebol e futebol, teatro de marionetes e conchas acústicas” [EM 30 DIAS..., 03/10/1973].

Burle Marx trabalhou com sua equipe durante 1974 em diversos projetos para o Ibirapuera. As plantas levantadas no arquivo do Escritório de Paisagismo Burle Marx & CIA, no Rio de Janeiro, datadas de fevereiro a outubro de 1974, revelam que, além do projeto geral para o parque, chegaram a ser desenvolvidos outros estudos mais detalhados, como um “jardim da Bienal” (julho), um projeto para a “praça de entrada e jardim das esculturas” (agosto) e também um “Projeto Jardim do Obelisco” (maio), que propunha um espelho d’água ao redor do Monumento ao Soldado Constitucionalista de 1932 (o Obelisco), localizado entre o fim da Av. 23 de Maio e o parque, demarcando seu acesso principal (portões 1 e 2).

No estudo preliminar assinado pelo paisagista e pelos arquitetos associados Haruyoshi Ono e José Tabacow (Figura 34), o plano para o Ibirapuera previa a utilização de edificações já existentes e sugeria novas áreas e construções para a implantação de restaurantes, aquário, campos esportivos, campo para adestramento de cães, bochas, *playgrounds*, escolinha de trânsito, patinação, patinação no gelo, teatro ao ar livre, gaiola para pássaros, sanitários e vestiários, ripado para exposições, pequenas ilhas nos lagos, pedalinhas e plantas aquáticas, com áreas para piquenique e estacionamento (Figura 35).

Burle Marx apresentou seu novo anteprojeto ao prefeito em abril de 1974, defendendo, na contramão da era de prevalência dos carros, das *parkways* e dos viadutos, a ideia de que o parque deveria ser devolvido aos pedestres, ressaltando que “de escravo o automóvel passou a senhor, com exigências cada vez maiores e inadiáveis”. Preconizando a construção de quadras de esportes e *playgrounds* para recreação e lazer dos usuários, dizia ainda acreditar que a vegetação proposta no novo plano humanizaria o conjunto [IBIRAPUERA..., 17/04/1974].

O projeto chegara com orçamento estimado em nove milhões de cruzeiros, valor três vezes mais alto do que o previsto pelo prefeito Colasuonno. Na semana seguinte, o jornal *Última Hora* propunha-se ao debate: “É viável o novo Parque Ibirapuera de Burle Marx?” Quem respondia era o arquiteto Paulo Mendes da Rocha, contextualizando bem a questão. Só mesmo um artista (ou talvez um mágico) para revitalizar o Ibirapuera, nessa sua história “cheia de percalços” que se move de acordo com a “urgência” e emergência dessa cidade.



Figura 34: Roberto Burle Marx, estudo preliminar para o Parque Ibirapuera, 1974; © Escritório de Paisagismo Burle Marx

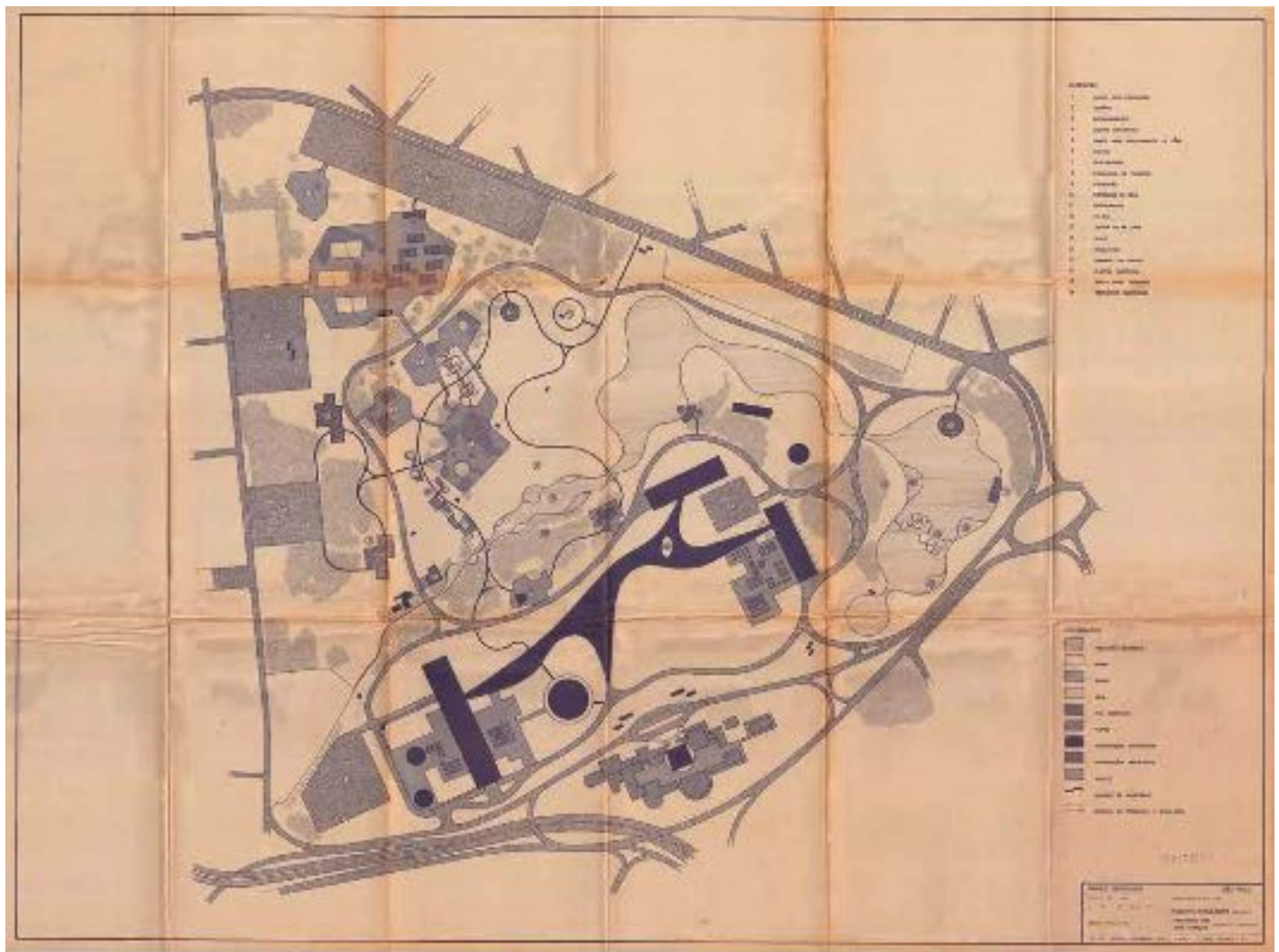


Figura 35: Estudo preliminar – Parque Ibirapuera, legendas e convenções, fevereiro de 1975; Roberto Burle Marx (paisagista) e arquitetos associados Haruyoshi Ono e José Tabacow © Escritório de Paisagismo Burle Marx

LEGENDAS	
1	PLANO PARA EXPOSIÇÕES
2	ADQUIRIS
3	ESTACIONAMENTO
4	CAMPUS ESPORTIVO
5	CAMPUS PARA APRENDIZADO DE CÂNS
6	ROCKUP
7	PLAY-GROUND
8	ESCALINHA DE TRÁNSITO
9	PATINAGÃO
10	PATINAGÃO NO GELÓ
11	MOITÉRIAS
12	PIE-HÓ
13	TEATRO AO AR-LIVRE
14	ILHÓ
15	PRÓLÓBOS
16	CAMINHO DAS FONTES
17	PLANTAS AQUÁTICAS
18	SÓCLA PARA CÁZAROS
19	VERTICÁRIOS / SANTIÁOS

CONVENÇÕES	
	INDICAÇÃO DE ESTRUTURA
	GRAMA
	GRAMA
	SÓB
	PIE DE CRIANÇAS
	FLÓRES
	INDICAÇÃO DE ESTRUTURA
	CONSTRUÇÃO PROPOSTA
	ASFALTO
	CAMINHO DE PEDESTRES
	CAMINHO DE TRÁNSITO E BICILETAS

Construir um jardim é, para a cidade de São Paulo, uma aventura extraordinária. O jardim do Ibirapuera nós estamos fazendo há 20 anos. Ocupado com um projeto para as comemorações do IV Centenário da cidade, ganhou a condição de escapar das indefinições estranhas à arquitetura e à vida urbana. Como todo modelo de arquitetura, sintetiza uma hipótese concreta de uso que a cidade inventava: conjunto de edifícios modernos, com espaços e desenho de grande significado na sua poética, para a população paulista exibir o resultado do seu trabalho. (...) A história do Parque está cheia de percalços e episódios, que são, se se quiser, uma amostra de alguns dos mais curiosos aspectos da vida dessa cidade. Enquanto uma especulação imobiliária violenta não deixa escapar o metro quadrado o parque fica com seus quilômetros como desafio. (...) Uma cidade civilizada vê no Edifício Público, a mais alta expressão de sua época. (...) Construído o Ibirapuera, com uma qualidade que o Poder Público há muito não imaginava para suas obras, de acordo com os projetos de Oscar Niemeyer, nada mais natural que ocupá-lo para as maiores emergências. (...) Mas, uma vez ainda, a urgência e a emergência dessa cidade, nesse gesto, passou a depredar o Parque. Os prédios atulharam-se de biombos e ambientes de papelão, os grandes espaços e a luz assustam a província. Os jardins viraram tapera. Tentar agora recuperar, alguns aspectos de sua natureza inicial é uma última perspectiva. Se para tanto se precisa, também do prestígio de um artista como Burle Marx, tanto melhor, mostra, entre nós, o prestígio das artes e da intervenção criadora. Nenhum botânico contemporâneo sabe melhor que ele riscar um jardim. É essa sua dimensão como artista. Transferir as Repartições Públicas para prédios próprios, projetados em local urbanisticamente adequados e com desenho atual, destinar os edifícios à Bienal de Artes Plásticas, a Museus. Organizar um grande restaurante popular às margens do Lago, como estava no projeto original. Construir o Teatro. Modernizar os jardins, corrigir o plantio das árvores. Tirar o tráfego de automóveis, adequar o uso da área ao lazer da população, correndo todos os riscos necessários é uma natural providência do Poder Municipal [É VIÁVEL..., 23/04/1974].

No entanto, três meses depois, uma manchete d'O *Estado de S. Paulo* já apontava mudança de planos: "Prefeitura pode abandonar projeto do novo Ibirapuera". Segundo o jornal, alguns técnicos da prefeitura achavam "que as propostas de Burle Marx eram faraônicas, muito dispendiosas, excessivamente sofisticadas e distanciadas das necessidades de lazer do paulistano". Considerado inexecutável pelo corpo técnico, o projeto do paisagista incluía uma grande pista circular para patinação no gelo. As estimativas para as obras de recuperação do Ibirapuera naquele momento já giravam em torno de 25 milhões de cruzeiros, dos quais 10 milhões seriam para a "construção de galerias pluviais para o controle da poluição" dos lagos e 12 milhões a "prédios pré-moldáveis, para a transferência dos

departamentos da prefeitura que funcionam no Ibirapuera”. Com isso, restavam apenas 3 milhões para as reformas do parque, apenas um terço do valor proposto pelo paisagista, o que, uma vez mais, inviabilizava o projeto de Burle Marx [PREFEITURA..., 09/07/1974].

Naquela época, o Ibirapuera funcionava em dois *modi operandi*: durante a semana era basicamente uma cidade administrativa, onde circulavam carros, ônibus e motos livremente, junto a marginais, prostitutas e funcionários públicos; durante o fim de semana, e apesar do mal estado de conservação do parque sempre anunciado pelos jornais, os paulistanos não deixavam de frequentá-lo. As notícias dos jornais nessa época são tão inusitadas quanto “Vigilantes chegam ao Ibirapuera para afastar as crianças” [O ESTADO DE S. PAULO, 16/05/1974] ou “Problema dos jacarés do lago vai a reunião” [FOLHA DE S. PAULO, 03/08/1974].

Além de abandonar o projeto do novo Ibirapuera proposto por Burle Marx, a promessa do mês seguinte era de que a prefeitura poderia, ela própria, deixar o parque, que ocupava “‘provisoriamente’ desde 1956”. A promessa incluía o fato de que a Empresa Municipal de Urbanismo - Emurb iria contratar, até o final de agosto, “o projeto de construção da primeira parte do Centro Administrativo Municipal, que vai reunir todos os órgãos administrativos da Prefeitura em um único conjunto na área da Coroa”, bairro localizado em torno da Av. Cruzeiro do Sul, ao norte do Rio Tietê. O jornal informava que se tratava de um plano antigo, mas que só naquele momento estaria sendo transformado em projeto. O prazo estimado para a construção do conjunto seria “pouco mais de três anos” [PREFEITURA..., 28/07/1974].

Colasuonno dera o prazo de janeiro de 1975 para a conclusão da reforma no parque e no dia 22 daquele mês *O Estado de S. Paulo* constatava que já haviam sido “plantadas mais 968 árvores”, além de “150 mil m² de novos gramados e a recuperação de outros 200 mil m²”, ao custo de “CR\$ 1,8 milhão”. Mas, com a conclusão prevista para o mês seguinte, muito pouco do prometido havia sido feito:

E, mais uma vez, a data estipulada pelo prefeito não está sendo cumprida. As obras contratadas ainda estão em fase de execução, os CR\$ 42 milhões sendo gastos lentamente (...) As quadras de bocha, o jardim das esculturas, a escolinha de trânsito, os restaurantes e campos esportivos, as projeções ao ar livre, o trenzinho nas alamedas e os estacionamentos, nada está sendo implantado. Embora todas essas obras constem do projeto elaborado por Burle Marx, que custou CR\$ 320 mil [O IBIRAPUERA..., 22/01/1975].

No final daquele mês de janeiro, o prefeito recebeu então o “outro” autor, Oscar Niemeyer, que havia sido convidado dois meses antes para voltar a atuar no Parque Ibirapuera. O prefeito esperava que o arquiteto, “que foi idealizador do pri-

meiro grande parque de São Paulo”, ao “verificar as distorções” ocorridas desde a implantação do parque, pudesse orientar e “dar cobertura profissional quanto à devolução total do Ibirapuera ao povo, como símbolo da humanização da cidade de São Paulo” [O IBIRAPUERA..., 22/01/1975].

Já Niemeyer defendia que “o parque se destinava a ser um grande centro de culturas, com salas para conferências e exposições”, e que não havia razão para a instalação das repartições da prefeitura nos pavilhões, que estas deveriam ser retiradas. Lamentou a ausência do auditório, que, não construído, dera ao parque “um aspecto indefinido”, identificando aí a origem das distorções. Assinalou ainda que “São Paulo estava se transformando numa verdadeira selva de concreto” devido à “especulação imobiliária, a maior responsável pela destruição das poucas áreas verdes”. E foi sucinto na sua verificação:

O Ibirapuera se resume hoje numa série de lotes cortados por circulação de veículos; os prédios estão adulterados; a marquise completamente ocupada; a finalidade da área acabou se desvirtuando, o que é lamentável. O Ibirapuera é atualmente um recanto da cidade com circulação de veículos por todos os lados, quando a ideia era justamente o contrário, ou seja, a implantação de um grande jardim [O IBIRAPUERA..., 22/01/1975].

É estranho que o arquiteto se refira à ideia do parque como a “implantação de um grande jardim”, uma vez que, na década de 1950 os jardins receberam tratamento subsidiário e incompleto, representando apenas 0,1% do total de 400 milhões de cruzeiros investidos na construção do parque, em concreto armado, situação que parece ter sido alcançada com a colaboração de Niemeyer ao ajustar-se ao projeto paisagístico de Teixeira Mendes, em detrimento da sofisticada concepção de Burle Marx [CURI, 2017].

Um relatório da administração do parque de setembro de 1975 traz o levantamento de todos os edifícios e seus respectivos usos no Ibirapuera naquele momento, com breve histórico [RELATÓRIO..., 1975]. É um documento interessante por relacionar os principais problemas que qualquer um dos “autores” convidados a repensar o parque teria que enfrentar em relação às entidades que já se haviam firmado no Ibirapuera.

Naqueles meados da década de 1970, segundo o relatório, no Pavilhão das Nações e no Pavilhão dos Estados estavam sediados o gabinete do prefeito, a Secretaria de Finanças e a Companhia de Processamento de Dados do município – Prodam; no Pavilhão das Indústrias (Armando de Arruda Pereira) encontrava-se a Fundação Bienal de São Paulo, com “Termo de Permissão de Uso a título precário e gratuito” para os seus segundo e terceiro pavimentos conforme determinação do decreto nº 9150, de 14/11/1970. A Fundação Bienal também utilizava

o primeiro pavimento e o térreo do edifício durante as bienais de artes plásticas. Uma parte do terceiro andar do pavilhão estava ocupada pelo MAC-USP “através de entendimentos com a Bienal”, e a outra parte com os escritórios da própria Fundação. O Pavilhão Verde, construído no IV Centenário como anexo ao Pavilhão da Bienal, era considerado um “próprio municipal” que depois dos festejos foi “aproveitado para escritório-depósito, oficina, etc.”. Mais tarde foi dividido e teve parte cedida ao Damu 502, o Arquivo do Município, que continuava “no prédio, embora o mesmo se encontre em péssimas condições”; a outra parte era ocupada pela instalação de “vestiário e refeitório dos servidores do Parque Ibirapuera”. No Pavilhão de Exposições (Oca), encontravam-se o Museu do Folclore e o Museu da Aeronáutica. Denominado por ocasião do IV Centenário Pavilhão de História, obteve em 1961 um termo de permissão de uso assinado a título precário e gratuito para os museus, que, embora fossem “de Associações particulares”, usavam o prédio “administrado pela Prefeitura”. Sob a grande marquise, encontravam-se o Museu de Arte Moderna, estabelecido no antigo Pavilhão Bahia/Museu de Cera com “Termo de Permissão de Uso assinado em 10/06/1968 conforme decreto nº 7257/67”; o Museu de Presépios, que, instalado em 1956, foi doado em 1970 pela prefeitura ao Museu de Arte Sacra de São Paulo, do governo do estado, mas cuja transferência, no entanto, não havia sido concretizada “dada a impossibilidade de desmontagem e montagem dos presépios”; e o Ibirapuera Lunch Bar, situado em “local para restaurante determinado em 1954 durante as comemorações do IV Centenário”, e que desde então permanecera como concessionário.

O relatório incluía também as instituições que se encontravam além do espaço da marquise, como o Pavilhão Japonês, doado à prefeitura no IV Centenário e administrado pela Sociedade Paulista de Cultura Japonesa, com “termo de administração assinado em 15/09/1960”; o Planetário e a Escola de Astrofísica, inaugurados em 26/01/1957, onde eram realizadas “apresentações diariamente” e ministrados “cursos sobre Astronomia e ciências afins”, estando ambos “sob a jurisdição do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Cultura”; o Pavilhão Ford, construído pela Ford Motor Co. em 1953 para o IV Centenário e posteriormente doado à prefeitura, passando a sediar a Administração do Parque Ibirapuera; o Pavilhão do Instituto Brasileiro do Café - IBC, que após os festejos também permaneceu no parque sem uso determinado e foi “cedido para algumas exposições (orquídeas, artesanato da casa do pequeno Caiçara, etc.)”, sendo, em 1969, transformado no Café Concerto, com reforma autorizada pela Secretaria de Serviços Municipais “através do MEMO. Nº 338/69”; a Cinemateca, cuja “instalação no Parque Ibirapuera foi autorizada pelo então presidente da Comissão do parque Ibirapuera Sr. Francisco Matarazzo Sobrinho, em virtude do incêndio ocorrido no prédio dos Diários Associados, atingindo as instalações dessa Entidade”. Em relação à Cinemateca o relatório alertava que tal ocupação era de cará-

ter provisório, pois o Parque não possuía condições apropriadas “para o armazenamento de tão valioso patrimônio”. No entanto, “dadas as condições da Cinemateca, foram designadas as portarias dos portões do Parque para depósito dos filmes, ficando o escritório da Entidade no mesmo prédio onde se encontra atualmente”. Do relatório constava a informação de que “alguns anos depois houve também um incêndio numa das portarias, pois o material é de fácil combustão e mais uma vez, a Cinemateca foi obrigada a transferir seu patrimônio”, havendo, aliás, “diversos processos solicitando a retirada da mesma”. Também era mencionada a Sociedade Paulista de Cães Pastores Alemães, que “desde 1956 ocupa área no recinto do Parque para adestramento de cães pastores alemães”. Em 1972 fora solicitada a entrega dessa área em troca de outra, em Guarapiranga, sugestão não aceita pela entidade. Igualmente remanescentes no parque desde 1969, o relatório aponta a presença de três pavilhões esféricos denominados calotas e construídos por ocasião da X Bienal para instalação do Centro de Demonstração da Ciência Nuclear e montagem da exposição Átomos em Ação (Figura 30). Encerrada a exposição, os pavilhões foram doados à prefeitura, dois deles cedidos ao Teatro de Arena e à Escola de Teatro Amador da USP “mediante ‘Termo de Permissão de Uso’ (...)”, e o terceiro ao Mobral, “para depósito”, que teve final trágico: “em setembro de 1972 (...) incendiou-se”. Havia também um espaço denominado Show-Room, uma espécie de pequeno auditório “construído pela COAR em 1973 e destinado a Conferências, reuniões do Gabinete do Exmo. Sr. Prefeito”. Sobre tal espaço o relatório afirmava não haver encontrado “nada alusivo ao assunto”. Também permaneciam no parque desde o IV Centenário os quiosques da Kibon, “quando a firma Kibon foi concessionária de diversos pontos”. De acordo com o relatório, as comissões que sucederam à do IV Centenário consentiram que alguns carrinhos e dois quiosques permanecessem no parque. Havia ainda o transporte interno, descrito como “Trenzinhos” e com a ressalva: “A firma que explora esse transporte denominada Luiz Scaglione é a mesma que ganhou a concorrência pública realizada no IV Centenário. Em 1963 foi feita nova concorrência, mas o único candidato foi o próprio Sr. Luiz Scaglione. A concorrência foi anulada, e o serviço mantido a título precário, que continua no Parque Ibirapuera sem nenhum contrato, recolhendo à Prefeitura/Administração do Parque Ibirapuera, 10% sobre a renda bruta”. Por fim, constava também o Jardim para cegos, inaugurado em 1974.

Um segundo relatório¹²⁵ apresenta histórico do período de 1951 a 1976 referente aos trabalhos de Ciccillo no Ibirapuera, desde a constituição da Comissão do IV Centenário. Há também, datado da mesma época, um registro fotográfico do parque, que

125 Ampla documentação abrangendo os trabalhos da Comissão do IV Centenário, desde sua instituição em 1951, sob a presidência do Sr. Francisco Matarazzo Sobrinho, incluindo a realização dos festejos e todos os acontecimentos que os envolveram, até a destinação do Parque Ibirapuera e sua situação atual [RELATÓRIO 1951-1976. FMS_0300-01a. Fundo Francisco Matarazzo Sobrinho, Arquivo Histórico Wanda Svevo/Fundação Bienal de São Paulo].

integra seu arquivo pessoal acompanhado da descrição: “Parque Ibirapuera, como se encontrava em 1976. Parcialmente seccionado, perdendo parte do projeto original, com alguns pavilhões transformados em repartições municipais e estaduais, conserva entretanto enorme área verde, de que desfruta a população para passeios dominieiros, e a juventude para utilização de suas bicicletas e motocicletas” (Figura 35).

O relatório finaliza com uma análise da situação do parque naquele momento em transcrição de trecho de entrevista gravada com o ex-governador Lucas Nogueira Garcez, que declarava:

[Ciccillo] realizou esse monumento que é o Parque Ibirapuera, que apenas me dá uma tristeza: seu destino nunca foi aquele que eu e Ciccillo havíamos imaginado. Nasceu de uma manifestação de cultura, e gostaríamos que tivesse permanecido com seus edifícios utilizados por instituições científicas e culturais, o que infelizmente não ocorreu. (...) Agora os prédios não são os mesmos, com todas as modificações sofridas para a instalação da Administração Municipal. A reforma terá que ser total. Por isso, aprovo a decisão de se chamar para esse trabalho o planejador original, Niemeyer. (...) Eu espero sinceramente que o Parque volte a ser como antes. Foi uma obra do meu governo que me orgulha muito, mas não como está agora. Espero também que todas as áreas verdes da cidade, que já são poucas, sejam preservadas.

Outro depoimento, transcrito no mesmo documento, constitui a vez de Ciccillo manifestar-se, já com saúde bastante debilitada, pouco antes de falecer:

Quando o governador Garcez me chamou para presidir a Comissão do IV Centenário, fui logo avisando que, se a gente construísse alguma coisa, era para ficar para o povo, não para acabar no dia seguinte. Ele e o prefeito Armando de Arruda Pereira deram-me todo o apoio. Iniciamos as obras, depois de chamar o Oscar Niemeyer, uma sumidade. Aliás, gostaria muito de saber se as mudanças que ele vai fazer lá, agora que foi chamado de novo. Sabe, eu acho difícil que um artista, vinte e tantos anos depois, continue pensando da mesma maneira e queira manter o projeto inicial. E ele é um artista... Acho que é preciso rever tudo, se realmente querem dar ao parque o fim que a gente queria primeiro. Mas não sou político, nunca fui, e não tenho nada com isso, contudo acho que a Prefeitura deveria ir para um lugar onde todos ficassem unidos sob as ordens e vista do prefeito.

A referida “revisão” que Niemeyer faria no “plano diretor” do Ibirapuera a pedido de Colasuonno acabou, no entanto, também não se efetivando, pois houve apenas “uma reunião no Rio de Janeiro entre o arquiteto e os técnicos da prefeitura, e não foi assinado nenhum contrato para a elaboração desse plano” [RELATÓRIO 1951-1976].

O mandato de Colasuonno terminara, e o novo prefeito, Olavo Setúbal (1975-1979), seria o responsável pela criação de dez novos parques na capital, durante sua administração. Nada declarou, porém, a respeito do projeto de Niemeyer, informando apenas ter colocado “de lado a aplicação imediata do plano paisagístico de Burle Marx para o Parque Ibirapuera”, pois “uma reformulação física e de uso do Parque, nos termos propostos, é trabalho para muitos anos, em vista das dificuldades a superar e das verbas exigidas”. O orçamento do projeto de Burle Marx – de nove milhões de cruzeiros, estimado quando entregue à administração anterior – já era da ordem de 37 milhões naquele momento [IBIRAPUERA, 22/08/1975].



Figura 36: Parque Ibirapuera em 1976; Arquivo Histórico Wanda Svevo/ Fundação Bienal de São Paulo





EDIFÍCIOS, CARROS E LAGOS, TAL QUAL BRASÍLIA

Apesar de não dar continuidade aos planos da gestão anterior, o novo prefeito, Setúbal, empossado em agosto de 1975, promoveu uma verdadeira limpeza no parque. Da lista de edifícios relacionados no mencionado relatório de 1975, a *Folha de S. Paulo* anunciava em maio de 1976 a derrubada do primeiro, o Café Concerto. A matéria trazia a história do operário Avelino Nogueira dos Anjos, que construíra o estande do Instituto Brasileiro do Café, onde, durante o IV Centenário, distribuíam-se cafezinho e sorvete de café. O relato de Avelino informava que, depois dos festejos, ele participara de mais umas quatro reformas até a última, em 1973, que desvirtuara a finalidade do Café transformando-o em casa de *shows*: “Estava bonito, cheio de gente, mas não era o mesmo lugar onde a gente vinha beber cafezinho”, relembrava, com certa nostalgia: “Agora estou aqui para ajudar a destruir o que construí em 1953” [COMEÇA..., 28/05/1976].

Na mesma reportagem, o diretor do Departamento de Parques e Jardins da Prefeitura, Mauro Antônio de Moraes Victor, afirmava que a demolição do Café Concerto fazia parte de “um simples programa de demolição de prédios públicos do Parque do Ibirapuera”. Afinal, a cidade estava perdendo área verde “de maneira alarmante nos últimos anos”. O diretor relatava uma análise feita sobre a história e a anatomia dos parques da cidade, tomando como exemplo o Jardim da Luz, cuja

área era fabulosa: ia da estação rodoviária até a Politécnica; e se tivesse sua área primitiva seria igual ao Parque Palermo em Buenos Aires. Mas com o passar dos anos a área verde foi cedendo lugar para os prédios públicos. Chegamos a essa conclusão: não devemos só criar áreas verdes, mas também preservar as existentes. Com o Parque Ibirapuera estava acontecendo a mesma coisa. Sua finalidade foi degenerada e distorcida; já não é um local de lazer.

O diretor afirmava também que, de acordo com o novo projeto, os pavilhões da prefeitura e das secretarias seriam transformados em museus, e que na área do Viveiro Manequinho Lopes e da sede do Departamento de Parques e Jardins apenas árvores e plantas restariam até o final daquele ano. “O cimento será banido do Parque”, acreditava, otimista, acrescentando que seria também realizada a despoluição gradual dos lagos, e que já não seria permitida a circulação de automóveis e motocicletas no local [COMEÇA..., 28/05/1976]. Aparentemente, mesmo sem sua aplicação direta, as ideias e os comentários de Burle Marx e de Oscar Niemeyer haviam surtido algum efeito.

Eram, pois, diversas as frentes que faziam emergir uma sensibilidade ecológica: da questão dos automóveis dentro do parque, passando pela questão da prioridade dadas às vias expressas, que o haviam descaracterizado; a constatação da falta

de áreas verdes na cidade e também de sua perda dentro dos espaços já existentes; a questão da poluição dos lagos e do lixo no parque... Vale lembrar que preocupações da ordem ambiental despontaram em escala mundial exatamente nessa década de 1970, mas, de fato, ganhariam “notoriedade no Brasil a partir da realização da ECO 92 no Rio de Janeiro” [BARTALINI, 1999, p.150]. Com igual defasagem em relação ao resto do mundo, ou pelo menos aos Estados Unidos, foi a importância atribuída ao lazer praticado ao ar livre “como válvula de escape das tensões sociais” [p.145]. Nas principais cidades norte-americanas isso já acontecia desde 1930, enquanto em São Paulo só em meados da década de 1970 essa prática teria começado e seria promovida, juntamente com a introdução de atividades desportivas. Como informa Bartalini, a criação da Secretaria Municipal de Esportes em 1969 foi um grande impulso para que essas atividades comessem a ocorrer, como também a criação de projetos nas ruas da cidade pela Secretaria do Bem Estar Social, que chegaram a fechar quase duas centenas de ruas para o lazer dos moradores entre fevereiro de 1976 e outubro de 1978.

Em maio de 1976, Mariângela Medeiros [03/05/1976] publicava extensa matéria sobre o Ibirapuera, que estaria repleto de gente participando da programação de atividades esportivas e de lazer promovidas pela prefeitura, como também das novas “ruas de lazer” que estavam surgindo pela cidade. Em texto inspirado, e com certa ironia, a jornalista expunha sua visão de um grupo de 30 mil pessoas se exercitando no parque. “Parabéns! Rua asfaltada, esgoto coberto, casas bonitas em volta, ninguém reclamando de doença ou falta de escola, enfim, nessa manhã os problemas estão esquecidos: é uma São Paulo saudável e agradável que só agora seu habitante descobre.” Na reportagem, o secretário municipal de Esportes, Caio Pompeu de Toledo, organizador de promoções como a “Grande marcha a pé pela cidade”, uma das iniciativas de incentivo ao lazer comunitário, explicava: “Os desavisados poderão pensar, diante dessa multidão caminhando, que se trata de uma manifestação política, tipo passeata. Mas é apenas o paulistano em lazer”. E seguia: “O paulistano não sabe mais o que fazer de seu tempo livre. Por isso mesmo ele comparece assim em massa a qualquer programa que incentive o conhecimento de novas pessoas, a diversão e o relaxamento. A jornalista analisava em seguida a fala do secretário sobre o comportamento do paulistano:

Antes, o habitante de São Paulo se orgulhava de dizer que sua cidade era a que mais crescia no mundo. Considerava-se eficaz contribuindo com o seu trabalho ininterrupto, para esse crescimento gigantesco. Anos mais tarde, quando o paulistano parou para descansar, descobriu que a cidade não lhe pertencia. Ele se viu turista em seu próprio lar. Se viu estrangeiro, em sua própria terra. E não reconheceu aquilo que tinha ajudado a construir. Assim, resolveu qualificar esse local, como “desumano”, “assustador”, “fábrica de loucos”, “paraíso das neuroses”, enfim “um local onde se trabalha e não se vive” [MEDEIROS, 03/05/1976].

Ainda de acordo com a jornalista, para os políticos da oposição (filiados ao MDB) naquele ano de eleições, tais iniciativas da prefeitura eram medidas fáceis para “conquistar a simpatia popular” em detrimento de soluções de problemas mais profundos, como “falta de escolas, hospitais, calçamento, redes de esgoto”. Mas a proposta da prefeitura, por mais demagoga e eleitoreira que fosse, já parecia materializar os novos tempos de abertura política:

Estamos promovendo o encontro das pessoas. Tentando fazer uma São Paulo mais alegre. Não bastasse a imensidão da cidade, o automóvel ainda contribui muito para o distanciamento de pessoas até mesmo daquelas que moram num mesmo prédio, quarteirão ou no mesmo bairro. Cortaram-se os canais de comunicação, e, sozinho, o cidadão não tem forma de reatar esses laços [MEDEIROS, 03/05/1976].

Nessa mesma linha, o secretário também inaugurava as chamadas ruas de lazer.¹²⁶ Qualquer tipo de organização de bairro poderia solicitar que uma determinada rua fosse isolada das oito às 18 horas todos os domingos, “para que as crianças da região possam brincar sem o perigo do trânsito” [MEDEIROS, 03/05/1976].

Naquele ano de 1976, em Moema, bairro vizinho ao parque, foi inaugurado o Shopping Ibirapuera, então o maior centro comercial da cidade. E já se debatiam as consequências da implantação do equipamento na região: “A avenida Ibirapuera deixará de ser uma alternativa de acesso razoável a Santo Amaro, pois se transformará em mais um corredor comercial” [TEMIDO..., 26/05/1976]. O Ibirapuera já não era mais um parque distante do Centro: pouco a pouco a região em que se inseria vinha sendo transformada em novo Centro da cidade, que somava as sedes do poder público da década de 1960 às novas centralidades comerciais da década seguinte.

O problema do acesso de veículos motorizados ao parque prosseguia e seria um dos principais conflitos enfrentado pelo prefeito Olavo Setúbal. Num dos domingos, quando já era proibida a entrada de carros e motos no Parque Ibirapuera entre oito e 14 horas, o prefeito resolveu estender a proibição para o dia inteiro. A iniciativa diminuiu cerca de 15 mil frequentadores do parque e provocou um protesto por parte dos motoqueiros que, juntos, foram até a residência do prefeito reclamar da medida [IBIRAPUERA..., 17/08/1976]. A população ficou dividida: de um lado, esportistas e famílias com crianças defendiam o parque só para pedestres; de outro, os que defendiam o acesso aos motores, seja pela dificuldade de estacionar fora e “ter que caminhar para fazer um piquenique” sem a comodidade de estar perto do carro; seja pelo próprio programa de ficar “rodando pelas ruas do parque,

126 Nota-se que o fechamento de ruas para lazer é uma prática municipal desde então [DO VALLE, 13/11/2014].

paquerando”, como os motoqueiros que adoravam “correr e fazer acrobacias pelo parque, se ‘exibindo’” para as moças “que vão de carro”. A matéria completava:

E, quem sabe, alguém se lembrará também de que nem só as pessoas que têm motos ou que têm carros devam usufruir dessa área verde, mas também aqueles que usam transportes coletivos. Hoje é reduzidíssimo o número de frequentadores do parque que usa ônibus. Por quê? A Prefeitura nunca se interessou em saber disso: aceita a situação como está [MEDEIROS, 03/05/1976].

O debate sobre a proibição de carros e motos no parque se intensificou naquele mês de agosto de 1976, trazendo para o Ibirapuera a polêmica e a inusitada medida de privilegiar o pedestre, marca da gestão de Setúbal no Centro da cidade, que passou a contar com numerosos calçadões e limitação de horário para circulação de veículos privados. O parque, aos 22 anos, sofria crise similar à da passagem da adolescência à vida adulta: não era possível agradar todos. O prefeito se confessava perplexo e confuso: “como expulsar os carros do Ibirapuera se a própria população está acostumada a contemplar as áreas verdes de longe, do interior de seus automóveis?”. Importante ressaltar que naquela época a população da cidade já somava oito milhões de habitantes, e o número de veículos, 1,6 milhão. Já se noticiava que poderia demorar “uma hora e meia para atravessar o parque num fim de semana, devido ao engarrafamento geral” [IBIRAPUERA..., 18/08/1976]. E para complicar tudo ainda mais, num domingo daquele mês de agosto os motoqueiros invadiram a marquise, num ato considerado “a gota d’água” para o fechamento do parque a carros e motos, pelo menos nos finais de semana. Ainda assim, porém, os veículos não deixaram de circular no parque, embora recebendo multas por não obedecer uma precária sinalização que proibia sua entrada.

A partir de setembro, o foco das notícias sobre o Ibirapuera deixava de lado a questão dos veículos e motos para dar lugar, outra vez, às reformas. Tanto as demolições dos edifícios quanto o tratamento dos lagos deveriam ter continuidade para que fossem concluídos até o final da gestão de Setúbal. Concomitantemente, o prefeito anunciava que o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, havia “garantido uma verba de 250 milhões de cruzeiros, no orçamento da Caixa Econômica Federal em 1977, para conclusão do Hotel Parque Anhembi, que nos próximos dois anos será transformado em Paço Municipal” [PREFEITO..., 21/09/1976]. Ou seja, dentro de dois anos esperava-se que a prefeitura e suas secretarias fossem definitivamente transferidas dos pavilhões do Ibirapuera para o novo local.

Eram, porém, os lagos que continuavam constituindo o grande problema do Ibirapuera, cada vez mais poluídos, mesmo após os trabalhos iniciados na gestão Colasuonno. O ex-prefeito havia mandado saneá-los, começando o serviço pelo esvaziamento e remoção do lodo, seguindo com a construção de galerias para a

canalização dos córregos Caaguaçu e Boa Vista. O Córrego do Sapateiro ficara sob a responsabilidade do estado (DAE, Saec e Sabesp). Dois anos depois verificava-se que a parte da prefeitura havia sido mal executada, e a parte do Estado, esquecida. Seria necessário, portanto, recomeçar, do zero [REPETIDA..., 10/10/1976]. Importante lembrar que, naqueles idos de 1977, “tanto a área interna do parque – incluindo o gabinete do prefeito, museus, bienal e órgãos municipais – como, parcialmente, os bairros vizinhos” não dispunham “de canalização de esgotos” [UM PROJETO..., 28/04/1977].

Em 1978, Maria Luiza Pastor [14/08/1978] em matéria do *Diário Popular* criticava a última reforma do parque e reunia depoimentos de vários protagonistas de sua história. Entre eles, o arquiteto Carlos Lemos retomava a questão do uso dos edifícios, lembrando que a Comissão do IV Centenário, embora tivesse inventado um programa, não havia verificado com o devido cuidado “todos os elementos pertencentes a seus planos”. No programa constavam edifícios, “cada um com grandes ambições para si mesmo, como o Pavilhão da Bienal, que é mais comprido e mais largo que a rua Barão de Itapetininga”, no Centro da cidade. Apenas se esqueceram de estudar o destino que iriam ter essas construções após os festejos.

Em relação à controvertida presença de secretarias e do gabinete do prefeito no parque, Lemos dizia acreditar “que o ideal seria que houvesse dinheiro para que fossem destinados a edifícios projetados para este fim, mas como não há, infelizmente as repartições vão continuar se mudando para lugares inadequados, forçando adaptações que nunca vão ser totalmente satisfatórias”.

Na mesma matéria, Paulo Duarte relembrava os velhos tempos da Comissão Especial do parque, formada após o fracasso da Fundação Ibirapuera, alegando que a “alergia à cultura” e a falta de interesse das autoridades fizeram com que tal Comissão se demitisse. E a partir de então, com o caminho livre, foram sendo instaladas no entorno do parque atividades como hospitais, repartições públicas, depósitos de materiais, exemplificando: “Na mudança do governo de Jânio Quadros para Carvalho Pinto, em 1959, este havia pedido pelo menos um edifício, e, mesmo se tratando de um homem de cultura, Carvalho Pinto acabou em brigas e disputas e, tendo que resolver um assunto pendente, instalou o Detran no seu edifício prometido” [PASTOR, 14/08/1978]. Era, contudo, o arquiteto Bernardo Klopfer que resumia na reportagem os maiores problemas das inúmeras reformas do parque:

A situação do Ibirapuera, tal como é manipulado pelas autoridades, reflete a situação que está aí, de agressão e imposição. As autoridades não deveriam sair por aí reformando tudo como bem entendem, de forma tão autocrática. O povo, que é quem utiliza as áreas urbanas, deveria ser mais respeitado, ou ao menos, consultado. (...) E se o povo não participa em nenhum momento do processo, não se sente dono do espaço urbano, surgindo assim a mentalidade do ‘lote’,

onde cada um cuida apenas do que está dentro de seus limites, deixando que a Prefeitura se vire com a área comum.

A prefeitura, de fato, “se virava” como podia, implementando soluções autoritárias e arbitrárias, como o gradeamento ao redor da Oca para evitar que as pessoas nela subissem ou a retirada dos *brises* do Pavilhão da Bienal, que foram substituídos por “atualíssimos vidros fumê”, descaracterizando assim o edifício. Ainda, o Pavilhão dos Estados, sede da Prodam desde 1973, recebera o nome Pavilhão Ciccillo Matarazzo após a morte de Ciccillo, em abril de 1977. Como concluiu a jornalista, essa “homenagem a quem queria ver as repartições públicas longe do parque” tratava-se, no mínimo, de uma “triste ironia póstuma” [PASTOR, 14/08/1978].

No último ano da gestão Setúbal ainda havia muito o que fazer no Ibirapuera. Veículos motorizados continuavam a circular pelo parque, dos 15 edifícios [QUINZE..., 19/09/1976] que seriam demolidos apenas seis o foram – o Café Concerto, duas calotas da exposição Átomos em Ação, paralela à Bienal de 1969, as sedes da Secretaria de Serviços e Obras e do Depave, que ocupavam, juntas, mais de 120 mil metros quadrados do Viveiro Manequinho Lopes, além do derradeiro Pavilhão Verde. Ao dar a primeira marretada nesse pavilhão, que simbolizava a última obra de sua administração no parque, o prefeito declarava: “O Ibirapuera deve voltar a ser uma área de lazer, recreação e cultura” [O PAVILHÃO..., 27/03/1979].

Ainda restariam, contudo, muitos percalços no caminho, a começar pelo que poderia ser uma segunda ironia póstuma: a súbita aparição de milhares de peixes mortos no lago em frente ao recém-batizado Pavilhão Ciccillo Matarazzo [NO IBIRAPUERA..., 09/04/1979]. Mais de uma tonelada de “carás, tilápias e lambaris” boiavam e exalavam mau cheiro, elevando o nível de poluição daquelas águas à máxima potência. No final do dia, quando informado do ocorrido, o prefeito Olavo Setúbal demonstrou certo espanto: “Nunca vi isso. Deve ter havido algum vazamento de esgoto; afinal, o lago não está totalmente canalizado”. Logo em seguida, porém, avaliava que tal situação não constituía propriamente uma surpresa: “Quando cheguei aqui, no início da minha gestão, os esgotos do gabinete eram lançados lá no lago. Não é um absurdo? Pois somente com a minha vinda a Sabesp foi informada para realizar obras de esgoto nessa área” [IBIRAPUERA..., 08/04/1979]. A Sabesp informou que “o rompimento acidental de um coletor auxiliar de esgoto e o consequente lançamento de grande quantidade de matéria orgânica no lago foram as causas da morte dos peixes no Ibirapuera” [ROMPIMENTO... 10/04/1979].

Como vimos, durante mais de duas décadas a dimensão do poder foi sobreposta às dimensões de lazer e cultura no Ibirapuera. E assim esse espaço público foi diminuindo em igual proporção em que foram aumentando as expectativas simbólicas nele depositadas desde o IV Centenário. Paralelamente, crescia a importância atribuída às questões ambientais e de preservação dos patrimônios cultu-

rais e paisagísticos no Brasil e no mundo. Como, contudo, concluiu Rosa Kliass [1993, p.32] anos depois de sua colaboração decisiva no Departamento de Parques e Jardins nos anos 60,

a máquina administrativa não apresentou capacidade de dar continuidade, em suas ações, às diretrizes estabelecidas pelos planos elaborados nos gabinetes de planejamento. Teria sido desejável e possível, e para tal não faltaram planos e projetos, que a implantação de parques tivesse se concretizado nos momentos das grandes intervenções urbanas, tais como a instalação das avenidas marginais do Pinheiros e do Tietê, da construção do metrô e da cirurgia que representou a implantação de todo o sistema viário.

A fragilidade dos órgãos de planejamento ambiental diante da práxis urbana, como desenvolve a autora, certamente foi fator que impossibilitou o avanço de um sistema eficaz de áreas verdes e parques na capital. Não houve condições institucionais para uma atuação efetiva junto aos órgãos de planejamento e aos setores executivos da administração, o que pode ser visto pelo “nível de agravamento das condições ambientais que a cidade atingiu”, como defende Kliass [1993, p.32], que ainda lança uma pergunta bastante atual: “Terá o nível de exigência do paulistano baixado ou o processo de especulação imobiliária conseguiu manter as condições de mercado de tal forma, que, diante da escassez, tudo se vendeu?”

Na década de 1980, em pleno período de redemocratização, a conscientização e necessidade de verde na capital continuariam enfrentando as especulações, e a população reclamaria “o parque de volta”. Ao mesmo tempo seria alavancado o processo de tombamento do Ibirapuera como patrimônio histórico, cultural e ambiental pelo Condephaat, num processo que durou uma década e o inseriu novamente num ringue de disputa política, como será analisado a seguir.



Figura 37: Parque Ibirapuera, 1993; foto: Juca Martins, acervo do Instituto Moreira Sales

CAPÍTULO 3

Uma trincheira cívica

O parque como lugar de lazer (1980 a 2000)

O estabelecimento de centros comunitários no núcleo das cidades e dos conjuntos habitacionais é mais importante e necessário que a própria construção de habitações, pois estes centros servem de base cultural em que o indivíduo poderá desdobrar plenamente a sua estatura no seio da comunidade. Enquanto procuramos decorar os nossos lares com todo o conforto possível, esquecemos das grandes vantagens dos locais públicos de reunião. Ruas e praças são entregues ao automóvel, ao passo que o pedestre é forçado a safar-se por estreitas calçadas. Ele perdeu literalmente o direito ao caminho. O contato vicinal, tão fundamental para a consciência dos antigos bairros e feiras, foi destruído pelo desenvolvimento explosivo do trânsito motorizado. É importante que construamos de novo nas nossas comunidades, os centros públicos, onde os homens, livres do trânsito e da influência da casa particular, possam encontrar-se em uma atmosfera neutra e onde o clima da congregação alcance expressão pública.
GROPIUS, 1969 (CITADO EM FUNDAÇÃO BIENAL..., 1980)

ESSAS PALAVRAS de Walther Gropius, ditas em finais da década de 1960 e retomadas em documento elaborado pela Fundação Bienal na passagem da década de 1970 para a seguinte, sinalizam muitas das expectativas e demandas que recairiam sobre o Parque Ibirapuera a partir dos anos 80. O processo de redemocratização do país em curso desde as eleições de 1982, que culminaria com a nova Constituição, promulgada em 1988, relacionava-se com ampla pauta de reivindicações sociais que englobavam as questões urbanas. As cidades emergiam

como plataformas necessárias para a humanização dos convívios, fosse por meio de contato mais equilibrado com o meio ambiente, fosse pelo fortalecimento da politização dos espaços públicos, que deveriam ser meio e expressão da reconquista paulatina dos direitos civis extraídos pela ditadura militar. Praças e avenidas foram palcos de manifestações e marchas políticas pela ampliação do voto, parques urbanos e florestais foram sendo eleitos como espaços de reivindicações ambientais que colocaram a natureza a ser preservada como uma vítima a ser resgatada da exploração a que fora submetida nos anos do desenvolvimentismo desenfreado, poluidor e desmatador do milagre econômico.

No âmbito da cidade de São Paulo, as reações de grupos sociais à ameaça de demolição da Escola Caetano de Campos na segunda metade da década de 1970, ao bota-abixo dos palacetes da Av. Paulista em 1982 e à possibilidade de verticalização dos jardins América, Europa, Paulista e Paulistano sinalizavam que a defesa da memória e do meio ambiente haviam entrado na pauta política da cidade [ver RODRIGUES, 1999; PRATA, 2009; CASAGRANDE DE PAULA, MENDONÇA, ROMANELLO, 2012]. O Parque Ibirapuera passaria a integrar esse conjunto de emblemas da preservação cultural e ambiental ao longo dos anos 80 e 90, até porque somava ambas as dimensões – ambiental e cultural – além de ser um dos principais pontos de lazer da capital, apesar de todos os cerceamentos de espaço e de acesso ocorridos nas décadas anteriores.

A apropriação social do Ibirapuera como espaço de descanso e diversão foi, aliás, cada vez mais intensificada ao longo da década de 1980, algo que se enlaçava com o incremento das práticas de *cooper*, das caminhadas ao sol e da valorização cada vez mais intensa do contato com a natureza, estimulado pela emergência da consciência ambiental. Feiras populares como a Festa do Verde e a Festa da Primavera traziam multidões ao parque em busca de plantas, além das Bienais de Arte e do Livro. O parque se tornava a “praia” da cidade, cada vez mais presente na mídia – por um lado, como lugar desejável, por outro, como espaço ameaçado pela sequência de maus-tratos e contradições que se acumulavam desde os anos 50. Intensificava-se a oposição entre carros e usuários, equação, como veremos, bastante complexa e contraditória.

NOVAS PRÁTICAS DE LAZER, NOVOS PROBLEMAS

Muitos desses desafios e expectativas em relação ao parque já se manifestavam no “Estudo liminar, elaborado pela Fundação Bienal de São Paulo (junho de 1980), para a remodelação e transformação do atual Parque Ibirapuera (utilização dos espaços e edificações) no Centro Cívico e Cultural da Cidade de São Paulo”, um projeto que evocava em sua primeira página os “conceitos de Walter Gropius,

exarados de sua obra *Scope of total architecture*, 1969”, em epígrafe acima. O projeto da Fundação Bienal elencava mais uma linha cronológica do Ibirapuera, desde o final da década de 1920 até 1980, concluindo:

No balanço de 26 anos de vida do Parque há um grande vazio. O parque Ibirapuera jamais cumpriu a sua finalidade, pelo menos para o que foi concebido, pela indefinição e falta de metas a que foi submetido. Sempre há obras improvisadas de pequena monta, destinadas a fins inespecíficos, ampliando a colcha de retalhos numa simbiose bizarra de lazer-cultura-esporte e Administração Pública.

Entre as 15 medidas propostas pela Fundação Bienal em seu “Plano-Piloto” para o parque nessa aurora da década de 1980, estava a de oficializar o Ibirapuera como “Centro Cívico e Cultural” por meio de projeto de lei municipal. A utilização da expressão centro cívico no começo dos anos 1980 revela um certo descompasso do Brasil em relação à nomenclatura urbana utilizada nos países da Europa e América do Norte. Neles, nos anos 50 e 60 utilizavam-se centro cívico e coração da cidade para designar o que, a partir dos anos 70, passou ser denominado espaço público. Como coloca François Tomas [2002, p.7], “seja qual for o significante, era um conceito cujo significado designava tanto lugares abertos em que a vida coletiva dos habitantes da cidade se desenvolvia quanto lugares simbólicos com personalidade de cidade”.

O plano da Bienal pretendia também oficializar a interligação do parque, “física e juridicamente, pelo lado da Assembleia Legislativa e Detran, e pelo lado Sul-Leste com a Avenida IV Centenário, na direção do Tribunal de Contas da Municipalidade de São Paulo, por meio de viadutos”. De acordo com o plano todas as propostas deveriam ser viabilizadas mediante “desapropriação em prazos de 3, 5 e 10 anos”. Dentro do mesmo prazo propunha a retirada das administrações municipais do parque. Outras medidas incluíam o “fechamento total do parque com grades e portões com guaritas”; o estabelecimento do “horário de funcionamento entre 7:00 e 24:00 horas”; “a iluminação total do parque”; “a retirada de todos os veículos da circulação do parque”, além da “construção do Teatro Municipal do Ibirapuera”. E também, como não poderia deixar de ser, diante dos interesses da entidade promotora desse documento, a finalização da reforma do Edifício da Bienal e sua área de estacionamento, iniciada pelo prefeito Olavo Setúbal no ano anterior (1979) mas não concluída: “as lâminas ‘brise-soleil’, imprescindíveis à proteção contra o sol e regulação da luz, para resguardar as obras expostas, são omitidas e tampouco reformadas as escadas rolantes, pisos, tetos, instalações hidráulicas e elétricas, módulos divisórios e iluminação adequada. A instalação prevista do ar condicionado não é executada”. Segundo os autores do plano, não assinado, “o único pavilhão para arte e cultura” havia ficado pela metade [PROPOSTA..., 1980].

Nesse estudo, a Fundação elencava todas as entidades que ocupavam as áreas do parque, dando ênfase aos denominados “espaços vazios” e seus edifícios, que segundo o levantamento ocupavam 1.600.000m². Dentre “as propostas de alterações, obras e inclusão de edificações” destaca-se, paradoxalmente às palavras de Gropius evocadas pela Fundação Bienal, a “construção de um estacionamento para 10 mil veículos com acesso pelas avenidas República do Líbano e IV Centenário”, que seria instalado no lugar do Viveiro Manequinho Lopes. Tal proposta evidencia que o problema dos automóveis no parque prosseguia, a ponto de sugerir que uma extensa área verde fosse suplantada por um estacionamento.

O projeto da Bienal para o parque, além do interesse na reforma de seu próprio pavilhão,¹²⁷ pode ter sido uma forma de colaboração com a nova gestão municipal que se iniciava, do prefeito Reynaldo de Barros,¹²⁸ que fora indicado pelo governador Paulo Maluf, além de uma possível reação às diversas notícias sobre o Ibirapuera que estampavam os jornais, como visto no capítulo anterior, desde meados dos anos 70 e naqueles primeiros meses de 1980. Falava-se principalmente do “perigo” que o parque oferecia, com o já recorrente problema da circulação de motos e veículos em alta velocidade, que se agravava com as intermináveis rachas, muitas vezes chamadas de “richas” nos jornais, além dos ruídos insuportáveis.

Em janeiro de 1980, um incidente havia provocado a retomada do debate sobre a segurança no parque por onde menos se esperava: um menino de 15 anos morreu afogado no lago. Uma vendedora de sanduíche declarou para a reportagem do *Jornal da Tarde* que havia “uma porção de gente por perto, vendo o garoto se afogar, mas ninguém foi socorrê-lo” [NO MEIO..., 29/01/1980]. Outra frequentadora do parque indagava: “Existem placas em volta de todo o lago dizendo que é proibido nadar e pescar, mas todo sábado você pode encontrar crianças e até adultos pescando na beira do lago. O que é que se pode fazer? Cercar o lago?”. De acordo com um funcionário do parque, também ouvido pela reportagem, os meninos chegavam “a pescar quase três quilos de cará por dia”.

Outros problemas apontados pelos frequentadores incluíam cães soltos pelo parque devido à presença da Associação Paulista de Criadores de Cães Pastores Alemães, que continuava sediada nas imediações da Av. IV Centenário, e cujos associados deixavam seus cães soltos por lá. A definitiva “eliminação do treinamento de cães pastores” e “do Kennel Club” era tópico previsto na lista de alterações sugeridas no plano da Fundação Bienal. A manutenção da pista de *cooper* também era um item da lista do *Jornal da Tarde*.

127 Ao mesmo tempo em que fazia um projeto para o parque, a Fundação Bienal também recebia um anteprojeto do arquiteto Paulo Mendes da Rocha naquele mês de junho de 1980. O “Anteprojeto das adaptações para o edifício sede da Fundação, no Parque Ibirapuera, com o intuito de ampliar as atividades culturais propostas pela nova direção” já dizia ao que vinha no próprio título.

128 Reynaldo de Barros (Arena até 1980 e PDS após 1980) foi prefeito da capital entre 12/07/1979 e 14/05/1982. Sobrinho do ex-governador Adhemar de Barros era um dos próximos colaboradores de Paulo Maluf.

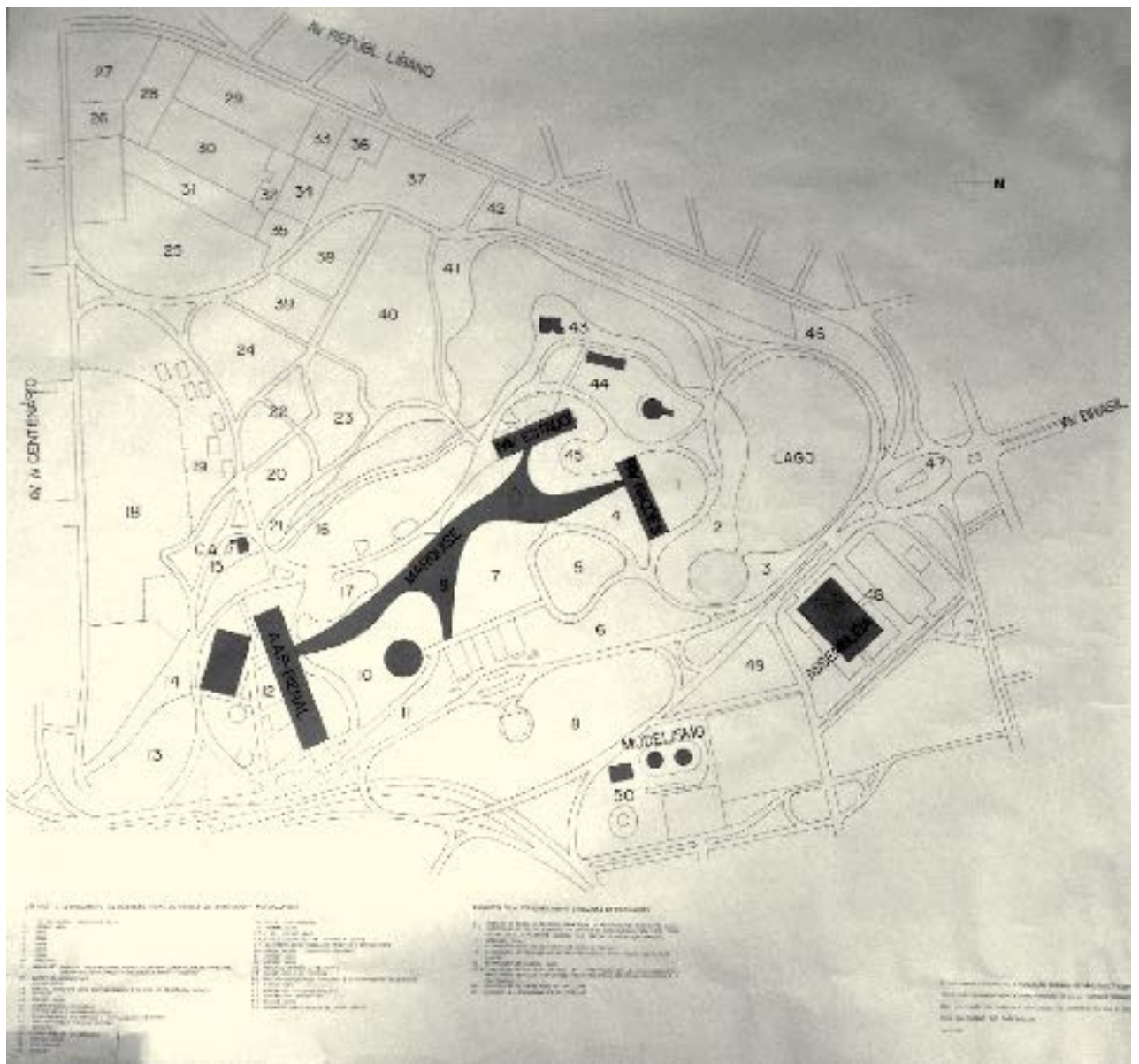


Figura 38: Estudo liminar, elaborado pela Fundação Bienal de São Paulo (junho de 1980), para a remodelação e transformação do atual Parque Ibirapuera (utilização dos espaços e edificações) no Centro Cívico e Cultural da cidade de São Paulo; Arquivo Histórico Wanda Svevo/Fundação Bienal de São Paulo; *lay-out* e levantamento da ocupação atual do Parque Ibirapuera (1.600.000,00m²) **1** Pav. das Nações (Gab.do Prefeito); **2 a 7** Espaço Vazio; **8** Obelisco; **9** Marquise (Museu de Arte Moderna, Museu dos Presépios, Show Room, Restaurante, Sanitários, Fiscalização e Vigilância e Pronto Socorro; **10** Museu da Aeronáutica; **11** Espaço Vazio; **12** Bienal, Museu de Arte Contemporânea e Centro de Recreação Infantil; **13** Detran; **14** Espaço Vazio; **15** Administração do Parque; **16** Espaço vazio e Jardim dos Cegos; **17** Estacionamento de veículos e treinamento de motos; **18** Cães pastores e pista de cooper; **19** Esportes; **20** Corp. Mun.de Voluntários; **21** Espaço Vazio; **22** Play Ground; **23** Bosque; **24-38**, **39** Play Ground; **25** Kennel Club; **26-28** Espaço Vazio; **29-36** Viveiro M. Lopes; **37** Garagens, Manutenção de veículos, Espaço Vazio; **40** Praça da Paz (Concertos Musicais); **41-42** Espaço Vazio; **43** Pavilhão Japonês e Heliporto; **44** Planetário e Astrofísica; **45** Pavilhão dos Estados(Prodam) e Estacionamento de veículos; **46** Espaço Vazio; **47** Monumento dos Bandeirantes; **48** Assembleia Legislativa; **49** Bosque vazio; **50** Aeromodelismo e tanque de água aberto. Propostas de alterações, obras e inclusão de edificações: **9** Remoção do Museu dos Presépios, Show Room e restaurante para outro local; **12** Construção do Teatro Municipal do Ibirapuera para 2.500 pessoas, no local atualmente ocupado pelo Centro de recreação infantil; **13** Remoção total; **17** Eliminação total do movimento de motos e carros; **18** Eliminação do treinamento de cães pastores e manutenção da pista de cooper; **25** Eliminação do Kennel Club; **26-37** Construção de estacionamento para 10.000 veículos com acesso pelas avenidas República do Líbano e IV Centenário; **40** Construção de um teatro ao ar livre; **45** Eliminar o estacionamento de veículos

Em meio às reportagens sobre os perigos do parque, em matéria d'O Estado de S. Paulo sobre o que fazer em seus espaços [O QUE..., 22/02/1980], a trilha para *cooper* era apontada como um de seus equipamentos mais procurados, com adeptos correndo “todas as manhãs, inclusive no inverno”. De fato, o *cooper*, que já havia se estabelecido nos Estados Unidos, estava “virando moda” no Brasil. Seriam construídos, aliás, vestiários masculinos e femininos no parque para que os corredores pudessem tomar banho depois das atividades físicas e seguir para o trabalho – projeto que o próprio administrador do parque, José Joaquim Calazans, acompanharia de perto [IBIRAPUEIRA..., 14/07/1981]. A prática da corrida trouxe a instalação de uma série de aparelhos para exercícios físicos, feitos em madeira, formando um circuito que incluía traves, barras, pórticos, escadas e argolas. Até nisso, entretanto, havia problemas com relação à segurança: além dos ciclistas, que invadiam a pista de *cooper* com as suas bicicletas em alta velocidade, havia também os “trombadões”, que “fingindo-se de atletas, andam correndo pela pista e nas suas imediações, esperando uma oportunidade para apanhar algum atleta distraído e levar-lhe a carteira ou a sacola” [MELAMET, 31/07/1980].

A Festa do Verde, realizada anualmente com expositores de plantas na grande marquise, era tida como o evento mais visitado no Ibirapuera. Iniciada na gestão Colasuonno, em 25/01/1974, durava cerca de dez dias, sempre coincidindo com o aniversário da cidade. Os floricultores paulistas, em estandes que se espalhavam pela marquise, ofereciam mudas, plantas, sementes, adubos e equipamentos, estimulando os visitantes a se iniciar ou aperfeiçoar-se na arte de criar plantas e flores e desenvolvendo consciência ecológica em crianças e adultos, com diversas atividades para toda a família. A última Festa do Verde, sua 26ª edição, foi realizada em 1999, coincidindo com o fim do período do parque como lugar de lazer abordado neste capítulo. Na esteira dessa feira, passou também a ser realizada, em moldes iguais, a Festa da Primavera a partir de 1981, nos meses de setembro e outubro, até ser interrompida, em sua 18ª edição, também em 1999.

Ainda de acordo com o jornal [O QUE..., 22/02/1980], a área cultural do parque era a menos procurada, pois “muitos dos frequentadores desconhecem a existência dos museus, outros não visitam por causa dos ingressos” – para entrar no Museu de Arte Moderna, na época, o visitante pagava CR\$ 10,00. Além do MAM, a matéria apresentava as exposições em cartaz no MAC-USP, instalado no terceiro andar do Pavilhão da Bienal, as coleções do Museu do Folclore¹²⁹ e do Museu da

129 “Com um acervo de 20 mil peças, um laboratório de pesquisa e uma biblioteca de mais de quatro mil volumes, o Museu do Folclore apresenta uma amostra curiosa das artes e cultos populares do Brasil. Ele possui, entre outros, figuras de bumba meu boi, objetos utilizados em cavalhadas, máscaras e bonecos de carnaval, peças de cerâmicas figurativas, carros de boi, aparelhos de fabricação de farinha de mandioca, engenhos e moendas. Os utensílios de uso diário no Brasil também foram incorporados à coleção, podendo ser vistos no museu pilões de madeira, roda d’água, carros de boi, um rancho caiçara, jangadas, canoas a vela, uma casa de vaqueiro, vestes de orixás e de festas populares. O museu do Folclore abre de terça a domingo, das 14 às 18 horas” [O QUE..., 22/02/1980].

Aeronáutica,¹³⁰ ambos na Oca e o acervo do Museu dos Presépios¹³¹ instalado sob a grande marquise – o último, de acordo com a proposta da Fundação Bienal, também deveria ser removido. Além dos museus, o Planetário mantinha sessões para o público em horários irregulares durante toda a semana, com os ingressos mais caros do recinto: CR\$ 56,00 ou, para estudantes e menores, CR\$ 26,00.

Além de elencar os problemas, a mídia impressa constatava que o Parque Ibirapuera era “o local preferido pelos paulistanos para o seu lazer de fim de semana”. Os maiores problemas ocorriam quando, num mesmo domingo, coincidiam dois eventos importantes, como foi o caso num fim de semana de agosto de 1980, com a Bienal do Livro e o Festival de Folclore: “o parque famoso vira verdadeiro pandemônio, sobretudo porque, com a permissão para a entrada de automóveis, o trânsito torna-se praticamente impossível” [TRÂNSITO..., 26/08/1980].

Em meio às diversas críticas nos editoriais, o então secretário municipal de Serviços e Obras, Paulo Gomes Machado, pediu um estudo para implantação de bolsões de estacionamento que limitariam o trânsito dentro do parque. Para ele, no entanto “o maior problema passou a existir quando a moda do *cooper* transformou o Ibirapuera num logradouro muito procurado e apareceram as prostitutas”. Com a fiscalização constante, entretanto, “elas acabaram deixando a área e se concentrando nas avenidas próximas”, restando apenas um ponto em que continuava “esse tipo de abuso”: a área sob a passarela do Detran, “usada como se fosse um motel” [TRÂNSITO..., 28/08/1980]. Essa área, especificada no estudo da Bienal apenas como “Detran”, também seria objeto de “remoção total”. Apesar dessas intenções, a gestão Reynaldo de Barros não agiu consistentemente no parque.

Em janeiro de 1983, durante a curta gestão do médico Antônio Salim Curiati como prefeito da cidade, também nomeado, como Reynaldo de Barros, pelo governador Paulo Maluf, falava-se, aliás, em “dois Ibirapueras” aos domingos:

130 “Mantido pela Fundação Santos Dumont, possui uma riquíssima coleção de medalhas de ouro e prata, distintivos cravejados de pedras preciosas, instrumentos de precisão e relíquias de valor inestimável, segundo especialistas. Fazem parte de seu acervo os desenhos do primeiro relógio de pulso, idealizado por Santos Dumont e produzido por Cartier, documentos sobre o invento do balão, uma réplica do 14 Bis, ferramentas, aparelhos, desenhos e reproduções ligadas ao primeiro avião brasileiro. Um Thunderbolt P-47, um Wacco-cso (especializado na correspondência aérea) e um avião da escola Paulistinha 02 também podem ser vistos no museu. Há uma sala dedicada somente à Lua, com fotos e documentos. O museu da Aeronáutica funciona no mesmo horário do de Folclore, das 14 às 18 horas” [O QUE..., 22/02/1980].

131 “Funciona de terça a domingo, das 13 às 17 horas, cobrando ingresso de CR\$ 20,00. Seu acervo consta de cem presépios de todos os Estados brasileiros e de vários países, além de quadros, peças raras, destacando as Lapinhas da Bahia, imagens policromadas e objetos folclóricos. O presépio mais importante e que deu origem ao museu é um napolitano, composto de 1.500 peças em estilo barroco, com 300 delas representando figuras humanas em trajes típicos do século XIX. Destacam-se ainda um presépio polonês, recoberto e ornamentado com papel de chocolate, em forma de catedral; um da Ilha da Madeira, datando do século XVIII, em terracota policromada a ouro, e outros do Japão, China, Rússia e Nigéria. Dos países latino-americanos, há presépios característicos como um boliviano, encerrado num *bargueño* – uma caixa que abre e fecha” [O QUE..., 22/02/1980].

Um parque é alegria, lazer, onde as crianças transformam a parte de cima da marquise em plataforma de lançamento de “papagaios” ou o teto curvo do prédio que abriga os museus de folclore e aeronáutica em escorregador. O outro parque é poluição, barulho e até violência, onde os gramados podem transformar-se em pista de “trail” para motociclismo, sendo tão difícil atravessar uma alameda de lá quanto uma rua do Centro, e um grande congestionamento que acaba tomando conta de tudo [TAREFA..., 10/01/1983].

Em março de 1983, a *Folha de S. Paulo* organizou o debate “A cidade quer o Ibirapuera de volta”. Com a presença de vereadores como Marcos Mendonça (do mesmo partido do prefeito) e arquitetos urbanistas como Rosa Kliass, além de representantes dos mais diversos grupos e entidades, como Corredores Paulistas Reunidos – Corpore, União dos Defensores da Terra – Oikos ou Federação Paulista de Motociclismo, foram apresentadas algumas propostas práticas, que poderiam ser implantadas a curto prazo, e “outras mais polêmicas”, que exigiriam “investimentos, estudos e projetos” [CIDADE..., 26/03/1983].

Uma das maiores polêmicas nesse debate foi a proposta do chamado Geroparque, um parque para idosos dentro do Ibirapuera promovido pelo ex-prefeito e médico Antônio Salim Curiati,¹³² e que já estava com as obras avançadas. Essa proposta foi entregue ao prefeito Curiati pelo colega médico Tuffik Mattar, com projeto de seu filho, o arquiteto Eudes de Oliveira Mattar. O Geroparque contaria “com uma pista de exercícios e bicicleta antiderrapante (em uma área verde)” e com um novo edifício que abrigaria “restaurante dietético, bar, sala de carteador, sala de bilhar, sala de ginástica e de fisioterapia, sala de médicos, enfermaria, administração, piscina e estacionamentos para ambulância e automóveis particulares. Tudo isso ocuparia uma área de 9.677 metros quadrados” do parque. Uma reportagem do *Jornal da Tarde*, questionou a pertinência do projeto, ao que Mattar respondeu: “Não entendo por que o Geroparque está trazendo tantas discussões. Ficam discutindo a área para os velhos. Por que não discutem as áreas dadas aos cães e aos motoqueiros, dentro do Ibirapuera?” [O MÉDICO..., 13/01/1983].

Rosa Kliass, considerando tal projeto uma “agressão”, reivindicava sua “implosão imediata”. O presidente do Condephaat, Aziz Ab’Saber, convidado especial no debate, concordava nessa questão com a arquiteta, que ainda rematava: “O que nós assistimos nesses últimos anos foi o tratamento das áreas verdes como espaços vazios a serem ocupados e não como espaços abertos à população” [CIDADE..., 26/03/1983]. Ab’Saber lembrava que as áreas verdes da cidade eram “seu maior patrimônio” e por isso era de fundamental importância “o estabelecimento

132 Antônio Salim Curiati (PDS) foi prefeito de São Paulo de 15/05/1982 até 14/03/1983, nomeado pelo governador do estado Paulo Maluf.

de tipos de parques urbanos” para evitar, justamente, “intromissões” como a do GeroParque, “inadmissível” a seu ver.

A proposta do secretário municipal de Cultura, Fábio Magalhães, era mais ousada: propunha a “demolição do prédio da Fundação Bienal, mantendo suas estruturas e formando um grande vão livre onde poderiam ser desenvolvidas atividades culturais”. Já o arquiteto Sérgio Prado, do Grupo do Ibirapuera, um dos iniciadores do movimento, colocava em pauta a questão da participação popular nas decisões. Para ele, a questão das áreas verdes deveria “ser entendida como um tripé: com atuação em nível cultural, de lazer e ambiental. E contando com a participação da sociedade civil, governo e sistema, num processo jamais estático”. Entidades como a Corpore e muitos dos usuários presentes ao debate pediam “a imediata regulamentação do uso de veículos no parque” enquanto o presidente da Federação dos Motociclistas de São Paulo, Wilson Abdalla, defendia seu uso “até como alternativa de segurança aos usuários”. Já João Doria Jr., presidente da Paulistur, “colocava à disposição o trabalho de formação de imagem da cidade, através de campanhas institucionais” [CIDADE..., 26/03/1983].

A constatação desse debate convocado pela *Folha de S. Paulo* era que durante 29 anos de existência do Ibirapuera não havia sido possível fazer com que o parque cumprisse “o seu destino de área de cultura e lazer”: “sem respeito ao meio ambiente, prevaleceu a política das edificações, com os prédios da Prefeitura, Prodam e Detran ocupando parte de sua área”. Com a demanda crescente por mais áreas verdes na cidade, a população havia começado “a fiscalizar o uso de seus parques e praças, pressionando os órgãos responsáveis para obter melhorias”. A principal sugestão trazida ao debate por Kliass foi a “criação de um plano diretor que se responsabilize por uma política de atuação, até hoje inexistente”. Com tal plano, o Ibirapuera “se tornaria um símbolo, centralizando as mudanças a serem depois estendidas a outras áreas verdes de São Paulo”. O secretário de Serviços e Obras do Município, José Luís Portela, dizia acreditar que o que havia desvirtuado o Ibirapuera de sua vocação fora “uma visão arbitrária, aliada à falta de uma política voltada para os interesses da população, acabando por fazer do parque um centro de órgãos públicos” [CIDADE..., 26/03/1983]. Eram muitas ideias convergentes sobre a mesa, entre outras divergentes e de difícil implementação na prática, mas o fato de haver um debate aberto como esse sinalizava algo inédito na trajetória do Ibirapuera até então.

No mês seguinte ao debate já se noticiava uma primeira vitória: “Desativado o parque de idosos”. O secretário Portela justificava sua decisão apresentando um estudo encomendado em 1982 pelo ex-prefeito Curiati. Nele, o presidente da Emurb, Octávio Speranzzinni, desaconselhava a implantação do Geroparque “no interior de um parque público já construído, pois isso resultaria em imagem negativa de subtração dessa área ao uso comum”. E como ainda seriam “necessárias constru-

ções novas, traria a impressão de se estar loteando uma área pública” [DESATIVADO..., 06/04/1983]. Estudos encomendados pelas autoridades públicas, pelo visto, são usados apenas para endossar decisões já tomadas. Em caso contrário são arquivados. E segue-se adiante. A Emurb, então, faria um inventário do que já estava construído “para, em seguida, demolir tudo” [MORENO, 08/08/1983].

Já na gestão de Mário Covas,¹³³ Portela dava continuidade às demandas estabelecidas no debate, confiante no fato de que uma “nova brisa” soprava “pelos lados do parque: a participação comunitária”. Reformulava também o grupo de trabalho criado na administração anterior, dando origem ao Conselho de Usuários do Parque do Ibirapuera, para cujo mandato de seis meses haviam sido eleitos 45 integrantes que elaborariam o regimento interno do órgão [MORENO, 08/08/1983]. De caráter consultivo, a ideia era que as pesquisas e as primeiras manifestações do Conselho no Ibirapuera servissem de “modelo para o que se pretende fazer em outros parques da cidade”. No começo de 1984, quando Portela passou a atuar como secretário do governo, a notícia do trabalho realizado pelo conselho informava que “apesar de ter tido uma atuação muito tímida, devido a dificuldades de organização” [PARQUE..., 15/01/1984], haviam sido realizadas 20 reuniões, e no dia 8 de fevereiro haveria eleição para novos membros. A “principal bandeira de luta” do conselho era devolver o parque aos pedestres, buscando soluções quanto ao fechamento para carros e motos aos sábados e domingos e colocação de obstáculos nas ruas durante a semana. Integrantes do conselho, como o arquiteto Sergio Prado, defendiam também “a recuperação do Ibirapuera” como “centro cultural legítimo da cidade” e a saída do gabinete e órgãos da prefeitura, para que os pavilhões pudessem ser ocupados “por milhares de artistas, que em troca do espaço obtido dariam aulas didáticas ao público”. O Conselho de Usuários do Parque Ibirapuera daria origem à Associação de Usuários e Amigos do Parque Ibirapuera – Assuapi, fundada em 17/12/1984, que exerceria pressão sobre o governo em diversos movimentos, como na retirada das sedes administrativas e da circulação de veículos no parque, e também no seu processo de tombamento, como veremos a seguir.

É evidente o surgimento de uma nova consciência da necessidade de participação popular nos debates e decisões, das reivindicações de “devolver o parque ao usuário”, beneficiar o pedestre ou constituir um “centro cívico” e cultural naqueles primeiros anos da década de 1980. Ao mesmo tempo, transparecia também o fato de que não seria fácil aquela democracia que teria que se constituir entre “adeptos do *cooper* que se desviam dos piqueniques”, “cães que correm soltos”, turmas de vôlei e de futebol que “se misturam na grama estragada pelas partidas”; “crianças que brincam e andam de bicicleta, entre motos e carros”; “paredões de tênis” improvisados na parte externa do MAM... [PARQUE..., 15/01/1984]

133 Mário Covas foi prefeito de São Paulo entre 11/05/1983 e 31/12/1985.

ESPAÇOS EM DISPUTA

Voltemos, porém, a 1983, logo após o debate que reclamava o Ibirapuera de volta à população da cidade, pois ele ainda passaria por algumas reviravoltas naquele ano, entre as quais cabe destacar aqui duas que se referem à questão cultural e ambiental que o parque aglutina e que se tornaria, durante as décadas de 1980 e 1990, de grande disputa. Por um lado, o MAM, espaço da elite cultural de São Paulo, passava por transformações ampliando seu lugar sob a marquise, sem causar protesto; por outro, centenas de desempregados paulistanos transformavam uma área do parque junto ao lago num acampamento, fazendo do Ibirapuera um lugar de protesto.

Em relação à cultura, o Ibirapuera assistiria ao começo da emergência do MAM como um local que paulatinamente ganharia mais e mais espaço na cena de lazer do parque, algo que a *Folha de S. Paulo* prenunciava em maio de 1983: “Reforma dinamizará Museu de Arte Moderna”. O Museu passaria por polêmica transformação de seu edifício sob a marquise, com projeto da arquiteta Lina Bo Bardi, que trocava a alvenaria de uma das laterais do museu por uma grande parede de vidro. A ideia, segundo a arquiteta, era de que as “placas de vidro branco” fossem “capazes de atrair para dentro do MAM os frequentadores da área”. Esperava-se, na expectativa da diretoria, que com a reforma fosse aberta para o MAM “a possibilidade de mais agilidade: de espaço e projeto” [REFORMA..., 08/05/1983]. Orçada em 90 milhões de cruzeiros – com o montante de 50 milhões vindo da prefeitura, 15 milhões angariados em leilão e o restante conseguido por meio de novas doações – a obra era assim justificada pelo então vice-presidente do museu, José Zaragoza, um dos três donos da agência de publicidade DPZ:

O MAM se encontra em estado precário, colocando em perigo as 1500 obras que possui, um patrimônio da cidade. (...) Lina distribuiu o espaço de forma racional. E pensando na integração do Museu com o restante do parque, optou por parede de vidro e esse jardim com água, algo que considerou importante para o público brasileiro, fazendo uma ligação com as lendas daqui, que sempre contêm esse elemento. (...) Terá auditório com capacidade para 300 pessoas (para ciclos, vídeos, cinema ou teatro); recinto de acervo em condições perfeitas (quer dizer, climatizado); ateliê, biblioteca e parte administrativa redimensionados [REFORMA..., 08//05/1983].

As palavras de Zaragoza, um homem diretamente ligado ao mercado por meio de sua agência, uma das mais importantes da cidade naquele momento, indicam essa visão genérica da suposta integração que se daria pela forma e pelo uso de materiais, como a parede de vidro ou o espelho d’água, menos do que pelo conteúdo das ações do museu, ainda tão recorrente nos dias de hoje.

A instalação do MAM sob a marquise já fora alvo de muitas polêmicas. Como visto no capítulo 2, aquela “ocupação” começou como um “caixote de concreto” que abrigou

o Museu de Cera durante as comemorações do IV Centenário. Posteriormente, entre 1956 e 1958, “o prédio continuou sendo alugado pela administração do Parque, para eventos de diversas naturezas: corporativos, filantrópicos, acadêmicos, expositivos etc.” [LAGNADO; ANTUNES, 2013, p.30]. Em 1959, durante a V Bienal, esse espaço foi apropriado por Lina Bo Bardi para a instalação da Exposição Bahia, que integrava a mostra, e a partir de então ficaria conhecido como Pavilhão Bahia. Aparentemente não há registros do uso que lhe foi dado durante os anos 60, mas há indícios de que havia sido utilizado como depósito da Bienal, sendo alvo de debate quanto a ser demolido ou não. Em 1969 passou a abrigar o Museu de Arte Moderna de São Paulo, que renasceu no Ibirapuera após sua cisão da Fundação Bienal em 1962, seguindo nômade durante alguns anos. O uso do espaço foi autorizado por decreto pelo prefeito Faria Lima em 1968, e passou por reforma com projeto do arquiteto Giancarlo Pianti, que o adaptou para uso do Museu. No projeto de Pianti, a entrada do museu foi instalada no extremo do edifício, onde hoje se encontra a *Aranha*, de Louise Bourgeois, o que tornou o museu “uma verdadeira continuidade do *promenade da marquise*” [p.33].

Lina, a convite de Zaragoza, realizou junto com sua equipe o projeto de reforma do MAM em 1982 e 1983. Além da parede de vidro que integraria o museu ao parque, anunciada por Zaragoza, a arquiteta também possibilitou outra integração, transferindo a entrada do museu para o lado oposto da marquise ao qual havia optado Pianti, mais próximo de sua antiga sede, o Pavilhão da Bienal. O jardim previsto com espelho d’água, no entanto, não foi executado. Tampouco foi implementado o sistema expositivo com o uso de cavaletes de madeira, com base de concreto, que Lina havia desenhado, o que gerou insatisfação e um certo desentendimento da arquiteta com Zaragoza. Lina chegaria, aliás, a declarar posteriormente, que se ela fosse “o projetista da marquise, isto é, Oscar Niemeyer, já teria pedido a demolição de tudo aquilo” [GAMA, 14/07/1998]. Vale lembrar, porém, que a marquise não havia sido projetada pelos arquitetos inteiramente livre de construções, como é de costume ouvir dizer. Desde as primeiras plantas do parque, de 1954 (Figura 10), pode-se identificar algumas construções sob sua extensão. No texto de 1953 em que Niemeyer e equipe apresentam o projeto, são sugeridas possibilidades para seu uso, dando margem a diversas interpretações e, conseqüentemente, ao mal uso: “Sua forma foi sugerida pelo próprio traçado de circulação e ela servirá ainda para lojas, diversões, exposições” [NIEMEYER et al., 1953]. É sempre válido lembrar que se trata de parque no qual não há sequer uma linha tênue entre o provisório e o permanente ou entre o público e o privado, como aqui vimos tentando demonstrar.

Apesar dos desentendimentos, em 27/10/1983 o MAM reabriu suas portas após a reforma com a exposição Panorama 83. Pintura. Deu-se, assim, início à “terceira fase” do museu – sendo a primeira, como informado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, da data de fundação (1948) até 1969, e a segunda de 1969 até aquele ano de 1983, antes da reforma. Ainda de acordo com o jornal, a equipe do museu havia realizado

uma pesquisa com 189 frequentadores do Ibirapuera, cujo resultado indicava que 41% deles conheciam o museu, 39% sabiam onde ele ficava, mas nunca o havia visitado, e 18% desconheciam até sua localização. Esperava-se que naquela nova fase essa imagem pouco divulgada do museu se transformasse [MAM..., 27/10/1983].

A jornalista Leonor Amarante [28/04/1983] incitava o debate, remontando a história do MAM em artigo publicado no *O Estado de S. Paulo* intitulado “O desafio de fazer do MAM um verdadeiro museu”:

(...) para alguns críticos de arte, dirigentes e artistas plásticos, mesmo com a reforma do prédio, o MAM não tem razão de existir, uma vez que não cumpre o papel de um autêntico museu. “Na verdade, não passa de um estatuto mantido por uma diretoria, e nada mais”. Diante de sua trajetória desprovida de obras de arte representativas, sobra-lhe o papel de centro irradiador de arte no parque do Ibirapuera. E isso seria suficiente para mantê-lo aberto?

Amarante, provocando, relatou ainda a opinião da historiadora e crítica de arte Aracy Amaral durante o Fórum de Debates: a Cidade e a Cultura, um encontro de artistas e representantes de diversos segmentos da população com o secretário municipal da Cultura, Fábio Magalhães, que acabara de ocorrer durante dez dias no Centro Cultural São Paulo: “Durante o encontro, Aracy Amaral, diretora do Museu de Arte Contemporânea de São Paulo, alegando excesso de museus na cidade, sugeriu que o MAM fosse integrado à Pinacoteca do Estado, desaparecendo assim do mapa cultural do país” [AMARANTE, 28/04/1983].

Tal proposta, contudo, fora prontamente rejeitada pelo presidente do MAM, o empresário e artista plástico Aparício Basílio da Silva, ao declarar que integrar o MAM à Pinacoteca “seria o mesmo que casar galinha com porco”. Nas discussões geradas pelo debate e descritas por Amarante é relevante perceber como, mais de duas décadas após a cisão entre o MAM e a Fundação Bienal (e a criação do MAC-USP com a antiga coleção do MAM, doada por Ciccillo Matarazzo à Universidade de São Paulo), ainda se lamentava esse divórcio entre as instituições.

Naqueles meados dos anos 80, começava-se também a debater a formação dos profissionais de museu e as especializações na área. Amarante [28/04/1983] levantou tal questão em seu artigo, questionando a participação da diretoria do MAM na comissão de arte, dando como exemplo as doações que eram aceitas pelo museu, que incluíam “toalhinhas bordadas por senhoras que se julgavam artistas”:

Hoje, uma das críticas mais severas questiona a formação de sua atual diretora técnica, Sema Petragani. Para alguns artistas e dirigentes culturais, o museu não poderia estar nas mãos de uma secretária-executiva, sem qualquer curso universitário em artes plásticas ou museologia. Sema não está perplexa diante das crí-

ticas, mas pergunta “por que nunca pediram o tal diploma ao Pietro Maria Bardi, diretor do MASP? Coloco minha discussão nessa linha de raciocínio. O que vale mais, o diploma ou a vivência e o estudo paralelo? Sei que há uma crise de desemprego, especialmente na área de museologia, mas quero deixar claro que nunca propus à diretoria ocupar esse cargo. Fui convidada e sou remunerada por isso” [AMARANTE, 28/04/1983].

A pertinência da reforma do MAM também era posta em xeque, pois era algo que iria absorver todos os recursos disponíveis - e também os ainda não disponíveis. Esse embate já havia acarretado o pedido de afastamento do antigo presidente do museu, Paulo Egydio Martins, que em carta de demissão declarou não concordar em assumir compromissos sem os meios assegurados. Também se iniciava naquele momento algo que seria exponencial nas décadas seguintes, definido por Amarante [28/04/1983] como uma “visão arquitetônica que ultimamente tem ditado as regras da política cultural em todo o Brasil, na qual o espaço físico se torna mais importante que uma definição cultural”.

Antes de se tornar curadora da Bienal seguinte, a XVIII, em 1985, a jornalista Sheila Leirner [28/04/1983] dava continuidade à provocação de Amarante em artigo sucinto publicado na mesma página no Estadão:

Há uma aura de imortalidade e fatalidade que envolve o MAM, “museu fantasma”, “cabide prestigioso de cargos honorários”, “enfermo mantido pela respiração artificial desde o início quando seu acervo vital foi transferido para o MAC”, “morada insalubre de manifestações decadentes”. (...) Não é por acaso que agora, depois de se ver ameaçado algumas vezes de fechar definitivamente as portas, o MAM testemunha uma manobra quase que publicitária que pretende dotar de “otimismo” os últimos recursos para o seu restabelecimento. Mas que recursos são estes? Há fortes bases político-financeiras para este otimismo? (...) Ou ele se funda apenas na reforma do edifício e na verba única e temporária de que o MAM dispõe graças a um leilão e aos esforços individuais de seu ex-presidente Paulo Egydio Martins junto ao governo de Marin? [LEIRNER, 28/04/1983].

O certo é que com a reforma de Lina a área do MAM sob a marquise dobrou. Esse fato somado ao descontentamento da arquiteta com o modo equivocado em que a equipe do museu passou a expor as obras da coleção, alterando as bases arquitetônicas do projeto, levou-a a publicar uma carta de arrependimento na *Folha de S. Paulo* em 16/06/1984, na qual declarava:

Tendo chegado ao meu conhecimento que para ampliar o Museu de Arte Moderna, no Parque Ibirapuera, foi invadido um ulterior espaço da marquise, esclareço o seguin-

te: o projeto do museu (feito graciosamente pelo arquiteto) teve como princípio a preservação visual da marquise de Oscar Niemeyer, através de uma grande parede de vidro, recuada da estrutura portante. Dita ampliação, feita à revelia do arquiteto, fere (como intervenção descontrolada) não somente a ética profissional, como permite, democraticamente e legalmente a ocupação (de direito, dado os precedentes) de parques e áreas públicas pelas entidades mais diversas, o que representa um perigo a mais para as áreas públicas da comunidade [BARDI, 16/06/1984].

As objeções de Lina tinham procedência: o MAM havia de fato expandido seu território sob a marquise, o que abriu um precedente para novas ampliações. Apenas quatro anos depois, em 1988, o então presidente do museu, Aparício Basílio da Silva, conseguiu autorização do prefeito Jânio Quadros para a cessão de um novo espaço contíguo ao museu, “ocupando apenas 14 metros, delimitado pela coluna seguinte da marquise”, que seria “envidraçada” – o que “evitaria que a parede do Museu fosse utilizada, como vem sendo, como apoio para jogos de bola”. Na transcrição do pedido do presidente do MAM no *Diário Oficial do Município* de 28/09/1988, com a autorização de Jânio Quadros, Aparício concluía a solicitação parabenizando o prefeito que acabara de proibir o uso de *skate* no parque, justificando: “Somente durante o 2º semestre de 1987 tivemos seis vidros quebrados pelos ‘esportistas’” [TRANSCRIÇÃO..., 08/09/1988].

Os embates em torno da ocupação que o MAM realizava expandindo-se sob a marquise repercutiriam na mídia, mas, pode-se dizer, de maneira modesta diante de outra ocupação no Ibirapuera, que ocorrera naquele mesmo ano de 1983. No dia 5 de setembro, centenas de manifestantes tangidos pelo crescente desemprego, que grassava num cenário de grande inflação e crise econômica gerada pela segunda crise do petróleo, montaram um acampamento numa das margens do lago do Ibirapuera, do lado oposto à Assembleia Legislativa.

A *Folha de S. Paulo* anunciava, no dia seguinte ao da ocupação, que além do acampamento “os desempregados afixaram no local várias faixas denunciando a situação e distribuíram um manifesto reivindicando abertura de frentes de trabalho, salário desemprego e congelamento de preço dos gêneros de primeira necessidade”. Segundo o jornal, o recém-instituído PT¹³⁴ havia sido “praticamente o único partido a se fazer representar no acampamento”: durante um bom tempo permaneceram por ali, entre outros, o deputado estadual Eduardo Jorge e o deputado federal José Genoíno Neto [DIANTE..., 06/09/1983].

134 “Em 10/02/1980, no Colégio Sion (SP), o PT surgiu com a necessidade de promover mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais e artistas. (...) E a primeira conquista veio com o reconhecimento oficial do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral do PT como um partido político brasileiro, em 11/02/1982” [disponível em <http://www.pt.org.br/nossa-historia/>; acessado em 28/09/2017].

Após nove dias de ocupação, *O Estado de S. Paulo* constatava que “apenas o mau tempo” impedia o “florescimento do acampamento” e, tendencioso, atestando seu desinteresse pelas “minorias”, exaltava:

E parece significativo que o principal parque da cidade, que nos fins de semana de sol recebe até 400 mil pessoas em busca de lazer gratuito oferecido pela Prefeitura passe a ser utilizado como moradia, reivindicando-se instalação de luz, água, sanitários e mesmo de uma lavanderia, tudo isso por um grupo de 400 pessoas, ou seja, por uma minoria igual a 0,1% do total de usuários do parque, minoria essa que, para chegar a esse índice, precisa ser engrossada por não munícipes, desempregados vindos de municípios como Osasco e Cubatão [GOVERNO..., 14/09/1983].

Ainda segundo o jornal os manifestantes reivindicavam também “o cancelamento do aumento de 130% nas prestações do BNH, o fim do arrocho salarial, o tabelamento dos gêneros alimentícios”. Segundo a resposta dada pelo prefeito Mário Covas, “esses temas extrapolavam a responsabilidade municipal e mesmo estadual” [GOVERNO..., 14/09/1983]. As ocupações de espaços públicos pelos desempregados já haviam sido iniciadas em alguns pontos da periferia, e a Secretaria da Família e do Bem-Estar Social constatava que naquele momento “quase 50% de todas as áreas de uso comum de Campo Limpo, São Miguel e Santo Amaro” já haviam sido “invadidas” [INVASÕES..., 14/09/1983].

O acampamento no Ibirapuera foi noticiado diariamente pelos jornais. *O Estado de S. Paulo* [SOB..., 15/09/1983] alegava que o prefeito estava sofrendo pressões para providenciar a retirada dos desempregados do parque, mas havia evitado informar as medidas que adotaria. Na Assembleia Legislativa, do outro lado da avenida, o cenário era de disputa partidária. O deputado Fernando Leandrini, do PMDB,¹³⁵ denunciava o movimento dos desempregados “como algo essencialmente político e altamente demagógico com objetivo único e exclusivo de desestabilizar o governo do PMDB”, bradando: “Acampamento do PT! Circo do PT! Anarquistas do PT!” [SOB..., 15/09/1983] A matéria do jornal chamava atenção para a poluição gerada pelas fossas construídas precariamente pelos manifestantes “a menos de 3 metros do lago” do Ibirapuera e salientava a recusa de duas vagas de trabalho oferecidas por uma dona de loja de decorações aos manifestantes, que foi ao acampamento buscando, sem sucesso, um bordador e uma auxiliar de costura.

Ao completar 11 dias, o acampamento foi cercado com arame farpado como medida para evitar a ampliação da área ocupada. Nessa mesma noite, o prefeito Covas abria a Festa do Verde no outro lado do parque e era indagado pelos jornalistas por que, em

135 “Oficialmente o PMDB, que nasceu do MDB, teve sua fundação em 24/03/1966, com o registro na Justiça Eleitoral. Era um dos resultados da extinção dos partidos imposta pelo AI-2 e a instalação do bipartidarismo logo em seguida. Uma tentativa de imitar a bipolaridade norte-americana, democratas versus republicanos” [disponível em <http://pmdb.org.br/institucional/historia/>; acessado em 28/09/2017]. Em novembro de 1979, o Congresso Nacional extinguiu o bipartidarismo abrindo o caminho para a criação de novos partidos e assim surgiram o PDS no lugar da Arena e o PMDB como sucessor do MDB.

vez de ter autorizado o fechamento com arame – o que corroboraria para validar a ocupação – ele não havia chamado a polícia para expulsar os desempregados do parque. Covas respondeu que ainda não havia sido preciso tal medida, posto que não recebera “nenhuma pressão do II Exército contra o acampamento” [ARAME..., 16/09/1983].

Enquanto isso, diversos ecologistas se declaravam contra a ocupação do Ibirapuera pelos manifestantes, que, em sua opinião, indicava “como o nosso povo é totalmente carente de uma educação ambiental”, como lamentava à reportagem a botânica Nanuza Menezes, da USP, para quem a “instalação de balanços nos chorões para uso dos filhos dos desempregados” era “uma grande agressão” [ARAME..., 16/09/1983].

Na Assembleia Legislativa, Paulo Diniz (PT) era um dos poucos deputados a defender a preservação do acampamento, segundo o jornal. O deputado argumentava tratar-se de “uma forma de protesto e de chamar a atenção das autoridades para o problema do desemprego, de caráter eminentemente pacífico”. Declarava ainda que “deputados do PMDB não se preocuparam com o problema social” e que sequer haviam estado no acampamento, “como se ali estivessem bandidos, leprosos, malufistas” [ARAME..., 16/09/1983].

No dia 16 de setembro, uma reunião realizada no Palácio dos Bandeirantes entre o governador Franco Montoro, o prefeito Mário Covas e o secretário das Relações de Trabalho, Almir Pazzianotto, trouxe uma breve esperança aos manifestantes, “quando foi decidido que uma comissão extraordinária (integrada pelo governo estadual, o Sistema Nacional de Empregos – Sine, parlamentares e desempregados)” seria responsável por cuidar, a partir de então, da análise das reivindicações. Os manifestantes estavam decididos a só abandonar o Ibirapuera depois que “as reivindicações fossem realmente atendidas”. Uma comissão de acampados pretendia ir a Brasília tentar uma audiência com o presidente João Figueiredo ou com o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, o que ainda era incerto devido à dificuldade de “condução para chegar até a capital federal [DESEMPREGADOS..., 18/09/1983].

Após 15 dias de ocupação, os acampados enfrentavam chuva e barro, pois parte do gramado em que haviam sido colocadas as barracas se transformara num grande lamaçal. Uma tenda de circo foi montada para reunir os manifestantes em local protegido da chuva, e uma série de atividades, entre assembleias e pequenos shows, era realizada diariamente. Tanto o prefeito Covas quanto o governador Montoro se eximiam de tomar alguma atitude em relação às pressões exercidas pela imprensa e sociedade para a retirada do acampamento, atribuindo o problema do desemprego ao governo federal. Juristas já ameaçavam entrar na justiça com pedido de reintegração de posse do parque [O JURISTA..., 20/09/1983]. Ao mesmo tempo, o deputado federal Roberto Cardoso Alves, do PMDB de São Paulo, declarava que esse movimento não teria seu apoio, justificando: “Se lá tivessem barracas pobres e humildes, demonstrando a realidade e espontaneidade de um movimento popular, eu iria auxiliá-los. Mas o que existe é outra coisa. Há fermento político, barracas de

100, 200, 300 mil cruzeiros” [O JURISTA..., 20/09/1983]. Já se estimava prejuízo de Cr\$ 15 milhões no parque devido ao acampamento e a destruição do gramado na área de cinco mil metros quadrados ocupada.

Paisagistas e ecologistas chamavam a atenção para a destruição do parque acentuada pelo acampamento, e alguns aproveitavam para ampliar a discussão. O engenheiro-agrônomo e paisagista Rodolfo Geiser lembrava em reportagem do Estadão que o Ibirapuera, “o símbolo sagrado do que resta da natureza em São Paulo”, já havia perdido mais da metade de sua área nos seus quase trinta anos, com várias outras ocupações indevidas, como por exemplo, a da própria Assembleia Legislativa diante do acampamento [GLOCOWSKI, 23/09/1983]. A jornalista Marcia Glocowski [23/09/1983] ressaltava que o “gesto dos desempregados não só afeta todo o parque como chama a atenção para o mau estado em que está, já que a manutenção é feita da forma que dá menos trabalho e mais rendimentos políticos”.

Enquanto o prefeito Covas era ameaçado de um possível *impeachment* por não conseguir resolver o problema do acampamento, o governador Montoro explicava sua omissão:

Em todas as cidades do mundo há manifestações semelhantes à dos desempregados do Ibirapuera, instalados desde o último dia 5 no principal parque da cidade. Na Europa, os acampamentos duram meses, e no Chile o desalojamento é feito a bala. Mas, em São Paulo, num regime democrático, são feitos entendimentos, evitando-se o emprego da força, da resistência e do risco de vida de pessoas [COVAS..., 24/09/1983].

De fato, Franco Montoro, governador eleito democraticamente em 1982, durante o regime militar, havia tomado posse defendendo um programa “que previa a reforma da polícia e o respeito aos direitos humanos”. Como aponta Teresa Caldeira [2000, p.157], “sua administração enfrentou uma forte oposição não só dentro da polícia e entre os políticos de direita, mas por parte do público em geral”, exatamente no período em que “o crime cresceu de maneira drástica”, entre 1983 e 1987. Embora sofrendo oposição de todos os tipos, “a administração de Montoro tomou importantes medidas para o controle da violência policial” – o que infelizmente retrocederia com os seus sucessores.¹³⁶

136 Como prossegue Teresa Caldeira [2000, p.157-158], “seus sucessores Orestes Quércia (1987-1991) e Luís Antônio Fleury (1991-1995), considerando o apoio popular a uma polícia dura e violenta, retornaram ao velho esquema. Montoro conseguiu começar a controlar os grupos mais violentos da polícia (como a Rota); seus sucessores os trouxeram de volta. Eles não apenas reverteram as políticas de Montoro, como também ajudaram a manipular o medo do crime para desqualificar a questão dos direitos humanos e para dar à polícia mais espaço para atuar ilegalmente. Como resultado, as mortes pela polícia aumentaram ano após ano, alcançando um número surpreendente de quase 1.500 em 1992. O massacre de 111 presos na Casa de Detenção naquele ano simboliza o ápice dessa política. Depois disso, o próprio Fleury teve de adotar medidas para moderar as arbitrariedades”.



Figura 39: Acima, três imagens do acampamento depositadas no acervo do jornal *O Estado de S. Paulo*. As legendas no verso das imagens evidenciam o posicionamento do jornal. Em sentido horário e cronológico: “A forte chuva do fim de semana aumentou os estragos causados pelo acampamento no Ibirapuera” - Foto: Reginaldo Manente, 19/09/1983; “O acampamento do PT é o arremate do uso indevido do parque-símbolo da cidade de São Paulo, o Parque Ibirapuera, com um prejuízo que já chega a CR\$ 15 milhões” - Foto: Mario Leite, 22/09/1983; “Durante 35 dias centenas de desempregados fizeram do Parque Ibirapuera o seu camping particular. Ontem, funcionários da Prefeitura começaram a recuperar os jardins destruídos” - Foto: Alfredo Rizzutti, 12/10/1983. Abaixo, reunião no acampamento com a presença de Lula e Eduardo Suplicy; foto: Douglas Mansur¹³⁷

137 No site em que está disponível essa foto [<http://www.gilmarcarneiro.com/2013/04/lula-em-cajamar-uma-foto-historica.html>], acessado em 18/05/2016, o fotógrafo Douglas Mansur corrige a informação, declarando que ela não seria de Lula em Cajamar e sim no acampamento dos desempregados no Ibirapuera.



O acampamento já resistia há mais de um mês quando, em 7 de outubro, o *Jornal da Tarde* anunciou: “Vai acabar”. Segundo o jornal, a desativação estava marcada para o domingo seguinte, dia 9. Após muitas negociações, dos 411 acampados cadastrados, 158 já haviam sido empregados, e o Sine se comprometera em empregar outros 182 até aquele dia. O restante, conforme acordo, seria empregado nas próximas semanas, e, portanto, as barracas seriam desmontadas. Apenas a tenda de circo continuaria armada até que esse último grupo fosse contemplado. De acordo com o jornal, “a decisão de acabar com o acampamento foi aprovada por aclamação. Dos 16 comitês que compõem o grupo de acampados, só o de Santo Amaro não aprovou a proposta” [SILVA, 07/10/1983].

As barracas foram realmente desmontadas naquele domingo 9 de outubro, mas o circo permaneceria ainda por mais de um mês, só sendo retirado no dia 15 de novembro, totalizando 70 dias de acampamento no Ibirapuera. Com ato público, convocado pelos comitês de luta contra o desemprego, “caía a lona emprestada pela diretoria afastada do Sindicato dos Bancários, enquanto os participantes cantavam ‘Pra não dizer que não falei de flores’, de Geraldo Vandré, e gritavam palavras de ordem tal como ‘a luta continua’”. Um dos coordenadores do acampamento, Antônio de Paula, fazia um balanço das conquistas do movimento e admitia que as vitórias haviam sido apenas parciais. Dos 500 empregos solicitados, foram recebidos, de fato, no máximo 150, além de cestas de alimentos, passes de ônibus e um período de isenção do pagamento de contas de luz e água. Para de Paula, apesar das conquistas parciais, o movimento havia servido de “exemplo como forma de luta”, e lembrava que já havia mais “quatro ou cinco comitês organizados no Interior e também em outros estados, como a Bahia” [O CIRCO..., 16/11/1983].

Dentre as centenas de reportagens que foram produzidas sobre o acampamento dos desempregados no Ibirapuera, o artigo sucinto da socióloga Margarida Genevois,¹³⁸ publicado na *Folha de S. Paulo* em 11/10/1983, destaca-se por trazer à tona um argumento central para essa discussão – assim como surpreende por sua atualidade, pois a incompreensão ou até mesmo a negação dos direitos políticos de setores da classe trabalhadora é algo que se tornou regra entre a “nossa boa sociedade”, ao abafar a voz de movimentos incômodos, porém legítimos, afastando qualquer possibilidade “de conquista da cidadania”:

É compreensível que a novidade do acampamento tenha provocado interrogações e perplexidade. É justamente essa novidade que deve ser entendida como a expressão dos direitos políticos de setores da classe trabalhadora, que, já tão marginalizados em termos socioeconômicos, resolvem pôr em prática novas

138 Socióloga e presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, que integrou os grupos de apoio aos acampados do Ibirapuera e participou das reuniões de negociação com as autoridades.

formas de luta. A incompreensão dessa realidade explicaria por que, em alguns casos, a solidariedade inicial foi sendo substituída pela irritação ou pela desconfiança; “afinal, que mais ‘eles’ querem? Esses acampados já estão exagerando...” Ou seja, nossa boa sociedade, tão marcada por costumes políticos elitistas e conservadores ainda não percebe a legitimidade dos movimentos sociais e das organizações de base. Por que será que somente os políticos, as organizações corporativas, os grupos organizados de forma tradicional (e por tradicional se entende “conhecida”) podem pressionar, exigir, negociar em condições de igualdade? Isto é, em condições de parceiros legitimamente reconhecidos na arena das decisões? A mensagem das barracas significa, nesse sentido, uma nova voz. A voz e a presença, física e política (presença incômoda, sim; ilegítima, nunca!) daqueles trabalhadores que perderam o emprego, mas não a dignidade conferida pela consciência de seus direitos e pelo engajamento na luta. (...) A mensagem das barracas – armadas ou desarmadas – é também uma nova forma de conquista da cidadania [GENEVOIS, 11/10/1983].

O Ibirapuera tornava-se, assim, uma arena de disputas ideológicas, cujos espaços eram apropriados temporariamente pelos grupos sociais ligados a movimentos populares, mas definitivamente pelo MAM, articulado às elites da cidade. Os discursos ambientais começaram a se manifestar claramente nesse período, mas a agressão às áreas verdes lhes era bem mais sonante do que a expansão sob a marquise. E em meio aos debates em torno da reforma do MAM e do acampamento dos desempregados, a maior disputa, contudo, também iniciada naquele mesmo ano de 1983, foi o tombamento do parque pelo órgão estadual de defesa do patrimônio cultural, o Condephaat, que escancarou as disputas ferozes e os interesses políticos que envolvem os processos de patrimonialização e de urbanização da cidade.

PATRIMÔNIO PÚBLICO, PARADOXO DA MODERNIDADE

Todas essas forças ativas que acabaram por tornar possível o tombamento do Parque do Ibirapuera atualizam aquilo que Marshall Berman definiu como sendo o paradoxo da modernidade, uma época plena de paradoxos e tensões permanentes entre o antigo e o novo, a admiração pela tradição e o desejo de inovação, o gosto pela ordem e o desejo da espontaneidade, a celebração dos direitos individuais e as modalidades espetaculizantes das burocracias estatais.¹³⁹

139 Edgard de Assis Carvalho, presidente do Condephaat em parecer de 18/02/1991, Condephaat, Processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.3, p.165.

O Ibirapuera foi declarado patrimônio cultural pelo órgão estadual do patrimônio Condephaat em 25/01/1992,¹⁴⁰ durante a gestão municipal de Luiza Erundina (1989-1992), após longa disputa que durou quase uma década. A partir do Processo de Tombamento do Parque Ibirapuera realizado por esse órgão e a sistematização da documentação ali reunida¹⁴¹, foi possível trazer à tona os conflitos inerentes a sua patrimonialização. Como sinaliza Maria Cecília Fonseca em seu estudo sobre o Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – Iphan, “os processos de tombamento constituem espaços de expressão desses confrontos, onde se pode captar vozes envolvidas na questão da preservação e sua influência na condução dos processos” [FONSECA, 2005, p.181].

Sabe-se que durante a década de 1960 iniciou-se o processo de descentralização das políticas de preservação no Brasil. O Iphan, criado como Serviço em 1937, já não conseguia manter uma agenda atualizada de conservação e manutenção do patrimônio em dimensão nacional, o que levou alguns estados a tomar para si essas responsabilidades, motivando a criação dos dois primeiros órgãos a concorrer com a

140 Resolução 1 de 25/01/1992. Publicação em DOE: Poder Executivo, Seção I, 25.01.1992, pg. 22. Condephaat, Processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera. Inscrição no Livro de Tombo nº 24, p. 307, 21/02/1992.

141 Na busca de tal documentação verificou-se, com enorme surpresa, que o Processo de Tombamento do Parque Ibirapuera encontra-se disponível para *download* na internet no portal da “Arquitura” [www.arquitura.fau.usp.br], um projeto realizado em parceria pela Cesad FAU-USP, Emplasa e DPPH/Condephaat com financiamento da Fapesp (Projeto nº 2009/51394-3) Programa de Pesquisa em Políticas Públicas da Fapesp, que estuda os bens tombados pelo Condephaat na cidade de São Paulo, reunindo dados documentais escritos, gráficos e iconográficos relacionados. O processo de tombamento do parque (processo nº 25767-83) consiste numa documentação diversa compilada em três grandes volumes, que possuem juntos mais de mil páginas. Como se documenta um processo de tombamento? Que tipos de documentos são incluídos, como são organizados? Afinal – e numa perspectiva menos filosófica e mais pragmática – como e o que se tomba? Foi necessário, portanto, sistematizar essa documentação, fazendo uso de uma tabela com a identificação e descrição de todos os documentos que compõem esses três volumes. Apesar de extenso, o processo de organização dos documentos em formato digital facilitou a possibilidade de cotejá-los a partir de suas tipologias, cronologias, assuntos, meios de comunicação, instituições e pessoas envolvidas, na busca de identificar os critérios, agentes e práticas que nortearam o tombamento do parque. Os documentos estavam reunidos na ordem em que foram anexados ao processo, o que muitas vezes dificultou a identificação de onde começa e termina um conjunto de documentos de datas distintas, mas depositados de uma só vez. Algumas folhas de informação do processo estavam dissociadas dos documentos aos quais se referiam, o que tornou difícil precisar a quantidade exata de documentos que compõem o processo. Apesar das dificuldades, no total de 1.134 páginas dos três volumes do processo foram identificados 293 documentos, ou pequenos conjuntos de documentos, de diferentes tipos, como cartas, atas, decretos, pareceres, relatórios, recortes de jornal, revistas, fotografias, mapas, sendo o mais antigo datado de 1952, e o mais recente, de 2007. Um quarto dessa documentação, em sua maioria recortes de jornais, se constitui de documentos que já foram incluídos como documentos históricos, relativos aos anos anteriores ao início do processo (1952-1982). A maior quantidade de documentos num mesmo ano é de 1987, na grande disputa que levou à abertura oficial do processo de tombamento, majoritariamente acerca da construção de um túnel sob o parque, que será tratada neste capítulo. Definitivamente, esse assunto é onipresente no processo, gerando dezenas de relatórios bastante extensos e ativa troca de correspondências entre técnicos, especialistas e autoridades, investidos cada qual de seu poder. Outro assunto que perpassa todo o processo é relativo à definição do limite da área tombada. As fontes encontradas nos três volumes têm valor inestimável para esta pesquisa. Do mesmo modo, ao verificar a ausência de outras fontes, não incluídas no processo e já levantadas anteriormente, impõe-se outra questão: quais são os critérios na seleção de uma documentação como essa? o que se guarda, o que não se guarda e com qual rigor?

esfera nacional, sendo o primeiro deles a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico – DPHA do estado da Guanabara, criada em 1965. Em São Paulo, foi criado inicialmente o órgão estadual Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – Condephaat, em 1968, e anos mais tarde, na esfera municipal da capital, o Departamento do Patrimônio Histórico – DPH¹⁴² em 1975 e o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – Conpresp¹⁴³ em 1985. Rogério Proença Leite [2004, p.53] frisa que com o surgimento de novas estruturas e legislações em nível regional e local flexibilizou-se “a difícil tarefa de atribuição de valor a certos bens que podiam ter relevância para estados e municípios, mas não para a genérica concepção do Iphan a respeito de memória e identidade nacionais”, reflexão que se aplica claramente ao Parque Ibirapuera, cujo tombamento federal iniciado em 1998 ainda está inconcluso.¹⁴⁴

O longo período transcorrido para que se efetivasse o tombamento estadual do Ibirapuera, assim como a massiva documentação produzida no processo, permite inferir que, apesar da flexibilidade atribuída aos órgãos regionais, permanecia a dificuldade inerente aos órgãos públicos em dar andamento aos processos, acentuada pelas descontinuidades de suas gestões – entre 1981 e 1992, o parque esteve subordinado à alternância de seis prefeitos, cinco governadores e oito presidentes do Condephaat.¹⁴⁵

Ainda que a abertura do processo pelo Condephaat fosse aprovada oficialmente em 28/09/1987,¹⁴⁶ os estudos para o tombamento começaram anos antes, como

142 “O trabalho do Conpresp está interligado ao do DPH – Departamento do Patrimônio Histórico, órgão da Secretaria Municipal de Cultura, criado pela Lei nº 8.204 de 21/01/1975 e alterado pela Lei nº 8.252, de 21/05/1975, cujas atribuições são a identificação, proteção e fiscalização do patrimônio cultural e natural da cidade. O DPH e o Conpresp são, portanto, órgãos autônomos, interdependentes e responsáveis pela preservação cultural e ambiental no Município, que trabalham em conjunto, ora instruindo os processos de tombamento, ora deliberando sobre eles. O DPH também atua como órgão técnico consultivo ao Conpresp em seus despachos decisórios” [disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=17297>; acessado em 05/10/2017.

143 Ainda que criado em dezembro de 1985, sua instalação definitiva só ocorreu em outubro de 1988.

144 O “Conjunto de edificações projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer para o Parque do Ibirapuera (SP)” teve seu tombamento aprovado em 06/05/2016, por unanimidade no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, e incluído no “Conjunto da Obra de Oscar Niemeyer”, tombado pelo Iphan em 2007. De acordo com o Iphan, o conjunto do Ibirapuera, o Museu de Arte Contemporânea de Niterói (RJ) e a Passarela do Samba (RJ), “complementam a relação encaminhada pelo próprio Oscar Niemeyer, de 24 monumentos protegidos como patrimônio cultural brasileiro em homenagem ao seu centenário” [disponível em <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3573>; acessado em 05/10/2017.

145 Governadores: Paulo Maluf (1979-1982), José Maria Marin (1982-1983), Franco Montoro (1983-1987), Orestes Quêrcia (1987-1991), Luiz Antônio Fleury (1991-1995). Presidentes do Condephaat: Ruy Ohtake (1979-1982), Aziz Nacib Ab’sáber (1983), Antonio Augusto Arantes Neto (1983-1984), Modesto Carvalhosa (1985-1987), Paulo de Mello Bastos (1987-1988), Augusto Humberto Vairo Titarelli (vice-presidente em exercício, 1988), Edgard de Assis Carvalho (1989-1991), Marcos Duque Gadelha (1992). Prefeitos: Reynaldo Emygdio de Barros (1979-1982), Antônio Salim Quiari (1982-1983), Francisco Altino Lima (interino, 15/03-10/05/1983), Mário Covas (1983-1985), Jânio Quadros (1986-1988), Luiza Erundina (1989-1992).

146 Paulo de Mello Bastos, presidente do Condephaat. Folha de Informação nº 61 Guichê nº 00057/83 Síntese de Decisão do Egrégio Colegiado. Sessão Ordinária de 28/09/1987, Ata nº 760. Condephaat, processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.1, p.69.

é possível verificar na antiga capa do Estudo de Tombamento, logo no início do primeiro volume, datada de 09/02/1983.¹⁴⁷

A primeira menção à possibilidade de seu tombamento deu-se numa reportagem de Lelia Chacon [31/08/1981], na *Folha de S. Paulo*, anexada na abertura do processo em 1983.¹⁴⁸ Nela, a jornalista informava que o então presidente do Condephaat, Ruy Ohtake, iniciara havia cerca de um mês o estudo de tombamento do parque, “visando à preservação de uma das maiores áreas verdes da cidade, com 1,5 milhão de metros quadrados, frequentado nos fins de semana por mais de 100 mil paulistanos”. Ohtake, no entanto, dizia preferir não divulgar mais detalhes sobre o trabalho “enquanto a pesquisa que vem sendo desenvolvida sobre o parque não estiver totalmente concluída”.¹⁴⁹ Já adiantava, porém, que essa medida atenderia à nova filosofia do órgão na preservação de bens culturais, turísticos ou arquitetônicos contemporâneos, dando como exemplo a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, então recém-tombada.

Na reportagem, Chacon levantou alguns dados sobre a história do parque, ressaltando os anos de abandono após sua inauguração, em 1954. Segundo a jornalista, tal abandono fora ocasionado inicialmente pelas “discussões sobre o futuro do parque” após os festejos do IV Centenário, acentuado pelas “intermináveis polêmicas sobre a responsabilidade de quem deveria administrá-lo”, e coroado pelo “habitual problema da falta de recursos”. Chacon avaliou também o predomínio das autoridades municipais em relação ao uso do parque, cuja limpeza e os “poucos cuidados que recebe” só eram garantidos pelo funcionamento do gabinete do prefeito – instalado no antigo Palácio das Nações desde 1956. Ressaltou que as entidades culturais existentes no parque – o Museu de Arte Moderna, o Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, os museus da Aeronáutica e do Folclore e o Pavilhão Japonês – permaneciam fechadas nos fins de semana, quando também não havia atividades da prefeitura e demais órgãos administrativos instalados nos outros pavilhões, que só funcionavam de segunda a sexta-feira.

A proposta de Ruy Ohtake do tombamento estadual do parque foi prontamente rejeitada pelo prefeito Reynaldo de Barros, que, em entrevista ao *Diário Popular* [REYNALDO..., 01/09/1981],¹⁵⁰ no dia seguinte à matéria da *Folha*, classificou o Condephaat como órgão “altamente complicado nas suas resoluções”. Afirmou que se o tombamento impedisse a deterioração do patrimônio ele até concordaria. No

147 Condephaat, processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.1, p.4, 09/02/1983.

148 Condephaat, processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.1, p.14.

149 Folha de Informação nº 00057/83, 29/03/1983. Condephaat, processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.1, p.5. A pesquisa a que se referiu Ohtake não está incluída no Processo de Tombamento, pois o recorte de jornal é um dos primeiros documentos anexados ao volume 1 do Processo, em 1983, quando foi solicitado o estudo de tombamento ao Serviço Técnico de Conservação e Restauro – STCR.

150 Condephaat, processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.1, p.17.

entanto, se declarava contra porque acreditava que o tombamento era algo “irreal”, citando o exemplo da cidade de São Luís do Paraitinga, que “após o tombamento pelo Condephaat ficou impedida de receber água encanada”. E completava: “eu não concordaria porque sequer conseguiria instalar um canteiro ou um cano de água aqui no jardim em frente ao meu gabinete, sem autorização do órgão”.

Estes dois documentos de 1981, a matéria de Chacon e a entrevista do prefeito, levantam questões fundamentais que permeiam todo o processo de tombamento do parque: o conflito de interesses – espaciais, funcionais, simbólicos e políticos – que envolve a declaração de valor patrimonial. Atestam ainda como são distintos os sentidos da preservação, e do tombamento, para os diferentes agentes sociais implicados. Françoise Choay [2001, p.223], refletindo sobre a concepção de “patrimônio histórico” ao longo do tempo, aponta que “a noção de valorização, implícita na designação do instrumento jurídico que é o ‘plano de proteção e valorização’ [no caso o processo de tombamento] rivaliza com o da proteção e a põe a serviço de um conceito que serve para tudo – o de desenvolvimento”.

Nas trajetórias históricas do Ibirapuera há agentes sociais que poderiam ser mais bem classificados como protagonistas, pois atuaram incisivamente em seu destino em diversos momentos, às vezes a intervalos de mais de 50 anos. É o caso do longo arquiteto Oscar Niemeyer, e também do onipresente político Jânio Quadros.

Oscar Niemeyer, aos 77 anos, esteve no Ibirapuera no dia 04/10/1985. O arquiteto “não ia há muito tempo ao maior parque da cidade”, “passou rapidamente, viu flores desabrochando e constatou de perto o início da primavera em São Paulo”, relatava o jornal *O Estado de S. Paulo*. “Saiu muito feliz e até esqueceu, por momentos, as transformações ocorridas no parque que quase o descaracterizaram”. Niemeyer defendeu o tombamento do Ibirapuera, que a seu ver “garantiria a preservação da área, impedindo futuras modificações no plano do parque”, completando: “A gente nunca sabe o que pode acontecer no futuro” [LARANJEIRAS, 06/10/1985].

Jânio Quadros (PTB) pode ser considerado o pivô que levou à abertura oficial do processo de tombamento do parque em 1987. Embora houvesse ameaças anteriores à integridade do Ibirapuera nessa década – como a construção do Geroparque do prefeito/médico Curiati (Figura 40), que após denúncias da sociedade civil alavancou o Estudo em 1983¹⁵¹ – a gota d’água para a abertura oficial do processo de tombamento em 1987 foi a ameaça da construção de dois túneis subterrâneos no parque, projetados a pedido de Jânio Quadros em sua última gestão municipal (1986-1988).

Paulo de Mello Bastos, então presidente do Condephaat, converteu-se no grande combatente à implementação dos túneis, numa disputa que trouxe uma série

151 Carta da presidente da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, Rosa Kliass, ao presidente do conselho do Condephaat, Aziz Ab’Saber, solicitando atenção e providências em relação às obras do Geroparque, com fotografias anexas (Figura 40), 07/03/1983. Condephaat, processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.1, p.12.

de correspondências afiadas e desaforadas. Em resposta ao informe de Bastos de 26/10/1987,¹⁵² sobre a aprovação unânime da abertura do processo de tombamento pelos conselheiros do Condephaat, seguida de ofício¹⁵³ que pedia o embargo das obras dos túneis “a bem da preservação da visibilidade dos bens tombados e do bem em processo de tombamento”,¹⁵⁴ Quadros revidou publicamente com uma carta, a primeira de uma série que levou o debate às manchetes de diversos jornais da época.



Figura 40: Imagens da obra do Geroparque enviadas pela presidente da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, Rosa Kliass, ao presidente do conselho do Condephaat, Aziz Ab’Saber, 07/03/1983¹⁵⁵

Tal carta pode ser vista como um emblema das desavenças políticas que norteiam não só o processo de tombamento como toda a história do Ibirapuera, alvo frequente que foi da voracidade dos líderes políticos que queriam dele se apropriar. Nela, o prefeito dá o tom da intransigência, acentuado por grifos: “não admito tombamento do Ibirapuera”; da ironia: “Se V.Sa. o desejar, tombe o Palácio do Morumbi”; e da ameaça: “Irei aos extremos judiciários, administrativos e políticos, para impedi-lo”. Expondo de modo anedótico o jogo do poder no qual se desenrolam as disputas patrimoniais – “Estou convencido de que V.Sa. promove uma provocação e decidi aceitá-la” – Quadros concluía sua carta desautorizando o presidente do Condephaat, ao pedir que o ofício fosse transmitido diretamente

152 Carta do presidente do Condephaat, Paulo de Mello Bastos, ao prefeito Jânio Quadros. Ofício GP-782/87 Guichê nº 00057/83, 26/10/1987. Condephaat, Processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.1, p.70.

153 Carta do presidente do Condephaat, Paulo de Mello Bastos, ao coordenador das Curadorias Especializadas de Proteção ao Meio Ambiente, Édis Milaré, 09/11/1987. Ofício GP-840/87 P. Condephaat nº 25767/87. Condephaat, Processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.1, p.79.

154 A menção aos bens já tombados refere-se ao Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932 e ao Monumento às Bandeiras, em cujas áreas envoltórias estava situado o local das obras do túnel.

155 Condephaat, processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.1, p.13.

à secretária de estado da Cultura, Bete Mendes, “com a qual tenho mantido, até o presente, as melhores relações de cordialidade e respeito”.¹⁵⁶

A carta do prefeito ao Condephaat foi transcrita no *Diário Oficial do Município*,¹⁵⁷ junto a outra, dirigida ao governador do estado Orestes Quércia.¹⁵⁸ Ao governador, Quadros referia-se ao Condephaat como a “estranha Entidade”, dizendo que o tombamento do parque constituía um “*capitis diminutio*”, ou perda de autoridade, que ele não aceitaria.

Dois dias depois o prefeito publicou outra carta ao governador no *Diário Oficial*¹⁵⁹ em lugar de destaque. Nela, afirmava que lutaria “com todas forças” e não admitiria o tombamento do Ibirapuera, “onde se encontra sede da prefeitura, o edifício da Bienal e o Planetário, entre outros, comprados e pagos por mim quando então Prefeito”. Mais uma vez ameaçava que haveria “consequências desagráveis” caso a “impertinência do Condephaat” fosse levada a cabo, pois o “prefeito eleito pelo povo” não poderia ser “desautorado por forças subterrâneas, que desejam quebrar de vez, a cordialidade que existe entre Vossa Excelência e a Direção Municipal”. E desautorizando o órgão uma vez mais, questionava a pressa que “impele aos cavalheiros desse órgão esdrúxulo que vem tombando a cidade ao azar, impedindo muitas vezes obras fundamentais, que só recomendariam a mim e a Vossa Excelência?” O prefeito terminava exigindo respeito “a quem já serviu como vereador, deputado, governador, presidente da República e prefeito por duas vezes, sempre pelo voto colhido nas urnas livres”.

A autoridade a quem Quadros exigia respeito pode ser compreendida duplamente nesse contexto. Se por um lado ele era a autoridade como representante *ad æternum* do poder público em todas as suas instâncias – naquele momento impedido de construir túneis por conta de uma imposição feita pela tal “estranha entidade” – por outro significava também a “autoridade” que vem de uma certa “autoria” sua em relação ao Ibirapuera, que o investia do poder de decidir sobre ele,¹⁶⁰ pois, como um dos protagonistas do parque, Jânio Quadros está presente na

156 Carta do prefeito Jânio Quadros ao presidente do Condephaat, Paulo de Mello Bastos, 10/11/1987. Ofício JQ.572/87. Condephaat, processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.1, p.84.

157 Transcrição do ofício JQ.572/87 de 10/11/1987, encaminhado pelo senhor prefeito ao presidente do Condephaat, publicado no *Diário Oficial do Município de São Paulo*, 11/11/1987. Condephaat, processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.1, p.97.

158 Governador de São Paulo pelo PMDB de 15/03/1987 a 15/03/1991.

159 Transcrição do Ofício JQ.576/87 de 12/11/1987 publicado no *Diário Oficial do Município de São Paulo*, 13/11/1987. Condephaat, processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.1, p.90.

160 A questão da autoridade como autoria foi debatida por Bazon Brock na palestra “The old Brand New – Why Art?”, proferida em Amsterdam em junho de 2007 e discutida em minha dissertação de mestrado em museologia pela Reinwardt Academy Amsterdam *An experiment to build a free model* (2008). Brock argumenta que o artista/autor não depende de autoridade, porque o artista é autoridade. “Autoridade como autoria: ser artista, ou autor, ainda que na autoria das ideias que decidem o dia a dia, é a única maneira de ganhar autoridade”.

história do Ibirapuera desde o final da década de 1940, quando, como vereador, iniciou sua meteórica carreira política, que o levou num lapso de 15 anos de vereador a presidente da República. Na condição de vereador (1948-1953) ele impediu que o parque fosse transformado em um estádio de futebol – o que veio a ser o Estádio do Morumbi. Ao utilizar o trunfo do passado como argumento contra o tombamento – “este parque só existe porque eu existo, ou estaria transformado em estádio de futebol”¹⁶¹ – ele reafirmava a noção de autoridade como autoria, e o seu poder sobre o parque. Nas décadas de 1930 e 1940 o Ibirapuera já era predestinado a ser um parque, mas o território permanecia como um imenso vazio dando margem a diversas especulações, entre as quais se cogitou construir não só estádios, mas também jôqueis clubes e aeroportos [ver BARONE, 2007 e jul.-dez. 2009]. Finalmente em maio de 1954, como tratado no primeiro capítulo, Quadros entrava outra vez em cena, em conflito direto com Ciccillo Matarazzo, o presidente da Comissão do IV Centenário e responsável pela construção definitiva do parque, demitindo-o da comissão às vésperas de sua inauguração. Governador do estado (1955-1959), seguramente sua desavença declarada com o prefeito Adhemar de Barros contribuiu para o estado de abandono que tomou conta do parque após os festejos comemorativos.

Naquele ano de 1987, porém, a proposta de Jânio Quadros para o Ibirapuera era outra. As obras para a construção do Corredor Viário Sudoeste-Centro, consideradas pelo prefeito “fundamentais para o sistema viário da cidade”, conectando a Av. 23 de Maio com o elitizado bairro do Morumbi, já haviam sido contratadas e tiveram início em 05/11/1987.

Hoje já é conhecida a notória contribuição das grandes empreiteiras, responsáveis pelas grandes obras urbanas, nas campanhas de diversos políticos brasileiros, assunto bastante em pauta na atualidade, mas ainda furtivo naquela época. Aquela obra envolvia tamanho interesse, que Quadros chegou a argumentar a seu favor, em memorando ao secretário de Vias Públicas,¹⁶² que “Manhattan [possivelmente referindo-se ao Central Park] e o Hyde Park são ocos, tais as passagens de túneis que comportam. Esquece-se que essa cidade terá 9 ou 10 milhões de automóveis ao fim do século, e mais de 20 milhões de habitantes”. Nota-se que a com-

161 Transcrição do ofício JQ.572/87 de 10/11/1987, encaminhado pelo senhor prefeito ao presidente do Condephaat, publicado no *Diário Oficial do Município de São Paulo*, 11/11/1987. Condephaat, processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.1, p.97.

162 Memo. JQ.3714/87 de 09/11/1987 do prefeito Jânio Quadros ao secretário de Vias Públicas, Walter Bodini, publicado no *Diário Oficial do Município de São Paulo*, 10/11/1987. Condephaat, processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.1, p.98. O prefeito segue o tom de ameaça no memorando ao secretário: “A obra já está contratada e em execução. Que deseja? [o presidente do Oicas que contestava o túnel sob o Ibirapuera]. Um minhocão antiestético ou o túnel que não tocará no gramado e nas árvores? Aliás, quem já conservou este parque como a atual administração? Qualquer entidade que ouse perturbar o projeto em andamento arcará com uma indenização tão grande quanto o próprio Parque e terá de pagá-la.”

paração com os dois parques urbanos internacionais também remetia à origem do Ibirapuera. A diferença é que nas citadas referências os parques não são “ocos” como se referia o prefeito: sob o Hyde Park não há túneis para circulação viária, e sob o Central Park, apenas em suas extremidades existem túneis para o metrô, mas nenhum túnel para carros.

Numa demonstração de sua autoridade máxima, na semana seguinte ao início das obras do túnel, Quadros mandou destruir a Tribuna livre Teotônio Vilela, “destinada à livre manifestação dos cidadãos paulistanos”, instalada na Praça da Paz do Ibirapuera, em maio de 1983, por iniciativa do ex-secretário de serviços e obras, José Luís Portela, no início da gestão municipal de Mário Covas [PREFEITURA..., 10/11/1987]. Quadros, em telex à Radio Jovem Pam, assumia que a tribuna havia sido “retirada por ordem minha”, explicando que “este parque não admitirá manifestações públicas, particularmente de caráter político”, reafirmando a sua autoridade sobre o Ibirapuera, que, relembremos, poderia ter sido transformado em estádio de futebol, se não fosse por ele [TRIBUNA, 11/11/1987].

Em 23/11/1987 o vereador Marcos Mendonça, do PMDB, entrava em cena requerendo ao “procurador-geral da Justiça, Claudio Alvarenga, a intervenção do Estado no Município de São Paulo”, alegando que o prefeito havia desrespeitado a lei ao iniciar a construção do túnel, mesmo sabendo que o Condephaat já havia aberto, em setembro, o processo de tombamento do Ibirapuera. Além disso a obra atingiria dois monumentos já tombados, “o das Bandeiras e o do Soldado Constitucionalista de 1932” [VEREADOR..., 24/11/1987]. No dia seguinte as obras foram provisoriamente suspensas, por decisão do juiz Milton Gordo, que concedera liminar à ação proposta pelo Ministério Público do Estado contra a prefeitura. As obras ficariam suspensas até o dia 11 de dezembro, quando seria realizada uma reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente – Consema. Elas haviam sido iniciadas “sem a necessária aprovação do Conselho”, e o prefeito seria obrigado, então, a submeter o projeto à sua apreciação, que mediria o impacto ambiental da obra [JÂNIO..., 25/11/1987].

Em 8 de dezembro o Condephaat decidia por unanimidade aprovar parecer contrário ao projeto do túnel, considerando “a obra danosa ao parque e à própria cidade de São Paulo, rejeitando relatório de impacto ambiental” – Rima que liberava a obra, realizada pela empresa JNS a pedido da prefeitura. Fatores que levaram o órgão a desaprovar o relatório incluíam a informação de que a “obra aumentaria em 10% a poluição por gases e partículas em suspensão no ar”, além de “violentar a estética do local por conter equipamentos estranhos ao ambiente, como postos de observação e respiradouros de gases”, e ampliar “o congestionamento durante as obras em uma área já de difícil trânsito” [TÚNEL..., 09/12/1987].¹⁶³ Enquanto

163 Condephaat, processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.2, p.41.

isso Jânio Quadros ameaçava “colocar obstáculos às obras do ramal Paulista do Metrô, caso a interdição dos túneis não seja suspensa”, alegando que o governador Orestes Quéricia se comprometera a liberá-los na reunião do Consema [PARECER..., 08/12/1987].¹⁶⁴ E a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, em conclusão oposta ao Condephaat, divulgaria parecer recomendando a liberação das obras, dois dias depois, alegando que os túneis “não deverão provocar impactos ambientais que possam prejudicar a utilização do parque” [SECRETARIA..., 11/12/1987].¹⁶⁵

No dia marcado para a reunião do Consema, a imprensa estava em alvoroço. O *Diário Oficial do Município* publicava mais um dos ferozes memorandos de Jânio Quadros, demonstrando, em dez tópicos, sua indignação ao secretário municipal de Vias Públicas, Walter Bodini:

1. Observe V.Exma, a campanha subliminar, e também ostensiva, dessas notícias, que contrariam, ora o túnel do Ibirapuera, ora o do Morumbi. Se não me equivooco, o Prefeito Prestes Maia desejou cortar o Ibirapuera, quase ao meio e à superfície. Estamos cogitando de um túnel semelhante ao que o Metrô pretende executar debaixo da Av. Paulista, e tenho a garantia da palavra oficial do Governador Quéricia de que a obra se realiza;
2. Cidade de onze milhões de habitantes não é vila ou burgo podre, e não pode ficar sujeita a imbecis que pretendem impedir a derrubada de uma única árvore. Em verdade, ninguém tem construído jardins ou plantado árvores como esta Administração. As obras viárias que a Metrópole reclama serão construídas, sim;
3. Aliás, a suspensão do túnel do Ibirapuera, dada a intromissão da Entidade, que até leitos viários vem tombando, cairá em Juízo, se houver insistência;
4. Por que não cuida da Casa Modernista que, tombada, está convertendo-se em ruína e seu Parque num matagal próprio dos safaris africanos?
5. Tenho a palavra do Governador Quéricia – e confio nela – e a do Secretário Jorge Wilhelm, cuja autoridade é incontestada. Não são eles, rapazinhos, que se sobrepõem à Câmara e ao Executivo Municipal;
6. Por que não vêm para o Ibirapuera – que salvei de converter-se em vários estádios de futebol – e se instalem na minha cadeira? Nunca fizeram nada. Eu precisei mandar limpar monumentos considerados “históricos” e reurbanizar, de acordo com o Povo, em suas expressões de liderança, que jazia no mais completo abandono, o que inclui o Túmulo dos Imperadores e o Parque respectivo;
7. É uma intromissão indevida na autonomia municipal que, se necessário, será derrubada em Juízo;

164 Condephaat, processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.1, p.116.

165 Condephaat, processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.2, p.46.

8. Que tal impedir o Metrô na Av. Paulista, sob a alegação de que os seus arranha-céus podem perder estabilidade, para não se falar da imensa rede de telefone, águas, esgotos, e o mais que será alcançado?
9. Não devo fazê-lo, a menos que técnicos autorizados o recomendem;
10. Basta de estupidez movida por ódio partidário ou pessoal!

No *Jornal da Tarde*, o jornalista Fernando Lancha [11/12/1987] já antecipava a decisão do Consema: “será apenas uma reunião *pro forma*, pois todos os seus 30 membros já sabem o resultado final. Os túneis do projeto viário do prefeito Jânio Quadros serão mesmo construídos sob o parque”.¹⁶⁶ Lancha lançava sérias acusações na matéria, afirmando que “em vez de tomar uma decisão pensando na comunidade”, o Consema atenderia “a interesses políticos”. Relatava então um episódio acontecido no dia anterior, após o anúncio que a Rádio Eldorado emitira informando que o Consema já tinha a definição e que o projeto seria aprovado: na Câmara Municipal, o vereador Ricardo Trípoli (PMDB), presidente da Comissão de Meio Ambiente daquela Casa, havia conseguido obter o Rima feito pela JNS e afirmava que era um relatório “viciado e comprometido com a empreiteira que vai realizar a obra”. Além disso, alegava que o relatório infringia diversas normas fixadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama. Segundo o jornalista, para diversas entidades ambientalistas o verdadeiro responsável era o secretário estadual do Meio Ambiente, Jorge Wilhelm, também secretário executivo do Consema e quem presidiria a sessão, já que o governador Quéricia estava em viagem aos EUA. O governador viajara para assinar um contrato com o Banco Mundial no valor de 147 milhões de dólares para a construção de rodovias em São Paulo, mas, paradoxalmente, também já estavam aprovados outros 50 milhões que contribuiriam “para reduzir a poluição no Estado” [CONSEMA..., 11/12/1987].

A denúncia que ambientalistas faziam contra Wilhelm era que ele só aprovara “o projeto de Jânio porque uma das empreiteiras que conseguiu o contrato das obras do Vale do Anhangabaú é de sua propriedade, além de atender aos interesses políticos de Quéricia”. Trípoli dizia não acreditar que o governador se posicionara contra o projeto; supunha antes ter havido “uma indução da Prefeitura através de pressões para ver o projeto aprovado”. Já a bancada do PMDB na Câmara Municipal, segundo o jornalista, estava preocupada, pois o governador jamais contestara a declaração de Quadros de que ele havia prometido a liberação da obra. Lancha terminava afirmando que, caso o relatório fosse realmente aprovado, os diretores do Condephaat “estavam dispostos a renunciar a seus cargos”.

O *Jornal da Tarde* trazia também outra matéria sobre “a obra, ‘menina dos olhos’ do prefeito”, assinada pelas jornalistas Regina Helena Teixeira e Cristina R. Durán

166 Condephaat, processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.2, p.43.

[11/12/1987],¹⁶⁷ expondo as considerações feitas por Antônio Carlos de Oliveira, físico e assessor do deputado Fábio Feldman (PMDB), que havia estudado o Rima e chegara à conclusão de que, se os túneis fossem construídos, edifícios e monumentos, como a Assembleia Legislativa, o Obelisco ou o Detran, e até mesmo as casas e edifícios do entorno, poderiam começar a afundar e apresentar rachaduras; as árvores do parque, poderiam de repente começar a definhar e a secar, pois com as folhas impermeabilizadas não ocorreria fotossíntese, e suas raízes não teriam mais onde buscar água; quem, por acaso, fosse internado no Instituto Dante Pazzanese para cuidar da saúde, poderia sair (ou não) de lá intoxicado com gás carbônico; exercitar-se nas pistas de *cooper* do parque ou do Círculo Militar seria o mesmo que encher os pulmões de mais gás carbônico; e quanto ao trânsito, os túneis seriam apenas uma ilusão passageira, pois em breve ele estaria muito pior por ali: “isso sem contar que os coletivos não terão vez nos túneis”, por ser “vetada a entrada de veículos a diesel nas pistas subterrâneas”. Além disso, o físico apontava que o Rima era insuficientemente esclarecedor e contraditório, pois apenas avaliava “o efeito da obra em si – sob a terra –, mas não aponta os efeitos ambientais e sociais posteriores”. O relatório não esclarecia um ponto fundamental, por exemplo, com respeito ao que poderia ocorrer com o lençol freático, e, concluindo, o especialista afirmava ser o Rima “irresponsável com o patrimônio cultural e o meio ambiente da região”.

A decisão, no entanto, foi transferida de 11 para 18 de dezembro, pois três novos conselheiros haviam sido nomeados apenas três dias antes, não tendo, portanto, tido tempo hábil para estudar o Rima. A discussão naquele dia girou em torno da participação de entidades ambientalistas no debate [LOURENÇO, 13/12/1987].¹⁶⁸ Essas instituições se haviam unido e formulado mais perguntas que o Rima não respondia: “É justo que se gaste tanto dinheiro só para favorecer quem tem carro? A Avenida 23 de Maio suportará esse acréscimo de tráfego?”, indagava José Eduardo Rodrigues, coordenador da Subcomissão do Meio Ambiente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, para quem o projeto desrespeitava “toda a legislação vigente”. Rosângela Braz, do Movimento Social Pró-Verde, que também protestava contra o projeto “elitista, atendendo apenas ao transporte individual, sem se preocupar com os interesses da coletividade”, questionava: “Como ficarão as emissões de poluentes dos escapamentos no túnel, proximidades do parque e Centro?” “Como foi avaliada a poluição visual (e sonora) que as torres de exaustão trarão à cidade?” [LANCHA, 18/12/1987].

O professor e geógrafo Azis Ab-Saber, ex-presidente do Condephaat e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, visitou o Ibirapuera a convite do *Jornal da Tarde* e teceu suas considerações a respeito da polêmica do

167 Condephaat, processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.2, p.44.

168 Condephaat, processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.2, p.48.

túnel: era um projeto que a cidade não precisava, pois além de ser obra dispendiosa, não resolveria o problema do trânsito e causaria sérios problemas ambientais, funcionando como um dique no lençol freático. Sobre o Rima, declarava que era “totalmente irregular”. “Para mim é antiético um pessoal que está no governo assinar um Rima. Eles têm muita influência no conselho para aprovar qualquer relatório, desde que seja de seu interesse.” E concluía dizendo que tanto o projeto quanto o relatório desprezaram “o lado social da cidade” [LANCHA, 18/12/1987].

O secretário Wilhelm defendia a viabilidade do projeto e rebatia as críticas dos ambientalistas:

Eu acho que é uma obra importante e que qualquer entidade tem o direito e até o dever de se pronunciar a esse respeito. Claro que algumas vezes as opiniões são emocionais e outras vezes mais informadas tecnicamente. Algumas chegam a ser passionais. Todas foram consideradas e, quando tinham algum conteúdo técnico, foram analisadas pela secretaria. Afinal, esse é o nosso papel [WILHEIM..., 18/12/1987].

O secretário também negava qualquer participação em empreiteiras que estavam realizando obras do projeto viário da cidade: “Tenho sim um escritório de projetos, e não uma empreiteira. Seria ótimo, talvez, se eu fosse o dono da Andrade Gutierrez. A única relação que existe entre minha firma e o Anhangabaú é que ganhei, anos atrás, um concurso para a reurbanização do Anhangabaú, que é o que está sendo implantado” [WILHEIM..., 18/12/1987].

Em 18 de dezembro, porém, seria novamente adiada a decisão: “Foram cinco horas de reunião. Muitas discussões, conchavos e brigas” – relatava o *Jornal da Tarde* no dia seguinte. Adiada para 22 de janeiro, a prefeitura teria que completar o Rima e responder a uma série de exigências levantadas pelo Consema, entre elas: determinar o projeto de exaustão do túnel com informações suficientes; informar onde será disposto o material escavado e de que forma será transportado; apresentar um projeto alternativo para localização do traçado, incluindo parecer sobre a influência da obra proposta sobre o tráfego. A polêmica ganhara novas dimensões, e seria também realizado um plebiscito, patrocinado pela Rádio Eldorado e organizado por sociedades de bairro, além de uma reunião na Câmara Municipal, com discussão aberta ao público [DURÁN, 19/12/1987].

Em 23/01/1988 viria estampado no *Jornal da Tarde* o resultado da sessão: “Estes senhores decidiram: o túnel pode ser construído”. Por 17 votos contra 11, o Consema aprovava no dia anterior “o parecer favorável, emitido pela Secretaria do Meio Ambiente, ao Relatório de Impacto Ambiental (Rima) da obra” [DURÁN, MORENO, 23/01/1988]. Segundo o jornal, ambientalistas que foram assistir ao debate, cerca de 20 pessoas, foram dirigidos a uma sala separada com circuito interno de televi-

são. A justificativa do secretário Jorge Wilhelm era que isso garantiria a tranquilidade dos trabalhos. Em protesto, os presentes assistiram ao debate televisionado com a boca coberta por uma mordaca preta.

Uma das questões levantadas dizia respeito a quem garantiria que as inúmeras exigências previstas pelo parecer para a realização da obra seriam obedecidas. A JNS convencia técnicos e conselheiros de que a obra não prejudicaria o parque, mas ainda não se sabia, por exemplo, onde seriam colocadas as torres de exaustão, o que trouxe à tona a indignação do vereador Ricardo Trípoli: “Jânio Quadros faz o que quer. A obra nem sequer foi discutida pela Câmara. O prefeito não a incluiu no orçamento de 87, mesmo com as empreiteiras sendo contratadas naquele ano. Até terminar toda a discussão, 50% da obra já estará concluída.” Outro que não hesitou em demonstrar sua revolta contra a decisão foi Wagner Sugamelle, do Movimento de Revalorização do Cambuci, que lembrou o resultado dos dois plebiscitos realizados, nos quais mais de 90% da população havia votado contra o túnel, e uma audiência pública na qual ninguém apoiou a obra. Para Sugamelle, “tudo não passou de um jogo de cartas marcadas: um acordo entre o governador Orestes Quércia e Jânio para levar adiante o túnel e o metrô na Paulista – plano de Quércia – sem interferências”, relatava o jornal. “Além do claro interesse das empreiteiras”, acrescentava Sugamelle, apoiado pela maioria dos presentes [DURÁN, MORENO, 23/01/1988].

Quem, no entanto, saiu radiante do debate foi o secretário de Vias Públicas, Walter Bodini, que dizia não querer perder mais tempo após os quase 53 dias de atraso das obras, orçadas oficialmente pela prefeitura em 200 milhões de dólares, mas cuja expectativa era que chegaria a 500 milhões. Bodini, que ressaltava “não sou político, sou técnico”, afirmava que tudo estava pensado e que também havia a preocupação em respeitar o patrimônio da cidade, pois “de nada adiantaria fazer uma obra ‘tipo minhocão’ e trazer mais um mal irrecuperável para a cidade” [DURÁN, MORENO, 23/01/1988].

Com menos da metade daquele montante de 500 milhões de dólares, segundo a assessoria do deputado Fábio Feldman, poderiam ser feitas obras muito mais eficazes para melhoria do trânsito: “um corredor de trólebus por toda a cidade, incluída a compra dos ônibus”, que custaria 120 milhões; além da construção de três pontes sobre o Rio Pinheiros (Eusébio Matoso, Juscelino Kubitschek e João Dias), que custariam outros 80 milhões [APROVADO..., 23/01/1988]. Pode-se identificar, portanto, nessa aposta pelo túnel um exemplo de “des-planejamento” da cidade: uma obra que ilumina suas contradições, privilegiando o interesse privado em detrimento do público.

Em setembro de 1988, noticiava-se que “o grande túnel” avançava “por baixo do Ibirapuera”, “caminhando todo dia um pouco”. Localizado a 23 metros da superfície, o túnel já havia avançado 78 metros por baixo do parque e outros 23 no sentido da Av. 23 de Maio [NICOLLETA, 09/11/1988]. Outra matéria informava que um operário chamado Jesus havia encontrado ouro na escavação do túnel [OPERÁRIOS..., 15/09/1988].

No final de 1988, Jânio Quadros deixava as obras inconclusas do túnel para a prefeita que o sucedia, Luiza Erundina (PT) – que, por sua vez, suspenderia as obras durante sua gestão (1989-1992). Só na administração seguinte, de Paulo Maluf (1993-1996), é que o túnel seria finalizado e inaugurado, em detrimento das obras do metrô e de uma variedade de propostas que pensavam o parque como o “espaço público” que ele é, ou deveria ser. Propostas que buscavam, em vão, contribuir para criar condições de que uma certa “dimensão pública”, tão ausente nessa cidade, pudesse se constituir.

Além do buraco do túnel, Jânio Quadros deixara a Erundina também uma surpresa: às vésperas do fim de seu mandato,¹⁶⁹ ele doou a uma instituição privada área de 22.500m² dentro do parque, para que fosse construído um teatro – o famoso auditório, cuja ausência era lamentada desde a inauguração do Ibirapuera [ANTES..., 26/12/1988]. Essa notícia do *Jornal da Tarde*, não incluída no Processo de Tombamento, relata que “segundo a Fundação Arthur Rubinstein, a futura construção deverá seguir o estilo funcional do Lincoln Center de Nova York, com projeto de Niemeyer abrigando um teatro para três mil pessoas, uma garagem para mil carros, além de salas para aulas. Pela doação do prefeito, publicada no *Diário Oficial Municipal*, a Fundação Arthur Rubinstein deverá custear a construção do prédio e terá direitos de administração durante 99 anos, ao fim dos quais o teatro e as outras dependências passarão a ser bens do município”.

O teatro da Fundação Arthur Rubinstein, embora não construído, chegou a ser projetado (Figura 41) por Oscar Niemeyer, outro protagonista da história do parque que, diferentemente de Jânio Quadros, é bastante ausente na documentação do processo de tombamento do Condephaat. Assim como Quadros, entretanto, Niemeyer entra em cena em diversas etapas da história do parque, como autor do projeto original na década de 1950, que ficara inacabado sem o teatro inicialmente previsto. O arquiteto, que viveu 104 anos, conseguiu finalizar sua obra meio século mais tarde com a construção do Auditório Ibirapuera em 2004, como verificaremos no capítulo seguinte. Cabe adiantar aqui que, contrariando as expectativas, a construção definitiva do Auditório não se apresenta como um dos capítulos notáveis no processo de tombamento, com as questões que se imporiam ao órgão do patrimônio quando o mesmo autor viesse modificar sua obra, já tombada. Essa discussão pós-tombamento está ausente – o que aponta descontinuidade na documentação desse processo, que, no entanto, inclui documentos até 2007.¹⁷⁰

169 No final de seu mandato Jânio Quadros também solicitou um projeto de “Fechamento da Bienal com gradil”, que foi encontrado pela autora no acervo da SP Urbanismo, sem mais informações. Datado de 17/10/1988, o absurdo projeto cercaria todo o pavilhão da Bienal com gradis. Cinco portõezinhos de acesso, um deles bem no início da marquise, entre a Bienal e o MAM, permitiram o acesso àquela grande ilha de 250 x 50 metros que seria formada em torno do pavilhão.

170 Fica a questão: o que se guarda e para que se guarda um processo de tombamento como esse? Um dos últimos documentos do volume 3 do processo refere-se a uma solicitação de envio de



Figura 41: Duas visadas da maquete do Teatro da Fundação Arthur Rubinstein, em fotografias feitas pela autora na ocasião da exposição Oscar Niemeyer: clássicos e inéditos, realizada em 2014 no Itaú Cultural

Somente na virada de 1988 para 1989, três anos antes da publicação da resolução de tombamento do parque, é que se encontram no processo documentos relativos à iniciativa da Fundação Arthur Rubinstein em construir um teatro no parque na tal área doada por Jânio Quadros. Prontamente, o Condephaat informava à nova prefeita Luiza Erundina sua preocupação “com vistas à propalada notícia da imprensa referente à intenção da construção do teatro”,¹⁷¹ sendo atendido pela prefeita poucos meses depois, tornando sem efeito a cessão concedida pelo prefeito anterior.

Após o tombamento em 1992, consta no processo apenas um documento referente à construção do auditório: um artigo intitulado “Ibirapuera”, escrito por Oscar Niemeyer [20/02/2000] e publicado na *Folha de S. Paulo*¹⁷² quatro anos antes da constru-

documentação, de 2002, feita ao Condephaat pelo Iphan, que em 1998 abriu “o processo de tombamento do conjunto das edificações projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer para o Parque Ibirapuera, aí incluído o prédio do Detran, separado do parque por uma avenida”. No ofício de 2002, o órgão de preservação nacional informava ao órgão estadual que o estudo de tombamento do parque encontrava-se em fase final, e solicitava documentação sobre o parque e as obras de Niemeyer, além de informações sobre a gestão e propriedade do parque e edifícios tombados. A resposta do Condephaat, no mês seguinte, de que não possuía esses dados, colocando o Estudo de tombamento do Parque Ibirapuera à disposição para consulta e aparentemente encerrando o diálogo com o Iphan, permite pensar no que realmente consiste um processo senão num grande acúmulo de documentos não sistematizados e, portanto, de difícil leitura, relação e extração de informação.

171 Carta do vice-presidente do Condephaat, Augusto Humberto Vairo Tittareli, à Prefeita Luiza Erundina, 04/01/1989. Ofício GP.001/89. Condephaat, Processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera - Vol. 2, p.236.

172 Condephaat, processo nº 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.3, p.536.

ção definitiva do auditório. Na ocasião, Niemeyer lamentaria, uma vez mais, o caráter inacabado de sua obra do parque com a inexistência do teatro, sugerindo que aquele momento seria oportuno para a conclusão: tratava-se dos preparativos para a festa comemorativa dos 500 anos do descobrimento do Brasil que seria realizada no Parque Ibirapuera, conhecida como Mostra do Redescobrimento, como veremos no próximo capítulo. Ao que tudo indica, esse artigo não levantou preocupações como o anterior, relativo ao teatro de Jânio Quadros, e, pelo visto, dentro dos limites impostos pelos documentos reunidos no Processo de Tombamento do Condephaat, o órgão também não se moveria durante a construção definitiva do auditório. Apesar de não constar em sua documentação, o Condephaat foi favorável à construção do Auditório em 2004 e isentou-se da grande disputa travada entre a Prefeitura e o Ministério Público, como veremos.

O Palácio da Agricultura é outra ausência detectada no processo de tombamento estadual do parque, identificada logo na resolução de tombamento do dia 25/01/1992, quando uma vez mais o Ibirapuera era simbolizado no aniversário da cidade, dessa vez como seu patrimônio. Na resolução consideravam-se “a extrema carência na metrópole paulistana de espaços verdes para recreação, lazer e para o exercício de práticas culturais”; “o caráter inovador das edificações representativas da comemoração do IV Centenário de São Paulo”; e a “importância do viveiro Manequinho Lopes na produção de mudas para o ajardinamento e arborização da cidade”, nessa ordem. Após limitar “a área verde localizada no interior da cercadura metálica atualmente existente”, listavam-se todas as edificações do parque, incluindo blocos de sanitários e central de telefonia. Apenas uma ficava excluída: a do Palácio da Agricultura. Num primeiro momento é possível estranhar e questionar se seria pelo fato de o Detran o ocupar, mas não seria o caso, pois o Condephaat não legisla sobre o uso do bem tombado. Se assim o fizesse, não poderia ter tombado o parque, que ainda estava tomado pelas sedes burocráticas naquele momento. Então por que dividir o conjunto arquitetônico do parque, o mesmo que já havia nascido “mutilado” – termo usado desde a sua origem pelos próprios “autores” do projeto do parque, na já mencionada primeira edição da revista *Módulo*,¹⁷³ de março de 1955?

Desde que suprimiram o teatro na década de 1950, muito se falou da mutilação sofrida pelo conjunto arquitetônico, até quando foi finalmente construído o Auditório Ibirapuera, meio século mais tarde. No entanto, muito pouco foi questionado sobre a visível redução de área pública nesse território, sempre tida como “dada”, em números flutuantes que variavam em milhares de metros quadrados. A história do Ibirapuera – que inclui seu processo de tombamento – é um exemplo da fragilidade da noção de esfera pública, como se o que fosse público pudesse

173 Como mencionado no capítulo 1, a revista *Módulo*, em sua primeira edição traz uma reportagem crítica, lamentando a supressão do Auditório que fez com que o conjunto ficasse “eternamente capenga”.

ser “fatiado”. Ou como se a “coisa pública” tivesse caráter eminentemente privado, intrínseco às decisões verticais que favorecem os pequenos grupos interessados – a referida “celebração dos direitos individuais” nas palavras do Condephaat que iniciaram este segmento – tônica recorrente nas práticas desse território, muito antes, aliás, da construção do parque.

O Processo de Tombamento amplia e enriquece esse debate trazendo novos documentos relativos aos limites da área tombada. Um dos grandes problemas do tombamento do Ibirapuera é a inexistência de regulamentação da área envoltória, que tem demarcação genérica de 300 metros a partir do limite que foi estabelecido pelo Condephaat: os gradis do parque. No processo existem inúmeras plantas que marcam e remarcam a área tombada, a partir dos diversos deslocamentos e inserções de gradis que foram feitos ao longo do tempo. É interessante notar que a cada realocação de grades celebrava-se a incorporação de área ao parque, muitas vezes ínfima.

Possivelmente foi a ruptura espacial provocada pela Av. 23 de Maio o que levou o Condephaat a não incluir o Palácio da Agricultura, que na época do tombamento – e por mais de 50 anos – sediava o Detran. Essa ausência representa, portanto, uma escolha que reafirma a mutilação como prática recorrente nesse território, ao não tomar o conjunto dos pavilhões de Niemeyer como conjunto. Como assinala Rodrigo Queiroz [2009, p.151-152], o Palácio da Agricultura, por sediar o Detran, “nunca foi assimilado como objeto integrante do conjunto do parque, apesar desse mesmo edifício integrar todos os estudos de Niemeyer”, desde os primeiros.

Durante o processo de tombamento estadual, e no decorrer da história do parque, identificam-se inúmeros conflitos que ora tendem para a questão do ambiente – o caso do túnel, por exemplo, ou o acampamento dos desempregados –, ora tendem para a cultura – a construção do Auditório ou o caso da reforma do MAM. Essas questões, no entanto, estão sobrepostas e conectadas com a própria função de lazer que o parque impõe a partir de suas características. E daí efluem as disputas mais feroces, nas quais as diversas autoridades envolvidas defendem suas posições e interesses, muitas vezes inconciliáveis. Em parecer de 1999, incluído no processo de tombamento estadual, a arquiteta do Condephaat Lucilene Whitaker de Mello Bastos, abordaria muito bem a questão:

Intervenções pontuais, vindas de cima para baixo, têm sido a tônica na administração do parque Ibirapuera. Esta forma de gerir o parque só tem contribuído para a sua descaracterização, não obstante tratar-se da área verde mais importante da cidade. (...) Entendemos que somente através de uma discussão aberta, abrangente e democrática será possível traçar as metas para chegar a uma solução satisfatória com relação à preservação do conjunto arquitetônico e do parque como um todo.¹⁷⁴

174 Informação técnica da arquiteta Luciana Whitaker de Mello Bastos ao diretor técnico do Conde-

A INICIATIVA PRIVADA PROPÕE

Em janeiro de 1985 o prefeito Mário Covas assinou a lei nº 9872, criada pelo vereador Celso Matsuda que, além de impedir a circulação de veículos particulares no parque, previa a saída da prefeitura e demais órgãos públicos até 1988 [LARANJEIRAS, 06/10/1985]. Naquele momento esperava-se que, com a saída dos órgãos burocráticos, o Ibirapuera pudesse, finalmente, tornar-se uma “Cidade das Artes”, como vislumbrou Radha Abramo [10/02/1985] na *Folha de S. Paulo*:

O mais importante: aproveitando a democracia que surge, será preciso que intelectuais, artistas em geral, professores e especialistas em lazer discutam coletivamente, séria e criteriosamente como e com quais instrumentos, e defendendo quais objetivos, nossa Cidade das Artes do Ibirapuera será erguida e conservada daqui para a frente. Das discussões os produtores e os administradores culturais deverão traçar um planejamento integrado e responsável para os museus, a Bienal de São Paulo, etc. e as demais atividades culturais e de lazer que deverão ocupar proximamente o Parque Ibirapuera. Tudo foi deixado demais, durante tempo excessivo, ao arbítrio de grupos isolados e muitas vezes desatentos das necessidades de nossa sociedade. É preciso começar urgentemente a corrigir isso.

Seguindo, porém, a tendência do não cumprimento de prazos e de não fazer valem as leis relacionadas ao Ibirapuera – relembrando a da Fundação Ibirapuera nos meados dos anos 50, desautorizada por Adhemar de Barros –, foi apenas no final de 1992 que ocorreu o primeiro movimento dessa retirada administrativa do parque, com a prefeita Luiza Erundina transferindo seu gabinete do Ibirapuera para o Palácio das Indústrias, no Parque Dom Pedro II.

Na iminência da saída da prefeitura do parque começaram a ser realizadas diversas pesquisas e consultas públicas sobre o futuro do Ibirapuera e foram surgindo inúmeras especulações e propostas para os novos usos que os pavilhões passariam a ter. O *Jornal da Tarde* anunciou com um antecipado entusiasmo: “O verde vence o concreto no Ibirapuera”, sinalizando que o lazer se tornava prioridade. Uma primeira ideia, vinda da Secretaria Estadual da Cultura, que tombara o parque e que nele já pleiteava um espaço seu, era de que a antiga prefeitura – o pavilhão Manuel da Nóbrega – se transformasse em um “centro ecológico”, com “cursos e exposições voltados para o meio ambiente” [VILADARGA, 05/06/1991].

Iniciando uma prática que se tornaria recorrente nas décadas seguintes – a iniciativa privada tomando as rédeas do parque, como veremos no próximo

phaat, José Guilherme Savoy de Castro, sobre proposta do Docomomo para realização de debate sobre uso e ocupação adequados do Parque Ibirapuera, 09/02/1999. Condephaat, processo no 25767/87: Tombamento do Parque Ibirapuera, v.3, p.527.

capítulo – o programa Mais Ibirapuera para você foi lançado em 1992, no último ano da gestão de Luiza Erundina (PT), com a proposta de “revitalizar e oferecer novas opções de diversão e uma estrutura física mais adequada” [O VERDE..., 23/09/1992]. Patrocinado pelo Banco Real e pela Rede Globo de Televisão/Fundação Roberto Marinho, e com o apoio da prefeitura, o projeto trouxe mais uma vez de volta ao Ibirapuera, nos seus 40 anos, o autor dos dois projetos paisagísticos não implantados nas décadas de 1950 e 1970, Roberto Burle Marx. O ponto de partida desse programa foi uma pesquisa realizada com 7.800 frequentadores, divulgada pela *Veja-São Paulo*, com os seguintes números:

Entre os entrevistados, 51% disseram que vão ao parque para praticar *cooper*, andar ou correr. Só 11% admitiram que, à sombra das árvores, se dedicam a outro esporte: a paquera. Em segundo lugar, ficou a opção passear (47%), seguida por apreciar a natureza (33%) [O VERDE..., 23/09/1992].

O Mais Ibirapuera para você surgia ajustado ao modelo neoliberal: era também uma proposta de *marketing* cultural que deveria beneficiar, sobretudo, seus patrocinadores. Esse modelo foi impulsionado após a redemocratização do país, por meio de transferências de responsabilidade do Estado à esfera privada, que se estendia desde a venda de estatais às proposições de políticas culturais baseadas em incentivos derivados de leis de renúncias fiscais. O projeto previa inicialmente a criação de três novos *playgrounds*, “a sinalização com mapas completos do parque nos portões e setas indicativas de banheiros e lanchonetes”, além da melhoria do restaurante e das três lanchonetes. O projeto previa também a restauração do Viveiro Manequinho Lopes, que teria “plantas ornamentais da Amazônia e outras cinco estufas de flores como bromélias ou orquídeas”, com o projeto paisagístico a cargo de Burle Marx – naquela altura ainda lembrado pela revista como o “autor do projeto original” do Ibirapuera [O VERDE..., 23/09/1992], que chegou a declarar aos jornais que não trabalharia com Niemeyer de jeito nenhum [BURLE MARX..., 15/01/1992]. Dessa vez, sua proposta preliminar foi ainda mais ousada do que a realizada nos anos 50 e que não contara com o apoio de Niemeyer. Ela causou polêmicas, pois previa a mudança do “horto”, o Viveiro Manequinho Lopes, “para outro ponto mais afastado da cidade e transformar o atual espaço de cultivo de árvores em ampla área de lazer”. A prefeita Luiza Erundina, que era simpática à presença de Burle Marx, disse, no entanto, que pretendia “discutir melhor a ideia de mudança do horto”, além de declarar que, como o parque seria oficialmente tombado em questão de dias, a prefeitura não poderia mais “promover nenhuma inovação arquitetônica ou redistribuição do espaço que desfigure a área”.

Diferentemente das duas vezes anteriores, algumas ideias do novo projeto de Burle Marx foram afinal realizadas, enquanto outras o foram apenas parcialmen-

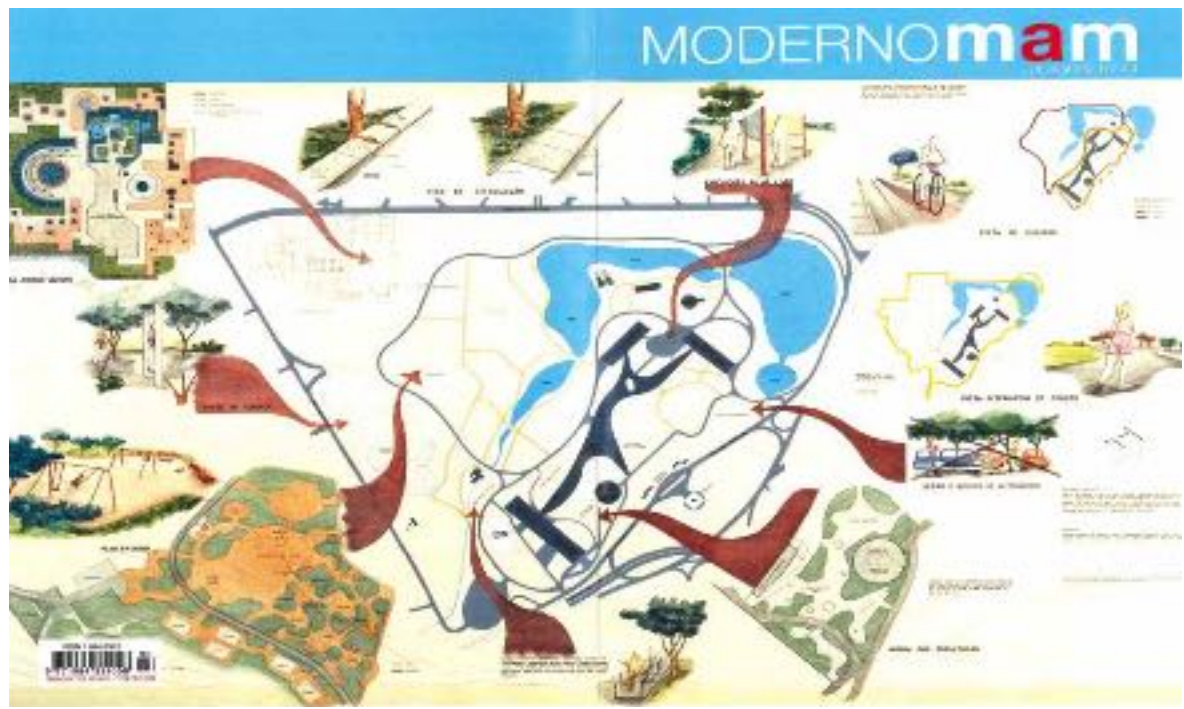


Figura 42: Imagem do Estudo Preliminar de 1994 de Burle Marx reproduzido na capa do livreto de exposição Moderno MAM extra (2009); no canto inferior direito, em cinza, o projeto do Jardim das Esculturas

te. Grande atenção foi dada à reforma do Viveiro Manequinho Lopes, que, em vez de ser retirado, acabou por contar com a recuperação de estufas quebradas e a construção da Praça do Viveiro ao redor da antiga Serraria, um galpão de cerca de 15 metros de extensão que era usado como estacionamento da prefeitura.

Parte das propostas do Mais Ibirapuera para você, contudo, não foi implantada ou sofreu mudanças, como, por exemplo, a construção da ciclovia, “uma das principais reivindicações dos frequentadores” [CICLISTAS..., 23/04/1993], apontada nas pesquisas. Uma “ciclovia experimental” chegou a ser implantada em janeiro de 1993, mas teve vida curta. Inaugurada com faixas pintadas no meio das vias, como previsto no projeto de Burle Marx, a ciclovia não funcionou, pois, segundo os jornais, “não acabou com os problemas entre ciclistas e pedestres”. Seria, então, desativada e a nova proposta era substituí-la por uma “ciclovia periférica, passando pelos locais menos procurados do parque” – o que também não se efetivou.

O “produto” mais anunciado do Mais Ibirapuera para você foi mesmo o Jardim das Esculturas ao redor do MAM, assim definido por Burle Marx: “Um espaço para estimular na comunidade a prática da convivência artística, divulgando as obras dos nossos artistas e valorizando a nossa cultura” [MODERNO..., jul.-set. 2009, p.9]. Tal jardim se estenderia entre o MAM, a Fundação Bienal e os museus da Aeronáutica e do Folclore, então ainda sediados na Oca. Com as esculturas do MAM¹⁷⁵ expostas ao ar livre, entre árvores e palmeiras existentes, foi sugerida

175 Obras de Amilcar de Castro, Emanuel Araújo, Felícia Leirner, Franz Weissmann, Mario Cravo Júnior, entre outros.

nova vegetação entre caminhos traçados com britas, pedriscos, cimentados e gramados. O Jardim das Esculturas foi inaugurado com um recital do pianista Arnaldo Cohen para convidados, em 08/06/1993, um ano antes da morte de Burle Marx (04/06/1994) [IBIRAPUERA..., 09/06/1993].

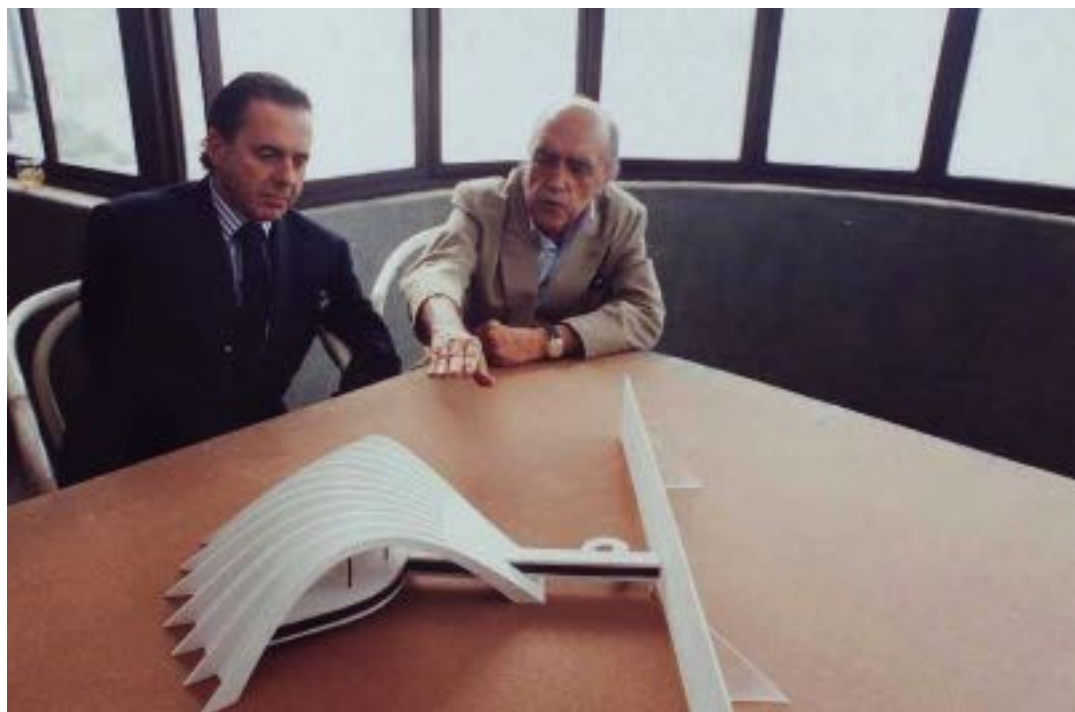
Após o falecimento de Burle Marx, o Jardim das Esculturas passaria, na década de 2000, por duas reformas já conduzidas por seu sócio no escritório de paisagismo, Haruyoshi Ono. Vale lembrar que o Jardim das Esculturas, embora situado não exatamente no mesmo lugar e com esse nome, estava previsto tanto no projeto de 1974 como também no original de 1953, descrito por Claude Vincent na revista BAC:

Perto do Museu de Arte, será colocado um jardim especialmente planejado para abrigar esculturas, facilitando a observação destes volumes projetados no espaço. Haverá muros vivos, de plantas, e outros de pedra, de alturas variadas, para acentuar o sentido espacial e para isolar uma estátua das outras [VINCENT, 1954, p.59].

Embora o Jardim das Esculturas fosse a “vitrina” do projeto Mais Ibirapuera para você, ele consumiu apenas 70 mil dólares do valor total do projeto, que, segundo a *Veja-São Paulo*, alcançou a cifra de três milhões de dólares, gastos, segundo a divulgação dos patrocinadores, com diversas pequenas intervenções que não chegaram a alterar significativamente a fisionomia do parque, definida na década de 1950. A revista comparava também aquele montante de três milhões com o valor gasto nos jardins da Casa da Dinda, do presidente Fernando Collor, “125 vezes menores que o Ibirapuera” e que haviam custado 2,5 milhões de dólares. Resta a dúvida de como foi possível gastar tamanho montante no Ibirapuera com os resultados obtidos no projeto e anunciados em 24/03/1994, ocupando um quarto de página de jornal em letras garrafais: “Em vez de mandar um *bouquet* de flores no dia do aniversário de São Paulo, preferimos entregar um viveiro completo de plantas e mais 1.584.000m² de área verde dois meses depois”.

O presente de aniversário de São Paulo chegou um pouquinho atrasado, mas a cidade inteira vai adorar. O Banco Real, a Prefeitura de São Paulo e a Fundação Roberto Marinho entregam mais uma obra do projeto “Mais Ibirapuera pra Você”: o Viveiro Manequinho Lopes. A pista de cooper e o playground também foram totalmente reformados e ampliados, os sanitários e bebedouros recuperados, e novos espaços criados dentro do Ibirapuera: o Jardim das Esculturas, a Praça de Jogos, o Bosque de Leitura. Com a inauguração do Viveiro Manequinho Lopes, totalmente recuperado sob a orientação de Burle Marx, a cidade ganha uma área que é uma declaração de amor à natureza. É um presente de aniversário, só que além de chegar atrasado, infelizmente não deu pra embrulhar [MAIS..., 24/03/1994].

Figura 43: Edegar Cid Ferreira e Oscar Niemeyer com a maquete do novo prédio anexo ao Pavilhão da Bienal, 1993; Arquivo Histórico Wanda Svevo/ Fundação Bienal de São Paulo



Os parceiros do projeto, o Banco Real e a Fundação Roberto Marinho, já haviam testado a parceria com a revalorização do Jardim Botânico no Rio de Janeiro, num projeto de 2,3 milhões de dólares. Eram mesmo tempos promissores os anos 90, que não se refletiam apenas no parque como um todo, mas também num dos seus inquilinos mais antigos, a Fundação Bienal.

Com Edegar Cid Ferreira em sua presidência, foram realizadas as duas megaexposições que foram as Bienais de 1994 e 1996, respectivamente as xxii e xxiii edições da mostra. Assim que tomou posse na presidência, em 1993, Cid Ferreira, com sua notória megalomania e ânsia por se fazer notar pela imprensa e pelas elites da cidade, chegou a contratar um novo projeto do arquiteto Oscar Niemeyer (Figura 43).

A ideia era construir um novo prédio (de 25 mil metros quadrados), anexo ao Pavilhão da Bienal (de 40 mil metros quadrados), que nas palavras do arquiteto seria um “centro cultural como o Georges Pompidou de Paris, com capacidade para inúmeras solenidades ao mesmo tempo” [NIEMEYER... 29/07/1993]. Já Cid Ferreira comentava que o projeto do anexo seria apresentado no dia 8 de agosto daquele ano, durante a abertura da 2ª Bienal de Arquitetura, ressuscitada pela Fundação Bienal em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB (a primeira fora realizada 20 anos antes, em 1973). “Estamos estudando o orçamento, que está estimado em aproximadamente 7 milhões de dólares”, declarava confiante o presidente, acrescentando que as verbas deveriam vir da prefeitura e da própria Fundação, “que tem condições de captar recursos no mercado”. Como o parque acabara de ser tombado pelo Condephaat no ano anterior, restava, portanto, obter a autorização do órgão, que até aquele momento não havia sido consultado. O anexo, contudo, não foi construído.

Aproximava-se mais uma das grandes efemérides, e os jornais já traziam as novas ideias e projetos que a prefeitura, sob a gestão de Paulo Maluf (1993-1996), preparava para o Ibirapuera quarentão [CAMARGO, 15/08/1994]. A vedete da vez era o projeto que a Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo – Emurb vinha desenvolvendo desde o ano anterior, a partir de proposta inicial apresentada pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação e pela Companhia de Engenharia de Tráfego – CET [SECRETARIA..., 26/12/1993]. O projeto previa o aumento de 10% da área do parque pela integração do Obelisco, do Modelódromo e do bosque de eucaliptos localizado ao lado da Assembleia Legislativa. Essa integração se daria com a transferência da pista da Av. Pedro Álvares Cabral mais próxima ao parque para o outro lado do Obelisco, e com a construção de passagens subterrâneas para pedestres. Sugeria também o tombamento da Av. IV Centenário até o prédio do Detran “no sentido de preservar os prédios existentes e evitar que novos edifícios sejam construídos fora do padrão permitidos e acabem formando uma muralha em volta do Ibirapuera” [IBIRAPUERA..., 07/05/1994].

A Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, com o secretário Werner Zulauf à frente, encampava a proposta da Emurb ao mesmo tempo em que, na contramão de sua própria *raison d'être*, demonstrava interesse em instalar a primeira “rua” 24 horas de São Paulo no Ibirapuera, numa proposta de ocupação da antiga serraria, galpão que era usado como estacionamento pela prefeitura. A ideia era que o *shopping*, ou o “centro de serviços” tivesse “bancas de jornal, frutarias, lojas de conveniência, casas de chá e restaurantes, entre outros” [DECIA, 18/03/1994]. A reforma da serraria seria a próxima etapa do programa Mais Ibirapuera para você, que já concluía a revitalização da área ao redor do galpão a ser em breve inaugurada – com um jardim e um espelho d’água, além da reforma de seis das dez estufas do viveiro, que também duplicara o número de espécies cultivadas, de 70 para 140, e do Bosque de Leitura, já inaugurado em dezembro de 1993.

O secretário Werner Zulauf, que há pouco comemorara publicamente o projeto Mais Ibirapuera para você, exaltando-o como “um bom exemplo de como as empresas e o poder público podem se unir para melhorar a vida do cidadão” [IBIRAPUERA..., 03/04/1994], e chegara a anunciar que a Rua 24 horas já estaria aberta no próximo verão, precisou ir ao parque a fim de acalmar manifestantes que lá se reuniram em protesto contra aquela iniciativa, sob o *slogan* “Passarinho também dorme” [AGOSTINHO, 29/04/1994]. Enquanto a Assuapi já organizava um grande abaixo-assinado, artistas e usuários convocavam até organizações internacionais para fazer pressão, pois, como afirmava uma pintora, “os governos locais não gostam de ficar mal perante o resto do mundo”. Zulauf garantiu na ocasião “que o projeto das lojas, elaborado pela Fundação Roberto Marinho e pelo Banco Real”, estava ainda em fase de estudo e podia não ser aprovado, principalmente quando levado à apreciação do Condephaat. O secretário tentava amenizar a discussão e

defender o seu lado, argumentando que tal proposta não era sua “nem do prefeito; como cidadão defendo há anos o meio ambiente” [FOGAÇA, 01/05/1994].

O vereador Roberto Tripoli, do Partido Verde, realizou um levantamento das irregularidades no parque visando à instalação de ação civil pública para apurar as ilegalidades e estancar as situações irregulares, garantindo sua preservação. A denúncia incluía uso indevido de 13 pontos do parque, como os quiosques da Kibon, que funcionavam irregularmente há quase quatro décadas; o prédio da Bienal, que vinha sendo utilizado para feiras comerciais, embora se destinasse a eventos culturais; a oficina de bicicletas do Maizena, que não tinha autorização oficial para operar; o Museu da Aeronáutica que estava abandonado e repleto de cupins; a Prodam, que resistia à decisão de sua retirada (oficialmente formalizada em 1992); as lanchonetes, que ocupavam o parque em concessões precárias; a ciclovia, que nunca havia sido aprovada definitivamente pelo Condephaat; o Centro 24 horas anunciado pela prefeitura na reinauguração do viveiro, dentro do programa Mais Ibirapuera para você; além de um “Clube de Cinofilia” ou, como definido nos jornais, de “pessoas que gostam de cães”, onde eram adestrados pastores alemães e que se havia instalado irregularmente no parque; e também a construção da sede do grupo esotérico Pró Vida, que obtivera a cessão de terreno no parque, que, entretanto, já estaria sendo utilizado por uma empresa de computação [AGOSTINHO, 12/04/1994].

Zulauf respondia às denúncias dizendo que pretendia retirar de dentro do parque os quiosques irregulares de sorvetes, desocupar o prédio da Prodam – que já deveria ter saído de lá há tempos, mais precisamente em 1988 segundo a lei do vereador Celso Matsuda, assinada por Mário Covas – e o Museu da Aeronáutica da Oca, que se encontrava “abandonado” [IBIRAPUERA..., 07/05/1994]. A nova proposta para a Oca previa criar “um museu de cera de personalidades nos moldes existentes em Londres” – quase um retorno ao IV Centenário, que contou com um museu de cera no incipiente espaço do MAM. Além disso, era eminente a construção de uma estação de tratamento do Córrego do Sapateiro dentro do parque. Todas as alterações que estavam sendo sugeridas pelo secretário iam no sentido de aproveitar as mudanças que já estavam ocorrendo naquela região devidas à construção do túnel sob o parque, o projeto de Jânio Quadros retomado pelo prefeito Paulo Maluf – e dessa vez inaugurado como o “maior túnel da cidade”, e também o mais superfaturado, em outubro de 1995, homenageando o recém-falecido piloto Ayrton Senna [GRANATO, 08/10/1995].

Era realmente grande a atenção voltada para o Ibirapuera naquele momento de comemoração dos seus 40 anos. Além de novas atrações que apareciam subitamente – como a doação de 150 flamingos vindos da Tanzânia feita pelo empresário Roberto Marinho, presidente das organizações Globo, que seriam acomodados no Pavilhão Japonês e admirados, de longe, pelo público [RETRATOS..., 22/04/1994] – havia também novas propostas urbanísticas para sua área e a de seu entorno.

Não há contradição, por exemplo, entre o uso do parque e o de um clube. Ou mesmo do Ginásio do Ibirapuera e do Centro Esportivo. Mesmo os hospitais, o viveiro, os outros clubes e até os Institutos de Engenharia e Biológico também preservam o uso institucional. Por que, então, não agregá-los a um grande parque, como se vê nas cidades européias?

Até mesmo as vias públicas e avenidas poderiam se integrar à idéia de ampliação do parque. Basta estudar os pontos de conflito e buscar soluções que minimizem os efeitos do tráfego intenso.

Poderiam ser indicadas, por exemplo, soluções de travessia como as que vemos em Salvador, com passarelas leves que se incorporam à paisagem de forma orgânica. Talvez, essa fosse uma solução para a primeira fase das obras de adaptação. Outra providência seria integrar desde já alguns usos. O estacionamento da Assembleia Legislativa, por exemplo, que fica fechado ao acesso de



namento das ruas do entorno. Em um segundo momento, sugerimos que sejam pensadas intervenções mais complexas e custosas, co-

ria ser feito desde o cruzamento com a Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, colocando o Monumento às Bandeiras dentro do parque. Mais tarde, os clubes poderiam se integrar a esse ambiente público privilegiado.

As outras edificações seriam incorporadas aos poucos a esse novo parque. O prédio do Detran, teria que ser recuperado para o conjunto arquitetônico original do parque, servindo, por exemplo, para um museu. O Detran é que deve mudar para algum lugar mais acessível aos paulistanos.

Por fim, restam as áreas hoje ocupadas pelas casas do Jardim Luzitânea e por parte do Planalto Paulista, na cunha formada pela interseção das Avenidas Rubem Berta e Indaiatuba. Essas áreas residenciais seriam valorizadas por uma série de medidas e, no futuro, sempre que houvesse uma oportunidade, a municipalidade teria preferência para ir adquirindo casa por casa. As casas seriam preservadas, se tivessem valor arquitetônico, ou simplesmente demolidas.

Trata-se de um projeto para os próximos 40 anos de Parque do Ibirapuera. Talvez, ao comemorarmos seus 80 anos, São Paulo possa se orgulhar de um trabalho inédito no mundo, de recuperação para uso social de área tão grande, em região tão valorizada e central. (Colaborou Rubens de Almeida)

■ Luiz Antônio Pompéia é diretor da Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio (Embrasp)

Figura 44: Proposta de Luiz Antonio Pompéia, então diretor da Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio – Embrasp, publicada n’ *O Estado de S. Paulo* no 40º aniversário do Ibirapuera, em 21 de agosto de 1994

Das várias ideias que surgiram – de mudanças do traçado da Av. Álvares Cabral no sentido aeroporto de Congonhas à construção de passarelas e passagens subterrâneas para pedestres – a proposta de Luiz Antonio Pompéia [21/08/1994] foi além: “Um projeto para os próximos 40 anos do Ibirapuera”.

Ao comentar o projeto de ampliação do parque apresentado pela Emurb – que propunha a anexação das áreas do Obelisco e de aeromodelismo, elevando a Av. Pedro Álvares Cabral para que os pedestres passassem por baixo – Pompéia dizia tratar-se de uma ideia “frustrante pela timidez”. Entendendo com bastante lucidez que a ampliação do parque era uma oportunidade para “reverter o processo de usurpação” de suas áreas, o autor remontou a história do Ibirapuera desde o IV Centenário, como de praxe na efeméride. Alertava sobre a diminuição da área do parque, que antes ocupava cerca de 1,8 milhão m² e naquele momento contava

com 1,58, pois fora “cedendo” áreas para vários equipamentos: Assembleia Legislativa, o Ginásio Ibirapuera, o quartel-general do 2º Exército, o Hospital Dante Pazzanese, o Instituto de Engenharia, a Polícia Militar, o Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da USP, o Detran... Ao redor do último, o parque havia também perdido “áreas para atividades nada nobres como estacionamento de carros roubados e uma série de lanchonetes precárias”. Visto que o Ibirapuera ficara reduzido a uma fração de seu tamanho original, Pompéia [21/08/1994] sugeria que, para além da proposta tímida, a Emurb deveria estabelecer “um cronograma de recuperação das áreas originais”, no sentido de que “o Ibirapuera avançasse por áreas vizinhas”, sem a necessidade de derrubar nada do que já estava construído, “mas sim de fazer com que a cidade aproveite de uma forma mais completa os diversos usos institucionais que se instalaram na região”.

A proposta de Pompéia recomendava que essas instituições se agregassem num grande parque, junto às vias públicas e avenidas, pois era evidente que, apesar da existência de usos diversos nesse território, não havia contradição entre eles. Deveriam, portanto, ser construídas “passarelas leves que se incorporem à paisagem de forma orgânica” para travessia de pedestres, como “uma primeira fase das obras de adaptação”; o estacionamento da Assembleia Legislativa poderia ser aberto para desafogar o parque nos fins de semana; a Av. Pedro Álvares Cabral deveria ser rebaixada, em detrimento da solução “minhocão” proposta pela Emurb; o Detran deveria mudar-se, cedendo o prédio para “por exemplo, um museu”; e finalmente, a zona residencial do entorno – nos bairros Jardim Lusitânia e Planalto Paulista – deveria ser área preservada para que, ao longo das próximas décadas, suas casas pudessem ser adquiridas pelo município ou simplesmente destruídas se não tivessem valor arquitetônico. Sintetizava suas ideias, na contramarcha do que vinha sendo o paulatino esquadramento territorial do Ibirapuera:

Trata-se de um projeto para os próximos quarenta anos de Parque do Ibirapuera. Talvez, ao comemorarmos seus 80 anos, São Paulo possa se orgulhar de um trabalho inédito no mundo, de recuperação para uso social de uma área tão grande, em região valorizada e central [POMPÉIA, 21/08/1994].

OUTRO PLANO DE NIEMEYER

Pode-se dizer que muita coisa realmente mudaria naqueles meados da década de 1990, embora tudo ainda muito distante da ideia do grande parque sonhado por Pompéia. Os automóveis já haviam deixado de circular livremente pelo Ibirapuera em junho de 1994, ou pelo menos houve uma grande redução: o parque passou a contar com apenas 400 vagas de estacionamento, para os 1.200 auto-

móveis que circulavam ali diariamente [POR..., jun. 1995]. Após ter inaugurado em 07/10/1995 o Túnel Airton Senna no sentido Centro-bairro, o maior da cidade, com 1.669m de extensão e com o custo da obra avaliado em R\$ 179 milhões [GRANATO, 08/10/1995], o prefeito Maluf daria continuidade à construção do segundo túnel, sentido bairro-Centro. Houve, no entanto, uma modificação no projeto original ampliado-o em direção a Sena Madureira, solução encontrada pelos engenheiros da Companhia de Engenharia de Tráfego para aliviar o provável congestionamento que ocorreria caso ele desembocasse diretamente na 23 de Maio, como inicialmente previsto. Com 200 metros mais longo que o primeiro, o segundo túnel estava orçado em R\$ 107 milhões, dos quais R\$ 20 milhões já haviam sido gastos durante a administração de Jânio [MELLO, 08/11/1995], antes de as obras serem interrompidas por Erundina.¹⁷⁶

O parque ainda ganharia 53 cisnes, entre os quais 22 negros, originários da Austrália e comprados por mil reais cada um. As aves, identificadas com microchips, chegavam com uma nova medida de segurança: “Para evitar que comecem a desaparecer, a guarda municipal manterá pelo menos um homem na região do lago”, informava a *Veja-São Paulo* [CAMINHO..., 14/02/1996].

Maluf chegou ainda a ameaçar que cancelaria a cessão feita ao estado do Pavilhão Manoel da Nóbrega, que até a gestão anterior, de Erundina, abrigava a sede da administração municipal. Alegando abandono e não cumprimento de projeto de destinar o edifício a atividades culturais, Maluf declarava aos jornais que o estado seria notificado para “instalar imediatamente o Museu da Imigração, como estava planejado” [MELLO, 16/03/1996]. Interessante é que as reformas estimadas em 3,5 milhões de dólares pelas quais passava o pavilhão a fim de estabelecer o novo museu desvelaram uma parte do prédio que estava oculta: o subsolo de 900m², que estava coberto por lajes pesadas de concreto pré-fabricado. “Especula-se que os primeiros prefeitos que passaram a administrar a cidade do Ibirapuera tenham optado em tampar o subsolo. Assim ocupariam totalmente o andar térreo em um nível plano”, noticiava a *Folha de S. Paulo* [DUARTE, 02/02/1994].

Em 1996, seu último ano de governo, Maluf recebeu de Niemeyer um novo Plano Diretor para o parque. Como revisão do projeto original feita pelo mesmo autor 40 anos depois, o controverso Plano Diretor vislumbrava um grande centro de arte no Ibirapuera - ideia próxima à de Radha Abramo em 1985 - propondo a remoção de vários edifícios construídos nos anos subsequentes à inauguração e não previstos no projeto original, como também a construção de áreas de estacionamento subterrâneo e a reforma da marquise. O projeto previa ainda o fim das ruas asfaltadas no interior do parque, o adensamento da arborização e a instalação

176 Tais túneis articulavam-se ao corredor que os ligaria a Cidade Jardim e que demandou a construção de mais quatro túneis sob o Rio Pinheiros e as avenidas Aureo de Moura Andrade e Juscelino Kubitschek.

da estação de tratamento do Córrego do Sapateiro – constituindo o último ponto um projeto antigo da prefeitura, desde a gestão de Mário Covas. Por fim, sugeria a construção definitiva do auditório, a retirada imediata da Prodam do parque, além da construção de um memorial para Jânio Quadros. No Plano divulgado, que trazia croquis do que deveria permanecer, ser removido ou construído no parque, Niemeyer definia seu texto como “radical”, defendendo seu centro de arte como a ideia central para o Ibirapuera desde “quando desenhamos aquele conjunto”:

Dele, até hoje, só o bloco da Bienal funciona, o que evidencia a displicência ou o desinteresse pelo assunto. Fora esse bloco, os outros dois edifícios continuam sem definição, e as soluções propostas para eles dispensam comentários, pois além de um Museu do Imigrante só nos faltava um desses convênios com empresa particular para a exploração comercial do edifício. Antes que o pior aconteça, procuramos correr com este parecer, pois tudo é possível neste país [NIEMEYER, 24/07/1996].

Tais palavras do arquiteto recapitulam as do vereador Valério Giuli, proferidas 40 anos antes na Câmara Municipal, ao expor sua preocupação com o risco que o parque correria caso não fosse rapidamente definido o que fazer com seus edifícios após o ano comemorativo do IV Centenário. Nelas, pode-se notar também um certo esquecimento do arquiteto ao dizer que “só nos faltava um desses convênios com empresa particular”, pois há pouco projetara um teatro para uma fundação privada no terreno doado às pressas por Jânio Quadros nos últimos dias de seu mandato. Naquele momento, porém, entre as propostas radicais do projeto de Niemeyer, chamava a atenção a ideia de transformar a Oca, “até hoje, sem utilização atualizada”, num espaço para “espetáculos do cosmo, que tanto sucesso vem tendo nas novas obras em Paris”. Interessante que, para tanto, o arquiteto não propunha a remoção do Planetário, um dos prédios construídos após a inauguração do parque, e que tinha função similar àquela proposta para a Oca. Sugeria, no entanto, a demolição do Pavilhão Japonês, bem como do restaurante The Green e do Museu de Arte Moderna, que deveriam sair de seus espaços sob a marquise, ganhando novas edificações. O novo prédio do MAM, com 3.000m² e localizado próximo ao da Bienal, viria junto a uma adaptação na marquise para que a ela fosse articulado, como se vê na Figura 24.

Uma proposta do projeto que se sobressai dentre as demais era a que visava à transformação dos dois pavilhões prismáticos – Estados e Nações – não em museus, mas em espaços para o ensino e prática das artes, com “pequenos ateliês de pintura, escultura e gravura”, proporcionando “locais de encontro, bibliotecas, auditórios, bares, áreas de comunicação, supridas com o aparelhamento mais atualizado”. E, mais uma vez, a capital francesa era a referência: “E ali, como no

Centro Pompidou em Paris, veríamos os jovens a discutir em grupos os problemas das artes, da cultura e da própria vida, já possuídos dessa curiosidade criativa que antes lhes faltava” [NIEMEYER, 24/07/1996]. A ideia de fazer do Ibirapuera um centro de arte obviamente não agradou a todos. Segundo a chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Gláucia Savin, havia conflito entre os frequentadores do parque em relação à prioridade que deveria ser dada a sua utilização. “Tem o pessoal do skate, da aeróbica, gente que quer andar a pé e quem prefere atividades culturais.” A assessora observava que o Plano Diretor apostaria na “vocação eminentemente cultural” do Ibirapuera [AUGUSTO, 07/07/1996].

O plano de Niemeyer trazia ainda uma nova concepção para o auditório, com cobertura retrátil e formato esférico. Conforme noticiado n’*O Estado de S. Paulo*, não houve concorrência, e Niemeyer receberia pelo trabalho R\$ 1,8 milhão, posto que fora “considerado o mais indicado para preparar o plano por seu envolvimento com o projeto original nos anos 50”. A assessora da Secretaria do Verde explicava ainda que havia um artigo de lei que “dispensa a licitação nesses casos”, e que o Tribunal de Contas do Município tinha sido consultado e não se oporia ao projeto [AUGUSTO, 07/07/1996].

A maior polêmica causada pelo Plano Diretor, contudo, dizia respeito à proposta de tombamento – “evitando a ideia natural de valorização” [NIEMEYER, 24/07/1996] – das casas da Avenida IV Centenário e da República do Líbano que se encontram contíguas ao perímetro do Ibirapuera, para possível demolição posterior, no sentido de ampliar a área do parque e permitir o contato visual a partir de fora. Essa proposta mexeu com os brios dos membros da elite paulistana que ocupa essa área, considerada por muitos habitantes da cidade uma invasão do parque. Vale lembrar que grande parte desse território ocupado pelas mansões já tinha sido apropriado antes mesmo da construção do parque, ou posteriormente com autorizações dos prefeitos, embora algumas delas ainda se encontrem em situação irregular.¹⁷⁷ O dilema da desapropriação foi debatido ferozmente nos jornais:

Para que a Prefeitura leve avante o projeto idealizado pelo Sr. Paulo Maluf e tornado arte pelo arquiteto Niemeyer, será preciso desapropri -las. Como fazer se não há dinheiro? Simples como comprar em barganha, buscando o último preço: tombem-se as casas. Tombadas, quem se interessará a compr -las? O valor de mercado cairá, e a Prefeitura poderá omitir-se na posse delas por valor irrisório. Os prejudicados que recorram à Justiça, esperando para receber o valor justo um dia, que não será nesta nem na próxima administração municipal [O EXECUTIVO..., 13/07/1996].

177 Reportagem de Brancatelli [24/04/2010] afirma que “a Promotoria de Habitação e Urbanismo abriu inquérito civil para investigar a cessão irregular de áreas verdes do parque para a construção de diversos imóveis particulares”. O promotor José Carlos de Freitas defende que “há casas ali cujo jardim é praticamente um trecho do parque”, informação corroborada pelo historiador Benedito Lima de Toledo: “Essa denúncia de que as casas foram construídas em áreas do Parque do Ibirapuera é feita há muito tempo e de fato alguns terrenos foram apropriados”.

A OAB chegou a ameaçar que pediria o *impeachment* de Maluf por improbidade administrativa, caso fosse levado adiante o processo de tombamento das casas. Além disso, como as desapropriações teriam custo muito alto, o vereador Arselino Tatto, do PT, já havia entrado com uma representação no Ministério Público e no Tribunal de Contas do Município contra as desapropriações, alegando que não havia sentido gastar tanto com “um parque que já tem boa infraestrutura” enquanto “a cidade está totalmente deteriorada” [NUNOMURA, 16/07/1996].

A ameaça de desapropriação das mansões das avenidas IV Centenário e República do Líbano afetaria não apenas a “praia” do paulistano, mas diretamente o mercado imobiliário da cidade, como noticiou a *Folha de S. Paulo* [GENTILE, TEIXEIRA, 09/07/1996]. Tratando-se da região com o metro quadrado mais caro da capital paulista,¹⁷⁸ provocou indignação imediata de seus privilegiados moradores. A comerciante Raimunda Scaff, vizinha do empresário Silvio Santos, que também teria sua casa atingida pela medida, declarava que aquilo era “um absurdo”, e que só sairia dali se pagassem o valor justo. Já o médico Avedis Karabchian justificava sua negativa, apelando para a incoerência financeira: “Não quero sair daqui. Temos uma qualidade de vida excelente”. Dizia-se, entretanto, confiante de que a ideia não seria levada adiante, pois sairia “mais barato construir outro parque do que pagar o custo das desapropriações” [GENTILE, TEIXEIRA, 09/07/1996].

Como previsto nos jornais, não houve mesmo “tempo para que o Centro Ibirapuera-Niemeyer-Maluf-Pompidou” pudesse “ser concluído até dezembro” [O EXECUTIVO..., 13/07/1996]: Maluf deixou a prefeitura no final de 1996, e o Plano Diretor não teve êxito, nem continuidade. Já a ideia do parque cultural, por sua vez, ganharia força na década seguinte.

Fator sintomático dessa virada cultural em marcha no parque foi a conclusão, por fim, da reforma do Pavilhão Manoel da Nóbrega – iniciada pelo governador Luiz Antônio Fleury Filho e interrompida por falta de pagamento em 1994 [FONTOURA, 04/09/1997]. O pavilhão, que abrigara a prefeitura até 1992, foi reinaugurado cinco anos depois, em 1997, não com o Museu da Imigração previsto em 1991, mas com uma exposição da artista francesa Camille Claudel: “A cultura ganhou mais espaço no Parque do Ibirapuera”, anunciava com entusiasmo *O Estado de S. Paulo* [NAKAYAMA, 19/09/1997]. Tratava-se do início de uma ocupação temporária do edifício pela Pinacoteca do Estado, enquanto sua sede na Luz estava em reforma conduzida pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha. Essa seria a primeira ocorrência a associar o pavilhão ao uso cultural, que ali se mantém até hoje, sediando o Museu Afro Brasil.

178 Avaliado pelo Datafolha na época em R\$ 2.107, superior aos R\$ 1.875 de Pinheiros ou R\$ 1.707 de Perdizes para um apartamento de dois dormitórios, ou como o metro quadrado mais caro da cidade para apartamentos de quatro dormitórios: R\$ 2.441 [GENTILE, TEIXEIRA, 09/07/1996].



PLANO GERAL

CONSTRUÇÕES, EQUIPAMENTOS E ACESSO QUE DEVERÃO PERMANECER OU SER CRIADOS NO PARQUE IBIRAPUERA.

- | | | |
|--|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> 01 - GARAGE SUBTERRÂNEA - veículos 02 - ENTRADA PRINCIPAL - pedestres 03 - SAÍDA GARAGE SUBTERRÂNEA 04 - PAVILHÃO DO COSMO 05 - AUDITÓRIO 06 - SANITÁRIOS/AMBULATÓRIO 07 - MARQUISE 08 - ENTRADA SERVIÇO: BIENAL/ MAM/ RESTAURANTE - veículos 09 - PAVILHÃO BIENAL 10 - MAM | <ul style="list-style-type: none"> 11 - RESTAURANTE 12 - CENTRO DAS ARTES - ATELIER 13 - CENTRO DAS ARTES - EXPOSIÇÕES 14 - PLANETÁRIO 15 - PAVILHÃO ASTROFÍSICA 16 - ILHA 17 - PISTA COOPER 18 - CICLOVIA 19 - CICLOVIA MIRIM 20 - BOSQUE - VEGETAÇÃO 21 - ENTRADA AV. IV CENTENÁRIO - pedestres 22 - ADMINISTRAÇÃO 23 - DEPÓSITO 24 - SANITÁRIOS | <ul style="list-style-type: none"> 25 - FLAMIGÁRIO 26 - PISTA PASSEIO PEDESTRES 27 - VIVEIRO MANEQUINHO LOPES 28 - ANTIGA SERRARIA 29 - ENTRADA SERVIÇO SERRARIA / VIVEIRO 30 - ENTRADA AV. REPÚBLICA DO LIBANO - pedestres 31 - LANCHONETE / WC 32 - ENTRADA SERVIÇO CENTRO DAS ARTES - veículos 33 - ESTAÇÃO TRATAMENTO ÁGUAS 34 - ESTACIONAMENTOS INTERNOS AO PARQUE (serviços). |
|--|--|---|

Figura 45: Parque Ibirapuera, Plano Diretor; plano geral, arquiteto Oscar Niemeyer; publicado no *Diário Oficial do Município de São Paulo* em 24/07/1996



LIMITES

----- LINHA DE DEMARCAÇÃO DO LIMITE DO PARQUE IBIRAPUERA.

REMOÇÕES

CONSTRUÇÕES, EQUIPAMENTOS E ACESSOS QUE DEVERÃO SER RETIRADOS DO PARQUE IBIRAPUERA.

- 01 - ÁREA PARTICULAR
- 02 - DEPÓSITO

- 03 - CENTRO DE ADESTRAMENTO
- 04 - ADMINISTRAÇÃO
- 05 - CORPO DE VOLUNTÁRIOS
- 06 - GUARDA METROPOLITANA
- 07 - ÁREA PARTICULAR
- 08 - PREFEITURA - EDIF
- 09 - ÁREA PARTICULAR
- 10 - PAVILHÃO JAPONÊS
- 11 - SORVETERIA

- 12 - MUSEU DE ARTE MODERNA
 - 13 - DEPÓSITO / WC
 - 14 - RESTAURANTE
 - 15 - SHOW ROOM 3º MILÊNIO - ASSUAPI
- OBS. - TODAS AS VIAS, ENTRADAS, EQUIPAMENTOS EXISTENTES E NÃO INDICADOS NA PLANTA GERAL SERÃO REMOVIDOS.

Figura 46: Parque Ibirapuera, Plano Diretor; limites e remoções, arquiteto Oscar Niemeyer; publicado no *Diário Oficial do Município de São Paulo* em 24/07/1996

MAIS ESPAÇO PARA A CULTURA

O parque chegou aos últimos anos da década de 1990 apresentando as contradições que marcavam a metrópole no fim do século. Múltiplas formas de violência urbana se haviam sedimentado no Ibirapuera, fosse pela ocorrência frequente de roubos, pelos ataques a pessoas, pela violência policial ou pela poluição de seus lagos gerada por vizinhos irresponsáveis. Apesar disso, o parque, assim como a cidade, consolidava-se definitivamente como um polo de lazer. São Paulo, antes apenas um destino de negócios e um polo de partida de milhões de moradores em direção às praias, passava cada vez mais a tornar-se referência nacional de cultura e de lazer urbano. O Ibirapuera terminava o século xx entre a condição de “praia” e de polo cultural, função essa que se expandiria ainda mais na década seguinte.

O ano de 1996 terminaria com notícias de violência, incluindo até um mapeamento dos pontos mais perigosos do Ibirapuera, principalmente no período noturno. “Quando cai a noite, áreas do parque servem de abrigo para homossexuais, drogados, mendigos e empresários em busca de programas. Tudo começa no portão 10, aberto 24 horas e com pouca segurança” – expunha o *Jornal da Tarde*, numa somatória de preconceitos correntes naquela década [TOMAZ, 09/12/1996]. A matéria trazia ainda a informação de que havia uma “multidão de mendigos” que morava no parque, estimada em mais de cem pessoas. “Baixinho” era um deles, operário da construção civil que havia mudado para o Ibirapuera desde que ficara desempregado. Como ele, muitos dos moradores recebiam ajuda dos comerciantes locais, como o famoso Maizena, responsável pelo aluguel de bicicletas no parque desde meados da década de 1970. Maizena ligava uma televisão à noite para que todos pudessem “assistir aos noticiários e aos jogos de futebol”, alegando: “São pessoas boas, que apenas não têm onde dormir”. Segundo informavam os moradores do parque, a violência ali era culpa dos homossexuais, “que andam armados e se metem em brigas”, como a que havia ocasionado o assassinato, dias antes, de um rapaz de 30 anos, que “sempre vinha fazer sexo aqui”. Além da que se referia aos homossexuais, havia denúncias contra a própria guarda civil metropolitana, como a que foi feita pelo cabeleireiro E.F.L, seguido de outros, que acusava homens da guarda, fardados e à paisana, de roubar e espancar pessoas dentro do parque [TOGNOLLI, 06/12/1996].

Simultaneamente, o lago do parque voltava a exalar mau cheiro, e a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, em convênio com a Sabesp, alegava estar “estudando a instalação de um novo sistema para a limpeza”, um método chamado “flotação” que consistia na “utilização de um coagulante nas águas que provoca a aglomeração de resíduos sólidos na superfície”, seguida “da retirada da camada de lixo por dragas”. Esperava-se para realizar tal operação a autorização do Condephaat e também que a experiência servisse de modelo para a limpeza dos rios Tietê e Pinheiros. Alternativa estudada consistia em desviar o curso do Córrego

do Sapateiro, que, devido a suas inúmeras ligações clandestinas de esgoto, era considerado o grande vilão da poluição do lago [VIZINHOS..., 10/10/1997]. A questão, porém, não seria resolvida, pois um ano depois haveria notícias, repetindo o acontecimento de 1979, sobre milhares de peixes mortos aparecidos subitamente nas margens do lago [VILAR, 19/08/1998]. Vizinhos e frequentadores do parque lamentavam a situação, reclamavam do mau cheiro, mas encontravam maneiras de seguir utilizando o parque: “O jeito é ignorar o lago e conversar olhando para o céu. Dá tristeza e decepção ver o lago”. Enquanto isso, Sabesp e prefeitura seguiam prometendo “a construção de uma estação de flotação para tratar e limpar a água poluída jogada nos lagos”, orçada então em R\$ 2 milhões [IBIRAPUERA..., 24/08/1998]. A revista *Veja-São Paulo* não perdoava a inépcia das autoridades: “Sufocado por um esgoto, o lago do Ibirapuera mata peixes por asfixia, espanta usuários e rende mais uma promessa de despoluição” era a chamada da matéria, que seguia: “A maior e mais rica cidade do país cumula de dejetos o lago de 150 000 metros quadrados de seu festejado parque, que completou 44 anos na última sexta feira” [PAULA, FRANÇA, 26/08/1998]. Um triste histórico do lago e suas águas poluídas era então sintetizado nas páginas da revista, terminando com uma alfinetada no prefeito que sucedera Maluf, Celso Pitta (1997-2000):

Menos de dez anos depois [da inauguração do parque] as águas já cheiravam mal por causa dos esgotos lançados nos três córregos que nele desembocam. Passou-se mais uma década e o então prefeito Miguel Colasuonno canalizou dois deles. Como não cuidou do principal, o do Sapateiro, a sujeira e a mortandade de peixes continuaram. Em 1987 e 1988, foram gastos 2.5 milhões de dólares em obras, a qualidade da água melhorou e foram introduzidos novos peixes. Mas, como não se impediu o despejo de esgoto clandestino, a imundícia voltou. Em 1990, durante a gestão Erundina, a prefeitura se propôs a atacar as causas e não os efeitos da poluição, desviando o Córrego do Sapateiro. Devido ao custo (5 milhões de dólares) e à possibilidade de a obra causar enchentes, a ideia foi logo abandonada. Tentou-se resolver a questão com a adição de bactérias e fungos ao lago, em 1991. Foi mais um tiro n’água. No ano seguinte, a Sabesp anunciou que caçaria os esgotos clandestinos. Não chegou a nada. Ou melhor, descobriu alguns sujões aqui e ali, vários deles proprietários de casas vizinhas ao parque. A estatal, contudo, preferiu fingir-se de morta para não comprar brigas. Durante o governo Maluf, pensou-se em aproveitar as obras do túnel sob a Avenida Santo Amaro para desviar de vez o córrego. Ficou tudo por isso mesmo. Na gestão de Pitta nada foi tentado. Aliás, quando era secretário de Finanças, Pitta frequentava o Ibirapuera. Ao tornar-se candidato, correu para outras pistas, como a do Jockey Club, onde tem treinado para a maratona de Nova York, que será disputada em novembro. O Prefeito parece ter-se esquecido do parque [PAULA, FRANÇA, 26/08/1998].

Apesar de ter deixado de correr no Ibirapuera, o prefeito Celso Pitta não gostou da medida do secretário Werner Zulauf – que permanecia no cargo desde a gestão Maluf –, de fechar quatro dos dez portões do parque, por medidas de segurança. Segundo a administração do Ibirapuera, havia inúmeras reclamações da atuação de ladrões, muitas vezes armados, que levavam bicicletas, tênis e relógios dos frequentadores [PORTÕES..., 16/06/1998]. Pitta determinou que os portões fossem reabertos e que fossem colocados mais 20 guardas para vigiar o local, além dos 105 já existentes, que faziam a ronda a pé ou em bicicleta e garantiam que, devido à extensão do parque “só chegam ao local quando os marginais já escaparam” [PREFEITURA..., 09/06/1998].

Os frequentadores, entretanto, continuavam vindo de longe para usufruir do parque, apesar da poluição, dos assaltos e de tudo que era noticiado pela imprensa. O Ibirapuera recebia a média de 9.000 pessoas por dia durante a semana (empresários, profissionais liberais, estudantes, donas de casa e idosos, em sua maioria moradores da região), e a cada sábado ou domingo ensolarado, a estimativa era de que cerca de 70.000 pessoas passavam por lá. Esse número subia para mais de 100.000 em dias de *show*, e no final dos anos 90 eram realizados inúmeros deles organizados pelo grupo Pão de Açúcar, o “Pão Music”. Como afirmava a reportagem da revista *Veja-São Paulo* – que transcrevia esses dados de acordo com pesquisa realizada pela administração do parque com 300 frequentadores, na maioria (64%) ali em busca do “contato com a natureza” –, aquele ainda era um dos “raros locais da capital onde as pessoas ainda se cumprimentam” [PAULA, FRANÇA, 26/08/1998].

Segundo a pesquisa de campo realizada por Vladimir Bartalini entre 1998 e 1999 em oito parques municipais, o Ibirapuera era o que apresentava o maior raio de alcance geográfico de captação de frequentadores, com 39% deles residindo a mais de dez quilômetros do parque, “marca só comparável à que se observa no parque da Luz” [BARTALINI, 1999, p.236]. Também, “a maioria (69%) dos frequentadores do Ibirapuera vai a ele de ônibus ou de automóvel, em proporções estatisticamente iguais, respectivamente 36% e 33%” [p.207]. Ele estimava que a metade da frequência do parque Ibirapuera, aos domingos, vinha de lugares com índices médios e altos de qualidade de vida, e a outra metade de lugares com índices abaixo do padrão – a pesquisa divulgada na *Veja-São Paulo* estimava que “a maioria dos domingueiros (70%) vinha das zonas Norte e Leste da capital” [PAULA, FRANÇA, 26/08/1998]. Ainda de acordo com Bartalini, 55% dos frequentadores iam ao parque uma ou mais vezes ao mês, com índice de permanência significativo entre os que ficavam no parque por mais de quatro horas (32%) – números que coincidiam também com os analisados especificamente entre os frequentadores que chegavam ao parque de ônibus. O autor afirmava tratar-se, portanto, “de um hábito de lazer arraigado para um número nada desprezível de pessoas, mesmo que elas tenham que se deslocar vários quilômetros e depender de transportes coletivos para exercê-lo” [p.236].

Entre os motivos que levam os frequentadores ao parque Ibirapuera ganham maior expressão a prática de atividades físicas (27%), o lazer infantil (25%) e, como em quase todos os outros parques analisados, o lazer genérico (22%). (...) O Ibirapuera é sem dúvida o parque de maior projeção em São Paulo. Tanto em seus espaços livres quanto em seus edifícios, reconhecidos pela alta qualidade arquitetônica, realizam-se eventos que atraem multidões de pessoas. É, portanto, o parque público municipal de São Paulo mais utilizado e o melhor dotado em termos de equipamentos e de programação. Divide com o parque da Aclimação a posição de ter o maior número de espaços e equipamentos de lazer utilizados por mais de 50% dos entrevistados: áreas gramadas para múltiplos usos (76%), espaço para show (71%), passeios (65%), estares à beira do lago, (64%), postos de venda de bebidas e comidas (62%), playground (56%), pista de Cooper (56%) [BARTALINI, 1999, p.236].

Tal informação corrobora o entendimento de que o parque como lugar de lazer havia de fato se consolidado nessas décadas de 1980 e 1990. Além das questões de acesso, o persistente problema ambiental culminaria naquele fim de milênio com a informação surpreendente (ou não, posto que já bastante prevista no debate dos túneis) de que o sempre referido “pulmão verde da capital”, possuía, de fato, “o ar mais poluído da cidade” [WASSERMANN, 01/09/1998].

Em 1998, porém, o MAM completava 50 anos – de sua fundação original, em 1948 – e tornou-se o foco da atenção. As instituições culturais do Ibirapuera, em seus 44 anos, ganhavam cada vez mais protagonismo. Nos jornais, discutia-se a vontade do MAM de ampliar seus domínios, pois seus 3.000m² sob a marquise já eram, há muito, insuficientes para abrigar uma equipe, uma coleção e uma programação que não paravam de crescer. Ocupar o espaço de um depósito onde antes estavam as antigas instalações do Museu dos Presépios era o projeto da vez [VIEIRA, 15/07/1998].

O espaço do antigo Museu dos Presépios sob a marquise sofreu diversas modificações e ampliações e acabou virando depósito de materiais da administração do parque. Apesar de construído como um ‘puxadinho’ sob a marquise, constava na lista dos edifícios tombados pelo Condephaat (que também incluía o MAM e o antigo restaurante Green, desativado em 2015). Em março de 1999, a edificação seria excluída ‘do conjunto do Parque’ que o Condephaat tombara, pelo secretário estadual de cultura Marcos Mendonça,¹⁷⁹ que também autorizava sua demolição, naquele momento, “pretendida pela Prefeitura”, por consultar “os interesses de restabelecimento do projeto original das construções instaladas no aludido bem tombado”.

179 Resolução SC-3, de 04/03/1999, que dava nova redação à resolução de tombamento de 1992 (SC-01 de 25/01/1992), publicada no *Diário Oficial do Estado* em 13/03/1999.

Esse processo, contudo, não incluía o MAM, que, na contramão, pretendia ganhar mais espaço além da área que já havia “adquirido” para instalar a obra *Maman*, a “Aranha”, de Louise Bourgeois. A peça de três metros e meio de altura e 200 quilos foi doada ao MAM em comodato pelo Instituto Itaú Cultural em 1997, que a adquirira na ocasião da XXIII Bienal (1996), da qual fora um dos maiores sucessos, compondo a sala especial da artista, organizada por Paulo Herkenhoff.

Documentos encontrados no acervo da sede regional do Iphan de São Paulo não apenas permitem visualizar parte da edificação do Museu dos Presépios e da Aranha naquela época (Figura 47), como trazem informações do percurso da instalação da obra sob a marquise, inaugurada numa das extremidades do museu em 29/04/1997. Na ocasião foi assinado um Termo de Responsabilidade entre o MAM e a diretoria do Depave que autorizava “a montagem da obra ‘Aranha’, com a instalação de um cubo de vidro”, e sua permanência temporária, “no período de 01 de junho a 31 de agosto de 1997”.¹⁸⁰ Meses depois do prazo final, em 18 de dezembro, “o Museu protocolou pedido de ampliação das instalações, complementado em 15/01/1998, mediante apresentação de projeto, prevendo a inclusão do espaço ocupado pela obra em questão, além da expansão física do Museu”.¹⁸¹

A expansão física incluía o espaço do antigo Museu dos Presépios, que segundo Maria Hirszman, no *Jornal da tarde* em fevereiro de 1998, consistia numa “meia-lua de 1,8 mil metros quadrados”, “desocupada há 12 anos”. Segundo Hirszman [05/02/1998], o projeto de expansão do MAM já contava com “parecer favorável do secretário do Verde e do Meio ambiente, Werner Zulauf”, e também com projeto pronto, estimado em R\$ 1,8 milhão, de reforma que poderia ser concluída em seis meses. Ainda seria necessária, todavia, a aprovação “em várias instâncias”. O pedido ficou em tramitação aguardando o pronunciamento do Condephaat e do Conpresp até que, em 28/04/1998, foi enviada ao MAM uma notificação extrajudicial da Prefeitura/Depave, para que fosse providenciada, no prazo máximo de 30 dias, a remoção da obra. Em 8 de maio, a presidente do MAM, Milú Villela, solicitou prorrogação da permissão de uso do espaço da Aranha “até que fosse concedida a autorização de ocupação do espaço do antigo Museu dos Presépios”. O diretor do Depave, Guilherme de Araújo Neto, escreveria em 25 de maio à procuradora chefe de assessoria do departamento, Glaucia Benites, que a prorrogação, a seu ver, não seria possível. É importante ressaltar que toda essa movimentação do Iphan em torno do Ibirapuera se dava pelo fato de que, em 1998, o órgão havia iniciado o processo de tombamento das obras de Oscar Niemeyer, que incluía seu famoso conjunto arquitetônico do parque.

Mara Gama [14/07/1998], na *Folha de S. Paulo*, apresentou um histórico do

180 Termo de Responsabilidade nº 03/SVMA-DEPAVE.G/97, assinado em 23/04/1997 por Eduardo Panten (diretor do Depave) e Maria de Lourdes Egydio Villela (Milú Villela, presidente do MAM)

181 Documentação Parque Ibirapuera, acervo Iphan-SP.

“prédio polêmico”, concluindo que o MAM havia crescido e planejava se expandir, incorporando mais uma parte da marquise. “Os defensores da obra de Niemeyer consideram um erro tratar a marquise como um telhado e uma calçada prontos para serem recheados. Propõem como alternativa realocar fora do parque Detran, Prodam e museus abandonados para instalar MAM, MAC e usar o Ibirapuera como espaço cultural, sem para isso descaracterizar sua obra inaugural”. Na mesma *Folha*, Paulo Vieira [15/07/1998] informava que ainda faltava a aprovação do Conpresp, mas o projeto já havia sido autorizado pelo Condephaat, justificando: “Apesar de estar se estendendo por sob a marquise do parque, como já aconteceu com a sala onde hoje está a aranha de Louise Bourgeois, o MAM planeja justamente desobstruí-la”. E trazia as palavras de Milú Villela: “Nossa ideia é ter um outro espaço, maior, com projeto do Niemeyer”.

Niemeyer acentuava a polêmica, declarando-se contra a ampliação do museu. No artigo “O Ibirapuera e o MAM”, publicado na *Folha de S. Paulo*, afirmava que já havia protestado diretamente com a presidente do MAM, Milú Villela, que lhe havia pedido para dar continuidade ao projeto do Museu tal qual elaborado em seu Plano Diretor de 1996: “Compreendi que, durante a construção, a ideia era continuar a expansão do museu embaixo da marquise. Apressei-me, então, em lhe dizer que seria contra e continuaria contra essa proposta” [NIEMEYER, 26/07/1998]. O arquiteto dizia-se surpreso com a “facilidade com que o Condephaat se manifestou a favor da ampliação pretendida por aquela entidade”. E que, portanto, contraria com a autoridade nacional do Iphan e com “a lucidez de todos os paulistanos que esperam ver o Ibirapuera transformado em um grande centro de lazer, arte e cultura da América Latina”.

Já César Giobbi [20/08/1998], em sua coluna n’*O Estado de S. Paulo*, fazia torcida a favor da expansão do MAM, alegando que Oscar Niemeyer, “e atrás dele todo o Iphan”, havia sido mal informado, pois “foram dizer-lhe que a pretensão de Milú era fechar toda a área da marquise que separa o MAM do Museu dos Presépios”, enquanto na verdade “ela só quer o que já está construído e mal usado”. O colunista argumentava, aliás, que não seria má ideia fechar todo o espaço: “seria maravilhoso, pois, afinal, todo aquele espaço só é usado hoje para feiras de muambeiros e para atividades de uma dúzia de skatistas”. Além disso, a marquise estava muito malconservada, e, portanto, era difícil entender como “toda a diretoria do IAB” mostrava-se reticente com relação a qualquer mudança no Ibirapuera, mesmo que seja para melhor, pensando na integridade do projeto”. O texto terminava com mais um julgamento de valor: “Um projeto que já foi várias vezes conspurcado. Ou não haveria no parque um restaurante por quilo, horroroso, para os funcionários da Prodam”.

O *Jornal da Tarde* alarmava em setembro, em letras garrafais: “MAM pode ser despejado do Parque do Ibirapuera” [ROCHA FILHO, 17/09/1998]. Na matéria voltava-se à questão do tombamento pelo Iphan, que não pretendia autorizar novas



modificações na obra de Niemeyer e trazia uma nova informação não encontrada anteriormente na documentação reunida para esta pesquisa: o Museu da Aeronáutica tinha o seu prédio (Oca) fechado há 13 anos, interditado pela prefeitura por questão de segurança.¹⁸² Naquele momento, Milú Villela tentava também um acordo com a Fundação Santos Dumont, que administrava o museu, “para trocar sua sede por galpões no Campo de Marte, com todo o apoio técnico”, a fim de para lá transferir o MAM. O acordo, no entanto, não foi possível, e o MAM permanecería no mesmo espaço sob a marquise, como profetizaria alguns anos mais tarde a presidente Vilella: “O MAM sempre continuará sob a marquise. A cultura paulistana já assumiu que o MAM é isso aqui. Isso não se desfaz” [FIORAVANTE, 09/01/1999].

182 Assunto pouco comentado nos jornais, o fechamento do Museu da Aeronáutica por cerca de 15 anos foi apenas noticiado em pequenas notas. Numa delas, nas palavras do então diretor do museu, Reinaldo Canto Pereira, “faltava proteção nas rampas do museu, para-raios e reparos na parte elétrica do edifício”, “havia divergências entre as diretorias anteriores e o conselho da fundação e entre as diretorias e a prefeitura” [FIORAVANTE, 09/01/1999].

Em 29/04/1999, Milú Villela solicitaria uma audiência ao Iphan para apresentar pedido de permanência da obra “Aranha”. A superintendente regional do Iphan em São Paulo, Cecília Rodrigues dos Santos, encaminharia ao presidente do órgão, em Brasília, Carlos Heck, no dia 6 de maio, o pedido de Villela, informando que no momento da instalação da obra, o processo de tombamento do conjunto da obra de Niemeyer não havia sido iniciado pelo Iphan, mas que também não houvera consulta prévia ao Condephaat e ao Conpresp, que já protegiam o Ibirapuera legalmente. Salientava que coubera ao Iphan de São Paulo (9ªSR), “por ocasião da análise do anteprojeto para reformulação do Jardim das Esculturas”, “manifestar-se a favor da retirada da ‘Aranha’ e seu anexo”, em meados de 1998. Acrescentava ainda que a regional de São Paulo estava acompanhando de perto “o empenho” da Secretaria do Verde e do secretário Ricardo Ohtake na restauração da marquise e do Parque como um todo”.¹⁸³ Tal empenho da Secretaria se dava, de acordo com carta enviada por Ohtake ao Iphan-SP, em junho de 1999, por conta de um “Projeto de Revalorização dos Parques Municipais”, que previa “uma série de ações no Parque Ibirapuera”. O secretário pedia autorização para a remoção das seguintes edificações sob a marquise: “sanitários, cabines primárias, cabines telefônicas, Assuapi-Associação dos Usuários e Amigos do Parque Ibirapuera, III Milênio”. A demolição do Museu dos Presépios já havia sido autorizada por Marcos Mendonça, que o havia excluído da lista dos bens tombados pelo Condephaat. O MAM e sua Aranha, entretanto, não estavam incluídos na proposta de limpeza geral da marquise que, de fato, constituía uma das primeiras providências para um grande evento que se aproximava, como veremos adiante, naquele momento ainda camuflado de “projeto de revalorização”. Não foi localizado um documento com o desfecho da história, se houve de fato uma autorização ou não – fato é que a Aranha permanece no mesmo local desde então, em sua redoma de vidro sob a marquise¹⁸⁴.

Além do MAM, dois antigos vizinhos se engalfinhavam por mais espaço: a Bienal e o Museu de Arte Contemporânea, que dividiam o terceiro andar do antigo Pavilhão das Indústrias desde os anos 60, e em 1998 começaram também a disputar aquela área. O MAC-USP é, aliás, um exemplo do caráter provisório-permanente que reina no Ibirapuera. A cessão de parte do terceiro andar do pavilhão foi feita logo que Ciccillo Matarazzo doou a coleção do antigo MAM para a Universidade de São Paulo em 1963. Na época, o reitor da USP “comprometeu-se a dar, no prazo de três anos, um edifício próprio para o museu” [LOBACHEFF, 31/01/1999]. Nesse meio tempo ele ficaria ‘temporariamente’ dividindo o espaço com a Bienal

Figura 47: Aranha e vista do Museu dos Presépios, em imagens do acervo do Iphan, feitas em vistoria no Ibirapuera solicitada pelo presidente do órgão, Glauco Campello, e realizada em 25/08/1998 pelo arquiteto Mauro Bondi e pelo advogado Reynaldo F. Móra, funcionários do Iphan-SP; acervo do Iphan-SP. “Percorrendo o local constatamos a existência de entulho resultante de demolição recente de algumas paredes internas e fomos informados pelo engenheiro responsável de que estava somente retirando os móveis. Constatamos, ainda, intenso trabalho de retirada de materiais por meio de um trator com carreta e um caminhão basculante da empresa Cavo. Esse trabalho de remoção estava sendo realizado por um grande número de funcionários com uniformes verdes do Depave” [extraído do relatório CI no 22/98-9a CR/Iphan/SP]

183 Acervo do IPHAN-SP, documentação sobre o Parque Ibirapuera.

184 Em maio de 2017, a “Aranha” foi retirada para ser instalada na exposição “Modos de ver o Brasil”, em comemoração aos 30 anos do Itaú Cultural, realizada na Oca. Até o fim da escrita desta tese, ela ainda não retornou ao MAM.

– e lá permanece por mais de meio século, mesmo após ganhar duas novas sedes: uma no *campus* da USP em 1992, e outra no antigo Palácio da Agricultura, no Ibirapuera, após a saída do Detran em 2009.

Na verdade, a disputa com a Bienal naquela ocasião havia sido iniciada em 1996, quando o MAC cedeu seu espaço à grandiosa 23ª edição da mostra, na gestão Cid Ferreira. “Apoiada em uma interpretação errônea da lei assinada por Maluf, a Bienal não devolve o espaço ao museu no final do evento. Começa a crise entre as duas entidades”, informava a *Folha de S. Paulo* [FIORAVANTE, 30/07/1998], remontando a trajetória do conflito entre as entidades. Em 1998 a Bienal preparava sua prestigiada 24ª edição, com curadoria de Paulo Herkenhoff, enquanto o novo presidente da Fundação, Julio Landmann, negociava a utilização daquele espaço para a mostra, com o também recém-empossado diretor do MAC, o professor Teixeira Coelho. Parte do espaço climatizado (1.200m²) que a Bienal havia instalado no terceiro andar do pavilhão para a mostra de 1996 havia sido construída em área do MAC. Teixeira Coelho explicava a situação:

Essa área deveria ter sido objeto de um acordo, que também nunca foi regulamentado. Esse é um dos problemas entre as duas entidades, mas existem muitos outros, como toda a sinalização do MAC no parque Ibirapuera, que foi retirada pela Bienal e nunca foi reposta. A Bienal chegou a colocar um cadeado na porta do MAC. Esse problema se arrastou de janeiro até cerca de abril de 1997 [FIORAVANTE, 30/07/1998].

Da parte da Bienal, Landmann defendia com diplomacia:

Existiu realmente um evento muito desagradável. Eu assumo a responsabilidade disso. Ele não foi conduzido como deveria e eu assumi esse abacaxi. (...) Devemos fazer um acordo maior que possibilite o uso não apenas dos 1.200 metros deles, mas os 3.000 metros restantes de área climatizada ou mesmo todo o 3º andar do pavilhão, desde que seja feito um aviso com um tempo prévio. Sempre existiu uma troca [FIORAVANTE, 30/07/1998].

Fato é que o espaço do MAC acabou sendo usado na xxiv Bienal, de 1998, que ainda contou com um grave incidente: uma tempestade de granizo, que causou estragos no pavilhão no segundo dia da mostra, colocando em risco obras de valor inestimável – o que só acentuou os problemas de um edifício nada apropriado para abrigar obras de arte, sem condições adequadas de umidade, temperatura e luminosidade. Landmaan, no entanto, acreditava que não fora “um despreparo do prédio”: “Foi como se um tufão atingisse o MoMA de Nova York” [DEPOIS..., 08/10/1998].

Esses conflitos envolvendo as entidades culturais do parque naquele final de século seriam apenas prenúncio do que estaria por vir nos anos 2000, quando seria imposta nova configuração aos pavilhões do Ibirapuera. Como lembra Lucia Maciel Oliveira [2009], “no período de redemocratização da sociedade brasileira já se anunciava a renúncia do Estado na proposição de políticas públicas na área e deixava à iniciativa privada os encargos da política cultural, incentivada pelas leis de renúncia fiscal”. Tal anúncio viria a se estabelecer e a se consolidar, com força, por ocasião de novos festejos comemorativos que, mais uma vez, teriam o Parque Ibirapuera como seu palco principal: a Mostra do Redescobrimento, ou a megaexposição em torno dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil. Esse evento pode ser considerado ponto de inflexão na história do Ibirapuera, pois é a partir de então que se acentuam o interesse e o assédio privado sobre o parque, ao mesmo tempo em que ele se consolida como um lugar de cultura.



Figura 48: O parque cultural, construção do auditório, inaugurado em 2005 (na imagem, uma noite de projeção orquestrada ao ar livre) [disponível em: <http://www.blog.365filmes.com.br/2015/10/lbirapuera-exibe-ao-ar-livre-classico-Meu-Unico-Amor-orquestrado.html> acessado em 13/11/2017]; e o antigo Pavilhão da Agricultura, ex-Detran, transformado na sede do MAC-USP, Foto: Elaine Mazieiro [disponível em: <https://viagemeturismo.abril.com.br/atracao/de-arte-contemporaneamac-usp-nova-sede/> acessado em 13/11/2017].

CAPÍTULO 4

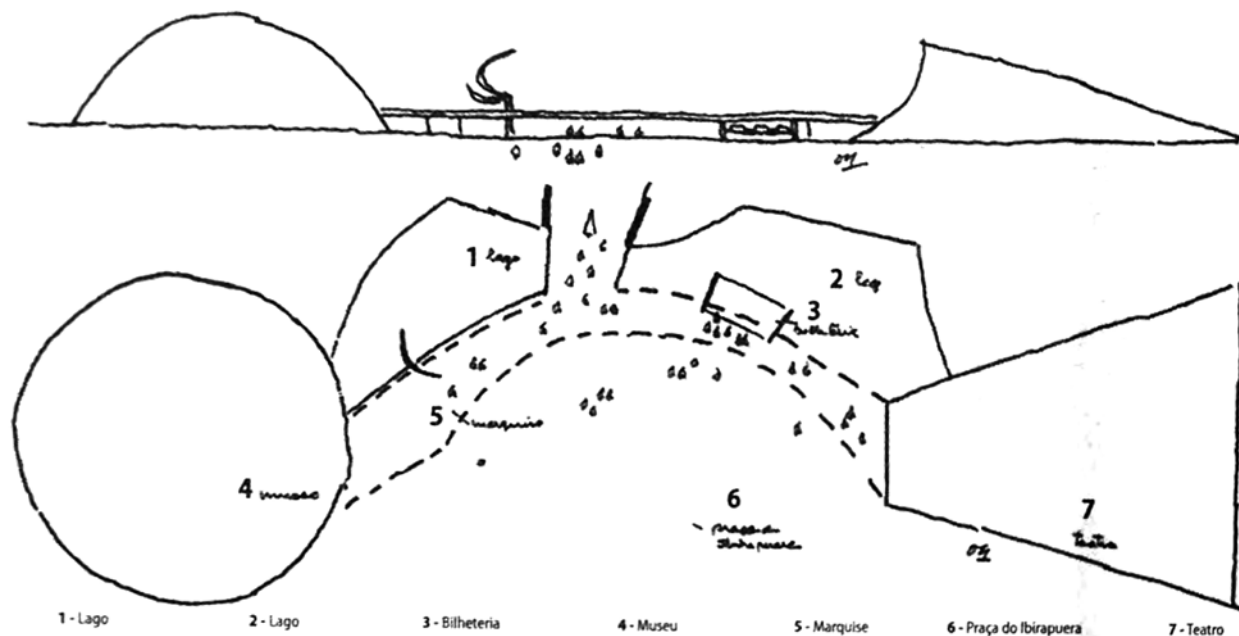
Entre conquistas e concessões

O parque como lugar de cultura (2000 a 2017)

Estamos sempre ouvindo sugestões para incorporar usos duvidosos em grandes parques da cidade. Há sempre pressão para comercialização.
JANE JACOBS [1961, p.166]

O ANO 2000 CHEGARIA no Ibirapuera não apenas como o começo de um novo século, mas como o início de uma nova era no parque: a da cultura. Essa nova era, no entanto, remetia a suas origens nos anos 50, pois pela segunda vez desde o IV Centenário o parque receberia uma grande celebração comemorativa: dessa vez não mais os 400 anos da cidade mas os 500 anos do país.

A chamada Mostra do Redescobrimento promoveu a redefinição funcional do parque, fazendo com que a cultura se instalasse e ganhasse bastante protagonismo no Ibirapuera, sob a liderança das iniciativas privadas. Foi nesse período que, com a saída derradeira da Prodam e do Detran e a instalação de novos museus, assim como a construção definitiva do auditório, o parque tomaria sua forma atual. Não foi, porém, sem muitos embates e disputas que essa reconfiguração se deu nesse período. Como definiu Ana Mae Barbosa [abr. 2001, p.3] “com a autoeliminação do Estado como estimulador da cultura”, seria o capital que passaria a “determinar os destinos da Arte e de muitos artistas neste país” – e também o do Parque Ibirapuera, como veremos neste último capítulo.



DOMÍNIOS PRIVADOS E A FRÁGIL NOÇÃO DE ESFERA PÚBLICA

O Parque Ibirapuera se prepara para as festas comemorativas dos 500 anos do Descobrimento de nosso país, e tanto o secretário municipal do Meio Ambiente, Ricardo Ohtake, como Edegar Cid Ferreira, responsáveis pelo evento, fazem o possível para assegurar-lhe o maior sucesso.

OSCAR NIEMEYER, em artigo na *Folha de S. Paulo* em 20/02/2000

Na iminência de novos festejos comemorativos no parque, Oscar Niemeyer, aos 92 anos, iniciava desse modo o texto “Ibirapuera”, publicado na *Folha de S. Paulo* em 20/02/2000. O arquiteto aproveitava para, mais uma vez, protestar contra a incompletude do projeto original, propondo a construção do auditório – o que significaria “uma ligação entre o passado e o presente que as festas programadas devem assinalar”. Como não haveria tempo hábil para a construção do edifício até o início da Mostra do Redescobrimento (como ficou conhecida a grande exposição comemorativa dos 500 anos do descobrimento do Brasil, oficialmente denominada Brasil+500, Mostra do Redescobrimento, que seria inaugurada naquele 21 de abril, o arquiteto sugeria, para não perder o ensejo, que, junto à “praça que marca a entrada do parque, que está sendo terminada, e a cúpula existente, concluída com o maior esmero” (com reforma realizada por Paulo Mendes da Rocha), fossem ao menos construídas as “três paredes externas do teatro”. O arquiteto acreditava que, dessa forma, “aos visitantes a praça pareceria uma obra já realizada, o teatro pela primeira vez fixado no terreno, ficando sua conclusão para um período mais

Figura 49: Croqui de Niemeyer [20/02/2000] extraído de seu artigo “Ibirapuera”, na *Folha de S. Paulo*

oportuno”. Era a oportunidade perfeita para completar, finalmente, seu conjunto arquitetônico no Ibirapuera. A ocasião, no entanto, o frustraria mais uma vez.

A “cultura” chegava ao parque com força, de forma intransigente e imperativa, como não fora ao longo de 50 anos. O que poderia ter mudado nessa aurora do século XXI para que tal inversão, inédita na história do parque, pudesse acontecer? Mesmo a questão ambiental, tão debatida nas décadas de 1980 e 1990 – e que servira mesmo para justificar o tombamento do parque e as objeções às primeiras propostas dos túneis – tornava-se uma pauta mais frágil diante do crescimento da demanda – e da oferta – cultural no parque. Em extensa reportagem de capa na *Veja-São Paulo*, a jornalista Rosana Zakabi [01/03/2000] alertava: “Barrados no Parque. Estão mexendo com o nosso coração verde”. Em sua opinião, as alterações que vinham ocorrendo ali naquele começo do novo século, alterando parte da paisagem do Ibirapuera, estavam causando alvoroço entre os usuários. Tal tensão não seria de estranhar, pois como lembrado na reportagem, “entre as duas datas redondas” (os 400 anos da cidade e os 500 do “descobrimento” do país)

o Ibirapuera sobreviveu a sucessivas administrações desastrosas que permitiram, no decorrer de quase meio século, que seu lago virasse esgoto e parte de sua área fosse indevidamente ocupada. Com tantos problemas, o que manteve o Ibirapuera vivo foram justamente seus frequentadores, que fizeram dele o coração verde da cidade [ZAKABI, 01/03/2000].

A jornalista informava que a prefeitura havia colocado cercas com espinhos e outros obstáculos nas trilhas de *cooper*, prometia proibir a entrada de bicicletas aos domingos, expulsava ambulantes (como o lendário Maizena, que alugava bicicletas no parque há décadas) e começava a demolir quadras de esporte, como as de tênis, que ficavam próximas ao pavilhão da Bienal. As quadras dariam espaço “a um museu virtual, espécie de cinema que vai exibir imagens da Mostra do Redescobrimento” (que seria posteriormente batizado de Cine Caverna). O secretário municipal do Verde e do Meio Ambiente, Ricardo Ohtake, fazia declaração taxativa na reportagem: “Queremos que o Ibirapuera seja um polo de lazer e cultura. Ele não é lugar para esporte. Quem quiser se exercitar tem que procurar outra área, como o Villa-Lobos” [ZAKABI, 01/03/2000].

O diretor de teatro José Celso Martinez Corrêa, também ouvido pela reportagem, contra-argumentava: “Cultura também é cultivar a natureza, e o esporte não atrapalha em nada. Essas cercas tiram as pessoas do contato com a natureza. Isso sim é que atrapalha”. Ainda segundo a reportagem um grupo de universitários havia feito entrevistas com 300 pessoas no parque, cujo resultado “mostrou que a prática de esportes é a segunda atividade preferida de quem vai ao local”, logo após os que buscam áreas verdes. A cultura? Era mencionada apenas por 5% dos entrevistados.

Isso, porém, não deveria ser motivo de surpresa. Em 2000, o único museu que mantinha algum tipo de atividade regular no Ibirapuera era o MAM. Já em avançado estágio de decadência, o Museu da Aeronáutica e o Museu do Folclore,¹⁸⁵ que dividiam espaço na cúpula de Niemeyer, haviam sido desativados, e seus acervos transferidos para outros endereços, devido a ações promovidas pela organização da Mostra do Redescobrimento. Em seu lugar, o antigo Palácio das Artes, batizado na época do IV Centenário de Pavilhão Garcez, renascia reformado e apelidado com o seu “novo e sugestivo” nome, que ficou conhecido por todos: Oca. O espaço deveria abrigar as exposições de arqueologia e artes indígenas, que integrariam a Mostra do Redescobrimento entre abril e setembro de 2000 [PAULA, 03/01/2000].

A Mostra foi orçada em 40 milhões de reais, sendo que a direção do evento afirmava que 10 milhões seriam destinados exclusivamente às reformas e obras no parque. O arquiteto Paulo Mendes da Rocha, um dos coordenadores da mostra e responsável pela reforma da Oca, dizia acreditar que ela constituía um “dos mais belos espaços para museus do mundo”, e que “além do restauro, a única intervenção nova e efetiva” havia sido “a perfeita climatização”, com a construção de uma usina de refrigeração subterrânea, fora do edifício [PAULA, 03/01/2000].

Ainda restava o dilema da Prodam, que permanecia instalada no antigo Palácio dos Estados após quase 10 anos da saída da prefeitura do vizinho Palácio das Nações. Dizia-se que, para resolver a questão seria necessário “alguém com a coragem de Erundina, que enfrentou tudo e mudou a Prefeitura para o Palácio da Indústria, no Centro, liberando o seu prédio para a Pinacoteca” [BARATA, 12/05/2000]. De fato, a Pinacoteca do Estado ocupava o espaço durante a reforma de seu edifício na Luz, transferindo para ali, em 1997, sua agenda de exposições e implementando um laboratório de preservação e restauro que funcionava diante do público. Celso Barata concluía suas ponderações na *Gazeta Mercantil*, fazendo loas às ações coligadas da gestão municipal de Celso Pitta e da iniciativa privada organizada em torno da Mostra: “Não foi trabalho fácil: Prefeitura e iniciativa privada conseguiram tirar tudo que entupia o parque”, se referindo aos antigos museus da nova Oca e também à limpeza da marquise, que incluía a Associação do Terceiro Milênio.¹⁸⁶ E arriscava:

185 Um documento encontrado nos registros da 28ª Bienal, parte do trabalho da artista Mabe Bethônico, expõe o caso do museu do Folclore, num breve texto de sua ex-diretora, Maria do Rosário Tavares Lima, intitulado “Um museu desprezado” e datado de novembro de 2007: “O Museu foi despejado do Pavilhão Governador Garcez por decreto do então Prefeito Pitta para ceder lugar aos interesses e instalações de Edemar Cid Ferreira, então proprietário do Banco Santos, hoje falido e seu proprietário criminalmente processado, segundo noticiam os jornais” [Arquivo Histórico Wanda Svevo/Fundação Bienal de São Paulo].

186 A chamada Associação do III Millennium definia-se como um Centro de Difusão da Cultura Tecnológica da Informação e estava instalada desde 1988 (gestão Jânio Quadros), com decreto de permissão de uso de 1993 (gestão Paulo Maluf) do espaço do antigo Show Room, localizado na ponta da marquise exatamente em frente à entrada do pavilhão que sediava a prefeitura, onde também estava instalada a Assuapi, em área total de aproximadamente 500m². Constam na documentação do Iphan-SP algumas trocas de correspondências com a Associação, que assim defendia seu es-

“Agora, tirar o Prodam do Ibirapuera é a próxima meta do ‘establishment’ cultural privado e público paulistano” [BARATA, 12/05/2000].

Para acolher a Mostra, também o edifício da Bienal deveria passar por reformas, no valor de R\$ 7 milhões, com captação de recursos via Lei Rouanet. Seriam instalados no pavilhão um sistema de ar condicionado central e escadas de incêndio, além de um novo gerador e da troca do sistema elétrico original [BARATA, 12/05/2000]. Tais adaptações foram decididas em meio a uma vasta crise da instituição, envolvendo o adiamento da xxv edição da Bienal, que deveria ser realizada naquele ano 2000 para seguir seu calendário regular. Como a Mostra do Redescobrimento havia absorvido todos os recursos disponíveis e ocupado todos os pavilhões do parque (exceto o da Prodam), a Bienal daquele ano fora postergada para 2001. O Conselho da Bienal, entretanto, havia acabado de aprovar outro adiamento, para 2002, o que provocou o pedido de demissão do curador Ivo Mesquita, contrário à mudança de data. Milú Villela, conselheira da Bienal e presidente do MAM atacava: “Essa mudança de data é ato de um grupo (...) que possui interesses pessoais no parque Ibirapuera. Mas [essas pessoas] esquecem que a Fundação Bienal deve estar acima dos interesses pessoais. Isso compromete todas as instituições culturais brasileiras” [FIORAVANTE, CYPRIANO, 17/05/2000].

Milú Villela, à *Folha de S. Paulo*, acusava diretamente o presidente da Associação Brasil+500, Edegar Cid Ferreira, de estar “manipulando a direção da Bienal”. Segundo ela, a causa dos adiamentos da xxv Bienal devia-se ao fato de Edegar estar “precisando captar recursos para arcar com a itinerância da sua Mostra do Redescobrimento”. Edegar não declarara nada a respeito, mas o presidente da Bienal, Carlos Bratke, afirmava que, embora o presidente da Mostra não houvesse pedido nada disso, ele não gostaria de fazer uma “Bienal mixa”.

A guerra entre os “mecenas” privados estava armada, e Milú afirmava: “O Bratke a princípio era contra, mas parece que foi seduzido por algum privilégio que lhe foi oferecido”. Para ela, dizer que o pavilhão precisava de reforma não passava

paço sob a marquise: “Instituto do III Millennium trabalha há 10 anos com a difusão de informática, neste local, temos decreto de permissão de uso e seguimos rigorosamente o que ele determina”. No processo que culminou com a declaração de utilidade pública federal, por decreto presidencial, consta esta localização como sede do Instituto. O decreto municipal que dispõe sobre a permissão de uso do imóvel de nº 33.024/93 [no papel de carta do Instituto consta: “Decreto nº 33.807 de 18/11/93, *Diário Oficial do Município de São Paulo* de 19/11/93”] determina em seu artigo 3º “zelar pela limpeza e conservação do imóvel municipal, devendo providenciar, às suas expensas, quaisquer obras de manutenção que se fizerem necessárias”. Neste caso não podemos mais desconsiderar a segurança da parte elétrica e principalmente, das divisórias externas que podem cair a qualquer momento, devido a cupins e ao tipo de material de que são feitas; para isso conseguimos patrocínio e não causaremos nenhum ônus para o erário público. Somos uma entidade sem fins lucrativos que atende crianças de rua, adolescentes e jovens carentes, pessoas da terceira idade e portadores de deficiência nas quatro áreas: mental, auditiva e visual em cursos de linguagem educativa, profissionalizantes, e robótica. Temos também um Museu de Informática com peças importantíssimas (...)”. Carta de 27/10/1998 enviada à coordenadora regional do Iphan-São Paulo, Cecília Rodrigues dos Santos, pela diretora educacional do Instituto do III Millennium, Maria Regina Cazzaniga Maciel.

de desculpa do presidente da Bienal: “Se há risco de incêndio, as cinco mil crianças que o Edegar diz que põe lá todo dia correm perigo”. No pavilhão da Bienal eram apresentados seis dos 13 módulos da Mostra do Redescobrimento, incluindo arte moderna, barroca e contemporânea. Milú ainda acusava Edegar Cid Ferreira de estar engendrando o que chamava de “ditadura no Parque”, denunciando o poder que ele vinha exercendo na programação cultural das instituições do Ibirapuera [MEDEIROS, HIRSZMAN, 17/05/2000].

Esse evento revelava mais um protagonista na história do Ibirapuera – Edegar Cid Ferreira – que iria impor nova configuração para o parque e seus pavilhões, de acordo com nova lógica de consumo cultural para eles imaginado. Mas de onde, afinal, saíra esse personagem? O crítico e historiador da arte, Rodrigo Naves [02/10/2005] foi quem reconstituiu sua história em texto publicado, alguns anos depois, n’*O Estado de S. Paulo*:

Edegar Cid Ferreira provém de uma família de classe média de Santos e, diz-se, chegou a militar no Partido Comunista. Em 1969, começa a atuar no mercado financeiro, através da Santos Corretora. O boom da Bolsa de Valores de fins dos anos 60 e começo dos 70 ajuda sua corretora a fazer dinheiro. Edegar consegue, em 1989, autorização para abrir o Banco Santos, que no início dos anos 90 é ainda uma instituição de pouca expressão. O período não tinha sido dos melhores para Edegar. Ele enfrentou uma série de problemas, inclusive a acusação de envolvimento com o traficante americano apelidado de Capitão América (...). Também noticiou-se várias vezes, no começo da década de 90, um possível envolvimento de Edegar com PC Farias. Tudo leva a crer que seu envolvimento com o meio de artes visuais a partir de começos dos anos 90 tenha origem na tentativa de obter um prestígio público que o livrasse das suspeitas levantadas anteriormente, ajudando-o também a expandir suas atividades comerciais. Uma frase sua deixa pouca margem a dúvidas quanto a esse projeto: “A cultura é um abre-alas. A gente vem atrás fazendo negócio”.

Ainda de acordo com Naves, a projeção pública de Edegar vinha “antecedida de uma rede de conhecimentos e amizades influentes”, que incluía figuras como o ex-presidente José Sarney. Aproveitando-se de que o meio das artes no Brasil era, e talvez ainda seja, um setor “extremamente desarticulado e sem instituições fortes”, o “neófito ambicioso” conseguiu sua ascensão, sem resistências. Assumiu a presidência da Bienal, após o “desastre” da 21ª edição, de 1991, reerguendo-a nas duas edições seguintes, como mencionado no capítulo anterior. O sucesso na direção da Fundação o levou “a criar no interior da instituição uma outra organi-

zação, a Associação Brasil+500” [NAVES, 02/10/2005],¹⁸⁷ que organizaria a Mostra do Redescobrimento e adiaria a xxv Bienal que com ela coincidiria, “o que mostra a força conquistada por Edegar a essa altura”.

Parte do conselho da Bienal pediu afastamento após a saída definitiva do curador Ivo Mesquita, enquanto Bratke anunciava o curador da 5ª Bienal de Arquitetura, que seria realizada pela Fundação em 2003: o então secretário do Verde e do Meio Ambiente e co-organizador da Mostra do Redescobrimento, Ricardo Ohtake [WEISS, MEDEIROS, HIRSZMAN, 18/05/2000].

Bratke chegou a ser classificado como “espantoso” pelo presidente do Conselho da Bienal, Luiz Seraphico, quando tentou indicar, para integrar o Conselho, o vereador malufista e ex-prefeito Miguel Colasuonno, “que já havia aparecido em listas de vereadores que teriam recebido dinheiro de Celso Pitta para impedir o *impeachment* do prefeito”. Como afirmava Monica Bergamo [18/05/2000] em sua coluna na *Folha de S. Paulo*, o Ibirapuera havia virado “um verdadeiro barril de pólvora”.

Falava-se até em “privatização branca do Ibirapuera” [ALENCAR, CYPRIANO, 24/05/2000]. Todo aquele enredo envolvendo homens de poder e suas decisões sobre o parque nos remete a diversos momentos de sua história, principalmente à disputa pela Fundação Ibirapuera nos anos 50, na qual conflitos de interesses sobrepostos a personalismos só resultaram num parque abandonado e apropriado por quem soube se associar e negociar, utilizando-se dos instrumentos e condições disponíveis. Rodrigo Naves cita em seu texto sobre Edegar Cid Ferreira uma passagem do artigo de Mario Cesar Carvalho [13/06/2005] “A Morte do Masp” que se aplica com precisão ao Ibirapuera: “a elite paulistana abandona completamente a esfera pública’ e em vez de partilhar seus bens ‘privatiza os bens públicos” [NAVES, 02/10/2005].

Essa partilha às avessas se tornara evidente no Ibirapuera dos anos 2000. Possivelmente o pivô da grande disputa entre Milú Villela e Edegar Cid Ferreira tenha sido mesmo a Oca. O MAM já havia tentado ampliar seus domínios para o pavilhão parabólico, sem sucesso, como afirmou o superintendente do museu Ronaldo Bianchi: “Não sei qual mágica Edegar usou para ficar com a Oca, um espaço que o MAM pleiteava desde 97” [NAVES, 02/10/2005]. Se houve mágica, ou não, o certo é que Edegar Cid Ferreira possuía aliados influentes, como o secretário do Verde Ricardo Ohtake, que, segundo apurado pela *Folha*, interferiu na negociação entre a Fundação Santos Dumont, entidade que detinha o uso da Oca desde os festejos do IV Centenário, e a Associação de Edegar. Por sua vez, o escritório de Ohtake recebia R\$ 200 mil da Associação “para fazer o projeto dos 14 catálogos da mostra”. Ambos – Edegar e Ohtake – negavam tráfico de influência em

187 “A associação posteriormente se torna independente da Bienal e será a semente da Brasil-Connects, fundada em 2001 e que organizará várias exposições de sucesso dentro e fora do Brasil”.

troca dos serviços dos catálogos. Ohtake, no entanto, era amigo do prefeito Pitta, que por sua vez era amigo do presidente da Fundação Santos Dumont. Entre os ‘amigos do amigo do amigo’ estava também o presidente da Bienal, Carlos Bratke, que já havia sido protegido por Edemar quando sua posição como presidente da Bienal fora ameaçada, no começo daquele ano. Numa troca de favores entre cavalheiros, Bratke claramente favorecia os interesses de Edemar e sua Mostra do Redescobrimento, ao adiar a Bienal para não competir na captação de recursos com a Mostra, além de “emprestar” a equipe da casa, “a mais bem treinada no Brasil para preparar exposições”.

Bratke chegou a declarar, irônico: “Existe uma fofoca de que estou sendo seduzido por Edemar, que casaremos sob a marquise, mas isso não é verdade”. Edemar, por sua vez, se eximia de dar satisfações e declarava, bem no estilo *bye, bye, Brazil*: “O favorecimento a mim é nenhum. A decisão do adiamento foi do conselho. A nossa mostra já tem a captação bem encaminhada. Fechamos com o Guggenheim e vamos expor em Nova York”. Vale lembrar que Edemar também fazia parte do Conselho da Bienal. “É tudo um jogo de prestígios pessoais”, arrematava Luiz Seraphico [NAVES, 02/10/2005].

Niemeyer [28/05/2000] voltava a se manifestar publicamente, dessa vez em defesa dos “quatro amigos”, Carlos Bratke, Ricardo Ohtake, Edemar Cid Ferreira e Paulo Mendes da Rocha, os quais, na sua visão, haviam sido responsáveis pelo “clima de entusiasmo e interesse” que crescera “com relação ao Ibirapuera”. Dizia estar acompanhando, feliz, o trabalho dos amigos no parque quando leu nos jornais que “um impasse” havia ocorrido “naquele ambiente tão promissor”. E por isso escrevia o novo texto “lembrando como foi importante para o conjunto do Ibirapuera a para a própria cidade de São Paulo a atuação corajosa daqueles quatro amigos a quem, como um dos autores desse projeto, mais uma vez abraço e agradeço”.

Uma vez que a Oca já fora conquistada por Edemar Cid Ferreira – e não seria essa conquista, paradoxalmente, uma forma renovada do próprio “convênio com empresa particular” que Niemeyer temia em seu Plano Diretor de 1996? – o arquiteto escreveria ainda, um pouco mais tarde naquele mesmo ano, uma carta sucinta para o diretor do MAM, Tadeu Chiarelli, na qual declarava que concordava “plenamente com o ocupação, pelo MAM, do prédio da Prodam” [NIEMEYER, 08/11/2000].

Todas essas mudanças, de fato, haviam sido articuladas pelo prefeito Celso Pitta nos últimos meses de seu mandato, como Jotabê Medeiros [18/11/2000] denunciaria na *Folha de S. Paulo*: “Saindo de cena, Pitta loteia espaços públicos”. Além de ceder a Oca (por decreto assinado em 12 de julho) para a Associação Brasil+500 de Edemar Cid Ferreira/Banco Santos por tempo indeterminado, e o prédio da Prodam ao MAM de Milú Villela/Banco Itaú (pelo decreto 40.032 de 11 de novembro), o prefeito também cedera, em caráter definitivo, o prédio na Galeria Prestes Maia, no Centro de São Paulo, para o Masp, então dirigido pelo arquiteto Júlio Neves,

que fora igualmente atendido pelo prefeito em seu pedido de retirar a feirinha de antiguidades no vão livre do museu na Av. Paulista. Jotabê Medeiros pontuava que, para alguns produtores culturais, aquelas eram “decisões tomadas ‘no apagar das luzes’, sem discussão e sem respaldo da população. O arquiteto Lúcio Machado ponderava: “E quais são os critérios que dizem que a Prodam vai para o MAM e a Oca para a Associação Brasil+500? Qual é a mágica que ajudou na definição?”. Segundo o ator e produtor cultural Sergio Mamberti, foram decisões que careciam de legitimidade, feitas “de forma autoritária e oportunista”.

O prefeito Celso Pitta,¹⁸⁸ que teve o seu mandato marcado por denúncias de corrupção, relatadas por sua ex-esposa Nicéia Pitta, transmitiu em janeiro de 2001 a liderança da prefeitura para Marta Suplicy (2001-2004), que por sua vez empreenderia novas mudanças no Ibirapuera, como a construção do auditório, como veremos adiante. Tal intervenção foi, por certo, estimulada pelo enorme sucesso de público da Mostra do Redescobrimento, encerrada em setembro com 1,8 milhão de visitantes, por meio de ação que coligou pela primeira vez, desde o IV Centenário, três dos edifícios de Niemeyer numa mesma programação. Já o sucesso da mostra em termos artísticos, extremamente contestado, foi definido por Ana Mae Barbosa [abr. 2001] no ano seguinte:

Aí chegamos à área que mais controvérsia e disputa gerou nas comemorações dos 500 anos do Brasil: a Arte. A Mostra do Redescobrimento realizada em São Paulo nos prédios do Parque Ibirapuera e por isto confundida com a Bienal, suscitou uma feroz luta de poder entre os donos dos Bancos que dominam a política cultural das artes visuais no país. Esta luta dominou o debate e radicalizou as posições. A turma do lado contrário fez política de terra arrasada, nada prestava na Mostra do Redescobrimento e a turma aderida à Fundação Brasil 500 anos não aceitava nenhuma crítica.

A conversão do parque em polo cultural seguiu de vento em popa em 2001, com diversas exposições e eventos financiados por bancos e outras entidades privadas ocupando os pavilhões disponíveis. Na Oca, a exposição 50 anos de TV foi organizada pela Rede Globo e contou com a visita de Niemeyer, que declarou na ocasião já estar trabalhando no projeto do auditório. Edemar Cid Ferreira, que seguia responsável por aquele pavilhão por intermédio da BrasilConnects, fundada em

188 Ao fim do seu mandato, o já ex-prefeito era réu em 13 ações civis públicas, acusado de ilegalidades. O valor das denúncias somadas alcançou 3,8 bilhões de reais, equivalente a quase metade do orçamento da cidade na época. A dívida paulistana passou na sua gestão de 8,6 bilhões de reais em 1997 para 18,1 bilhões de reais. Ao deixar o poder em janeiro de 2001, uma pesquisa mostrou que 83% dos paulistanos consideravam sua gestão ruim ou péssima, um dos maiores índices de ex-prefeitos que saíram do cargo [disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Celso_Pitta; acessado em 12/10/2016].

2001 em decorrência da Associação Brasil+500, corroborava a informação dizendo que tanto a construção do teatro quanto a conclusão da marquise estavam sendo tratadas entre o arquiteto e a prefeitura de São Paulo e seriam bancados pela iniciativa privada [MEDEIROS, 02/05/2001]. As iniciativas culturais extrapolavam os limites dos pavilhões, e até mesmo o lago do Ibirapuera recebeu uma exposição do artista baiano Tatti Moreno, que apresentava oito esculturas de orixás de sete metros de altura flutuando sobre as águas, com patrocínio do banco BBV [FLORAVANTE, 20/09/2001].

Ainda assim, apesar de as iniciativas culturais se espalharem pelo parque, por meio de patrocínios, os problemas de sempre persistiam. A marquise estava com a estrutura comprometida e precisava de reforma, orçada na época em R\$ 150 mil. O prédio do Planetário, com “deficiência no sistema de drenagem” que o deixava alagado quando chovia, estava fechado desde 1999 à espera de verbas para reforma. Segundo o diretor do Departamento de Parques e Áreas Verdes da prefeitura, Caio Boucinhas, havia 17 projetos de recuperação em estudo, para os quais seria necessário R\$ 1,8 milhão: “A explicação é a má gestão acumulada”, defendia [GLENIA, PITTA, 02/11/2001].

A imprensa relatava que frequentadores reclamavam da má conservação do Ibirapuera: os brinquedos do *playground* encontravam-se todos danificados, a grama estava muito alta, o lago continuava exalando mau cheiro. Até mesmo um fio da rede elétrica estava caído, há tempos, na rua atrás da Praça da Paz. Na Praça continuavam sendo realizados os grandes *shows* que tiveram início na década anterior, e que cada vez causavam mais transtornos, trazendo multidões ao Ibirapuera nos fins de semana. *O Estado de S. Paulo* acrescentava que essa multidão incluía traficantes e usuários de drogas, além de provocar uma invasão de carros no entorno. O problema do parque imundo às segundas-feiras já era crônico: “Falta educação. É uma catástrofe!”, reclamavam os frequentadores matinais [GLENIA, PITTA, 02/11/2001]. Enquanto o Grupo Pão de Açúcar, responsável pelo projeto Pão Music, realizava seus eventos no parque e informava que não pretendia reduzir a dimensão dos *shows* [PELLIM, 26/11/2001], o problema era visto sem parcimônia pelo presidente da Assuapi, Severino José da Silva, de 83 anos:

Não queremos proibir os shows, mas queremos shows light, compatíveis com o Ibirapuera. Quando houve o show do Roberto Carlos, o público foi grande, mas era pessoal mais elitizado, então não ocorreu nada. Se for um show com orquestra sinfônica, a população da periferia não virá ao Ibirapuera. Os organizadores não dão nenhum retorno ao parque. Isso precisa mudar [ENTIDADE..., 26/11/2001].

Outros problemas envolviam o estacionamento, que passara a ser cobrado no recinto do parque por meio de Zona Azul. Enquanto alguns se posicionavam a favor da

cobrança, desde que o dinheiro arrecadado fosse revertido para o parque, outros se colocavam contra a existência de estacionamentos no parque. A ideia de proibição também se estendia à circulação de bicicletas pelo parque, embora houvesse quem defendia a delimitação de uma área só para elas [ENTIDADE..., 26/11/2001].

É importante perceber que, apesar dessa conversão cultural que havia deixado para trás a predominância do parque como lugar de lazer por meio do gozo de suas áreas verdes, trazendo novos interesses e possibilidades de uso, os velhos problemas não apenas permaneciam, como também se acentuavam. A privatização do Ibirapuera por uma incipiente “indústria cultural” demonstrava, sobretudo, a capacidade desse espaço público em absorver diferentes interesses, ainda que esses nem sempre chegassem a fortalecê-lo em sua dimensão pública, como um lugar comum, para todos.

NIEMEYER, OUTRA VEZ

No início de 2002, a prefeitura apresentava o “Plano Diretor do Parque Ibirapuera”, tendo como base o plano “elaborado pelo arquiteto Oscar Niemeyer em 1996, e então atualizado e ampliado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente” [SECRETARIA, 2002]. A ideia central do novo plano era retomar o “conceito de seu desenho paisagístico original”, dividindo o parque entre área cultural e área de lazer, tendo os lagos como elementos divisores. Dentro de dois anos, afinal, chegaria nova efeméride, capaz de evocar a própria origem do parque: os 450 anos da cidade – e os 50 do Ibirapuera. Apoiada nisso, a prefeitura, ainda sob a gestão de Marta Suplicy, exaltava em termos vagos e ufanistas: “Estamos cuidando do Ibirapuera. Ele merece! São 48 anos proporcionando lazer e bem-estar aos habitantes de São Paulo. Este é o Parque que queremos nos 450 anos da cidade”.

Certamente era mais um momento bastante oportuno para a implementação de um novo plano, que previa principalmente a construção do auditório e da esplanada de entrada, além de melhorias no parque, como a “desimpermeabilização, ajardinamento e a recuperação de áreas verdes que foram transformadas em estacionamentos e vias asfaltadas ao longo dos anos”. O lago seria desassoreado e seriam reativados as “bases setoriais para tornar a manutenção do Parque mais efetiva” e um “Centro de Educação Ambiental”.

O Plano previa o montante de R\$ 5,584.000, valor que seria destinado às “melhorias necessárias para interromper o processo de deterioração e oferecer condições adequadas de funcionamento do Parque”, ao qual acediam 10 milhões de pessoas anualmente [SECRETARIA, 2002].¹⁸⁹ Curioso é que grande parte dessa

189 O documento previa que R\$ 360 mil seriam necessários para a adequação da ciclovia com

demanda já havia sido contemplada pelos milhões gastos no projeto Mais Ibirapuera para você, na década anterior.

A prefeita Marta Suplicy havia encampado o novo Plano e precisava viabilizar aqueles números. A primeira proposta da prefeitura foi cobrar pelo uso do parque, como se o Ibirapuera fosse um grande salão de festas, cuja lista de “locáveis” incluía: a marquise e o bolsão da Bienal, num valor de dois a seis reais por metro quadrado “conforme o tamanho do espaço e o número de dias”; o bolsão do MAM por 12 mil reais; a serraria, por 30 mil ou a Praça da Paz por 40 mil ao dia. A marquise, no entanto, nunca poderia ser alugada por completo: “Trata-se de um espaço de passagem e não vamos comprometer a circulação de usuários”, ressaltava Zulmara Salvador, assessora de Cooperação Externa da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. A Secretaria administrava os contratos e o dinheiro arrecadado no aluguel do parque iria para o Fundo Especial do Meio Ambiente Sustentável – Fema. A assessora assinalava que o Ibirapuera apenas faria a cobrança que outros parques, como o estadual da Água Branca, já faziam, garantindo: “O estatuto de uso do parque não mudou: vamos locar somente para eventos culturais, esportivos e de interesse público [OROSCO, 26/10/2002].

A arquiteta Raquel Rolnik, técnica do Instituto Polis e filiada ao mesmo partido da prefeita, considerava justa a cobrança. “O Parque Ibirapuera é um dos pontos mais charmosos da cidade e a empresa que faz um evento por lá sai ganhando, pois consegue divulgar a sua marca”, acreditava a urbanista, alertando no sentido de que fosse cuidada “a frequência desses eventos para que o parque não fique desgastado” [OROSCO, 26/10/2002]. O professor de planejamento urbano e urbanismo da FAU-USP, Candido Malta, sugeria que fosse incluída no aluguel uma taxa de recuperação dos estragos que os eventos causariam: “Esse valor quem paga somos nós. Se isso fosse cobrado, as empresas seriam mais cuidadosas e evitariam os danos”. Anunciava-se também que o lago seria despoluído em 90 dias. A Emurb iniciaria em breve o serviço para eliminar o odor que emanava de suas águas. Seriam retirados “20 mil metros quadrados de sedimentos do fundo do lago”, material que seria levado por caminhões-tanques da Cetesb para aterros sanitários.

Vista como a “gota d’água”, a novidade do aluguel do Ibirapuera foi prontamente combatida pelas “entidades civis e frequentadores do parque, que temem o que muitos já chamam de privatização”, como afirmava a jornalista Bárbara Sou-

instalação de bicicletário de apoio; R\$ 63 mil para a recuperação do Jardim dos Cegos; R\$ 630 mil – e não mais os R\$ 150 mil do ano anterior – para a recuperação estrutural da marquise; R\$ 420 mil para a recuperação da permeabilidade; R\$ 140 mil para recuperação e conclusão da área de lazer; R\$ 90 mil para prevenção de descargas elétricas e atmosféricas; R\$ 60 mil na adequação da serraria para a realização de pequenos eventos; R\$ 720 mil para a recuperação do Viveiro Manequinho Lopes; R\$ 51 mil para a implantação de novo sistema de vertedouros dos lagos; R\$ 690 mil para adequação das edificações ocupadas por atividades administrativas; R\$ 650 mil para sinalização; R\$ 240 mil para complementação da iluminação; R\$ 1.320.000 para segurança/ano; R\$ 150 mil para manejo de vegetação.

za [10/11/2002] n' *O Estado de S. Paulo*. A urbanista Regina Monteiro, presidente da ONG Defenda São Paulo, pontuava: "O que a prefeita disse pode ser traduzido como loteamento, pois ela fixou preço para tudo". Outros arquitetos e usuários¹⁹⁰ tanto se mostravam de acordo quanto protestavam: "É importante que o parque permaneça coletivo"; "É inaceitável a sua cessão ou o seu arrendamento para festas e quaisquer acontecimentos de interesse privado"; "O parque já tem vida própria"; "Daqui a pouco vão querer cobrar pedágio, cobrar entrada, vão restringir o parque para a população, e parque é para esporte e lazer, não para casamento". Santos, morador do Tatuapé e frequentador do parque nos fins de semana, acrescentava que já sabia o que era um parque loteado, pois havia levado uma bronca ao passar de bicicleta numa área externa da xxv Bienal, que não estava sinalizada como parte da mostra: "Um guarda veio atrás e me mandou sair, grosseiramente".

Os jornais já tratavam do assunto com certa ironia: "Que tal fazer sua próxima festa de aniversário no Parque Ibirapuera? (...) Casamentos e eventos culturais serão bem-vindos, por RS 60 mil cada" [BRANCATELLI, 17/09/2002]. Alguns usuários recordavam outras vezes em que já haviam tentado privatizar o parque, como no caso do estelionatário José Donato Araújo, que chegou a ser preso por vender terrenos do Ibirapuera, com escritura e toda a documentação, na década de 1970; ou quando, na gestão Paulo Maluf, quiseram construir um *shopping* no parque, a mencionada "Rua 24 horas" que seria instalada na serraria. O receio de perder mais espaço era geral, e outras áreas do parque, já "privatizadas", eram também lembradas pelos frequentadores, como a da Sociedade Paulista dos Criadores de Cães Pastores Alemães, que nem Luisa Erundina havia conseguido tirar, ou a do autorama, usado exclusivamente pelo Detran durante o dia e como ponto de encontro *gay* à noite: "Se for abrir só para *gays*, vão ter de criar um local só para ciclista, outro só para cães, outro só para quem anda de patins. É um absurdo", protestava um psicólogo preconceituoso contra todas aquelas privatizações [SOUZA, 10/11/2002].

Foi, porém, de fato a construção do auditório que se fez cerne de uma nova disputa, num longo e acirrado embate que chegou a virar "caso de Justiça" [MUG, 19/06/2003]. A prefeita Suplicy conseguira parceria com a empresa de telefonia TIM, que bancaria a obra estimada em R\$ 12 milhões. "Enfim, a obra que completa o Ibirapuera" [FOLGATO, 05/12/2002], anunciava-se em dezembro de 2002. A ideia previa que a pedra fundamental fosse lançada no mês seguinte, no aniversário da cidade, 25 de janeiro, e a obra inaugurada no ano seguinte. "Como se tudo começasse outra vez", escrevia Niemeyer num pequeno texto para *O Estado de S. Paulo*. Em entrevista no lançamento do projeto, ao lado da prefeita, o arquiteto defendia o recomeço: "O projeto já existia com a mesma intensidade, mas nós o

190 De acordo com a reportagem, tais declarações foram feitas pelo arquiteto Dácio Ottoni, pelo urbanista Joaquim Guedes, pelo engenheiro Manoel Chacon e pelo estudante Leandro Brandão dos Santos, respectivamente.

fizemos de novo, mais simples. Antigamente, era suspenso. Nós o colocamos no chão para tornar a obra mais exequível” [NIEMEYER..., 02/12/2002].

Ainda assim, as disputas recomeçariam, e o Ministério Público, entendendo “que a Resolução de Tombamento não permite a expansão da área construída e impede a redução dos espaços com vegetação”, entrou com uma ação civil para impedir a construção do auditório. O próprio presidente do Condephaat, no entanto, José Roberto Melhem, já havia declarado que o órgão de preservação entendia que a resolução de tombamento não impedia a construção, que “já havia sido aprovada por unanimidade, pois o auditório já era previsto no projeto original do parque”. O secretário do Verde e Meio Ambiente, Adriano Diogo, argumentava que em vez de perder área verde, a cidade iria ganhar 85 mil metros quadrados de vegetação, com a retirada de caminhos asfaltados, edificações ilegais e recuperação de seu entorno [ALCADE, 2003], completando de maneira evasiva e pouco justificativa: “Será um ganho 16 vezes maior. Além disso, das 92 árvores atingidas pela obra, 73 serão substituídas por outras espécies” [MUG, 19/06/2003].

Em tom cansado e incrédulo, Niemeyer [23/06/2003] retornava aos jornais sentindo-se “obrigado a reagir e intervir nesse clima que detestamos”:

Será que o Parque Ibirapuera, o centro de artes mais importante da América Latina, merece tanto desprezo? Será que o Estado de São Paulo, o mais rico deste país, não tem condições de construir e vai deixar aquela cúpula que desnei solta, como coisa inútil e secundária, sem o auditório que com ela compõe a entrada do parque? Será que a inveja, a ignorância ou coisa pior explicam o que está ocorrendo? Será que o problema apresentado da redução ínfima da área permeável, que a modificação dos caminhos internos do parque vai mais que compensar, justifica tamanha celeuma, obrigando-me a participar nesse ambiente de tanta mediocridade?

A disputa entre a prefeitura e o Ministério Público Estadual, que havia vetado a construção do auditório, se estenderia por meses, atrasando o cronograma da obra. O Condephaat chegou a declarar que poderia alterar os termos do tombamento, para acabar com a celeuma [OBRA..., 23/06/2003]. Falava-se que a “raiz da polêmica” estava na “interpretação” que cada parte fazia da resolução do tombamento. Tanto o Conpresp, na instância municipal, quanto o Iphan, na federal, já haviam aprovado a obra [LAGE, 24/06/2003].

Pela segunda vez, entretanto, o Conselho Superior do Ministério Público votaria contra a obra, e a prefeita Suplicy se dizia “perplexa”, avaliando que “a joia do Ibirapuera não é o verde e sim o projeto arquitetônico”. Aproveitava para alfinetar o MP e seu Conselho, alegando que ambos

Tiveram má vontade com relação à cidade. Agora, a Justiça dará o encaminhamento correto à questão. Eles (Conselho) não são a Justiça. Quem foi eleita pela população fui eu, e o (Oscar) Niemeyer projetou o parque. A população apoia essa obra. Por que eles vão contra uma pessoa que foi eleita, um arquiteto que fez o projeto mais lindo e o parque mais bonito da cidade? [MAGALHÃES, MUG, 25/06/2003]

Certamente, poderíamos responder à prefeita: porque o Ministério Público e seu Conselho são órgãos estaduais e portanto afins ao PSDB, que se mantinha no poder há uma década (desde o início da gestão Covas em 1991), tendo à frente naquela época o governador Geraldo Alckmin (2001-2006), em oposição à gestão da prefeita petista.

A população, por sua vez, manifestava-se nos jornais, em reportagens diárias sobre o assunto, dividida e cheia de dúvidas: “A propósito: como e quando se apurou que a população apoia a obra?”; “Por que o Ministério Público é tão enfaticamente contra a conclusão do projeto original do Parque Ibirapuera se não foi tão enfaticamente contra as perdas sofridas pelo parque no passado e seus desajustes no presente?”; “Por que será que não se ouve nada sobre a perda de outros pequenos espaços verdes em São Paulo, principalmente na periferia?”; “Por que não (re) integrar a área do Detran com a do Instituto Biológico (há projeto), aumentando assim a área verde local?”; “Por que não dar ao parque o que deveria ser seu, mas foi desmembrado por ruas e avenidas?”; “O auditório estava previsto, mas não estamos mais em 1954. Passou. Agora é não!” [AUDITÓRIO..., 01/07/2003].

Especulava-se que a própria prefeita havia sido contra o teatro no Plano Diretor de Niemeyer de 1996, contratado na época pelo prefeito Paulo Maluf, chegando a participar de um abaixo-assinado, juntamente com o senador Eduardo Suplicy. Questionada, a Secretaria do Verde respondia tratar-se de projetos diferentes, ainda que houvesse pontos comuns [MARTA..., 02/07/2003]. O Ministério Público, aproveitando a ocasião, anunciava que também iria “investigar o uso dos espaços de eventos do parque Ibirapuera”. O órgão estaria “de olho especialmente no Pavilhão da Bienal”, que naquele ano já havia abrigado “feiras de gestantes e até de equipamentos para táxis” [BERGAMO, 02/07/2003]. Além da Bienal, “ambulantes, a instalação de lanchonetes e outras atividades” também estariam na mira do MP [GODOY, 03/07/2003].

Apenas no dia 05/07/2003 “o juiz Rômulo Russo Junior negou a liminar que pedia a proibição das obras de construção do Auditório”. As obras poderiam então ser iniciadas, mesmo correndo a ação civil pública proposta pelo promotor Luiz Antônio de Souza, que recorreria da decisão da Justiça [JUIZ..., 05/07/2003]. Os jornais tratavam a disputa como se fosse uma corrida de Fórmula 1: “Auditório no Ibirapuera: Marta sai na frente”, estampava a manchete do *Jornal da Tarde* [AUDITÓRIO..., 05/07/2003].

A corrida continuaria, e o Tribunal de Justiça, na figura do desembargador Demóstenes Braga, acolheu o recurso do MP e concedeu liminar impedindo a prefeitura de iniciar as obras, ainda que provisoriamente [LAGE, 15/07/2003]. Niemeyer voltaria a protestar, dizendo-se contrariado e indignado, dessa vez em um programa especial sobre o Ibirapuera na Rádio Eldorado. O professor da FAU-USP José Eduardo Lefèvre manifestou-se também, dizendo considerar as críticas ao auditório exageradas: “O que prejudica o parque são as invasões autorizadas, como os casarões” [FOLGATO, 26/07/2003].

Finalmente, em 29/07/2003, a prefeitura ganharia “a mais recente batalha na guerra travada com o Ministério Público”, com a liminar cassada por três desembargadores. Faltaria apenas a publicação do “acórdão no *Diário Oficial do Estado*” [TJ..., 30/07/2003]. Marta pedia o fim da guerra com o Ministério Público, temendo que a patrocinadora TIM desistisse de colocar “20 milhões numa obra que pode ser embargada”, deixando assim “mais um esqueleto na cidade” [LOPES, 30/07/2003].

O Ministério Público buscava mais impedimentos e dizia investigar o acordo entre a prefeitura e a TIM, por falta de licitação. O secretário Adriano Diogo definiu a ação do MP como “o mesmo que exigir licitação para uma doação de roupas ou alimentos” [AZEVEDO, 31/07/2003]. Em meio a esse vai e vem as obras do auditório só foram iniciadas em fevereiro de 2004, com mais de um ano de atraso, um mês após o aniversário de 450 anos da cidade – para quando estava inicialmente previsto o término da obra [OBRAS..., 26/02/2004].

Além do auditório, outros projetos antigos eram desengavetados para a comemoração do jubileu do Ibirapuera, sempre com a proposta de garantir o aumento das áreas verdes: a velha ideia da incorporação da área do Obelisco ao parque [IBIRAPUERA..., 28/11/2003] e as garagens subterrâneas, ambos, como se sabe, jamais realizados.

De acordo com a promessa para o Planetário do Ibirapuera, “o primeiro da América Latina”, ele deveria reabrir até o final daquele ano do cinquentenário, após cinco anos fechado “por falta de condições de uso”. Só o novo projetor central, o Star Master, custaria R\$ 5,6 milhões. O restante, seria usado para “reformular o prédio e fazer o tratamento contra cupim” [TERRAZ, 29/02/2004]. O Parque do Carmo também ganharia seu planetário, e do mesmo modo que a reforma do Planetário do Ibirapuera, orçada em R\$ 13 milhões de reais, seria bancado pela iniciativa privada.

Regina Terraz [29/02/2004], n’O *Diário de S. Paulo*, identificava na trajetória do antigo Planetário do Ibirapuera, “uma história de problemas”, “marcada pelo abandono e desperdício de dinheiro público”. “A surpreendente saga do tal projetor”, “uma relíquia histórica” que sobreviveu à Segunda Guerra Mundial, foi

recuperada pela jornalista,¹⁹¹ que elencava problemas comuns a todos os demais pavilhões do Ibirapuera: “Passou por pelo menos quatro reformas (...) As intervenções realizadas em diversas gestões municipais não conseguiram resolver problemas recorrentes: umidade, infiltrações, infestação por cupins”.¹⁹²

Recebendo o título de Cidadão Paulistano em cerimônia no Memorial da América Latina em 25/08/2004, Niemeyer entrava numa nova polêmica em relação à marquise, pois pretendia modificá-la para liberar a praça diante do novo auditório. Ante a negativa em realizar essa modificação no seu bem tombado, recusava-se a ir ao parque para ver a obra do auditório. Os jornalistas amplificavam e distorciam a notícia, como Jotabê Medeiros [24/08/2004] no Estadão: “Niemeyer: é preciso tirar a marquise do Ibirapuera”. Mas o arquiteto acabou passando pelo parque naquele mesmo dia, já um cidadão paulistano, aos 96 anos. Emocionado com o auditório, demonstrou irritação apenas com a marquise, dizendo que não conseguia nem olhar para ela. Por fim fez campanha para Marta Suplicy (que tentava se reeleger), de quem, segundo a imprensa um tanto galhofeira, “recebeu um beijinho” [FOLGATO, 25/08/2004].

O auditório, contudo – e com custo de R\$ 25 milhões, capacidade para 800 pessoas na parte interna e a novidade de uma porta retrátil no palco abrindo para a parte externa, permitindo mais 20 mil pessoas assistirem aos espetáculos – foi recebido, ainda inacabado, por Marta Suplicy nos últimos minutos de sua gestão, em 14/12/2004, deixando a inauguração oficial para seu sucessor, José Serra (2005-2006), no ano seguinte. A TIM custeou a construção do auditório e o doou à prefeitura, além de patrocinar todos os projetos do espaço, incluindo a Escola do Auditório, coordenados pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip Instituto Auditório Ibirapuera. Em dezembro de 2009, o contrato venceu e não foi renovado. Em 2010, a Oscip assinou convênio de subvenção com o Ministério da Cultura, mas em 2011, sem os recursos do MinC, a entidade pediu rescisão do contrato com a Prefeitura. O então secretário municipal de cultura, Carlos Augusto Calil (que relatou essa e outras histórias para esta pes-

191 “De origem alemã, fabricado em 1938 para ser instalado no planetário de Praga, na então Tchecoslováquia, ele estava sendo transportado para a cidade quando a Segunda Guerra Mundial eclodiu. Devido ao conflito, o equipamento ficou na Alemanha, na fábrica Zeiss da cidade de Jena, até que ela foi parcialmente destruída pelos bombardeios. O projetor, porém, permaneceu intacto (...) Em 1952 ele foi importado pela Prefeitura de São Paulo. Foi o primeiro projetor vendido a um país da América Latina. A ideia era inaugurar o Planetário do Ibirapuera no aniversário de 400 anos da cidade em 1954. Mas o projetor ficou no Porto de Santos por dois anos e demorou mais três até ser instalado. Nas últimas décadas funcionava precariamente e passou por adaptações. Numa delas, o diretor do Planetário usou uma lâmpada de farol de Fusca, pois as originais não eram mais fabricadas” [TERRAZ, 29/02/2004].

192 A jornalista ainda complementa “Na administração Jânio Quadros, por exemplo, o prédio foi todo reformado e o prefeito fez propaganda disso – mas se esqueceu de cuidar das poltronas. Um ano depois, dos 375 lugares, apenas 280 podiam ser usados. Sua construção, nos anos 50, também foi polêmica. A obra ficou parada por três anos por causa da oposição ao projeto, e com isso, a Prefeitura gastou mais dinheiro e construiu um prédio menor do que o previsto na planta original”.

quisa), conta que naquele momento a prefeitura se viu com essa “joia da coroa” em mãos, tendo decidido, então, testar a possibilidade de fazer uma parceria, “e quem demonstrou interesse primeiro?": Milú Villela, do Banco Itaú. Era preciso, entretanto, abrir um edital para concorrência, no qual Calil inseriu uma condição: os recursos para a administração do auditório não poderiam ser oriundos de nenhum recurso público, de nenhuma lei municipal, estadual ou federal. O único candidato que demonstrou ter possibilidade de assumir o auditório com aquela condição foi mesmo o Banco Itaú de Milú. Calil acredita que esse episódio comprova que “é possível uma parceria público/privada sem o governo bancar tudo”, como chegou a declarar na ocasião a *O Estado de S. Paulo*:

É muito positivo que sejam recursos provenientes de investimento direto. Finalmente, existe dinheiro privado sendo investido na cultura. Um grande conglomerado assumindo seus compromissos sociais, culturais. É algo inédito e esperamos que inspire outras experiências [MENEZES, 29/07/2011].

A jornalista do Estadão ressaltava que o secretário era “sabidamente um crítico das leis de incentivo” e já se havia manifestado em diversas ocasiões “contra o legado deixado pela Lei Rouanet”, alegando que “a adoção indiscriminada de mecanismos de incentivo fiscal teria levado a uma atrofia dos investimentos públicos e perpetuado a prática de privatizar o uso de recursos estatais” [MENEZES, 29/07/2011]. Ou, como já mencionado, a prática inversa, e perversa, de uma elite “que em vez de partilhar seus bens privatiza os bens públicos” [NAVES, 02/10/2005].

Voltando, todavia, à marquise em 2004, ela não pôde de fato ser modificada. Embora o Condephaat estivesse a favor, o Conpresp rejeitou o projeto que propunha a derrubada de parte sua, justamente a que o arquiteto acusava de obstruir visualmente a ligação entre a Oca e o auditório. Niemeyer desviava do fato de que o auditório mudara de lugar em relação ao previsto no plano do IV Centenário, o que o colocava obstruído visualmente pela ponta da marquise, se olhado da Oca.

Em protesto, Niemeyer não compareceu à inauguração do auditório [LAGE, 22/12/2004]. Tanto o prefeito Serra quanto o Instituto de Arquitetos do Brasil se posicionavam a favor da alteração da marquise. Havia, contudo, resistências, como a do presidente do Conpresp, José Eduardo Lefèvre, que defendia a decisão: “O conselho é um órgão técnico, que toma decisões técnicas e não políticas”. Também havia divergências dentro do próprio órgão, como a da arquiteta Mônica Junqueira, conselheira do Conpresp, que era a favor da reforma da marquise: “Eu era contra a construção do auditório, mas agora que ele foi feito, tem que demolir parte da marquise”, declarava [NIEMEYER..., 01/11/2005].

Tal como ocorreu com a construção do auditório, o debate sobre a mudança da marquise durou mais de um ano e dividia opiniões. A *Folha de S. Paulo* de

18/12/2005 trazia, em oposição, outros dois arquitetos e professores da FAU-USP: Carlos Lemos “a favor da mudança” e Benedito Lima de Toledo “contra a mudança”. Lemos [18/12/2005] defendia que “um autor vivo de obra tombada ainda mantém sobre ela seus direitos autorais mais que legítimos, e nada mais normal que deseje completá-la”. Por outro lado, Toledo [18/12/2005] provocava: “Como reagiriam esses mesmos arautos se alguém propusesse uma intervenção na igreja da Pampulha?”

Ricardo Ohtake [2007, p.33] chegou a defender a modificação da marquise enquanto escrevia o livro *Oscar Niemeyer*, da série Folha Explica, afirmando que

o próprio autor do projeto, diante de uma situação consumada – a via construída, que não constava do projeto e que atrapalha o desenho da praça –, quer fazer uma adaptação para que se restaure, da melhor forma possível, o projeto da praça, conforme sua proposta inicial. Se essa ação não for permitida, em nome de a cidade já ter absorvido o projeto inacabado, abre-se o precedente de se manter qualquer edificação, independentemente de seu sentido para a paisagem urbana.

A abertura de precedentes sem sentido não seria algo inédito no caso do Ibirapuera, como demonstrado inúmeras vezes ao longo das cinco décadas de existência do parque até aqui analisadas. Fazendo uso das palavras de Niemeyer [1955] e equipe na primeira edição da *Módulo*, a “arrojada marquise” continua lá, saindo “de um ponto qualquer, desgarrado”, sem o seu alongamento até o auditório, que, embora construído, não alterou a condição do conjunto como “algo inacabado” (Figura 50).

Figura 50: Ponta “desgarrada” da marquise, que ficou sem a conexão até a Oca e o auditório, e, principalmente, sem demarcar a entrada principal monumental como previa o projeto original de 1954; foto: Projeto_Clima Ibirapuera, 2014



UM MUSEU CONTRASTIVO

O Ibirapuera “cinquentão” virara outra vez o centro das atenções. Era eleito pela população da cidade como o símbolo de São Paulo, “o lugar que mais representa a cidade e também o mais bonito”. Superando a Av. Paulista, que havia ficado “em primeiro lugar na preferência dos moradores em levantamento anterior realizado pelo Datafolha” [MORADOR..., 25/01/2004] o parque se destacava naquele momento comemorativo com as diversas reconfigurações pelas quais passavam seus pavilhões. E, além do auditório, ganharia também um novo museu: o Afro Brasil, instalado no Pavilhão das Nações, onde a prefeitura havia estado por quase quatro décadas.

A transferência do pavilhão para o novo Museu, que teria gestão municipal e a curadoria e direção (permanente) de Emanuel Araújo, fora realizada no ano anterior, em 20/11/2003, Dia da Consciência Negra, pelo governador Geraldo Alckmin [ABERTURA..., 22/11/2003]. Emanuel Araújo já conhecia bem aquele pavilhão, pois nele ficara abrigada a Pinacoteca do Estado durante seu mandato como diretor da instituição, enquanto o edifício da Luz era reformado. Apenas dois meses após a inauguração do Museu Afro Brasil, Araújo foi também chamado pelo prefeito José Serra (2005-2006) para assumir a Secretaria Municipal de Cultura, substituindo Celso Frateschi. Ainda antes de tomar posse na Secretaria, em janeiro de 2005, Araújo já chamava a atenção ao ser anunciado para assumir a pasta, declarando o quanto a Cultura era “fundamental, sobretudo numa cidade como São Paulo, que não tem praia” [VILLALBA, 16/12/2004].

Logo nos primeiros meses de sua gestão, em abril de 2005, Serra anunciou nos jornais a saída definitiva da Prodam do parque, cujo edifício daria lugar a uma “ampliação das atuais instalações do MAM e do MAC”. O prédio do Departamento de Edificações – Edif também sairia, dando lugar à Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura da Paz – Umapaz, “uma espécie de centro cultural sem vestibular” [SCHIVARTCHE, CORSALETTE, 09/04/2005]. Segundo o secretário do Verde e Meio Ambiente, Eduardo Jorge, as duas obras estavam previstas ainda para aquele ano, e a longo prazo a ideia era também anexar ao Ibirapuera o espaço ocupado pelo Detran, do outro lado da avenida. O prefeito Serra também constataria que havia “casas e até um clube, o Círculo Militar, em área que seria do Ibirapuera”, declarando assustado: “O Ibirapuera foi canibalizado” [GONZALES, 05/08/2005].

O mandato de Emanuel Araújo na Secretaria de Cultura teve vida curta, pois poucos meses depois de assumir a pasta ele se demitiria após desentendimentos com José Serra, declarando “Foram 100 dias exaustivos” [GONÇALVES FILHO, 14/04/2005]. Araújo pediu demissão por meio de carta dirigida a Serra, justificando que tentara falar com o prefeito, mas não conseguira. Em entrevista ao Estado, declarava que se sentira traído por Carlos Augusto Calil, que o substituiria na

Secretaria, pois ele mesmo havia aproximado Serra de Calil, a quem o prefeito do PSDB até então “não engolia”, pelo fato de ele ter sempre apoiado o PT. Araújo criticava “o descaso com que a prefeitura trata seu patrimônio”, alegando que a Secretaria era “tratada como uma pocilga”, que teria “dívidas e salários de funcionários atrasados”. Mas o pivô da demissão seria, de acordo com o jornal, o anúncio que o prefeito fizera na semana anterior de que instalaria “o acervo do Museu de Arte Contemporânea (MAC) e a ampliação do Museu de Arte Moderna (MAM), transferindo parte da coleção do museu público e da instituição privada para o prédio da Prodam”. Sobre sua posição contrária à instalação do MAC e do MAM na Prodam, Araújo argumentava:

Não se pode colocar dois museus tão díspares no mesmo espaço. Mal cabe um deles num prédio tão pequeno. Sou a favor de museus no Ibirapuera. Aliás, não é uma questão se ser ou não a favor. É um decreto de Marcos Mendonça, que tira do Parque Ibirapuera qualquer função administrativa. A Prodam sempre foi um prédio insalubre, como qualquer outro aqui do Ibirapuera, inclusive o Museu Afro-Brasileiro que dirijo. São prédios construídos há mais de 50 anos e sem nenhuma infraestrutura [GONÇALVES FILHO, 14/04/2005].

Na mesma reportagem, Emanuel também fazia declarações a respeito ao Museu Afro Brasil, dizendo que, apesar de nunca ter sido do PT, havia sim feito um almoço em homenagem a Marta Suplicy,

pelo empenho em me dar o prédio do Ibirapuera para instalar o Museu, edifício este que, por justiça, cabia mesmo a mim. Eu restaurei esse prédio enquanto reformava a Pinacoteca do Estado e foi aqui que a instalei temporariamente. Foi aqui que mostrei os desenhos eróticos de Rodin, foi aqui que expus Basquiat, transformando o prédio num centro cultural. Isso aqui era uma pocilga. Marta entendeu isso e portanto lhe sou muito grato [GONÇALVES FILHO, 14/04/2005].

Em meio a todos esses acontecimentos vale lembrar que em 06/06/2005 Edemar Cid Ferreira foi indiciado pela Polícia Federal “por lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, evasão de divisas, entre outras acusações”. A novela iniciada com a intervenção do Banco Santos em 12/11/2004, culminaria com a decretação de sua falência em 20/09/2005. Como observou Rodrigo Naves [02/10/2005], Edemar saiu “do meio de arte brasileiro da mesma forma que entrou: meteoricamente”. De nada mais valia a projeção pública que havia alcançado, que de acordo com Naves, e como já mencionado, tinha como antecedentes “uma rede de conhecimentos e amizades influentes”, cujos vínculos haviam dado desenvoltura a seu projeto cultural, facilitando “os novos contatos que se fariam necessários no momento de

levantar fundos para as instituições que viria a dirigir”.¹⁹³ A partir de então, a Oca, que havia conhecido seu apogeu com as diversas exposições internacionais¹⁹⁴ ali montadas desde a Mostra do Redescobrimento, deixaria de ser administrada pela BrasilConnects de Cid Ferreira.

A Prodam sairia do parque apenas em 2006, com o então secretário municipal de cultura Carlos Augusto Calil recebendo, simbolicamente, as chaves do pavilhão do antigo “inquilino” no dia 29 de março. Calil havia investido naquela fusão quase impossível: a união do MAM e do MAC, numa exposição permanente de suas obras, que afinal de contas, ao contrário do que alegava Araújo, não eram assim tão díspares exatamente por ter origem historicamente comum, ligados a Ciccillo Matarazzo, a sua esposa, Yolanda Penteado, e ao antigo Museu de Arte Moderna. Após consultar artistas e curadores e obter uma “quase unanimidade” quanto à ideia de reunir os dois museus, faltava convencer os dirigentes das instituições. Milú Villela chegou a classificar a iniciativa como “uma solução de mestre”. Mas Calil já previa o próximo impasse: “Agora temos uma questão nova, que eu não sei como será resolvida; a da convivência de dois acervos, duas administrações e duas equipes de funcionários num mesmo prédio”. Para tanto haveria ainda outra demanda: a reforma do prédio, orçada em R\$ 30 milhões [VILLALBA, 30/03/2006].

Calil também encampava outro projeto de “extensão do domínio da cultura no parque”: o Pavilhão Krajcberg, que envidraçaria a antiga serraria, instalando diversas esculturas do artista. Em conversa¹⁹⁵ com ele em janeiro de 2017, foi possível entender como surgiu a proposta do Pavilhão. A filha de José Serra, que era muito amiga de Krajcberg, foi quem iniciou o processo, ao declarar que o artista estava disposto a doar uma grande quantidade de obras para a prefeitura de São Paulo. Calil revelou ter-se encantado pela serraria, “que estava abandonada no Ibirapuera, as pessoas iam lá pra fazer ginástica”, mas encontrou resistência não só por parte dos moradores do bairro como também do secretário do Verde e Meio Ambiente, Eduardo Jorge. Calil lembrou que passou três anos lutando por isso, mas que acabou, em suas próprias palavras, quebrando a cara com a oposi-

193 “Edemar se casara com Márcia Costa, filha do falecido senador Alexandre Costa (PFL-MA), político muito próximo do ex-presidente José Sarney, também ele amigo íntimo de Edegar, a ponto de o banqueiro ser padrinho de casamento da filha do ex-presidente, Roseana” [NAVES, 02/10/2005].

194 A BrasilConnects trouxe ao país algumas das maiores exposições de arte, todas realizadas na Oca entre 2001 e 2005, entre as quais: “50 anos de televisão” (2001); “500 anos de arte russa” (2002); “Parade” (2002, com obras do Centro Pompidou de Paris); “Guerreiros de Xi’an e os Tesouros da Cidade Proibida” (2003), “A Bigger Splash – Arte Britânica da Tate, de 1960 até 2003” (2003), “Picasso na Oca – Uma Retrospectiva” (2004, com o acervo do Museu Picasso de Paris), “Fashion Passion – 100 anos de moda na Oca” (2004).

195 Conversa de Carlos Augusto Calil com a autora em 31/01/2017, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), onde é professor de história do audiovisual brasileiro. Calil foi secretário municipal de Cultura de São Paulo de 2005 a 2012, durante as gestões de José Serra (2005-2006) e Gilberto Kassab (2006-2008; 2009-2012).

ção ao projeto que havia dentro da própria prefeitura: um dos secretários de Serra, que fazia ginástica na serraria, pediu que ele desistisse da ideia.

O depoimento de Calil traz à tona, uma vez mais, o modo como são feitas as decisões em relação a essa área pública, sempre em torno de amizades, jogos e disputa de influências. Como também foi o caso da proposta de união do MAM e do MAC no antigo pavilhão da Prodam, cujo desdobramento só se esclarece quando são revelados os bastidores. Como relatou Calil, foi feita na ocasião uma reunião com representantes dos museus e especialistas da área cultural paulistana, como Stela Teixeira de Barros, Marcelo Araújo e Tadeu Chiarelli, sobre o que fazer com aquele prédio. A ideia unânime, segundo o ex-secretário, foi mesmo a de juntar os dois museus. Afinal, o MAM tinha acervo de arte contemporânea mais relevante que o do MAC, e o MAC tinha acervo de arte moderna mais importante que o do MAM. Como bem definiria Tadeu Chiarelli, alguns anos mais tarde, na condição de ex-diretor artístico do MAM, sobre os problemas de sede desse museu: “Esse não é um problema do MAM. É um problema de São Paulo, dessa coisa maluca, dessa divisão MAM/MAC/Bienal... é a mesma instituição que se dilacera”.¹⁹⁶

A presidente do MAM, Milú Villela, que em princípio seria quem poderia obstruir a ideia em função de eventual perda de protagonismo diante do MAC e da Universidade de São Paulo, foi, paradoxalmente, a primeira a se interessar em fundir as reservas técnicas dos dois museus e pensar em propostas para a administração conjunta. Foi no MAC que houve, no entanto, a negativa, não por parte do reitor da USP, que, como lembrado por Calil, aceitou bem a ideia, mas por parte de duas professoras ligadas ao Museu, Elza Ajzenberg e Lisbeth Rebollo Gonçalves (diretoras da instituição de 2002 a 2006 e 2006 a 2010, respectivamente), que se colocaram imediatamente contra a proposta e encerraram o diálogo. Como expresso no relatório de gestão da Secretaria:

As reações à iniciativa da Secretaria Municipal de Cultura, amparada na opinião predominante entre curadores, críticos de arte e diretores de museus, foram díspares. A direção do MAM a acolheu com simpatia; já a direção do MAC a ela resistiu por temer perder sua autonomia, atitude que inviabilizou a proposta [PREFEITURA..., 2005-2008, p.143].

A dobradinha política do PSDB formada por José Serra na prefeitura e Geraldo Alckmin no governo do estado, entre janeiro de 2005 e março de 2006, certamente impulsionou acordos entre as esferas, emperrados há anos, como a saída definitiva da Prodam e posteriormente, do Detran. Quando Serra se elegeu governador

196 Tadeu Chiarelli in Mabe Bethônico, *União Ibirapuera*, 2008 – Vídeo 1088. Arquivo Histórico Wanda Svevo/Fundação Bienal de São Paulo.

do estado em 2007, conseguiu, por fim, iniciar o processo de retirada do último pavilhão ainda ocupado como sede da burocracia, o antigo Palácio da Agricultura, então ocupado pelo Detran.

Na esfera municipal, o novo prefeito, Gilberto Kassab (DEM),¹⁹⁷ declarava que não só apoiava a continuidade aos projetos de Serra em relação ao Detran, como contaria com o governo do estado para um novo plano da prefeitura em ampliar a área do parque. Essa ideia já vinha sendo discutida “pelo ex-secretário do Meio Ambiente Adriano Diogo (na gestão de Marta Suplicy)” e ganhara impulso na passagem de Serra. Cogitava-se naquele momento a incorporação de parte do terreno da Assembleia, usado como estacionamento; reavaliava-se também a área do Centro Acadêmico XI de Agosto, bem como a do Instituto Biológico que, “segundo técnicos da prefeitura”, oferecia a possibilidade de “dar uso público ao local sem a transferência do órgão”. A área do Círculo Militar, segundo José Ernesto Credendio [19/08/2007a] na *Folha de S. Paulo*, já havia obtido o direito de permanecer no parque na primeira investida da prefeitura para a reincorporação de áreas ao parque, em janeiro de 2006, quando o clube alegara que “o processo de rescisão do contrato de concessão” [que ocorrera em 1987, 30 anos depois da instalação do clube naquela área] não incluía “o devido direito à ampla defesa” – o que significava que o clube continuaria isento de pagar aluguel ou IPTU pelo terreno até 2012, quando o contrato expiraria.

O prefeito Kassab, no entanto, se eximia em negociar outra área que traria um acréscimo significativo ao Ibirapuera, que assim poderia ganhar quase “um parque da Aclimação”: “uma área de 120 mil metros quadrados (...) utilizada apenas em parte pelo Exército. O terreno abrigava até 1996 “diversas unidades militares, com cerca de 2.500 homens”, mas havia sido “desocupado para a construção do Colégio Militar de São Paulo, que nunca saiu do papel”. Na época, prédios foram derrubados e árvores arrancadas para a construção do colégio, um acordo do “então prefeito Paulo Maluf (PP) com o Comando do Exército”. O prefeito Pitta, na sucessão de Maluf, havia desistido da obra do colégio, e em 2000 começou a ser construído o projeto “Forte Ibirapuera”, com instalações residenciais para militares, no sentido de reocupar o terreno com um investimento de cerca de R\$ 40 milhões [CREDENDIO, 19/08/2007b]. Credendio descrevia, em outra matéria na *Folha de S. Paulo*, uma das edificações do referido Forte, um condomínio de seis andares para os generais, numa das poucas reportagens encontradas a respeito das novas instalações na área militar do Ibirapuera:

o prédio tem apartamentos de 250m², com um duplex na cobertura com piscina. Quem mora no edifício, além da excelente localização, desfruta de uma visão

197 Gilberto Kassab teve duas gestões como prefeito de São Paulo (2006-2008; 2009-2012)

privilegiada: todo avarandado, de frente para o Ibirapuera, e bem distante do ruído das ruas [CREDENDIO, 19/08/2007b].

Segundo o jornalista, para morar ali os generais pagavam “cerca de 10% do salário-base como aluguel”, calculado na época em torno de R\$ 600,00, enquanto o “cidadão comum” pagaria um valor muito mais alto por um espaço bem menor, como foi verificado num edifício na Rua Rafael de Barros, próximo à zona militar: o aluguel de um apartamento de 150m² de área valia R\$ 5.900,00. Além dos edifícios dos generais, Credendio verificava a existência de um “edifício com quatro torres de 16 andares, onde moram oficiais de menor patente e os que estão em São Paulo provisoriamente”, observando ainda que “cerca de metade daquela área continuava “praticamente desocupada, com grama rala, terra, barracões degradados e um campo de futebol tamanho oficial, com cerca de 10 mil m²” [CREDENDIO, 19/08/2007b].

A *Folha* publicava na mesma edição a visão “do outro lado” [TERRENO..., 19/08/2007]. O chefe da comunicação social do Comando Militar do Sudeste, coronel César Augusto Moura, considerava que o terreno era “100% utilizado e com finalidade totalmente militar”. O coronel afirmava que o terreno ficara vazio durante mais de uma década porque a construção de prédios dependia de um cronograma fixado pelo plano Diretor do Exército, como também da liberação de verbas: “Dependemos do Orçamento [da União], das prioridades fixadas por nosso comando. Temos que pensar no Brasil todo, e não só em São Paulo”, afirmava, defendendo que o Exército jamais fora procurado para negociar uma eventual transferência da área: “O terreno sempre foi nosso”. Quanto ao condomínio residencial existente, o oficial justificava que se tratava de uma medida de economia, pois os soldados antes eram acomodados em casas na cidade, o que aumentava não apenas os custos de moradia, como os de deslocamento.

O Forte Ibirapuera é o exemplo quase literal das apropriações vorazes e refuncionalizações arbitrárias que vêm sendo tratadas ao longo desta tese: um espaço público, destinado a aquartelamento e treinamento militar, que foi reduzido a um condomínio para oficiais, mimetizando uma lógica de fatiamento residencial dos antigos domínios do Ibirapuera, semelhante ao que ocorrera nas imediações do parque com as avenidas IV Centenário e República do Líbano. Ainda que seja utópico pensar nesse espaço totalmente livre da zona militar – cuja instalação nessa área e sua manutenção não têm, absolutamente, nenhum sentido – poderia ter sido ao menos cogitado que, em vez de transformá-la num “enclave fortificado” [CALDEIRA, 2000], seria menos abusivo tê-la destinado a uma função efetivamente mais coletiva, como até mesmo o tal colégio que não foi construído, com treinamento de recrutas e visitas monitoradas para a população conhecer o que faz o Exército, podendo, assim, usufruir também daquela área pública.

“Frustrações”. Com esse item terminava o relatório de gestão de Calil na Secretaria Municipal de Cultura 2005-2008, em que se lê:

Em toda gestão pública ou privada, há projetos que não vingam, ou metas que não são atingidas. Em nossa gestão, dois projetos se frustraram, mas seu fracasso merece registro, pois suscita reflexão: as instalações do Pavilhão Krajcberg e do Acervo de Arte Contemporânea, ambos no Parque Ibirapuera [PREFEITURA..., 2005-2008, p.142].

Em relação ao Pavilhão Krajcberg, o relatório trazia a informação de que “um projeto de ocupação do edifício foi desenvolvido pelo arquiteto José Rollemberg Filho e apresentado à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente”, que o encaminhou ao Conselho Gestor do Parque, “que reagiu negativamente à iniciativa baseado em dois equívocos”. De acordo com o relatório, tais equívocos seriam a alegação “de que se tratava de um museu e por este motivo, segundo o plano diretor, deveria se situar no outro lado do parque, em área destinada a instituições congêneres”, e a argumentação de “que a visita ao Pavilhão traria um público escolar inconveniente a essa área do parque, reservada à meditação”. Apontando os dois motivos da negativa, o relatório concluía que, apesar de ter o projeto recebido apoio financeiro do Banco Real, por intermédio da Lei Rouanet, a execução “foi sustada por uma liminar concedida à Sociedade dos Moradores do Jardim Lusitânia – Sojal, representante dos interesses privados da comunidade vizinha ao Parque Ibirapuera”. E concluía:

Apesar de nossos esforços, a incompreensão prosperou, atingindo níveis irracionais em que se questionava por exemplo a qualidade artística da obra de Krajcberg ou a possibilidade da instalação do Pavilhão afetar a população de pássaros do Ibirapuera.

O projeto foi de fato vetado pelo Ministério Público [SOARES, 12/05/2007], e até hoje é aclamado pelo Conselho Gestor do Parque Ibirapuera como uma de suas “grandes vitórias – de preservação das áreas para o lazer, natureza e contemplação em detrimento de novas instituições culturais, que já teriam o seu ‘lado do parque’”.¹⁹⁸ Esse episódio evidencia, uma vez mais, a rivalidade e a falta de compreensão e diálogo

198 Esse depoimento me foi dado por um antigo usuário do parque, o senhor Afonso Celso, que era um dos vizinhos da Av. IV Centenário, há mais de quatro décadas. Ele conhecia cada lugar e funcionário do Ibirapuera e acompanhava todas as reuniões do Conselho Gestor, mesmo não sendo, e nem querendo ser, um dos conselheiros. Devo a Afonso Celso, 73 anos, o carinho com que me recebeu na primeira reunião do Conselho que acompanhei, ainda em agosto de 2012; a maravilhosa introdução ao contexto geral do parque e seus conflitos, por sua perspectiva de vizinho privilegiado do parque; assim como as caminhadas que fizemos por ali, nas quais ele me apresentava às pessoas responsáveis por cada uma das instituições ‘do lado não cultural do parque’, um ano antes de falecer.

entre os defensores da natureza e os da cultura nesse parque que, com seus territórios definidos entre o “lado de cá e o lado de lá”, apenas enfraquecem a dimensão complementar dessas duas vertentes intrínsecas a esse espaço público.

Mesmo tratando-se da obra de Krajcberg, considerado um pioneiro da arte ecológica, que tinha sua marca registrada na preservação ambiental e no uso de materiais provindos da natureza, um artista definia o que fazia como “um grito da natureza por socorro”. A “cultura” não conseguiu, nem na sua melhor possibilidade de integração expandir-se para o “lado ambiental” do parque. É algo que, certamente, divide opiniões. Mas analisando esse projeto frustrado e tendo ouvido depoimentos das duas partes, fica a impressão de que a cultura é de fato muito espaçosa, requer ambientes seguros, climatizados e constantemente vigiados e monitorados – o que faria da serraria, no caso da implementação do Pavilhão Krajcberg, um espaço coberto do parque, mas sem paredes, mais uma ilha, que poderia ser fechada com portões, vidros ou grades, receber uma portaria para controle de entrada... Bem diferente do uso livre e aberto que esse espaço oferece hoje, para práticas de exercícios, dança, artes marciais, ou simplesmente como um espaço vazio, que nada abriga, mas apenas abriga, em caso de chuva. Talvez isso seja algo que muitos produtores culturais veem como desperdício, como se tudo que tivesse teto (como a própria marquise) devesse ser de alguma forma ser fechado e utilizado. Como diria o curador da 28ª Bienal (2008), Ivo Mesquita, que deixou um andar do pavilhão completamente sem obras, é necessário vencer o medo do vazio.

O que pensariam, entretanto, os agentes, as pessoas que trabalham em instituições desses dois lados tão antagônicos do parque? Dois depoimentos transcritos a partir do vídeo do projeto “União Ibirapuera”, uma série de encontros com representantes das instituições sediadas no parque, realizado pela artista Mabe Bethônico na ocasião da 28ª Bienal,¹⁹⁹ trazem as visões de dois funcionários, um de “cada lado”. Do lado cultural, o depoimento de Felipe Chaimovich [in BETHÔNICO, 2008], curador do MAM desde 2002, anunciava uma possível união que o Museu vinha experimentando naquele momento com outras instituições do parque, ainda que de maneira muito tímida:

199 Na 28ª Bienal, em 2008, a Fundação Bienal de São Paulo enfrentava mais uma de suas grandes crises. Sob o tema “Em vivo contato”, com a curadoria de Ivo Mesquita e Ana Paula Cohen, essa edição da mostra ficou conhecida como a Bienal do Vazio. A falta de verbas e o caos institucional impossibilitou uma mostra repleta de obras e artistas – tal como se espera de uma bienal – privilegiando um grande vazio no segundo andar do pavilhão. A proposta/saída curatorial foi repensar o papel e o modelo de uma megaexposição como essa, e sua relevância na atualidade. Entre os artistas participantes, Mabe Bethônico escolheu realizar um projeto-pesquisa em processo durante a mostra. O embrião do projeto da artista é um documento da década de 1950 encontrado no Arquivo da Fundação Bienal, intitulado “União Cultural Ibirapuera”, que foi contextualizado no primeiro capítulo desta tese. A partir desse documento oficial da instituição, Bethônico recriou uma possível união entre as diversas instituições sediadas no parque naquele ano de 2008, promovendo uma série de encontros semanais com a participação de representantes das instituições e o público. Os depoimentos foram gravados e integram o acervo do Arquivo da Fundação Bienal. O trabalho da artista também incluiu a publicação do jornal *União Ibirapuera*, o terceiro volume de sua série “museumuseum”.

Estamos com uma integração crescente entre as várias instituições para perceber que essa vida do parque tem um potencial cultural muito além das exposições dentro de cada um dos edifícios. Estamos promovendo passeios noturnos que começam no MAM e terminam no Planetário... o Planetário tem feito banho de lua... As instituições do Ibirapuera estão se integrando cada vez mais e se abrindo para formas de cultura que vejam o potencial do parque do Ibirapuera como multiplicador dos esforços das instituições individuais e que permitam experiências ao ar livre com a flora, a fauna daqui. (...) É uma coisa recente, acho que a Mabe captou uma realidade muito nova do parque. Porque as instituições não são integradas desde sempre. E o cotidiano é muito massacrante então você acaba tendo que se ocupar da sua instituição. Não é a concorrência. Às vezes você não vê que está dentro do parque. (...) [A ideia de união das instituições] é uma experimentação para todo mundo, até para a gente, que está inventando isso, porque tem que inventar, né? E aí que vira coletivo. Não tem um plano, a gente não sabe se vai dar certo, por quanto tempo vai dar certo, tem questões políticas que estão além do nosso controle... então é acreditar que a gente está somando.

Já Vitor Lucato [in BETHÔNICO, 2008], do “lado natural”, atuando no parque há quase três décadas e naquele momento como professor da Umapaz, via tudo aquilo com mais pragmatismo e menos crença, apesar de também revelar um certo otimismo em relação às mudanças pelas quais o parque passava e que ele vinha acompanhando muito de perto, durante muito tempo:

As pessoas não se conversam aqui dentro. Como a Mabe em uma semana identificou os problemas que nós temos há tanto tempo, que é a falta de conversa? Porque quando a Bienal quer fazer um evento ela pouco se lixa para o parque; ou o político que quer fazer o seu show; ou o cara que vende o coco, onde vai jogar o resto do coco; ou o cara da bicicleta que quer andar na ciclovia a 40km/hora; o cara que traz o cachorro que faz cocô em qualquer lugar... É um lugar de muito aprendizado esse aqui. Pelo tanto que a população cobra, mas pelo pouco que dá e participa, num espaço que é dela. O parque é uma oficina de cidadania, onde vemos como as pessoas se comportam. Para esse parque vêm as pessoas mais ricas, e as mais pobres. Um lugar extremamente democrático, onde podemos fazer com que as pessoas convivam. O parque permite uma convivência, que não é mais comum nas grandes cidades, talvez nem nas pequenas. E é isso que gostaríamos que esse parque fosse, mas para isso as pessoas precisam se apropriar desse espaço, e ser donas dele. (...) A cada ano vejo um pouquinho de melhora, mas ainda estamos longe do ideal. Tenho 27 anos de parque, com cada administração vem uma melhora (...) O parque é minúsculo perto das neces-

sidades da cidade. Foi construído na periferia de São Paulo, um lugar insalubre, que ninguém queria, e hoje as pessoas querem um apartamento com vistas para o parque. É o nosso Central Park. Mas os lagos estão sujos... e ainda hoje jogamos esgoto no parque. Ainda temos um caminho muito longo para que esse espaço melhore. O cargo de administrador [do parque] é escolhido por políticos. Nós, os funcionários nunca nos unimos. Ficamos à mercê porque toda política foi dividir para reinar, nunca foi unir.

O aparente otimismo do lado cultural, com seu discurso teórico tão afastado da prática cotidiana, no qual qualquer movimento em direção a maior integração é comemorado, mesmo representando apenas uma aproximação superficial e pontual que pouco agrega ao funcionamento do parque como um organismo vivo, é contraposto ao ceticismo do outro lado, que não enxerga num passeio noturno entre duas instituições uma verdadeira melhora na democratização desse espaço público, no sentido de fazer as pessoas se encontrarem, conviverem e cuidarem desse espaço, como algo próprio e comum, sem favoritismos nem privilégios. Mas como já predizia Sérgio Buarque de Holanda [1995, p.160], muito antes de esse parque existir, “a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas”. Dessa forma, segundo o autor, era possível “incorporar à situação tradicional ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos”.

O ÚLTIMO A CHEGAR

Embora não da forma desejada, pois não conseguiu modificar a marquise, Niemeyer conseguiu finalizar o projeto do Ibirapuera com a construção do auditório, trazendo outra peculiaridade a esse parque: a de ter sido “finalizado”, pelo mesmo arquiteto, meio século depois. Entretanto, os sucessivos percalços do longo projeto no parque tiveram ainda mais um episódio, pois seu último projeto de intervenção não foi aprovado: o da reforma do Palácio da Agricultura. Esse edifício, que após meio século de uso pelo Departamento Estadual de Trânsito, passou, a partir de 2009, por um processo de reforma polêmico a fim de abrigar o MAC-USP, processo esse mais uma vez marcado por disputas e adiamentos, até que o Museu fosse finalmente inaugurado em janeiro de 2012. O processo de instalação do MAC no antigo espaço do Detran não foi diferente dos outros processos no Ibirapuera: muito mais longo que o previsto e com inúmeras polêmicas. Logo após

os primeiros anúncios na imprensa, em abril de 2007, sobre a intenção do governo do estado de instalar o museu no prédio do Detran, o debate teve início.

Aracy Amaral [25/04/2007] indagava “Novos espaços? Mas que conversa é essa?”, dizendo que as notícias veiculadas sobre a alteração de endereços de museus eram ao mesmo tempo “excelentes e preocupantes”. A historiadora e crítica de arte questionava a arbitrariedade e a decisão vertical das autoridades em relação a essas mudanças, quase sem diálogo com os próprios funcionários das instituições, levantando uma série de questões pertinentes:

Seria o espaço do Detran, que está fora do Parque, o mais aconselhável para o MAC? Não teria sido melhor o pavilhão Manoel da Nóbrega que abriga hoje o Museu Afro Brasil? E por que não se cogitou repensar o espaço da Prodam? (Ou se está cogitando oferecer esse pavilhão a qual entidade?). E por que não há uma destinação mencionada para a coleção do MAM-SP dentro do recinto do Parque Ibirapuera? (...) Por que não manter as três entidades [MAM, MAC e Bienal, dada à sua origem comum, “sob a égide de Francisco Matarazzo Sobrinho”] num mesmo espaço urbanístico, já destinado à projeção da cultura nas artes visuais. E a hoje denominada Oca?

Aracy tinha razão, e as decisões já haviam sido tomadas pelas autoridades e as primeiras providências iniciadas. Pouco depois Fábio Cypriano [04/06/2007] anunciava na *Folha de S. Paulo* que Oscar Niemeyer já estaria “desenhando a adaptação do próprio edifício que irá se tornar o Museu de Arte Contemporânea da USP”. No mês anterior, o arquiteto havia recebido a visita do governador José Serra e do secretário estadual de Cultura João Sayad, em seu escritório no Rio, quando “lhes entregou o primeiro esboço com as sugestões para o novo prédio.” Como explicado por Cypriano, o arquiteto propunha basicamente três mudanças: a circulação do novo edifício seria feita por um bloco externo construído junto ao prédio original, com elevador para subida e rampa para descida; o número de andares do edifício passaria de nove para sete, fazendo com que dois andares tivessem o pé direito duplicado, superior a seis metros e, portanto, “mais adequado a exposições contemporâneas”; a fachada de vidro seria tapada, “para dar maior condição de abrigar exposições”. O jornalista trazia as palavras de Sayad, informando que a reforma já havia sido calculada em R\$ 30 milhões e seria totalmente custeada pelo governo de estado, ficando a manutenção do museu por conta da USP: “Esse foi um achado do Serra, de olhar para o prédio do Detran e pensar o que ele está fazendo aqui”, comemorava Sayad. A previsão era de que o museu fosse inaugurado no final de 2008, para a comemoração dos 101 anos de Niemeyer, mas faltava ainda a desocupação do Detran, prevista para “até o fim de janeiro de 2008, a um custo de R\$ 3,7 milhões”.

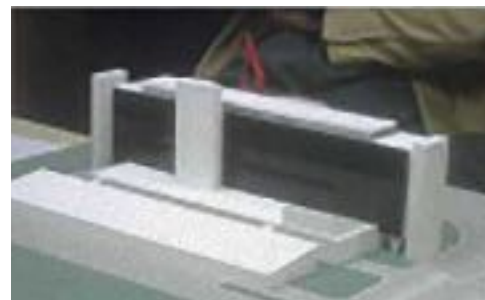
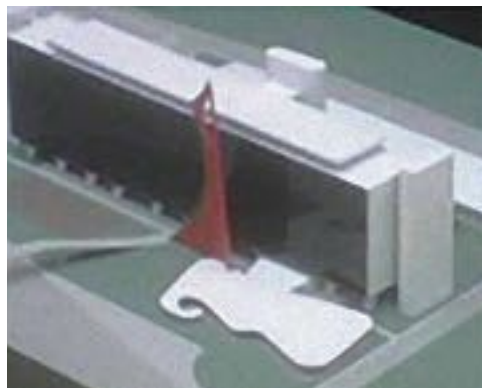


Figura 51:

Imagem da maquete do projeto de Niemeyer para o MAC no Palácio da Agricultura [disponível em https://issuu.com/adrianaturrin/docs/o_novo_mac-usp; acesso em 25/08/2017

Carlos Augusto Calil²⁰⁰ também relembrou os bastidores desse episódio. O governador José Serra “resolveu agradar Niemeyer” e pediu a João Sayad, que o convidasse para fazer a reforma. Calil, que atuava como secretário de Cultura do município na gestão do prefeito Gilberto Kassab, disse haver entrado nesse processo “em linha transversa”. Segundo ele, Niemeyer aceitara o convite, “cobrou uma fortuna” e “fez um projeto absurdo”: cobriu o prédio de vidro preto e colocou uma estranha “gota de sangue” na fachada – que seria o bloco externo de circulação (Figura 51). O DPH e o Conpresp não aprovaram a proposta, chegando a alegar que o problema dos órgãos de patrimônio, naquela ocasião, “era defender o Niemeyer dele mesmo”. Em meio a esse imbróglio, o Iphan, na instância federal, iniciava o processo de tombamento das obras de Niemeyer, incluindo todos os edifícios do parque.

Com a pressão diária de Sayad para que Calil convencesse os órgãos municipais a aprovar o projeto do arquiteto, foi necessário buscar novos argumentos, como relembrou o ex-secretário; o presidente do Conpresp, José Eduardo Lefèvre, decidiu, então, chamar um especialista em Niemeyer, Rodrigo Queiroz, que naquele ano defendia na FAU-USP sua tese de doutorado sobre a obra do arquiteto – e ainda não tinha visto o projeto para o MAC. Calil relembrou o quanto Queiroz foi “ficando lívido” ao se deparar com o projeto, dizendo que aquilo era um absurdo e que não poderia acontecer. Calil contou que foi aquela cena que o convenceu dos argumentos defendidos de que o projeto era inadequado. Sayad também acabou se convencendo, e “aí o problema não era mais meu, era do Sayad, que tinha que falar com o Serra, que ficou furioso e falou que ia falar com o Niemeyer, que já tinha sido pago pelo projeto e chamou todo mundo de ...”.

O projeto de reforma de Niemeyer não foi aprovado pelos órgãos de tombamento sob a alegação de que as novas intervenções propostas descaracterizariam o bem tombado. Foi elaborado então, com autorização do arquiteto, um projeto de *retrofit* e adequação às normas do Corpo de Bombeiros e acessibilidade, mantendo as características originais do edifício e seu anexo, desenvolvido pela Companhia Paulista de Obras e Serviços.

²⁰⁰ Em conversa com a autora na ECA-USP, em 31/01/2017.

Rodrigo Queiroz [2009] publicaria texto no qual traçava “possíveis diretrizes para transferência do MAC-USP para o Palácio da Agricultura no Parque Ibirapuera”. Nele, o autor ressaltava a importância do conjunto arquitetônico do parque, que

representa a síntese do projeto moderno para as artes visuais, a arquitetura, o paisagismo e o urbanismo. A relação de unidade de linguagem entre a arquitetura do Parque e as coleções de arte moderna e contemporânea abrigada em seus pavilhões possui uma dimensão e uma clareza sem precedentes. Basta lembrarmos do fato de que tanto o projeto do conjunto do Parque Ibirapuera como a formação das coleções de arte moderna ocorrem de modo quase simultâneo.

Em relação ao antigo palácio, o autor apontava que aquele edifício, por haver abrigado o Detran durante muitas décadas, nunca havia sido “assimilado como objeto integrante do conjunto do parque, apesar desse mesmo edifício integrar todos os estudos de Niemeyer” para o Ibirapuera. A ocasião da transferência da sede do MAC para o antigo palácio – que deveria ser readequado para recebê-lo, visto que haveria uma “drástica alteração de uso” por não se tratar de um prédio concebido para ser um museu – trazia consigo grande potencial para “desencadear ações na direção de restabelecer o verdadeiro sentido cultural e urbano do conjunto do Parque Ibirapuera”. Entre as propostas de diretrizes para o museu, o autor assinalava “a recuperação, em sua integridade, e de modo definitivo, do conjunto arquitetônico do Parque Ibirapuera”, incluindo “a remoção de toda e qualquer edificação construída sob a projeção da grande marquise que possui a clara vocação de cobertura para um espaço integralmente aberto, além da implantação do projeto paisagístico de autoria de Roberto Burle Marx que nunca foi executado”; “a previsão de uma nova articulação aérea” com o parque, que substituiria a passarela que o conecta ao MAC-USP; além de “uma possível interligação com o jardim do Instituto Biológico” para poder “ampliar a área verde pública e oferecer um novo acesso” [QUEIROZ, 2009].

Tais diretrizes não foram levadas em conta, e a instalação do MAC-USP no Palácio da Agricultura, demorou mais que o previsto. Desde o decreto que determinava a transferência do museu para o ex-prédio do Detran, publicado no *Diário Oficial* do estado em 03/07/2007, até a abertura do museu em janeiro de 2012 foram quase cinco anos.

Em 2011, uma nova disputa foi travada, adiando a mudança e expondo as desavenças entre a Universidade de São Paulo e a Secretaria de Cultura do Estado. Duas matérias dos principais jornais de São Paulo, a *Folha* e *O Estadão*, cada qual por sua perspectiva, traziam à tona novos impasses que a transferência do Museu enfrentava.

A *Folha de S. Paulo* publicou em 09/08/2011 a matéria “MAC versus USP”. Nela, o jornalista Silas Martí [09/08/2011] apurava que o atraso das obras se dava porque

a reitoria da USP exigia que o governo arcasse com as despesas da manutenção do novo MAC, “a um custo anual de R\$ 18 milhões, segundo a universidade”. O governo, por sua vez, calculava que a manutenção do prédio custaria no máximo R\$ 10 milhões. O secretário estadual da Cultura, Andrea Matarazzo, dizia que já havia discussão “para chegar a um valor que seja compatível para os dois”. Havia também o problema “da falta de precedentes jurídicos para que a Secretaria da Cultura arque com os custos de um museu universitário, já que ambos são órgãos subordinados ao governo estadual”. Era algo certamente paradoxal, pois a USP tinha orçamento anual de R\$ 3,6 bilhões enquanto o da Secretaria de Cultura era de R\$ 1 bilhão. O jornalista verificava também que, até aquele momento, a USP não havia formalizado “os convênios de transferência do acervo para o novo endereço nem iniciou licitações necessárias para a mudança”, embora as obras de adaptação do prédio já tivessem consumido R\$ 76 milhões de verba do governo. Outro impasse que o jornalista apontava era o plano do Centro Acadêmico XI de Agosto de construir no terreno a seu lado, doado por Jânio Quadros na década de 1950, um clube e um estacionamento.

A matéria d'*O Estadão* veio logo em seguida, investigando a seara aberta pelo jornalista da *Folha*. Segundo Carolina Stanisci [11/08/2011], a Faculdade de Direito da USP pretendia “vender títulos do futuro Clube das Arcadas”, um “complexo de quadras, piscinas e teatro” que seria construído no terreno do XI de Agosto. O projeto do novo clube elaborado “em conjunto pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, pela associação de ex-alunos e pela atlética da unidade” visava oferecer atividades “não só esportivas, mas também culturais”, e já contava com “aprovação da Lei de Incentivo ao Esporte” para captar “R\$ 13 milhões apenas para as obras esportivas”. O custo total do projeto, estimado em R\$ 40 milhões, previa um estacionamento com 900 vagas e um teatro com 480 lugares, que seriam construídos com doações da comunidade acadêmica e outros interessados.

A assessoria de imprensa da reitoria da Universidade de São Paulo reagiu às duas matérias publicando o boletim *USP Destaques* com a manchete “MAC no Ibirapuera?”. Nela esclarecia que, a despeito do que foi afirmado nos jornais, “não é, juridicamente possível a Faculdade de Direito participar, pois como mera parte de autarquia especial – a USP – falta-lhe competência jurídica para participar de negócios”. De modo que, quem poderia vender os títulos do novo clube, seria o Centro Acadêmico XI de Agosto, “pessoa jurídica de direito privado, fundada e administrada por alunos de graduação da Faculdade de Direito”, e a Associação dos Antigos Alunos. Entre outras perguntas, a reitoria questionava as informações divulgadas pelos periódicos, como por exemplo se a Lei Federal de Incentivos Fiscais permitiria “a captação de recursos para construção de clube privado que pretende vender títulos”; ou se o Condephaat já havia aprovado “o empreendimento situado no Parque Ibirapuera e em área envoltória de prédio tombado”;

ou até mesmo se a prefeitura, que vinha “lutando para devolver ao Parque Ibirapuera a área por ela outrora cedida ao Clube Militar”, permitiria “a construção de outro clube em área ainda mais central do referido Parque e dentro do futuro MAC?” [ASSESSORIA..., 22/08/2011].

Tadeu Chiarelli [2011] assim contextualiza o processo de transferência do museu ao Ibirapuera na condição de diretor do museu e responsável direto pela mudança:

Faz quatro anos, a Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo resolveu passar para a USP o complexo arquitetônico onde até então funcionava o antigo Detran de São Paulo, para que a Universidade – após reforma/recuperação do complexo e construção de um anexo pela Secretaria – alojasse o MAC-USP. Note o leitor que no parágrafo anterior usei a expressão “resolveu passar para a USP”, o que significa que a Secretaria, com aquela atitude, não procurou responder a uma demanda da própria Universidade interessada em articular a posse de um edifício de significativo valor estético e histórico que contemplasse, finalmente, a importância do acervo do seu Museu de Arte Contemporânea. A USP apenas reagiu, de forma bastante peculiar, como será visto, a uma demanda feita pela Secretaria. O que parece ter motivado a Secretaria a realizar tal proposta foi o reconhecimento da importância do acervo do MAC e a necessidade de que o Museu de Arte Contemporânea da USP, naquela nova e grandiosa dependência, fosse absorvido pela lógica que impera nas recentes gestões governamentais do Estado no campo da arte e da cultura: aquela que acredita serem tais instituições aparelhos ligados aos serviços de lazer e turismo.

É importante notar nesse episódio como as informações se cruzam, sem ser de fato compartilhadas pelas instituições, até mesmo as geridas pela mesma esfera governamental bem como que, no fim das contas, realmente se atua em ilhas isoladas. Existe algo mais redundante do que fazer outro teatro, quadras de esportes ou outra piscina nessa região? O Complexo Esportivo do Ibirapuera, vizinho do Círculo Militar, e administrado pelo governo do estado, oferece não apenas piscinas e quadras de esportes, como toda uma infraestrutura de pistas de corrida e até um ginásio. Enquanto ocorria a complicada transferência do MAC, o Complexo passava por um processo de reforma, pela mesma Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS, que também atuava nas adaptações do prédio do Detran para a instalação do museu. E como promover a instalação de um museu aparentemente sem nenhum diálogo com os principais envolvidos, ou seja, os próprios funcionários da instituição, como já questionava Aracy Amaral no começo do processo? Francisco Alambert [maio-jun. 2013] escreveria a esse respeito, depois que o Museu já estava instalado no Ibirapuera, mas ainda com dificuldades quanto à transferência dos acervos e montagens das exposições no novo edifício:

O MAC é um cinquentão confuso e atarantado com sua identidade titubeante. A elite paulista não sabe de fato se o quer e em que condições. A universidade nunca assumiu dar-lhe plena autonomia ou integrá-lo a um grande projeto verdadeiramente educacional que o tenha como objeto importante (como imaginou Mário Pedrosa desde o início). Um filho sem pai. Nem museu universitário pleno, nem museu público. Nem dentro da USP nem fora dela. Um acervo enorme, de grande importância e imensas possibilidades (hoje acrescido de numerosas obras vindas da apreensão da coleção da massa falida do Banco Santos), espalhado, nem cá nem lá (...) trabalhado bravamente por poucos pesquisadores e curadores dirigidos sempre por professores vindos exclusivamente da ECA, frequentemente ótimos profissionais, como se só os docentes desse canto da USP soubessem o que fazer com o Museu, mais ainda do que os próprios funcionários que o Museu formou. O MAC já é velho sem ter sido jovem. Precisa ainda encontrar seu lugar no futuro. E não serão simplesmente alguns andares de um novo edifício que darão esse rumo.

Certo é que, apesar de muitas dificuldades, o MAC se instalou no antigo Pavilhão da Agricultura, constituindo mais um passo para que o Ibirapuera se tornasse um centro aglutinador de várias das mais importantes instituições culturais do país, ainda que cada uma delas continuasse vivendo em sua própria ilha, sem aproveitar as muitas possibilidades que aquele arquipélago lhes poderia oferecer, em conjunto.

O PARQUE HOJE... E DEPOIS?

As apropriações dos edifícios e terrenos do parque seguem persistindo e muitas vezes inexplicáveis nos dias de hoje. Sinal dos tempos, as matérias mais interessantes publicadas nos 60 anos do Ibirapuera, em agosto de 2014, contestam de modo tão direto essas áreas e ocupações indevidas, como poucas vezes foi feito nas últimas décadas. Como provocou Guilherme Boulos [22/08/2014] em “Quem são mesmo os invasores?”, na *Folha de S. Paulo*. O coordenador do MTST, ao contrastar a invasão de “áreas ou edifícios ociosos” pelos “sem-teto descamisados” no Centro da cidade, opunha essas ocupações a outras invasões menos lembradas, mas não menos relevantes para os impasses de gestão da cidade. Ao citar o Círculo Militar, o Clube Ipê, a Associação Paulista dos Magistrados – Apamagis, todos dentro da área do grande parque imaginado por Pompéia, “com irregularidades na cessão de uso no nobre bairro do Ibirapuera”, Boulos questiona: “E aí, não vai ter bala de borracha nos ilustríssimos juízes?” Didático e explícito foi Leão Serva [25/08/2014] em “Quem roubou metade do Ibirapuera?”:

Os ocupantes são pessoas e entidades ligadas ao poder público ou ao terceiro setor, empresas ou pessoas físicas. O Exército, a Assembleia Legislativa, o hospital Dante Pazzanese e uma unidade do hospital Einstein, o Centro Acadêmico XI de Agosto, o Clube Círculo Militar, empresas como a agência de publicidade F-Nazca, além de inúmeras famílias, geralmente ricas. Todos se beneficiam de áreas tiradas do uso público.

Uma questão que sobressai nos mais de 60 anos do Ibirapuera é se a perda de terrenos seria como algo a ele peculiar ou um atributo comum em parques urbanos. Uma recente reportagem do *New York Times* [FODERARO, 31/05/2013] avaliou a medição de área dos parques públicos dessa cidade, apontando como a mais surpreendente a enorme redução do Flushing Meadows, no Queens, de quase um terço de seu território. O parque que, como vimos no capítulo 2, foi construído para sediar a exposição mundial de 1939, ocupando área de 1.255 acres (5.078.804m²), hoje possui apenas 897 acres (3.630.030m²). Tal redução foi atribuída pelo jornal a falhas em medições anteriores que possivelmente não subtraíram a área das grandes avenidas, como a Grand Central Parkway, que atravessa o parque desde que ele foi implantado, assim como as outras que posteriormente dele subtraíram pedaços (Van Wyck Expressway, Long Island Expressway, Jewel Avenue). “Os responsáveis oficiais pelos parques talvez nunca identifiquem o lapso burocrático que levou a esse erro” conclui a jornalista, atribuindo a diferença também à falta de precisão das medições que se davam de forma analógica no passado, em contraste com as digitais de hoje.

Mais recentemente, o Bois de Boulogne, em Paris, também teve, novo segmento de sua área verde cedido. Parte do terreno do Jardin d’Acclimatation, no famoso Bois, foi cedida para abrigar um novo marco simbólico da cidade, a Fundação Louis Vuitton, do grupo LVMH, com projeto de outra grande marca, o arquiteto Frank Gehry. A instalação da Fundação foi alvo de polêmica e resistência, protagonizada pela figura de François Douady, dirigente da Coordination pour la sauvegarde du Bois de Boulogne, associação de proteção daquela área, de fato uma federação de várias associações de moradores locais e usuários. O projeto da fundação encomendado a Gehry pelo presidente da LVMH, Bernard Arnault, uma das maiores fortunas da França, já estava sendo erguido no terreno quando a associação de Douady conseguiu um recurso no tribunal que anulou o alvará de construção, interrompendo a obra. Empresários da LVMH e a prefeitura de Paris, na figura de Anne Hidalgo, então vice-prefeita de Bertrand Delanoë, defendiam, por um lado, que não se tratava de concretar área verde, como alegava Douady, e sim de utilizar um espaço já construído do Jardin d’Acclimatation, um antigo boliche, verdadeiro “horror arquitetônico” dos anos 1950. E, ainda, que dentro de 50 anos o prédio da fundação se tornaria propriedade municipal [LE “NUAGE...”, 05/02/2011].

A prefeitura contava com o apoio de personalidades do mundo da arte e da arquitetura, como o arquiteto-estrela francês Jean Nouvel, que se declarou indignado com a situação, em defesa de Gehry, “seu ilustre colega americano-canadense mundialmente conhecido por seu museu Guggenheim em Bilbao”, que estava “catastrophé, choqué, en colère”²⁰¹. Do outro lado, Douady declarava que todos deveriam respeitar as regras do urbanismo, o que incluía a administração municipal, e também Bernard Arnault. O PLU (Plano Local de Urbanismo) havia sido modificado em 2006, autorizando a nova construção naquela zona, mas em 2010, tais modificações foram anuladas. Douady ainda apontava um “conflito de interesses evidente”, alegando que um membro da pasta de cultura fazia parte também do comitê de gestão da LVHM. A solução encontrada pela administração municipal e pela LVHM partiu de brechas na lei: a Fundação foi reconhecida como de utilidade pública e assim a obra foi retomada, tendo o alvará de construção sido revalidado em 18/06/2012. A frase de um deputado transcrita em um dos jornais sintetiza esse tipo de disputa, que também se aplica ao Ibirapuera: há argumentos legalmente válidos que não o são politicamente. O vultoso “museu-navio” de vidro de Gehry foi inaugurado em outubro de 2014, reunindo uma multidão de curiosos nos seus primeiros dias.²⁰² E lá permanece, com grandes exposições e elevado número de visitantes, apesar do também exagerado valor do bilhete de entrada, levando-se em conta tratar-se de uma instituição declarada de “interesse público”.

No Ibirapuera houve drástica redução de área. Ainda que muitos dados oficiais continuem afirmando que sua área atual seja de 1,5 milhão de metros quadrados, a administração do parque confirma que, dentro de seu atual limite imposto pelos gradis, a área é de 1,1 milhão. Se em 1954 eram aproximadamente 1,8 milhão de metros quadrados, e em 1926 Pires do Rio falava em dois milhões, estaríamos diante de um problema de medição, apropriação, invasão?

Já se passou mais da metade do tempo ao qual se referia Luiz Antonio Pompéia [21/08/1994] em “Um projeto para os próximos 40 anos do Ibirapuera”, tex-

201 Nouvel prosseguia: “A atitude das associações de moradores que sistematicamente apresentam recursos para todos os projetos arquitetônicos ambiciosos demonstra incivilidade e ignorância. Essas pessoas estão mostrando um individualismo cego e perverso que vai contra o interesse geral. Elas se opõem a qualquer alteração por princípio. Em seus pequenos ternos estreitos, eles querem colocar Paris no formol. É bastante lamentável” [FONDATION LVMH, 05/02/2011].

202 “Para ver o quê? Para ver a importante e prestigiosa coleção do presidente da fundação, Bernard Arnault?”, indaga Françoise Gaillard [2015], em seu texto sobre os museus que se tornam a obra de arte, já respondendo: “Evidentemente que não (...) o que todo mundo veio ver, foi o edifício”. Em “Quand le Musée s’expose” a autora reflete sobre os “novos objetos de prestígio e ponto de venda para turistas, que são os museus que carregam o selo das estrelas da arquitetura mundial”. Além da Fondation Louis Vuitton de Frank Gehry, e claro, do Guggenheim de Bilbao, do mesmo arquiteto, que deu origem ao jargão “feito Bilbao”, a autora cita exemplos de edifícios ou renovações cujas implantações foram polêmicas, como a pirâmide de vidro do Louvre, de I.M. Pei na década de 1980. Ou o Centre Georges Pompidou, nos anos 1970, que a autora considera uma articulação ideológica e política de duas concepções de museu: “o museu a serviço da cultura e o museu como cenário de cultura a serviço da economia”.

to de 1994, no qual, como vimos, o empreendedor sinalizava possibilidades para um aumento significativo da área do parque, repensando a utilização e gradual incorporação dos terrenos adjacentes. No dia 21/08/2014 o Ibirapuera celebrou 60 anos, e embora finalmente livre das sedes administrativas após a saída do Detran em 2009, continua sem um projeto cultural claramente definido e articulado. Basta lembrar que um dos pavilhões do parque, o antigo Palácio dos Estados, que outrora abrigou a célebre II Bienal, antes mesmo que o parque fosse oficialmente inaugurado, ainda permanece fechado em 2017, e sem uso definido desde a retirada da Prodam em 2006. O parque moderno espelha as contradições da cidade no que se refere à urbanidade, em que o espaço público é mais disputado do que construído consensualmente.

Ainda bem distante do sonho das instituições integradas sugeridas por Pompéia, apenas duas das suas diversas propostas e diretrizes para o aumento e integração de suas áreas verdes foram realizadas: o Detran deixou o Palácio da Agricultura, que passou a abrigar, como sugerido, um museu; e mais recentemente, o estacionamento da Assembleia Legislativa passou a ter uso gratuito para os usuários do parque, nos finais de semana, promovendo o acréscimo de 700 vagas para carros, além das 1.100 já existentes dentro do parque – uma expansão proporcionalmente considerável, mas quase irrelevante diante da crescente frota de automóveis que acede ao parque diariamente, e sobretudo em dias de eventos e nos fins de semana.

Continuaram bastante tímidas as propostas, poderia dizer Pompéia se sua vida não tivesse sido abreviada por um acidente em 2000, numa triste ironia do destino – um grande especialista em cidades, vítima do automóvel. Afinal, bem mais do que a integração desse parque expandido, à qual ele se referia, o que houve na verdade foi o aumento das fragmentações, com a construção de novas infraestruturas viárias, como, por exemplo, o complexo de túneis Ayrton Senna, que atravessou o Parque pelo seu subterrâneo, inaugurado por Paulo Maluf em 1995, ano seguinte ao artigo de Pompéia, como vimos. Além dos dois túneis sob o parque, o Complexo Viário João Jorge Saad, mais conhecido como Cebolinha, foi, ainda que sem nova licitação, incluído na obra do segundo túnel por Maluf e Celso Pitta, e ambos chegaram a ser condenados pela mudança ilícita de contrato.²⁰³ Por fim, a linha lilás do metrô substituiu o ramal previsto há mais de 50 anos, afastando a possibilidade de uma estação estar bem próxima ao núcleo do Parque.

203 De acordo com a reportagem d'*O Estadão*, "A mudança que Paulo Maluf fez no contrato para a construção do Túnel Ayrton Senna, que passa por baixo do Ibirapuera, é o principal alvo da investigação que resultou na nova decisão judicial contra o ex-prefeito. A licitação, orçada em R\$ 230 milhões em 1986, acabou recebendo 30 aditamentos, resultando em um pagamento total de R\$ 831 milhões. No entendimento da Justiça, além de ferir a legislação ao assinar aditamentos de mais de 25%, Maluf também incluiu no contrato a construção de viadutos e de alças de acesso que não estavam previstos no projeto inicial". Apenas para construir o Cebolinha o ex-prefeito teria feito "um aditamento de quase R\$ 370 milhões no contrato original" [ZANCHETTA, BRANCATELLI, 14/11/2009].

Um dos grandes desafios do parque mais frequentado pelos paulistanos consiste nas dificuldades em acessá-lo, enfrentado por todos os modais. Após a abertura da Av. 23 de Maio no fim da década de 1960, como vimos no capítulo 2, o Ibirapuera passou a situar-se “numa verdadeira encruzilhada de meios de transporte”, na época considerada “ideal para a administração municipal” [TORRES, 1977, p.29].

O acesso para pedestres, ciclistas e usuários de transporte público ao Ibirapuera, permanece, contudo, ao longo de décadas, sofrível. Ao redor de todo o parque há 11 portões. Atualmente, nove deles são acessos exclusivos para pedestres, uma vez que a entrada de automóveis só é permitida pelos portões 3 e 7. O último permite uma entrada limitada de automóveis pela Av. República do Líbano, contando com uma pequena área de estacionamento. O portão 3 é o acesso principal para automóveis, e, contíguo ao portão 4, configura um acesso misto que absorve o maior fluxo de pessoas ao parque, utilizado também por pedestres, ciclistas e usuários de transporte público (Figura 52).

Aos portões 3 e 4, que juntos constituem então o acesso principal ao parque para todos os modais (Figura 53), chega-se, caminhando, pela passarela Ciccillo Matarazzo. É essa passarela que permite a ligação entre o parque e o outro lado da cidade – e com as estações mais próximas do metrô (Ana Rosa e Vila Mariana), ambas situadas a quase 2km do parque – separada pela Av. Pedro Álvares Cabral, que, com suas 18 pistas, forma uma barreira quase intransponível para chegar ao parque.

Situada diante do antigo Palácio da Agricultura, antigo Detran e atual sede do MAC-USP, a passarela concentra nos seus dois extremos pontos de ônibus (Figura 54) com linhas que vão para todos os cantos da cidade, operando com igual limitação e os já conhecidos problemas do transporte público. Quem a atravessa chegou ao parque de ônibus, caminhando ou de bicicleta. E os problemas nessa travessia se acentuam: a passarela é estreita – basta passar por ali aos domingos para perceber isso –, mal iluminada e perigosa, com risco de segurança principalmente à noite. Além da passarela, no limite do parque com a Av. Álvares Cabral, há poucas alternativas para a travessia, fazendo com que pedestres muitas vezes se arrisquem em meio aos carros por faixas descontínuas, ou que se submetam a uma longa espera nos poucos semáforos mal coordenados e distantes entre si. Os outros acessos de pedestres ao parque – pelas avenidas República do Líbano e IV Centenário – são utilizados majoritariamente por seus privilegiados vizinhos.

É interessante notar que o outrora principal acesso ao parque – os contíguos portões 1 e 2, localizados diante da grande rotunda viária em que está implantado o Monumento ao Soldado Constitucionalista, mais conhecido como Obelisco – estava previsto no projeto original de Niemeyer e equipe como um acesso monumental, que incluía uma grande “plataforma elevada, permitindo aos visitantes visão completa de todo o conjunto” [ARQUITETURA..., 1954] arquitetonico do par-



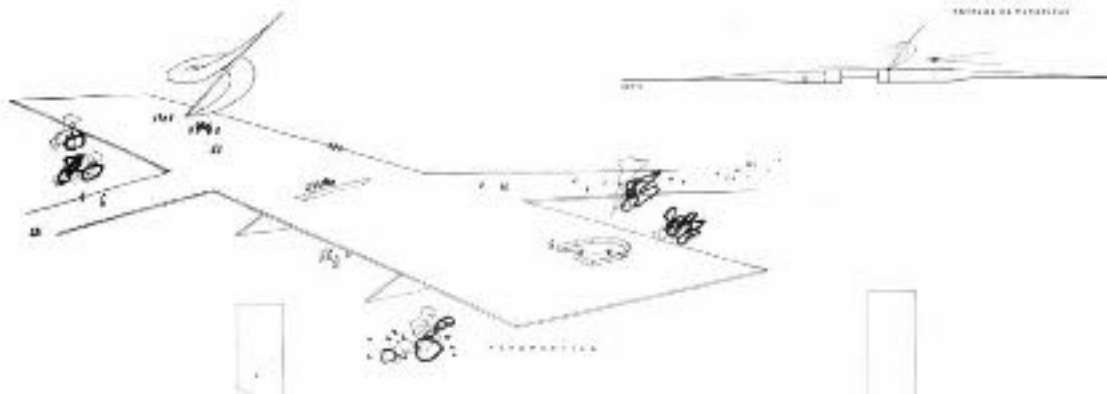
Figura 52: Imagens do acesso misto nos portões 3 e 4 num sábado de julho de 2013; fotos da autora



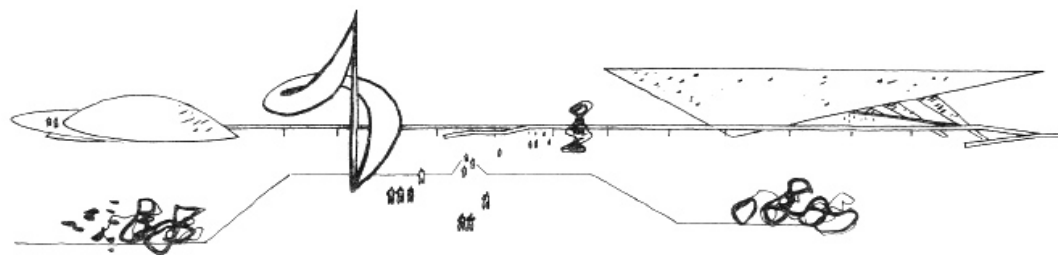
Figura 53: Imagem satélite do Google, com indicação do acesso misto analisado (portões 3 e 4), no final da Passarela Ciccillo Matarazzo



Figura 54: Ponto de ônibus num dos extremos da Passarela Ciccillo Matarazzo, num domingo de junho de 2014; falta de qualidade e planejamento do espaço em uma calçada estreita que reúne uma multidão à espera dos ônibus nos fins de semana; foto da autora

**Figura 55:**

Perspectivas do acesso principal ao Parque Ibirapuera extraídas do Anteprojeto da Exposição do IV Centenário de São Paulo [NIEMEYER et al., 1952]



que (Figura 55). Esse acesso levaria aos primeiros edifícios do conjunto, o auditório e o Palácio das Exposições (Oca) que, segundo os arquitetos, formariam uma unidade, interligados por uma continuação da marquise. Assim como o auditório, a plataforma elevada tampouco foi construída nos anos 50, e no decorrer dos anos esse acesso tornou-se irrelevante, sendo atualmente usado exclusivamente para a saída de automóveis. Difícilmente um pedestre passaria por ali, visto não haver faixas para a travessia nem pontos de ônibus nesse local até a implantação dos corredores de ônibus, em 2014, na gestão municipal de Fernando Haddad (2013-2016).

É fundamental perceber como os desafios, apropriações e práticas urbanas que se impuseram desde o começo no Ibirapuera ainda reverberam nos dias de hoje e se estendem por toda a cidade: o problema dos automóveis e acesso, a poluição das águas e a apropriação de terrenos e edifícios públicos. O Ibirapuera, como um grande arquipélago público dividido em ilhas desconexas, evidencia os paradoxos dessa urbe e das escolhas que favorecem sobretudo os interesses privados de uma minoria, que engloba desde proprietários gananciosos até gestores públicos sem efetivo interesse em democratizar os espaços sob sua administração.

Contradições da gestão urbana – ambientalmente insustentáveis, privatizantes e sem qualquer planejamento – apenas se intensificaram chegando em 2014 a níveis inimagináveis em grandes metrópoles globais – como a secagem de um

dos principais reservatórios de água que abastecem a cidade, o Sistema Cantareira. Vale lembrar, porém, que, no final da década de 1960, já se secavam lagos bem diante dos olhos do poder público instalado no parque, numa região já central da cidade e, que era, acima de tudo, um lugar do poder municipal e estadual. E que até hoje ainda não existe uma rede de coleta interceptora adequada capaz de drenar o esgoto que aflui aos lagos do Ibirapuera.

Uma vez que se trata de parque que concentra algumas das mais importantes instituições culturais do país, lideradas pela elite paulistana, é sintomático da frágil noção do “comum” reinante o fato de seus edifícios, alvos de intensas apropriações públicas e privadas, tenham sido capturados por órgãos burocráticos durante mais de meio século. E também que, mais de seis décadas após sua inauguração, ainda existam pavilhões no parque sem uso definido, edifícios e terrenos abandonados ou ociosos e nenhum esforço de ampliação de sua área verde por meio de desapropriações.

Fica evidente que, a despeito da ampliação de sua centralidade cultural nos últimos 20 anos, mudanças quanto a ampliar a área do parque ou seu acesso permaneceram bastante tímidas, bem distantes do sonho de Luiz Antonio Pompéia. Nesse sentido, o Parque Ibirapuera pode ser considerado um projeto moderno que permanece inacabado na contemporaneidade, o pivô simbólico e metafórico de uma urbanidade que traçou para a cidade a possibilidade de uma utopia moderna, que não se concretizou.

CAMINHAR É PRECISO

Em investigações empíricas pelo parque e seus arredores é possível observar como as práticas de apropriação desse espaço público seguem vorazes nesse território, assumindo diferentes formas nos dias de hoje. O entendimento desse território como um espaço urbano-natural com potencial sociocultural subutilizado, emergiu sobretudo dessas práticas de observação direta, pedaladas e caminhadas por essa região, verificando seus vazios, suas fronteiras ou “limites em movimento”. Como defende Francesco Careri, o “andar”, que produziu arquitetura e paisagem em todas as épocas, é hoje prática quase esquecida por muitos arquitetos. A dinâmica de um corpo em movimento (individual, mas também o social) pode transformar o espírito de quem, a partir do “andar”, passa a observar e a ser capaz de ver, precisamente, o que não está lá [CARERI, 2002].

Nesse sentido, uma experiência vivida durante a 31ª Bienal de São Paulo, entre setembro e dezembro de 2014, é extremamente relevante para esta pesquisa. Na ocasião, fui convidada para integrar o projeto *Turning a blind eye* (Olhar para não

ver) da dupla Bik van der Pol²⁰⁴ de artistas holandeses, para o qual propus uma série de atividades no Ibirapuera, incluindo percursos e mapeamentos, decorrentes da pesquisa então em curso.

O projeto *Clima_Ibirapuera* foi então desenvolvido ao longo da 31ª Bienal: uma série de 13 encontros semanais,²⁰⁵ com a proposta de mapear e reconhecer o território ampliado do Parque Ibirapuera, mediante alguns percursos pelo parque e arredores, além de visitas às instituições vizinhas, extrapolando o limite do parque com a cidade. Foi de fato uma grande oportunidade para a aplicação dos resultados parciais da pesquisa em situações do cotidiano, em práticas colaborativas e pequenos experimentos urbanos, que se revelou primordial para o desenvolvimento desta tese.²⁰⁶ Cabe aqui uma síntese das observações e discussões, ampliando para outras questões ainda mais recentes.

204 Ver <http://www.bikvanderpol.net/>. Para o seu trabalho naquela Bienal, o duo de artistas selecionou algumas pesquisas e projetos em andamento tanto em São Paulo quanto no país, que, em comum, investigam relações entre o espaço urbano e o natural. A ideia dos artistas foi criar, por meio de um extenso programa, uma plataforma para o desenvolvimento dessas pesquisas – no formato de palestras, conversas, oficinas, caminhadas e experimentos urbanos – abertas ao público em geral e especificamente a um grupo de estudantes internacionais do curso de mestrado em arte intitulado *School of Missing Studies*, ministrado pelos artistas no Sandberg Instituut de Amsterdam [ver <http://sandberg.nl/school-of-missing-studies>]. Importante ressaltar que houve empenho por parte dos artistas e de produtores da Bienal para integrar estudantes de algumas universidades de São Paulo (USP, Faap, Belas Artes, Escola da Cidade, PUC) ao grupo internacional nas atividades programadas pelos artistas e demais pesquisadores convidados, que provou ser um processo complexo e burocrático, mesmo nos cursos de arte – só um pequeno grupo de estudantes da PUC-SP, do curso de Curadoria e crítica, se envolveu diretamente no projeto.

205 O primeiro módulo dos *workshops* foi realizado em setembro: seis oficinas abertas na Universidade do Meio Ambiente e Cultura da Paz, da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, no Parque Ibirapuera. Por meio de edital (com resultado publicado no *Diário Oficial do Município de São Paulo* de 04/02/2014, p.25 – “Relatório de Credenciamento de Palestrantes”) fui credenciada como palestrante na instituição, na área “Arte e Sustentabilidade”. As oficinas de setembro reuniram um grupo de dez pessoas entre estudantes de arte e geografia, arquitetos, funcionários das instituições e amantes do parque. Nesse primeiro módulo foram realizados seis encontros e quatro percursos pelo parque, buscando observar questões relacionadas ao uso e configuração dos edifícios e território expandido do Ibirapuera, assim como os seus vazios, acessos e fronteiras – público/privado, parque/cidade, área verde/área construída. No segundo módulo, durante outubro e novembro, foram realizadas outras sete atividades semanais, com a participação de alguns dos alunos da etapa anterior e de 12 alunos da *School of Missing Studies*, de origens diversas (Holanda, Inglaterra, Egito, Croácia, Austrália, Israel, África do Sul, Sérvia, Brasil). A primeira atividade foi um encontro aberto ao público no térreo do Pavilhão, na chamada “Área Parque” da 31ª Bienal no dia 4 de outubro, na qual os participantes dos dois módulos se reuniram. Os percursos realizados na primeira fase do projeto foram apresentados pelos alunos participantes após introdução na qual, usando imagens, mapas e outros documentos de arquivo, remontei a trajetória do território do Ibirapuera e sua apropriação desde a implantação do Matadouro Municipal nas imediações, no final do século XIX. Sobretudo por poder participar do desenvolvimento de um projeto que relacionou tantas dimensões e esferas, como a Fundação Bienal, a Umapaz, Bik van der Pol e sua *School of Missing Studies*, as instituições vizinhas e os outros pesquisadores também envolvidos no projeto dos artistas, foi particularmente interessante poder compartilhar e aprofundar as questões levantadas nos percursos pelo parque com tantas pessoas e percepções diferentes, dos alunos internacionais aos locais, passando pela visão especial de um aluno com síndrome de down matriculado no primeiro módulo na Umapaz, que certamente introduziu um novo olhar sobre esse parque.

206 Percursos realizados, observações, intervenções e a colaboração dos estudantes foram também reunidos em um blog: projetoclima.wordpress.com

Sob a grande marquise – após o fechamento definitivo do restaurante The Green em fevereiro de 2015, cujo espaço já aparecia demarcado no mapa do IV Centenário como “Lunch Bar”²⁰⁷ (e que ali resistiu durante 60 anos) permanece ainda o Museu de Arte Moderna. O MAM realizou em 2014 um de seus “Panoramas”, no qual artistas e arquitetos propuseram novas possibilidades para sua sede, provocando reflexões sobre o lugar que ocupa sob a marquise. A disputa por mais espaço no Ibirapuera é – como pudemos observar ao longo da elaboração desta tese – algo inerente à trajetória desse museu e ainda sem solução adequada.

Em resposta aos maus hábitos dos usuários do fim de semana, que chegaram a pichar esculturas na parte externa, foi colocado em 2014, e pelo visto permanentemente (Figura 56), um cordão de isolamento ao redor de todo o edifício do museu – uma espécie do conhecido “Proibido tocar”, nesse caso, o próprio museu. É também, no entanto, uma forma de expandir, ainda que “timidamente”, os domínios desse museu, sempre tão disputados. E, assim, abrir novos precedentes, como diria Lina Bo Bardi.

A marquise reabriu em 2013, após mais de três anos em reforma, a mais longa desde sua construção e a mais cara – 15 milhões de reais. Em novembro de 2017, parte dela caiu, felizmente não ferindo ninguém (Figura 57).

Recentemente o Museu da Cidade encarregou-se da gestão de dois dos pavilhões do Ibirapuera que continuam servindo para exposições temporárias e locações eventuais: a Oca e o antigo Palácio dos Estados. O último teve descontinuidade na iniciativa que o havia transformado em Pavilhão das Culturas Brasileiras (2010-2011)²⁰⁸ por necessidade de nova reforma do edifício e devido à troca de gestão municipal.

O Museu Afro Brasil no Palácio das Nações e o Auditório Ibirapuera – gerido pelo Itaú Cultural desde 2011, após o fim do patrocínio da TIM em 2010 [LONGMAN, 29/07/2011] – comemoraram 10 anos no parque em 2014, enquanto a Fundação Bie-

207 Mapa Geral do Parque Ibirapuera (1954). Arquivo Histórico Wanda Svevo/Fundação Bienal de São Paulo.

208 Inaugurada em 13/04/2010, a exposição Puras Misturas, com curadoria de Adélia Borges, no Pavilhão Eng. Armando Arruda Pereira, ex-Produm, anunciava em seu *folder* “a futura instalação do Pavilhão das Culturas Brasileiras no último prédio do Parque Ibirapuera que ainda era ocupado por escritórios administrativos, marcando assim a retomada da vocação cultural de todos os equipamentos do principal parque da cidade (...) A decisão da Secretaria Municipal de Cultura de instalar no edifício o Pavilhão das Culturas Brasileiras pretende dar visibilidade às preciosas coleções reunidas pela Missão de Pesquisas Folclóricas, empreendida em 1938 por Mário de Andrade, e pelo Museu de Folclore Rossini Tavares de Lima, que ocupava o prédio da Oca até 1999, ambas pertencentes à municipalidade. E pretende, sobretudo, atualizar os esforços notáveis desses e outros intelectuais na promoção das expressões artísticas e culturais de nosso povo. (...) A principal coleção do Pavilhão das Culturas Brasileiras em seu nascedouro é a reunida pelo Museu de Folclore Rossini Tavares de Lima. Desde 1999, quando esse Museu deixou o prédio da Oca, em virtude da montagem da Mostra do Redescobrimento, o acervo não tem espaço digno de exposição. São cerca de 3.600 objetos (cerâmicas, roupas, gravuras, pinturas, esculturas, etc.), 2.200 fotografias, 400 registros sonoros e 9.750 livros e documentos” [ver Prefeitura de São Paulo/DPH, *folder* Puras Misturas, disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/folder_PurasMisturas_1367859872.pdf; acessado em 12/09/2017].



Figura 56: A fachada de vidro de Lina escureceu o MAM e o distanciou do parque, efeito ampliado pelo cordão de isolamento; fotos de diversos autores do Projeto Clima_Ibirapuera, 2014; a última imagem, em dezembro de 2017, foto de Giselle Rocha





Figura 57: Marquise logo após parte do teto cair, em novembro de 2017; foto: Leandro de Oliveira [TETO..., 23/11/2017]



Figura 58: Entrada do Museu Afro Brasil bloqueando a continuidade da marquise com a própria placa do Museu; fotos de diversos autores do projeto Clima_ Ibirapuera, 2014

Figura 59: Estacionamento dos funcionários da Bienal, com os carros durante o dia e os grupos de ginástica que ocupam o espaço à noite; fotos da autora, 2016 e 2018



nal de São Paulo continua instalada no antigo Palácio das Indústrias. Tanto o Museu Afro Brasil quanto a Fundação Bienal apresentam problemas quanto à relação que promovem entre seus edifícios e o parque. O Museu Afro Brasil vem criando barreiras e sinalizações que obstruem não só a passagem e o acesso pela marquise, como também o próprio diálogo do pavilhão com o parque (Figura 58). A Fundação insiste em usar a área coberta de uma das laterais do pavilhão como estacionamento para os funcionários, negando a finalidade pública daquele espaço coberto, que principalmente à noite se transforma em uma grande academia de ginástica (Figura 59).

Ainda dentro dos limites gradeados do parque, é possível observar, tal como nas áreas construídas, dificuldade de acesso a certas áreas verdes. O Pavilhão Japonês, após passar pela última reforma em 2015,²⁰⁹ está aberto ao público três dias por semana (quartas, sábados e domingos) e também nos feriados. Em meio ao bosque e com a entrada localizada ao fundo de um caminho por onde poucas pessoas passam, pode-se dizer que se trata de um pavilhão camuflado no Ibirapuera. Após a construção da sede do Bunkyo, na Liberdade, em meados dos anos 60, o pavilhão do parque perderia sua função principal de lugar de encontro da comunidade nipo-brasileira, tornando-se mais uma ilha nesse arquipélago.

Outro exemplo é a área de 5.000m², no limite do parque com a Av. IV Centenário, onde antes funcionava a Sociedade Paulista dos Criadores de Pastores Alemães, que permaneceu isolada com cerca metálica por mais de uma década devido a questões jurídicas entre o município e a entidade. Livre dos impasses e das grades em 2015, o espaço atualmente é ocupado pelos vigilantes do parque (Figura 60).

Nesse mesmo limite com a Av. IV Centenário, a questão da invasão das mansões do Jardim Lusitânia é antiga e de difícil solução. Como vimos, tentativas de tombamento e desapropriação dessa área foram prontamente impedidas por seus moradores em meados dos anos 90, mas em maio de 2002 o Jardim Lusitânia foi tombado pelo órgão municipal de preservação do patrimônio, o Conpresp.²¹⁰ O surpreendente é que, mesmo após o tombamento, inúmeras reformas continuam sendo feitas, aumentando os gabaritos das casas, muitas vezes construindo um novo andar. E mais: que ainda exista uma quantidade de obras abandonadas na região e um terreno à venda, com fundos para o parque (Figuras 61 e 62).

Além das contínuas reformas nas mansões e dos terrenos desocupados, a Sociedade dos Moradores e Amigos do Jardim Lusitânia conseguiu realizar uma grande proeza: fechar o acesso à Av. IV Centenário pela Av. Pedro Álvares Cabral, transformando aquela área na chamada “ilha da fantasia” [D’AGOSTINO, 17/01/2008], impossibilitando a ligação da Av. Álvares Cabral com a Av. República do Líbano. Entre diversos acordos e denúncias, a via permanece fechada desde 2003 (Figura 63).

209 As anteriores foram em 1988 – arrumação, nada estrutural; 1998 – troca de telhado e 2003.

210 Resolução nº 05/2002. Tombamento do Jardim Lusitânia pelo Conpresp, 2002



Figura 60: Duas áreas pouco acessíveis: as três primeiras imagens referentes ao Pavilhão Japonês, a última delas, antiga área da Associação de Criadores de Cães Pastores Alemães; fotos da autora, 2014-2016



Figura 61: Ruas fechadas, terrenos à venda e mansões em reforma invadindo o Parque Ibirapuera; fotos de diversos autores do projeto Clima_Ibirapuera, 2014



Figura 62: Vista do lado de dentro do Parque Ibirapuera com tapumes de obras das mansões do entorno em reforma invadindo o parque, além das cercas de segurança em arame farpado da casa vizinha; fotos da autora, jan. 2018

Figura 63: Final da Av. IV Centenário, acesso interrompido e portão trancado para o parque



No limite do parque com a antiga Av. Brasil, atual Av. Pedro Álvares Cabral, é latente o desperdício e o descaso com esse espaço público, sobretudo por se tratar do parque-símbolo da cidade. O Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932, conhecido como Obelisco, que outrora demarcava a entrada principal do parque, tornou-se uma imensa rotunda viária – com 80.000m² – de praticamente impossível acesso para o pedestre, com o Monumento gradeado, criando ainda outra ilha. Outras áreas pouco aproveitadas e com uso bastante restrito são as dos chamados Modelódromo, espaço para práticas de aeromodelismo, e Autorama, conhecido *point gay* noturno, onde durante o dia ainda são realizados exames de autoescola, mesmo após a retirada do Detran em 2009. O entorno do MAC-USP continua quase como nos velhos tempos do Detran, com estacionamentos, canteiros de obra e imensos trechos obsoletos, bastante atraentes, aliás, para novas apropriações, além dos enormes espaços vizinhos subutilizados: de um lado, o clube privado do Centro Acadêmico XI de Agosto junto à área murada e, do outro, o terreno da Sabesp, aparentemente sem uso regular. Nos fundos do museu encontra-se, quase inacessível, o vizinho mais antigo do parque, o Instituto Biológico, com sua enorme área verde, que inclui o maior cafezal urbano do mundo (Figuras 64-67).

Uma placa da obra de “Recomposição dos Muros e Gradis de Divisa do Conjunto Arquitetônico do Instituto Biológico”, instalada diante da entrada do edifício no começo de 2014 (Figura 68), trouxe breve esperança de que, finalmente, nos 60 anos do parque, estariam sendo levadas a cabo as ideias de Pompéia, integrando essa instituição ao parque expandido. Seria aquela obra uma possível ampliação do Ibirapuera, integrando os jardins do Biológico ao novo MAC-USP e entorno para formar uma grande esplanada conectada ao parque? Foi apenas falsa esperança pois, por enquanto, apenas foi substituído o muro por trechos de grades, permitindo assim um contato visual a partir de alguns pontos. Quem sabe não se trata de um primeiro passo, tímido, de uma proposta para os próximos 20 anos do parque?

Talvez a intervenção menos acanhada e ao mesmo tempo menos comentada nos meios de comunicação, aqui já mencionada, seja a das três torres residenciais já construídas com outras duas em construção, dentro do complexo Forte Ibirapuera. Escondida atrás da alta muralha, a zona militar no entorno do parque atualmente engloba uma área de aproximadamente 200.000m², incluindo o Comando Militar do Sudeste, a 2ª Divisão de Exército e o Círculo Militar (Figura 69). Tais construções sinalizam como o poder público e a esfera privada praticam formas semelhantes de “privatização” das áreas da antiga invernada que deu origem ao Parque Ibirapuera, ambos as utilizando como espaço para sua moradia.

Além da pesquisa de campo – que não pretendeu ser exaustiva e reconhece que apenas um fragmento do parque foi aqui analisado – diversos problemas e irregularidades são elencados diariamente pela Parque Ibirapuera Conservação,

Figura 64: Terras de ninguém no bairro nobre do Ibirapuera: área verde ao redor do Obelisco, áreas de estacionamento (e lavanderia) do Clube XI de Agosto; fotos de diversos autores do Projeto Clima_ Ibirapuera, 2014



Figura 65: Portões, guaritas e muros segregam as áreas verdes do entorno do parque: fundos do Museu do Instituto Biológico, entrada do Instituto de Engenharia, muro do Clube XI de Agosto; fotos de diversos autores do Projeto Clima_ Ibirapuera, 2014







Figura 66: O entorno do MAC-USP, visto do seu terraço; na primeira montagem, observam-se grande área subutilizada com o Centro Acadêmico XI de Agosto, áreas de estacionamento e obras adjacentes; na segunda, os jardins do Instituto Biológico; fotos da autora, jan. 2013





Figura 67:
Vistas de cima da passarela, no sentido aeroporto à esquerda, e no sentido Av. 23 de Maio e Av. Brasil à direita; fotos da autora, jan. 2018

criada em 2010 por Thobias Furtado junto a um grupo de usuários e conselheiros que se encontravam nas reuniões do Conselho Gestor do Parque e em 2015 instituída como Oscip. Num último balanço divulgado no site da entidade, são enumeradas algumas das dificuldades que o parque vem enfrentando recentemente.

Cabe destacar aqui algumas arbitrariedades, como, por exemplo, a construção de uma pista de skate, obra que integrou a 32ª edição da Bienal (2016), realizada pela artista coreana Koo Jeong A. A pista-obra foi discutida no Conselho, mas a poderosa instituição conseguiu autorização dos órgãos de proteção, concretando considerável área permeável do parque, num projeto contraditório que beneficia a já privilegiada turma do skate, que conta com toda a extensão da marquise para a prática do esporte. A ocupação generalizada da marquise pelos skatistas já fora alvo de tentativas frustradas da administração, que chegou a construir uma minipista alternativa na chamada Alameda das Araucárias, que não apenas não funcionou como se demonstrou perigosa e inadequada. A nova pista sofreu resistência do conselho gestor à implantação, mas foi construída com a justificativa de que seria temporária e, ao término da Bienal, eliminada. Teve, no entanto, sua demolição suspensa devido a uma liminar no âmbito de ação popular e permanece lá mais de um ano depois – e interdita, devido à falta de pessoal para garantir sua segurança, que durante a exposição foi responsabilidade da Bienal – atestando mais uma vez a condição provisório-permanente que rege o Ibirapuera e a arbitrariedade de muitas das aprovações e decisões ali tomadas.

A própria administração do parque, cuja sede, o antigo Pavilhão Ford do IV Centenário, na Praça do Leão, teve o telhado atingido por uma queda de árvore e quebrado em 2014, mudou-se – provisoriamente – para o edifício da Escola de Astrofísica – e por lá permanece até hoje, sem previsão de reforma do telhado da antiga sede.

O Parque passou a permanecer aberto 24 horas, de sábado para domingo, desde 2013, e isso vem acarretando muitos problemas, principalmente com “usuários encontrados em estado de coma na parte da manhã”. Soma-se a esse infortúnio a quantidade de preservativos encontrados pelo parque, principalmente na área



Figura 68:

Imagens do Instituto Biológico e detalhe da placa de obra; fotos da autora, fev. 2014

conhecida como “bananal”, próxima ao Viveiro Manequinho Lopes, que, aliás, está bastante degradado, como relata a Conservação. A segurança do parque também é fator que provoca preocupações, como indica o relatório: “o esgotamento dos recursos financeiros do Parque, deixou-o sem contrato com a vigilância privada”.

Outras questões recentes incluem os chamados rolezinhos – grupos de adolescentes da periferia que marcavam pela internet encontros em massa, alguns deles no parque –, que receberam bastante atenção da imprensa no final de 2015, levantando várias questões que também envolviam preconceito. Nesse sentido, é fundamental lembrar que o Parque Ibirapuera é um lugar de sociabilidade cuja característica predominante é a heterogeneidade: ao passo em que a heterogeneidade sociocultural é percebida principalmente aos domingos, a de gênero, especialmente entre *gays*, é desvelada em encontros noturnos; as práticas esportivas também criam formas de sociabilidade, como as mencionadas “academias” ao ar livre, que vêm ocupando, cada vez mais, e também ao anoitecer, as áreas cobertas do parque, salvo a grande marquise, já apropriada por skatistas e patinadores; praticantes de yoga, dança e artes marciais têm encontro marcado na região da antiga serra-ria, enquanto praticantes de corrida e caminhada dividem a pista de *cooper* com ciclistas profissionais e amadores; nos fins de semana, multidões acedem a *shows* no auditório enquanto outras se reúnem nos rolezinhos, sob a marquise ou no “bananal”; ainda, nos últimos anos, pessoas que se conectam por meio da realidade virtual também começaram a fazer uso desse espaço público simbólico de São Paulo, como atestaram as multidões que tomaram o parque pelos jogos de caça ao *Pokemon*. Com a nova proposta da prefeitura de conceder à iniciativa privada a gestão do Ibirapuera, estariam sob ameaça essas formas de sociabilidade, que, bem ou mal, esse parque público vem acomodando nas últimas sete décadas?

Além de heterogênea no quesito sociabilidade, a trajetória do parque Ibirapuera revela sua pluralidade: espaço-público-privado-patrimônio-não-lugar-símbolo-área-verde-pulmão-cultural-social-ambiental-esportivo-lazer-abandonado-reformado... Zigmund Bauman [2001] define o que ele chama de “espaços públicos-mas-não-civis”, em diversas categorias, e todas elas se aplicam a algum momento da



Figura 69: Acima, três imagens do Forte Ibirapuera com o complexo residencial na área militar do parque; fotos: Geert van Mil/Projeto_Clima Ibirapuera, 2014; abaixo, prosseguimento das obras na área militar; fotos da autora, fev. 2018





Figura 70: Acima, imagem da pista de skate da artista coreana Koo Jeong durante a construção (2016), em novembro de 2017, e abaixo, em fev.2018, a pista que permanece interdita

história do Ibirapuera. Para os espaços “sem hospitalidade”, do tipo que “inspiram respeito e ao mesmo tempo desencorajam a permanência”, Bauman cita como exemplo a Place de la Defense em Paris, onde “não há bancos para descansar, nem árvores sob cuja sombra esconder-se do sol escaldante”, e onde os “fantásticos edifícios” que circundam a praça enorme e vazia devem ser admirados, e não visitados. Essa não seria a imagem do Ibirapuera nos anos 60 e 70, com os edifícios tomados pelas sedes do poder público ou por instituições privadas que nem sempre estavam abertas ao público?

Em outra categoria, a dos chamados “não lugares”, ou espaços “destituídos das expressões simbólicas de identidade”, relações e história, como aeroportos, autoestradas, anônimos quartos de hotel, transporte público, os quais, Bauman alerta, jamais na história do mundo ocuparam tanto espaço. Os espaços vazios, ou os lugares que “sobram” depois da reestruturação de espaços realmente importantes, aos quais não se atribui significado e que passam a não ser vistos. Uma vez que são invisíveis, “a questão de negociar diferenças nunca surge: não há com quem negociá-la” (p.120, 121). Não constituiriam um grande exemplo disso as grandes avenidas do entorno, os espaços residuais de estacionamento, a passarela tímida para passagem de pedestres, além dos outros espaços que ficam pratica-

mente ociosos ou para usos restritivos no entorno, como o Centro Acadêmico XI de Agosto, o Modelódromo ou o Autorama?

Outra categoria englobaria os espaços que se destinam a servir os consumidores, ou transformar o habitante da cidade em consumidor, como os *shopping centers* e cafés, salas de concertos e pontos turísticos. São lugares que encorajam a ação, mas não a interação, e que oferecem o que nenhuma “realidade real” externa pode dar: o equilíbrio quase perfeito entre liberdade e segurança. Essa talvez seja uma imagem do que pode estar por vir, mais cedo do que se imagina, como já houve nas mencionadas ondas recentes que trouxeram hordas de adolescentes, crianças e muito adulto também em torno da caça ao Pokemon Go.

Uma nova tipologia poderia ainda ser acrescentada às apresentadas por Bauman: os “espaços-pseudo-públicos”, que vêm proliferando nas grandes cidades do mundo, especialmente europeias e norte-americanas. São praças e parques aparentemente públicos, mas que de fato são propriedades de corporações, uma vez que os governos locais alegam não poder arcar com os custos de manutenção de todos esses espaços. Exemplos incluem o Prospect Park, em Manhattan, Nova York, ou a Granary Square, em Londres, que aparentemente são espaços acessíveis a todos os públicos, mas que não necessariamente estão sujeitos às leis de uso locais. Possuem restrições impostas por seus proprietários e usualmente reforçadas por agentes de segurança privados. Nesses espaços, práticas usuais em espaços públicos, como fazer fotografias, um protesto político, ou simplesmente tirar uma soneca na grama, não são atividades permitidas. Os proprietários de muitos desses espaços não têm sequer a obrigação de fazer com que as regras sejam de conhecimento do público, abrindo brechas para várias exceções. Ainda que esse tipo de configuração espacial excludente não seja inevitável, ele se tem tornado a prática entre muitos governos locais e o setor privado, que vem trabalhando de forma a acabar minando de vez os direitos democráticos à cidade.

Já existem diversas alternativas a esses espaços pseudopúblicos, como os espaços autogeridos pelos próprios cidadãos (a exemplo do *aaa* em Colombes, Campo de la Cebada em Madrid, etc.). Como tudo o que é tradicionalmente conhecido como “público” vem sendo cada vez mais ameaçado, tornando-se privado ou “pseudopúblico” – de serviços a moradia, passando, supostamente, pelos espaços verdes, nessa seara neoliberal em que se transformaram as grandes cidades – não é difícil entender por que a ideia de *urban commons* vem estando bastante em voga nos últimos anos. Abordar esse tema, porém, já seria o início de outra pesquisa. Concluamos esta.

Foram encontrados 76512 registros para

parque Ibirapuera

Buscar

notícias

5310

fotos

834

podcasts

97

tv estadão

22

acervo

70235

RESULTADO DE BUSCA PARA PARQUE IBIRAPUERA (70235)

Em todo o acervo Somente capa Somente material censurado

Acervo (70199)

Notícias (26)

Lugares (6)

Personalidades (4)

» BUSCA AVANÇADA

FILTRE POR EDIÇÃO

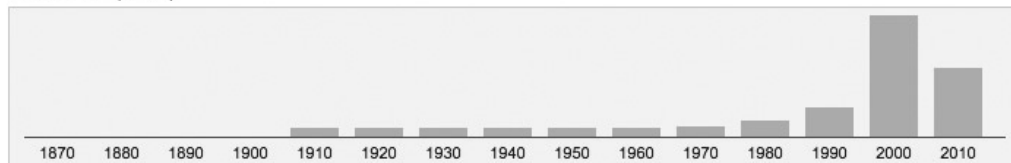
EDIÇÃO SÃO PAULO

EDIÇÃO BRASIL

» Entenda a diferença entre as edições

FILTRE POR PERÍODO

De 1875 a 2010 (70235)



As barras no gráfico exibem a quantidade de ocorrências do termo procurado em cada período. Clique sobre uma das barras para exibir resultados do respectivo período.

FILTRE POR CADERNOS

IMÓVEIS (23991)

CIDADES (5480)

POLITICA (2031)

ESPORTES (993)

TURISMO (541)

ESTADINHO (315)

FEMININO (218)

CLASSIFICADOS (167)

AUTOMÓVEIS (105)

OPINIÃO (89)

TELEJORNAL (55)

EMPRESAS (44)

PAINEL DE NEGÓCIOS (32)

ZAP (28)

SUPLEMENTO LITERÁRIO (19)

MARINHA MERCANTE (13)

SEU BAIRRO (REGIÕES) (11)

GUIA DO ELEITOR (7)

PROJETOS (6)

SUPLEMENTO DO CENTENÁRIO (4)

ESTUDANTE (3)

SUPLEMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL (3)

PME (2)

GERAL (12901)

ECONOMIA (3037)

VIAGEM (1774)

ESPECIAL (967)

METRÓPOLE (460)

E&N (271)

SUAS CONTAS (190)

PRIMEIRA (166)

EDITORIAL (103)

CASA E TRABALHO (88)

AUTOS&ACESSORIO (54)

SEU BAIRRO (REGIÃO NORTE) (41)

SEU BAIRRO OESTE (32)

SEU BAIRRO LESTE (26)

NEGOCIOS E OPORTUNIDADES (14)

SUPLEMENTO ESPECIAL IMÓVEIS (13)

SEU BAIRRO NORTE (10)

INFORME PUBLICITÁRIO (7)

EDUCAÇÃO (4)

CADERNO DO ESTUDANTE (3)

GUARULHOS METROPOLES (3)

AMBIENTE (2)

ENCARTES (2)

CADERNO DE FRANQUIAS (1)

CADERNO 2 (9511)

GUIA (2752)

INTERNACIONAL (1379)

OPORTUNIDADES (764)

EMPREGOS (399)

SEU BAIRRO SUL (226)

SEU BAIRRO (REGIÃO SUL) (184)

JORNAL DO CARRO (108)

CULTURA (93)

INFORMÁTICA (60)

AGRÍCOLA (44)

ALIAS (38)

CASA E FAMÍLIA (30)

CONSTRUÇÃO & SERVIÇOS (22)

SEU BAIRRO (REGIÃO LESTE) (14)

NEGOCIOS (11)

ULTRA (8)

VESTIBULAR (7)

FLORIDA MARKETPLACE (4)

CLIPPING DO ESTADÃO (3)

NEGOCIOS DO INTERIOR (3)

CAVALOS (2)

LEILÕES E CAMPEÕES (2)

SÃO PAULO (1)

Figura 71: Captura de tela do resultado de busca para "Parque Ibirapuera" realizada no acervo online do Estadão em 10/12/2017; os números de ocorrências em cada década são indicados ao passar com o cursor no gráfico e nessa busca o resultado foi o seguinte: 1910 (1 ocorrência); 1920 (3); 1930 (29); 1940 (112); 1950 (2.516); 1960 (2.234); 1970 (2.766); 1980 (4.369); 1990 (7.656); 2000 (31.846); 2010 (19.423); no segundo quadro, indicando a concentração de ocorrências de "Parque Ibirapuera" em cada caderno do jornal, destacam-se Imóveis (23.991), Geral (12.901) e Caderno 2 (9.511)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se realizar busca para “Parque Ibirapuera” no site do acervo *online* do jornal *O Estado de S. Paulo*, aparecem atualmente 70.995 ocorrências.²¹¹ Embora essa contagem seja apenas indicativa, esse número de menções ao Ibirapuera dividido pelo número de dias corridos desde a primeira ocorrência, em 1919, até hoje é surpreendente: seria como se o parque tivesse sido mencionado nesse jornal duas vezes por dia, todos os dias, no decorrer do último século.

O Parque Ibirapuera protagoniza eventos, planos e discussões sobre São Paulo. É um assunto que perpassa todos os cadernos do jornal: *Metrópole*, *Política*, *Economia e Negócios*, *Viagem*, *Caderno 2*, *Política*, *Guia*, *Internacional* e, principalmente, *Imóveis*, a seção que contém o maior número de ocorrências. Já na primeira menção, em 06/09/1919, o assunto era “a venda de terrenos da várzea do Ibirapuera, pertencentes à municipalidade” [O PATRIMÔNIO..., 06/09/1919].

Numa breve análise do gráfico (Figura 71), que acompanha o resultado de busca, percebe-se como o parque foi gradativamente se tornando assunto frequente nos meios de comunicação. Com poucas menções até os anos 50, a década de sua construção traz aumento considerável, que se mantém até os anos 80, quando o índice duplica. O resultado dobra outra vez nos anos 90, mas é na década de 2000 que esse número cresce exponencialmente: as 7.656 ocorrências da década anterior passam para 31.846. E esse número continua crescendo substancialmente na década atual.

É interessante perceber que o crescimento de ocorrências no jornal tem relação direta com os capítulos estruturados nesta tese. Se nas três primeiras décadas o Ibirapuera se consolidou como um lugar de abandono e logo depois como lugar de poder, em plena ditadura militar, o que se discutia sobre ele na imprensa, como vimos, era geralmente relacionado às disputas a respeito de quem o deveria gerir e ocupar após os festejos do IV Centenário, para em seguida girar em torno de propostas não cumpridas e constantes promessas de revitalização e reforma. A partir da década de 1980, o parque passa a se configurar como um lugar de lazer e também como um lugar de manifestações e possibilidades democráticas, em meio aos problemas de segurança que persistiam, além de se tornar, oficialmente, um patrimônio da cidade. Mas é sobretudo a partir da década de 2000, que ele se torna de fato um produto de consumo cultural, chamando atenção não apenas para o lugar de cultura que ali se configurou, como também para sua valorização imobiliária.

Ao completar seis décadas de existência, o Ibirapuera parece finalmente vir correspondendo às grandes expectativas simbólicas – ou, pelo menos, a algumas

211 Resultado de busca realizada no dia 06/10/2015 em <http://acervo.estadao.com.br/>.

– nele depositadas na época de sua construção, quando a cidade de São Paulo se estabelecia no cenário internacional de maneira mais contundente. Ao menos no que se refere a sua internacionalização, podemos constatar que o parque vem recebendo bastante atenção e figurando em *rankings* internacionais, além de ter sido “o local no Brasil que mais recebeu ‘check-ins’ de usuários do Facebook, tanto em 2013 quanto em 2012” [DEZ..., 2014].

Nesse sentido, circulou durante o mês de agosto de 2015 – e foi compartilhado à exaustão – um *ranking* do jornal britânico *The Guardian* com os “10 melhores parques” urbanos do mundo [MOORE, 07/08/2015], no qual o Ibirapuera figurava em destaque. Dessa vez, vindo de tal jornal e com tal protagonismo, parecia causar mais impacto e credibilidade – e mesmo euforia²¹² do que nas últimas nomeações que o haviam classificado como o “melhor parque da América do Sul” em 2013 [IBIRAPUERA..., 01/07/2013] ou o “melhor parque do Brasil e oitavo do mundo” [PARQUE..., 17/06/2014] em 2014, ambas escolhas feitas pelos milhões de usuários do site de viagens TripAdvisor.

Embora a seleção do *The Guardian* causasse furor²¹³ passou aparentemente despercebida a imagem escolhida pelo jornal (Figura 72) para ilustrar o Ibirapuera entre os dez mais. Ela revela, num estranho paradoxo, a área do Ibirapuera que já não é parque, mas que algum dia foi ou poderia ter sido. Apenas o lago na parte inferior da imagem está inserido na atual área do parque. Todo o restante corresponde a terrenos que foram invadidos pelo próprio estado – para acomodar a sede legislativa, zonas militares, clubes e instituições governamentais, além da infraestrutura viária.

De modo similar, uma recente chamada do caderno Especial Morar, da *Folha de S. Paulo*, anuncia em alto e bom tom: “Vista para o verde custa 14 milhões” [SCERB, 20/09/2015] (Figura 73). Atestando que o parque, “praia de paulistano”, “valoriza empreendimentos e é usado como chamariz de vendas”, completa: “um apartamento no Ibirapuera pode valer o dobro de uma unidade do mesmo tamanho em outras zonas nobres”. Mas é, outra vez, a imagem que ilustra a matéria, mostrando uma visada parecida com a da imagem do *The Guardian*, que revela a grande contradição: enfoca o que não é parque, e sim a área que já se tornou, e continuará se

212 Além de ter sido compartilhado à exaustão nas redes sociais, o *ranking* do jornal britânico foi replicado nos mais diversos jornais e sites na internet, entre os quais houve, aliás, uma confusão no sentido de que o Parque Ibirapuera havia sido “eleito o melhor parque do mundo” [IBIRAPUERA..., 16/08/2015]. Aparentemente a confusão se dava pelo fato de que era a imagem do Ibirapuera que figurava em destaque no alto da página, mas é importante frisar que a lista apenas reunia os dez parques arbitrariamente, sem ordenação de primeiro a décimo. O site do governo, na seção Turismo, também replicou a notícia: “Ibirapuera está entre os 10 melhores parques do mundo, segundo *The Guardian*” [IBIRAPUERA ESTÁ..., 07/08/2015]. Em outros jornais: *G1 globo.com* [JORNAL..., 07/08/2015] e *Época negócios online* [IBIRAPUERA..., 07/08/2015].

213 Mais de 18 mil resultados aparecem no Google para a busca que relaciona as palavras “parque ibirapuera melhor do mundo the guardian”.

From steamy Sao Paulo to breezy Buffalo - via Birkenhead on Merseyside - here are some of the world's very best urban green spaces



Figura 72:
Imagem do Ibirapuera em destaque na lista dos “10 best parks” no site do *The Guardian*, que traz a legenda “Oasis: the lake in Ibirapuera Park, Sao Paulo; Photograph: Alamy”

tornando, torres de apartamentos de luxo, numa zona exclusiva com vistas privadas, e milionárias, para o parque mais famoso da cidade – e um dos *top 10* do mundo.

De área periférica ao metro quadrado mais caro da cidade, o “varziano que virou centro” [SEGAWA, 1998] tornou-se, de fato, capital imobiliário. Em total sintonia com os tempos de *selfies*, a imagem que atualmente “vende” o Ibirapuera não é a do parque público com seus edifícios modernos, mas sim, a do “parque que pode ser seu”.

Certo é que o parque foi reduzido a quase metade do tamanho que se previa originalmente. Talvez seja impreciso falar de um tamanho original visto que o processo de retalhamento desse espaço público vem ocorrendo antes mesmo da década de 1920, quando o prefeito Pires do Rio destinou aquela gleba de 2.000.000m² para um parque municipal.²¹⁴ Como também sugeriu Segawa [1998], “se o prefeito

214 No relatório que o prefeito José Pires do Rio (1926-1930) encaminhou à Câmara sobre o exercício de 1927, ele relatava: “Contígua aos terrenos da Invernada dos Bombeiros, propriedade do governo do Estado, possui a Municipalidade uma considerável extensão, por onde correm as avenidas França Pinto e Rodrigues Alves e que, além desta via ocupada pelos trilhos da linha de Santo Amaro, constitui a zona da Vila Clementino e os terrenos do Matadouro Municipal. Já o Município vendeu grande parte de suas terras na Vila Clementino, possui, entretanto, quase toda a superfície que vai da avenida França Pinto ao córrego do Sapateiro. Por permuta com o Governo do Estado, adquiriu a zona compreendida entre esse córrego e o do Caaguassu, parte maior da Invernada dos Bombeiros. Por compra adquiriu o terreno situado entre esse córrego e o fim da rua Abílio Soares. Sobre toda essa vasta extensão, que mede perto de 2.000.000 de metros quadrados, estamos construindo um grande parque, futuro logradouro de valor incomparável para a cidade de São Paulo. (...) [esse parque] virá triplicar a superfície de jardins da nossa magnífica cidade-capital. Temos agora, em São Paulo apenas 926.839 metros quadrados de parques e jardins para uso de uma população de quase 1.000.000 de habitantes. Com o parque de Ibirapuera, triplicaremos



Figura 73: Imagem do Ibirapuera em matéria da *Folha de S. Paulo*, caderno Especial Morar de 20/09/2015

Pires do Rio tivesse logrado em 1926 formar um imenso parque na várzea do Ibirapuera, com área igual à do Hyde Park de Londres, igual a metade do Bois de Bolougne de Paris, decerto a geografia paulistana seria outra”. Certamente seria, pois o parque atualmente ocupa pouco mais de 10%, e jamais metade, do Bois de Bolougne.²¹⁵ Como já mencionado, sua área limitada pelos gradis não chega aos 1.584.000m² comumente divulgados como dado “oficial”. De acordo com a administração do Ibirapuera, seu limite gradeado, atualmente, engloba pouco mais de 1.100.000m².

O espaço público símbolo de São Paulo escancara os paradoxos desta urbe. Como um grande arquipélago público dividido em ilhas desconexas ou privatizadas, o Parque Ibirapuera é tanto evidência quanto instrumento de uma dimensão pública do espaço que é definida por sua coexistência com interesses privados, e geralmente por eles enfraquecida. Ao fim desta pesquisa, essa hipótese parece

a superfície atual (...) [BARTALINI, 1999, p.80]. Regina Meyer [1991, p.56], no entanto, sinaliza que havia outra área estipulada por Pires do Rio, quando cita o seu relatório de 1926: “Tem a prefeitura realizado serviços de limpeza dos terrenos do Ibirapuera no sentido de reivindicar algumas áreas ocupadas por intrusos e melhor aproveitar os terrenos de que pode ainda dispor na Vila Clementino. Quando a atual administração pudesse apenas resolver a questão judiciária, a que acabamos de nos referir, e nada fizesse para a construção do parque, senão deixar preparado o terreno, com a sua enorme área de mais de 3.000.000m², já teria de sobra, cumprido com o seu dever principal.” Aponta também que, em parecer de Cristiano Stockler das Neves elaborado para a prefeitura, trazendo um quadro comparativo das áreas dos principais parques do mundo, ao Ibirapuera era atribuída área de 1.500.000m² - o que demonstra a imprecisão dessa medida.

215 Essa comparativa estipulada pelo prefeito Pires do Rio na verdade não tem nenhum fundamento, visto que a área do Hyde Park é de aproximadamente 1.416.000m² (141 hectares) e a do Bois de Boulogne de 8.450.000m² (845 hectares), resultando impossível que o Ibirapuera tivesse área igual à de um e à metade do outro.

ter sido comprovada por meio da privatização dos serviços de gestão, operação e manutenção do Ibirapuera, como anunciado pelo atual prefeito da cidade, João Doria, desde o início de seu mandato.

Vamos apresentar, ao longo de 2017, o programa de concessão dos parques públicos, incluindo o Ibirapuera. Com custo zero para o usuário, que só terá vantagens e benefícios com um parque melhor, mais limpo, organizado, seguro, iluminado com banheiros que funcionam, aparelhos de ginástica de qualidade e quadras poliesportivas sem buracos e em ordem [João Doria em CORREIA, BERGAMIN, 06/10/2016]

Em princípio, os futuros concessionários vão ser capazes de explorar o parque com eventos, áreas de estacionamento, restaurantes e bares. As diretrizes do programa de privatização de Doria, contudo, não estão bem definidas e são bastante genéricas, o que aumenta as expectativas negativas em relação a esse processo, que pode deixar aos concessionários a tomada de decisões que lhes interessa.

A “fórmula mágica”²¹⁶ de parceria público-privada e suas distorções foi investigada por Mariana Fix [2000] em sua análise de grandes operações urbanas em São Paulo – como as das avenidas Brigadeiro Faria Lima e Água Espraiada – na qual a autora debate sobre “essa festejada ‘nova’ forma de relação entre Estado e capital”:

O questionamento das intervenções urbanas é dificultado quando analisamos abstratamente uma ferramenta, considerada um avanço pela esquerda e pela direita, e a separamos da nossa realidade, sem discutir o que significa sua utilização num país em que Estado e elite se combinam para fazer seus negócios e deles apartam a maioria da população. A operação urbana não impede a concentração de renda; aliás, encobre seus mecanismos mais atuais de funcionamento, legitimando-a, enquanto os parceiros da exclusão descartam o restante da população para criar uma ‘cidade própria’. Aplicada na cidade, a operação não se assemelha à elogiada “fórmula mágica”, onde todos ganhariam e ninguém perderia. Ao contrário, funciona como um mecanismo para que apenas uma fração da cidade continue a resolver seus problemas, utilizando o Estado como instrumento privado de acumulação.

A defesa cega à parceria entre os setores públicos e privados, que opõe a eficiência privada à ineficiência pública, entende-a como sendo a única solução, buscando e distorcendo exemplos, como o caso do Central Park de Nova York. Eli-

216 Fix [2000], seguindo Peter Hall, localiza a invenção da tal “fórmula mágica” nos EUA da década de 1970: com a crise fiscal foram criados novos modelos de “parceria criativa” entre o governo municipal e o setor privado, incentivado por subsídios federais.

zabeth Barlow Rogers,²¹⁷ fundadora e ex-presidente da organização sem fins lucrativos Central Park Conservancy, comemorava a parceria entre os setores para a gestão de parques públicos nos Estados Unidos, segundo matéria na *Folha de S. Paulo* [FRANCO, 18/11/2014]. Por ocasião da visita de Rogers na segunda edição do fórum Arq. Futuro Parques do Brasil, a repórter perguntava se o governo era capaz de gerir sozinho um parque público e a americana contestava: Você já ouviu falar na palavra burocracia? Rogers dizia acreditar não ser impossível, “mas parcerias permitem que o trabalho seja feito de maneira menos engessada e mais eficiente”. Remontando ao lugar “degradado e perigoso” que era o Central Park nos anos 70, quando a “prefeitura de Nova York vivia uma situação fiscal delicada”, a iniciativa de arrecadar fundos privados para financiar a revitalização do parque foi, segundo Rogers, muito bem vinda. Vale ressaltar que, como lembra a matéria, a “cultura de filantropia” que existe nos EUA “facilita esse tipo de iniciativa”. Ou seja, no caso, são feitas, sobretudo, doações pelo setor privado, e não apenas concessões e benefícios ao mesmo.

É importante lembrar ainda, como vimos ao longo desta tese, que os limites do domínio privado sobre o espaço público estão em constante expansão. Em março de 2017 o jornal *Le Monde* anunciou que Bernard Arnault, presidente da Fondation Louis Vuitton, iria “estender geograficamente seu império” no Bois de Boulogne. Dessa vez, trata-se de um edifício abandonado há mais de uma década, vizinho à Fundação: o antigo Musée national des Arts et Traditions Populaires, um edifício modernista de oito andares e linhas geométricas, inaugurado ali em 1972 e saudado pela imprensa na época como uma grande inovação”, chegando inclusive a ser apelidado de “Le Louvre du peuple” [BISSON, 30/11/2014]. A museografia inovadora da época, com salas na penumbra e objetos pendurados em fios de náilon, deixou de cativar os visitantes, que de 200 mil anuais na década de 1970 caiu para 20 mil nos anos anteriores ao fechamento do museu, em 2005.

Para renovar o edifício, Arnaud anunciou projeto do mesmo arquiteto da Fundação LV, Frank Gehry. Batizada de “Maison LVMH – Arts – Talents Patrimoine”, a proposta é criar um centro cultural em torno do trabalho artesanal. O novo centro tem inauguração prevista para 2020, e sua reforma inclui adaptações na área que envolve a Fundação LV, o novo museu e o Jardin d’Acclimatation “de maneira a criar uma nova conexão entre os espaços verdes”. O valor da operação, totalmente

217 Elizabeth Barlow Rogers é autora de *Rebuilding Central Park – A Management and Restoration Plan*, organizado pelo Department of Parks and Recreation de Nova York e pela Central Park Conservancy. Publicado pela MIT Press em 1987, é resultado de uma pesquisa de três anos que teve o objetivo de analisar a condição de deterioração em que o parque se encontrava e produzir um plano para sua reabilitação. O livro-relatório é importante para compreender como opera essa organização que gere o Central Park, a Conservancy, que no caso do Ibirapuera nunca chegou a existir de fato, ainda que, como vimos no capítulo 1, uma “Fundação Ibirapuera” chegasse a ser implementada por leis estaduais e municipais, na década de 1950.

financiado pela LVMH, sem custos para a prefeitura, gira em torno de 159 milhões de euros, dos quais “uma boa parte terá isenção fiscal ao título de mecenato” [LAR-ROCHELLE, VULSER, 08/03/2017].

Vale lembrar que os dois grandes bosques de Paris (Boulogne e Vincennes), propriedade do município desde o segundo Império, possuem 67 convenções, principalmente com associações esportivas e restaurantes. Algumas delas, como o Paris Polo, no Bois de Boulogne, foram criadas há mais de um século, e hoje recebem críticas principalmente relacionadas ao tempo de duração da concessão, fixado a partir da proposta dos próprios candidatos da iniciativa privada. Em um relatório sobre a gestão dos dois bosques desde 2010 “a Câmara Regional de Contas da Île-de-France (CRC) critica a Prefeitura por não estar suficientemente atenta em relação aos compromissos assumidos por alguns clubes, à cobrança de taxas muito baixas e por arcar com despesas indevidamente no lugar das concessionárias privadas” [JÉROME, 20/09/2017].

Isso é um risco inerente ao novo pacote de concessões que a Prefeitura de São Paulo pretende implantar no Parque Ibirapuera. Se o programa de João Doria for de fato implementado – e tudo indica que sim, com o lançamento do Edital de Concessão publicado no *Diário Oficial do Município* em 27/02/2018²¹⁸ para consulta pública – o Ibirapuera, além de ser o primeiro parque da metrópole erguido no momento auge de sua ascensão ao mundo moderno, de simbolizar São Paulo e seu IV Centenário, e também a fragilidade da noção de esfera pública nesta cidade – e por que não? neste país – e ainda um espaço público fragmentado, uma grande ilha urbana de difícil acesso, poderá passar a simbolizar também um bem público transformado em serviço privado gerador de renda publicitária. Como levantou Raquel Rolnik, “se a proposta é privatizar, isso significa que uma empresa com fins lucrativos vai explorar comercialmente aquele lugar”, e parte do que ela arrecadar vai pagar a conservação, manutenção e eventuais restauros do parque. Para isso será preciso explorar serviços comerciais, como estacionamento, restaurantes, e mesmo assim, não será suficiente,²¹⁹ a não ser que a empresa transforme o parque num *shopping* para conseguir vender serviços e produtos que viabilizem o lucro. “Isso não representaria uma exclusão do uso público e gratuito que esse parque tem?” [ROLNIK, 14/10/2016].

218 Como declarado logo no início desta tese, o lançamento do Edital marca o seu término. Seria necessária outra tese se optássemos por analisar também esse processo. O edital pode ser localizado na página 4 do *Diário Oficial do Município de São Paulo* de 28/02/2018, disponível em http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/nav_v4/index.asp?c=1. Aberto a consulta pública, a minuta e anexos do edital estão disponíveis em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desestatizacao/projetos/parques/edital_parques/index.php?p=250577.

219 Como declarou Bruno Marques, presidente do Grupo Cataratas, maior concessionária de parques públicos do país, que descarta participar das concessões de Doria: “Como o princípio dessa concessão é não cobrar ingresso, é difícil a conta fechar” [MÁXIMO, 11/07/2017].

O período da concessão, por longos 35 anos, e a falta de rigor na fiscalização e no controle do que for acordado com os novos concessionários podem, como aconteceu também em Paris, chegar até a onerar os cofres públicos quando a ideia defendida como de base nesse processo é justamente economizar. Principalmente partindo do ponto de que o Ibirapuera não possui um plano diretor implementado, o que abrirá brecha para que um novo plano seja desenvolvido pela própria concessionária, tendo como base um edital cuja proposta central é, acima de tudo, mercantilizadora (Figura 74).

Em *Rethinking Urban Parks*, Setha Low, Dana Taplin e Suzanne Scheld afirmam que neste novo século o número de espaços públicos urbanos abertos vem diminuindo na mesma proporção em que mais lugares são privatizados, cercados com muros ou grades, fechados para renovação e/ou redesenhados para atividades restritas – o que faz com que cada vez mais haja menos lugares onde as pessoas possam se encontrar e participar da vida pública, com uma certa liberdade. Tudo isso, como é sabido, foi potencializado após os ataques terroristas de 11/09/2001 em Nova York, momento a partir do qual houve uma crescente postura defensiva e de desejo de segurança que fizeram com que poucos lugares mantivessem uma diversidade cultural e social outrora experimentada. Esse sentimento antiurbano é frequentemente traduzido como o medo do “outro” e já se fazia presente, segundo os autores e conforme vimos ao longo desta tese, muito antes do evento das torres gêmeas. Recentemente, no entanto, ganharam um adendo das novas tecnologias de vigilância eletrônica, já consideradas em muitos casos necessárias para a segurança pública, mesmo com pouca investigação de suas consequências [LOW, TAPLIN, SCHELD, 2005, p.1 e 2].

“Eles estabeleceram um modelo de pacificação por cappuccino”, define Sharon Zukin [1995 p.28], exemplificando:

Central Park, Bryant Park e Hudson River Park mostram como os espaços públicos estão se tornando progressivamente menos públicos: são, de certa forma, mais exclusivos do que em qualquer momento nos últimos 100 anos. Cada uma dessas áreas é governada e financiada em grande parte, ou inteiramente, por uma organização privada, muitas vezes trabalhando como uma autoridade quase pública. Esses grupos particulares são muito mais bem financiados do que a organização pública correspondente. O *design* em cada parque apresenta uma visão proposital de lazer urbano. Maior preocupação com a segurança inspira as características visíveis mais notáveis: portões, guardas de segurança privados e olhos mantendo o espaço sob vigilância.

Teresa Caldeira [s.d] observa tudo isso de forma certa, ao tratar do medo na cidade, ou do medo da cidade:

Figura 74: Placa fixada na entrada do Parque Ibirapuera (portão 4), com a marca da primeira parceria com a empresa Nike, que reformou as quadras esportivas do parque em 2017



O tipo de cidade neoliberal em que vivemos, com sua valorização de espaços privados e fechados e a estigmatização do público, é em vários sentidos uma cidade não democrática e não moderna. (...) Privatização virou uma palavra mágica, remédio para todos os males, caminho para a modernidade numa era em que já não se acredita em progresso ou no desenvolvimento induzido pelo Estado. O receituário neoliberal manda privatizar, livrar-se do Estado, adotar soluções particulares e fragmentadas. Esse receituário, aplicado à segurança e ao espaço urbano, agrava tendências para as quais pretende ser solução, como a violência. Privatização, enclausuramento e isolamento, além de não poderem resolver o problema da segurança, fazem o medo circular e alimentam o ciclo de violência. De fato, eles reproduzem o medo da cidade sem poder criar um espaço sem medo. A noção do público como resíduo, como o que sobra do lado de fora dos muros, como aquilo que é para os que não têm meios de se defender por si próprios, além de não democrática, não pode conduzir a uma solução para o problema da violência. Segurança é uma questão pública e coletiva, não privada. (...) A proteção ou é coletiva ou não será.

Experiências recentes de parques em Paris procuram enfrentar esses desafios com novas possibilidades de uso e função para esses espaços públicos da cidade. É o caso do Parc Clichy-Batignolles-Martin Luther King,²²⁰ aberto ao público em 2007, e ainda em construção: um parque de uso misto e gestão público-privada, que inclui área verde, habitação social e escritórios, incluindo a nova sede do Palácio de Justiça de Paris, totalmente planejado com recursos naturais e renováveis. Contudo, apenas quando estiver em pleno funcionamento será possível investigar os êxitos e fracassos de tal *mélange*, que tanto pode resultar num novo tipo de espaço público, condizente com os tempos atuais, quanto em mais um “modelo de pacificação por cappuccino”, um novo “enclave fortificado” disfarçado de espaço público e democrático.

Por fim, um evento realizado na Prefeitura de Paris em dezembro de 2017²²¹ traz um breve suspiro. Aberto aos cidadãos que quisessem participar e se inscrevessem, o debate promovido por funcionários da prefeitura de Paris recebeu funcionários-ativistas das prefeituras de Medellín e da Cidade do México para compartilhar as boas experiências urbanas que ambas as cidades vêm realizando nos últimos anos. Fica nas duas cidades vizinhas, com passados terríveis, e que agora dão o exemplo inspirando até mesmo quem sempre inspirou, a esperança de que ainda é possível reinventar a urbanidade em São Paulo.

Como, porém, sintetizou Otília Arantes [1998, p.132] – com o que a escrita desta tese buscou contribuir – “reinventar as cidades hoje implica revisar por completo o modelo urbano que nos foi legado pela modernização capitalista”. Para que isso ocorra, contudo, fica a pergunta feita por Sérgio Buarque de Holanda [1995, p.78], que continua tão atual e contundente, mais de 80 anos depois:

Como esperar transformações profundas em país onde eram mantidos os fundamentos tradicionais da situação que se pretendia ultrapassar? Enquanto perdurassem intatos e, apesar de tudo, poderosos os padrões econômicos e sociais herdados da era colonial e expressos principalmente na grande lavoura servida pelo braço escravo, as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiosas.

220 Além desse parque, foi constatado que houve uma proliferação de novos parques, passeios e praças na periferia de Paris, durante os mandatos de Bertrand Delanoë como prefeito da cidade (2001-2014), com fortes acentos ambientalistas (reduzindo o trânsito de automóveis, implementando o sistema de bicicletas compartilhadas e melhorando a qualidade de vida dos habitantes da cidade). Tais parques contemporâneos e suas apropriações, no entanto, não couberam no escopo desta tese, ficando esse material destinado a uma possível continuidade desta pesquisa.

221 Conférence citoyenne. “La place du piéton dans l’espace urbain”. Salle du Conseil de l’Hôtel de Ville, 4/12/2017.

BIBLIOGRAFIA²²²

- ABANDONADA a ponte metálica existente no Parque Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 19/01/1963.
- ABBARA, B. *L'aménagement des espaces verts en milieu urbain: un enjeu essentiel pour la production d'espaces urbains de qualité: le cas de l'Île-de-France*, thèse. 2002.
- ABERTURA do Museu Afro Brasil no Ibirapuera é anunciada para 2004. *Folha de S. Paulo*, 22/11/2003.
- ABRAMO, Radha. Ibirapuera, mais espaço para o lazer. *Folha de S. Paulo*, 10/02/1985.
- ABREU, Ivanir Reis Neves. *Convênio escolar: utopia construída*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- AGOSTINHO, Victor. Rua 24h no Ibirapuera gera protesto. *Folha de S. Paulo*, 29/04/1994.
- AGOSTINHO, Victor. Promotor investiga uso irregular do Ibirapuera. *Folha de S. Paulo*, 12/04/1994.
- AGUIAR, Douglas. Urbanidade e a qualidade da cidade. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 141.08, mar. 2012. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.141/4221>.
- A INSTALAÇÃO de repartições da Municipalidade no Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 18/08/1955.
- ALAMBERT, Francisco. O MAC de cá pra lá. *Revista Arte Brasileira*, maio-jun. 2013, p. 46-48.
- ALAMBERT, Francisco; CANHÊTE, Polyana. *As Bienais de São Paulo: da era do museu à era dos curadores (1951-2001)*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALCADE, Luísa. Decreto sobre Ibirapuera não mudará. Recorte sem origem identificada, 2003.
- ALENCAR, Kennedy; CYPRIANO, Fabio. MAM vê “privatização branca” do Ibirapuera. *Folha de S. Paulo*, 24/05/2000.
- ALMEIDA, Fernando Azevedo. *O franciscano Ciccillo*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- ALMEIDA, Guilherme de. Carta ao embaixador Lourival Fontes, 1954. Acervo da Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC).
- ALMEIDA, Guilherme de. Carta ao presidente Getúlio Vargas, Arquivo Getúlio Vargas, Classificação GV c 1954.01.11/2, FGV/CPDOC, 22/03/1954.
- ALMEIDA, Paulo Mendes de. *De Anita ao museu*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ALPHAND, Adolphe. *Les Promenades de Paris*. Paris: Rothschild, 1868.
- A MAIOR exposição internacional do continente. *Correio da Manhã*, 05/12/1953.
- AMARAL, Aracy. Novos espaços? Mas que conversa é essa? *O Estado de S. Paulo*, 25/04/2007.
- AMARAL, Aracy (org.). *Perfil de um acervo: Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo*. São Paulo: MAC-USP/TECHINT, 1988.

222 Tendo sido adotada a citação americana nesta tese, optou-se pela unificação, em uma única lista de referências, os documentos consultados (documentação oficial, notícias e editoriais de imprensa) e material bibliográfico (livros, capítulos de livros, artigos em periódicos, científicos, teses e dissertações) de modo a facilitar a localização das referências pelo leitor.

- AMARAL, Aracy Abreu. *Arte para quê? A preocupação social na arte brasileira, 1930-1970*. São Paulo: Studio Nobel, 1983.
- AMARANTE, Leonor. *As Bienais de São Paulo – 1951 a 1987*. São Paulo: BFB/Projetos, 1989.
- AMARANTE, Leonor. O desafio de fazer do MAM um verdadeiro museu. *O Estado de S. Paulo*, 28/04/1983.
- AMBROSIO, Eliana Ribeiro. *Presépio napolitano do Museu de Arte Sacra de São Paulo e de coleções internacionais: cenografia e expografia*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- ANDRADE, Manuella Marianna. O Parque do Ibirapuera: 1890 a 1954. *Arquitextos*, São Paulo, ago. 2004. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.051/553>.
- ANTES de viajar, Jânio doa parte do Ibirapuera. *Jornal da Tarde*, 26/12/1988.
- APPLESEED. Valuing Central Park's Contribution to New York City's Economy, May 2009. Disponível em <http://www.appleseedinc.com/reports/centralpark-may2009.pdf>.
- A PREFEITURA e a demissão da Comissão do IV Centenário, *Folha da Manhã*, 4/12/1955.
- A PREFEITURA e o Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 19/08/1955.
- APROVADO túnel sob Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 23/01/1988.
- ARAME farpado cerca o acampamento. *O Estado de S. Paulo*, 16/09/1983.
- ARANTES, Otilia B. Fiori. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo: Edusp, 1998.
- ARENDE, Hannah. [1958]. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Posfácio de Celso Lafer. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARENDE, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ARNAULT, Bernard et al. *La Fondation Louis Vuitton par Frank Gehry. Une architecture pour le XXI^e siècle*. Paris: Flammarion, 2014.
- ARQUITETO critica o Ibirapuera, *O Estado de S. Paulo*, 18/07/1973.
- ARQUITETURA no Parque Ibirapuera. *Habitat*, v. 16, 1954.
- ARRIF, Teddy. *Pratiques et représentations des usagers d'espaces verts: le cas du parc de Bercy*. Éditions universitaires européennes, thèse, 2010.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. [2001]. *Metrópole e cultura. São Paulo no meio século XX*. São Paulo: Edusp, 2015.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Metrópole e cultura: o novo modernismo paulista em meados do século. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 9(2): 39-52, out 1997.
- ASSESSORIA de Imprensa da Reitoria da USP. MAC no Ibirapuera? *Boletim USP Destaques*, n. 37, 22/08/2011.
- ATÉ o fim do mês o julgamento dos projetos para novo prédio. *Diário da Noite*, 06/06/1961.
- AUDITÓRIO no Ibirapuera: Marta sai na frente. *Jornal da Tarde*, 05/07/2003.
- AUDITÓRIO no Ibirapuera: polêmica. *O Estado de S. Paulo*, 01/07/2003.
- AUGÉ, Marc. *Non-lieux. Introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.
- AUGUSTO, Claudio. Ibirapuera será transformado em polo cultural. *O Estado de S. Paulo*, 07/07/1996.

- AUMENTAM as repartições e diminui a conservação no Parque Ibirapuera. *Folha da Noite*, 02/12/1960.
- AZEVEDO, Katia. MPE investiga acordo entre Prefeitura e TIM. *O Estado de S. Paulo*, 31/07/2003.
- BACHIN, Robin F. Cultivating unity: the changing role of parks in urban America. *Places*, 15 (3), 2003.
- BALLON, Hilary. *The greatest grid: The Master Plan of Manhattan, 1811-2011*. New York: Columbia University Press, 2012.
- BALLON, Hilary; JACKSON, Kenneth T. (ed.). *Robert Moses and the modern city. The transformation of New York*. New York: Queens Museum of Art, 2007.
- BARATA, Celso. Tirar Prodam do Parque do Ibirapuera é meta da cultura. *Gazeta Mercantil*, 12/05/2000.
- BARBOSA, Ana Mae. 500 anos. Comemorações ou celebrações? *Arquitextos*, São Paulo, ano 1, n.11.03, abr. 2001. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.011/900>.
- BARDI, Lina Bo. Reforma antiética. *Folha de S. Paulo*, 16/06/1984.
- BARONE, Ana Cláudia Castilho. A oposição aos pavilhões do parque Ibirapuera (1950-1954). *Anais do Museu Paulista – história e cultura material*, v.17, n.2, jul.-dez. 2009, p.295-316.
- BARONE, Ana Cláudia Castilho. *Ibirapuera: parque metropolitano (1926-1954)*. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BARTALINI, Vladimir. *Parques públicos municipais de São Paulo*. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- BATLLE, Enric. *El jardín de la metrópoli*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2011.
- BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BELLETT, Harry. Pinault-Arnault: duel aux enchères, *Le Monde*, 21/08/2015.
- BENDER, Thomas. *The unfinished city: New York and the metropolitan idea*. New York: The New Press, 2002.
- BERGAMO, Mônica. Utilidade pública. *Folha de S. Paulo*, 02/07/2003.
- BERGAMO, Mônica. Caldeirão do Bratke. *Folha de S. Paulo*, 18/05/2000.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. Consultor: Francisco Foot Hardman. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BETHÔNICO, Mabe. União Ibirapuera, 2008. Documentação do trabalho realizado pela autora na 28ª Bienal de São Paulo. Arquivo Histórico Wanda Svevo/Fundação Bienal de São Paulo.
- BEVERIDGE, Charles E. *Writings on public parks, parkways, and park systems*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1997. (The Papers of Frederick Law Olmsted. Supplementary series.)
- BIENAL 50 ANOS (1951-2001). Edição de Comemoração do 50º aniversário da I Bienal de São Paulo, São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2001.
- BISSON, Bernard. Le musée naufragé du bois de Boulogne. *Le Journal du Dimanche*, 30/11/2014.
- BOULOS, Guilherme. Quem são mesmo os invasores? *Folha.com*, 22/08/2014.
- BRANCATELLI, Rodrigo. Mansões do Ibirapuera na mira do MP. *O Estado de S. Paulo*, 24/04/2010.

- BRANCATELLI, Rodrigo. Parque Ibirapuera: aluga-se para festas. *Jornal da Tarde*, 17/09/2002.
- BURLE Marx afasta Niemeyer da reforma do Parque do Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 15/01/1992.
- BURLE MARX, Roberto. O Projeto do Jardim das Esculturas. In: *Moderno MAM extra. Roberto Burle Marx, 100 anos: a permanência do instável*. São Paulo: Museu de Arte Moderna de São Paulo, jul.-set. 2009 (livreto de exposição).
- CADA vez mais onerosa a conservação do Ibirapuera. *Diário Popular*, 04/06/1962.
- CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: 34 Letras, 2000.
- CALDEIRA, Teresa. Medo da cidade. *Trópico* (revista digital). Disponível em <http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/330,1.shl>, s.d.
- CALLIARI, Mauro. *Espaço público e urbanidade em São Paulo*. São Paulo: Bei, 2016.
- CAMARGO, Maria Inês de. Ibirapuera fica quarentão, com muita festa. *O Estado de S. Paulo*, 15/08/1994.
- CAMARGO, Maria Inês de. Nosso parque e o parque de cada um. *Jornal da Tarde*, 24/01/1984.
- CAMINHO Suave. *Veja*, São Paulo, 14/02/1996.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/São Paulo: Edusp, 1988.
- CARDOSO, Joaquim. O conjunto arquitetônico de Ibirapuera. *Brasil Arquitetura Contemporânea*, Rio de Janeiro, nº 2-3, p.49-62, jan.1954.
- CARERI, Francesco. *Walkscapes - walking as an aesthetic practice*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002.
- CARNEIRO, Ana Rita Sá. *Parque e paisagem: um olhar sobre o Recife*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.
- CARVALHO, Mario Cesar. A morte do Masp. *Folha de S. Paulo*, 13/06/2005.
- CASAGRANDE DE PAULA, Zueleide; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luís (orgs.). *Polifonia do patrimônio*. Londrina: Eduel, 2012.
- CASTELLS, Manuel. *The information age: economy, society and culture* (volume 1). *The rise of the network society*. Oxford: Blackwell, 1996.
- CAVALCANTI, Lauro. *Sergio Bernardes - herói de uma tragédia moderna*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- CAVALCANTI, Lauro; EL-DAHDAH, Farès; RAMBERT, Francis. *Roberto Burle Marx, La modernité du paysage*. Basileia: Birkhäuser, 2011.
- CAVERSAN, Luiz. Ibirapuera consolidou o moderno na arquitetura. *Folha de S. Paulo*, 23/09/2003.
- CESSÃO de edifícios e áreas do Ibirapuera a uma entidade. *O Estado de S. Paulo*, 02/08/1958.
- CHACON, Lelia. Ibirapuera pode ser tombado. *Folha de S. Paulo*, 31/08/1981.
- CHADWICK, George. F. *The park and the town in the 19th and 20th centuries*. London: The Architectural Press, 1966.
- CHARLOT, Antoine. *Vers un nouveau modèle urbain?: du quartier à la ville durable*. Paris, Édition du Comité 21, 2011
- CHAVES, Ana Matilde Pacheco e. Ibirapuera: meio bilhão no completo abandono. *Crítica de São Paulo*, 07/01/1959.
- CHIARELLI, Tadeu. A arte, a USP e o devir do MAC. *Estudos Avançados*, v. 25, n. 73, p. 241-252, 2011.

- CHIESURA, Anna. The role of urban parks for the sustainable city. *Landscape and Urban Planning*, 68(1):129-138, May 2004.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.
- CHOAY, Françoise. *L'urbanisme, utopies et réalités: une anthologie*. Paris: Éditions du Seuil, 1979.
- CICCILLO recebe homenagem e doa o quadro ao Museu. *Tribuna da Imprensa*, 20/05/1954.
- CICLISTAS perdem a pista exclusiva no Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 23/04/1993.
- CIDADE quer o parque de volta. *Folha de S. Paulo*, 26/03/1983.
- CLÉMENT, Gilles. *Le jardin en mouvement*. Paris: Pandora, 1991.
- COMANDO detém marginais e menores no Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 12/03/1972.
- COMEÇA o novo Ibirapuera: prédios caem, ou viram museus, o resto é verde. *Folha de S. Paulo*, 28/05/1976.
- COMISSÃO do IV Centenário. Relatório. Centro Cultural e Expositivo do Ibirapuera – Exposição de Motivos. 1954. Arquivo Histórico Wanda Svevo/Fundação Bienal de São Paulo.
- CONCESSÃO: quem arrematar o “cobiçado” Ibirapuera levará junto mais 5 parques de SP, *Gazeta do Povo*, 27/02/2018.
- CONDEPHAAT– Conselho de defesa do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e turístico do estado de São Paulo. Processo de tombamento n. 25.767/87. São Paulo, 21 fev. 1992. Inscrição no Livro de Tombo n. 24, p. 307. Disponível em: <http://www.arquicultura.fau.usp.br/index.php/encontre-o-bem-tombado/uso-original/infraestrutura-urbana/parque-do-ibirapuera>.
- CONSEMA aprova hoje o túnel do Ibirapuera. *Folha de S. Paulo*, 11/12/1987.
- CONSTANT, Caroline. *The modern architectural landscape*. Minneapolis; London: University of Minnesota Press, 2012.
- CONVENÇÃO de intelectuais e artistas. *O Estado de S. Paulo*, 01/03/1956.
- CORBIN, Alain. *L'homme dans le paysage*. Paris: Ed. Textuels, 2001.
- CORONA, Eduardo. A tragédia do Ibirapuera. *AD arquitetura e decoração*, n 7, set.-out. 1954.
- CORREIA, William; BERGAMIN, Giba, Jr. Doria quer conceder Ibirapuera e parque do Carmo à iniciativa privada. *Folha de S. Paulo*, 06/10/2016.
- COVAS cobra do povo estragos no parque. *O Estado de S. Paulo*, 24/09/1983.
- CRANZ, Gallen. *The politics of park design – A history of urban parks in America*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1982.
- CRENDENDIO, José Ernesto. Prefeitura estuda a ampliação do parque Ibirapuera. *Folha.com*, 19/08/2007a.
- CRENDENDIO, José Ernesto. “Sobra” área ao lado do parque Ibirapuera. *Folha.com*, 19/08/2007b.
- CURI, Fernanda Araujo. Burle Marx e o Parque Ibirapuera: quatro décadas de descompasso (1953-1993). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 103-138, set. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142017000300103&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 19 mar. 2018.
- CURI, Fernanda Araujo. Pavilhão Japonês no Ibirapuera: agenciamento e visibilidade. Comunicação oral no Congresso da Associação de Brasilianistas na Europa (ABRE) Universidade de Leiden, Holanda, 30 mai.-1 jun. 2017.
- CUSUMANO, Katherine. François Pinault and Tadao Ando plan to build a Paris Art Museum so powerful it could cure Brexit's ills. *WMagazine*, 27/06/2017.

CYPRIANO, Fabio. O novo MAC. *Folha de S. Paulo*, 04/06/2007.

D'AGOSTINO, Rosanne. Acordo entre MP-SP e Prefeitura põe fim a bloqueio de ruas no Ibirapuera. *Última Instância*, 17/01/2008.

DALCO, F. De los parques a la región. In: CIUCCI, G. et alt. (org.). *La ciudad americana*. Barcelona: Gustavo Gili, 1975.

DECIA, Patricia. Parque Ibirapuera pode ter área ampliada. *Folha de S. Paulo*, 07/05/1994.

DECIA, Patricia. Ibirapuera é reformado e pode ganhar “rua” 24 horas. *Folha de S. Paulo*, 18/03/1994.

DEDECCA, Paula Gorenstein. *Sociabilidade, crítica e posição: o meio arquitetônico, as revistas especializadas e o debate do moderno em São Paulo (1945-1965)*. (Dissertação de mestrado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DEFESA do Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 02/02/1956.

DEPOIS de reformas no prédio, Bienal reabre hoje sem qualquer dano às obras. *O Globo*, 08/10/1998.

DEREX, Jean-Michel. *Histoire du Bois de Boulogne: le bois du roi et la promenade mondaine de Paris*. Paris: Éd. l'Harmattan, 1997.

DESATIVADO o parque de idosos. *O Estado de S. Paulo*, 06/04/1983.

DESEMPREGADOS querem ter audiência com o Presidente. *Folha de S. Paulo*, 18/09/1983.

DESINTEGRA-SE um conjunto que foi orgulho de São Paulo. *Folha da Manhã*, 01/02/1959.

DESVIRTUAMENTO de parque público. *O Estado de S. Paulo*, 12/02/1961.

DEZ curiosidades do parque Ibirapuera, que completa 60 anos. *Exame.com*, 2014

DIANTE da Assembleia, um protesto de desempregados. *Folha de S. Paulo*, 06/09/1983.

DISCURSO de Francisco Matarazzo Sobrinho durante a reunião da Comissão do Parque Ibirapuera anunciando sua demissão da presidência desta, 1957. Arquivo Histórico Wanda Svevo/Fundação Bienal de São Paulo.

DISCURSOS do vereador Valério Giuli na Câmara Municipal de São Paulo sobre a destinação do Parque Ibirapuera, uma vez terminados os festejos do IV Centenário. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 08/03/1955.

DORIA lança edital para conceder Ibirapuera e mais 5 parques à iniciativa privada por 35 anos. *G1.globo.com*, 27/02/2018.

DO VALLE, Caio. Haddad regulamenta fechamento de ruas para lazer. *estadao.com.br*, 13/11/2014.

DUARTE, Luiz Carlos, Operários ‘descobrem’ porão de Niemeyer, *Folha de S. Paulo*, 02/02/1994.

DUARTE, Paulo. *Memórias III. Selva obscura*. São Paulo: Hucitec, 1976a.

DUARTE, Paulo. *Memórias IV. Os mortos de Seabrook*. São Paulo: Hucitec, 1976b.

DUBOST, Françoise. *Vert patrimoine; la constitution d'un nouveau domaine patrimonial*. Paris: Maison des Sciences de l'homme, 1994.

DURÁN, Cristina R. Adiada a decisão sobre o parque. *Jornal da Tarde*, 19/12/1987.

DURÁN, Cristina R; MORENO, Leila Kiyomura. Estes senhores decidiram: o túnel pode ser construído. *Jornal da Tarde*, 23/01/1988.

EDELMANN, Frédéric. L'avenir de la Fondation Louis Vuitton bloqué par les défenseurs du bois de Boulogne, *Le Monde*, 29/01/2011.

ELEFANTES brancos? Veja o que aconteceu nos estádios da Copa. *Terra.com.br*, 12/06/2015.

EM 30 DIAS, Burle Marx diz o que a cidade precisa fazer. *O Estado de S. Paulo*, 03/10/1973.

EMELIANOFF, Cyria. L'écologie urbaine entre science et urbanisme. *Quaderni*, 43, p 85-99. 2000-2001.

EMELIANOFF, Cyria; LÉVY, Albert (coord.). *Quelle ville durable?* Toulouse: Erès, 2010.

ENCERRADAS ontem, com todo o brilho, as comemorações do IV Centenário da Cidade. *O Estado de S. Paulo*, 26/01/1955.

ENCONTRADA a solução para conservar o Ibirapuera. *Diário de S. Paulo*, 21/06/1958.

ENTIDADE apoia parte das sugestões. *Folha.com*, 26/11/2001.

ESGOTO ameaça despoluição do lago do parque Ibirapuera. *Folha da Tarde*, 11/02/1993.

ESTÁ acéfala a Comissão do IV Centenário. *O Estado de S. Paulo*, 29/12/1955.

ESTADO e Prefeitura. *Folha da Manhã*, 07/03/1959.

ESTÁ surgindo um novo parque no Ibirapuera. *Jornal da Tarde*, 27/11/1972.

EXPOSIÇÃO de motivos para a criação do Centro do Ibirapuera, 1955. Arquivo Histórico Wanda Svevo/ Fundação Bienal de São Paulo.

EXPOSIÇÕES no Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 27/03/1959.

É VIÁVEL o novo Parque Ibirapuera de Burle Marx? *Última Hora*, 23/04/1974.

FALTA o verde, mas a lei não é prioritária. *O Estado de S. Paulo*, 27/11/1973.

FERNANDES, Florestan. O homem e a cidade-metrópole. [1959]. In: *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1960.

FERRAZ, Vera Maria de Barros. O parque da Metrópole. *Memória*, São Paulo, v. 4, n. 18, p. 16-23, 1993.

FERREIRA, Barros. Tem o Ibirapuera uma história feita de grandezas e misérias. *Diário de S. Paulo*, 21/11/1962.

FERREIRA, Barros. Singular a situação presente do Ibirapuera. *Correio Paulistano*, 27/05/1962.

FERREIRA, Barros. Busca-se destino para a mais dispendiosa das realizações. *Correio Paulistano*, 06/09/1959.

FERREIRA, Barros. Ibirapuera a mais onerosa desolação de todo o Brasil. *Correio Paulistano*, 12/07/1959.

FEU VERT pour la construction, controversée, du musée LVHM. *Le Monde*, 18/06/2012.

FIGUEIREDO, Guilherme. 400 anos depois... *Manchete*, Rio de Janeiro, n. Especial IV Centenário, 1954.

FIM de semana de sol. E de biquínis proibidos. *Jornal da Tarde*, 10/10/1988.

FIORAVANTE, Celso. Briga de vizinhos coloca planos da bienal em risco. *Folha de S. Paulo*, 30/07/1998.

FIORAVANTE, Celso. Museus querem casa nova em 99, *Folha de S. Paulo*, 09/01/1999.

FIORAVANTE, Celso; CYPRIANO, Fabio. A Bienal rachou. *Folha de S. Paulo*, 17/05/2000.

FIX, Mariana. A 'fórmula mágica' da parceria: operações urbanas em São Paulo. *Cadernos de Urbanismo*. Rio de Janeiro, v.1, n.3, 2000.

FLEURY, Antoine. Public/privé: la (re)distribution des rôles dans la production des espaces publics à Paris et à Berlin. *Métropoles* [En ligne], 8, 2010, mis en ligne le 30 novembre 2010, consulté le 21 février 2017. URL: <http://metropoles.revues.org/4346>.

FLEURY, Gumercindo. Carta de Leitor. *A Gazeta*, 08/01/1960.

FLORAVANTE, Everaldo. Orixás sobre as águas do lago do Parque do Ibirapuera. *Diário do Grande ABC*, 20/09/2001.

- FODERARO, Lisa W. How big is that park? City now has the answer. *The New York Times*, 31/05/2013.
- FOGAÇA, Elenita. Paulistanos protestam contra shopping 24 horas. *O Estado de S. Paulo*, 01/05/1994.
- FOLGATO, Marisa. Teatro do Ibirapuera emociona Niemeyer. *O Estado de S. Paulo*, 25/08/2004.
- FOLGATO, Marisa. Aos 50 anos, Ibirapuera avança para o Obelisco. *O Estado de S. Paulo*, 21/08/2004.
- FOLGATO, Marisa. Niemeyer defende auditório no Ibirapuera e rebate críticas. *O Estado de S. Paulo*, 26/07/2003.
- FOLGATO, Marisa. Enfim, a obra que completa o Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 05/12/2002.
- FOUNDATION LVMH: Le “coup de gueule” de Jean Nouvel. *Le Journal du Dimanche*, 05/02/2011.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2005.
- FONTOURA, Cláudia. Ibirapuera abrigará obras de Camille Claudel. *O Estado de S. Paulo*, 04/09/1997.
- FRANCO, Luiza. Setor privado é essencial para gestão de parques públicos, diz especialista. *Folha de S. Paulo*, 18/11/2014.
- FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1996.
- FUNDAÇÃO Bienal de São Paulo. Estudo liminar, elaborado pela Fundação Bienal de São Paulo (junho de 1980), para a remodelação e transformação do atual Parque Ibirapuera (utilização dos espaços e edificações) no Centro Cívico e Cultural da cidade de São Paulo, Arquivo Histórico Wanda Svevo/Fundação Bienal de São Paulo.
- FUNDAÇÃO Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 19/04/1959.
- FUNDADA ontem, nesta Capital, a União Cultural do Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 21/06/1958.
- GAILLARD, Françoise. Quand le Musée s'expose, *Bulletin des bibliothèques de France*, Villeurbanne, n. 4/2015.
- GAMA, Mara. Um prédio polêmico. *Folha de S. Paulo*, 14/07/1998.
- GASNIER, Arnaud. La fin des espaces publics urbains ? De nouveaux enjeux environnementaux. *Noréis*, n.185, Patrimoine et environnement. Les territoires du conflit. p. 63-75, 2000-2001.
- GASTON, Kevin J. (ed.) *Urban ecology*. New York: Cambridge University press, 2010.
- GATTA, Federica. *(Contre)pouvoirs urbains?* Thèse, École Nationale Supérieure de Paris La Villette. 2014.
- GEDDES, Patrick. *City development, a study of parks, gardens, and culture-institutes; a report to the Carnegie Dunfermline trust*. Eddinburgh: Geddes and company, 1904.
- GENEVOIS, Margarida. A mensagem das barracas. *Folha de S. Paulo*, 11/10/1983.
- GENTILE, Rodrigo; TEIXEIRA, Mauro. Vizinho do parque será desapropriado. *Folha de S. Paulo*, 09/07/1996.
- GIOBBI, Cesar. Mais espaço. *O Estado de S. Paulo*, 20/08/1998.
- GLENIA, Fabíola; PITTA, Iuri. Lotado e maltratado, Ibirapuera pede socorro. *O Estado de S. Paulo*, 02/11/2001.
- GLOCOWSKI, Marcia. CR\$ 15 milhões, o prejuízo no parque. *O Estado de S. Paulo*, 23/09/1983.
- GODOY, Marcelo. MPE investiga uso do Parque Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 03/072003.
- GONÇALVES FILHO, Antonio. Emanuel: “Foram 100 dias exaustivos”. *O Estado de S. Paulo*, 14/04/2005.
- GONÇALVES, Simone Neiva Loures. *Museus projetados por Oscar Niemeyer de 1951 a 2006: o programa como coadjuvante*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GONZALES, Daniel. Ibirapuera retoma seus monumentos. *Jornal da Tarde*, 05/08/2005.

GOVERNO e acampados unidos no parque. *O Estado de S. Paulo*, 14/09/1983.

GRANATO, Alice. Maior túnel da cidade é aberto ao tráfego. *O Estado de S. Paulo*, 08/10/1995.

GROSTEIN, Marta Dora. *Uso do parque Ibirapuera: espaço e comportamento*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1973.

GUAY, Louis; HAMEL, Pierre. Les villes contemporaines à la croisée des choix collectifs et individuels. *Recherches sociographiques*, 45(3), 427-439. doi:10.7202/011464ar. 2004.

GURIAN, Eduardo Pereira. *Marquise do Ibirapuera: Suporte ao uso indeterminado*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. *The condition of postmodernity*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

HECKSCHER, M. *Creating Central Park*. New York: Metropolitan Museum of Art, 2008.

HIRSZMAN, Maria. Aos 50 anos, MAM planeja expansão. *Jornal da Tarde*, 05/02/1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. [1936]. 26 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. Tradução Marcelo Coelho. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HOPKINS, Richard S. *Planning the Greenspaces of Nineteenth-Century*. Baton Rouge: Louisiana State university press, 2015.

HOPQUIN, Benoît. Le coup de pouce des députés à la Fondation Vuitton, *Le Monde*, 16/02/2011.

HURET, Marc. *Essai sur le pouvoir urbain: propos d'un urbaniste atterré, propositions d'un urbaniste citoyen*. Paris: l'Harmattan, 2015.

IBIRAPUERA abandonado. *Correio Paulistano*, 18/03/1959.

IBIRAPUERA cai aos pedaços. *Última Hora*, 14/09/1959.

IBIRAPUERA condenado à destruição: só reforma total salvará o parque. *Última Hora*, 21/05/1959.

IBIRAPUERA crescerá 10% com projeto de secretaria. *Diário Popular*, 07/05/1994.

IBIRAPUERA depois de reformado será ponto de atração nacional. *Última Hora*, 22/10/1959.

IBIRAPUERA é apontado como um dos dez melhores parques urbanos do mundo, *Época negócios online*, 07/08/2015.

IBIRAPUERA é eleito o melhor parque do mundo pelo *The Guardian*, *Catraca Livre*, 16/08/2015.

IBIRAPUERA é eleito por viajante o melhor parque da América do Sul. *G1 globo.com*, 01/07/2013.

IBIRAPUERA é intocável. *O Estado de S. Paulo*, 26/03/1969.

IBIRAPUERA está entre os 10 melhores parques do mundo, segundo *The Guardian*, 07/08/2015. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/turismo/2015/08/ibirapuera-esta-entre-os-10-melhores-parques-urbanos-do-mundo-segundo-the-guardian>.

IBIRAPUERA ganha jardim de esculturas. *Folha de S. Paulo*, 09/06/1993.

IBIRAPUERA: mau cheiro irrita paulistano. *Jornal da Tarde*, 24/08/1998.

IBIRAPUERA: Monumento em ruínas. *Última Hora*, 17/03/1959.

IBIRAPUERA: o prefeito não sabe o que fazer. *Jornal da Tarde*, 18/08/1976.

IBIRAPUERA, o problema do prefeito. *Jornal da Tarde*, 17/08/1976.

IBIRAPUERA: os peixes estão mortos. *O Estado de S. Paulo*, 08/04/1979.

IBIRAPUERA perde o velho pavilhão. *O Estado de S. Paulo*, 23/06/1971.

IBIRAPUERA pode incorporar área do Obelisco. *O Estado de S. Paulo*, 28/11/2003.

IBIRAPUERA: sala de visitas (abandonada). *A Hora*, 19/01/1962.

IBIRAPUERA só área de lazer, *Diário de São Paulo*, 17/04/1974.

IBIRAPUERA tem novos projetos para melhorias. *O Estado de S. Paulo*, 17/08/1984.

IBIRAPUERA terá sua nova reforma só a longo prazo, *O Estado de S. Paulo*, 22/08/1975.

IBIRAPUERA: um oásis com muitas atrações. *Diário de S. Paulo*, 21/08/1966.

IBIRAPUERA vai ganhar um vestiário. *Jornal da Tarde*, 14/07/1981.

IBIRAPUERA volta a ser cartão-postal, *O Globo*, 03/04/1994.

INAUGURADO o conjunto. *O Estado de S. Paulo*, 10/07/1968.

INAUGUROU-SE oficialmente, ontem, no Parque Ibirapuera, a Exposição Internacional de Indústria do IV Centenário. *O Estado de S. Paulo*, 1954.

INGOLD, Tim. *Making anthropology, archaeology, art and architecture*. Abingdon; New York: Routledge, 2013

INSTALA-SE hoje a II Convenção de Intelectuais e Artistas. *Diário da Noite*, 25/07/1957.

INSTITUÍDA a Comissão Especial do Parque do Ibirapuera. *Folha da Manhã*, 29/05/1959.

INVASÕES na periferia, início de toda a ação. *O Estado de S. Paulo*, 14/09/1983.

ITAÚ, Instituto Cultural. *Cadernos da cidade de São Paulo: Parque do Ibirapuera*. São Paulo: Instituto Itáú Cultural, 1997.

IZAR, Margarida. Exposição do IV Centenário. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, n. 47, 04/09/1954.

JACOBS, Jane. *The death and life of great American cities*. New York: Random House, 1961.

JÂNIO não pode mudar Ibirapuera, decide juiz. *O Estado de S. Paulo*, 25/11/1987.

JÉROME, Béatrice. La Ville de Paris critiquée sur les concessions dans les bois de Boulogne et de Vincennes, *Le Monde*, 20/09/2017.

JORNAL britânico inclui Ibirapuera na lista dos melhores parques do mundo, *G1 globo.com*, 07/08/2015.

JUIZ decide que obra de auditório pode começar. *Folha de S. Paulo*, 05/07/2003.

JUNIOR, Gonçalo. Elefantes brancos: estádios da Copa pedem socorro. *estadao.com.br*, 29/01/2017.

JUNQUEIRA, Monica. A presença brasileira na historiografia da arquitetura do século xx. *Desígnio*, São Paulo, n. 11/12, mar. 2011, p. 73-88.

KLIASS, Rosa Grena. *Parques urbanos na cidade de São Paulo e sua evolução na cidade*. São Paulo: Pini, 1993.

KLINTOWITZ, Jacob. Um patrimônio da cidade. Mutilado. *Jornal da Tarde*, 01/02/1985.

LAGE, Amarilis. Niemeyer é impedido de mudar a marquise do parque Ibirapuera. *Folha de S. Paulo*, 22/12/2004.

LAGE, Amarilis. Justiça barra auditório no Ibirapuera. *Folha de S. Paulo*, 15/07/2003.

LAGE, Amarilis. Marta reforça lobby por auditório no parque. *Folha de S. Paulo*, 24/06/2003.

LAGNADO, Lisette; ANTUNES, A.M.M. 33ª *Panorama da Arte Brasileira: Formas únicas da continuidade no espaço*. São Paulo: Museu de Arte Moderna de São Paulo, 2013.

- LAGO do parque Ibirapuera vai ficar limpo. *Folha de S. Paulo*, 25/03/1988.
- LANCHA, Fernando. Salvem o Ibirapuera. *Jornal da Tarde*, 18/12/1987.
- LANCHA, Fernando. Vá-se despedindo destas cenas. *Jornal da Tarde*, 11/12/1987.
- LARANJEIRAS, Fátima. O Ibirapuera poderá renascer. *O Estado de S. Paulo*, 06/10/1985.
- LARANJO, Hebert. Perigo no Ibirapuera: marquise “pode cair a qualquer momento”. *O Estado de S. Paulo*, 05/09/1986.
- LARROCHELLE, Jean-Jacques; VULSER, Nicole. Bernard Arnault va faire rénover le Musée des arts et traditions populaires par Frank Gehry, *Le Monde*, 08/03/2017.
- LEENHARDT, Jacques (org.). *Nos jardins de Burle Marx*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LEI municipal x entidades culturais. *O Estado de S. Paulo*, 13/02/1985.
- LEIRNER, Sheila. Há bases para o otimismo? *O Estado de S. Paulo*, 28/04/1983.
- LEITE, Fábio. Prefeitura lança concessão do Ibirapuera e espera ‘ganhar’ R\$ 1,6 bilhão em 35 anos. *O Estado de S. Paulo*, 27/01/2018.
- LEITE, Rogério Proença. *Contrausos da cidade – lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- LEMONS, Carlos. Lá longe, no Ibirapuera. *Drops*, São Paulo, ano 14, n.072.03, set.2013. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/14.072/4866>.
- LEMONS, Carlos. A polêmica sobre a marquise do Ibirapuera. A favor da mudança – ainda o caso da marquise. *Folha de S. Paulo*, 18/12/2005.
- LE “nuage de verre” cloué au sol, *Le Journal du Dimanche*, 05/02/2011.
- LE PATRIMOINE: un modèle de développement durable: quelles performances énergétiques pour le patrimoine architectural et urbain en Europe et en Méditerranée? *Actes du colloque*. Paris: Icomos; Bruxelles: Euromed Heritage, 2011.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Anhembi, 1957.
- LOBACHEFF, Georgia. O Museu de Arte Contemporânea quer seu espaço. Para crescer. *Jornal da Tarde*, 31/01/1999.
- LOFEGO, Silvio Luiz. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004.
- LOMBARDI, Renato. Parque do Ibirapuera tem um crime por dia. *O Estado de S. Paulo*, 13/01/1991.
- LONGMAN, Gabriela. Itaú Cultural assumirá gestão do Auditório do Ibirapuera por 5 anos. *Folha de S. Paulo*, 29/07/2011.
- LOPES, Marcus. Marta pede o fim da “guerra” sobre o parque. *O Estado de S. Paulo*, 30/07/2003.
- LORES, Raul Juste. *São Paulo nas alturas. A revolução modernista da arquitetura e do mercado imobiliário nos anos 1950 e 1960*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.
- LOTEAMENTO do Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 11/07/1957.
- LOURENÇO, Maria Cecília França. *Museus acolhem o moderno*. São Paulo: Edusp, 1999.
- LOURENÇO, Maria de Fátima. Continua parado o túnel do Ibirapuera. *Shopping News. City News*, 13/12/1987.
- LOW, Setha; TAPLIN, Dana; SCHELD, Suzanne. *Rethinking urban parks: public space and cultural diversity*. Austin: The University of Texas press, 2005.

- MACEDO, Vinicius de. Ibirapuera em ruínas! Ameaça cair a “espiral do progresso”. *Diário da Noite*, 12/02/1960.
- MACEDO, Wesley; Escobar, Miriam. A concretização da imagem do IV Centenário da cidade de São Paulo: o Parque do Ibirapuera. *Arquitextos*, São Paulo, set. 2004. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.057/507>.
- MAGALHÃES, Ana Gonçalves. *Arte moderna, arte popular, cinema, teatro e um presépio napolitano – São Paulo, 1940-50*. São Paulo: Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em http://www.mac.usp.br/mac/conteudo/academico/publicacoes/anais/labex_br_fr/pdfs/2_Labex_anamagalhaes.pdf.
- MAGALHÃES, Felipe Santos. Varrendo a imprensa: a ascensão de Jânio Quadros e o periodismo paulistano (1947-1951). *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 271-290, dez. 2007.
- MAGALHÃES, Thélío; MUG, Mauro. O auditório no parque: Marta perde outra. *O Estado de S. Paulo*, 25/06/2003.
- MAIS Ibirapuera para você (anúncio). *O Estado de S. Paulo*, 24/03/1994.
- MAM reabre as portas. Nova fase. *O Estado de S. Paulo*, 27/10/1983.
- MANIFESTAÇÕES em defesa da cultura na II Convenção de Intelectuais e Artistas. *O Estado de S. Paulo*, 13/10/1957.
- MARIANO, Cassia Regina. *Preservação e paisagismo em Otávio Augusto Teixeira Mendes*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003.
- MARICATO, Ermínia. Cidades no Brasil: neodesenvolvimentismo ou crescimento periférico predatório. *Revista Política Social e Desenvolvimento*, v.1, n.1, ano 1, nov. 2013.
- MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, NICOLAU (org.). *História da vida privada no Brasil, 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MARINS, Paulo César Garcez. O Parque Ibirapuera e a construção da identidade paulista. *Anais do Museu Paulista – história e cultura material*, São Paulo, v. 67, p. 936, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So101-47141999000100002&lng=en&nrm=iso.
- MARKUN, Paulo Sergio. Solução da Prefeitura: uma placa. *Jornal da Tarde*, 24/08/1976.
- MARKUN, Paulo Sergio. Ibirapuera, no velho parque um novo sonho. *Folha de S. Paulo*, 10/03/1974.
- MARTA participou de movimento contra teatro no parque Ibirapuera em 1996. *Folha de S. Paulo*, 02/07/2003.
- MARTA recebe auditório não concluído. *Folha de S. Paulo*, 14/12/2004.
- MARTINS, Ana Luisa; SILVA, José Armando Pereira da (org.). *Luís Martins: um cronista de arte em São Paulo nos anos 1940*. São Paulo: MAM-SP, 2009.
- MARTINS, Ibiapaba. Ibirapuera: orgulho e vergonha de São Paulo. *Última Hora*, 30/12/1955.
- MARTINS, Ibiapaba. Mal impressionado Gropius com o trânsito de S. Paulo. *Última Hora*, 15/01/1954.
- MARTINS, Luis. O destino do Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 09/09/1955.
- MARTINS, Luis. O camarada Ciccillo. *O Estado de S. Paulo*, 11/03/1954.
- MARTINS, Luis. A paciência do povo. *O Estado de S. Paulo*, 05/03/1954.
- MARTÍ, Silas. MAC versus USP. *Folha de S. Paulo*, 09/08/2011.
- MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

- MATARAZZO SOBRINHO, Francisco. Carta do Sr. Francisco Matarazzo Sobrinho a Adhemar de Barros, 24/10/1958. Acervo do Iphan/sp.
- MATARAZZO SOBRINHO, Francisco. Carta do Sr. Francisco Matarazzo Sobrinho ao Prefeito Jânio Quadros. *Última Hora*, 05/03/1954.
- MATTOS, Paulo Santos. Parque Ibirapuera exige remodelação. Comissão especial terá que enfrentar a política para funcionar. *A Gazeta*, 02/04/1960.
- MATTOS, Paulo Santos. Parque Ibirapuera exige remodelação (3). Ha pavilhões indevidamente ocupados e outros no mais completo abandono. *A Gazeta*, 30/03/1960.
- MATTOS, Paulo Santos. Parque Ibirapuera exige remodelação (2). Arborização, jardinamento e plantio de grama na restante área dos 1.400.000m². *A Gazeta*, 29/03/1960.
- MATTOS, Paulo Santos. Parque Ibirapuera exige remodelação. Verdadeiro descaso contra o paulistano o abandono a que se relegou o logradouro. *A Gazeta*, 26/03/1960.
- MÁXIMO, Luciana, Vitrine das privatizações, administração Doria enfrenta resistência para aprovar concessões. *Valor.com.br*, 11/07/2017.
- MEDEIROS, Jotabê. Niemeyer: é preciso tirar a marquise do Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 24/08/2004.
- MEDEIROS, Jotabê. Niemeyer projeta teatro para o Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 02/05/2001.
- MEDEIROS, Jotabê. Saindo de cena, Pitta loteia espaços públicos. *Folha de S. Paulo*, 18/11/2000.
- MEDEIROS, Jotabê; HIRSZMAN, Maria. Diretora do MAM vê “ditadura” no Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 17/05/2000.
- MEDEIROS, Mariângela. E trinta mil pessoas caminham no parque. *Jornal da Tarde*, 03/05/1976.
- MELAMET, Rachel. Correndo no parque. *Jornal da Tarde*, 31/07/1980.
- MELLO, Flávio. Prefeitura quer retomar prédio do Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 16/03/1996.
- MELLO, Flávio. Maluf decide iniciar 2º túnel sob o Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 08/11/1995.
- MENDES, Liliana. Pesquisa sobre Ciccillo Matarazzo, realizada em set. 1994-out. 1995. 2 volumes, Arquivo Histórico Wanda Svevo da Fundação Bienal de São Paulo.
- MENDONÇA, Renata. Três anos após início da Copa, ‘elefantes brancos’ servem até de escola para reduzir prejuízo. *BBC Brasil*, 12/06/2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-40226673>.
- MENESES, Ulpiano T Bezerra de. Morfologia das cidades brasileiras. Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista USP*, São Paulo, n.30, p. 144-155, jun.-ago. 1996.
- MENEZES, Maria Eugênia de. Auditório renovado. *O Estado de S. Paulo*, 29/07/2011.
- MEYER, Regina Maria Prosperi. *Metrópole e urbanismo: São Paulo anos 50*. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- MINDLIN, Henrique E. *Modern architecture in Brazil*. New York: Reinhold Publishing Corporation, 1956.
- MÍDIA Internacional mostra degradação após Rio-2016: “ruínas e abandono”, *UOL São Paulo*, 10/02/2017. Disponível em: <https://esporte.uol.com.br/ultimas-noticias/2017/02/10/midia-internacional-mostra-degradacao-apos-rio-2016-ruinas-e-abandono.htm>.
- MODERNO MAM extra. *Roberto Burle Marx, 100 anos: a permanência do instável*. São Paulo: Museu de Arte Moderna de São Paulo, 2009. Livreto de exposição, jul.-set. 2009, Museu de Arte Moderna de São Paulo.

MOORE, Rowan. The 10 best parks. *theguardian.com*, 07/08/2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/culture/2015/aug/07/10-best-parks-urban-green-spaces-high-line-new-york-hampstead-london-park-guell-barcelona>>.

MORADOR elege Ibirapuera símbolo da cidade. *Folha.com*, 25/01/2004.

MORAES FILHO, Francisco Chagas de. Ibirapuera, só promessa de verde. *O Estado de S. Paulo*, 02/03/1969.

MOREIRA, Adriana. Obra conta história do Parque do Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 24/01/1997.

MORENO, Júlio. Mudanças no parque. *Jornal da Tarde*, 08/08/1983.

MORSE, Richard. *De comunidade a metrópole – Biografia de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1954.

MUG, Mauro. Auditório do Ibirapuera vira caso de Justiça. *Jornal da Tarde*, 19/06/2003.

MULHER morre afogada no lago do Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 24/11/1990.

MUSEUM Cultural de São Paulo – Parque Ibirapuera. *A Gazeta*, 06/03/1956.

NAKAYAMA, Daniela. Pavilhão volta a integrar roteiro cultural. *O Estado de S. Paulo*, 19/09/1997.

NASCIMENTO, Ana Paula. *MAM: museu para a metrópole*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

NAVES, Rodrigo. As artes como abre-alas. *O Estado de S. Paulo*, 02/10/2005.

NICOLLETA, Costabile. O grande túnel avança por baixo do Ibirapuera. *Jornal da Tarde*, 09/11/1988.

NIEMEYER apresenta projeto de ampliação do prédio da Bienal. *O Estado de S. Paulo*, 29/07/1993.

NIEMEYER lança projeto para o Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 02/12/2002.

NIEMEYER, Oscar. O auditório do Ibirapuera. *Folha de S. Paulo*, 23/06/2003.

NIEMEYER, Oscar. Fax de Oscar Niemeyer para Tadeu Chiarelli, diretor do MAM-SP. Acervo MAM, 08/11/2000.

NIEMEYER, Oscar. Ibirapuera. *Folha de S. Paulo*, 28/05/2000.

NIEMEYER, Oscar. Ibirapuera. *Folha de S. Paulo*, 20/02/2000.

NIEMEYER, Oscar. O Ibirapuera e o MAM. *Folha de S. Paulo*, 26/07/1998.

NIEMEYER, Oscar. Plano Diretor para o Parque Ibirapuera elaborado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, 24/07/1996.

NIEMEYER, Oscar et al. Mutilado o conjunto do Parque Ibirapuera. *Módulo*, n. 1, 1955.

NIEMEYER, Oscar et al. Relatório: Exposição do IV Centenário. 1953.

NIEMEYER, Oscar et al. Anteprojeto da Exposição do IV Centenário de São Paulo. São Paulo: D. G. Paglia, 1952. (Série Edições de Arte e Arquitetura).

NIEMEYER vai pedir reavaliação da marquise. *Folha de S. Paulo*, 01/11/2005.

NO Ibirapuera, duas toneladas de peixes mortos. *Jornal da Tarde*, 09/04/1979.

NO meio do sossego do Ibirapuera, muitos perigos. *Jornal da Tarde*, 29/01/1980.

NOVA Comissão para o Parque Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 28/05/1959.

NOVO plano para o velho Parque. *O Estado de S. Paulo*, 26/08/1969.

NUNES JUNIOR, Paulo Cezar; FRANCO AMARAL, Sílvia Cristina. Entre a marquise e a pista central: espaço para o tempo livre no Parque do Ibirapuera. *Movimento*, v. 16, n. 2, abr.-jun. 2010, p. 249-265.

NUNOMURA, Eduardo. OAB ameaça pedir impeachment de Maluf. *O Estado de S. Paulo*, 16/07/1996.

OBRA no parque requer mudança no tombamento. *O Estado de S. Paulo*, 23/06/2003.

OBRAS do teatro do Ibirapuera são iniciadas. *Agora São Paulo*, 26/02/2004.

OBSERVATÓRIO das Metrôpoles, Evolução da Frota de Automóveis e Motos no Brasil 2001-2012 (Relatório outubro 2013). Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2013. Disponível em http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/auto_motos2013.pdf.

O CIRCO cai, protesto no Ibirapuera termina. *O Estado de S. Paulo*, 16/11/1983.

O DESTINO do Parque Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 11/05/1955.

O EXECUTIVO e o arquiteto. *O Estado de S. Paulo*, 13/07/1996.

O IBIRAPUERA, ainda um parque inacabado. *O Estado de S. Paulo*, 22/01/1975.

O IBIRAPUERA às 2^{as}-feiras. *O Estado de S. Paulo*, 22/10/1980.

O IBIRAPUERA volta ao passado e isso é ótimo. *Jornal da Tarde*, 26/03/1971.

O JURISTA Reale Jr. insiste: só a Justiça removerá os acampados. *O Estado de S. Paulo*, 20/09/1983.

OHTAKE, Ricardo. *Folha explica Oscar Niemeyer*. São Paulo, Publifolha, 2007.

OLHE esse parque onde tudo mudará. *Jornal da Tarde*, 09/06/1969.

OLIVEIRA, Fabiano Lemes. *Modelos urbanísticos modernos e parques urbanos: as relações entre urbanismo e paisagismo em São Paulo na primeira metade do século xx*. Tese (Doutorado) – Universidad Politécnica de Catalunya, Barcelona, 2008.

OLIVEIRA, Fabiano Lemes. O Parque do Ibirapuera: Projetos, Modernidades e Modernismos. In: *Anais do 5º Seminário Docomomo Brasil*. São Carlos: [s.n.], 2003a.

OLIVEIRA, Fabiano Lemes. *Projetos para o Parque Ibirapuera: de Manequinho Lopes a Niemeyer (1926-1954)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003b.

OLIVEIRA, Fabiano Lemes. Para o bem de São Paulo, para o belo em São Paulo: uma proposta de Christiano Stockler das Neves para o Parque do Ibirapuera. *Anais do VII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Salvador: UFBA, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. *Espaço & Debates*. São Paulo, 1982, p 36-54.

OLIVEIRA, Lúcia Maciel. Que políticas culturais? Disponível em: www.centrocultural.sp.gov.br. 2009.

O MÉDICO Tuffik Mattar está magoado e com raiva: mudaram o seu projeto. *Jornal da Tarde*, 13/01/1983.

O PARQUE Ibirapuera destruído. *O Estado de S. Paulo*, 27/03/1960.

O PARQUE que virou símbolo da cidade. *Veja*, São Paulo, 12/08/1987.

O PARQUE será outra vez do povo. *Folha da Tarde*, 05/01/1970.

O PATRIMÔNIO da Municipalidade. *O Estado de S. Paulo*, 06/09/1919.

O PAVILHÃO começa a ser demolido. Vai dar mais espaço às crianças. *Jornal da Tarde*, 27/03/1979.

OPERÁRIOS acham ouro no Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 15/09/1988.

O QUE ver no Parque Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 22/02/1980.

OROSCO, Dolores. Prefeitura vai cobrar pelo uso do Ibirapuera. *Diário de S. Paulo*, 26/10/2002.

O TRÂNSITO vai indo, mas até quando? *O Estado de S. Paulo*, 28/02/1969.

O TRISTE exemplo do Ibirapuera. *Folha da Tarde*, 10/07/1959.

O VERDE em obras. *Veja*, São Paulo, 23/09/1992.

PANERAI, Philippe. *Paris métropole: formes et échelles du Grand Paris*. Paris: Éditions de la Villette, 2008.

PANERAI, Philippe, CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles. *Formes urbaines: de l'îlot a la barre*. Marseille: Éditions Parenthèses, 2004.

PANERAI, Philippe; DEMORGON, Marcelle; DEPAULE, Jean-Charles. *Analyse urbaine*. Marseille: Éditions Parenthèses, 1999.

PARECER do Condephaat desaprova túneis no Ibirapuera. *Folha de S. Paulo*, 08/12/1987.

PARQUE do Ibirapuera pode ter zoneamento. *O Estado de S. Paulo*, 15/01/1984.

PARQUE Ibirapuera é eleito o 8º melhor parque do mundo por site de viagem. *Folha.com*, 17/06/2014.

PASSADO, futuro do parque. *O Estado de S. Paulo*, 12/12/1972.

PASTOR, Maria Luiza. Reforma do Ibirapuera, fora do projeto original. *Diário Popular*, 14/08/1978.

PATRIMÔNIO que se desfaz: Ibirapuera em estado deplorável. *A Gazeta*, 08/01/1959.

PAULA, Caco de. Novinha em folha. *Veja-São Paulo*, São Paulo, 03/01/2000.

PAULA, Caco de; FRANÇA, Valéria. Sujou! *Veja*, São Paulo, 26/08/1998.

PELLIM, Roberto. Plano restringe uso do parque Ibirapuera. *Folha de S. Paulo*, 26/11/2001.

PENIDO, José Marcio. O Parque. *Jornal da Tarde*, 18/01/1974.

PENTEADO, Yolanda. Carta a Ciccillo Matarazzo, Haia, Holanda, maio 1953. Arquivo Histórico Wanda Svevo/Fundação Bienal de São Paulo.

PENTEADO, Yolanda. *Tudo em cor-de-rosa*. São Paulo: edição da autora, 1977.

PITTE, Jean-Robert. *Histoire du paysage français: de la Pré-histoire à nos jours*. Paris: Tallandier, 2003.

PLANO de ação: considerações para o aproveitamento Parque Ibirapuera, jul. 1955. Arquivo Histórico Wanda Svevo/Fundação Bienal de São Paulo.

PLANO de ação: lembrete sobre a destinação do Parque Ibirapuera, 04/05/1955. Arquivo Histórico Wanda Svevo/Fundação Bienal de São Paulo.

PLANO de ação: lembrete sobre a utilização de recursos e espaços decorrentes da exposição do IV Centenário, 22/12/1954. Arquivo Histórico Wanda Svevo/Fundação Bienal de São Paulo.

POLÍCIA caça estuprador do Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 01/08/1991.

POMPÉIA, Luiz Antônio. Um projeto para os próximos 40 anos do Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 21/08/1994.

POR 50 anos o Ibirapuera seria cedido a uma entidade cultural. *Folha da Tarde*, 17/07/1958.

PORTO, Antonio. *História urbanística da cidade de São Paulo (1554 a 1988)*. São Paulo: Cathargo&Forte, 1992.

PORTÕES do Ibirapuera serão reabertos. *O Estado de S. Paulo*, 16/06/1998.

POR um Ibirapuera cada vez melhor. *Boletim da Associação de Usuários e Amigos do Parque do Ibirapuera - Assuapi*, ano 1, n. 1, jun.1995.

PRATA, Juliana M. *Patrimônio cultural e cidade: práticas de preservação em São Paulo*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009.

PREFEITO anuncia verba de 250 milhões para conclusão de hotel. *O Estado de S. Paulo*, 21/09/1976.

PREFEITURA publica edital de concessão do primeiro lote de parques; site da Prefeitura de São Paulo, 27/02/2018.

PREFEITURA de São Paulo. Parque do Ibirapuera. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/historia/fatos_historicos/index.php?p=5604>.

PREFEITURA de São Paulo. Relatório de Gestão da Secretaria de Cultura, 2005-2008.

PREFEITURA fecha os portões do Parque Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 09/06/1998.

PREFEITURA derruba tribuna livre do parque Ibirapuera. *Folha de S. Paulo*, 10/11/1987.

PREFEITURA pode deixar parque. *O Estado de S. Paulo*, 28/07/1974.

PREFEITURA pode abandonar projeto do novo Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 09/07/1974.

PRESERVAÇÃO do Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 30/03/1969.

PREVÊ-SE a renúncia coletiva da Comissão do Parque Ibirapuera. *Diário de S. Paulo*, 30/06/1957.

PRÉVÔT, Philippe. *Histoire des jardins*. Paris: Ulmer, 2016.

PROBLEMA da moradia popular. *Folha da Manhã*, 26/10/1951.

PROBLEMA dos jacarés do lago vai a reunião. *Folha de S. Paulo*, 03/08/1974.

PROIBIDO: ir ao Ibirapuera com skate ou bicicleta. *Jornal da Tarde*, 19/05/1988.

PROJETO de lei n.350-56, *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 21/11/1956.

PROJETO de lei n.69 de 02/03/1959. Processo n.809 de 1959. Vereador Coryntho Baldoino da Costa Júnior. Arquivo da Câmara Municipal.

PROMESSA: veículos proibidos no parque Ibirapuera. *Jornal da Tarde*, 06/12/1984.

PROPOSTA da Fundação Bial para Parque Ibirapuera, 1980. Arquivo Histórico Wanda Svevo/Fundação Bial de São Paulo.

PROTESTA a Sociedade Paulista de Escritores contra o plano de ocupação do Ibirapuera pela Prefeitura. *Folha da Manhã*, 05/01/1956.

PUMAIN, Denise; PAQUOT, Thierry; KLEINSCHMAGER, Richard. *Dictionnaire de la ville et l'urbain*. Paris: Economica, 2006.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. *Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros*. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

QUEIROZ, Rodrigo. A síntese entre as artes visuais, a arquitetura e a paisagem: possíveis diretrizes para transferência do MAC-USP para o Palácio da Agricultura no Parque Ibirapuera. *Anais da USP*, 2009. p.150-154.

QUEIROZ, Rodrigo Cristiano. Oscar Niemeyer e Le Corbusier: encontros. 2007. Tese (Doutorado em Projeto de Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

QUINZE edificações caem para que o Ibirapuera seja exclusivo do lazer. *Folha de S. Paulo*, 19/09/1976.

RAIBAUD, Yves. *Durable mais inégalitaire: la ville. Travail, genre et sociétés*. L'Harmattan/La découverte, 2015.

RECUPERAÇÃO do Parque Ibirapuera. *A Gazeta*, 25/04/1961.

REFORMA dinamizará Museu de Arte Moderna. *Folha de S. Paulo*, 08/05/1983.

REFORMA total no Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 19/11/1971.

RELATÓRIO 1951-1976. FMS_0300-01a. Fundo Francisco Matarazzo Sobrinho, Arquivo Histórico Wanda Svevo/Fundação Bial de São Paulo.

RELATÓRIO da administração do Parque Ibirapuera, elaborado em 1975, fornecendo um panorama geral da situação do logradouro. FMS_0434-01. Fundo Francisco Matarazzo Sobrinho, Arquivo Histórico Wanda Svevo/Fundação Bial de São Paulo.

- RELATÓRIO da consultoria técnica dos assuntos do Parque Ibirapuera, p. 1-5, 1960. Arquivo Histórico Wanda Svevo/Fundação Bienal de São Paulo.
- REMODELAÇÃO do Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 22/10/1967.
- REPETIDA a reforma no Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 10/10/1976.
- REQUERIMENTO n.202-59. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 18/02/1959.
- RESOLUÇÃO n. 05/2002 – Tombamento do Jardim Lusitânia pelo Conpresp. 2002.
- RETRATOS do Ibirapuera – Nosso melhor parque precisando de reformas. *Jornal da Tarde*, 22/04/1994.
- REYNALDO de Barros contra tombamento do Ibirapuera, *Diário Popular*, 01/09/1981.
- RIBEIRO, David w.a. *Cartografia das relações: as condições da produção intelectual e os percursos da escrita história de Jaime Cortesão no Brasil (1940-1957)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- RIBEIRO, Vanessa Costa. *Várzea do Carmo a Parque Dom Pedro II: de atributo natural a artefato*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ROBERTO Burle Marx. *Museu – Debates*, São Paulo, 1, 1971.
- ROCHA FILHO, Milton F da. MAM pode ser despejado do Parque do Ibirapuera. *Jornal da Tarde*, 17/09/1998.
- RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987*. São Paulo: Unesp, 1999.
- ROIZARD, Érick (dir.) *Espace public & paysage: conception, réalisation et gestion des espaces verts et des aménagements urbains*. Lacenas: SAS les Éditions de Bionnay, 2016.
- ROLNIK, Raquel. Privatização do Ibirapuera: quem ganha com isso? Blog da Raquel Rolnik, 14/10/2016.
- ROMPIMENTO de esgoto matou os peixes no parque. *O Estado de S. Paulo*, 10/04/1979.
- ROSENZWEIG, Roy; Blackmar, Elizabeth. *The park and the people: a history of Central Park*. Ithaca; London: Cornell University Press, 1992.
- SAFATLE, Vladimir. Fala de abertura no Seminário Internacional Os Fins da Democracia, no Sesc-Pompeia, São Paulo, nov. 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=GNXZASBQG6A>.
- SAFATLE, Vladimir. Aula aberta “Espaço Público e Resistência” realizada no Auditório da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 04/04/2013 (anotações em aula da autora).
- SAFATLE, Vladimir. Amar uma ideia. In: HARVEY, David et al. (org.). *Occupy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. Editora Boitempo, 2012.
- SALAT, Serge (avec la collaboration de Françoise Labbé, Caroline Nowacki). *Les villes et les formes: sur l'urbanisme durable*. Paris: Hermann; CSTB, Laboratoire des morphologies urbaines, 2011.
- SANEAMENTO das lagoas do Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 11/08/1961.
- SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Teatro do Parque Ibirapuera: em nome de quem? *Arquitextos*, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp188.asp>.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996.

- SÃO PAULO (cidade). Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Área verde por habitante, 2011. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/analises.php?tema=8&indicador=56&ano=2011#info>. Acesso em 25/11/2015.²²³
- SÃO PAULO terá um dos maiores museus de presépios do mundo. *Folha da Manhã*, 23/10/1959.
- SCERB, Philippe. Vista para o verde custa R\$14 milhões. *Folha de S. Paulo*, 20/09/2015.
- SCHARLACH, Cecília (org.). *Oscar Niemeyer: a marquise e o projeto original do Parque Ibirapuera*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- SCHIVARTCHE, Fabio; CORSALETTE, Conrado. Serra anuncia saída da Prodam do Ibirapuera para ampliar museu. *Folha de S. Paulo*, 09/04/2005.
- SECRETARIA Municipal do Meio Ambiente. Parque Ibirapuera: Propostas para Plano Diretor, Novo Auditório e Esplanada de Entrada, 2002.
- SECRETARIA planeja ampliar o parque. *Diário Popular*, 26/12/1993.
- SECRETARIA recomenda liberação. *Folha de S. Paulo*, 11/12/1987.
- SEGAWA, Hugo. Ibirapuera: o varziano que virou centro. In: *Fantasia Brasileira – o balé do IV Centenário*. São Paulo: Sesc, 1998.
- SEGAWA, Hugo. Ao amor do público: jardins no Brasil. São Paulo: Fapesp; Studio Nobel, 1996.
- SENNETT, Richard. [1974]. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SERÁ o Ibirapuera um centro de atração turística internacional. *Diário de S. Paulo*, 19/02/1956.
- SERAPIÃO, Fernando. À espera do último ato. *Projeto Design*, São Paulo, 309, nov. 2005. Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br/artigos/fernando-serapiao-as-diferentes-16-12-2005.html>.
- SERVA, Leão. Quem roubou metade do Ibirapuera? *Folha.com*, 25/08/2014.
- SETO, Guilherme. Ibirapuera e mais 5 parques serão concedidos à iniciativa privada por 35 anos. *Folha de S. Paulo*, 27/02/2018.
- SILVA, Fernando José Dias da. Vai acabar. *Jornal da Tarde*, 07/10/1983.
- SKOPINA, Maria. *Le problème du site et du contexte dans l'architecture contemporain: le parc de La Villette et le jardin en mouvement du parc André-Citroën à Paris*. Thèse, 2013.
- SMITH, Neil. *The new urban frontier. Gentrification and the revanchist city*. London; New York: Routledge, 1996.
- SOARES, Alexssander. Promotor veta Pavilhão Krajcberg. *O Estado de S. Paulo*, 12/05/2007.
- SOB pressão, o prefeito promete agir. *O Estado de S. Paulo*, 15/09/1983.
- SOMEKH, Nádia. *Um projeto urbano para São Paulo?* Disponível em: <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/um-projeto-urbano-para-sao-paulo-por-nadia-somek,s.d>.
- SOUAMI, Taoufik. *Ecoquartiers et urbanisme durable*. Paris: La Documentation française, 2011.
- SOUZA, Bárbara. População luta contra aluguel do Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 10/11/2002.

223 Até junho de 2016, quando foi acessado pela última vez, havia no site da Prefeitura de São Paulo, na página sobre o Ibirapuera, a informação de que “Oscar Niemeyer foi responsável pelo projeto arquitetônico, e Roberto Burle Marx pela constituição paisagística” do parque, datada de 7 de novembro 2005. Entre a escrita e a publicação desse artigo, o site da Prefeitura foi refeito e essa página foi retirada, mas ainda é possível recuperá-la em: https://web.archive.org/web/20160303204749/http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/historia/fatos_historicos/index.php?p=5604 [consultado em 25/10/2005].

SOUZA, Carlos Roberto de. *A Cinemateca Brasileira e a preservação de filmes no Brasil*. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

STANISCI, Carolina. Clube das Arcadas vai vender títulos. *O Estado de S. Paulo*, 11/08/2011.

TAREFA desse grupo: levantar os principais problemas do Ibirapuera. *Jornal da Tarde*, 10/01/1983.

TAYLOR, Dorceta. Central Park as a model for social control: urban parks, social class, and leisure behavior in nineteenth-century America. *Journal of Leisure Research*, 31 (4): 420-477. 1999.

TEIXEIRA, Regina Helena; DURÁN, Cristina. A obra, “menina dos olhos” do prefeito. *Jornal da Tarde*, 11/12/1987.

TEMIDO o colapso do Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 26/05/1976.

TERRAZ, Regina. Planetário deve reabrir no fim do ano. *Diário de S. Paulo*, 29/02/2004.

TERRENO é 100% usado, afirma Exército. *Folha de S. Paulo*, 19/08/2007.

TETO da marquise do Parque do Ibirapuera, em SP, desaba e quase acerta skatista. *G1.globo.com*, 23/11/2017.

THE PARK Institutions, art and science schools for all. *The New York Times*, 06/01/1878.

TJ cassa liminar que veta obra no Ibirapuera. *Folha de S. Paulo*, 30/07/2003.

TOGNOLLI, Claudio Julio. Guardas civis acusados de assaltar gays no Parque do Ibirapuera. *Jornal da Tarde*, 06/12/1996.

TOLEDO, Benedito Lima de. A polêmica sobre a marquise do Ibirapuera. Contra a mudança – A marquise do parque Ibirapuera. *Folha de S. Paulo*, 18/12/2005.

TOMAS, François (coord.). *Espaces publics, architecture et urbanité de part et d’autre de l’Atlantique*. Publications de l’Université de Saint-Étienne, 2002.

TOMAZ, Kica. Ibirapuera depois das 6. *Jornal da Tarde*, 09/12/1996.

TORRES, Maria C.T.M. *Ibirapuera*. São Paulo: PMSP, SMC, DPH, Divisão do Arquivo Histórico. Col. História dos bairros de São Paulo, v. 11, 1977.

TRANSCRIÇÃO do Of. 149/88 de 08.09.88 encaminhado pelo Presidente do MAM ao Senhor Prefeito. DESPACHO: Autorizo. 27.09.88. J.QUADROS, Prefeito. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, 28/09/1988.

TRÂNSITO no Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 26/08/1980.

TRÂNSITO no parque poderá ser limitado. *O Estado de S. Paulo*, 29/08/1980.

TRIBUNA. *O Estado de S. Paulo*, 11/11/1987.

TRILLING, Julia; MAURY, Hervé. La privatisation de l’espace public en Californie. *Les Annales de la recherche urbaine*, n. 57-58, 1992. p. 206-210.

TRUJILO, Décio. A longa luta para salvar a maior área verde da cidade. *Jornal da Tarde*, 23/02/1991.

TÚNEL vai aumentar poluição no Ibirapuera, *Folha de S. Paulo*, 09/12/1987.

UMA ASSOCIAÇÃO para defender o Ibirapuera. *Jornal da Tarde*, 17/12/1984.

UM MUNDO chamado Ibirapuera. *Folha de S. Paulo*, 01/06/1984.

UM NOVO projeto, novas dificuldades. *O Estado de S. Paulo*, 08/01/1970.

UM PROJETO para salvar os lagos do Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 28/04/1977.

URRY, John. *Sociology beyond societies. Mobilities for the Twenty-first Century*. London: Routledge, 2000.

VEREADOR pede intervenção em São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, 24/11/1987.

VERS une mobilité durable en Europe. *Cahiers de l’Institut d’aménagement et d’urbanisme de la région d’Ile-de-France*, Paris, n. 150, 2009.

- VEYRET, Yvette; LE GOIX, Renaud (dir.). *Atlas des villes durables: écologie, urbanisme, Société – l'Europe est-elle un modèle?* Conclusion de Michel Lussault; cartographie Aurélie Boissière. Paris: Impr. Corlet. 2011.
- VIEGAS, Camila. Reforma do telhado é prioridade da Bienal. *Folha.com*, 17/12/1998.
- VIEIRA, Paulo. Museu amplia seu espaço. *Folha de S. Paulo*, 15/07/1998.
- VIGILANTES chegam ao Ibirapuera para afastar as crianças. *O Estado de S. Paulo*, 16/05/1974.
- VILADARGA, Vicente. O verde vence o concreto no Ibirapuera. *Jornal da Tarde*, 05/06/1991.
- VILAR, Hector. Poluição mata milhares de peixes no Ibirapuera. *Jornal da Tarde*, 19/08/1998.
- VILLALBA, Patrícia. Prédio da Prodam une museus no Ibirapuera. *O Estado de S. Paulo*, 30/03/2006.
- VILLALBA, Patrícia. SP precisa de cultura porque não tem praia. *O Estado de S. Paulo*, 16/12/2004.
- VINCENT, Claude. Jardins do Parque Ibirapuera – Roberto Burle Marx. *Brasil Arquitetura Contemporânea*, Rio de Janeiro, nº 2-3, p.55-58, jan.1954.
- VIZINHOS reclamam de lago poluído do parque. *O Estado de S. Paulo*, 10/10/1997.
- WARNER, Sam Bass. Public park inventions: past and future. In: KARASOVEA, Deborah; WARYAN, Steve (ed.). *The once and future park*. Minneapolis: Walker Art Center, 1993.
- WASSERMANN, Rogerio. Ibirapuera tem o ar mais poluído da cidade. *O Estado de S. Paulo*, 01/09/1998.
- WEISS, Ana; MEDEIROS, Jotabê; HIRSZMAN, Maria. Novo curador da Bienal deve ser anunciado hoje. *O Estado de S. Paulo*, 18/05/2000.
- WHITAKER, Ben; BROWNE, Kenneth. *Parks are for people*. New York: Schocken Books, 1971
- WILHEIM, o secretário: É uma obra importante. *Jornal da Tarde*, 18/12/1987.
- WILLER, Claudio. A cidade e a memória. *Revista do Museu da Cidade de São Paulo*, v. 1, n. 1, 1994.
- WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- WISNIK, Guilherme T. O spleen de São Paulo. *Bamboo*, 01/11/2013.
- WISNIK, Guilherme T. *Formalismo e tradição: a arquitetura moderna brasileira e sua recepção crítica*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- ZAKABI, Rosana. Barrados no Parque – Estão mexendo com nosso coração verde. *Veja-São Paulo*, São Paulo, 28/02/2000.
- ZANCHETTA, Diego; BRANCATELLI, Rodrigo. Maluf e Pitta terão de pagar pelo Cebolinha. *O Estado de S. Paulo*, 14/11/2009.
- ZUKIN, Sharon. *Naked City. The death and life of authentic urban places*. New York: Oxford University Press, 2010.
- ZUKIN, Sharon. Whose culture: whose city. In: *The cultures of cities*. Cambridge, Mass.; Oxford: Blackwell, 1995.
- ZUKIN, Sharon. *Landscapes of power: from Detroit to Disney World*. Berkeley: Univeristy of California Press, 1991.

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS CONSULTADOS

Arquivo Histórico Wanda Svevo da Fundação Bienal de São Paulo
Arquivo Histórico de São Paulo
Arquivo do Iphan-SP
Arquivo do Instituto Biológico
Acervo do jornal *O Estado de S. Paulo* (consulta presencial e *online*)
Acervo do jornal *Folha de S. Paulo* (*online*)
Acervo do Condephaat - Processo de Tombamento do Parque Ibirapuera
Arquivo da Câmara Municipal
Arquivo da Assembleia Legislativa
Arquivo do Estado (*online*)
Arquivo da Fundação Getulio Vargas - FGV Cedoc (*online*)
Arquivo Técnico da SP Urbanismo - Prefeitura de São Paulo
Arquivo do Escritório de Paisagismo Burle Marx
Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
Biblioteca do Arquivo Histórico Wanda Svevo da Fundação Bienal de São Paulo
Biblioteca do Museu de Arte Moderna de São Paulo
Biblioteca da Umapaz/Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo
Bibliothèque nationale de France (*site* Richelieu e François Mitterrand)
Biblioteca da École des Hautes Études en Sciences Sociales
Biblioteca do Centre Pompidou
Biblioteca da Sorbonne
Biblioteca do Musée du Quay Brainly

Fontes: Skolar e Wigram.
Papel: offset 90 g/m²
Impressão: Imagem Digital
Tiragem: 8 cópias
São Paulo, maio de 2018.